

O território, o castelo e a comunidade

Reflexões sobre a intervenção
patrimonial contemporânea
nos castelos em Portugal

Imagem da capa:

Castelo de Algosó, 2013.

Fotografia da autora.



MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITECTURA E URBANISMO

O Território, o Castelo e a Comunidade
Reflexões sobre a intervenção *patrimonial* contemporânea nos castelos em Portugal

Júlia Cristina Pereira Faria
Vila Nova de Cerveira, Março de 2014

Orientadora: Professora Doutora Goreti Sousa
Co-orientadora: Mestre Arquitecta Paula Silva

Aos meus primos, Lúcia e André, e à minha irmã, Margarida.

AGRADECIMENTOS

Um sincero agradecimento às orientadoras, não só pela paciência mas também porque a sua apreciação e acompanhamento são parte fundamental para a finalização desta dissertação.

Quero também agradecer aos meus pais, pela possibilidade de ter finalizado este curso e todo o apoio e ânimo que permitiram em alguns momentos continuar este percurso.

Da mesma forma um agradecimento a todos os amigos cujo apoio directa ou indirectamente foi muito importante.

Para a realização desta dissertação tenho de agradecer os diversos contributos e a disponibilidade das várias pessoas e instituições que contribuem assim para a Investigação e para a progressão do Conhecimento, com a disponibilidade que igualmente demonstram para outras pesquisas.

Neste sentido apresento os meus agradecimentos a todas as pessoas que amavelmente responderam às entrevistas bem como a todas as outras pessoas que disponibilizaram informação útil para esta dissertação. Apresento igualmente os meus agradecimentos às Direcções Regionais da Cultura do Centro, do Alentejo e do Algarve pela informação disponibilizada e pela permissão de consultar os processos das intervenções, nomeadamente nas Direcções Regionais da Cultura do Centro e do Alentejo. Além destas instituições também um agradecimento à junta de freguesia de Mogadouro, por todo o interesse e informação sobre o castelo, às câmaras municipais de Mogadouro, de Trancoso, de Celorico da Beira, de Nisa, de Portalegre e de Silves, em nome dos técnicos que contribuíram para esta dissertação, ao museu arqueológico municipal José Monteiro, no Fundão e ao arquivo municipal de Silves.

Para a realização desta dissertação foi igualmente importante toda a documentação cedida pelo atelier Comoco Arquitectos, pelo atelier Gonçalo Byrne Arquitectos, pelo arquitecto Amândio Cupido, pelo arquitecto Ivo Borrego, pelo arquitecto João Nasi Pereira, pelo arquitecto Cândido Chuva Gomes e pelo Professor Doutor Mário Varela Gomes.

Tenho no entanto de deixar o meu agradecimento ao atelier Francisco Aires Mateus Arquitectos pela cedência da documentação que foi solicitada embora não conste na presente dissertação.

RESUMO

Com a presente dissertação pretende-se analisar a relação existente entre as intervenções *patrimoniais* mais recentes nos castelos em Portugal, a partir de 2001, e o contexto onde se inserem. Esta análise é efectuada sob o ponto de vista do impacto das intervenções no comércio e economia locais e da participação das comunidades no processo de decisão das mesmas, constituindo uma temática pouco abordada nos trabalhos mais recentes nesta área de estudo. Para estabelecer premissas que permitissem a análise anteriormente referida procedeu-se a uma contextualização das mudanças ocorridas nas intervenções *patrimoniais* e no conceito de *património* a partir da última década do século XX.

Verificou-se então que o *património* deixou de ser um processo de criação de *identidade(s)* para constituir um conjunto de artefactos ou *práticas* culturais classificados e geridos por uma esfera especialista, no contexto da cultura ocidental, afastando os mesmos, por isso, de tomar parte nesse processo. Este aspecto levou à criação de novas categorias devido à multiplicidade de significados do *património* para diferentes culturas. Este fenómeno gerou uma *crise de acumulação* de bens *patrimoniais* e que coloca desafios relativamente à disponibilidade de meios financeiros por parte dos Estados-Nação. Além desta questão assistiu-se a um grande aumento de visitas a lugares *patrimoniais* a partir da segunda metade do século XX, onde se expectou que pudesse gerar benefícios económicos para o desenvolvimento de uma região ou nação, tendo tido implicações nas intervenções *patrimoniais* a partir da última década do século XX, nomeadamente a progressiva musealização e adaptação para a fruição pública.

Através da sintetização dos aspectos verificados com a contextualização anteriormente referida foram delineadas categorias analíticas que suportaram a análise individual e comparativa dos estudos de caso. Desta forma, para estabelecer a relação entre as intervenções *patrimoniais* e o contexto onde se inserem efectuou-se uma análise documental e uma pesquisa de campo sobretudo através da observação e de entrevistas a informantes-chave, optando-se por seleccionar estudos de caso em diferentes regiões portuguesas com vista a analisar diferentes contextos.

Neste sentido, após a análise dos resultados obtidos através da pesquisa efectuada verificou-se que apesar dos vários contextos não existem diferenças significativas relativamente ao conceito, programa e uso entre as intervenções *patrimoniais*, o que se reflecte na pouca adequabilidade ao meio onde se inserem, sobretudo à disponibilidade de meios financeiros para a sua manutenção e impacto económico esperado.

Pretendeu-se então delinear pontos de partida para colmatar estes problemas, mediante novas abordagens à intervenção *patrimonial* e à manutenção dos castelos de acordo com as características de cada contexto. Uma maior participação da comunidade poderá levar também a uma manutenção sustentável com vista à definição do *património* como um processo de construção de *identidade(s)*.

Palavras-chave:

Património, castelos, território, comunidade.

ABSTRACT

This research intends to analyse the relation between the most recent *heritage* interventions on Portuguese castles, from 2001 onwards, and the context in which they are integrated. This analysis focuses on the impact of these *heritage* interventions on local trade and regional economy, as well as on the participation of the local communities in the decision process. This subject has received poor coverage in previous research work in this line of study. In order to establish premises that would allow the aforementioned analysis to develop, a definition of the context in which the changes on these *heritage* interventions and in the concept of *heritage* itself have occurred from the last decade of the 20th century onwards is presented.

The conclusion is that *heritage* is no longer a process of construction of *identity(ies)*, having become instead a series of artefacts and cultural *practices* categorized and managed by a specific circle of experts within the context of western culture, therefore keeping those same artefacts and *practices* away from that process. This situation led to a progressive creation of new categories tending to accommodate the multiple meanings of the *heritage* concept to different non-western cultures; a phenomenon that led into a *crisis of accumulation of heritage* that poses considerable challenges in terms of a nation's financial management. In addition to this, there was a large increase in the number of visits to *heritage* sites since the second half of the 20th century, a fact that was expected to generate economic benefits to the region or the nation's development. This had a direct impact on the *heritage* interventions from the last decade of the 20th century onwards, namely in the increasing adaptation of *heritage* sites to public fruition.

This contextualization process opened way for the drawing of a set of categories that supported the individual and comparative case study analysis. Thus, to establish the relation between *the heritage* interventions on castles and the context in which they are integrated, a documental analysis was carried, as well as field research comprising mainly observation and interviews to key-informants. In order to provide enough diversity for the contexts under analysis, the case studies were selected from different regions of Portugal.

The results achieved by the research showed that in spite of the different contexts there were no significant differences regarding the concept, programme and use of the *heritage* interventions, reflected in the poor adequacy to the context in which they are integrated, especially concerning the availability of financial means to secure their maintenance and the anticipated beneficial economic impact.

Finally, a sketch of some guidelines that might serve as a starting point to solve the problems identified is advanced, using new approaches to the *heritage* interventions on castles and their maintenance and taking into account the singularities of each context. Higher involvement of the local communities could be an important step forward towards sustainable maintenance, with a view to defining *heritage* as a process of construction of *identity(ies)*.

Keywords:

Heritage, castles, territory, community.

■ Índice de conteúdos

Agradecimentos

Resumo

Abstract

PARTE I. INTRODUÇÃO..... 13

CAPÍTULO 1. ENQUADRAMENTO E JUSTIFICAÇÃO DA PROBLEMÁTICA..... 15

1.1. Apresentação da problemática e do objecto de estudo 15

1.1.1. Breve Estado da Arte 17

1.2. Objectivos da dissertação 19

1.3. Metodologia aplicada 22

1.4. Estrutura da dissertação..... 28

PARTE II. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 31

CAPÍTULO 2. AS VÁRIAS DIMENSÕES DO *PATRIMÓNIO* 33

2.1. Pós-modernidade: factores de mudança 33

2.2. A visita aos lugares *patrimoniais* como um fenómeno global e a experiência
patrimonial 45

CAPÍTULO 3. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO *PATRIMÓNIO* 53

3.1. A construção do *património* 53

3.2. O processo de classificar: breve abordagem à evolução dos instrumentos legais de
classificação 57

**CAPÍTULO 4. A INTERVENÇÃO *PATRIMONIAL* EM PORTUGAL APÓS A REVOLUÇÃO
DE 1974..... 65**

4.1. Antecedentes..... 65

4.2. Os organismos públicos e a legislação *patrimonial* no período pós-revolução 69

4.3. Novos paradigmas – projectos que iniciaram uma nova abordagem às práticas de
conservação 72

4.3.1. A intervenção *patrimonial* na arquitectura militar medieval..... 82

CAPÍTULO 5. OS CASTELOS E O TERRITÓRIO NO CONTEXTO PORTUGUÊS..... 93

PARTE III – ANÁLISE DOS ESTUDOS DE CASO	101
 CAPÍTULO 6 – ENQUADRAMENTO E JUSTIFICAÇÃO DOS ESTUDOS DE CASO.....	103
6.1. Apresentação das categorias analíticas para a análise dos estudos de caso	103
6.2. Justificação dos estudos de caso	110
 CAPÍTULO 7. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE INDIVIDUAL DOS ESTUDOS DE CASO	119
7.1. Estudo de caso de Mogadouro	123
7.1.1. Enquadramento.....	125
7.1.2. Análise dos resultados obtidos	139
7.2. Estudo de caso de Trancoso	145
7.2.1. Enquadramento.....	147
7.2.2. Análise dos resultados obtidos	163
7.3. Estudo de caso de Celorico da Beira	169
7.3.1. Enquadramento.....	171
7.3.2. Análise dos resultados obtidos	189
7.4. Estudo de caso de Castelo Novo.....	195
7.4.1. Enquadramento.....	197
7.4.2. Análise dos resultados obtidos	215
7.5. Estudo de caso de Amieira do Tejo.....	221
7.5.1. Enquadramento.....	223
7.5.2. Análise dos resultados obtidos	241
7.6. Estudo de caso de Portalegre.....	245
7.6.1. Enquadramento.....	247
7.6.2. Análise dos resultados obtidos	265
7.7. Estudo de caso de Silves	271
7.7.1. Enquadramento.....	273
7.7.2. Análise dos resultados obtidos	289
 CAPÍTULO 8. ANÁLISE COMPARATIVA DOS ESTUDOS DE CASO	295

PARTE IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS	309
---	------------

Glossário

Bibliografia

Índice e fonte de imagens

Anexos

PARTE I ■ INTRODUÇÃO

Capítulo 1 ■ Enquadramento e justificação da problemática

1.1. Apresentação da problemática e do objecto de estudo

A arquitectura militar medieval em Portugal está associada a uma estratégia nacional de definição de fronteiras e de povoamento do território nacional, bem como o seu controlo em termos administrativos e económicos, assumindo, assim, uma importância no território em termos de imagem e impacto na *paisagem*, bem como na *memória* colectiva.

Tendo uma função estritamente defensiva, existem vários períodos da história militar nos quais diversas estruturas deixam de ter qualquer carácter prático e funcional em termos defensivos, sendo progressivamente alvo de falta de interesse do Estado pela sua conservação e manutenção. O século XIX trará definitivamente o abandono do *património* arquitectónico, incluindo a arquitectura militar (Fernandes, 2005). A consciência desta perda por parte de alguns intelectuais ainda no século anteriormente referido, no qual se destaca Alexandre Herculano (Tomé, 2002), irá delinear um longo caminho de nascimentos de instituições e legislação nacional, bem como de inventariação e classificação de imóveis como bens *patrimoniais*.

Já no século XX, o Estado Novo vai originar mudanças no estatuto dos bens *patrimoniais* e no seu significado para o contexto nacional. Aliado às Comemorações Centenárias, são delineados conceitos de intervenção que primam pelo *restauro estilístico*¹, conceitos não directamente ligados à teoria violetiana mas “sendo geralmente aceites e respeitadas as qualidades artística ou histórica das transformações introduzidas na estrutura original do monumento” (Tomé, 2002, 129). Os monumentos, designados nacionais, foram então conotados de um carácter pedagógico, considerados documentos vivos de determinados períodos da História Nacional que o Estado Novo pretendeu evidenciar (Neto, 2010). Neste contexto, os castelos assumiram uma grande importância por remeterem à fundação e definição dos limites actuais do país subjugando as particularidades dos contextos locais a uma acção nacional de valorização dos perfis dos castelos na *paisagem* e do seu estado primeiro de construção.

Contudo, fora do contexto português, assiste-se a grandes campanhas de renovação e reconstrução dos monumentos, conjuntos e sítios alvos da destruição da II Guerra Mundial, segundo teorias até então desenvolvidas que pautavam por reinvenções e refazimentos, como

¹ O *restauro estilístico* pressupõe uma intervenção que tenta recriar um edifício no traçado original ou então no estado considerado mais relevante. Segundo Jokilehto (2004) o conceito de estilo pode variar segundo a cultura ou tipo de função de um edifício, assistindo-se a diversas interpretações do conceito de *restauro estilístico*, sendo utilizado segundo diferentes propósitos.

afirma Aguiar (2010). A falta de critérios rigorosos nas intervenções *patrimoniais* origina diversas críticas e novas teorias, o que levará à redacção da Carta de Veneza. Esta Carta engloba critérios sob uma nova abordagem – inclui-se os *sítios*, tanto urbanos como rurais (art.1), a importância da manutenção como factor de conservação, propondo-se um programa de intervenção que se adequa às exigências do bem *patrimonial* (art. 4).

No contexto da arquitectura militar, depois das intervenções das décadas de 40 e 50 até à década de 90 do século XX foram realizadas intervenções pontuais, e alguns dos castelos foram submetidos a uma reafecção de uso já no contexto da Carta de Veneza, destacando-se programas para pousadas, museus e espaços de lazer – “tratou-se de harmonizar obra de raiz e obra antiga [...] Assim, para respeitar o monumento, foi quase sempre necessária a construção de anexos dotados de uma linguagem contemporânea” (Pereira, 1997, 20). Isto é reflexo, também, do aumento do interesse do público pelos bens *patrimoniais*, aos quais os castelos tiveram de se adaptar para, essencialmente, responderem às exigências da melhoria de condições de recepção e fruição, bem como à rentabilidade económica que se esperava obter com o *património*, factor que teve implicações directas na forma como o mesmo passou a ser classificado e gerido (Harrison, 2013). Contudo, estas práticas de intervenção aliadas à rentabilidade económica causam muitas vezes “um profundo impacto sobre as populações locais e o espaço, que originam [...] a perda [...] de outros valores patrimoniais” (Santos, 2012b, 539).

Assim, a excessiva utilização e imposição de programas funcionais para a fruição pública originou uma forma de intervenção que tem sido questionada. Segundo Folgado ultrapassou-se:

a fase (1972-2003) de mais tipologias patrimoniais para dar lugar ao património diluído no território, onde confluem os saberes, as práticas e a oralidade, conhecimentos dependentes dos diferentes actores sociais. Encontramo-nos perante as memórias e as tradições colectivas, acentuando-se o carácter do património inclusivo, sinónimo de factor de coesão, em que todos participam e serão responsáveis. (2010, 323)

Neste sentido, a Carta de Cracóvia indica um maior leque de possibilidades de intervenção em função de cada contexto cultural e social, acentuando a participação das comunidades locais (Fernandes, 2010), o que não se tem vindo a verificar na *prática* da conservação *patrimonial* contemporânea relativamente aos castelos.

Santos afirma que “os monumentos, os conjuntos urbanos e antigos, as vivências arcaicas, as tradições ancestrais, tudo isso adquiriu um estatuto duplo como obras pedagógicas e como produtos económicos [...]” (2012b, 538). Sendo reconhecido que na sociedade contemporânea a expectativa económica associada a um bem *patrimonial* tende a ser um ponto sem retorno, levantam-se questões quanto à perda de outros valores *patrimoniais* devido a programas de intervenção com vista à criação de riqueza e fruição pública, questionando-se a sua efectividade nos contextos locais ou regionais.

No contexto da arquitectura militar, sendo os castelos inerentes a um contexto muito específico, os âmbitos do *património* imaterial, social e de outros valores assumem um grande protagonismo, sendo portanto um aspecto a ter em consideração na conservação *patrimonial*

destas estruturas. Desta forma, um projecto de intervenção *patrimonial* na arquitectura militar terá de incluir diversas valências, uma das quais as particularidades do contexto local e a própria comunidade.

No panorama actual, as intervenções *patrimoniais* em castelos continuam, genericamente, a pautar-se por intervenções arquitectónicas pontuais, sendo condicionadas apenas pelas especificidades da estrutura pré-existente e espaço público na envolvente próxima. Este aspecto reflecte-se na afirmação da autoria e na existência de liberdade formal e conceptual, visto que existem poucos condicionalismos quando a intervenção *patrimonial* nos castelos se foca na estrutura pré-existente. Desta forma, não existe a possibilidade para uma participação de diversos agentes, inclusivamente dos próprios habitantes.

Esta dissertação pretende, assim, reflectir sobre as dicotomias entre a *prática* e teoria contemporâneas relativamente à conservação *patrimonial* da arquitectura militar medieval e estabelecer premissas que permitam abrir caminho a novas abordagens para uma resposta diferente às exigências do cada contexto, só possíveis quando se considera que o *património* tem uma papel activo na construção de *identidade(s)*, assunto bastante elucidado por Smith (2006). A propósito, Jokilehto (2004) considera que a conservação contemporânea desafia um empreendimento entre o desenvolvimento humano sustentável a par da potencialidade dos recursos físicos, culturais e ambientais, uma questão pertinente que deverá ser tida em consideração num futuro próximo quanto às intervenções *patrimoniais* e sua sustentabilidade de acordo com os recursos locais disponíveis.

1.1.1. Breve Estado da Arte

No âmbito da teoria da conservação *patrimonial* Choay (2006, 2011) questiona as opções de intervenção focadas na rentabilidade económica e o sucessivo afastamento das comunidades locais e das actividades tradicionais, no contexto dos centros históricos, mas que se estende a outros tipos de intervenção. A consciência destes factos é também referenciada por Jokilehto (2004) e Cooper (2005), alertando para a necessidade de uma linha de orientação alternativa às *práticas* das últimas décadas. Neste sentido, torna-se pertinente uma análise sob o ponto de vista da existência de expectativa económica nos projectos mais recentes de intervenção *patrimonial* e de que forma se traduz num efectivo desenvolvimento local ou impacto na vida quotidiana das comunidades. Além destes autores salientam-se igualmente as obras de Smith (2006) e Harrison (2013) pelas novas abordagens que as mesmas apresentam relativamente ao conceito de *património*, e em que questionam a actual classificação e gestão dos lugares ou bens *patrimoniais*, devido sobretudo ao afastamento do mesmo como um processo de construção de *identidade(s)*. Este aspecto é igualmente pertinente para uma reflexão sobre a existência de divergências entre os valores que suportam a classificação de um determinado castelo, bem como a sua gestão, e os valores que a comunidade local associa ao mesmo. Esta reflexão poderá trazer alguns resultados que permitam perspectivar uma nova

abordagem à intervenção *patrimonial* com vista a uma sustentabilidade na conservação e manutenção dos castelos em Portugal.

No contexto português, estas questões são também alvo de reflexão, destacando-se autores como Aguiar (2002), Fernandes (2010) ou Santos (2012b), por exemplo. O IPPAR e o IGESPAR editaram monografias muito recentes em que surge uma preocupação pelas novas abordagens e suas implicações. No entanto denota-se que as questões levantadas são de carácter teórico e generalista, sendo escassos os estudos que relacionem as problemáticas surgidas nos anos mais recentes, nomeadamente às várias dimensões do *património* e da sua gestão por uma esfera especialista, e a *prática* da intervenção *patrimonial* contemporânea em Portugal, pelo que se pretende efectuar esta relação no objecto de estudo desta dissertação.

No que toca à arquitectura militar surgiram diversas obras no âmbito da castelologia, sendo um campo já bastante consolidado, com autores de referência como Monteiro (1999) e Nunes (2005), pelo que nesta dissertação considerou-se não ter sido necessário focar a evolução morfo-tipológica dos castelos portugueses. A par destes estudos surgiu uma preocupação pelo estudo da *prática* e teoria da conservação *patrimonial*, onde se inclui a arquitectura militar, mas foram produzidas monografias sobretudo numa vertente histórica, sobre a evolução dos conceitos, destacando-se Costa (1997), Neto (2001), Tomé (2002) e Fernandes (2005), pelo que se torna pertinente o estudo das intervenções *patrimoniais* sob uma outra esfera, nomeadamente uma análise sob o ponto de vista das novas abordagens ao *património*.

Já na presente década surgem algumas dissertações sobre a intervenção *patrimonial* contemporânea nos castelos portugueses. A dissertação de Almeida (2012) foca a mudança de paradigma ocorrida na última década do século XX e as características que constituem actualmente as intervenções *patrimoniais* nos castelos em Portugal. Santos (2012b), na sua tese de doutoramento, aborda também as problemáticas da intervenção nos castelos em Portugal, analisando diversos casos ao longo da história e teoria da conservação, sob o ponto de vista arquitectónico, urbanístico e abordando de forma breve alguns aspectos intangíveis. Pode referir-se também uma monografia anterior de Correia (2010) que além de traçar a evolução dos castelos em Portugal dedica também parte da obra às questões *patrimoniais* até à década de 50 do século XX.

Estas obras, apesar de abordarem a problemática da intervenção *patrimonial* nos castelos, apresentam sobretudo uma análise do ponto de vista arquitectónico, focando as características do projecto de arquitectura.

Nesta dissertação irão igualmente ser focados aspectos relativos à autoria e projecto de arquitectura nas intervenções mais recentes nos castelos em Portugal mas tendo em vista uma análise das características das mesmas em função de um determinado contexto, aspecto que tem sido pouco abordado nas obras anteriormente referidas. Essa análise irá ser efectuada segundo as problemáticas emergentes que serão apresentadas nesta dissertação.

1.2. Objectivos da dissertação

Após a revisão da literatura foi possível identificar a lacuna anteriormente referida. Para a resposta à mesma será necessário analisar aspectos que têm vindo a ser focados por diversos autores, nomeadamente no que toca à inadequabilidade da actual gestão dos lugares *patrimoniais* relativamente a um determinado contexto. Assim, deverão ser tidos em consideração os seguintes aspectos:

- Se existe a participação da comunidade no processo de decisão das intervenções *patrimoniais* nos castelos com vista à definição do *património* como um processo de formação de *identidade(s)*, de forma a prever uma sustentabilidade na manutenção e conservação do castelo de acordo com os valores que a comunidade atribuiu ao mesmo;
- Se nos conceitos das intervenções *patrimoniais* nos castelos existe, explícita ou implicitamente, uma expectativa de que a mesma possa gerar benefícios económicos, através da valorização do castelo que vise uma maior afluência de visitantes e consequente impacto esperado na economia local e, caso exista, se essa expectativa teve reflexos no quotidiano das comunidades e no desenvolvimento local;
- Se as intervenções *patrimoniais* incluem novas abordagens de acordo com os novos conceitos de *património* ou continuam a pautar-se por intervenções arquitectónicas baseadas no estudo restrito da estrutura pré-existente;
- De que forma pode ser pertinente um conhecimento profundo de um determinado contexto para adequar a intervenção *patrimonial* aos recursos existentes e à valorização do mesmo pela comunidade.

Para responder a estes aspectos, a dissertação foi desenvolvida tendo em consideração os objectivos seguidamente apresentados:

- Contextualizar as mudanças ocorridas nas intervenções *patrimoniais* e no conceito de *património* a partir da última década do século XX;
- Avaliar as expectativas da população relativamente às mudanças identificadas através da resposta ao objectivo anterior nas intervenções *patrimoniais* mais recentes nos castelos em Portugal efectuadas no século XXI;
- Delinear perspectivas para novas abordagens à intervenção *patrimonial* nos castelos portugueses de forma a responder às singularidades de um contexto específico e por isso contribuir para uma sustentabilidade na manutenção do castelo.

Seguidamente, na figura 1.1, apresenta-se um quadro-síntese da relação entre os vários objectivos e da forma como se responde à lacuna identificada.

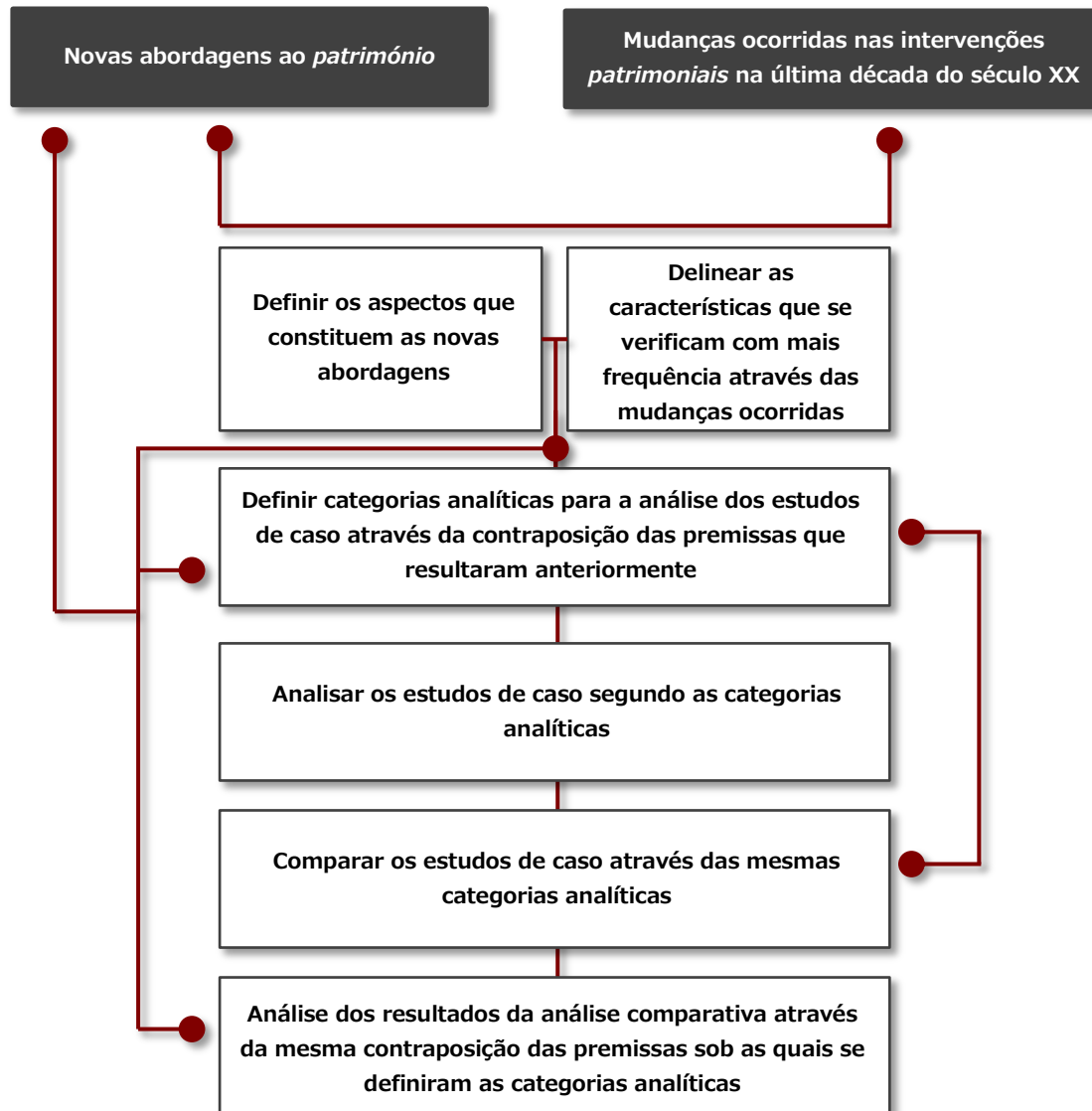


Figura 1.1.
Quadro-síntese da estrutura da dissertação.
Quadro da autora.

Relativamente ao primeiro objectivo, para efectuar uma análise das intervenções *patrimoniais* mais recentes nos castelos em Portugal será necessário primeiramente verificar que mudanças ocorreram na década precedente e que características foram introduzidas nesse período. Essas características serão um dos pontos de partida para a análise das intervenções dos estudos de caso.

As intervenções devem igualmente ser analisadas sob o ponto de vista das abordagens que têm surgido recentemente no que diz respeito ao conceito de *património* e gestão dos lugares *patrimoniais*, visto que as mesmas introduzem novas formas de entender o *património*

e consequentemente a intervenção *patrimonial*. Estas abordagens identificam também alguns problemas que têm surgido relativamente à expectativa económica que se colocou no *património* como factor de desenvolvimento e o afastamento das comunidades no processo de decisão ou mesmo na gestão dos lugares *patrimoniais*, o que pode significar que a intervenção *patrimonial* não é desenvolvida segundo as especificidades de cada contexto.

Pretende-se então efectuar uma análise dos estudos de caso mediante a contraposição entre os aspectos defendidos por alguns autores, como a expectativa económica e a intervenção como projecto de arquitectura, e o contexto onde as intervenções *patrimoniais* dos estudos de caso se inserem. A análise do contexto será efectuada mediante alguns aspectos referidos pelas abordagens emergentes relativamente ao conceito de *património*, como por exemplo os valores que a comunidade associa ao castelo, a sua participação no processo de decisão, as características socioeconómicas de cada contexto, etc.

Esta contraposição entre diversos aspectos será sintetizada em categorias analíticas que irão constituir uma matriz de análise comum a todos os estudos de caso.

Quanto ao segundo objectivo, após a definição das categorias analíticas, suportados pelas características identificadas através da resposta ao primeiro objectivo, irá proceder-se a uma análise individual das intervenções que procedem aquelas analisadas na fundamentação teórica, ou seja, os estudos de caso irão ser constituídos pelas intervenções que procederam a última década do século XX.

Com a contraposição das duas principais temáticas pretende-se analisar as intervenções *patrimoniais* dos estudos de caso de forma a verificar se existe uma continuação das características identificadas na década precedente e que implicações essas características têm no contexto de cada estudo de caso. Através da análise efectuada pretende-se verificar se existem ou não divergências entre a intervenção *patrimonial* e a disponibilidade de meios financeiros existentes a nível local para a sua manutenção, se os valores que suportam a classificação do castelo divergem daqueles que são associados pela comunidade, se as comunidades consideram que uma participação cívica seria importante, etc. Esta análise é conduzida sobretudo de acordo com uma perspectiva de inclusão das novas abordagens à intervenção *patrimonial*, como um processo que é efectuado em função das especificidades de cada contexto, pelo que se pretende verificar em cada estudo de caso aspectos divergentes e também convergentes, no sentido em que em função de cada contexto há um impacto diferenciado e por isso existem diferentes aspectos a serem considerados para futuras abordagens a esse mesmo processo.

Neste sentido, visto que cada estudo de caso será analisado segundo o seu contexto específico, apenas poderão ser considerados aspectos na análise comparativa passíveis de uma leitura transversal a todos os estudos de caso.

A análise comparativa terá como suporte as mesmas categorias analíticas que suportaram a análise individual mas apenas irão ser consideradas algumas subcategorias das categorias analíticas.

Através da análise comparativa pretende-se assim analisar aspectos convergentes e divergentes que foram verificados com maior frequência nos estudos de caso de forma a delinear características que irão suportar a resposta ao terceiro objectivo.

As características verificadas através da análise comparativa, e também aspectos referidos em cada um dos estudos de caso, irão ser analisados tendo em consideração a contraposição nas mesmas premissas sob as quais foram delineadas as categorias analíticas.

Neste sentido, pretende-se delinear-se perspectivas que possibilitem uma resposta mais adequada das intervenções *patrimoniais* relativamente ao contexto onde se inserem, mediante os problemas que se verificaram nos estudos de caso e que necessitam de uma abordagem diferente para a sua colmatação. Estas perspectivas irão ser delineadas tendo em consideração as abordagens emergentes relativamente ao *património* que irão ser identificadas na fundamentação teórica, sendo que estas constituem também um dos pontos de partida para a definição das categorias analíticas para proceder à análise individual e comparativa.

Através destas considerações pretende-se responder ao terceiro objectivo desta dissertação.

1.3. Metodologia aplicada

Relativamente à metodologia aplicada efectuou-se primeiramente uma análise documental através da revisão da literatura, sobretudo a literatura produzida nos anos mais recentes e com novas abordagens ao conceito de *património* e às intervenções *patrimoniais*, de forma a ser possível delinear premissas que possibilitassem uma análise às intervenções *patrimoniais* nos castelos na sua relação com um contexto específico, como se pode verificar na figura 1.1.

Dada a grande quantidade de castelos existentes em Portugal, não foi possível efectuar um estudo exaustivo de todas as intervenções *patrimoniais* contemporâneas nos castelos, pelo que se optou por uma selecção através da definição de um enquadramento temporal e das intervenções que se pautassem pelas características verificadas e delineadas através da fundamentação teórica².

Neste sentido, para ser possível responder aos objectivos desta dissertação através da análise de algumas intervenções que resultam dessa selecção, optou-se por utilizar uma metodologia de âmbito qualitativo, através de estudos de caso, segundo Yin (2003).

Esta análise foi suportada pela definição das categorias analíticas, sendo que as mesmas foram por sua vez suportadas pela fundamentação teórica, como apresentado na figura 1.1³.

² Os critérios desta selecção serão apresentados no capítulo 6.

³ A explicitação de como foram estruturadas estas categorias encontra-se igualmente no capítulo 6.

Com esta abordagem pretendeu-se assim verificar se as intervenções que resultaram da selecção anteriormente referida indicavam novas abordagens de acordo com as problemáticas emergentes, bem como se existe uma efectiva resposta, no contexto em que se inserem, às premissas que constituem os conceitos de cada uma das intervenções, sobretudo às questões da expectativa económica e da valorização dos castelos.

A pesquisa relativamente aos estudos de caso incidiu em técnicas de recolha de informação de forma a possibilitar recolher dados sobre a intervenção *patrimonial* de cada estudo de caso e dados sobre cada um dos contextos. Desta forma, considerou-se pertinente efectuar um enquadramento da povoação onde se insere o castelo, da estrutura pré-existente e da intervenção *patrimonial*.

Relativamente à estrutura pré-existente, através da observação e notas de campo foram verificadas as principais características e alterações que foram sendo efectuadas, através de uma leitura visual, baseada em elementos que tornam possível essa leitura, registadas em fotografia e que em alguns estudos de caso se optou por elucidar estas características apresentando os resultados obtidos através dessa técnica, simplesmente para o enquadramento da estrutura pré-existente. A apresentação da mesma nesta dissertação foi também suportada pela análise documental, que incidiu sobretudo na recolha de fotografias e de informação através de monografias sobre o castelo ou sobre a história local.

Para enquadrar estados anteriores da estrutura pré-existente procedeu-se à recolha de fotografias para elucidar as alterações na estrutura e o estado anterior à mais recente intervenção. Através da análise documental foi também possível verificar alguns aspectos relativamente ao estado anterior, sobretudo nos usos anteriores, caso existam, ou outros factos relativos à estrutura pré-existente em termos morfo-tipológicos e que suportam algumas das características verificadas através da observação. Também através desta análise documental foi efectuado um enquadramento estratégico do castelo.

No que diz respeito à intervenção *patrimonial*, através da observação, e também das notas de campo, foram verificados aspectos como os acessos, principais materiais utilizados, o conteúdo do programa e o funcionamento dos espaços, além das técnicas que foram utilizadas para a *interpretação*⁴, como painéis informativos, apresentação de espólio arqueológico, etc. Verificaram-se igualmente questões relativas à implantação e reversibilidade das soluções arquitectónicas. A fotografia permitiu rever as características verificadas através da observação, além de que se torna pertinente a apresentação dos resultados obtidos através desta técnica para o enquadramento e explicitação da intervenção *patrimonial*. A análise documental através dos desenhos técnicos foi igualmente importante para uma melhor compreensão das características verificadas através da observação. Optou-se por apresentar alguns desses desenhos no enquadramento da intervenção de forma a ser mais compreensível a leitura da descrição efectuada sobre as características da intervenção⁵. Parte da informação recolhida para o enquadramento da intervenção foi efectuada também por análise documental, sobretudo

⁴ Conceito explicitado na fundamentação teórica.

⁵ Os desenhos técnicos não apresentados mas que possibilitam uma melhor compreensão da intervenção encontram-se em anexo. A explicitação dos elementos gráficos presentes nos desenhos técnicos será apresentada no capítulo 7.

através de monografias, de informação disponível através de fontes electrónicas e da consulta dos processos das intervenções dos estudos de caso. A informação para a justificação da intervenção foi efectuada através de entrevistas a informantes-chave, que se irá explicar posteriormente.

Para a avaliação da relação entre as intervenções e o respectivo contexto considerou-se pertinente efectuar um enquadramento da povoação de cada um dos estudos de caso pois alguma da informação apresentada torna-se necessária para a análise individual. Este enquadramento foi efectuado sobretudo através da análise documental, como por exemplo monografias sobre a história local.

Relativamente à resposta às premissas definidas através da fundamentação teórica para a análise da relação da intervenção *patrimonial* com o contexto local, não foram encontrados dados específicos e conclusivos sobre este assunto, nomeadamente à expectativa económica e impacto da intervenção neste âmbito, dados sobre a afluência de visitantes, etc., pelo que se optou pela recolha de informação através de entrevistas. Da mesma forma, para recolher informação relativamente aos valores associados ao castelo e a sua importância no contexto local para a comunidade, premissas que também foram delineadas através da fundamentação teórica, procedeu-se igualmente à recolha de informação através desta técnica anteriormente referida.

As entrevistas foram estruturadas em três modelos⁶, em que cada modelo corresponde a um tipo de informante-chave, e por isso, de âmbito qualitativo. O modelo I corresponde às entrevistas direccionadas aos habitantes, o modelo II corresponde às entrevistas direccionadas a um técnico ou entidade relacionados com o comércio ou economia locais, como associações empresariais, por exemplo, e o modelo III corresponde às entrevistas direccionadas a um técnico responsável ou que tenha informação suficiente para responder às questões sobre a intervenção e a gestão do castelo.

Cada um dos modelos foi estruturado em diversas questões de forma a permitir recolher informação para responder às várias categorias analíticas relativamente à expectativa económica, aos valores associados pela comunidade, à gestão do castelo pelas entidades responsáveis e pela adequabilidade da intervenção sobretudo em termos de usos, programa e justificação relativamente ao contexto onde se insere, respondendo consequentemente ao segundo e terceiro objectivos.

Foram estruturados três modelos para obter informação relativa a várias temáticas mas também para permitir uma análise comparativa, em cada estudo de caso, entre as respostas de diferentes informantes-chave de forma a entender que convergências ou divergências poderão existir entre essas mesmas opiniões.

Cada um dos modelos foi estruturado em quatro grupos de questões, comuns a todos os modelos: o grupo A é referente à importância histórico-*patrimonial* do castelo, o grupo B às questões do comércio e economia, o grupo C à gestão do *património* e o grupo D à intervenção no castelo. Todos os modelos são assim estruturados da mesma forma. Em cada grupo, as

⁶ Os guiões dos modelos I, II e III encontram-se em anexo.

diversas questões estão numeradas pela letra que identifica o grupo e o respectivo número da mesma. No entanto, em cada modelo e consequentemente dentro de cada grupo, as questões variam consoante o informante-chave de cada modelo, pelo que cada grupo pode apresentar mais ou menos perguntas consoante cada modelo, o que altera necessariamente a numeração das questões. Por exemplo, no grupo A do modelo I existem cinco questões, numeradas respectivamente de A.1. a A.5., sendo que no modelo II existem apenas duas questões, numeradas respectivamente de A.1. a A.2. Isso significa que a questão A1 pode não corresponder à mesma questão, com a mesma numeração, nos restantes modelos de entrevista.

Desta forma, a correspondência entre a numeração das perguntas comuns encontra-se assinalada no modelo II e no modelo III, em que a numeração assinalada a vermelho é referente ao modelo I. Relativamente às entrevistas dirigidas aos habitantes, dado o tempo e meios disponíveis para esta dissertação, foram entrevistados três a cinco habitantes em cada estudo de caso (sendo que no estudo de caso de Amieira do Tejo, por falta de resposta de alguns habitantes, apenas foi possível recolher duas respostas às entrevistas).

Começando pela apresentação do Modelo I, no grupo A foram definidas cinco questões de forma a entender que valores são associados ao castelo e que factos sobre o castelo são conhecidos por alguns habitantes. Na questão A3 pretende-se verificar se os habitantes atribuem ou não importância ao castelo devido ao facto de o mesmo ter contribuído para o desenvolvimento da região, no sentido em que o valorizam como factor da existência da localidade. Nas questões A1 e A2 pretende-se igualmente verificar se existe ou não convergência entre o valor atribuído ao castelo, e que suporta a sua classificação, e os valores atribuídos pela comunidade local, para entender se existe multiplicidade de valores associados ao castelo e que implicações podem ter na manutenção e utilidade da intervenção para o contexto local. Através das questões A4 e A5 pretende-se entender se existe uma valorização pessoal do castelo e a opinião sobre a valorização do castelo pela comunidade local. Estas informações poderão ser importantes no sentido em que a manutenção do castelo, e também a sua divulgação, só poderão ser efectivas se se entender que significado(s) tem o castelo para a comunidade local. Através da análise individual e comparativa destas questões pretende-se delinear algumas considerações para responder ao terceiro objectivo.

Relativamente ao grupo B, o mesmo foi estruturado em quatro questões. A questão B1 é referente à verificação da importância da divulgação do castelo para o comércio e economia locais. Esta questão é pertinente pois se o castelo não for considerado como factor gerador então irá existir uma divergência relativamente à intervenção *patrimonial* que perspetive a valorização do castelo e consequente expectativa económica através de maior afluência de visitantes. Esta ideia é depois confrontada com as respostas da questão B3, através da opinião sobre o impacto da intervenção no castelo no comércio e economia locais. Com a questão B2 pretende-se verificar se a afluência de visitantes, gerada pelo castelo, constitui uma das principais soluções para o comércio e economia locais. Caso não constitua, a justificação para determinadas intervenções poderá mostrar grandes fragilidades. A questão B4 é relativa à opinião sobre o efectivo desenvolvimento através da afluência de visitantes à localidade, pelo

que se pretende analisar se a expectativa económica ou a afluência de mais visitantes tem resultados visíveis ou se é um factor que poderá deixar de ser válido para justificar uma intervenção *patrimonial*.

O grupo C está estruturado em cinco questões. Na questão C1 pretende-se analisar se existe uma participação da comunidade no processo de decisão da intervenção, e caso exista, de que forma a mesma aconteceu. Esta pergunta é pertinente no sentido em que o *património* é considerado um processo de construção de *identidade(s)*, em que a participação da comunidade local é de extrema relevância segundo essa nova abordagem. De mesma forma será necessário entender se as comunidades consideram importante essa participação cívica, a questão C2, e em que acções se podem traduzir, pois muitas vezes a falta de informação relativamente a esta questão leva a que uma participação deste género seja colocada de parte, tanto por habitantes como técnicos.

A questão C3 é igualmente pertinente porque perspectiva-se que a divulgação do castelo pela comunidade local poderá ser mais efectiva se a mesma atribuir valor ao castelo, e é necessário verificar se existe divulgação e de que forma a mesma é efectuada. A questão C4 vem no seguimento da questão C3 e é relativa ao contributo pessoal para a divulgação do castelo, para entender se existe uma preocupação nesse sentido e que tipo de relação poderá existir entre a valorização pessoal e a consequente divulgação do castelo. Relativamente à questão C5, pretende-se verificar que tipo de perspectivas existem relativamente ao futuro do castelo, nomeadamente na gestão e manutenção do mesmo, de forma a avaliar que problemas poderão surgir e quais as alternativas para os colmatar.

O último grupo, o grupo D, está constituído por seis questões, sobretudo relativas à intervenção arquitectónica. As questões D1 e D2 são relativas ao conhecimento da intervenção pela comunidade local, tanto no que toca à visita à intervenção como ao conhecimento de factos sobre a mesma, sendo que este último aspecto poderá interrelacionar-se com a participação da comunidade local no processo de decisão da intervenção.

Um outro factor pertinente para avaliar o impacto da intervenção no castelo será a análise da opinião dos habitantes sobre a intervenção, nomeadamente a análise da funcionalidade, utilidade e impacto da intervenção na imagem do castelo, através das perguntas D3 e D4. Pretende-se assim avaliar de que forma a intervenção contribuiu para a valorização do castelo e se tem uma utilidade e funcionalidade efectivas para a comunidade.

A questão D5 é também pertinente, pois deverá avaliar-se as opiniões sobre a preservação do *património* e para que propósito, nomeadamente para as gerações futuras. Deverá igualmente avaliar-se se o conceito de *gerações futuras* é vago ou se existem acções concretas que promovam a transmissão de valores entre diversas gerações, sob o ponto de vista do *património* como um processo de criação de *identidade(s)* e não um *congelamento* de um determinado artefacto, e consequente conservação, para uma geração que não é definida. A questão D6 torna-se pertinente porque é necessário avaliar se para a comunidade local poderá haver outras perspectivas para o uso do castelo diferentes daquele previsto pela intervenção ou simplesmente para a fruição pública, podendo prever-se que a sustentabilidade da manutenção

poderá passar por uma flexibilidade maior nos usos propostos além daqueles que actualmente existem para os lugares *patrimoniais*.

Relativamente ao modelo II, este é sobretudo constituído por questões já referidas anteriormente, visto que se pretende analisar o ponto de vista e a opinião de um especialista relativamente à comunidade local, havendo por isso perguntas comuns aos dois modelos. Através desta comparação pretende-se delinear divergências ou convergências, dependendo de cada contexto, entre a gestão e a classificação do castelo sob uma esfera especialista e as opiniões da própria comunidade. Além desta questão pretende-se também avaliar que relação existe, em termos da participação da comunidade, valorização e divulgação do castelo, entre as entidades locais e a comunidade.

No entanto existem questões que não são comuns ao modelo I. Considerou-se necessário efectuar uma questão para entender qual a justificação para a intervenção no castelo, verificando-se assim se a mesma justificação se repete nos vários estudos de caso ou se a justificação para a intervenção apresenta diferenças, o que poderá indiciar que a intervenção foi efectuada ou não em função de uma necessidade local.

Outra das questões que se considerou relevante foi no sentido de entender que acções de divulgação ou apresentação de informação ao público as entidades locais têm desenvolvido ao longo dos anos mais recentes relativamente ao castelo e também ao *património* em geral. Esta questão surge no contexto da *interpretação* e da mensagem subjacente à mesma, no qual se pretende verificar se a *interpretação* é uma mediação entre os valores que devem ser transmitidos entre gerações ou se essa *interpretação* é efectuada através da apresentação de informação factual baseada nos valores considerados intrínsecos.

Com a última questão que não é comum ao modelo I pretende-se verificar se existe algum impacto da intervenção no castelo noutro aspecto além do comércio e economia locais, e que poderá ser tido em consideração para a resposta ao terceiro objectivo.

Relativamente ao modelo III, igualmente com questões comuns aos restantes modelos para permitir uma comparação entre os diversos informantes-chave, as questões especificamente ligadas ao comércio e economia locais estavam direccionadas para permitir delinear algumas características económicas da localidade, nomeadamente que tipo de comércio existem e se o castelo é o principal factor gerador para o comércio local.

No entanto, apenas foi obtida uma resposta ao modelo III, relativa ao caso de Mogadouro, pelo que não foi considerada, pois seria um elemento em falta nos restantes estudos de caso, dificultando a igualdade de parâmetros na análise individual.

Optou-se por analisar as questões comuns, da única entrevista obtida do modelo III, ao modelo I como se constituísse mais uma entrevista desse modelo. No caso de Mogadouro não foi possível a resposta ao modelo II, apenas sendo apresentadas as respostas obtidas dos habitantes. Esta questão é depois explicitada em mais detalhe na análise desse estudo de caso.

A informação obtida através das entrevistas foi sistematizada através da apresentação de tabelas, onde é possível obter uma leitura das várias respostas obtidas através dos diferentes modelos. Em cada estudo de caso são apresentadas várias tabelas relativas às respostas obtidas nesse mesmo estudo de caso. As diferentes questões são organizadas de

forma a responderem às categorias analíticas que irão ser apresentadas no capítulo 6, focando-se no capítulo 7 a forma como foram estruturadas essas mesmas tabelas.

Desta forma, a análise individual irá ser efectuada correlacionando-se toda a informação que foi obtida em cada um dos estudos de caso, tanto através da observação, como da análise documental e também das entrevistas.

A análise comparativa irá ser estruturada da mesma forma, efectuando-se uma leitura transversal a essa mesma informação recolhida e apresentada em cada um dos estudos de caso.

No que diz respeito às considerações finais, a mesma foi estruturada pela resposta aos objectivos propostos nesta dissertação, respectivamente.

1.4. Estrutura da dissertação

A presente dissertação encontra-se dividida em quatro partes.

Na Parte I apresenta-se a introdução, sendo constituída por apenas um capítulo, o capítulo 1, pois todos os temas estão relacionados, não tendo sido necessário apresentar alguns temas em capítulo separado. Assim, primeiramente efectuou-se um enquadramento da problemática onde se aborda também de forma breve o Estado da Arte e a definição e caracterização do objecto de estudo. Seguidamente apresentam-se os objectivos e um quadro-síntese da forma como a resposta aos objectivos se interrelaciona ao longo da dissertação, de forma a responder à lacuna identificada. Apresenta-se também a metodologia utilizada para a resposta a esses mesmos objectivos, sendo que depois a metodologia é abordada de forma mais específica nos capítulos onde se considerou necessário explicitar de uma forma mais elucidativa os métodos de pesquisa e o tratamento da informação recolhida.

Na fundamentação teórica, a Parte II, optou-se primeiramente por abordar as problemáticas de um ponto de vista mais abrangente e teórico e posteriormente focando os aspectos mais particulares, enquadrados no objecto de estudo.

Desta forma, no capítulo 2, numa primeira parte, são abordadas as várias valências do significado de *património*, segundo as problemáticas e estudos emergentes e, numa segunda parte, identifica-se as implicações da fruição pública nos lugares *patrimoniais* relativamente à gestão e intervenção no *património* na contemporaneidade. Esta abordagem é no sentido de explicitar algumas das premissas que suportaram a análise dos estudos de caso, ou seja, premissas que possibilitaram estabelecer considerações sobre a relação das intervenções *patrimoniais* efectuadas na contemporaneidade, sobretudo após finais da década de 90 do século XX com as problemáticas emergentes anteriormente referidas.

Para situar o contexto em que surgem as problemáticas abordadas no capítulo 2 considerou-se necessário fazer uma breve abordagem a períodos antecedentes, nomeadamente como se construiu o conceito de *património* tradicionalmente entendido na cultura ocidental,

cujas implicações, num contexto de uma sociedade contemporânea, fizeram surgir novas abordagens. Estas questões são tratadas no capítulo 3.

Este tema constitui um ponto de partida para o capítulo seguinte, o capítulo 4, focando-se o contexto português e a forma como a gestão do *património* se foi estruturando. Para o objecto de estudo interessava sobretudo explicitar os antecedentes à década de 90 do século XX, década onde começa a delinear-se novas abordagens, nas quais se basearam os critérios de selecção para os estudos de caso e as categorias analíticas para a análise das intervenções *patrimoniais* dos mesmos. Assim, optou-se por enquadrar os antecedentes após a Revolução de 1974, que marca não só uma mudança no regime político mas também nas políticas do *património*, sendo a apresentação destas relevante para a presente dissertação.

Da mesma forma que se optou por uma breve contextualização dos antecedentes às problemáticas emergentes abordadas no capítulo 2, considerou-se também pertinente uma breve contextualização dos antecedentes à data de 1974.

Delineadas as políticas *patrimoniais* no contexto português sob um ponto de vista teórico até finais da década de 80 do século XX, explicita-se seguidamente algumas mudanças que ocorreram na década seguinte, analisando-se algumas intervenções *patrimoniais* que apresentam novas abordagens. Analisa-se posteriormente estas mudanças em algumas intervenções *patrimoniais* nos castelos, no mesmo período.

Para esta dissertação considerou-se ainda relevante apresentar um breve enquadramento do contributo dos castelos na construção do território português, que constitui o capítulo 5. Sendo que o castelo deve ser entendido como um elemento integrante de uma determinada *paisagem*, este aspecto deve ser uma consideração presente nos projectos de intervenção *patrimonial* em castelos, apresentando-se por isso uma breve abordagem teórica para contextualizar esta ideia. Neste capítulo pretende-se ainda salientar, dentro do contexto português, os valores que diferentes comunidades, em diferentes contextos, associam aos castelos em Portugal. Esta ideia interrelaciona-se com a problemática dos diferentes valores que se podem associar a um mesmo artefacto, referidas no capítulo 2 e deve, por isso, constituir uma questão a abordar na análise dos estudos de caso.

A Parte III é referente à apresentação e análise dos estudos de caso e está dividida em três partes: a primeira parte, que integra o capítulo 6, é referente à justificação e enquadramento dos estudos de caso, a segunda parte, já no capítulo 7, refere-se à apresentação de cada um dos estudos de caso e consequente análise e, por fim, apresenta-se a análise comparativa dos mesmos, que constitui o capítulo 8.

Começou-se, então, por abordar as categorias analíticas que suportam a análise dos estudos de caso através de um quadro-síntese das problemáticas abordadas na Parte II, uma das partes que constitui o quadro-síntese apresentado no capítulo 1. Para cada categoria analítica é apresentado um quadro-síntese das técnicas e fontes de informação utilizadas, além das subcategorias. Seguidamente apresenta-se os critérios de selecção para os estudos de caso que constituem esta dissertação.

Relativamente ao capítulo 7 optou-se, em cada estudo de caso, por dividir a análise individual em duas partes: na primeira parte é efectuado um enquadramento e uma descrição,

de forma factual, tanto do castelo e da povoação onde o mesmo se encontra como da intervenção *patrimonial*, apresentando-se diversos elementos tais como fotografias, plantas, características da intervenção, história do castelo, particularidades. Nesta primeira parte é também apresentada a sistematização da informação recolhida através das entrevistas.

Na segunda parte é efectuada uma análise crítica aos elementos apresentados seguindo a estrutura de cada uma das categorias analíticas, apresentadas no capítulo 6.

No capítulo 8 apresenta-se uma correlação entre a análise individual de cada um dos estudos de caso seguindo a mesma estrutura, das categorias analíticas, mas apenas analisando os aspectos que permitem uma leitura transversal a todos os casos e por isso passíveis de serem comparados.

Nesta dissertação optou-se por não incluir um capítulo referente à correlação entre a análise comparativa e a fundamentação teórica. Esta correlação é efectuada ao longo da dissertação, apresentada na figura 1.1. A resposta ao primeiro objectivo constitui-se pela sintetização das características verificadas através da fundamentação teórica, que se pode verificar na figura 6.1., sendo que estas suportam a análise dos estudos de caso. Desta forma, as categorias analíticas que delinearam a análise dos estudos de caso foram definidas através da contraposição entre essas mesmas características. Esta contraposição irá permitir obter considerações com vista a perspectivar os novos desafios relativos à intervenção *patrimonial* que são referidos nas abordagens ao *património* surgidas nos anos mais recentes e que são referidas na fundamentação teórica.

Desta forma, em cada um dos estudos de caso é efectuada uma análise onde se interrelaciona os resultados com essas características que provêm da fundamentação teórica.

A resposta ao terceiro objectivo é efectuada pela análise comparativa dos resultados obtidos mediante a mesma contraposição que se apresenta na figura 6.1., perspectivando-se assim que problemas deverão ser colmatados para responder aos novos desafios anteriormente referidos.

Por fim, na Parte IV, que constitui as considerações finais, apresenta-se a resposta aos objectivos propostos nesta dissertação.

PARTE II | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Capítulo 2 ■ As várias dimensões do *património*

A temática a abordar neste capítulo é bastante complexa e abrangente pelo que se apresenta uma breve exposição das principais problemáticas emergentes nos finais do século XX e no novo milénio relativas ao conceito de *património*¹ e às suas múltiplas dimensões.

Focam-se estas novas problemáticas e novos conceitos nesta dissertação na óptica de entender os processos de construção de *memória* colectiva e o papel do *património* como dinamizador desse processo.

2.1. Pós-modernidade: factores de mudança

O conceito *património*, tal como se aplica actualmente, é essencialmente uma ideia construída das sociedades modernas e contemporâneas², conceito esse que foi separando gradualmente certos artefactos ou *práticas* culturais da sua contínua evolução e readaptação, ou simplesmente do seu fim ou abandono, relativamente ao dia-a-dia das sociedades, constituindo um processo que vai acontecendo à margem daquilo que sempre caracterizou a relação dos indivíduos com o tempo e os lugares – um contínuo processo de criação de *memória*, baseado na selectividade de certos valores considerados pertinentes e identificativos para um determinado grupo na sociedade, valores que seriam transmitidos à próxima geração.

Desta forma, poder-se-ia considerar que as sociedades convivem com uma grande multiplicidade de expressões *patrimoniais*, ou seja, coexistem diversos processos de criação de *memória* mesmo que esses não sejam reconhecidos pelo Estado ou pelas instituições autorizadas a identificar e a gerir o *património* definido por organismos legais e não sendo, portanto, classificados.

Mesmo assim, a actualidade confronta-se com uma problemática - a acumulação de uma grande quantidade e diversidade de bens classificados (Aguiar, 2010; Custódio, 2010; Harrison, 2013). Para explicitar este fenómeno terá de avaliar-se diversas questões relacionadas com os paradigmas da globalização e do conceito de *tempo* para as sociedades contemporâneas. Augé afirma, a propósito da experiência do *tempo* na contemporaneidade, que:

A *aceleração* da história corresponde de facto a uma multiplicação de acontecimentos as mais das vezes não previstos pelos economistas, os historiadores ou os sociólogos. É a superabundância dos acontecimentos que constitui problema, e não tanto os horrores do século XX [...], nem a mutação dos esquemas intelectuais ou das convulsões políticas [...]. Esta superabundância [...] não pode ser plenamente apreciada senão tendo em conta por um

¹ Apresenta-se o vocábulo *património* em itálico devido às diversas interpretações existentes.

² No capítulo 3 é explorado, em linhas gerais, como surgiu este conceito e como foi posteriormente institucionalizado.

lado a superabundância da nossa informação, e por outro lado interdependências inéditas daquilo a que alguns chamam hoje o *sistema-mundo* [...].

[...] O que é novo não é que o mundo não tenha, ou tenha pouco, ou menos, sentido, é antes que experimentemos explícita e intensamente a necessidade quotidiana de [...] dar um sentido ao mundo [...]. Esta necessidade de dar um sentido ao presente, senão ao passado, é a contrapartida da superabundância de acontecimentos que corresponde a uma situação que poderíamos dizer de *sobremodernidade*, a fim de darmos conta da sua modalidade essencial: o excesso. (2005, 27-29)

A multiplicidade de acontecimentos simultâneos que ocorre na contemporaneidade alterou a forma como se entende o *passado*. O espaço temporal necessário à compreensão e reconhecimento de um dado artefacto como *património* alterou-se de forma paradigmática, sendo visível tanto na diversidade de bens classificados como no período necessário para que um bem seja passível para tal, que vem sendo gradualmente menor.

Esta experiência do *tempo*, na qual as sociedades constantemente transcendem o presente para um futuro que está sempre iminente (Harrison, 2013) faz com que aquilo que se torna passado esteja em permanente risco de desaparecer, e cujo valor é incerto, ou difícil de definir, pois artefactos ou *práticas* que são quotidianas passam constantemente a pertencer a uma época passada, e sendo passíveis, portanto, de serem olhadas com uma espécie de *nostalgia* ou sentido de perda (Custódio, 2010).

Estes factores reflectem-se num esforço imenso, a nível global, de categorizar e classificar quase tudo, para que fique registado, mesmo aquilo que ainda não está considerado em *risco* (mas cuja perda é igualmente considerada iminente), cujo objectivo reside na sua própria classificação, de ordem arquivística. Este modelo de categorização remete para a tangibilidade daquilo que se pretende classificar, baseado em valores intrinsecamente ligados à materialidade, sendo que este conceito é resultado da institucionalização e da existência de discursos dominantes sobre o *património*³, que atribuiu à materialidade do mesmo um papel representativo e significativo na definição de *identidade nacional* (Smith, 2006).

O conceito dominante de *património* caracteriza-se como algo que pertence a um dado momento histórico, e cujo papel na contemporaneidade reside ou residirá (a tendência arquivística dos bens classificados relaciona-se com uma possível interpretação por uma dada sociedade num futuro que não está definido) na sua *interpretação*. Esta última é influenciada por fenómenos globais como a fruição pública nos lugares *patrimoniais*, as mudanças na economia e nos sistemas políticos, na mobilidade, etc.⁴. Poderá dizer-se que os valores ou significados sob os quais reside a *interpretação do património* como algo *a posteriori* entram em conflito, sob um dado ponto de vista, com outros paradigmas da contemporaneidade, relacionados com um aspecto particular: a *identidade* (e as suas diversas acepções).

Primeiramente deverá entender-se o que significa *identidade*. Os fenómenos de globalização transformaram e criaram novas e diversas formas de *identidade*, onde o individualismo e uma espécie de *auto-identidade* ganham uma nova expressão. Castells (2010)

³ Tema explorado no capítulo 3.

⁴ Tema desenvolvido no subcapítulo a seguir.

afirma que *identidade* constitui um processo de construção de significado baseado num atributo cultural, ou num conjunto de atributos culturais relacionados, aos quais é dada prioridade relativamente a outras fontes de significado, sendo que para um actor individual ou mesmo colectivo, pode haver múltiplas *identidades*. Giddens afirma também, a propósito de *auto-identidade*, que uma das características distintivas da modernidade assenta na interligação entre o global e o local, sendo que “o *self*⁵ não é uma entidade passiva, determinada por influências externas; ao forjarem as suas auto-identidades, e independentemente do carácter reduzido dos seus contextos de acção específicos, os indivíduos contribuem para, e promovem directamente, influências sociais com consequências globais” (1997, 1-2).

Neste sentido, pode dizer-se que a *identidade* não é algo inerente mas antes um processo de construção, através de símbolos, *memória* colectiva, artefactos da História, por exemplo, nos quais, como afirma Castells, “individuals, social groups and societies process these materials, and rearrange their meaning, according to social structure, and in their space/time framework” (2010, 7). Desta forma, se a *identidade* não é algo inerente, não poderá simplesmente ser representada pela materialidade dos artefactos ou *práticas* do passado; reside, pelo contrário, na contínua redefinição dos valores que o passado representa relativamente às necessidades sociais, políticas e culturais do presente (Smith, 2006).

Assim, dentro de um Estado-Nação e de uma sociedade civil que abstractamente partilha uma *identidade*, existem outras *identidades* simultâneas, não só referentes àquilo que se designa por *multiculturalismo*⁶ mas também por outro tipo de grupos ou comunidades que partilham outro tipo de valores, como o caso, por exemplo, das *práticas* religiosas que acontecem em Stonehenge, Inglaterra, na época do solstício de Inverno ou mesmo o papel da construção de uma *identidade nacional* nos países que resultaram da desintegração da União Soviética. Estas múltiplas *identidades* são muitas vezes reaccionárias aos valores dominantes, quer num contexto de Estado-Nação, quer num contexto global de certas normas imperativas.

Harrison (2013), a propósito deste tema, refere que num mundo culturalmente diverso é impossível atribuir um conjunto de valores positivos a um único significado ou acepção de *património*. Os valores tradicionalmente associados ao *património* como valor cultural e científico, são, nas novas tendências da globalização, confrontados com realidades sociais e económicas, bem como com a política ambiental do desenvolvimento sustentável⁷ (Jokilehto, 2004).

Desta forma, os Estados-Nação foram perdendo progressivamente o controlo na selectividade e afirmação daquilo que representa a Nação como uma monocultura, geograficamente definida. O valor intrínseco atribuído então à materialidade do *património* como representativa de determinada *identidade* pode não ser reconhecido por outras formas de *identidade*. Isto significa que um mesmo artefacto pode representar múltiplos valores,

⁵ Opção do tradutor em deixar o termo original.

⁶ Harrison (2013) refere que *multiculturalismo* foi um termo que ficou popular na década de 70 do século XX para descrever políticas governamentais para lidar com a existência de um grande número de diferentes grupos étnicos numa única Nação.

⁷ Tema desenvolvido no próximo subcapítulo.

desvinculado a materialidade dos valores tradicionalmente histórico-artísticos, como algo intrínseco. Assim, os artefactos podem ter significados diferentes e por vezes contraditórios, cujo papel na construção de *identidade* pode entender-se como tendo diferentes graus de importância.

Nesta ideia estão implícitas várias questões. Primeiramente uma das questões remete para uma problemática anteriormente referida – a grande quantidade e diversidade de bens classificados, que está também associada à criação de *memória* colectiva, um dos aspectos relevantes na formação e afirmação de *identidade*.

Harrison (2013) refere então que se os objectos, lugares e *práticas* são preservados segundo critérios culturalmente determinados, significa que certos aspectos do *património* deixariam de ser relevantes e por isso passíveis de serem rejeitados. No entanto, contrariamente a esta ideia, novos bens *patrimoniais* (com novas categorias) têm sido classificados sem que se reveja a pertinência de bens classificados anteriormente. Harrison afirma ainda que a contemporaneidade enfrenta uma *crise de acumulação*⁸ que poderá enfraquecer o papel do *património* na produção de *memória* colectiva, sobrecarregando as sociedades com diferentes vestígios de passados heterogéneos e afastando-as de um processo activo em formar *memórias* colectivas no presente.

Uma outra questão relaciona-se com os valores atribuídos ao passado: à forma como os mesmos são redefinidos no presente. Se os valores são mutáveis, poderá dizer-se que existe necessariamente uma interdependência entre a tangibilidade e a intangibilidade de um dado artefacto ou *prática* do passado. A propósito desta ideia Munjeri refere que “cultural heritage should speak through the values that people give it and not the way round. Objects, collections, buildings, etc., become recognized as heritage when they express the value of *society* and so the tangible can only be understood and interpreted through the intangible. *Society* and *values* are thus intrinsically linked” (2004, 13).

A *memória* tem um papel muito significativo na forma como tais valores são redefinidos. Smith (2006), com base num outro autor, Misztal, refere que *memória* é um processo activo de recordar e esquecer, fundamental para a capacidade de compreender o mundo. Embora Smith refira que existem diversos tipos de *memória* e alerte para as diferentes interpretações que tal tópico pode gerar, foca a *memória* colectiva como *memórias* partilhadas entre um grupo, cujas legitimam interesses comuns da *identidade* do mesmo. Refere então que “collective memory is passed on and shaped in the present by commemorative events, and is reshaped daily through transmission between members of the collective social or cultural group and the language they employ to frame and define those memories” (2006, 59).

A forma de seleccionar certos aspectos em detrimento de outros, através de mecanismos como recordar ou esquecer, tem implicações na forma como o *património* é rejeitado, conservado e preservado, readaptado, recriado ou mesmo destruído. Neste contexto, e já estudado por diversos autores (ver por exemplo Smith, 2006; Ashworth, 2010; Harrison,

⁸ No termo original: *crisis of accumulation*.

2013), surgiram novos valores associados ao *património*, dos quais se destacam os conceitos de *presença ausente* e *dissonância*.

Ashworth (2010) afirma que o *património* é criado como resposta às necessidades do presente – quando essas necessidades mudam então o *património* existente torna-se dissonante. Esta ideia de *dissonância* está muitas vezes associada a mudanças de regime político, a lugares onde ocorreram massacres, prisões, entre outros, bem como à reacção a ideologias dominantes, como o caso dos valores aos quais a *interpretação* do *património* está baseada no fenómeno global da indústria *patrimonial*⁹ (Ashworth, 1995).

No entanto, Smith (2006) afirma que, ao haver a tendência em identificar *património* e *património dissonante* significa que a natureza do *património* como *dissonante* pode ser algo separado de uma ideia de *património* mais confortável e não problemática. Refere, como resposta a este tema, que o *património* é sobre a negociação dos conflitos e não tanto na identificação e gestão de casos que sejam considerados como *dissonantes*. Desta forma, considera que o *património* é um processo social que por um lado regula e legitimiza e por outro resolve, contesta e muda *identidades* sociais e culturais, *memórias* colectivas, valores e significados que prevaleçam no presente e possam continuar no futuro.

Outro dos conceitos acima referidos é a questão da *presença ausente*. Este conceito significa que apesar de um dado artefacto fisicamente ter desaparecido, a ausência do mesmo num determinado contexto ou lugar pode igualmente ter um significado iconográfico. Esta ideia remete para o simbolismo e iconografia do *património*. A destruição de ícones que representam opressão, um regime político anterior ou outro tipo de emoções ou valores constitui um processo que acontece diversas vezes ao longo da História, como o caso da Revolução Francesa¹⁰.

A destruição de ícones poderá então representar, para determinadas *identidades*, um dos processos de recriação da mesma. Contudo, a destruição de um ícone como um mecanismo para eliminar (esquecer) certos valores, paradoxalmente pode ter um outro efeito, como Harrison refere: “throughout the twentieth century and into the twenty-first, the visual trope of the mutilated and humiliated monument continued to appear as a metaphor for defeat, re-inforcing absent parts of monuments and buildings as important *intangible* memorials in their own right” (2013, 176).

Existem vários casos na historiografia contemporânea que ilustram este conceito, como por exemplo, e utilizando alguns dos casos referidos por Ashworth (2010) e Harrison (2013), a destruição do Muro de Berlim, no território que hoje constitui o país da Alemanha, em 1989, a destruição das estátuas do Buda, no Vale de Bamiyan, no Afeganistão, em 2001, e a destruição das Torres Gémeas, nos Estados Unidos, também em 2001.

Embora o conceito de *presença ausente* não esteja directamente ligado com a análise dos estudos de caso desta dissertação considera-se relevante uma breve apresentação dos

⁹ Relacionada com as potencialidades que foram reconhecidas pela grande afluência pública aos lugares *patrimoniais*. Tema abordado no subcapítulo seguinte.

¹⁰ Tema abordado no capítulo 3.

casos anteriormente referidos para elucidar as diferentes formas de entender o *património* e por isso o seu distinto papel no processo da *memória* colectiva, além de que estes exemplos ilustram também a problemática da *crise de acumulação*.

Começando pelo Muro de Berlim, um dos primeiros aspectos é a inexistência da atribuição de um valor intrínseco – o muro foi construído num sentido pragmático, para marcar uma fronteira física entre as duas repúblicas alemãs existentes na altura, com regimes políticos distintos: a República Democrática Alemã e a República Federal da Alemanha. A queda simbólica do muro, com a destruição de algumas partes, marcou o início da reunificação da Alemanha, onde também se associa ao simbólico colapso do Comunismo (Harrison, 2013).



Figura 2.1.
Imagem da queda do Muro de Berlim, Alemanha, 1989.
Autor desconhecido.



Figura 2.2.
Comemoração do 20º aniversário da queda do Muro de Berlim, Alemanha, 2009.
Autor desconhecido.

Assim, poderia pensar-se que o muro seria um artefacto a esquecer e a eliminar da *memória* colectiva com vista aos novos valores que a sua queda iria simbolizar. No entanto, não foi esta ideia que se verificou no processo que se seguiu na demolição do muro que restou.

A demolição não foi total – foram deixadas algumas partes como memorial. O interesse da conservação não se cingiu apenas à materialidade do muro. A oposição da comunidade alemã à existência do mesmo foi também *conservada*, deixando-se os *graffiti* e mensagens existentes no Muro, além de buracos e vestígios de utilização de martelos que simbolizaram o momento da destruição (Harrison, 2013). A conservação de alguns fragmentos do muro reforçaram a *presença ausente* daquilo que foi demolido, sendo adoptadas várias soluções para marcar essa ausência, desde estruturas metálicas com a cota e longitude do muro bem como linhas demarcadas no solo, de forma a simbolizar onde tinha existido o mesmo, utilizando um material diferenciado.

Pode dizer-se que através destas *práticas* de conservação o que se pretendeu conservar foi a materialidade do muro, como um acto de sacralização, como um monumento *congelado*, e não tanto os valores associados à revolução, sendo esta dependente de múltiplas *identidades*, pois claramente os cidadãos que viviam em regimes distintos e geograficamente separados criaram as suas próprias *identidades* individuais ou colectivas (Ashworth, 2010) e que se pode observar, por exemplo, no filme “Good bye Lenin!” (Becker, 2003).

Um dos aspectos implícitos à criação de *memória* colectiva são as comemorações de certos eventos ou acontecimentos considerados relevantes, com vista ao diálogo entre diferentes gerações.

A queda do muro foi um evento que a Alemanha têm vindo a relembrar e a comemorar. No vigésimo aniversário da queda do muro de Berlim estiveram presentes vários líderes mundiais, incluindo chefes dos antigos regimes.

Aconteceram vários eventos ao longo desse dia (Nassaw, 2009), num dos quais se pretendeu, de forma simbólica, relembrar o acto de revolução acontecido em 1989 e a própria queda do muro, através do desmoronamento de diversas peças concebidas por vários artistas, numa analogia a um dominó, no mesmo local onde existiu o muro (figura 2.2.).

Neste contexto, citam-se, conforme consta num artigo do jornal “The guardian”, redigido por Nassaw (2009), algumas das afirmações proferidas por alguns dos líderes políticos presentes no evento, respectivamente Angela Merkel, chanceler alemã, Hillary Clinton, secretária de Estado dos Estados Unidos e Mikhail Gorbachev, ex-líder da então União Soviética.

"Sometimes people forget today how many could not leave (the country) for years, how many sat in prisons... Before the joy of freedom came, many people suffered."

"Now, we have to turn our attention to the challenges of the 21st century. A wall, a physical wall, may have come down but there are other walls that exist that we have to overcome and we will be working together to accomplish that."

"My clairvoyant skills and those of (then-Chancellor Helmut) Kohl were up to nothing then. We did not think the wall would fall so fast."

Independentemente das questões políticas que possam estar subjacentes a estes eventos, bem como a visibilidade dos mesmos ou a atracção de visitantes, a comemoração do acto da revolução com a presença de diferentes gerações (incluindo indivíduos que presenciaram a queda do muro) e os eventos que promoveram a interacção entre as mesmas revela uma vontade de não esquecer e por isso de relemburar os valores e as motivações de tal revolução, bem como as mudanças que se tornaram possíveis através da mesma, contribuindo assim para a criação de *memória* colectiva.

Estas acções diferem das *práticas* de conservação acima referidas, fazendo interrogar o que de facto constitui *património* no acontecimento da queda do Muro de Berlim.

No segundo caso referido, a questão da *presença ausente* é paradigmática.

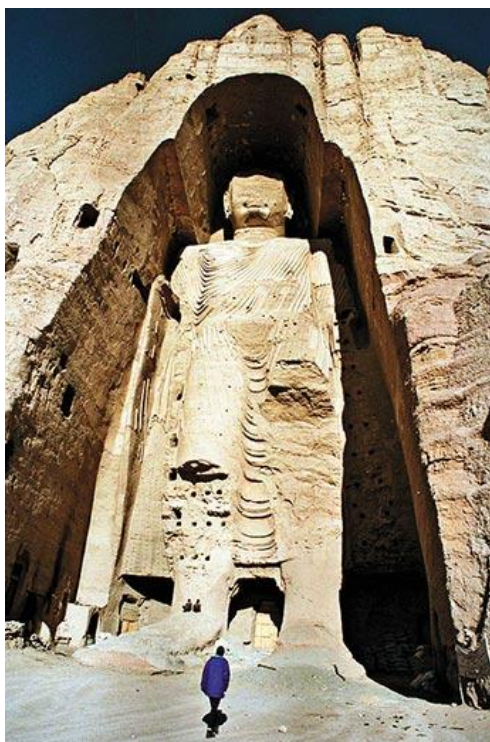


Figura 2.3.

Uma das estátuas do Buda antes da destruição ocorrida em 2001, Vale de Bamiyan, Afeganistão, 1997.
Autores: Muzammil Pasha / Reuters / Corbis

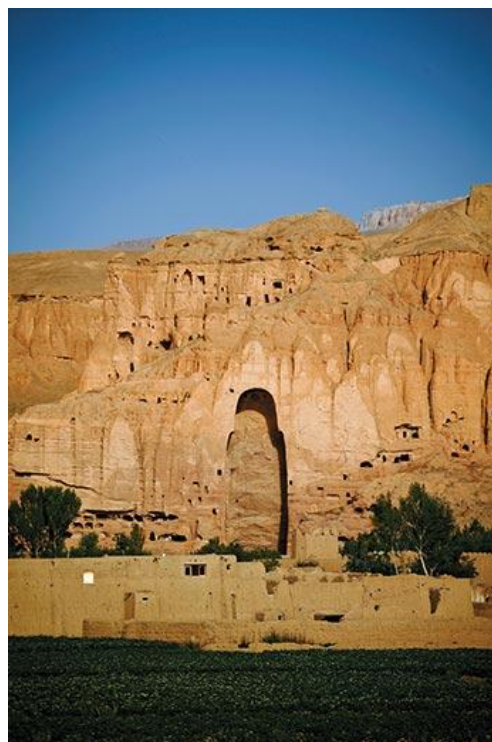


Figura 2.4.

Um dos nichos após a destruição ocorrida em 2001, Vale de Bamiyan, Afeganistão, s/d.
Autor: Alex Masi.

No Vale de Bamiyan, situado no norte do Afeganistão, situa-se um complexo religioso formado por mosteiros, capelas e santuários budistas, construídos em nichos nas montanhas do

vale, construídos entre os séculos III e V. Neste mesmo complexo encontram-se também dois grandes nichos com estátuas do Buda (UNESCO, n.d.). A região foi conquistada posteriormente por muçulmanos, que apesar das sucessivas destruições provocadas, mantiveram as estátuas (Hammer, 2010). O domínio muçulmano marcou também a sua presença com a construção de fortificações e outro tipo de estruturas.

Mais recentemente, nos finais do século XX, o Afeganistão ficou sob o domínio de um movimento fundamentalista islâmico, o regime Talibã. A proibição de veneração de ídolos como um dos princípios existentes no regime ameaçava a presença das estátuas.

Desta forma, os Talibã anunciaram a sua intenção de destruir os ícones, incluindo os Budas do Vale de Bamiyan. A comunidade internacional alertou para a iminência da perda, mas os esforços de travar o acto de violência não surtiram efeito pelo facto, segundo Harrison (2013), das Nações Unidas não reconhecerem o movimento Talibã como regime político oficial do Afeganistão, não sendo possível oficialmente preservar o local, através da influência internacional, com a classificação do lugar como Património Mundial. Consequentemente, as estátuas foram mesmo destruídas, através de explosões, em 2001, sendo o lugar posteriormente classificado pela UNESCO¹¹ em 2003, como Património Mundial e Património Mundial em Risco, só possível através de uma nova candidatura da mudança de regime que se seguiu.

A ausência das estátuas assumiu assim um significado de igual iconografia, sublinhada pela ainda existência dos nichos, pois a *presença ausente* representa o acto de violência e da opressão política, além da perda insubstituível da materialidade das estátuas, representativa de uma Escola importante da arte budista, segundo o critério I de classificação do lugar como Património Mundial. Esta *presença ausente* assume-se, de certa forma, como um memorial.

No entanto, apesar de este caso ter tido visibilidade internacional, foca-se sobretudo as questões políticas subjacentes à destruição das estátuas e o pragmatismo da sua conservação, classificação e categorização. O Vale e o local onde se situam os nichos são habitados, existindo poucas referências relativamente ao impacto de tal destruição nos habitantes e a forma como os legados do lugar se vão (e foram) interrelacionando no quotidiano das populações.

Harrison (2013) faz referência a uma possível vontade existente na reconstrução das estátuas, uma ideia, contudo, não suportada pela UNESCO. Neste contexto, num artigo da revista “Smithsonian” faz-se a seguinte referência: “Residents of Bamiyan—as well as archaeologists and conservationists—have lately been voicing the fear that even if new, reconstructed Buddhas rise in the niches, the Taliban would only blow them up again” (Hammer, 2010).

A vontade de uma possível reconstrução das estátuas reflecte a importância das estátuas como *ícones*, mais do que *valor artístico* ou *veracidade histórica*. Não sendo possível deduzir que valores as populações locais associam a tais ícones, o que a citação acima refere é sobretudo a incerteza e o medo de um novo acto de violência e opressão, um acto que possivelmente se pretende esquecer, mais do que perpetuar.

¹¹ “United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization”.

A forma como a reconstrução das estátuas poderia ser efectuada levanta também questões: a forma que poderia assumir a concepção de novas estátuas poderia sublinhar ainda mais a própria ausência da anterior e a sua consequente sacralização, além do acto de violência que lhe está associado.

O terceiro caso ilustra o ataque às Torres Gémeas, do *World Trade Center*, em Nova Iorque, em Setembro de 2001. O ataque foi efectuado por um grupo fundamentalista islâmico, e tinha como alvos não só o centro empresarial mas também edifícios representativos do poder estatal americano, mas foi nas Torres Gémeas que a destruição assumiu contornos desastrosos, com o colapso das mesmas, provocando a morte de vários milhares de cidadãos.

A destruição das torres constituiu um meio para atingir um fim: um ataque ao Ocidente e à Nação americana, simbolicamente representado na destruição das mesmas. A arquitectura assumiu assim um carácter iconográfico e deu tangibilidade ao acto de violência, tal como as estátuas no caso anteriormente referido.

A ausência das duas torres tem, neste caso, uma particular importância pela relevância iconográfica das mesmas na *paisagem* urbana da cidade de Nova Iorque.



Figura 2.5.

As Torres Gémeas antes da sua destruição, Nova Iorque, Estados Unidos, s/d.

Autor desconhecido.



Figura 2.6.

O efeito cénico marca o local das comemorações do dia 11 de Setembro, dia do ataque às Torres Gémeas, em 2001.

À direita, na imagem, pode ver-se o memorial - duas estruturas que marcam os locais da implantação das torres, Nova Iorque, Estados Unidos, s/d.

Autor desconhecido.



Figura 2.7.

Um dos locais do memorial com a inscrição das pessoas que morreram no ataque, Nova Iorque. Estados Unidos, s/d.

Autor desconhecido.

No local das antigas torres foi construído um memorial e um centro *interpretativo*, um projecto arquitectónico de uma grande escala, sendo que o concurso para o mesmo recebeu 5210 submissões, de diversas nacionalidades, como é referido no website da competição.

O projecto escolhido, dos arquitectos Michael Arad, de Nova Iorque, e Peter Walker, de Berkeley, incluiu, além de outras estruturas, dois lagos (ou piscinas) cuja implantação foi no mesmo local da implantação de cada uma das torres (figura 2.6.) para sublinhar a ausência das

mesmas, com lápides no perímetro dos dois lagos onde estão identificados os nomes das vítimas do ataque (figura 2.7.).

Muitas das vítimas nunca foram encontradas, ou desapareceram nas explosões e no colapso das torres, pelo que o memorial é simultaneamente relevante na construção da *identidade* de cada uma das pessoas ou famílias que perderam familiares ou amigos identificados no memorial, no dia 11 de Setembro. Para além do memorial, as comemorações do dia 11 de Setembro tentam perpetuar esse momento, um momento que a população e o país entenderam recordar na construção da *memória* colectiva, sendo que o memorial irá relembrar continuamente a presença das torres, tornando tangível o sentimento de perda.

A *presença ausente* ganha assim uma nova significação a par dos bens *patrimoniais* que não sofreram actos de violência ou destruição e que existem fisicamente.

Este conceito remete assim para a problemática da *crise de acumulação* acima referida. Todos os diversos valores associados a um mesmo artefacto são alvo de classificação e conservação, aliás como os locais aos quais são associados massacres e outras atrocidades, contribuindo para uma omnipresença do *património* nas sociedades contemporâneas (Harrison, 2013).

Assim, o processo de *memória* colectiva e aquilo que cada *identidade* entende como *património* emerge como uma nova problemática face a essa mesma *crise de acumulação* e aos efeitos da globalização de conceitos dominantes sobre a *interpretação* e conservação do que se designa tradicionalmente *património* (esta última ideia irá ser abordada no subcapítulo que se segue).

Neste sentido, Smith afirma que “cultural meanings are fluid and ultimately created through doing, and through the aspirations and desires of the present, but are validated and legitimized through the creation and recreation of a sense of linkage to the past. Heritage provides a mentality and a discourse in which these linkages are forged and recast” (2006, 83-84).

2.2. A visita aos lugares *patrimoniais* como um fenómeno global e a *experiência patrimonial*

A definição tradicional e dominante de *património* encontra-se relacionada com a *interpretação* do mesmo (como foi referido no capítulo anterior) e com o fenómeno global que a afluência pública aos lugares *patrimoniais* constitui na contemporaneidade.

A *interpretação* de um artefacto ou lugar *patrimoniais* como forma de transmitir uma mensagem que possibilite uma dada leitura ou mesmo uma *experiência patrimonial* foi sendo moldada por uma maior acessibilidade e interesse, por parte do público em geral, pelos lugares *patrimoniais*.

As mudanças económicas, sociais e de mobilidade a que se assistiu na segunda metade do século XX deram origem a um crescimento desse fenómeno, onde cada vez mais pessoas,

com diferentes interesses, puderam ter acesso a actividades lúdicas, onde os lugares *patrimoniais* formam parte desse leque de actividades (Herbert, 1997).

A *interpretação patrimonial*, como refere Light (1997), implica uma série de técnicas de apresentação de forma a facilitar a aquisição de um conhecimento informal¹² durante essas actividades lúdicas.

Refere também que a *interpretação do património* colocou uma ênfase cada vez maior no valor de entretenimento dado pelas instalações que possibilitam essa *interpretação* – sendo que, enquanto o entretenimento não é um objectivo da *interpretação*, uma *interpretação* com qualidade¹³ pode permitir entretenimento com o objectivo de manter o interesse de uma audiência (Light, 1997).

Neste sentido, foram sendo acrescentados outros valores aos lugares *patrimoniais* de âmbito cultural e económico (Santos, 2012b), resultantes de uma audiência cada vez maior nas visitas aos lugares *patrimoniais*.

O *património* deixou então de ser simplesmente um símbolo da sociedade civil e parte de um instrumento educativo do Estado-Nação para constituir uma importante *indústria* (Harrison, 2013), onde prontamente se reconheceu a viabilidade do *património* à mesma (Santos, 2012b). Sendo que qualquer lugar tem, por princípio, um *passado* passível de ser explorado (Ashworth, 1995) como produto cultural, e relacionando com a *crise de acumulação* referida no capítulo anterior, pode antever-se que essa indústria constitui na contemporaneidade um mercado muito significativo que coloca uma expectativa muito alta nos lugares *patrimoniais* como produtos com benefícios económicos e como factores de desenvolvimento, quer a macro ou a micro-escala. Harrison afirma a propósito que:

The state had a key role to play in the development of this new *heritage industry*, through the increasing forms of legislative control over heritage, which provided a platform for neoliberal policies that shifted away from the idea of preservation for its own (or the *public(s)*) benefit and focused increasingly on the potential of heritage for local, regional and nation income generation. (2013, 83)

Esta questão tem implicações directas nas estratégias de conservação e preservação dos lugares *patrimoniais* desenvolvidas nas últimas décadas do século XX e que tende a persistir no século XXI. Assiste-se a uma produção cada vez maior de instrumentos legais que definem a forma como os lugares *patrimoniais* devem ser geridos e os parâmetros da *interpretação*, surgindo novos conceitos de intervenção como *valorização*, *requalificação*, *revitalização*, etc., ligados a uma nova condição do *património* - a rentabilidade e a expectativa centrada na atracção de visitantes. Smith (2006) considera que o *património* é associado a uma audiência de massas, cujo processo de participação no mesmo é reduzido a simples consumo, afirmando no entanto que esta ideia não significa que o *património* não é um recurso económico mas a redução do *património* como só ou largamente um produto ajuda a reforçar a ideia de que o

¹² No termo original *informal education*, que Light (1997) designa como sendo um conhecimento adquirido por auto motivação, por voluntarismo e exploração que pode acontecer durante uma visita a um lugar *patrimonial*.

¹³ No termo original *good interpretation*.

património é algo que é passiva e acriticamente consumido. Esta ideia gerou uma interdependência entre os especialistas que constroem uma determinada mensagem e a forma como a mesma é *interpretada* pelos visitantes, ou seja, por actores passivos.

Para explicitar esta interdependência é necessário primeiramente entender o *património* como um produto contemporâneo criado no presente para servir as necessidades do mesmo (Ashworth, 1995) e que está sujeito a diferentes estratégias de *marketing* moldadas pela mudança naquilo que se torna atractivo para o público ao longo do tempo.

Schouten (1997) afirma que para os visitantes o primeiro objectivo pode não ser a procura de evidência histórico-científica nos artefactos ou lugares *patrimoniais* – os visitantes procuram uma *experiência*, uma nova realidade baseada nos vestígios tangíveis do passado.

Esta noção de *experiência*, segundo Harrison (2013), é, em grande parte, consequência das mudanças que ocorreram nas décadas de 80 e 90 do século XX em termos tecnológicos e económicos, levando a uma alteração da promoção e venda de *serviços* para uma promoção e venda de *experiências* como parte de um novo modelo económico, levando à abertura de diversas tipologias de parques temáticos, uma esfera de mercado que influenciou a forma como os lugares *patrimoniais* são publicitados e consumidos na pós-modernidade.

A *interpretação* teve assim de assumir um compromisso entre uma mensagem factual e científica dos lugares *patrimoniais* e a possibilidade de uma experiência individual, baseada na presença no lugar *patrimonial* onde essa mesma experiência ocorre, bem como uma ligação de ordem sensorial ou emotiva, diferenciando-se da *interpretação unidimensional* (uma interpretação visual) como acontecia tradicionalmente nos museus, por exemplo (Schouten, 1997).

A *experiência patrimonial* como consumo, e consequentemente ligada ao entretenimento, foi também possível por uma revalorização do passado, num sentido nostálgico, pela sociedade contemporânea, num contexto em que a definição dominante de *património* se caracteriza como algo com valor intrínseco e que representa aspectos positivos de um dado momento histórico, sendo possível recriar um passado de acordo com as expectativas dos visitantes, baseado em aspectos que permitissem o entretenimento, numa conservação *in situ*. Esta concepção de *património* é partilhada reciprocamente pelo público e por especialistas, em que os visitantes não irão valorizar lugares *patrimoniais* que não se enquadrem no conceito dominante (Smith, 2006), afastando gradualmente a noção de *património* como um processo activo na construção de *identidade(s)*.

Um dos casos mais paradigmáticos e já referido por diversos autores (ver por exemplo Blake, 2002; Smith, 2006; Choay, 2006 e 2011; Harrison, 2013) é a Convenção do Património Mundial, Cultural e Natural, de 1972. Os lugares inscritos na lista de *património* mundial constituem uma marca (Harrison, 2013) usada na promoção de destinos internacionais, significando uma oportunidade que os Estados-Nação, bem como o comércio local e grupos de interesse, reconheceram para contribuir para a economia. Harrison (2013) aponta esta razão como um dos principais motivos para que o número de lugares classificados como *património* mundial tenha crescido de forma tão impressionante (e continue no século XXI) e os Estados tenham tido tanto interesse em ratificar a Convenção.

Os lugares classificados como *património* mundial criaram uma tensão entre a singularidade de cada lugar inscrito e simultaneamente a designação como um destino internacional, adaptado às necessidades dos visitantes e com uma mensagem globalmente aceite e entendida pelos mesmos.

Desta forma, a grande acessibilidade a lugares *patrimoniais* originou uma redefinição dos visitantes como: “they are by definition culturally foreign to the heritage site in question and may be conceived as *simply passing through*” (Smith, 2006, 33).

Esta aparente desconexão com os lugares *patrimoniais* por parte de uma audiência de massas reforçou a ideia do entretenimento na *experiência patrimonial* e na forma como essa mensagem global é construída.

Assim, as técnicas de *interpretação* que constituíram a experiência *patrimonial* como objecto de marketing para atrair mais audiências foi tema de fortes críticas nas últimas décadas do século XX, em três aspectos principais, que Herbert (1997) enuncia: um dos aspectos é referente à *autenticidade*, no sentido em que o processo de atrair visitantes pode distorcer e simplificar a veracidade histórico-científica do lugar *patrimonial*; o segundo motivo é a selecção da mensagem que deve ser *interpretada*, por parte de quem constrói a mesma, e o terceiro motivo é o impacto que uma grande afluência de visitantes a um determinado lugar pode originar no quotidiano das populações, principalmente em culturas não ocidentais: “Locals are in danger of becoming part of *spectacle* [...] gazed upon by outsiders who know little or nothing about their culture and society [...]” (1997, 11).

Estas críticas surgem num contexto de um discurso dominante de *património*, em que a mensagem que os especialistas pretendem que seja *interpretada*, consistindo na veracidade histórico-científica, é distorcida por várias técnicas de *interpretação* apelativas para a promoção de visitas tais como eventos históricos ao vivo, feiras medievais, espectáculos, entre outras. Estas *experiências* ou formas de *interpretação* estão relacionadas com os lugares onde acontecem, como forma de mediar a transmissão de uma mensagem e o seu entendimento por parte do público (Kidd, 2011) onde a crítica incide na valorização do entretenimento em detrimento do valor educacional e por conseguinte, a perda de *autenticidade*.

Estas críticas têm sido confrontadas com novas abordagens nos estudos sobre o *património* (ver por exemplo Smith, 2006; Kidd, 2011; Harrison, 2013). Smith (2006) afirma que considerações tradicionais vêem inevitavelmente o processo de comunicação ocorrendo numa direcção, em que os visitantes do *património* passivamente apreendem as mensagens construídas pelos profissionais ou mesmo por operadores turísticos, numa distinção entre produção e consumo.

Além disso, e como afirma Kidd (2011), o conceito de *património* tem adquirido diferentes significações ao longo dos anos mais recentes, numa ênfase cada vez menor na materialidade *per se* e maior sobre os vários significados que essa mesma materialidade pode manifestar e inspirar. Desta forma, a multiplicidade de *identidades* existentes possibilita leituras muito variadas e distintas sobre um mesmo lugar *patrimonial*, questionando-se a efectividade da compreensão da mensagem seleccionada que deve ser *interpretada*, sendo que leituras diferentes no contexto do processo de criação de *memória* individual ou colectiva fazem com

que alguns métodos de *interpretação* usados em lugares *patrimoniais* possam constituir-se problemáticos (Kidd, 2011).

Estes estudos mais recentes têm introduzindo mudanças no conceito de *autenticidade*, relativamente à forma como tradicionalmente o mesmo tem sido utilizado, para algo ligado ao processo de criação de *memória* e aos aspectos sensoriais que isso pressupõe, que Smith (2006) define como *emotional authenticity*, que Kidd (2011) também refere, com base num outro autor, Waitt, embora não utilizando os mesmos termos que Smith (2006): [...] “our relationship with the authentic emerges as interpretive, negotiated and personal, as far from absolute and measurable” (2011, 25). Assim, uma *experiência* ou *performance patrimonial* torna-se autêntica se o visitante, para si mesmo, a validar como tal, e daí a ideia de *performance* como um envolvimento activo do visitante com o lugar *patrimonial*, contrariamente ao conceito de audiências passivas ou de massas: “the intricacy of the web of associations and value that can overlay any heritage site, object or place is often obscured not only by the nature of the AHD¹⁴, but also specifically by the dismissal of heritage performativity and *experience* as a [...] commodity” (Smith, 2006, 73).

Os indivíduos podem, desta forma, visitar lugares por várias razões, criando não só vínculos emocionais mas um sentido de pertença, que pode não ser necessariamente por proximidade geográfica, entendendo-se desta forma os *lugares* como algo socialmente construído e de grande importância para entender o *património* (Smith, 2006), podendo existir numa mesma área geográfica diversos *lugares*, o que levanta questões relativamente à actual gestão e categorização.

Rose (1995) afirma, a propósito desta questão, que uma das formas em que a *identidade* está ligada a um lugar específico é pelo sentimento de que se pertence a esse lugar - um lugar em que se se sente confortável, ou em casa, porque parte do que define o indivíduo é simbolizado por certas qualidades desse mesmo lugar, que pode ter escalas diferentes, ou existir diversos sentidos de pertença relacionados com distintos lugares. No entanto, outra das formas será uma desconexão entre a *identidade* e o sentido de pertença, que Rose exemplifica, por exemplo, com a inexistência do sentido de pertença em relação a indivíduos que são forçados ao exílio num determinado lugar. Neste sentido, e tal como Smith (2006) afirma, “the same location may become meaningful to different people through different senses of place” (1995, 97), questionando-se mais uma vez o valor intrínseco e as formas de construção de uma mensagem para ser *interpretada*.

Este tema é exemplificado num estudo feito por Smith (2006) relativamente aos motivos e ligações de ordem emocional que os visitantes experienciam numa visita às *country houses*¹⁵ inglesas, que sumariamente se irá apresentar¹⁶.

Estas casas foram consideradas *património* por reflectirem aspectos da *identidade* inglesa bem como uma forma de viver que marca a era moderna, ou industrial. Além da

¹⁴ “Authorized Heritage Discourse”.

¹⁵ No termo original. Ver glossário.

¹⁶ Apesar das conclusões serem uma perspectiva da autora, o que importa realçar são as diferentes opiniões que coexistem numa visita a um mesmo local.

monumentalidade da arquitectura, Smith afirma que as casas são um elemento marcante da *paisagem* rural inglesa, além de tudo o que lhe é associado, desde os jardins, às colecções de arte que existem no seu interior, etc.

Smith recolheu diversas reacções entre os visitantes. Um dos casos, em que os visitantes reconhecem a *experiência* de visitar como confortável, é no sentido em que aceitam e partilham os critérios sob os quais as casas são classificadas como *património*: “[...] a strong sense of the country house performance can be identified as a collective remembering about the social values, taste and deference and preservationist values that constitutes a certain vision of being middle class” (2006, 154), sendo que “the act of visiting is conceived and understood as heritage, and the visit may be understood as a family tradition he (um entrevistado) was maintaining with his own children in which national, regional and family identity are actively being created by both place and the act and experiences of visiting” (2006, 143).

No entanto, nem todos os visitantes aparentemente reconhecem tais valores aquando da sua visita. Reconhecem a visita como um recurso em termos educacionais, em dois sentidos distintos: por um lado permite aprender formas de vida e certos aspectos da história do país e por outro ter alguma noção de como os criados viviam, não havendo uma ligação de ordem sensorial ou sentido de pertença, por rejeitarem alguns aspectos associados às casas, tais como a diferença de classes e as suas implicações. Ainda para outros visitantes, familiares dos criados que trabalharam numa determinada casa, é um lugar que recorda a forma de vida dos antepassados, dos familiares, havendo um outro sentido distinto de ligação de ordem sensorial.

Alguns dos entrevistados criticaram a opção de conservação e a simplificação da mensagem que deve ser *interpretada*, eliminando certos aspectos fundamentais da forma como os criados viviam e as suas respectivas acomodações, não sendo possível visualizar e entender de forma explícita a forma de vida dos mesmos: “The cultural work that the country house performance does is, ultimately, to divide and exclude, at the same time as it work to bind (some) together, and to represent the best of a *nation*” (2006, 160).

Embora não se possa entender todos os lugares *patrimoniais* desta forma, este exemplo mostra novos desafios à conservação e *interpretação* de um lugar *patrimonial*, bem como ao entendimento dos visitantes unicamente como uma audiência de massas.

Desta forma, são colocadas novas questões à gestão dos lugares *patrimoniais* e à sua interdependência com a fruição pública na contemporaneidade, nomeadamente no que se refere à promoção e consequente saturação física de certos lugares com visitantes, além do contexto da crise financeira e da expectativa que se colocou (e se coloca) nos lugares *patrimoniais* como produtos com benefícios económicos.

Tem havido, assim, um foco cada vez maior nas oportunidades que uma participação activa das comunidades no processo de decisão pode significar relativamente às *práticas* de conservação, defendendo-se uma mediação entre o conhecimento dos especialistas e as opiniões das comunidades e outros agentes directamente envolvidos nas questões da gestão e conservação do *património*. Duarte (2010) afirma que o *património* dificilmente servirá a noção de *identidade* e continuidade se se visar apenas nas *práticas* e expressões culturais em

extinção, que perderam o seu significado e são mantidas unicamente através de medidas artificiais e intervenções burocráticas. Defende também que em alternativa ao sentimento de perda (conceito referido no subcapítulo anterior) o principal propósito para defender o *património* deveria residir nas dinâmicas sociais contemporâneas, sendo apenas desta forma que o *património* pode contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades. Folgado (2010) reconhece que a perspectiva económica constitui ainda uma importante estratégia para o *património* mas dos novos desafios colocados ao mesmo poderá emergir um *património* mais plural e próximo das populações, em que se perspectiva o seu envolvimento na gestão e perpetuação dos valores de uma sociedade complexa e igualmente plural.

Estas novas acepções são igualmente partilhadas, por exemplo, por Smith (2006), por Altenburg (2010) e por Harrison (2013). Harrison (2013) defende um modelo chamado *dialogical heritage*, que resulta de uma maior interacção entre diferentes grupos da sociedade no processo do poder de decisão na identificação, classificação e gestão do *património*, que responde ao progressivo afastamento de cidadãos comuns em tais decisões e suas consequentes implicações. Harrison (2013) aborda então o conceito de *hybrid forum*, utilizando a definição apresentada por Callon et. al.: “open spaces where groups can come together to discuss technical options involving the collective, hybrid because the groups involved and the spokenpersons claiming to represent them are heterogeneous, including experts, politicians, technicians, and laypersons who consider themselves involved” (citado em Harrison, 2013, 223).

Harrison defende que a potencialidade deste modelo reside na forma como os aspectos controversos são entendidos, não como um problema *social* ou *político* que deve ser gerido, mas antes um modelo de exploração no seu próprio direito, gerindo assim novos conhecimentos em questões críticas para os vários actores envolvidos, numa co-produção de novas formas de ver, pensar e agir.

Este modelo não iria simplesmente envolver uma consulta da comunidade, mas antes um envolvimento directo de cidadãos interessados no processo de decisão. Assim,

Thinking of heritage not as a set of tangible *things*, nor as intangible expressions and practices, but instead as relational and emergent in the dialogue between people, objects, places and practices also has implications for how we think about and manage heritage in the future. It implies notions of obligation, responsibility, care, curation and ethics, but also suggests that conservation is as much a *social* process as it is a physical or a technical one [...]. (2013, 226)

Como pode ser observado, não se trata de anular todo o conhecimento até agora desenvolvido, mas antes questionar diferentes abordagens como resposta às críticas que têm surgido na gestão e classificação do *património*. Smith (2006) defende, a propósito, que embora com as novas abordagens ao *património* não se pretenda uma completa re-teorização do mesmo, as mesmas indicam pontos de partida úteis que poderão contribuir para entender a sua complexidade.

Estas novas abordagens colocam também diversos desafios à promoção dos lugares *patrimoniais* e que devem ser tidos em consideração.

Estudos mais recentes (ver por exemplo Stevens, 1997; Soifer, 2009; Cardona, 2009; Belyaev, 2010) têm mostrado uma preocupação em responder a uma audiência de massas, numa perspectiva relativamente à contribuição da afluência de visitantes num determinado lugar para o desenvolvimento local e a sua adaptação às particularidades do mesmo, fundamentando a promoção nessas mesmas particularidades, onde seja proporcionada uma experiência *singular e inesquecível* (Soifer, 2009; Ferreira, 2009), baseada na individualidade.

Foca-se também a importância das organizações e comunidades locais no reconhecimento do que pode ser potenciado a nível local e no envolvimento directo das mesmas na contribuição para a economia local.

Capítulo 3 ■ A institucionalização do *património*

Dada a extensa bibliografia existente sobre a evolução dos conceitos de *património* e consequentes organismos que surgiram para regular todo um processo de classificação e definição que se tornou global (ver por exemplo Aguiar, 2002; Blake, 2002; Jokilehto, 2004; Smith, 2006; Choay, 2006 e 2011; Santos, 2012b) irá apresentar-se de forma breve como se construiu a acepção moderna de *património* e a influência, por um lado, dos organismos tais como a UNESCO ou o ICOMOS¹, por exemplo, e por outro lado da redacção e aplicação de recomendações, cartas, convenções, declarações, entre outros documentos.

3.1. A construção do *património*

Após o que foi exposto no primeiro capítulo pode dizer-se que o conceito de *património* no sentido de seleccionar² momentos ou expressões que representam uma dada cultura, num passado mais distante ou mais recente, para a afirmação desses mesmos valores como factores de criação e construção de *memória* colectiva de uma comunidade, grupo, ou mesmo nação (e que se poderia aplicar igualmente ao indivíduo e às relações familiares, por exemplo) constitui um processo que interrelaciona os lugares, as pessoas e o tempo.

Desta forma, todo o processo desenvolvido até à contemporaneidade no que toca à fundação de organizações e à legislação e teorização sobre o *património* criou uma espécie de comunidade que se identifica com certos valores associados à ideia de *património* e que partilha teses ou pensamentos sobre a importância (ou não) da sua preservação, salvaguarda e divulgação, num âmbito nacional, internacional e global.

Devido à crescente influência e legislação produzida pelas organizações atrás referidas, por exemplo, a própria comunidade científica que partilha esses valores traçou uma *identidade*, bem como uma forma de olhar para o passado, partilhado e seguido por muitos cidadãos a nível global: “the authorized discourse is itself a form of *heritage* in that it legitimate and defines the identities of a range of social actors and mediates the social relations between them , while also difining and legitimizing values that underpin those relations” (Smith, 2006, 42-43).

A construção deste processo relaciona-se com múltiplos factores, que ocorreram primeiramente na Europa. O Iluminismo e o desenvolvimento de áreas científicas como a história, a história de arte, a arqueologia, entre outras áreas, contribuem para uma nova abordagem aos artefactos do passado e ao conceito de *monumento* e *monumento histórico* (Choay, 2006) como valor tangível e intrínseco pela sua antiguidade, reflectindo assim uma

¹ “International Council of Monuments and Sites”.

² Essa selecção pode reflectir-se em acções tais como destruição, criação e recriação, manutenção, etc.

valorização que a sociedade iluminista atribuiu a uma determinada época, valorização esta que se desenvolve num meio muito restrito de antiquários, coleccionadores e de uma sociedade de elite. A importância dada à evidência arqueológica e consequente *autenticidade* e *originalidade*³ delimita os princípios do entendimento moderno sobre a salvaguarda e a conservação, em particular o trabalho desenvolvido por Winckelmann (Jokilehto, 2004), em que a materialidade de um objecto se preserva por encerrar na mesma o seu valor, entendido este principalmente como valor histórico (pela antiguidade). É neste mesmo período que começa a esboçar-se a institucionalização destas novas reflexões, através da criação de museus públicos e estatais, exposições, galerias, crítica literária (Choay, 2006) e com uma preocupação pela difusão destas *práticas* através da educação do grande público (até sensivelmente meados do século XX seria sobretudo uma sociedade de elite que beneficiaria de tais *práticas*).

A Revolução Francesa e os ideais políticos subjacentes irão, paralelamente às *práticas* desenvolvidas mais tarde em Inglaterra, estabelecer a forma como os Estados entendem o seu próprio passado e como através do mesmo reclamam um Estado-Nação baseado em determinados valores, preservando, destruindo ou recriando toda a herança desse passado, sendo que a arquitectura, pela sua materialidade, tangibilidade e iconografia irá ter um papel de destaque, assistindo-se a uma progressiva inventariação e desenvolvimento de legislação por parte dos Estados.

A destruição de ícones importantes, como a tomada da Bastilha e sua demolição em 1789 marca não só o início de uma era revolucionária (Jokilehto, 2004) mas demonstra também o poder associativo à materialidade daquilo que representa o passado. Assiste-se, paradoxalmente, à vontade de inventariar e adquirir bens que são considerados propriedade estatal e financiar o restauro de monumentos que reflectem uma nova visão sobre a França Imperial, ao mesmo tempo que se tenta eliminar todas as referências que lembraram um Antigo Regime, e em que se entendia, portanto, que essas referências encerravam *per se* um passado que se queria extinguir. Esta ideia pode aliás ter um âmbito mais pragmático e económico (Choay, 2006), como por exemplo a reutilização de metais de antigos edifícios para o fabrico de armas, que serviam um novo ideal político (Jokilehto, 2004), reflectindo uma atitude que esteve subjacente muitas vezes na História relativamente à inter-relação dos valores de uma determinada sociedade com a herança do seu passado (como foi referido no capítulo anterior).

Desta forma, a construção dos princípios que caracterizam um sentido de *nacionalidade*, de pertença comum a um determinado Estado-Nação, irá influenciar as teorias e consequentes atitudes relativas à intervenção nos diversos legados do passado que se desenvolveram a partir do século XIX. Os *monumentos nacionais*, determinados edifícios concebidos como tal, irão ser *restaurados* ou preservados para transmitir uma determinada mensagem (Jokilehto, 2004), numa esfera científica e europeia, assente sob o pensamento ocidental.

³ Entendidos estes conceitos neste contexto como artefactos pertencentes a uma época passada sem qualquer tipo de adição ou alteração.

Assiste-se a diferentes abordagens relativas à intervenção *patrimonial*, onde cada Estado assume aquelas que melhor traduzem a mensagem que se pretende transmitir através dos edifícios, nas quais se destaca o trabalho de Viollet-le-Duc, em França, designado *restauro estilístico*⁴. Em Inglaterra, igualmente, e no contexto do Romantismo, várias catedrais góticas são intervencionadas e *restauradas* para afirmar a importância do gótico no contexto nacional, numa abordagem de criatividade e recriação de uma arquitectura passada. A crítica e os debates que se seguem, através da sociedade de antiquários relativamente a estas *práticas*, por se ignorar o valor histórico das catedrais (Jokilehto, 2004), irão iniciar uma posição que vai constituir os princípios das práticas de conservação moderna assentes em: “the idea [...] that a monument is a witness to history and tradition anthropomorphizes material culture and creates a sense that memory is somehow locked within or embedded in the fabric of the monument [...]” (Smith, 2006, 91).

Ainda no contexto inglês, as obras literárias⁵ de John Ruskin representam, de forma particular, a crítica às *práticas* de conservação anteriormente referidas. Algumas das suas teorias têm ainda na contemporaneidade uma relevância considerável, no que diz respeito à atenção dada à estrutura do monumento e ao valor da mesma, como algo intrínseco, constituindo um ponto sem retorno. Ruskin considera as acções de *restauro* nefastas, por destruírem a estrutura original do edifício, sendo que para Ruskin só a *autenticidade* do edifício, que reside exactamente na sua estrutura, poderia ser considerada uma herança do passado. A teoria demonstrada por Ruskin na preservação dos trabalhos artísticos originais (efectuados pelo autor da obra) define uma das primeiras acepções do termo *autenticidade*.

Ruskin (1987) afirma também que não existem princípios de conservação que não possam, num dado momento, serem alvo de novas abordagens, como por exemplo, através do surgimento de novos materiais. Esta ideia remete para uma atitude que se define como uma contínua procura e actualização de termos e definições a que se irá assistir na história da conservação posterior às obras de Ruskin. Contudo, todas as novas teorias desenvolvidas assentam numa mesma problemática, que Smith (2006) identifica (na afirmação apresentada anteriormente).

Destaca-se a obra de Ruskin porque aporta para diversas concepções que irão ser adoptadas através da institucionalização das *práticas* de conservação e constituem um dos pontos de partida para as reflexões posteriores. Existe, inclusivamente, já na obra de Ruskin, uma referência a um determinado grupo (um poder institucionalizado e reservado a apenas alguns elementos da sociedade) que se ocupa das questões do *património*, a propósito do termo *restauro*.

Os movimentos de conservação, teorização e produção de legislação relativamente ao *património* surgem também noutros países, sendo posteriormente adoptados nos Estados Unidos e colónias dos diversos impérios europeus do século XIX (Harrison, 2013).

⁴ Ver definição no capítulo 1.

⁵ Das quais se destacam, nos títulos originais: “Modern Painters” (1843-1860), “The Stones of Venice” (1851-1853) e “The Seven Lamps of Architecture” (1849).

Paralelamente surgem novas abordagens e novos conceitos sobre *valores* e *sociedade*, noutras áreas além da arquitectura, que progressivamente ganham uma dimensão internacional e institucional. Jokilehto (2004) aborda estas questões de uma forma ampla, destacando-se alguns teóricos com um contributo relevante no processo de desenvolvimento das *práticas* de conservação⁶. Sendo que os seus trabalhos se desenvolvem em diferentes países e em diferentes contextos, podem destacar-se em Itália Camilo Boito, Gustavo Giovannoni e mais tarde Cesare Brandi e na Áustria o historiador de arte Alöis Riegel, existindo contudo outros nomes que se tornaram relevantes pela crítica às teorias desenvolvidas pelos nomes referenciados anteriormente.

As novas teorias tendem para uma progressiva relatividade nas diferentes abordagens perante a conservação de bens *patrimoniais*, que se estende não só aos edifícios isolados mas também aos centros urbanos, alargando o âmbito de acção. Um olhar crítico e ponderado, não dogmático, sobre a conservação irá requerer mais estudos e especialistas, tornando-se uma disciplina apenas ao alcance de um determinado grupo. Desenvolve-se um sentido de consciência e *boas práticas*⁷, em que se entendia que poderiam constituir uma espécie de recomendação e doutrina de âmbito internacional (que irá analisar no subcapítulo seguinte mais pormenorizadamente).

Após a I Guerra Mundial acontece um congresso de técnicos de monumentos históricos, em Atenas, sob o patrocínio da Liga das Nações, e que constitui uma reflexão sobre a *prática* de conservação a nível internacional, já numa perspectiva de delinear *práticas* comuns. Esta reflexão irá ser uma das bases que irá marcar a visão ocidental sobre as *práticas* de conservação e a legislação relacionada (Smith, 2006).

Como conclusão, apesar de nenhuma *prática* ter sido absolutamente consensual, o facto é que algumas delas prevaleceram e foram continuamente adoptadas e melhoradas em detrimentos de outras. Isto reflecte que a opção de determinada *prática* adoptada deixou progressivamente de ser um processo de criação de *memória* de uma certo grupo ou comunidade num dado momento considerado *presente*, para constituir uma *ética*⁸.

⁶ Cada uma das teorias merece uma abordagem complexa e extensa, o que não é objectivo desta dissertação pois não se foca na evolução dos conceitos mas nas problemáticas emergentes após a institucionalização das *práticas* de conservação em finais do século XX e século XXI, numa óptica diferente.

⁷ No sentido em que as teorias eram desenvolvidas por especialistas e por isso consideradas como linhas de pensamento a seguir.

⁸ Entenda-se *ética* neste contexto como uma conduta comum, baseada numa doutrina à qual são associados *boas práticas* e *bom senso*.

3.2. O processo de classificar: breve abordagem à evolução dos instrumentos legais de classificação

A destruição provocada pela II Guerra Mundial alertou para uma consciência global da dimensão dos estragos quer a nível económico, social, humano e de *ambientes construídos*. É neste contexto que surgem organizações internacionais não-governamentais para promover a reconstrução de lugares destruídos através da cooperação internacional com diferentes tipos de apoio. Estas organizações irão ter um papel importante no processo de globalização, no qual as questões relativas ao *património* irão também constituir parte desse processo (Harrison, 2013). A UNESCO, fundada em 1945, irá ser uma das principais organizações de âmbito mundial a coordenar os assuntos relativos ao *património*.

Harrison (2013) destaca a Convenção de Haia (ver figura 3.5.), a propósito deste assunto, pela mesma reconhecer uma ligação entre os bens *patrimoniais* e a *identidade* nacional, bem como o papel do *património* na construção de uma nação, ao mesmo tempo que ao se assumir esta importância transporta a gestão do *património* para um interesse de nível internacional.



Figura 3.1.

Imagem de uma praça em Varsóvia, antes da destruição, Polónia, s/d.

Autor desconhecido.



Figura 3.2.

Imagem da mesma praça em Varsóvia, depois da destruição provocada pela Segunda Guerra Mundial, Polónia, s/d.

Autor desconhecido.

A reconstrução dos *ambientes construídos*, muitos deles praticamente dizimados por bombardeamentos, irá fazer-se sob diversas formas, muitas delas contrastantes, principalmente entre o Ocidente e o Oriente, nomeadamente no Japão, num processo complexo entre os valores associados aos lugares pelas diferentes comunidades, o trauma da guerra em distintos aspectos, a necessidade pragmática da reconstrução e a estabilização dos aspectos sociais e económicos dos Estados.



Figura 3.3.

Imagem de um edifício parcialmente destruído pela bomba atómica em Hiroxima, Japão, s/d.
Autor: Nações Unidas.



Figura 3.4.

Imagem actual do mesmo edifício, como um memorial, Hiroxima, Japão, s/d.
Autor desconhecido.

No entanto, este processo ganha visibilidade na Europa Central através da crítica à forma como é efectuada a reconstrução do edificado, crítica essa num exercício que procurou novamente a mesma problemática – a estrutura do edificado nos seus aspectos histórico-artísticos, cuja relevância é já definida pelo desenvolvimento das teorias e da *prática* da

conservação e nos debates que se tinha vindo a assistir desde finais do século XIX, como se refere no subcapítulo anterior. Denota-se, nesta reacção, uma crítica que está subjacente a uma *ética* que foi desenvolvida num âmbito científico e especialista e que está acima das políticas nacionais e regionais, bem como de todo o processo de *memória* colectiva que se tenta traçar, remetendo para uma progressiva institucionalização e globalização das *práticas* de conservação, atingindo a sua verdadeira expressão na Convenção para o Património Mundial Cultural e Natural, da qual se falará mais adiante.

Os fundamentos em que se baseiam estas críticas são enunciados por Aguiar:

A reconstrução do núcleo urbano de Varsóvia – onde o sistema de espaços públicos, a imagem urbana e a morfologia das envolventes externas foram refeitas, mas onde o parcelamento e as tipologias arquitectónicas originais foram profundamente alterados – e a reinvenção de Montecassino, refeito das cinzas depois dos bombardeamentos aliados, são exemplos típicos desse período, em que se abandonaram as metodologias e as tecnologias tradicionais do restauro anteriores à guerra e se iniciou a sistemática produção de cópias [...] com a rapidez extraordinária do betão. (2010, 219)

Face àquilo que suscitou tais críticas acontece o I Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos, organizado pela UNESCO, em 1957, em colaboração com o governo francês. Neste congresso houve o reconhecimento daquilo que se pretendia fazer, embora as dificuldades para delinear uma atitude ou *prática* consensuais levassem à realização de um segundo congresso, que se realizou na cidade de Veneza, em 1964 (Neto, 2006).

É então neste congresso que se elabora a Carta de Veneza, uma das cartas com maior influência na construção de uma *prática* comum sobre a gestão do *património*⁹. Para a divulgação, difusão e gestão dos princípios da nova Carta é criado o ICOMOS, um ano mais tarde, e que reúne diversos profissionais para a elaboração de condutas e pareceres, em estrita colaboração com a UNESCO (Fernandes, 2010).

A atenção para uma *prática* que se pretendia consensual e global, valorizando monumentos de valor singular, que deveriam ser reconhecidos por todos pois o seu valor era inquestionável, leva à institucionalização da cooperação internacional quando se entende que determinado lugar ou monumento se encontra em risco, devido ao seu valor *universal*, acima das fronteiras políticas ou culturais. Assim foi entendido em várias situações, que Harrison (2013) analisa, destacando-se o caso do Egipto aquando da intenção de o governo construir a barragem do Assuão para regularizar as inundações do rio Nilo e permitir reservas de água para a agricultura, o que implicaria a inundação de uma extensão do Vale dos Reis, um vale com um grande espólio arqueológico da civilização egípcia. Esta barragem foi construída mas parte do espólio arqueológico foi desmontado da sua localização original e remontado num outro local. Esta intervenção, em grande escala, dadas as dimensões e quantidade do espólio realocado,

⁹ Existe já uma pesquisa extensa sobre a Carta de Veneza e o seu impacto. Ver por exemplo (Jokilehto, 2004; Neto, 2006; Aguiar, 2010; Fernandes, 2010; Choay, 2011).

teve a ajuda e financiamento de vários países a nível mundial, onde as questões políticas estiveram a par das intenções altruístas da conservação dos bens *patrimoniais* (Harrison, 2013), prevendo o carácter político no reconhecimento e ratificação dos instrumentos legais que se seguiram.

É sobre estas questões que a UNESCO elabora a Convenção do Património Mundial Cultural e Natural, definindo o que é *património de valor universal* e identifica os lugares que merecem essa titularidade numa Lista. As definições são elaboradas sob a ideia ocidental de bem *patrimonial*, como se verifica no artigo 1º da Convenção. Este facto denota-se através de uma presença muito significativa de *lugares* inscritos na Lista que se situam em países europeus (Smith, 2006).

Seguem-se no entanto diversas adaptações à Convenção, num constante alargamento do âmbito de aplicabilidade e das diversas dimensões do *património* onde muitas das críticas surgiram através de países não europeus, como se pode ver na figura 3.5., através de uma produção de instrumentos legais cada vez maior e mais diversa, sobretudo a partir de meados da década de 90 do século XX.

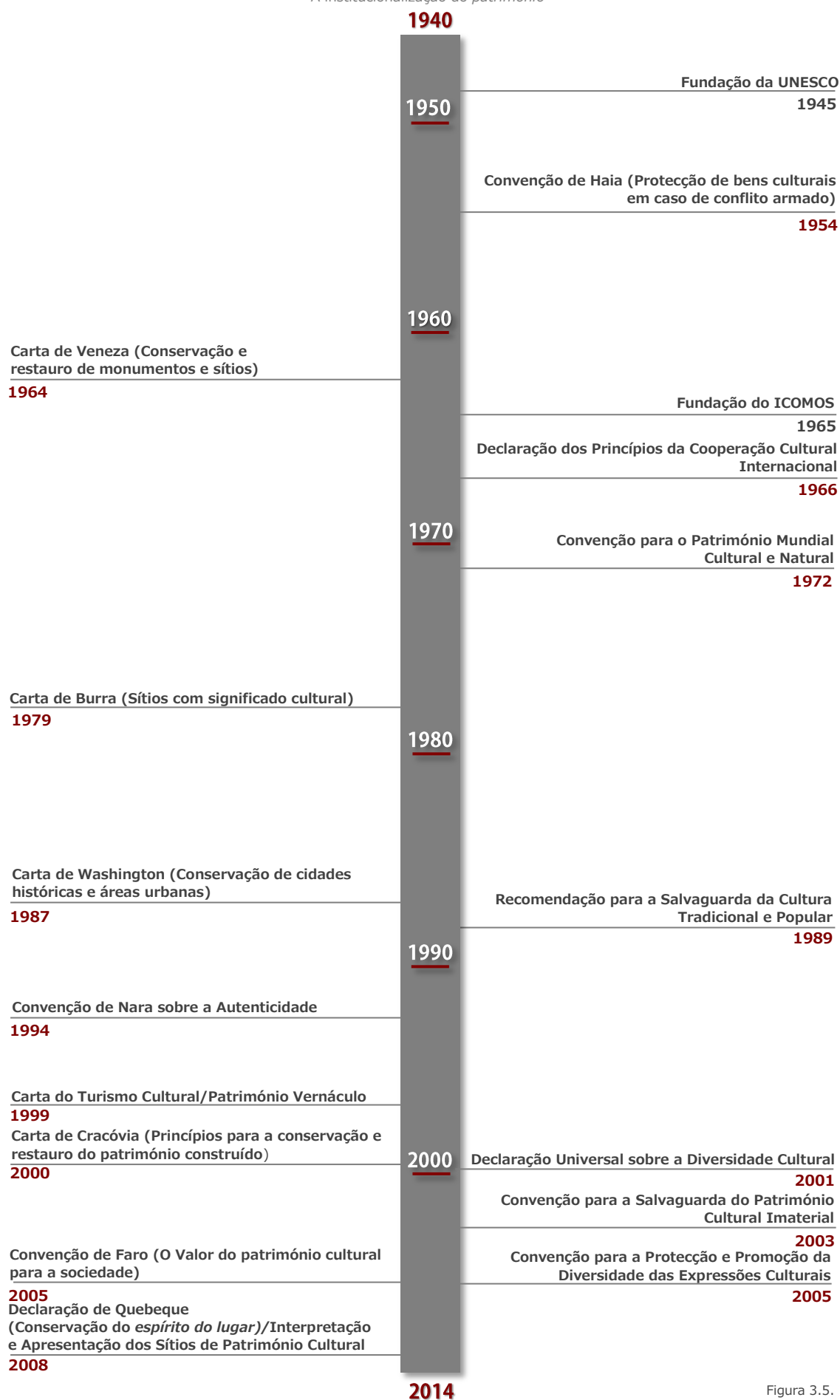


Figura 3.5.
Linha cronológica de algumas Cartas, Declarações e Recomendações após a fundação da UNESCO.
Gráfico da autora.

As constantes adaptações não alteram necessariamente o ponto de vista sobre o *património* e a sua gestão; a questão de *valor universal*, aquilo que é definido como *património* e as formas de intervenção continuam a suscitar debate. Essas adaptações são efectuadas com vista a incluir um maior âmbito de bens que são passíveis de ser classificados e geridos sob esses mesmos princípios. A propósito desta ideia Santos afirma que: “[...] um dos problemas da actualidade patrimonial é uma incidência demasiado grande na logomaquia; ou seja, discute-se demasiado sobre os conceitos sem observar profundamente a essência patrimonial” (2012b, 535).

O processo de classificar, primeiramente ligado aos monumentos, pressupõe o bem *patrimonial* afastado do processo de contínua criação de *memória*, como uma criação ou obra cristalizada num dado momento passado (Soderland, 2010; Harrison, 2013) colocando uma ênfase no seu valor que está intrinsecamente ligado à questão tangível. Desta forma, classificar e gerir bens *patrimoniais* fora desta esfera de pensamento tem sido um dos maiores desafios dos instrumentos legais, pois uma *tradição*, por exemplo, que se define como *cultura viva*, que está em constante adaptação e recriação, ao ser classificada e gerida sob essa legislação deixa de constituir um processo dinâmico, pois se é assim que se define entraria em conflito com a noção de salvaguarda¹⁰ (Smith, 2006).

A principal questão que vários autores referem, nomeadamente (Blake, 2002; Munjeri, 2004; Smith, 2006; Landorf, 2010; Soderland, 2010; Harrison, 2013), relativamente ao processo actual de classificação e da forma como a gestão do *património* é efectuada é o facto de se separar a categorização em dualismos tais como intangível/tangível, cultural/natural, etc., que separam objectos, edifícios, lugares, tradições e *práticas*¹¹.

Sendo que os instrumentos legais produzidos e ratificados no século XXI já reconhecem os problemas da gestão dos lugares, bem como as implicações da afluência de público em grande escala e numa escala global, além das dissonâncias entre diferentes contextos e culturas, actualmente estes sistemas legais, pela abrangência das definições de *património* estão paradoxalmente também a deixar de ser objectivos na sua aplicação, pela progressiva relatividade e ambiguidade das suas leis, com maiores fragilidades quando a sua aplicabilidade se pretende universal.

Soderland (2010) afirma, a propósito, que o sistema jurídico é, *per se*, uma questão que cria incompatibilidades com o *património*, pela sua inflexibilidade, que pertence sempre a um domínio das pessoas que redigem as leis, utilizando terminologia técnica. Refere também que “legal authority and knowledge are thus distanced from other approaches or types of knowledge” (2010, 266), um dos problemas surgidos devido à institucionalização do *património* – diferentes actores da sociedade foram remetidos para uma participação passiva no processo de criação de memória e na gestão do *património*.

¹⁰ Ver glossário.

¹¹ Embora na Declaração do Quebec sobre a Preservação do *Espírito do Lugar* haja já um reconhecimento da necessidade de entender e englobar múltiplas dimensões do *património* existentes num mesmo lugar. Contudo, na declaração, continua a utilizar-se a terminologia anteriormente referida.

Por último, a institucionalização das *práticas* de conservação e proliferação de bens *patrimoniais* tutelados ao domínio público tornou a sua gestão incomportável para os Estados-Nação (Henriques, 2003; Lapão, 2004) em termos económicos e que resulta em parte da existência de uma excessiva centralidade política e ideológica apenas nalguns actores no que respeita à gestão, tomada de decisão e intervenção, baseada nos sistemas legais.

Capítulo 4 | A intervenção *patrimonial* em Portugal após a Revolução de 1974

A caracterização da intervenção *patrimonial* em Portugal, sobretudo a partir do século XIX e com um destaque para o período do Estado Novo, mereceu já grande atenção por parte de diversos autores (ver por exemplo Costa, 1997; Neto, 2001; Tomé, 2002; Correia, 2010; Custódio, 2010; Santos, 2012b), pelo que se apresenta de forma muito breve os antecedentes da mudança de regime político após a Revolução de 1974, nas *práticas* e teorias da conservação *patrimonial*.

Neste capítulo pretende-se enquadrar a evolução do panorama português relativamente à intervenção *patrimonial* das últimas décadas do século XX, onde se constituíram importantes directrizes para a compreensão das *práticas* de conservação contemporâneas em Portugal.

4.1. Antecedentes

É no século XIX que se assiste a uma valorização continuada e à criação de sistemas legais, bem como de organismos públicos designados para a protecção e inventariação de edifícios históricos como *Monumentos Nacionais*¹ (Rosas, 2010). Importa referir que, com a instauração da monarquia institucional e dos ideais do liberalismo que a caracterizaram, a Igreja e os seus bens sofreram grandes ataques, onde se veio a instaurar em 1834 a extinção das ordens religiosas (Neto, 2001). Estes bens (no que é referente aos bens arquitectónicos), como afirma Costa (1997), devido à criação das instituições culturais no *Setembrismo*², foram adaptados a bibliotecas, academias, museus, programas destinados ao serviço público. Outros bens foram vendidos em hasta pública, sofrendo alterações pelos próprios particulares que os adquiriram, em que muitos deles só foram alvo de uma valorização sistemática na década de 80 do século XX, com a expropriação por parte do Estado.

Desta forma, esta acção vai desencadear sucessivas críticas ao estado de abandono de muitos monumentos históricos do país, crítica essa que ecoa o movimento Romântico português, em figuras relevantes como Almeida Garrett e Alexandre Herculano. A revalorização da Idade Média, do românico e do gótico, além do manuelino como uma expressão portuguesa, vai influenciar a construção de uma ideia de *identidade* nacional, de *pátria*, como acontecia, aliás, em outros países europeus, que pelas particularidades da História portuguesa se entendia que apenas alguns períodos encerravam uma dimensão de glória e magnificência,

¹ Categoria de um bem classificado. Actualmente, com a lei nº 107/01, os bens classificados têm as seguintes categorias: *Monumento Nacional* (que inclui as categorias de *Monumento Nacional* e *Imóvel de Interesse Público* previstos na anterior lei nº 13/85), *Imóvel de Valor Municipal* e *Imóvel Inventariado*.

² Ver glossário.

indirectamente assinalados pela classificação de certos edifícios como *Monumentos Nacionais* e o consequente *restauro*. Esta ideia está presente em artigos escritos por Alexandre Herculano, como Rosas afirma:

Alexandre Herculano desenvolve, no texto publicado em 1837, cinco tópicos fundamentais para a definição da matriz disciplinar no que respeita à consagração de monumento histórico: a valorização da arquitectura da Idade Média contra a hegemonia clássica: o estabelecimento de uma equivalência entre as *virtudes* da arquitectura gótica e as virtudes da História de Portugal; a inclusão dos monumentos na idiossincrasia da nação; a necessidade da conservação dos edifícios porque as pedras *falam*, ou seja, são testemunhos e heranças do passado, e a conservação do passado como um dos desejáveis vectores da instrução. (2010, 43)

A institucionalização dos assuntos relativos aos *monumentos* ganha assim uma forma concreta nos finais do século XIX e é continuada já no século XX, no período da República, pela legislação criada e por organismos específicos que tomam a tutela dos *monumentos*. É criada então a “Associação dos Architectos Civis”, em 1863, para tutelar os assuntos referentes à arquitectura civil, tanto na *prática* e teoria como na administração e jurisprudência da mesma (Costa, 1997). Em 1872 é denominada “Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses”, que irá desenvolver um inventário, solicitado pelo Ministério das Obras Públicas em 1880, denominado “Relatório e Mappas Àcerca dos Edifícios que devem ser classificados Monumentos Nacionais” (Raposo, 2010), assentes em seis classes de classificação, como Raposo refere:

- 1ª classe – monumentos históricos e artísticos e também os edifícios que somente se recomendam pela grandeza da sua construção, ou pela sua magnificência ou por encerrarem primores da arte;
- 2ª classe – edifícios importantes para o estudo da história das artes em Portugal, ou somente históricos, mas não grandiosos, ou simplesmente recomendáveis por qualquer excelência de arte;
- 3ª classe – monumentos de arte militar antiga. Castelos e torres;
- 4ª classe – monumentos levantados em lugares públicos pela gratidão nacional em honra de homens, que bem mereceram da pátria;
- 5ª classe – padrões de muitos diferentes géneros importantes para a história e para as artes;
- 6ª classe – monumentos pré-históricos. Dólmenes, menires, mamoa, etc. (2010, 67)

Raposo (2010) refere que estas classes não significam necessariamente uma hierarquia, e demonstram diversas tipologias de *monumentos* que podem ser classificadas afirmando que não se denota uma ênfase exagerada num *medievalismo*, como comumente se tem designado, embora estejam classificados em maior número.

No período republicano a protecção e classificação ganha um novo ímpeto, alargando o número de bens classificados, pelo decreto surgido em 1910, e onde se verifica também uma reestruturação dos organismos públicos, centralizando as responsabilidades do Estado

relativamente à intervenção *patrimonial* na AGEMN³, um organismo dependente do Ministério das Obras Públicas, criado em 1920 (Tomé, 2002).

Em 1929 é criada a DGEMN⁴, um organismo que tutelava não só a elaboração de projectos para intervenção nos *monumentos*, mas também a classificação e a própria fiscalização das obras (Tomé, 2002).

As intervenções efectuadas sob a tutela deste organismo, no contexto do Estado Novo, alteraram a forma como hoje se lêem os *monumentos* intervencionados, sendo que os castelos constituem um dos casos mais paradigmáticos, não só pelo *restauro* efectuado nos mesmos mas também pelas intervenções urbanísticas e expropriações nas então criadas *zonas de protecção* que ainda hoje estão previstas nos regulamentos em vigor⁵ (embora com variações recorrentes da sua revisão).

Desta forma foi possível uma acção continuada na intervenção *patrimonial* do Estado Novo e com uma “relativa unidade metodológica” (Tomé, 2002, 29) através, como refere Tomé (2002), das tipologias específicas e semelhanças existentes dos objectos a intervir, da centralidade, poder e controlo de decisão por parte da instituição, da direcção dos trabalhos por técnicos que permaneceram em longos períodos de tempo e da passividade perante as Cartas e normativas internacionais. No entanto, as intervenções não se pautaram por critérios rigorosos e aplicados cientificamente a todas as intervenções, não se assistindo a um debate teórico nesse âmbito, por parte dos técnicos, suficientemente significativo (Neto, 2001) para justificar as opções de *restauro* efectuadas em cada um dos *monumentos* e num âmbito mais generalista a nível nacional. O que importa referir é que de facto o *restauro* foi uma opção permanentemente escolhida, onde se poderá fazer uma certa analogia ao *restauro estilístico*⁶, defendido principalmente por Viollet-le-Duc (Neto, 2001).

Assiste-se, portanto, a uma *interpretação* com contornos complexos, que difere daquela abordada no capítulo 2, nomeadamente nas técnicas utilizadas, no público-alvo e nos motivos subjacentes. As intervenções *patrimoniais* no período do Estado Novo constituem por um lado a criação de uma dada mensagem com conotação política, muitas vezes sobreposta ao carácter da *interpretação* baseada em princípios histórico-científicos com um sentido meramente educativo, e por outro lado constitui *património*, no sentido em que o significado foi moldado para servir as necessidades de um dado presente, valorizando determinados valores em detrimento de outros. O conceito de *dissonância*, neste caso, não pode ser dissociado do próprio significado de *património*, no sentido em que o Estado Novo subjugou outros valores associados aos edifícios, nomeadamente pelas comunidades locais, para elevar valores defendidos pelo regime político. Tomé refere a propósito desta questão que:

um aspecto pouco referido e qualificável em termos de investigação historiográfica foi o impacto que as intervenções em imóveis classificados exercia junto das comunidades que

³ “Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais”.

⁴ “Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais”.

⁵ Lei de Bases do Património Cultural Português, lei nº 107/01.

⁶ Ver definição no capítulo 1.

desenvolviam grande parte da sua vivência em torno destes edifícios e lhes imprimiam significações particulares e específicas e que em muitos pontos divergiam dos processos de apropriação por instituições de âmbito nacional, como o era a DGEMN. (2002, 206)

No entanto, desconhece-se reacções, no sentido de destruição ou outras acções, às intervenções efectuadas no período do Estado Novo, mesmo após a mudança de regime político após a Revolução de 1974, ou o não reconhecimento de determinados valores relativamente aos edifícios intervencionados nesse mesmo período, no sentido de simbolizarem um regime político com conotação opressiva para certas comunidades ou grupos da sociedade.

Voltando à política de intervenção da DGEMN, e no caso particular dos castelos, alguns mereceram uma intervenção mais profunda e mais dispendiosa, como por exemplo o castelo de Lanhoso, o castelo de Guimarães e o castelo de Lisboa, pelos valores que lhes eram atribuídos, nomeadamente a factos históricos relevantes na História de Portugal que a política do Estado Novo queria evidenciar, onde a intervenção se pautou por uma recriação dos mesmos e por uma nova imposição do seu perfil na *paisagem*.

Na década de 50 do século XX os programas de intervenção sofrem algumas alterações, com vista às potencialidades da crescente afluência de público aos bens *patrimoniais*, sobretudo no período pós-guerra, como valor económico. Este fenómeno, segundo Neto (2001), significava também uma oportunidade para mostrar um país com uma existência muito longa e com determinadas *paisagens* e tradições, estando talvez subentendida uma certa vontade propagandista de determinados valores que o Estado Novo considerava relevantes, assistindo-se a uma nova preocupação pela preservação e manutenção dos *Monumentos Nacionais* (Neto, 2001). São então adoptados novos programas, como museus e pousadas, além de outros programas com fins assistenciais, sociais e sanitários (Neto, 2001). Neste contexto, os castelos foram sobretudo sujeitos a programas para pousadas, havendo também algumas torres de menagem com intervenções para museus militares ou pequenas exposições (Santos, 2012b), cujas adaptações para pousadas resultaram em intervenções complexas devido às exigências programáticas, embora ainda nos finais da década de 90 do século XX houvesse uma intervenção deste tipo. Seguidamente enumera-se todos castelos intervencionados para adaptação a pousada, como Fernandes (1999) refere: pousada no Castelo de Óbidos, inaugurada em 1950; pousada no Castelo de Estremoz, inaugurada em 1970; pousada no Castelo de Palmela, inaugurada em 1979; pousada no Castelo de Vila Nova de Cerveira, inaugurada em 1982; pousada no castelo de Alvito, inaugurada em 1993 e pousada no Castelo de Alcácer do Sal, inaugurada em 1998.

Este tipo de programas, em comparação com o grande número de castelos existentes, foram casos pontuais, focando-se sobretudo intervenções no perfil arquitectónico e adaptação das torres de menagem e outras dependências existentes no espaço intramuros para programas com fins culturais e/ou educativos.

Desta forma, assiste-se a um período de muitas classificações e uma responsabilidade crescente na manutenção e preservação dos *monumentos*. Segundo um estudo de Correia

(2010), até 1949 estariam já classificados 95 castelos, 89 castelos com a classificação de *Monumento Nacional* e 6 com a classificação de *Imóvel de Interesse Público*, sendo que relativamente às intervenções, até 1960, a DGEMN iria intervir em 113 castelos, 85 classificados e 28 não classificados.

Após a mudança de regime político em 1974, na Revolução de 25 de Abril, com a reestruturação dos organismos públicos e a progressiva abertura e introdução dos princípios da teorização que acontecia internacionalmente, de que é exemplo a redacção da Carta de Veneza, irá assistir-se a uma reformulação dos conceitos de intervenção, referente ao valor intrínseco dos artefactos, contrastando com as acções que caracterizaram o período do Estado Novo.

Irá formular-se uma atitude perante os artefactos que os irá afastar do processo que constitui *património*, como abordado no capítulo 2. Os castelos, pela presença na *paisagem* e relevância histórica na construção do território, pelas dificuldades que os mesmos aportam à adequação de certos programas de intervenção e pela inexistência da função militar para a qual foram pragmaticamente concebidos, constituem um caso singular na abordagem a esse mesmo processo.

4.2. Os organismos públicos e a legislação *patrimonial* no período pós-revolução

Após a mudança para um regime democrático assistiu-se a novas reformulações no que toca aos organismos que mantinham a tutela dos *monumentos*. Em 1980 é criado o IPPC⁷, subdividido em outros organismos como o IPM⁸ e o IPPAR⁹, criado em 1993. Em 1997 o IPPAR iria dividir-se, constituindo-se o IPA¹⁰ e ficando desta forma com uma nova designação¹¹. Estes dois organismos voltam a juntar-se, mais tarde, num único organismo, o IGESPAR¹². Actualmente o *património* é tutelado pela DGPC¹³, subdividida em direcções regionais da cultura, tendo resultando da fusão entre o IGESPAR, o IMC e a DRCLVT¹⁴.

É na década de 80 do século XX que surge também uma nova legislação, a lei 13/85, que viria a substituir o decreto nº 20.985, de 1932, onde estão já presentes as categorias formuladas pela Convenção do Património Mundial Cultural e Natural, de 1972¹⁵, que Portugal viria a ratificar em 1979 (Tomé, 2002), entrando em vigor em Portugal em 1981 (Amendoeira, 2010). Portugal aderiu de forma significativa a esta Convenção, que até finais da década de 90 do século XX teria 11 inscrições na lista, 5 no mesmo ano, em 1983. Como consequência da revisão das categorias da Convenção e que abrangiam um âmbito cada vez maior, as categorias

⁷ “Instituto Português do Património Cultural”.

⁸ “Instituto Português dos Museus”.

⁹ “Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico”.

¹⁰ “Instituto Português de Arqueologia”.

¹¹ “Instituto Português do Património Arquitectónico”.

¹² “Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico”.

¹³ “Direcção Regional do Património Cultural”.

¹⁴ “Direcção Regional da Cultura de Lisboa e Vale do Tejo”.

¹⁵ Categorias inicialmente existentes: *Monumento*, *Conjunto* e *Sítio*.

de nomeações iriam também diversificar-se, desde *paisagens* culturais, como o caso de Sintra, em 1993, por exemplo, e os casos muito recentes no que se refere ao *património imaterial*, como o *Fado*, em 2011, e a *Dieta Mediterrânica*, em 2013, em conjunto com outros países, representada pela região de Tavira, no caso português. A estratégia da inscrição de bens na lista de *património mundial* continua, assim, a ser uma aposta do Estado Português (e não só), reflectindo uma expectativa nos benefícios económicos que se pretende obter, apesar das críticas que a Convenção tem suscitado nos anos mais recentes¹⁶ mas que seria objecto de estudo num outro âmbito.

Quanto a outras Cartas internacionais, nomeadamente a Carta de Veneza, Portugal esteve representado na altura da redacção da Carta, mas a Comissão Nacional do ICOMOS só irá ser criada em Portugal também em 1980. É também nesta década que Portugal adere à então CEE, hoje União Europeia, permitindo acesso a fundos europeus, que actualmente são dinamizadores de muitas intervenções *patrimoniais* efectuadas em Portugal.

O processo democrático permitiu também uma nova abertura à participação dos cidadãos nas questões do *património*, o que permitiu uma “superação das noções exclusivas da memória, da identidade, da raridade ou da excepcionalidade” (Folgado, 2010, 326-327). Em Portugal, o nascimento do associativismo relativo ao *património* deve ser salientado. Embora se enquadre num processo de construção de um Estado democrático que marcou as décadas de 70 e 80 do século XX, pela mudança de regime político, é um aspecto fundamental que foi perdendo relevo nas décadas seguintes, sobretudo por via da institucionalização do *património* e do afastamento dos cidadãos como actores que participam nos processos de decisão. As transformações no território e na sociedade que começaram a ocorrer na década de 70 do século XX em Portugal submeteram o legado dos centros históricos, das construções vernáculas, das técnicas tradicionais de construção, etc., processos evolutivos que constituem *património*, a emergentes noções de progresso. Começa então a manifestar-se um sentimento de *perda* eminente¹⁷ que se irá traduzir numa nova consciencialização desses processos em permanente risco de desaparecer, onde nas décadas mais recentes se tem vindo a assistir a uma sistemática classificação e inventariação bem como debates académicos sobre estas questões, caminhando-se para uma *crise de acumulação* que levanta várias questões no século XXI, mesmo no contexto português.

A partir desta nova consciencialização surgiram campanhas a nível nacional num esforço de difundir as novas *práticas* e teorias e uma aposta na educação através da difusão de programas de visitas guiadas, exposições itinerantes, estatutos associativos, etc., e que também através da difusão pela comunicação social possibilitou um alargamento do interesse público pelo *património* (Custódio & Rasquilho, 2010). Neste contexto, em 1980, realiza-se o I Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural, onde se procurou “incorporar as diferentes tipologias patrimoniais que emergiram em contexto internacional, durante a década de Setenta, com referência explícita à arqueologia industrial, ao património

¹⁶ Ver capítulo 2.

¹⁷ Conceito referido no capítulo 2.

paisagístico e urbanístico, ao património etnográfico, arqueológico, ao ambiente e à natureza, antecipando a própria dinâmica da Administração Central” (Folgado, 2010, 328).

Em 1975 Jorge Pais da Silva, professor e historiador de arte, escreve um texto intitulado “Pretérito Presente: para uma teoria da preservação do património histórico-artístico”, considerado por alguns autores uma obra pioneira (Folgado, 2010; Custódio & Rasquilho, 2010).

Este texto aborda várias questões relevantes para se compreender a teoria e *prática* de conservação nas décadas seguintes à sua produção. Um dos pontos refere-se àquilo que é considerado relevante para preservar um dado artefacto: não se se cinge ao valor histórico ou de antiguidade, mas ao valor qualitativo, sendo que as construções contemporâneas são também passíveis de ser classificadas. Outro dos pontos é uma nova ênfase na readaptação como meio viável de conservar determinada construção: “[...] em certos casos, o processo mais económico de conservar uma construção reconhecida como merecedora de ser preservada é justamente conferir-lhe nova função, revitalizá-la mediante adequado sistema de adaptações de modo a não mutilar aquilo que nele deve ser salvaguardado” (Silva, 1975, 29), podendo já notar-se a influência dos princípios da Carta de Veneza. A adaptabilidade dos bens *patrimoniais* para a fruição pública e consequente afluência de visitas como factor de desenvolvimento e o seu potencial para as economias locais e regionais é tema recorrente no texto, em que este fenómeno assume já um papel de relevo para mediar as opções de gestão e programas de intervenção, que virá a intensificar-se até ao presente milénio.

Através desta obra, juntamente com outras campanhas de sensibilização dirigidas a técnicos, professores, políticos e cidadãos em geral, poder-se-ia antever a abertura de um novo caminho na participação e gestão do *património*, neste contexto já entendido como *património cultural*, onde se assumia “[...] a vontade de discussão democrática dos valores a ele (do património) inerentes e chamava-se a participar os principais responsáveis políticos, organizações culturais e cidadãos” (Custódio & Rasquilho, 2010, 300). No entanto, a progressiva classificação de bens considerados *património* e o crescente poder da tutela do *património* por parte do Estado não permitiu essa atitude. O processo de sensibilização e educação do público tornou-se fundamental e presente nas acções desenvolvidas pelas organizações estatais que tutelam o *património*, embora não se tenha verificado, como se explicou no capítulo 2, a possibilidade dos cidadãos participarem activamente no processo que constitui *património*. As actuais acções apenas contemplam uma sensibilização para a compreensão de um *património* já definido por entidades nacionais e mundiais.

O que difere nesta nova etapa substancialmente das *práticas* do Estado Novo, e com clara influência da Carta de Veneza, é uma reemergência no valor intrínseco da estrutura dos artefactos, valorizando-se, sob um ponto de vista científico, todas as épocas e processos evolutivos dos artefactos, onde as novas construções assumem um carácter diferenciador e reversível, enfatizando esse mesmo valor intrínseco. Os programas de intervenção e a pesquisa tecnológica que irá acompanhar as técnicas de preservação nas décadas seguintes irão caminhar nesse sentido. Deve salientar-se que os novos materiais que possibilitaram novas formas e programas de intervenção fizeram com que se perdessem progressivamente técnicas

tradicionais de construção e o conhecimento relativamente às mesmas. Essas técnicas, aplicadas por exemplo na reconstrução dos perfis arquitectónicos dos castelos no período do Estado Novo, constituem também *património* (processos complexos que não se cingem ao *saber-fazer*), não se podendo deixar de referir a qualidade de execução onde actualmente é difícil, através da observação directa, a distinção clara do estado anterior dos castelos às intervenções efectuadas pela DGEMN.

4.3. Novos paradigmas – projectos que iniciaram uma nova abordagem às práticas de conservação

Assistiu-se, na década de 90 do século XX, principalmente na segunda metade, a mudanças significativas nos programas e conceitos de intervenção. Embora as mudanças de paradigma não tenham acontecido de forma linear e cronológica, no período anteriormente indicado e nos anos seguintes, já no presente milénio, os projectos de intervenção *patrimonial* irão apresentar algumas diferenças que se tornam pertinentes para contextualizar os estudos de caso da presente dissertação.

Alguns princípios da Carta de Veneza, como a distinção entre a estrutura pré-existente e os novos elementos, com materiais distintos, bem como a valorização das diferentes épocas construtivas marcam uma nova fase nas intervenções *patrimoniais*, embora interpretados de formas diferentes segundo cada autor. Os programas vão sofrendo alterações, assistindo-se a grande número de intervenções com fins culturais, numa perspectiva de melhoramento das condições para a fruição pública, em detrimento de programas mais complexos com fins hoteleiros, por exemplo.

Um dos aspectos que irá marcar estas intervenções, e que se denota já nas décadas anteriores, é o projecto de intervenção como criação e afirmação pessoal, como afirma Santos: “Una de las faltas [...] solía ser la tendencia a marcar su (dos arquitectos) *firma personal* de forma visible en los conjuntos edificados, haciendo que sobresaliera respecto a ellos. Si para una obra nueva eso se podría considerar meritorio, no era tan admisible en las intervenciones de rehabilitación de monumentos arquitectónicos” (2012b, 503).

Embora a intervenção *patrimonial* se constitua sempre por opções, esta questão remete para a condição do *património* construído como propriedade estatal e por isso sob tutela de especialistas, no qual, independentemente de um dado contexto, se valoriza a estrutura *per se*, no sentido em que a mesma encerra o valor *patrimonial* e constitui, portanto, um caso isolado passível de uma maior experimentação. Esta ideia assume particular relevância no caso dos castelos. Fernandes defende que “a tendência geral tem sido, nos anos mais recentes, a de secundarizar a ideia de obediência a valores colectivamente aceites, sistematizados através de normativas e com bases éticas globalmente acatadas, antes favorecendo uma espécie de *experimentação livre* cujo valor e eficácia se vê apenas caso a caso” (2010, 241). Esta aparente desvalorização das normas internacionais e a existência de um maior pragmatismo e liberdade criativa, ideias referidas pelo autor, poderá relacionar-se com duas questões: por um lado uma

mudança no conceito tradicional de *património* e a consequente dificuldade em aplicar essas mesmas normas em situações muito diferentes entre si e por outro lado uma maior exigência por parte do público na recuperação do *património* construído (Calado, Pereira, & Leite, 2000), procedendo-se a uma crescente musealização dos bens *patrimoniais* e que resulta em distintos projectos onde este tipo de programas permite uma relativa liberdade formal e interpretativa, como se verá mais adiante na análise de alguns projectos.

Neste contexto, o surgimento da Carta de Cracóvia, no ano 2000, referente ao *património* construído, inclui novas abordagens que merecem ser consideradas nesta dissertação para enquadrar alguns aspectos verificados em Portugal.

Embora não apresente diferenças significativas relativamente à Carta de Veneza no que toca às técnicas que constituem a intervenção *patrimonial*, o seu âmbito de actuação considera outros valores, relacionados com algumas problemáticas que se identificaram no capítulo 2. No preâmbulo da mesma é referido que:

cada comunidade, tendo em conta a sua memória colectiva e consciente do seu passado, é responsável, quer pela identificação, quer pela gestão do seu património.

Os monumentos, considerados como elementos individuais desse património, possuem valores que se alteram com o tempo. Esta alteração de valores, que podemos identificar em cada monumento é, afinal, uma das características do património. Através deste processo de mudança de valores, cada comunidade desenvolve uma consciência e um conhecimento da necessidade de preservar os bens culturais construídos, pois eles são portadores dos seus próprios valores patrimoniais comuns. Este processo não pode ser objecto de uma definição redutora. Apenas se pode incluir o modo segundo o qual pode ser identificado.

Considerando o *património* construído como algo pertencente a um processo que constitui *património*, os valores socioculturais são também identificados como parte desse processo, sendo considerado que a “reconstrução total de um edifício, que tenha sido destruído por um conflito armado ou por uma catástrofe natural, só é aceitável se existirem motivos sociais ou culturais excepcionais, que estejam relacionados com a própria identidade da comunidade local”. Independentemente do seu carácter de excepção, levanta questões relativamente à forma como a intervenção *patrimonial* tem sido tradicionalmente dirigida e a exclusividade do poder de decisão por parte da comunidade científica. Esta ideia é também referida relativamente às *cidades e aldeias históricas*:

cada um destes conjuntos patrimoniais devem ser considerados como um todo, com as suas estruturas, os seus espaços e as características socioeconómicas, em processo de contínua evolução e mudança. Qualquer intervenção deve envolver todos os sectores da população e requer um processo de planeamento integrado [...].

A intervenção *patrimonial* é vista não como uma acção pontual, mas antes como um planeamento a longo prazo. Neste sentido apresenta-se uma distinção entre *restauro*, *projecto de restauro* e *conservação*. A *conservação*¹⁸, segundo a definição presente na Carta, implica

¹⁸ No contexto da Carta implica acções tais como o “controlo do meio ambiental, a manutenção, a reparação, o restauro, a renovação e a reabilitação”, não prevendo acções como a destruição, por exemplo, processos que fazem igualmente parte

atitudes por parte de uma comunidade para perpetuar o *património*. *Restauro* é definido como uma intervenção dirigida sobre um bem *patrimonial*, cujo objectivo é a conservação e posterior apropriação pela comunidade e o *projecto de restauro* significa um processo que implica opções de conservação, em que essa mesma conservação é realizada com sucesso.

Desta forma, estas acções carecem de formulações e definições específicas, pois, segundo a Carta, o modo como se planeia uma intervenção *patrimonial* dependerá das especificidades de cada contexto, com opções necessariamente diferentes, mas acima de tudo foca-se a importância de uma participação e compromisso entre vários actores, como se exemplifica na Carta: “a pluralidade de valores do património e a diversidade de interesses requerem uma estrutura de comunicação que permita uma participação efectiva dos cidadãos no processo, para além dos especialistas e gestores culturais”.

Assim, tem vindo a assistir-se, desde a década anteriormente referida, à elaboração de projectos de intervenção *patrimonial* com abordagens e âmbitos de actuação diferentes, cujo objectivo da intervenção tenta ir para além do edificado, considerando outros aspectos.

Santos (2012b) apresenta diversos projectos, nos quais se destacam os programas POLIS¹⁹, os programas URBAN I e URBAN II²⁰, o programa REABILITA²¹ e o PRAHP²².

O PRAHP, onde praticamente todas as localidades²³ inseridas no programa têm um castelo e/ou fortificação, pretendeu ser um factor de desenvolvimento para as regiões do interior de Portugal que apresentavam um progressivo despovoamento. Desta forma, Santos refere, baseado numa tese de doutoramento de Luísa dos Reis Paulo, de 2009, que:

la estrategia [...] fue la adopción de acciones cuyo objetivo era fijar a la población residente y intentar captar nuevos habitantes mediante la creación de condiciones para un desarrollo sostenible que incluía la calificación ambiental, la rehabilitación del patrimonio edificado, la dotación de condiciones de confort residencial moderno compatibles con la preexistencia y la exploración de nuevas tecnologías que se adaptaran a las condiciones locales. (2012b, 496-497)

A revitalização destas localidades passou também por uma aposta na valorização e promoção das mesmas como locais atractivos para visitar, um dos principais factores que impulsionaria essa revitalização (Santos, 2012b), onde se denota já uma interdependência das intervenções com o acolhimento de visitantes e actividades lúdicas e também, de forma menos directa, uma expectativa numa valorização económica. Estes projectos caracterizaram-se por

do processo que constitui a *memória*, como afirma Augé (2004): “Memory and oblivion stand together. Both are necessary for the full use of time... We must forget in order to remain present, forget in order not to die, forget in order to remain faithful” (citado em Harrison, 2013, 199). Embora a destruição constitua uma acção de excepção, a destruição da estátua de Saddam Hussein, em 2003, no Iraque, é um exemplo.

¹⁹ “Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades”.

²⁰ Direccionados para uma intervenção integrada de bairros urbanos problemáticos.

²¹ Regime especial de apoio à reabilitação de edifícios.

²² “Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal”.

²³ As localidades que fazem parte deste programa são as seguintes: Sortelha, Piódão, Monsanto, Belmonte, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares, Almeida, Marialva e Trancoso.

uma adequação dos princípios e programas de intervenção às especificidades de cada contexto, projectos que envolveram uma equipa de técnicos de diversas áreas (IPPAR, 2000b).

Assim, seguidamente irá apresentar-se alguns projectos que identificam alguns dos paradigmas anteriormente referidos: o projecto no âmbito do PRAHP, para a aldeia de Idanha-a-Velha (1995-2006) e a intervenção no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha (1995-2009).

O projecto para a aldeia de Idanha-a-Velha (Concelho de Idanha-a-Nova) é da autoria de Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandez. Os autores consideram que “o estímulo principal para uma intervenção em Idanha-a-Velha foi e continua a ser a possibilidade de a concretizar através de um programa que sintetiza dois factores indissociáveis: o desenvolvimento e a preservação e valorização patrimonial” (Atelier 15, 2002, 164). Desta forma o projecto constituiu-se por diversas intervenções em edifícios pré-existentes e também por construções novas, sendo estas essencialmente fora das muralhas, incluídas no Plano de Reordenamento da Praça do Espírito Santo e na Zona de Expansão Habitacional.

O projecto de Reordenamento da Praça do Espírito Santo pautou-se pela demolição de equipamentos já existentes, sendo construídos novos equipamentos com funções similares, das quais se destacam: sala polivalente, palco, loja, cafetaria e esplanada, a Praça de Touros “renovada” (Atelier 15, 2002, 169) e habitação. A capela do Espírito Santo, que se localiza na praça, foi alvo de intervenção para ser reaberta ao culto. Foi também construído um novo arruamento e que dá acesso a estacionamento para automóveis e autocarros, onde os visitantes, através de um caminho pedonal, acedem desses mesmos estacionamentos à Porta Norte, assumindo esta um acesso privilegiado para a aldeia, do ponto de vista de quem a visita.

Desta forma, a recepção aos visitantes é um dos motivos que molda a forma como se apresenta este projecto. Com as construções novas pretendeu-se “desbloquear o desenvolvimento do aglomerado [...] Daí dar-se a maior importância à dignificação da construção nova que deve ser, exemplar e assumidamente, contemporânea” (Atelier 15, 2002, 165).

Esta ideia demonstra a aplicação do princípio da distinção entre a pré-existência e a obra nova mas aplicados a um contexto urbano, revalorizando uma distinção entre o que constitui a aldeia com artefacto histórico e passível de ser visitável e uma dinâmica vivencial do quotidiano da comunidade que habita a aldeia.

A intervenção na Porta Norte, da responsabilidade do IPPAR, faz parte de outras acções de intervenção *patrimonial*, tais como a basílica, a ponte e a torre dos templários. Todo o pano da muralha teve um projecto de intervenção para permitir um percurso de visita, a partir do acesso da Porta Norte, onde se pretendeu que a intervenção não valorizasse o monumento *per se* mas que o tornasse visível e visitável, dentro de uma lógica global do projecto para a aldeia. Desta forma, a Porta Norte foi entendida como um elemento importante, com uma presença significativa tanto no Plano de Ordenamento da Praça do Espírito Santo como elemento da “identidade da aldeia” (Atelier 15, 2002, 170). As opções de intervenção da mesma sublinharam esta vontade: a opção escolhida foi a reconstrução de um arco e das duas torres que ladeiam a Porta, que através da investigação arqueológica no local, foi possível a

reconstrução segundo a técnica da *anastilose*²⁴, não diferenciando, portanto, a pré-existência dos novos elementos colocados.



Figura 4.1.
Porta Norte reconstruída, Idanha-a-Velha, s/d.
Autor: Luís Ferreira Alves.



Figura 4.2.
Porta Norte em processo de reconstrução, Idanha-a-Velha, s/d.
Autor: IPPAR.



Figura 4.3.
Passadiço com alusão aos cubelos pré-existentes, Idanha-a-Velha, s/d.
Autor: Luís Ferreira Alves.

Esta opção constitui uma técnica que permite a *interpretação* de uma dada mensagem, tal como um painel informativo. No restante pano da muralha foi colocado uma grelha metálica apoiada sobre uma estrutura de ferro que assinala o percurso, onde existem varandas semicirculares, com revestimento a cobre, sugerindo a localização e, de forma parcial, o desenho de antigos cubelos.

Estas técnicas foram utilizadas para permitir a *interpretação* de uma mensagem sobre o pano da muralha, em que não se verificam princípios dogmáticos nos conceitos de intervenção, e que são sempre passíveis de discussão, mas no entanto verifica-se diferenças substanciais relativamente a períodos anteriores, tanto na escolha dos materiais aplicados como na adaptação dos conceitos em função das particularidades de um determinado contexto, podendo não significar necessariamente uma *experimentação livre* como Fernandes (2010) defende.

²⁴ Ver glossário.

A Basílica (Sé Catedral de Idanha-a-Velha), adaptada a cemitério no século XIX e depois alvo de um *restauro* nas décadas de 60 e 70 do século XX, no novo projecto foi adaptada a funções culturais, quer para visitas quer para diversos eventos. Desta forma, foi escolhido um circuito de visita com diversas técnicas que permitem a *interpretação*, tais como painéis informativos, etc., onde o circuito em si mesmo pode constituir também uma técnica, dado que se pretende que os visitantes apreendam uma determinada leitura: “Das múltiplas entradas existentes, correspondentes a diferentes épocas e diferentes usos do templo, considerou-se a porta manuelina, a poente, em posição privilegiada em relação a esta complexa leitura do espaço. Aqui se dará início ao percurso de visita, com uma inequívoca panorâmica sobre o segundo eixo” (Atelier 15, 2002, 172).

Os materiais aplicados, quer no pavimento quer na cobertura, pautam-se pela reversibilidade, tal como se verificou nos materiais utilizados no percurso de visita no pano de muralha, constituindo uma nova abordagem que se irá verificar em muitos dos projectos a partir de finais da década de 90 do século XX. No entanto, a aplicação dos materiais pode ter mais significados além do referido, em que os autores os utilizam em termos de textura e cor, num sentido sensorial, cujo objectivo é criar um “ambiente de conforto e calor, característico dos espaços do início da cristandade” (Atelier 15, 2002, 172). Esta ideia, relacionada também com a *interpretação*, coloca algumas questões relativas ao conceito de *autenticidade* e *dissonância*. Sendo uma construção com uma existência muito longa, com diversas e profundas intervenções ao longo dos séculos, tendo sido também mesquita e cemitério, como foi referido anteriormente, não se poderá aplicar o conceito tradicional de *autenticidade*, e portanto a tentativa de evocação desse ambiente que corresponde a uma fase inicial da sua construção deve questionar-se, no sentido em que está presente ou não uma possibilidade de privilegiar uma determinada época em detrimento de outras, devendo entender-se os diferentes valores que poderão estar associados ao monumento, quer pelos habitantes ou outras pessoas, e que poderão ir ou não ao encontro da mensagem que os especialistas constroem para a sua *interpretação*.



Figura 4.4.
Fotografia do interior da basílica, Idanha-a-Velha, s/d.
Autor: Luís Ferreira Alves.



Figura 4.5.
Arquivo situado no logradouro do lagar,
Idanha-a-Velha, s/d.
Autor: Luís Ferreira Alves.



Figura 4.6.
O edifício do lagar antes da intervenção,
Idanha-a-Velha, s/d.
Autor: IPPAR.



Figura 4.7.
O edifício do lagar depois da intervenção,
Idanha-a-Velha, s/d.
Autor: IPPAR.

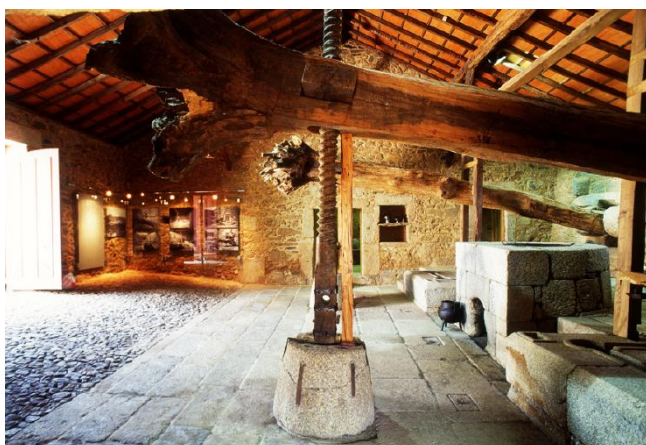


Figura 4.8.
Fotografia do interior do lagar, Idanha-a-Velha, s/d.
Autor: Luís Ferreira Alves.

A igreja matriz de Idanha-a-Velha teve também uma intervenção, subjacente a vários dos princípios anunciados, embora mantendo a função de culto, sendo que a capela de São Dâmaso foi adaptada a uma sala de exposições. Assistiu-se também a intervenções com o objectivo de criar diversas dependências que apoiassem a comunidade, nomeadamente o *restauro* e reutilização dos Antigos Paços do Concelho para Centro de Dia e sala polivalente, e de outras construções para a instalação da Junta de Freguesia e posto médico. A escola primária foi adaptada para a instalação de uma loja do IPPAR e uma outra construção foi adaptada para a recepção ao público, havendo uma certa liberdade formal na intervenção nos interiores dos espaços mencionados.

Um outro aspecto deste projecto é a extensão da intervenção *patrimonial* a novas categorias, como o caso do *património* industrial. Neste sentido houve uma intervenção no Forno do Povo, que continua em actividade. O Lagar das Varas, desactivado, foi adaptado a museu sob a temática da produção, transformação e uso do azeite. No seu logradouro foi construído um arquivo para colocação e armazenamento de epígrafes romanas que se encontravam na Sé. Esta nova construção assumiu uma linguagem contemporânea, com o objectivo de não contrastar com as pré-existências da envolvente.

Os Palheiros de São Dâmaso foram adaptados a um programa de apoio aos trabalhos arqueológicos, evidenciando-se no seu interior vestígios arqueológicos da muralha romana, deixados a descoberto. Mais uma vez se pode observar a obra nova, através de materiais diferenciadores e de certo modo reversíveis.



Figura 4.9.

Exterior dos Palheiros de São Dâmaso após a intervenção, Idanha-a-Velha, s/d.

Autor: Luís Ferreira Alves.



Figura 4.10.

Interior dos Palheiros de São Dâmaso após a intervenção, Idanha-a-Velha, s/d.

Autor: Luís Ferreira Alves.

Assim, o projecto deve ser lido tendo em consideração as diversas intervenções, e que marca uma nova atitude perante a intervenção *patrimonial* “uma vez que na casuística de cada projecto se busca sempre uma coerência geral, por forma a não transformar a intervenção numa malha de retalhos ou num mostruário de exibicionismos pessoais” (Atelier 15, 2002, 170).

O segundo projecto que se irá analisar é a intervenção no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, em Coimbra, também da autoria de Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernández. O mosteiro, devido a inundações do rio Mondego, foi abandonado em 1617, só voltando a sofrer uma intervenção significativa já nas décadas de 30 e 40 do século XX.

Este projecto teve uma significativa escavação arqueológica, sendo encontrado um espólio de grande relevância que, por estar submerso devido às inundações do rio Mondego, se conservou em relativo bom estado. Esta escavação permitiu uma nova leitura do mosteiro, sendo a mesma abordada no projecto.

Para permitir as escavações e a consequente manutenção do espólio arqueológico foi decidido retirar a água de forma permanente através de um projecto de engenharia, que o projecto de arquitectura iria sublinhar. Esta solução, segundo o IPPAR, “respondia às expectativas geradas por parte da população de Coimbra e não só [...]” (2000b, 181).

O projecto de arquitectura contemplou várias vertentes: a consolidação da ruína e reposição de alguns elementos encontrados nas escavações, condições de fruição do espaço do mosteiro e espólio arqueológico encontrado e a construção de um espaço museológico que permitisse a exposição e o estudo do espólio encontrado. Além destas questões foram também efectuados arranjos urbanísticos, já com outra autoria.

Este projecto apresenta algumas singularidades na medida em que o programa apresenta não só uma vertente cultural como uma vertente científica, com a instalação de

espaços para investigação e de um espaço museológico com considerável informação disponível, para além da exposição do espólio móvel encontrado. A opção da construção do espaço museológico com um distanciamento da estrutura pré-existente constitui uma abordagem pouco comum até à década de 90 do século XX, tal como a intervenção na estrutura pré-existente. O espaço museológico assumiu, devido ao distanciamento, pouco impacto na leitura do mosteiro e uma linguagem arquitectónica contemporânea, que irá ser uma característica verificada nas décadas seguintes. Este espaço contempla um auditório, espaço de exposições, cafetaria e recepção ao público, e também espaços para a investigação. A partir do edifício é possível aceder ao mosteiro, criando um circuito de visita. No mosteiro foram apenas colocadas estruturas metálicas reversíveis e destacadas da estrutura que permitem igualmente um circuito de visita, outro aspecto que irá caracterizar as futuras intervenções *patrimoniais*. Esta intervenção, no mosteiro, pautou-se por uma afirmação muito discreta da autoria, transparecendo uma intenção de valorização da estrutura existente mais do que uma preocupação no projecto de arquitectura relativamente às questões formais.



Figura 4.11.
Vista aérea do mosteiro e espólio arqueológico do claustro,
Coimbra, 2005.
Autor: Luís Afonso.



Figura 4.12.
Espaço museológico, Coimbra, 2009.
Autor: Artur Côrte-real.



Figura 4.13.
Espaço museológico e circuito de visita, Coimbra, 2010.
Autor: Teresa Ferreira.

No que toca à construção da mensagem para ser *interpretada* pelo público, as técnicas diferem do caso anterior, não havendo reconstruções ou refuncionalização de espaços pré-existent. A *interpretação* baseia-se assim na apresentação de informação factual e no desenvolvimento pela investigação no local, utilizando técnicas apelativas para o público, desde a projecção de documentários ou visualizações 3D, etc., sobretudo a nível auditivo e visual.

Este projecto apresenta, tal como o caso anterior, novas valências, nomeadamente no programa e forma da materialização do mesmo, uma maior preocupação pela reversibilidade da nova intervenção e também a preocupação na criação de condições para a fruição pública, verificando-se uma tendência para a musealização, em espaços classificados, em detrimento da refuncionalização com programas sem carácter cultural. Seguidamente foca-se a intervenção *patrimonial* nos castelos sensivelmente no mesmo período.

4.3.1. A intervenção *patrimonial* na arquitectura militar medieval

As intervenções no âmbito dos castelos apresentam também diferenças relativamente aos programas e conceitos de intervenção principalmente nos finais da década de 90 do século XX, onde se assiste a um abandono progressivo do uso de materiais não reversíveis e de programas mais complexos, como o caso da adaptação para pousadas, verificando-se na maioria dos casos programas para uso cultural. Muitos destes programas tiveram a sua execução em finais da década anteriormente referida, embora a maioria dos projectos datem de finais da década de 80 e primeira metade da década de 90 do século XX (IPPAR, 2000c), verificando-se um período de transição, onde os projectos elaborados no século XXI já não apresentam, na sua maioria, algumas das características que se podem observar nos projectos elaborados no século XX.

Irá apresentar-se alguns casos que elucidam este período de transição, em que em dois dos casos, nomeadamente os castelos de Belmonte e de Celorico da Beira, ainda se denota uma atitude diferente resultante de projectos executados em meados da década de 90 do século XX. Os outros casos serão então os castelos de Montemor-o-Velho, Pinhel e Algosó.

Algumas intervenções do período anteriormente referido foram substituídas por novas intervenções, como os casos de Amieira do Tejo e Celorico da Beira, por exemplo. Destaca-se o caso de Celorico da Beira, cuja intervenção foi efectuada na segunda metade da década de 90 do século XX, não tendo sido possível identificar a autoria. Fortemente contestada pela comunidade local, a intervenção consistia na construção de uma plataforma, em betão, para permitir o acesso à torre de menagem, aproveitando um maciço rochoso existente no espaço intramuros, desconhecendo-se outras intenções no projecto pelo facto de nunca ter sido concluído e não ter sido possível obter mais dados.



Figura 4.14.

Vista da plataforma inacabada que dava acesso à torre de menagem, Celorico da Beira, 2006.
Autor: Sérgio Gorjão.



Figura 4.15.

Vista lateral da plataforma inacabada que dava acesso à torre de menagem, Celorico da Beira, 2006.
Autor: Sérgio Gorjão.

O castelo de Belmonte teve uma intervenção em 1992 e 1993, da autoria do arquitecto João Rafael, que se constitui pela adaptação da torre de menagem e do Palácio de Cabrais, parte constituinte do complexo fortificado, além de outras intervenções no espaço intramuros, nomeadamente a construção de um auditório e uma outra intervenção na cisterna.

Um programa direccionado para uso cultural, através de auditórios e outras tipologias, é já visível neste projecto. Os materiais, predominantemente materiais pétreos ou mesmo betão, como este caso, são frequentemente utilizados, onde a questão da reversibilidade não é ainda fulcral e pertinente. Embora neste caso se utilize uma linguagem contemporânea, a intenção parece não ter sido tanto uma valorização da pré-existência e uma vontade de marcar a distinção da obra nova mas talvez mais um exercício de afirmação arquitectónica. O auditório provocou alguma contestação, que Santos elucida:

[...] localización fue bastante contestada ya que se ubicó sobre parte de las ruinas del palacio en lugar de en cualquier otro punto del recinto amurallado. La intención de proporcionar un escenario pintoresco a los espectadores del anfiteatro con las ruinas del palácio y la torre

del homenaje distorsionó la percepción global del espacio y del edificio primitivo. (2012b, 433)



Figura 4.16.
Imagem do anfiteatro do castelo de Belmonte, s/d.
Autor desconhecido.

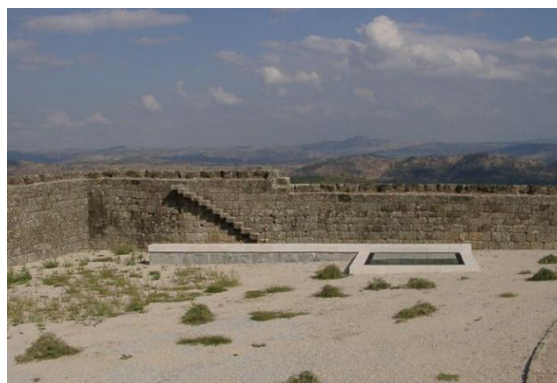


Figura 4.17.
Fotografia da intervenção na cisterna do castelo de Belmonte, 2002.
Autor: Margarida Conceição.

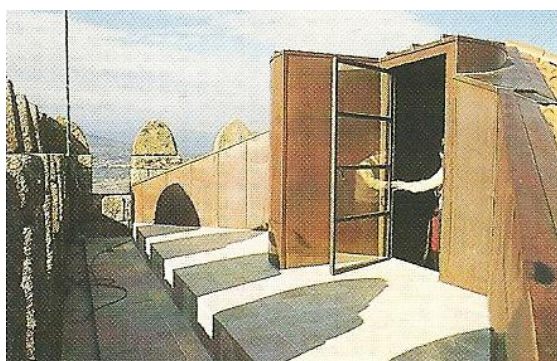


Figura 4.18.
Fotografia da intervenção posterior, na torre de menagem do castelo de Belmonte, s/d.
Autor: IPPAR.

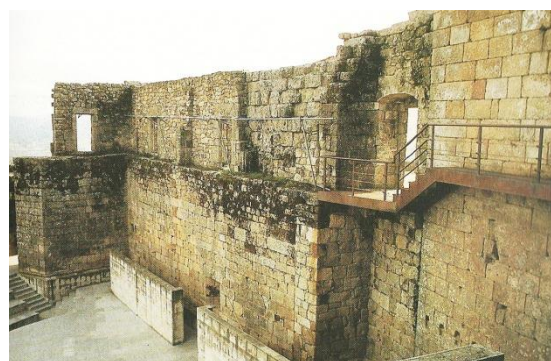


Figura 4.19.
Fotografia do percurso no adarve do castelo de Belmonte. s/d.
Autor: IPPAR.

Em 1997 e 1998 o castelo viria a ter nova intervenção, também da autoria do arquitecto João Rafael, mais pontual e onde a escolha dos materiais a aplicar foi distinta: os passadiços do adarve são constituídos por estrutura metálica, bem como parte do acesso à cobertura da torre de menagem.

Outro dos projectos refere-se à intervenção no castelo de Montemor-o-Velho, terminada em 1999, da autoria do arquitecto João Mendes Ribeiro. Esta intervenção, também para uso cultural, embora não existindo uma preocupação na construção de elementos para a recepção ao público, consistiu na consolidação das ruínas do Paço das Infantas, situado no interior do espaço intramuros e na construção de uma casa de chá no espaço demarcado pelas ruínas do Paço, em vez de uma adaptação de uma pré-existência, como a torre de menagem. O edifício da casa de chá, com uma forma geométrica elementar, é construído com materiais metálicos e revestido com vidro em todas as fachadas. O piso térreo encontra-se ligeiramente elevado do

solo, demarcando uma situação de reversibilidade pois não há contacto com a estrutura pré-existente, permitindo, na globalidade, uma leitura clara da obra nova.



Figura 4.20.
Fotografia das ruínas dos Paços Das Infantas, no castelo de Montemor-o-Velho, com a casa de chá, s/d.
Autor: IPPAR.



Figura 4.21.
Fotografia da casa de chá no castelo de Montemor-o-Velho, s/d.
Autor: IPPAR.



Figura 4.22.
Fotografia da vista lateral da casa de chá do castelo de Montemor-o-Velho, 2007.
Fotografia da autora.



Figura 4.23.
Fotografia da plataforma exterior da casa de chá do castelo de Montemor-o-Velho, s/d.
Autor desconhecido.

A intervenção no castelo de Pinhel, iniciada em 1999, é da autoria do arquitecto João Rafael (Santos, 2012b). O programa incluiu a adaptação das duas torres existentes, a norte e a sul, arranjos urbanísticos, instalações sanitárias e uma construção nova para instalação de cafetaria e centro de artesanato. O projecto, segundo informação disponibilizada *on-line* pelo IHRU²⁵, apresentava a construção de um anfiteatro ao ar-livre, que se supõe que tenha sido eliminado, não chegando a ser construído.

²⁵ "Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana".



Figura 4.24.
Fotografia da cafetaria e torre sul do castelo de Pinhel, 2013.
Fotografia da autora.

Na torre sul situa-se o espaço de recepção ao público, cujo acesso é efectuado através da porta pré-existente, e no piso superior situa-se uma sala de exposições. Esta torre possui, no piso onde se situa o espaço de recepção ao público, um pilar de secção circular que suporta o pavimento de madeira do piso superior, ao qual se acede por uma escada em caracol, periférica devido à existência desse pilar. É também através dessa escada que se tem acesso à cobertura da torre.

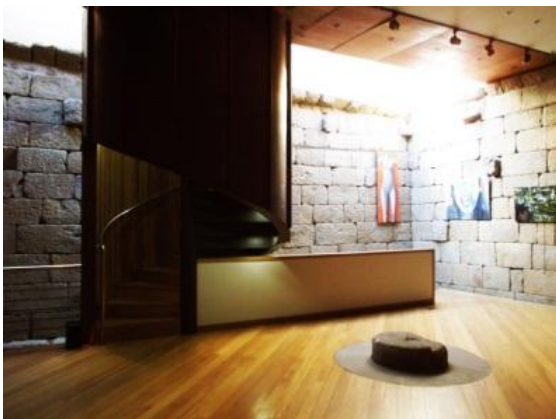


Figura 4.25.
Fotografia do interior da torre sul do castelo de Pinhel, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 4.26.
Fotografia do acesso à cobertura da torre sul do castelo de Pinhel, 2013.
Fotografia da autora.

Os materiais utilizados são sobretudo a madeira e o metal, tal como o aço, e que se pode observar nas figuras 4.25 e 4.26, embora na cobertura existam materiais pétreos e também a utilização de vidro, no lanternim, para iluminação da sala de exposições. Apesar da

aparente reversibilidade dos materiais utilizados, o interior das torres foi interpretado como um único volume, existindo uma liberdade na intervenção dos interiores.



Figura 4.27.
Torre norte do castelo de Pinhel, 2013.
Fotografia da autora.

A torre norte foi adaptada para exposições temporárias, existindo apenas um pavimento, em madeira, ao nível das aberturas pré-existentes, com uma escada em caracol central que dá acesso a esse mesmo piso. O acesso à cobertura é efectuado através de uma escada pré-existente. No entanto, através da observação, verificou-se que existem cavidades que constituem um alinhamento horizontal ao longo das quatro paredes, indicando a existência de um possível piso inferior ao actual, através de encastramento de vigas que suportariam um suposto pavimento. O aparelho ao nível do piso térreo, onde se situa o acesso ao interior da torre, tem um acabamento menos cuidado, ou tosco, que as restantes paredes, onde possivelmente não existiria função habitacional. Esta leitura é de certa forma alterada com a abertura de uma porta, ao nível do piso térreo, claramente resultante de uma imposição do projecto previsto para a torre, existindo neste caso uma clara afirmação da autoria. Os materiais utilizados nesta torre são sensivelmente do mesmo tipo que a torre sul.



Figura 4.28.
Escadas de acesso à cobertura da torre norte do castelo
de Pinhel, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 4.29.
Entrada efectuada na requalificação do castelo de
Pinhel, na torre norte, 2013.
Fotografia da autora.

Além das adaptações das torres foi construído, a norte da torre sul, com uma cota superior ao acesso à mesma, um edifício que contém a cafetaria e o centro de artesanato, com uma linguagem contemporânea, embora num sentido distinto à casa de chá no castelo de Montemor-o-Velho, tendo resultado mais impactante, segundo a opinião de vários habitantes que foi possível obter no local. As instalações sanitárias situam-se em pequenas construções pré-existentes adossadas à muralha do lado poente, utilizando a mesma linguagem arquitectónica do edifício da cafetaria. Nesta intervenção denota-se igualmente um projecto direccionado para um uso cultural e de fruição pública do espaço intramuros.

Por último apresenta-se o caso do castelo de Algosó.

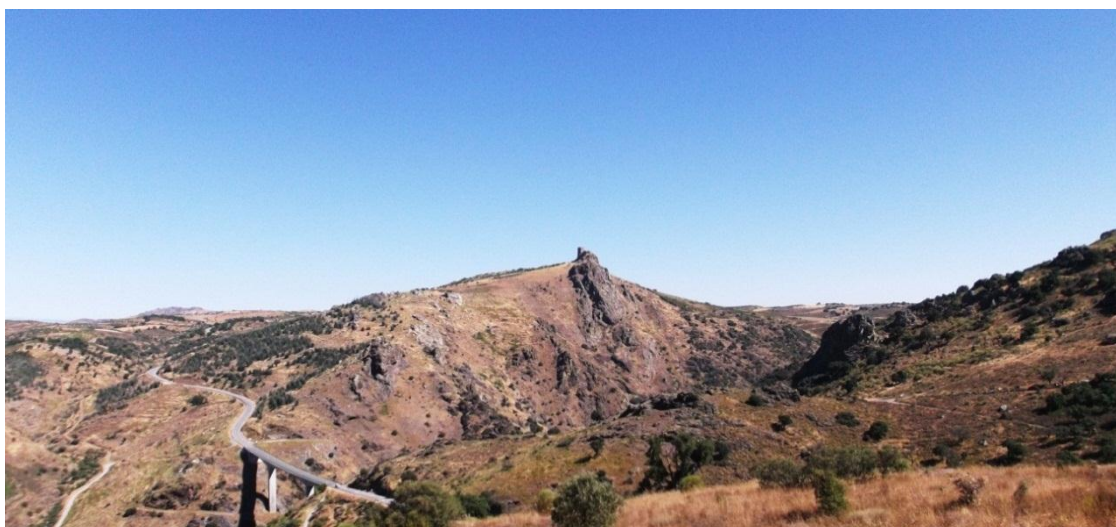


Figura 4.30.
Vista panorâmica do castelo de Algosó, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 4.31.
Espaço de recepção ao público do castelo de Algosó,
s/d.
Autor desconhecido.



Figura 4.32.
Protecção do adarve no castelo de Algosó, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 4.33.
Escadas de acesso ao castelo de Algosó, s/d.
Autor desconhecido.



Figura 4.34.
Torre de menagem do castelo de Algosó, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 4.35.
Fotografia da cobertura da torre de menagem do castelo
de Algosó, s/d.
Autor desconhecido.



Figura 4.36.
Fotografia dos passadiços no interior da torre de
menagem do castelo de Algosó, s/d.
Autor desconhecido.

A intervenção *patrimonial* no castelo de Algosó iniciou-se em finais de 1998 e é da autoria do arquitecto Paulo Anes. A intervenção foi efectuada, em termos gerais, em três áreas: no castelo e no espaço intramuros, no acesso ao mesmo e arranjos urbanísticos da envolvente da capela que se situa nesse mesmo acesso e por último a instalação de um espaço de recepção ao público no centro da localidade de Algosó.

Quanto à intervenção no castelo, o arquitecto refere o seguinte: “não se pretendia fazer sobressair ou exaltar arrojo formal que o (o castelo) pudesse debilitar em ingerências nefastas e exuberantes, distintas da candura do monumento e do seu contexto” (Anes, 2004, 199). Desta forma, o programa pautou-se pela criação de percursos que permitissem visitar o castelo em condições de segurança, com materiais (e também a sua colocação) que visassem a reversibilidade da intervenção. Para o acesso ao interior do castelo foi utilizado pedra tosca na parte com mais declive, para formar degraus, de composição semelhante às pré-existentes. Na zona que antecede directamente o acesso ao castelo, onde se situa a porta, foram colocados degraus em estrutura metálica. Já no interior todo o percurso do adarve foi dotado de guardas metálicas. No interior da torre de menagem foi colocada uma escada que permitisse o acesso da cota mais baixa, a entrada, até à cota mais alta, o adarve da torre de menagem, igualmente com estrutura metálica. A escada foi colocada de modo a desenhar a provável trajectória que se efectuariá no interior da torre. Na mesma foi colocada uma cobertura, acessível, onde foi pretendido que não fosse visível ou que não se destacasse da estrutura pré-existente, sendo construída em cobre. Ainda dentro do espaço intramuros encontra-se a cisterna, onde existe também um acesso que permite a visita.

Este projecto apresenta uma singularidade: o espaço de recepção ao público situa-se no exterior do castelo, no centro da localidade de Algosó, no Largo do Pelourinho. Este espaço foi instalado num edifício pré-existente e contém também uma área museológica relacionada com o castelo e a Comenda²⁶ de Algosó. A propósito desta intervenção o arquitecto refere que:

quando se discutia o programa de intervenção para o *restauro e valorização* do castelo de Algosó, foi desde logo excluída a possibilidade de [...] proceder à inclusão de um centro interpretativo/centro de acolhimento ou outros desígnios de apoio [...]. A exiguidade do espaço era condicionadora. Havia, por outro lado, o entendimento claro que de que se deveria potenciar e estimular a dinâmica sociocultural no seio da aldeia [...]. (Anes, 2004, 200).

Do Largo de Pelourinho inicia-se então o percurso até ao castelo, que é possível ser efectuada por via automóvel. Neste percurso encontra-se uma capela, a capela de Nossa Senhora da Assunção, cujo largo foi requalificado, onde se substituiu o asfalto existente por saibro e se colocou junto da fachada um lajeado de granito.

Através da análise destes exemplos, podendo no entanto existir mais, foi possível observar uma procura de reversibilidade da obra nova, através do uso de materiais que

²⁶ *Comenda*, neste contexto, significa o território pertencente a Algosó, que era dominado pela Ordem dos Hospitalários, à qual o castelo, e respectivo território circundante, pertenciam.

possibilitem essa acção. Os programas para uso cultural, inclusivamente a existência de novas propostas além da musealização de espaços pré-existentes, e também a crescente preocupação em criar condições de recepção e disponibilidade de informação ao público poderá dizer-se que que se inicia uma nova fase nas intervenções *patrimoniais* contemporâneas nos castelos. No entanto, estes programas apresentam-se com distintas intenções tanto ao nível da forma como da materialidade, em que a afirmação da autoria, em alguns casos, continua a caracterizar as intervenções. Os programas não diferem muito de caso para caso, o que se poderá equacionar se são projectados e executados independentemente do contexto local, sendo que a maior preocupação está direccionada para a criação de condições para a fruição pública.

No ano 2000 surge o “Programa de Recuperação dos Castelos”²⁷ (que abrange também outras tipologias da arquitectura militar embora em menor número) onde se pretende, por um lado, intervenções de consolidação, recuperação, *restauro* e reabilitação e por outro lado intervenções de valorização e divulgação, em que um dos objectivos se baseia, como Santos refere, na “expectativa de que las intervenciones en las estructuras fortificadas medievales pudieran funcionar como catalizadores de regeneración urbana del patrimonio edificado circundante” (2012b, 415-416).

Este programa pretende ainda abordar os castelos como um caso global a nível nacional, onde o IPPAR (2000c) refere que após as campanhas efectuadas pela DGEMN seguiram-se acções pontuais, nunca tendo existido uma acção global de *restauro* e requalificação. É referido ainda que para além de acções que visam um estudo prévio a nível histórico-arquitectónico e arqueológico, deverão existir acções posteriores neste sentido:

Conferindo-lhes depois uma vida própria – uma inscrição no quotidiano – através da sua fruição, reutilização e, inclusivamente, através da sua divulgação e animação – algo que pertence já ao domínio dos costumes, das tradições, das festas, ou seja, ao domínio do imaterial. Assim se concebe um programa que atinge todas as vertentes definidoras do que é património cultural na nossa nova contemporaneidade. (2000c, 8)

Nesta ideia são já reconhecidos novos desafios colocados à intervenção contemporânea, cuja verificação da aplicação nas intervenções do novo milénio será uma das questões a abordar nos estudos de caso desta dissertação.

²⁷ De acordo com o Programa Operacional para a Cultura (POC), no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio (QCA III).

Capítulo 5 ■ Os castelos e o território no contexto português

Os castelos têm em Portugal uma significativa presença no território e importância na construção do mesmo – são elementos de referência geográfica, urbana e histórica nas localidades onde se encontram. Neste capítulo irá, de forma breve, ser abordada a relação dos castelos com a construção do território para se entender determinados valores a eles associados e quais as implicações nas intervenções *patrimoniais* destas estruturas defensivas.

O estudo de uma estrutura defensiva, como por exemplo os castelos, não se limita aos aspectos morfo-tipológicos ou geo-estratégicos, como refere Santos:

para compreender o edifício estudado, ainda que os aspectos arquitectónicos sejam primordiais, é necessário incluir as considerações arqueológicas, artísticas, políticas, tecnológicas, económicas, geográficas, demográficas, etc. Por esta razão a castelologia compõe-se simultaneamente de partes da historiografia da arquitectura, da arte, militar, política, económica, da tecnologia, da sociologia, da religião, da geografia e de muitas outras especialidades com diferentes objectos de estudo [...] que há que conciliar. (2012a, 107)

Do ponto de vista da intervenção *patrimonial* nos castelos, estas considerações são relevantes sobretudo tendo em vista as novas problemáticas relativas ao *património*, tanto na multidimensionalidade da sua definição¹ como no entendimento de *paisagem* e da intervenção *patrimonial*.

Relativamente ao termo território, e no contexto de uma abordagem à percepção do espaço, Barracho (2010) refere que um território corresponde, de forma geral, a um espaço físico delimitado. Neste sentido, e sob o pensamento de um outro autor, Fisher, Barracho refere também que o território é designado pelo uso que os humanos fazem dos lugares através dos significados psicológico e cultural.

Este factor é importante para elucidar a relação de uma determinada comunidade com aquilo que a rodeia, em que Barracho refere que: “Os indivíduos [...] não se apropriam unicamente do território mas apropriam-se também dos valores e dos objectos. O comportamento territorial humano [...] integra as percepções, a utilização e a protecção de certas zonas ou objectos.” (2010, 38). Neste sentido, a percepção e o estudo de um determinado território poderá levar a um entendimento de como esta ideia se reflecte nos valores associados ao *património*, nomeadamente no caso dos castelos.

Diedrich apresenta novas abordagens, baseadas nas contribuições do arqueólogo e historiador Jan Kolen, e questiona o seguinte: “como podem os projectistas adoptar uma posição construtiva e crítica relativamente à dimensão histórica do nosso espaço de vida

¹ Questão abordada no capítulo 2.

contemporâneo?” (2013, 90), focando uma nova abordagem às ciências históricas, que Kolen desenvolveu no seguinte conceito: “há a necessidade de uma história das transformações: um ramo da história que examine o processo das mudanças culturais e espaciais (...) e que esteja preparado para usar estas informações como base para a participação na cultura espacial do século XXI” (citado em Diedrich, 2013, 90). Neste contexto Diedrich refere que Kolen e outros investigadores elaboraram um método de pesquisa chamado “biografia da paisagem” (2013, 90) que consiste numa estratégia “heurística” (2013, 90) que pretende estudar o carácter de um lugar em constante transformação, numa perspectiva transdisciplinar, com o objectivo de compreender aquilo que constitui um lugar que irá ser submetido a uma intervenção projectual. Assim, Diedrich afirma que:

o projecto reflecte [...] integralmente as intenções do autor em termos de originalidade e idealmente cria uma identidade de direito próprio: uma *obra*. A transformação, pelo contrário, tem como ponto de partida o existente, descobrindo o que há no lugar e testando aquilo em que este se poderá transformar. Esta actuação em duplo sentido pode ser entendida como um compromisso criativo com o lugar, um processo em aberto por via da intervenção. [...] Enquanto o acto de projecto tradicional está associado à originalidade em termos de novo, a novidade na transformação está associada à capacidade de criar diálogos com o existente, dependendo do conhecimento relativo do lugar [...] no sentido em que se foca mais na criação de novas percepções sobre o existente do que na criação [...] de novos objectos. (2013, 96-97)

Desta forma, a compreensão do contexto *paisagístico* no qual um castelo se insere poderá dar premissas para a elaboração de uma intervenção *patrimonial* que consiga responder às particularidades desse mesmo contexto, pois nas várias regiões portuguesas os castelos tiveram um papel distinto na construção do território (Marques, 1988), e poderá questionar-se se daí poderão advir ou não, na contemporaneidade, diferentes valores associados aos castelos, nas diferentes regiões, e se haverá implicações que devem ser tidas em consideração numa intervenção *patrimonial* nessas estruturas defensivas.

Assiste-se, então em Portugal, a diferentes estratégias de ocupação do território, no contexto da *Reconquista*² e na definição das fronteiras bem como na gestão do reino sob o controlo régio. Desta forma, o território conquistado que definirá sensivelmente as fronteiras actuais em 1249, com a conquista do Algarve (Andrade, 2001), apresentava diferentes contextos, sobretudo entre o Norte e o Sul. A propósito, Orlando Ribeiro refere que:

Ao norte do Tejo ficava a terra dos Lusitanos e ao norte do Douro a dos Calaíes, aparentados com eles na rudeza e na bravura com que resistiram às armas romanas. Os povos do Sul eram mais polidos. Aí se encontram mais frequentes vestígios de relações com os navegadores do Mediterrâneo, Fenícios, Gregos, Cartagineses e com a [...] civilização indígena de Tartessos [...]. Na mesma área terão assentes as principais cidades e estabelecimentos romanos, visigóticos e árabes. (1998, 137)

² Ver glossário.

Esta aparente dicotomia entre diferentes formas de vida e inevitavelmente diferentes *paisagens* associadas tem uma importância destacada nas diferentes estratégias utilizadas, onde os castelos³ são também reflexo dessas acções, em que se verifica, por exemplo, materiais de construção tão distintos como por exemplo a taipa, como no caso do castelo de Paderne, a alvenaria de tijolo, como no caso do castelo de Viana do Alentejo, o granito, como nos casos dos castelos de Póvoa de Lanhoso e Guimarães ou até a utilização de arenito, como no caso do castelo de Silves.

Os castelos são já elementos presentes na *paisagem* quando se inicia a *Reconquista*, para além das fronteiras do Condado Portucalense, autonomizado em 1096 (Andrade, 2001).

O domínio árabe, em Portugal, que se divide em cinco fases – fase inicial (711), califal (929), das taifas (1031), almorávida (1085) e almóada (1157) – apresentava uma organização do território distinta daquela que se verificava no Norte de Portugal, introduzindo, por influência oriental, diferenças substanciais às estruturas defensivas, tanto na sua componente tipológica como na crescente importância estratégica da estrutura defensiva (Nunes, 1988) – uma parte significativa dos castelos existentes em Portugal têm origem árabe, embora, pela maior permanência dos árabes no sul, os castelos dessa região apresentem mais influências árabes, como se pode verificar na figura 5.1.

³ Os mosteiros, em algumas regiões, tiveram também relevância na organização do território (Marques, 1988; Andrade, 2001).



Figura 5.1.
Fortificações e sítios islâmicos no território português.
Sem escala.

Assim, além da conquista do território a sul e do consequente povoamento, as fronteiras a norte e a leste teriam de ser igualmente asseguradas pela ameaça dos reinos cristãos vizinhos. As estratégias utilizadas, perante diferentes contextos, não passavam então exclusivamente por questões militares, como Andrade (2001) refere: as mesmas teriam de ser acompanhadas por acções que permitissem a autoridade régia ao mesmo tempo que respondessem a diferentes contextos e *paisagens*. Desta forma, Andrade afirma que no sul pretendia-se uma substituição da ocupação muçulmana, sobretudo no enfraquecimento dos dinâmicos centros urbanos e na tentativa da adaptação dos cristãos, vindos do Norte, a formas de ocupação do território muito diferentes. Na zona beirã era não só necessário defender e afirmar a fronteira perante o interesse leonês mas também reforçar a autoridade régia perante comunidades com um acentuado carácter de comunitarismo devido ao isolamento e às dificuldades geradas por condições adversas. Além disto, no noroeste havia que assegurar o controlo sobre o avanço galego e ao mesmo tempo gerir os interesses senhoriais que caracterizavam a região, uma região com forte implantação senhorial, relativamente aos interesses régios.

- 1 – Tentúgal – 1108
- 2 – Coimbra – 1111
- 3 – Soure – 1111
- 4 – Sítio – 1111
- 5 – Aguiar da Beira – [1109-1112]
- 6 – Tavares – 1112



Figura 5.2.
Forais concedidos no período condal.

- 1 – Meigaço – 1183
- 2 – Freixo Espada à Cinta – 1155/57
- 3 – Mós – 1162
- 4 – Urros – 1182
- 5 – Marialva – 1157/59
- 7 – Trancoso – 1157/59
- 8 – Aguiar da Beira – 1157/69
- 9 – Celorico da Beira – 1157/69
- 10 – Linhares – 1169
- 11 – Seia – 1136
- 12 – Monsanto – 1174
- 13 – Santarém – 1179
- 14 – Abrantes – 1179
- 15 – Coruche – 1182
- 16 – Sintra – 1154
- 17 – Lisboa – 1179
- 18 – Palmela – [1185]
- 19 – Évora – 1166
- 20 – Leiria – 1142

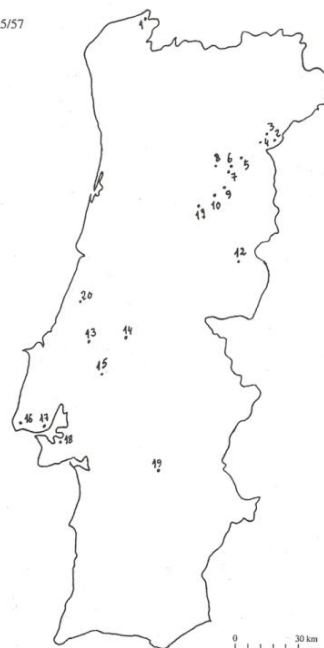


Figura 5.3.
Forais concedidos por D. Afonso Henriques.

- 1 – Bragança – 1187
- 2 – Penas Róias – 1187
- 3 – Rebordões – 1208
- 4 – Junqueira da Vilariça – 1201
- 5 – Pinhel – 1191/1209
- 6 – Casteirão – 1196
- 7 – Penedono – 1195
- 8 – Vila Franca das Naves – 1196/1198
- 9 – Guarda – 1199
- 10 – Folgoso – 1187
- 11 – Gouveia – 1186
- 12 – Valhelhas – 1188
- 13 – Belmonte – 1199
- 14 – Covilhã – 1186
- 15 – Penamacor – 1209
- 16 – Torres Novas – 1190
- 17 – Pontével – 1194
- 18 – Montemor-o-Novo – 1203
- 20 – Povos – 1195
- 21 – Almada – 1190
- 22 – Sesimbra – 1201



Figura 5.4.
Forais concedidos por D. Sancho I.

- 1 – Castelo Mendo – 1229
- 2 – Castelo (Sortelha) – [1228-29]
- 3 – Idanha-a-Velha – 1229
- 4 – Salvaterra do Extremo – 1229
- 5 – Marvão – 1226
- 6 – Elvas – 1229

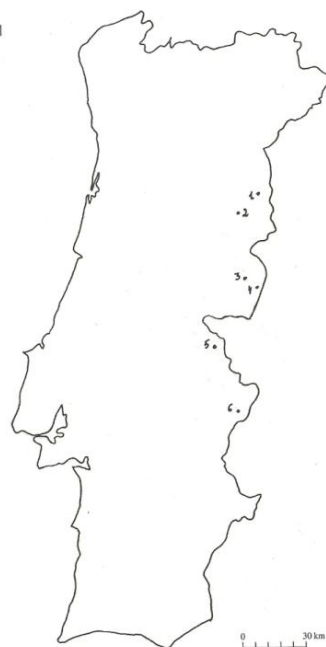


Figura 5.5.
Forais concedidos por D. Sancho II.

- 1 – Pena da Rainha – 1268
- 2 – Melgaço – 1258
- 3 – Monção – 1261
- 4 – Montalegre – 1273
- 5 – Chaves – 1258
- 6 – Rio Livre – 1253
- 7 – Monforte Rio Livre – 1273
- 8 – Vinhais – 1253
- 9 – Mogadouro – 1272/73
- 10 – Penas Róias – 1272/73
- 11 – Freixo de Espada à Cinta – 1273
- 12 – Cedóvil – 1271
- 13 – Penha Garcia – 1256
- 14 – Portalegre – 1259
- 15 – Arronches – 1255
- 16 – Vila Viçosa – 1270
- 17 – Estremoz – 1258
- 18 – Monsaraz – 1276
- 19 – Castro Marim – 1277

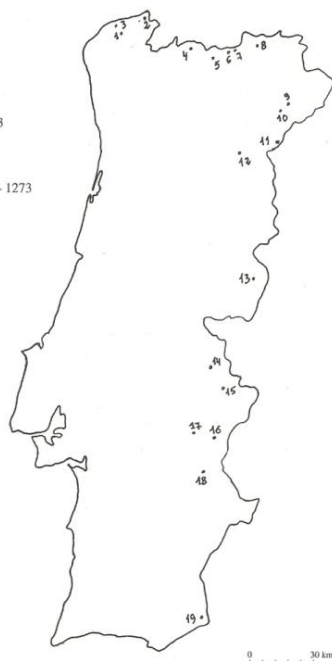


Figura 5.6.
Forais concedidos por D. Afonso III.

- 1 – Castro Marim – 1282
- 2 – Alcoutim – 1304
- 3 – Serpa – 1295
- 4 – Moura – 1295
- 5 – Noudar – 1295
- 6 – Mourão – 1296
- 7 – Redondo – 1318
- 8 – Borba – 1302
- 9 – Ouguela – 1298
- 10 – Alegrete – 1299
- 11 – Lagoaça – 1286
- 12 – Bemposta – 1315
- 13 – Miranda – 1286
- 14 – Pinelo – 1288
- 15 – Arcozelo – 1288
- 16 – Outeiro Muia – 1290
- 17 – Arufe – 1304
- 18 – Rebordões – 1285
- 19 – Vale Nogueira – 1299
- 20 – Gostei e Castanheira – 1289
- 21 – Sanceriz – 1284
- 22 – Paço – 1310
- 23 – Vilar Lomba – 1311/1324
- 24 – Ervedosa – 1288
- 25 – Nozelos – 1284
- 26 – Vila Boa Montenegro – 1301-1303
- 27 – Gralhas – 1310
- 28 – Valadares – 1317
- 29 – Cerveira – 1321
- 30 – Caminha – 1284
- 31 – Montalegre – 1289



Figura 5.7.
Forais concedidos por D. Dinis.

Neste contexto, perante diferentes realidades, os privilégios concedidos às povoações apresentavam singularidades, através das cartas de foral, redigidas não só para fomentar o povoamento mas responder também às características das comunidades e das particularidades das suas tradições anteriores (Andrade, 2001).

Nas figuras anteriores apresentam-se as cartas de foral concedidas até ao reinado de D. Dinis, sintetizando as diferentes etapas na construção do território, tanto no avanço da *Reconquista* como na preocupação com a defesa e a definição das fronteiras.

Desta forma, os castelos, ao mesmo tempo que definem uma área de defesa, juntamente com outros castelos de uma mesma linha estratégica, defendiam também a população dessa mesma área, cuja importância militar vai gerar uma povoação no seu entorno (Nunes, 1988) devido então aos privilégios que tentam fixar a povoação e que lhes atribui também um enquadramento jurídico-administrativo estável (Marques, 1988). Alguns castelos irão ser consequentemente abandonados pela sua importância militar secundária, sobretudo se não deram origem a uma povoação (Nunes, 1988). Esta questão poderá ter implicações no que toca à intervenção *patrimonial* no sentido em que se deve entender os valores associados a estes castelos de enquadramento isolado, bem como a relação existente entre povoações próximas ou inseridas numa linha estratégica, ou mesmo, no caso de existirem paralelismos entre linhas de defesa portuguesas e espanholas, a relação entre essas mesmas povoações dos diferentes países.

As diferentes estratégias de povoamento deram origem a regiões distintas, onde é possível observar ainda na actualidade, nas fronteiras raianas, um povoamento bastante menos

denso do que nas regiões do litoral, por exemplo. A administração do reino e a rede de concelhos e sedes de poder corresponde, em linhas gerais, à administração concelhia actual, onde geralmente os castelos existentes com povoação são sedes de concelho ou foram em períodos anteriores próximos. Outro exemplo que deriva dessas estratégias são as feiras e feiras francas, instituídas pelo poder régio, sobretudo no período medieval, onde uma parte substancial das mesmas ainda existe com a regularidade do início da sua criação – este aspecto é claramente um legado *patrimonial* mas não institucionalizado/classificado e não entendido como *património* no sentido tradicional do termo.

As cartas de foral constituem motivo frequente para celebrações nas comunidades às quais foram atribuídas⁴, e que se poderá enquadrar como um acto de comemoração, como observado no capítulo 2.

Ainda relativamente aos aspectos imateriais, os castelos, no contexto português, são por vezes associados aos *mouros*, uma expressão de cariz popular, onde transparece frequentemente um carácter depreciativo. A propósito, Barros, no seu estudo sobre a permanência muçulmana em Portugal após a *Reconquista*, refere o seguinte:

O mouro, enquanto realidade histórica que, teoricamente, desaparece da tessitura social portuguesa em 1497⁵, é recuperado pela imagética popular em múltiplas acepções, que vão desde os provérbios às lendas. [...] Esta recuperação popular de um tempo não domesticado pela história parece estender-se numa longa duração, como se continuasse a representar uma alternativa camponesa a todos os poderes entretanto estabelecidos. O refúgio neste imaginário aprecia-se, ainda hoje, nas zonas rurais, na imputação de qualquer vestígio material mais vetusto a esse quimérico *tempo dos mouros*. (2007, 18)

Barros refere ainda que nos textos e crónicas que descrevem o período de conquistas do território de ocupação árabe, os *mouros* são frequentemente descritos como totalmente dizimados e é reforçada a superioridade cristã, onde os árabes capturados e mantidos em cativeiro se remetem para um estatuto de inferioridade, estatuto esse que será expresso na redacção das cartas de foral no que respeita à definição do estatuto de *mouro* ou *mouro forro*, ou ainda outras designações, consoante cada tipologia de carta de foral.

Desta forma, a integração do *mouro* no território nacional apresenta diferenças no que diz respeito às regiões do Norte e Sul, como Barros afirma: “o Norte rural assimila, mesmo em termos religiosos. O Sul urbano assenta na diferenciação. As cidades redimem os mouros forros ao mesmo tempo que os controlam, concentrando os grupos organizados e legalmente reconhecidos: as comunas” (2007, 614).

Esta conclusão poderá contribuir para se entender a imagética popular relacionada com os castelos no que se refere às diferentes regiões, onde o período de permanência árabe é

⁴ No reinado de D. Manuel I, no século XVI, houve uma reforma das cartas de foral (Andrade, 2001), sendo atribuídas em várias localidades uma segunda carta de foral, sendo que é esta atribuição o motivo de comemoração, em muitos dos casos, já fora do período medieval (Barros, 2007).

⁵ Data da publicação do édito de D. Manuel I, que decretava a expulsão dos judeus que viviam em Portugal, abarcando posteriormente também as comunidades muçulmanas (Barros, 2007).

claramente distinto, embora não se tenham encontrado estudos que o demonstrem de alguma forma.

Este aspecto tem relevância, no sentido em que a associação dos castelos aos *mouros* pode ou não influenciar a opinião sobre uma determinada intervenção *patrimonial* num dado castelo por parte da comunidade onde esteja presente essa imagética popular, não directamente com a intervenção *per se* mas com a necessidade e utilidade da mesma num monumento ao qual os valores atribuídos por parte das comunidades possam diferir daqueles que estão subjacentes à sua classificação e gestão e inclusivamente esteja presente o conceito de *dissonância*.

Sendo que os aspectos tangíveis e intangíveis não podem ser dissociados daquilo que define o *património*, como foi referido no capítulo 2, através de uma citação de Munjeri (2004), algumas questões abordadas neste capítulo deveriam ser analisadas para a compreensão dos castelos e da *paisagem* que integram.

PARTE III | ANÁLISE DOS ESTUDOS DE CASO

Capítulo 6 ■ Enquadramento e justificação dos estudos de caso

Neste capítulo irá apresentar-se as categorias analíticas que suportaram a análise dos estudos de caso, através da síntese das problemáticas identificadas na fundamentação teórica, que constitui a Parte II. A resposta a essas categorias analíticas foi efectuada com os meios e tempo disponíveis para esta dissertação. Irá seguidamente apresentar-se os critérios subjacentes à escolha das intervenções que constituem os estudos de caso.

6.1. Apresentação das categorias analíticas para a análise dos estudos de caso

Identificadas as problemáticas na fundamentação teórica, definiram-se os aspectos que constituem as novas abordagens ao *património* e delinearam-se as características que mais se verificaram através das mudanças ocorridas na década de 90 do século XX, sendo apresentadas seguidamente no quadro-síntese 6.1, tal como se tinha proposto no quadro-síntese 1.1.

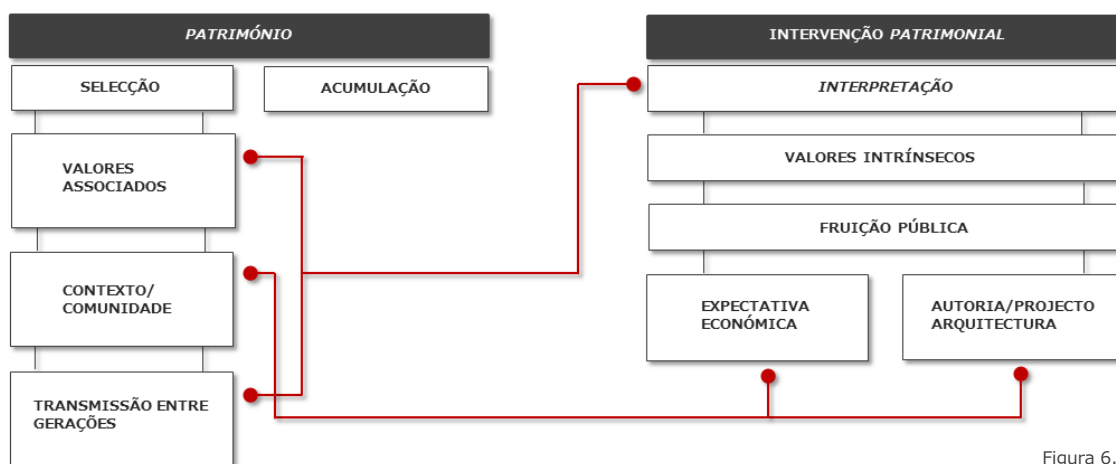


Figura 6.1.
Quadro-síntese das problemáticas.
Quadro da autora.

Na figura 6.1. apresentam-se dois quadros distintos, constituídos por ideias/palavras-chave. À esquerda identifica-se duas ideias associadas ao *património*. Por um lado a **selecção**, um processo inerente à formação de *identidade(s)*, que pressupõe a escolha de determinados valores, surgidos de um contexto e comunidade(s) específicos, aos quais se deve entender como são transmitidos entre gerações, ou seja, qual o papel da *interpretação* como acção

mediadora. Por outro lado a problemática da **crise de acumulação**, derivada da concepção tradicional de *património*, ao qual a **selecção** constitui uma nova abordagem.

À direita apresenta-se a **intervenção patrimonial** e as problemáticas relacionadas, surgidas desde finais do século XX, nomeadamente a forma como a **interpretação** é concebida, cujo objectivo é principalmente a **fruição pública**, onde a mensagem subjacente se apoia no **valor intrínseco**, que pressupõe uma valorização do monumento *per se*, onde muitas vezes prevalece a **autoria** da intervenção *patrimonial*, como um exercício de arquitectura, em detrimento de uma resposta a um **contexto(s)/comunidade(s)** específicos. Desta forma, associada à construção de uma dada mensagem para ser *interpretada*, está a **expectativa económica** esperada pelas intervenções *patrimoniais* nas respectivas comunidades.

Assim, pretende-se fazer uma análise dos estudos de caso contrapondo os conceitos dos dois quadros, nomeadamente as novas abordagens ao processo que constitui *património* e as intervenções *patrimoniais* nos castelos no contexto português, no novo milénio.

Desta forma, pretende-se verificar, por um lado, qual a relação entre a expectativa económica e o projecto de arquitectura da intervenção *patrimonial* no contexto onde se inserem, de forma a verificar divergências ou convergências relativamente ao sucesso da intervenção na adequação às necessidades locais. Por outro lado pretende-se verificar se a *interpretação* continua a pautar-se pela construção de uma mensagem factual direccionada para o público em geral ou se, pelo contrário, são incluídos os vários valores atribuídos pela comunidade local, sendo a *interpretação* mediadora da construção de uma mensagem não para um público indefinido mas entre várias gerações relativas a uma mesma comunidade.

Através desta contraposição, assinalada pelas linhas vermelhas presentes no quadro-síntese da figura 6.1, delinearam-se três categorias analíticas que irão constituir uma matriz para a análise individual e comparativa dos estudos de caso:

- **Categoria analítica I:**
Contexto/comunidade vs. Autoria/projecto de arquitectura;
- **Categoria analítica II:**
Contexto/comunidade vs. Expectativa económica;
- **Categoria analítica III:**
Valores associados vs. Valores intrínsecos.

Seguidamente apresenta-se um quadro-síntese para cada uma das categorias analíticas, nas figuras 6.3., 6.4. e 6.5., onde é indicado como foi efectuada a recolha de dados para cada uma das categorias analíticas.

Estas três categorias analíticas dividem-se em duas partes. Cada uma dessas partes divide-se em subcategorias para permitir uma análise mais concreta. Em algumas situações, houve a necessidade de fragmentar as subcategorias em dois ou três tópicos para assim

permitir uma maior objectividade, tanto na recolha de dados como na análise dos estudos de caso.

Desta forma, a cada subcategoria (e no caso de existirem tópicos, a cada um desses mesmos tópicos) é associada a(s) respectiva(s) técnica(s), fonte(s) e critério(s) de selecção.

Relativamente à categoria analítica I, houve a necessidade de fragmentar em subcategorias a análise das intervenções *patrimoniais*, para assim permitir uma igualdade parâmetros em todos os estudos de caso. Desta forma, essa análise irá ser efectuada segundo o *programa*, *reversibilidade* e *materiais utilizados*, as técnicas que constituem a *interpretação* e a *justificação para a intervenção*. Irá então efectuar-se uma análise do contexto através da *opinião sobre a intervenção*, que *usos* poderiam existir antes da mais recente intervenção, se há *usos alternativos propostos* pela comunidade ou se as mesmas participaram no *processo de decisão da intervenção*.

Na categoria analítica II irá efectuar-se uma análise relativamente ao impacto económico da intervenção relacionando-se a expectativa económica presente no conceito de intervenção e o seu impacto no contexto local, através da verificação se *o castelo é factor gerador* e se justifica a presença de expectativa económica na intervenção, ou não, ou se a *afluência de visitantes* é vista como solução para a economia local, verificando-se se existem convergências ou divergências no conceito da intervenção e nas características do contexto local.

Na categoria analítica III irá contrapor-se os valores sob os quais a classificação é efectuada e que tipos de acções existem por parte das entidades responsáveis na *divulgação do património*: se vai de encontro aos valores considerados intrínsecos ou se existem outras formas. Para entender os valores associados ao castelo pela comunidade local, optou-se por fragmentar a subcategoria *valores associados* em várias subcategorias, nomeadamente no *conhecimento de factos sobre ao castelo*, se existem e de que ordem são, e se existe uma *atribuição de valor* tanto pessoal como da comunidade. Pretende-se igualmente entender se a mesma participa na *divulgação do castelo*, pois poderá significar que o castelo poderá ter valor identitário. Esta informação será analisada contrapondo os valores associados ao castelo pela comunidade e os valores considerados intrínsecos. Estas questões foram apresentadas em mais pormenor no capítulo 1, relativamente à metodologia, pois uma parte significativa da informação recolhida foi efectuada através das entrevistas, pelo que a explicitação das diversas questões elucida a pertinência de cada uma das subcategorias e respectivos tópicos, quando existem.

Na figura 6.2. apresenta-se, através das linhas de cor vermelha, um esquema do que foi referido anteriormente.

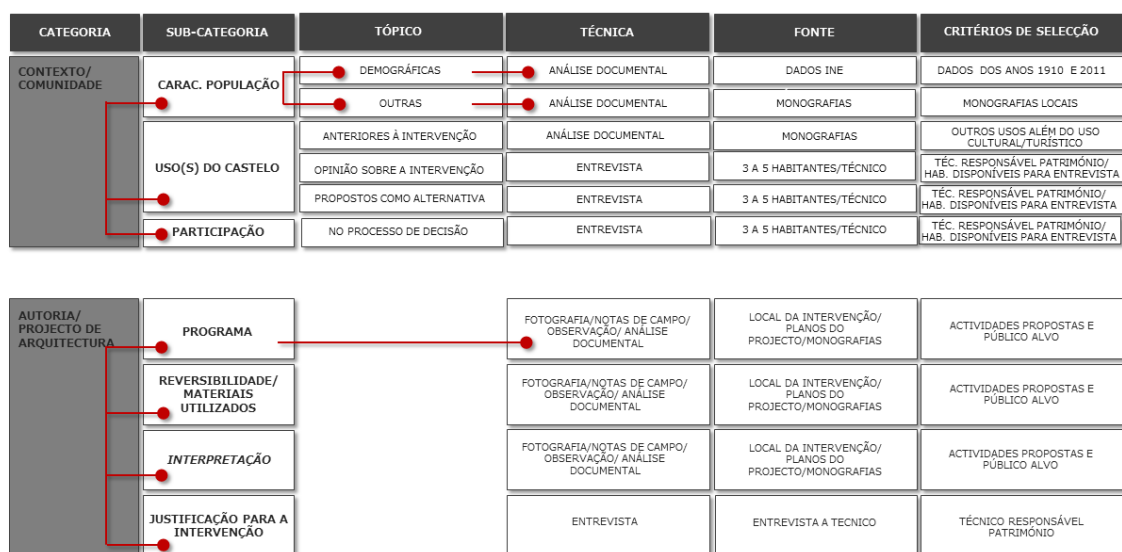


Figura 6.2.
Esquema de apresentação das tabelas 6.3, 6.4 e 6.5.
Gráfico da autora.

As tabelas 6.3., 6.4. e 6.5, foram estruturas de forma a possibilitar uma leitura horizontal. Desta forma, à direita de cada uma das partes que constituem as categorias analíticas estão identificadas as respectivas subcategorias. No caso das subcategorias estarem divididas em tópicos, os respectivos tópicos aparecem seguidamente. Quando existem tópicos, a cada um deles corresponde a respectiva técnica, fonte e critério de selecção. No caso das subcategorias que não estão divididas em tópicos, deve seguir-se a leitura para a informação que se apresenta seguidamente à direita, ou seja, às respectivas técnicas, fontes e critérios de selecção.

A análise dos estudos de caso foi efectuada tendo em consideração o tempo, meios e informação disponíveis para esta dissertação. Foram encontradas algumas dificuldades na recolha de informação, nomeadamente:

- Quase total inexistência de resposta ao modelo III, como foi explicitado no capítulo 1;
- Inexistência de dados estatísticos referentes ao número de visitantes, proveniência, etc., antes das mais recentes intervenções *patrimoniais* dos estudos de caso, o que não permite uma comparação para avaliar de forma concreta o impacto da intervenção na afluência de visitantes mediante esses dados;
- Inexistência de estudos locais/regionais que demonstrem um efectivo desenvolvimento no comércio e economia locais após a intervenção *patrimonial*, ou se a expectativa prevista da mesma teve resultados.

Desta forma, a informação apresentada relativamente a estes tópicos será sobretudo baseada na informação recolhida pelas entrevistas efectuadas aos informantes-chave como se referiu anteriormente na apresentação da metodologia aplicada a esta dissertação.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	TÓPICO	TÉCNICA	FONTE	CRITÉRIOS DE SELECÇÃO
CONTEXTO/ COMUNIDADE	CARAC. POPULAÇÃO	DEMOGRÁFICAS	ANÁLISE DOCUMENTAL	DADOS INE	DADOS DOS ANOS 1910 E 2011
		OUTRAS	ANÁLISE DOCUMENTAL	MONOGRAFIAS	MONOGRAFIAS LOCAIS
	USO(S) DO CASTELO	ANTERIORES À INTERVENÇÃO	ANÁLISE DOCUMENTAL	MONOGRAFIAS	OUTROS USOS ALÉM DO USO CULTURAL/TURÍSTICO
		OPINIÃO SOBRE A INTERVENÇÃO	ENTREVISTA	3 A 5 HABITANTES/TÉCNICO	TÉC. RESPONSÁVEL PATRIMÓNIO/ HAB. DISPONÍVEIS PARA ENTREVISTA
		PROPOSTOS COMO ALTERNATIVA	ENTREVISTA	3 A 5 HABITANTES/TÉCNICO	TÉC. RESPONSÁVEL PATRIMÓNIO/ HAB. DISPONÍVEIS PARA ENTREVISTA
	PARTICIPACÃO	NO PROCESSO DE DECISÃO	ENTREVISTA	3 A 5 HABITANTES/TÉCNICO	TÉC. RESPONSÁVEL PATRIMÓNIO/ HAB. DISPONÍVEIS PARA ENTREVISTA
AUTORIA/ PROJECTO DE ARQUITECTURA	PROGRAMA		FOTOGRAFIA/NOTAS DE CAMPO/ OBSERVAÇÃO/ANÁLISE DOCUMENTAL	LOCAL DA INTERVENÇÃO/ PLANOS DO PROJECTO/MONOGRAFIAS	ACTIVIDADES PROPOSTAS E PÚBLICO ALVO
	REVERSIBILIDADE/ MATERIAIS UTILIZADOS		FOTOGRAFIA/NOTAS DE CAMPO/ OBSERVAÇÃO/ANÁLISE DOCUMENTAL	LOCAL DA INTERVENÇÃO/ PLANOS DO PROJECTO/MONOGRAFIAS	ACTIVIDADES PROPOSTAS E PÚBLICO ALVO
	INTERPRETAÇÃO		FOTOGRAFIA/NOTAS DE CAMPO/ OBSERVAÇÃO/ANÁLISE DOCUMENTAL	LOCAL DA INTERVENÇÃO/ PLANOS DO PROJECTO/MONOGRAFIAS	ACTIVIDADES PROPOSTAS E PÚBLICO ALVO
	JUSTIFICAÇÃO PARA A INTERVENÇÃO		ANÁLISE DOCUMENTAL/ENTREVISTA	MONOGRAFIAS/ENTREVISTA A TÉCNICO	TÉCNICO RESPONSÁVEL PATRIMÓNIO

Figura 6.3.
Quadro-síntese da categoria analítica I.
Tabela da autora.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	TÓPICO	TÉCNICA	FONTE	CRITÉRIOS DE SELECÇÃO
CONTEXTO/ COMUNIDADE	TURISMO COMO SOLUÇÃO PARA A ECONOMIA LOCAL		ENTREVISTA	3 A 5 HABITANTES/TÉCNICO	TÉC. RESPONSÁVEL PATRIMÓNIO/ HAB. DISPONÍVEIS PARA ENTREVISTA
	CASTELO COMO FACTOR GERADOR		ENTREVISTA	3 A 5 HABITANTES/TÉCNICO	TÉC. RESPONSÁVEL PATRIMÓNIO/ HAB. DISPONÍVEIS PARA ENTREVISTA
EXPECTATIVA ECONÓMICA	PERSPECTIVAS PRESENTES NO PROJECTO DE INTERVENÇÃO	ACTIVIDADES PROPOSTAS	ANÁLISE DOCUMENTAL	MEMÓRIA DESCRITIVA/ARTIGOS	TODAS AS REFRÊNCIAS EXISTENTES
		EXPECTATIVA VISITANTES	ANÁLISE DOCUMENTAL	MEMÓRIA DESCRITIVA/ARTIGOS	TODAS AS REFRÊNCIAS EXISTENTES

Figura 6.4.
Quadro-síntese da categoria analítica II.
Tabela da autora.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	TÓPICO	TÉCNICA	FONTE	CRITÉRIOS DE SELECÇÃO
VALORES ASSOCIADOS	FACTOS ASSOCIADOS AO CASTELO	HISTÓRICOS	ENTREVISTA	3 A 5 HABITANTES	HAB. DISPONÍVEIS PARA ENTREVISTA
		OUTROS	ANÁLISE DOC./ENTREVISTA	MONOGRAFIAS/3 A 5 HABITANTES	MONOGRAFIAS/LOCALS/ARTIGOS/HAB. DISPONÍVEIS P/ ENTREVISTA
	RECONHECIMENTO DE VALOR <i>PATRIMONIAL</i>	PESSOAL/COMUNIDADE	ENTREVISTA	3 A 5 HABITANTES/TÉCNICO	TÉC. RESPONSÁVEL PATRIMÓNIO/HAB. DISPONÍVEIS PARA ENTREVISTA
		PARTICIPAÇÃO NA DIVULGAÇÃO DO CASTELO	ENTREVISTA	3 A 5 HABITANTES	HAB. DISPONÍVEIS PARA ENTREVISTA
VALORES INTRÍNSECOS	CLASSIFICAÇÃO/PROTECÇÃO		ANÁLISE DOCUMENTAL	DADOS DO IHRU/IGESPAR	TODOS OS DADOS EXISTENTES
	VALOR ESTÉTICO/ARTÍSTICO/HISTÓRICO		ANÁLISE DOCUMENTAL	DADOS DO IHRU/IGESPAR/MONOGRAFIAS	CARACTERÍSTICAS PARTICULARES A NÍVEL ESTÉTICO/HISTÓRICO/ARTÍSTICO
	DIVULGAÇÃO/PROMOÇÃO PELA AUTARQUIA		ENTREVISTA	ENTREVISTA A TÉCNICO	TÉCNICO RESPONSÁVEL PATRIMÓNIO

Figura 6.5.
Quadro-síntese da categoria analítica III.
Tabela da autora.

6.2. Justificação dos estudos de caso

Para responder às categorias analíticas apresentados nas tabelas 6.3., 6.4. e 6.5. os estudos de caso deveriam permitir uma análise que relacionasse as problemáticas identificadas no que toca à intervenção *patrimonial* e às novas abordagens ao significado de *património*.

Apresentadas na fundamentação teórica as problemáticas surgidas nos finais da década de 90 do século XX nas intervenções *patrimoniais*, e inclusivamente nas intervenções *patrimoniais* nos castelos, os estudos de caso enquadram-se assim no século XXI, onde foram considerados os seguintes critérios: intervenções com projecto desenvolvido a partir do ano 2001, inclusive, e cuja obra estivesse concluída até ao final de 2012, para permitir um espaço temporal mínimo para avaliar o impacto das intervenções no contexto onde se inserem. Além destes critérios era necessário que o castelo tivesse gerado uma povoação, ainda existente, tanto num enquadramento urbano como rural, e na qual se pudesse efectuar um estudo da relação do castelo e do seu significado com essa realidade nos dias de hoje. Desta forma, foram excluídas todas as intervenções efectuadas em castelos de enquadramento isolado.

Considerou-se que as intervenções *patrimoniais* de limpeza, manutenção e consolidação estrutural não apresentam informação relevante, pelo que se optou por seleccionar as intervenções *patrimoniais* que se enquadrassem em “obras de valorização” (IPPAR, 2000c, 25) definidas no “Programa de Recuperação de Castelos” como: “as intervenções (que) pressupõem um projecto integral de arquitectura, de múltiplas vertentes, de forma a conceder aos monumentos capacidade de uso e fruição [...]” (IPPAR, 2000c, 25-26).

Tentou assim investigar-se as intervenções no contexto nacional que se enquadrassem nos critérios anteriormente referidos, tendo como referência a rede de castelos portugueses entre 1350 e 1450, definida por Monteiro (1999)⁴⁵. A recolha de dados, para os casos onde não foi possível uma visita ao local, baseou-se na informação disponibilizada on-line pelo IHRU, em alguns portais electrónicos de câmaras municipais ou artigos de jornais em formato electrónico, bem como informações por técnicos dos postos de turismo e municípios, pelo que a informação disponível nesta dissertação se apresenta estritamente baseada nessas fontes.

Para uma compreensão mais objectiva de cada intervenção optou-se por elaborar uma tabela com as operações que se enquadram em *obras de valorização* referidas no “Programa de Recuperação de Castelos” (IPPAR, 2000c), sendo as seguintes:

- **Caso 1** – *restauro crítico* (reposição de coberturas nas torres; reposição ou recriação de *hurdícios*; reposição da funcionalidade de matacões; reposição da possibilidade de circuito pelos caminhos de ronda;
- **Caso 2** – Instalação de suportes para mastros de estandartes ou bandeiras; reposição de elementos arquitectónicos perdidos ou a sua recriação projectada;

⁴⁵ Ver documento em anexo.

- **Caso 3** – Arranjos exteriores, com reposição de circuitos de pé-posto;
- **Caso 4** – Marcação de elementos estruturais eventualmente revelados pelos trabalhos arqueológicos;
- **Caso 5** – Apresentação e musealização de elementos revelados pela arqueologia em circuito de visita;
- **Caso 6** – Reconstituição de eventuais complementos de fortificação, como paliçadas ou outras;
- **Caso 7** – *Restauro* e refuncionalização de áreas internas (tais como dependências abandonadas: casamatas; capela; cisterna);
- **Caso 8** – Recriação didáctica de dependências em materiais diversos para melhor explicitação da morfologia e da funcionalidade perdida do monumento (hurdícios, escadas de acesso às portas elevadas; varanda; matacões; dependências térreas, armazéns);
- **Caso 9** – Posicionamento de réplicas de dispositivos de defesa passiva e activa ou de ataque (designadamente, aríetes, etc.)
- **Caso 10** – Reposição de pontes levadiças;
- **Caso 11** – Recomposição, através de réplicas, de sistemas de representação simbólica ou de equipamento militar (musealização de interiores de pisos nobres das alcaidarias com escudos, armaria diversa, tapeçaria, revestimento de madeira, mobiliário da época reproduzido);
- **Caso 12** – Instalação de guardas ou de sistemas de protecção para a circulação do público, incluindo sinalética preventiva;
- **Caso 13** – Facilidades de guardaria e de atendimento ao público;
- **Caso 14** – Instalação de observatórios de paisagem;
- **Caso 15** – Instalação de sanitários;
- **Caso 16** – Sinalética genérica;
- **Caso 17** – Sinalética específica (com referência à história do monumento e à sua evolução);
- **Caso 18** – Instalação de áreas museológicas através do reaproveitamento e reafecção de áreas propícias;
- **Caso 19** – Outros equipamentos destinados à animação e reafecção de uso do monumento;
- **Caso 20** – Instalação de iluminação monumental.

Apresenta-se, na figura 6.6., a tabela que resultou desta pré-selecção, com as intervenções e informação que foi possível recolher⁴⁶. Os rectângulos de cor vermelha assinalam as características de cada intervenção relativamente aos casos anteriormente referidos.

⁴⁶ A intervenção no castelo de Mértola, da autoria de José Manuel Pedreirinho, apesar de se enquadrar nos critérios anteriormente apresentados foi alvo de alterações e por conseguinte de um novo projecto, segundo informações de um técnico da Câmara Municipal de Mértola, sendo que nesta nova fase ainda não se encontram terminadas as obras.

CASTELO/ CATEGORIA (CASO)	CASO 1	CASO 2	CASO 3	CASO 4	CASO 5	CASO 6	CASO 7	CASO 8	CASO 9	CASO 10	CASO 11	CASO 12	CASO 13	CASO 14	CASO 15	CASO 16	CASO 17	CASO 18	CASO 19	CASO 20
AMIEIRA DO TEJO																				
CASTELO DE VIDE																				
VIDIGUEIRA																				
SILVES																				
PENELA																				
TRANCOSO																				
CELORICO DA BEIRA																				
ALEGRETE																				
CASTELO NOVO																				
ÉVORA-MONTE																				
MOGADOURO																				
PORTALEGRE																				
ELVAS																				
VIANA DO ALENTEJO																				
MARIALVA																				
SANTA MARIA DA FEIRA																				
BRAGANÇA																				
PENAS RÓIAS																				
MARVÃO																				
CAMPO MAIOR																				
MOURA																				
GUARDA																				
BEJA																				
LISBOA																				
ARNÓIA																				
SABUGAL																				

Figura 6.6.
Quadro-síntese das intervenções.
Quadro da autora.

Através da tabela anterior verifica-se uma prevalência de situações associadas a programas para a fruição pública, nomeadamente a existência de facilidades de atendimento e sinalética específica com informação sobre o castelo, além de uma predominância de espaços museológicos através da reafecção de espaços pré-existent, sobretudo no espaço intramuros do castelo.

Desta forma, os dados apresentados na tabela 6.6. foram correlacionados com os seguintes critérios:

- **Situação geográfica:** seleccionou-se pelo menos uma intervenção nas regiões Norte, Centro, Alentejo e Algarve, para permitir analisar diferentes contextos e assim verificar se existem divergências entre os mesmos;
- **Enquadramento:** pretendeu-se da mesma forma englobar contextos urbanos e rurais, sendo os casos de enquadramento rural os que não constituem sede de concelho ou têm menos de mil habitantes, excluindo-se, relativamente ao enquadramento urbano, o caso do castelo de Lisboa, pela considerável dimensão populacional, o que tornaria difícil a investigação neste caso; pretendeu-se seleccionar pelo menos dois casos em cada enquadramento para uma análise comparativa;
- **Características da intervenção:** procurou-se seleccionar as intervenções que apresentassem reversibilidade e uma nova abordagem quanto ao programa e conceito, prevalecendo sobre as intervenções que apresentam somente espaços museológicos por reafecção das torres de menagem e/ou dependências do espaço intramuros.

Apresenta-se seguidamente a tabela 6.7. com a correlação destes critérios, onde os casos verificados na tabela 6.6. foram sintetizados em duas condições. As intervenções são apresentadas pela região e enquadramento respectivos. Os rectângulos de cor vermelha assinalam as condições que cada uma das intervenções satisfaz.

REGIÃO	ENQUADRAMENTO	INTERVENÇÃO	REVERSIBILIDADE	NOVAS TIPOLOGIAS/ USOS E/OU ÂMBITOS DE INTERVENÇÃO DE CARÁCTER CULTURAL
REGIÃO NORTE	ENQUADRAMENTO URBANO	MOGADOURO		
		SANTA MARIA DA FEIRA		
		BRAGANÇA		
	ENQUADRAMENTO RURAL	PENAS RÓIAS		
		ARNÓIA		
REGIÃO CENTRO	ENQUADRAMENTO URBANO	PENELA		
		TRANCOSO		
		CELORICO DA BEIRA		
		GUARDA		
		SABUGAL		
	ENQUADRAMENTO RURAL	CASTELO NOVO		
		MARIALVA		
REGIÃO ALENTEJO	ENQUADRAMENTO URBANO	CASTELO DE VIDE		
		VIDIGUEIRA		
		PORTALEGRE		
		CAMPO MAIOR		
		VIANA DO ALENTEJO		
		MOURA		
		ELVAS		
		MARVÃO		
	ENQUADRAMENTO RURAL	AMIEIRA DO TEJO		
		ALEGRETE		
		ÉVORA-MONTE		
REGIÃO ALGARVE	ENQUADRAMENTO URBANO	SILVES		

Figura 6.7.
Enquadramento e apresentação dos critérios de selecção das
intervenções verificadas na tabela 6.6.
Quadro da autora.

Pretendeu-se seleccionar as intervenções que contemplassem as duas condições referidas na tabela. Do ponto de vista geográfico foi possível seleccionar pelo menos uma situação em cada região, sendo que o caso de Silves constitui a única intervenção da região do Algarve, tendo sido seleccionada por responder aos vários critérios. Do ponto de vista do enquadramento, no enquadramento rural seleccionou-se o caso de Castelo Novo. Os outros casos existentes em enquadramento rural e que satisfazem pelo menos uma das condições dos

critérios de intervenção são os seguintes: os casos de Amieira do Tejo e Alegrete. No entanto decidiu-se seleccionar apenas o caso de Amieira do Tejo pela intervenção ser mais significativa e possibilitar uma análise com mais elementos, contrariamente à intervenção do caso de Alegrete, que contém apenas uma estrutura metálica simples e de dimensões reduzidas, em forma de escada de caracol que serve de miradouro e um pequeno palco amovível. No enquadramento urbano foram seleccionadas todas as intervenções que satisfazem as duas condições (da figura 6.7.) nomeadamente os casos de Mogadouro, na região Norte, Trancoso e Celorico da Beira na região Centro e Portalegre, na região do Alentejo.

Na figura 6.8. apresentam-se as respectivas localizações dos estudos de caso que resultaram da anterior selecção: Mogadouro (1), Trancoso (2), Celorico da Beira (3), Castelo Novo (4), Amieira do Tejo (5), Portalegre (6) e Silves (7).



Figura 6.8.
Localização dos estudos de caso.
Gráfico da autora.

Capítulo 7 | Apresentação e análise individual dos estudos de caso

Nesta dissertação apresentam-se os estudos de caso segundo a situação geográfica, começando por apresentar-se o caso de Mogadouro, seguidamente o caso de Trancoso, o caso de Celorico da Beira, o caso de Castelo Novo, o caso de Amieira do Tejo, o caso de Portalegre e, por fim, o caso de Silves.

Cada estudo de caso está estruturado em duas partes. Na primeira parte, denominada **enquadramento**, efectua-se o enquadramento e a apresentação de toda a informação recolhida, segundo as fontes indicadas nos quadros-síntese de cada categoria analítica. Primeiramente efectua-se um enquadramento da povoação e do castelo. Seguidamente apresenta-se o enquadramento e descrição da intervenção *patrimonial* acompanhada por alguns elementos gráficos, tais como fotografias e desenhos técnicos. Para uma leitura mais elucidativa da descrição da intervenção optou-se por numerar todos os espaços/edifícios/soluções arquitectónicas que constituem a intervenção, onde essa numeração é depois referida nos desenhos técnicos, respectivamente, com cor vermelha. Em alguns casos estão também referidos nos desenhos técnicos algumas partes constituintes da pré-existência, assinaladas a cor cinzenta. A referência ao grau de classificação, que está presente no enquadramento e descrição da intervenção, significa o seguinte: **Grau 1** - *imóvel ou conjunto com valor excepcional, cujas características deverão ser integralmente preservadas. Incluem-se neste grupo, com excepções, os objectos edificados classificados como Monumento Nacional; e Grau 2* - *imóvel ou conjunto com valor tipológico, estilístico ou histórico ou que se singulariza na massa edificada, cujos elementos estruturais e características de qualidade arquitectónica ou significado histórico deverão ser preservadas. Incluem-se neste grupo, com excepções, os objectos edificados classificados como Imóvel de Interesse Público.*

A informação recolhida através das entrevistas foi sistematizada em tabelas, como se referiu no capítulo 1, à excepção da informação recolhida relativamente a duas subcategorias. Estas tabelas foram desenhadas propositadamente para esta dissertação.

Como se pode verificar nos quadros-síntese de cada categoria analítica apresentados no capítulo anterior, para responder a algumas subcategorias, ou mesmo tópicos, optou-se por recolher informação através das entrevistas. Relativamente à subcategoria **justificação para a intervenção**, a resposta obtida através da entrevista do modelo II é apresentada no enquadramento e descrição da intervenção. Quanto à subcategoria **divulgação e promoção pela autarquia**, visto que a informativa recolhida apenas é significativa através de uma leitura transversal, é focada nas considerações finais, pelo que não é apresentada especificamente em cada estudo de caso.

Nas restantes subcategorias (e também nos respectivos tópicos, quando existem) toda a informação recolhida através das entrevistas, quer do modelo I (habitantes) quer do modelo II (técnico), em cada um dos estudos de caso, é apresentada sob a forma de tabelas, ainda na primeira parte, ou seja, no enquadramento da intervenção.

Depois de apresentados os dois modelos de entrevista e as questões que constituem cada um dos modelos, no capítulo 1, essas questões foram organizadas segundo uma subcategoria ou tópico, pois a informação recolhida através dessas questões responde a essas mesmas subcategorias ou tópicos. Neste sentido, por exemplo, relativamente à categoria analítica I, e consequente subcategoria **usos(s) do castelo**, para responder ao tópico dessa subcategoria, **opinião sobre a intervenção**, foram estruturadas quatro questões, no modelo I, e duas questões no modelo II, que estão identificadas no **grupo D – intervenção arquitectónica**.

A numeração das questões presente na tabela é assim referente à numeração no modelo I e grupo respectivo. As diferentes respostas a cada questão foram estruturadas da seguinte forma: verticalmente é possível ter uma leitura de todas as respostas a cada uma das questões; horizontalmente consegue-se ter uma leitura das respostas de cada entrevistado às diferentes questões identificadas nas tabelas. Primeiramente apresentam-se as respostas obtidas através do modelo I (habitantes) e seguidamente as respostas obtidas através do modelo II (técnico ou entidade). Como a numeração das questões pode diferir entre cada um dos modelos, como se explicou no capítulo 1, essa correspondência é efectuada nos guiões dos modelos em anexo, pelo que se optou por não incluir essa correspondência nas tabelas para não dificultar a leitura das mesmas.

Cada habitante e técnico/identidade estão identificados com uma sigla, que consta igualmente em cada uma das entrevistas em anexo. Neste sentido, e consoante a tabela que seguidamente se irá apresentar, a sigla **CEL-I-01, Fem., 60-70, comerciante**, corresponde à seguinte informação: **Iniciais do estudo de caso – modelo da entrevista – número do entrevistado, iniciais do género, faixa etária, profissão**. Quando a entrevista é de uma entidade colectiva aparece a sigla **Col.** em vez de **Fem.** ou **Mas.**

Por vezes as questões têm alíneas, o que justifica a apresentação da resposta a uma mesma questão separada em dois blocos, blocos esses sob os quais se apresentam as diversas respostas nas tabelas.

A segunda parte de cada estudo de caso, denominada **análise dos resultados obtidos**, foi estruturada em três partes, que constituem a resposta a cada uma das categorias analíticas, através da correlação de toda a informação apresentada na primeira parte.

Tópico de cada subcategoria. Caso uma subcategoria não apresente um tópico, a tabela não apresenta esta parte.

Subcategoria que corresponde a uma categoria presente nos quadros-síntese de cada categoria analítica

Questão D.3., do grupo D, do modelo I.

Tema da questão

SUBCATEGORIA	USO(S) DO CASTELO			
TÓPICO	OPINIÃO SOBRE A INTERVENÇÃO			
QUESTÃO	D1 VISITA À INTERVENÇÃO	D2 CONHECIMENTO DA AUTORIA DO PROJECTO OU OUTRO FACTO	D3 OPINIÃO SOBRE A FUNCIONALIDADE/ UTILIDADE DA INTERVENÇÃO	D4 IMPACTO DA INTERVENÇÃO NA IMAGEM DO CASTELO
HABITANTES	SIM	NÃO	Eu considero que funciona, gosto da intervenção. (CEL-I-01, Fem., 60-70, comerciante).	Alterou bem, agora as pessoas já podem visitar o castelo, têm acesso. (CEL-I-01, Fem., 60-70, comerciante).
	SIM	NÃO	É bonita, de facto, mas o hábito da gente lá ir ou ver coisas, não vejo. (CEL-I-02, Fem., 70-80, comerciante).	O castelo está igual, iluminado, mantém a mesma imagem. Mas foi feita uma obra na vila, no início do acesso à vila, uns blocos habitacionais, foi uma aberração, taparam o castelo, quando as pessoas chegam à vila não o conseguem ver. (CEL-I-02, Fem., 70-80, comerciante).
	SIM	NÃO	A entrevistada não respondeu. (CEL-I-03, Fem., 50-60, técnica de turismo).	A entrevistada não respondeu. (CEL-I-03, Fem., 50-60, técnica de turismo).
	SIM	NÃO	A intervenção foi útil pois alargou o número de turistas na vila. (CEL-I-04, Fem., 20-30, balconista).	A imagem geral do castelo mantém-se, apenas o interior se tornou mais interessante. (CEL-I-04, Fem., 20-30, balconista).
TÉCNICO/ ENTIDADE			Na minha opinião funciona. Revalorizou um espaço que não tinha qualquer uso e utilidade. (CEL-II-01, Mas., 30-40, arqueólogo).	Não, a intervenção não alterou a imagem e memória do Castelo. (CEL-II-01, Mas., 30-40, arqueólogo).

Na horizontal: todas as respostas do mesmo entrevistado às questões da tabela

Na vertical: todas as respostas à mesma questão.

Respostas obtidas através do modelo II

Identificação do entrevistado

Resposta do entrevistado

Respostas obtidas através do modelo I

Figura 7.1.
Esquema de apresentação das tabelas dos dados das entrevistas para cada estudo de caso.
Quadro da autora.

ESTUDO DE CASO | **MOGADOURO**

PARTE I ■ ENQUADRAMENTO

ENQUADRAMENTO DA POVOAÇÃO	
LOCALIZAÇÃO	Região de Trás-os-Montes, Bragança, Mogadouro.
ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO	Mogadouro situa-se no nordeste transmontano, cuja implantação se situa entre o vale do rio Douro e a bacia do rio Sabor, no planalto mirandês, cujo concelho se situa a uma cota média de 720 m.
ENQUADRAMENTO HISTÓRICO	Mogadouro constitui um espaço estruturado com a acção dos Templários, sendo o castelo doado à Ordem do Templo em 1145. Em 1197 D. Sancho I decidiu reaver a posse do castelo. No século XIII, D. Afonso III atribui a Mogadouro duas cartas de foral, respectivamente em 1272 e 1273. Já no reinado de D. Dinis, a comenda de Mogadouro é dada à Ordem de Cristo, em 1321, ordem criada por D. Dinis, após a extinção da Ordem do Templo. O mesmo atribui carta de feira em 1295. No século XV, o rei D. Duarte doa a região à família dos Távoras, que contribuíram para o desenvolvimento da região e da vila, existindo várias construções atribuídas aos mesmos, das quais se destaca a construção de um paço no espaço intramuros. Em 1512 D. Manuel I atribui nova carta de foral.
POPULAÇÃO EM 1911	1614 Habitantes.
POPULAÇÃO EM 2011	3549 Habitantes.
CARACTERÍSTICAS PARTICULARES	-
ENQUADRAMENTO DO CASTELO	
PROTECÇÃO/CLASSIFICAÇÃO	Monumento Nacional
ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO	Séculos XII; XV e XVII.
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO	Raia defensiva do nordeste transmontano, juntamente com os castelos de Algosó, Miranda do Douro, Outeiro, Penas Róias e Vimioso. O castelo de Mogadouro, como referido acima, pertenceu aos Templários.
GRAU	1
CONSERVAÇÃO	À excepção da torre de menagem, as estruturas encontram-se em elevado estado de ruína, mas consolidadas. A torre de menagem encontra-se em bom estado de conservação.
AFECTAÇÃO	Direcção Regional da Cultura do Norte (estatal).
CARACTERÍSTICAS PARTICULARES	O castelo apresenta planta ovalada, restando apenas alguns panos da muralha a poente. A torre de menagem apresenta planta quadrangular e está implantada sobre afloramento rochoso, tendo implantação isolada do pano da muralha. Adossada à mesma existe um troço de parede do antigo paço, a sudeste, que continua para nordeste, sendo conectado a uma possível torre, de planta poligonal irregular. Possui cisterna, perto da torre de menagem. A entrada na torre de menagem é feita através da porta existente a sudeste. A entrada principal para o espaço intramuros é feita a sul, onde se encontra uma torre sineira, do século XVII.
USO(S) ANTES DA INTERVENÇÃO	-
PRINCIPAIS INTERVENÇÕES REALIZADAS ANTES DA INTERVENÇÃO EM ESTUDO	1950 – consolidação da torre e restos das muralhas; 1951 – regularização de terrenos; 1952 – construção da parede da torre; 1959 – <i>restauro</i> das ameias da torre de menagem; 1961 – lajeamento da torre e nova porta; 1970 – conservação da torre; 1981 – limpeza e beneficiação da muralha.
OBSERVAÇÕES	O castelo de Mogadouro foi desenhado, no século XVI, por Duarte D’Armas, sendo possível observar esse desenho no “Livro das Fortalezas”, sendo visível a existência do paço dos Távoras no espaço intramuros.



Figura 7.2.

Vista aérea de Mogadouro, 2014.



Figura 7.3.

Localização de Mogadouro.
(assinalada a vermelho).
Gráfico da autora.



Figura 7.4.

Torre de menagem em ruínas, antes da intervenção da
DGEMN, 1950.
Autor desconhecido.



Figura 7.5.

Torre de menagem, 1954.
Autor desconhecido



Figura 7.6.

Castelo, depois da intervenção da DGEMN, 1960.
Autor desconhecido.



Figura 7.7.

Castelo e envolvente próxima, 1995.
Autor: Câmara Municipal de Mogadouro.

ENQUADRAMENTO E DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

AUTORIA	Arquitecto Amândio Cupido
PROMOTOR	IGESPAR
DATA DE PROJECTO	2006
CONCLUSÃO DA OBRA	2008
CONCEITO(S)	O autor refere que os pressupostos da intervenção partem de uma leitura global da intervenção, onde o mesmo procurou uma matriz de intervenção no território, por uma estruturação de percursos e espaços. A reabilitação da torre do relógio foi incluída no projecto, bem como a remoção da cisterna municipal, além da reabilitação da muralha e a correcção dos arranjos exteriores já realizados pela autarquia. O autor refere ainda que foi pretendida a reabilitação da rua da Torre, uma rua que dá acesso ao largo da Misericórdia, o largo de onde se acede ao castelo, de forma a criar uma <i>plataforma de chegada</i> ao mesmo. O autor pretendeu criar um percurso de ligação entre a torre de menagem e o adarve. Quanto à torre de menagem, o autor não optou pela sua musealização, apenas a reabilitação dos espaços exteriores. Com estas acções, o autor refere que o projecto visa clarificar a sua relação com a envolvente, de forma a permitir uma leitura espacial global do espaço, com intervenções reversíveis e contemporâneas.
PROGRAMA	O programa é constituído principalmente pelo arranjo urbanístico no exterior do castelo, nomeadamente nos adros que antecedem a igreja da misericórdia e a igreja matriz e o espaço da envolvente próxima da torre de menagem. A torre do relógio foi também intervencionada para <i>restauração</i> e consolidação da estrutura, procedendo-se também à demolição da cisterna municipal. A torre de menagem foi intervencionada no seu interior, com uma estrutura que permite o acesso à cobertura (1). Nos adarves foram colocados sistemas de protecção e os respectivos acessos.
MATERIAIS UTILIZADOS	As escadas e estrutura de protecção existentes no espaço intramuros, inclusive no adarve, são constituídas por estrutura metálica. Na torre de menagem, o portão é constituído por ferro, sendo todas as estruturas existentes no interior, quer das escadas quer do pavimento, metálicas. Os pavimentos são de madeira, bem como os cobertores das escadas. A cobertura é constituída pelos mesmos materiais.
JUSTIFICAÇÃO PARA INTERVENÇÃO NO CASTELO	-
OBSERVAÇÕES	As escadas existentes a sul não foram previstas no projecto, tendo sido colocadas em regime de permuta e nunca foram desenhadas. No dia da visita ao local, o espaço interior da torre de menagem não se encontrava aberto, não tendo sido possível visitar essa parte da intervenção.



Figura 7.9.
Porta existente no troço do paço adossado à torre de menagem, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 7.11.
Provável torre, situada a noroeste, s/d.
Autor: Luís Ferreira Alves.



Figura 7.8.
Igreja matriz, a norte, e habitações com provável construção com material proveniente do castelo, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 7.10.
Largo e igreja da Misericórdia, a sul, onde está situado o pelourinho, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 7.12.
Escadas de acesso à torre de menagem, 2013.
Fotografia da autora



Figura 7.13.
Acesso a partir do vão existente no troço de parede
do paço, s/d.
Autor: Luís Ferreira Alves.



Figura 7.14.
Interior da torre de menagem com acesso à
cobertura, s/d.
Autor: Luís Ferreira Alves.



Figura 7.15.
Cobertura da torre de menagem, 2013.
Autor: Luís Ferreira Alves.



Figura 7.16.
Vista do castelo a sudoeste, 2013.
Fotografia da autora.

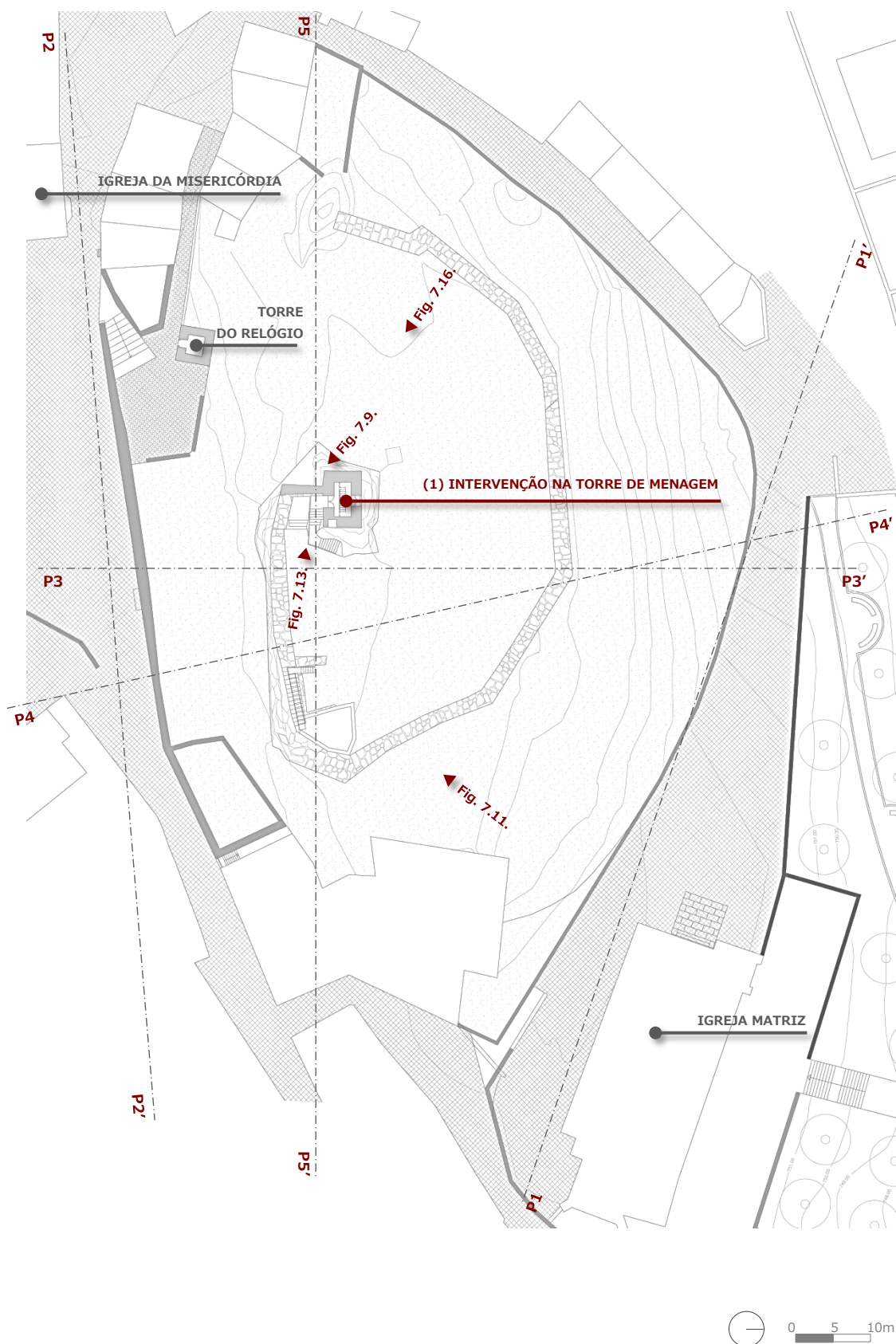
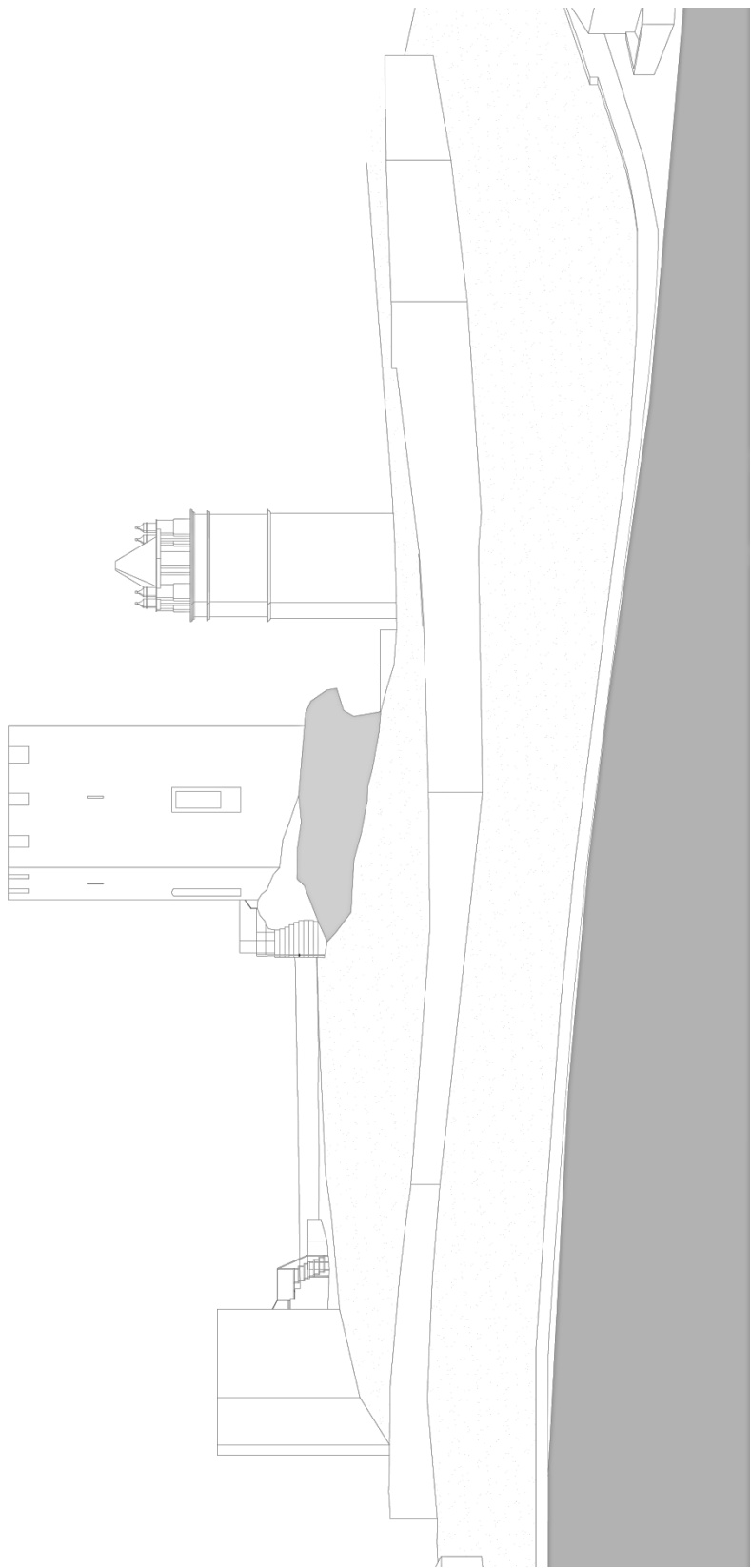


Figura 7.17.

Planta de implantação.

Adaptado pela autora.

Nota: os perfis 3, 4 e 5, identificados neste documento, encontram-se em anexo.



0 2,5 5m

Figura 7.18.
Perfil 1.
Adaptado pela autora.

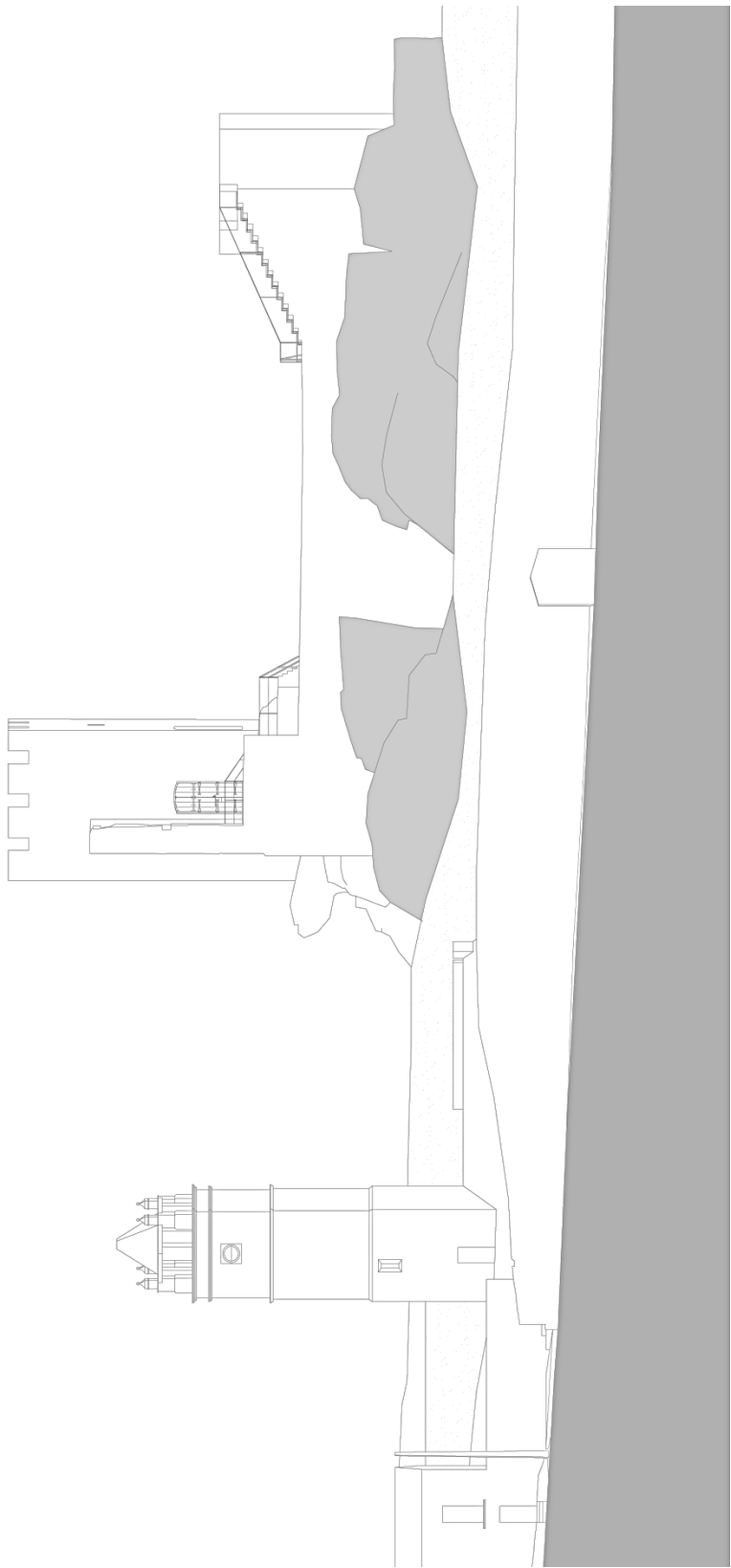


Figura 7.19.
Perfil 2.
Adaptado pela autora.

INFORMAÇÃO OBTIDA ATRAVÉS DAS ENTREVISTAS				
SUBCATEGORIA	USO(S) DO CASTELO			
TÓPICO	OPINIÃO SOBRE A INTERVENÇÃO			
QUESTÃO	D1 VISITA À INTERVENÇÃO	D2 CONHECIMENTO DA AUTORIA DO PROJECTO OU OUTRO FACTO	D3 OPINIÃO SOBRE A FUNCIONALIDADE/ UTILIDADE DA INTERVENÇÃO	D4 IMPACTO DA INTERVENÇÃO NA IMAGEM DO CASTELO
HABITANTES	NÃO	NÃO	Não aplicável.	Não aplicável.
	NÃO	NÃO	Não aplicável.	Não aplicável.
	SIM	NÃO	A entrevistada não respondeu. (MOG-I-03, Fem., 50-60, desempregada).	A entrevistada não respondeu. (MOG-I-03, Fem., 50-60, desempregada).
	SIM	NÃO	A intervenção foi positiva pois travou a degradação do castelo, e promoveu mais visitas, aumentando o turismo. (MOG-I-04, Mas., técnico de turismo).	O grau de mudança é muito pouco, a estrutura e imagem do castelo mantiveram-se. (MOG-I-04, Mas., técnico de turismo).

Figura 7.20.
Opinião sobre a intervenção.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA	USO(S) DO CASTELO	
TÓPICO	PROPOSTOS COMO ALTERNATIVA	
QUESTÃO	C5 PERSPECTIVAS FUTURAS PARA O CASTELO	D6 OUTRO USO PARA O CASTELO
HABITANTES	O futuro não é muito favorecedor, sobretudo por falta de verbas. Se o município lançasse iniciativas a população colaborava. (MOG-I-01, Mas., 70-80, aposentado).	Passava por uma recuperação integral, bem como dos espaços à volta, para fins culturais e turísticos. (MOG-I-01, Mas., 70-80, aposentado).
	Não sei qual será o futuro mas continua a haver visitantes. Antes havia mais. (MOG-I-02, Fem., 60-70, artesã).	Eu acho que está bem, para visitas. (MOG-I-02, Fem., 60-70, artesã).
	Comparando com 2008/2009 os turistas têm diminuído. A perspectiva é que o município tenha uma acção continuada na preservação e divulgação do património. (MOG-I-03, Fem., 50-60, desempregada).	Deveria ter um uso cultural e de visitas. (MOG-I-03, Fem., 50-60, desempregada).
	A aposta vai ser a promoção turística, e espero que contribua para uma maior desenvolvimento na região. (MOG-I-04, Mas., técnico de turismo).	A intervenção foi bem conseguida, mas a área de protecção, a área envolvente do castelo, necessitava de uma requalificação, para melhorar o castelo no seu conjunto, parte que a câmara municipal não pode intervir, tentando no entanto, fazer o possível por manter limpa essa zona. (MOG-I-04, Mas., técnico de turismo).

Figura 7.21.
Usos propostos como alternativa.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA	PARTICIPAÇÃO	
TÓPICO	NO PROCESSO DE DECISÃO	
QUESTÃO	C1 PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE DECISÃO	C2 IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO CÍVICA NO PROCESSO DE DECISÃO
HABITANTES	NÃO	SIM Seria importante que entendessem e participassem. (MOG-I-01, Mas., 70-80, aposentado).
	NÃO SABE	SIM Não sei, mas seria muito bom. (MOG-I-02, Fem., 60-70, artesã).
	NÃO SABE	SIM As pessoas podem conhecer a intervenção e assim divulgar, para uma maior afluência de turistas. (MOG-I-03, Fem., 50-60, desempregada).
		SIM Considero importante uma participação das populações. (MOG-I-04, Mas., técnico de turismo).

Figura 7.22.
Participação no processo de decisão.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA	AFLUÊNCIA DE VISITANTES COMO SOLUÇÃO PARA A ECONOMIA LOCAL	
QUESTÃO	B2 AFLUÊNCIA DE VISITANTES, GERADA PELO CASTELO, COMO SOLUÇÃO	B4 IMPACTO DA AFLUÊNCIA DE VISITANTES NA VIDA QUOTIDIANA E QUALIDADE DE VIDA
HABITANTES	SIM	Não teve grande impacto, não foi significativo. (MOG-I-01, Mas., 70-80, aposentado).
	NÃO	Não houve impacto mas continua a haver turistas. (MOG-I-02, Fem., 60-70, artesã).
	SIM	Não há impacto. (MOG-I-03, Fem., 50-60, desempregada).
	SIM	Actualmente não, mas já houve. (MOG-I-04, Mas., técnico de turismo).

Figura 7.23.
Afluência de visitantes como solução para a economia local.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA	CASTELO COMO FACTOR GERADOR	
QUESTÃO	B1 IMPORTÂNCIA DA DIVULGAÇÃO DO CASTELO PARA A ECONOMIA LOCAL	B3 IMPACTO DA INTERVENÇÃO NO CASTELO NA ECONOMIA LOCAL
HABITANTES	A presença do castelo foi o sucesso de Mogadouro. 15 e 16 de Outubro realiza-se uma feira para mostrar os produtos locais. Será também o turismo que poderá ter impacto. (MOG-I-01, Mas., 70-80, aposentado).	Compras e restauração - é um turismo de passagem. O comércio está estagnado, portanto a intervenção não teve impacto. (MOG-I-01, Mas., 70-80, aposentado).
	Eu acho que o comércio pode continuar, pois considero que os comerciantes ainda estão a sobreviver. (MOG-I-02, Fem., 60-70, artesã).	Não sei, os tempos para trás não lhe posso dizer pois a intervenção não existia, mas continua a ter muitos visitantes, vejo que quem vem a Mogadouro gosta de ir ao castelo. (MOG-I-02, Fem., 60-70, artesã).
	Através das visitas, podem ficar cá um ou dois dias, comprando ou despendendo algum dinheiro na região. (MOG-I-03, Fem., 50-60, desempregada).	A intervenção não teve impacto. Notou-se, ainda, uma menor afluência de visitantes em relação a anos anteriores. (MOG-I-03, Fem., 50-60, desempregada).
		A intervenção originou um fluxo significativo de visitantes ao castelo de Mogadouro, é o principal balanço até à data, não se verificando um impacto directo e relevante no comércio e economia locais. (MOG-I-04, Mas., técnico de turismo).

Figura 7.24.
Castelo como factor gerador.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA	FACTOS ASSOCIADOS AO CASTELO		
TÓPICO	HISTÓRICOS/OUTROS		
QUESTÃO	A1 IMPORTÂNCIA NA HISTÓRIA NACIONAL	A2 CONHECIMENTO DA HISTÓRIA DO CASTELO	A3 IMPORTÂNCIA DO CASTELO NO TERRITÓRIO
HABITANTES	SIM	SIM Conheço todos os factos relevantes da história do castelo. (MOG-I-01, Mas., 70-80, aposentado).	Sim, Mogadouro é o segundo maior concelho do distrito e era o centro comercial da região. (MOG-I-01, Mas., 70-80, aposentado).
	SIM	NÃO Não aplicável. (MOG-I-02, Fem., 60-70, artesã).	Não sei. (MOG-I-02, Fem., 60-70, artesã).
	SIM	NÃO Não aplicável. (MOG-I-03, Fem., 50-60, desempregada).	Não sei. (MOG-I-03, Fem., 50-60, desempregada).
	SIM	NÃO Não aplicável. (MOG-I-04, Mas., técnico de turismo).	Sim. (MOG-I-04, Mas., técnico de turismo).

Figura 7.25.

Factos associados ao castelo.

Tabela da autora.

SUBCATEGORIA	RECONHECIMENTO DE VALOR <i>PATRIMONIAL</i>		
TÓPICO	PESSOAL/COMUNIDADE		
QUESTÃO	A4 ATRIBUIÇÃO DE VALOR <i>PATRIMONIAL</i>	A5 VALORIZAÇÃO DO CASTELO PELA COMUNIDADE	D5 IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DO <i>PATRIMÓNIO</i> PARA AS GERAÇÕES FUTURAS
HABITANTES	SIM	NÃO As pessoas têm falta de instrução quanto à história do castelo. (MOG-I-01, Mas., 70-80, aposentado).	SIM Deve-se informar mais e educar mais. (MOG-I-01, Mas., 70-80, aposentado).
	SIM	SIM Às vezes as pessoas saem para um passeio e vão até ao castelo, tentando preservar o local, pois a vila não se governa sem o castelo. (MOG-I-02, Fem., 60-70, artesã).	SIM A entrevistada não respondeu. (MOG-I-02, Fem., 60-70, artesã).
	SIM	SIM O castelo é o ícone de Mogadouro. (MOG-I-03, Fem., 50-60, desempregada).	SIM Podem beneficiar a nível cultural. (MOG-I-03, Fem., 50-60, desempregada).
	SIM	SIM O castelo de Mogadouro é o ícone da vila. (MOG-I-04, Mas., técnico de turismo).	SIM Os jovens valorizam mais o património, têm mais consciência da importância desse património, e o município organiza visitas temáticas com as escolas para clarificar e educar nesse sentido. (MOG-I-04, Mas., técnico de turismo).

Figura 7.26.

Reconhecimento de valor *patrimonial*.

Tabela da autora.

SUBCATEGORIA		RECONHECIMENTO DE VALOR <i>PATRIMONIAL</i>			
TÓPICO		PARTICIPAÇÃO NA DIVULGAÇÃO DO CASTELO			
QUESTÃO	C3 PARTICIPAÇÃO DOS HABITANTES NA DIVULGAÇÃO DO CASTELO		C3.1. EXISTÊNCIA DE IMPACTO DESSE CONTRIBUTO	C4 CONTRIBUTO PESSOAL	C4.1. SE NÃO, DEVERIA DAR?/QUAL
HABITANTES	NÃO	Não aplicável.	Não aplicável.	SIM Através da divulgação de informação e da história, bem como na investigação. (MOG-I-01, Mas., 70-80, aposentado).	Não aplicável.
	NÃO	Eu acho que sim, é um meio pequeno e influencia muito essa parte. (MOG-I-02, Fem., 60-70, artesã).	NÃO	SIM. Através da informação que dou aos turistas. Às vezes os turistas passam por cá (no atelier), perguntam o que há mais para visitar e eu informo logo que é bonita aquela zona (do castelo). (MOG-I-02, Fem., 60-70, artesã).	Não aplicável.
	SIM	O município é o principal agente de divulgação. (MOG-I-03, Fem., 50-60, desempregada).	NÃO	SIM. Através da divulgação com outras pessoas. (MOG-I-03, Fem., 50-60, desempregada).	Não aplicável.
				NÃO	O entrevistado não respondeu. (MOG-I-04, Mas., técnico de turismo).

Figura 7.27.
Participação na divulgação do castelo.
Tabela da autora.

PARTE II ■ ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS

Categoria analítica I | **Contexto/comunidade vs. Autoria/projecto de arquitectura**

No caso de Mogadouro não foi possível conseguir uma resposta por parte do técnico/entidade. No entanto foi o estudo de caso onde houve a única resposta do modelo III de entrevista, relativa ao comércio e economia locais. Como a resposta ao modelo de entrevista anteriormente referido não existe nos restantes estudos de caso, a sua inclusão nesta análise não seria metodologicamente correcta. Mesmo assim, optou-se por inserir as perguntas que são comuns ao modelo II, relativo aos habitantes, nas tabelas anteriores, havendo assim mais um elemento para análise, sendo que as tabelas passam a ser constituídas por respostas de quatro habitantes. O entrevistado do modelo III foi identificado como MOG-I-04.

O programa no caso do castelo de Mogadouro apresenta-se com algumas diferenças relativamente aos restantes estudos de caso, na medida em que o mesmo consiste na criação de melhores condições de acessibilidade ao local da implantação do castelo, de uma nova leitura sobre o mesmo e da fruição pública. Desta forma, a intervenção caracteriza-se por uma significativa componente urbana, com intervenções no espaço do castelo bem como no espaço urbano da envolvente, sendo que houve estruturas que, não fazendo parte da estrutura do castelo, foram igualmente alvo da intervenção por integrarem a leitura global do espaço do mesmo, como o caso da torre do relógio, situada a sul. Para além deste programa houve uma intervenção na torre de menagem, onde não houve a intenção de criar um espaço museológico, verificando-se apenas a introdução de acesso à cobertura e caixilharias. Neste caso, as características da pré-existência (devido ao estado de ruína em que a mesma se encontra, embora consolidada) permitiram que fosse possível uma outra liberdade e flexibilidade nos espaços a intervir relativamente a estruturas com menor estado de ruína.

Desta forma, a intervenção, dada a inexistência de volumetrias previstas pela intervenção e dos materiais e desenho utilizados nas intervenções urbanas, não existe impacto visual da intervenção ou condicionalismos que alterassem a leitura da estrutura pré-existente, mesmo relativamente à torre de menagem, sendo que a intenção da afirmação da autoria é muito pouco relevante, sendo que neste caso a intervenção pretendeu valorizar o local, mais do que um ponto de partida para uma intervenção arquitectónica. No entanto, as opções de sistemas de protecção do adarve inicialmente previstas no projecto não se encontram executados no local tal como foram previstos, além de alguns acessos existentes no espaço intramuros.

Relativamente à torre de menagem, a mesma é constituída por dois pisos, com acesso à cobertura através de uma estrutura metálica com abertura mecânica, cuja cota da cobertura permite circular à volta dessa abertura com relativa segurança se se considerar a localização da cota das ameias em relação à cota da cobertura. Desta forma, a estrutura interior apenas se destina ao acesso à cobertura e fruição.

Assim, verifica-se que alguns dos entrevistados não visitaram a intervenção, e nenhum deles tem conhecimento de factos relacionados com a intervenção ou da autoria do projecto.

Sendo assim, apenas existe uma opinião sobre a intervenção e sobre o impacto da mesma, por parte de MOG-I-04, referindo que travou a degradação do pré-existência, promovendo mais visitas ao local, não resultando num impacto que mereça relevância, sendo por isso uma opinião favorável à intervenção, não sendo possível saber se há outro tipo de opiniões.

Quanto à participação da comunidade no processo de decisão, verifica-se que os entrevistados referem ou a não participação ou a falta de conhecimento sobre essa questão, o que se poderá relacionar com a questão da inexistência de conhecimento sobre a autoria do projecto, tendo sido assim uma intervenção que pode não ter contemplado uma compreensão dos valores associados ao castelo por parte da comunidade ou mesmo a possibilidade de existirem outros usos igualmente válidos além dos usos previstos para a fruição pública. Relativamente à participação cívica no processo de decisão, todos os entrevistados consideram importante, verificando-se contudo alguma dificuldade por parte dos entrevistados em dar uma justificação para a importância dessa mesma participação cívica, ou em que acções essa participação se poderia reflectir ou tornar-se operativa.

Neste sentido, existem algumas alternativas apresentadas pelos entrevistados relativamente ao uso actual, havendo referências a um uso cultural que o castelo não prevê, bem como para visitas, embora o conceito da intervenção tenha previsto a adaptação do espaço para fruição, denotando-se que alguns dos entrevistados, nomeadamente MOG-I-01 e MOG-I-03 não compreenderam a intervenção nesse sentido, sendo que MOG-I-03 visitou a intervenção. De salientar um aspecto da resposta de MOG-I-04, no que toca à gestão e responsabilidade da manutenção do espaço do castelo, havendo algumas divergências entre as entidades locais e as entidades regionais, onde poderia, neste caso, ser benéfica uma coordenação relativamente à manutenção e gestão entre as entidades locais e mais próximas geograficamente do castelo.

Quanto às perspectivas para o castelo, alguns entrevistados consideram que a sua manutenção apresenta alguns desafios por falta de verbas, em que MOG-I-01 refere que talvez essa mesma manutenção pudesse ter uma participação cívica. É referido também um decréscimo do número de visitas. No entanto MOG-I-04 refere que o futuro poderá passar pela promoção do castelo, esperando dessa forma um impacto no desenvolvimento da região.

Assim, neste caso, a falta de verbas e a manutenção do espaço pode significar um desafio às entidades locais.

Voltando à análise da intervenção, quanto à *reversibilidade*, entendida neste caso quando a intervenção se efectua na estrutura pré-existente, não apresenta um carácter invasivo, ou seja, não existem acções que alterem a estrutura pois todos os materiais utilizados e consequente implantação são passíveis de permitir essa mesma reversibilidade, além de permitirem uma distinção entre a obra nova e pré-existência.

Relativamente à *interpretação*, a intervenção não utiliza técnicas como painéis informativos ou outro suporte de informação, sendo que as acções pontuais de intervenção nos panos de muralha, bem como a remoção da cisterna municipal ou outras acções, podem constituir neste caso as próprias técnicas que constituem a construção de uma mensagem sobre

o espaço, havendo assim uma selecção de informação que deve ser *interpretada* pelos visitantes.

Categoria analítica II | **Contexto/comunidade vs. Expectativa económica**

A perspectiva económica não está explícita no conceito de intervenção, deduzindo-se que essa perspectiva económica não será uma prioridade da intervenção. Desta forma as opiniões sobre o impacto da intervenção no comércio e economia locais não apresentam dados em que se possa deduzir algum impacto real nessa área. Quanto ao impacto de um maior número de visitas no quotidiano e qualidade de vida da localidade, segundo as opiniões dos entrevistados, não se verifica.

No entanto, alguns entrevistados considerem que um maior número de visitantes à localidade, através do castelo, poderá constituir uma solução para o comércio e economia locais, inclusivamente considerando também que uma maior divulgação do castelo poderá trazer mais visitantes e consequentemente um possível geração de riqueza, mas até ao momento, e segundo a análise das respostas dos entrevistados, não parece haver estratégias nesse sentido, em que o castelo seja parte integrante, deduzindo-se que a intervenção poderá ter constituído uma acção pontual, não se conhecendo a justificação para a mesma, visto não ter havido a resposta por parte do técnico/entidade ao modelo II de entrevista.

Categoria analítica III | **Valores associados vs. Valores intrínsecos**

O castelo de Mogadouro é classificado como Monumento Nacional, de grau 1, apresentando assim, segunda a sua classificação, características excepcionais ou de elevado valor histórico/artístico.

Desta forma, todos os entrevistados consideram que o castelo foi importante no contexto da história nacional, embora três dos entrevistados não conheçam factos sobre a história do castelo, sendo que dois deles também não têm conhecimento sobre qual a relação do castelo com o território e a localidade, sendo que apenas MOG-I-01 desenvolveu a resposta. Isto levanta questões sobre os valores intrínsecos que justificam a classificação do castelo e os valores que a comunidade atribui ao mesmo, podendo haver uma multiplicidade de valores *patrimoniais* atribuídos e fragilizando por isso mesmo tal classificação.

Desta forma, todos os entrevistados atribuem valor *patrimonial* ao castelo, embora as razões podem assim não residir nas mesmas que classificam o castelo, verificando-se nas opiniões à pergunta sobre se os habitantes atribuem valor *patrimonial*. MOG-I-01 afirma que não existe tal valorização pois as pessoas não têm conhecimento que as permita valorizar o monumento, de acordo com os motivos da sua classificação, mas nas restantes respostas, o castelo é valorizado pela iconografia e por ser um elemento identitário da localidade, bem como local para actividades lúdicas, como refere MOG-I-02, verificando-se que os habitantes não

atribuem os mesmos valores, podendo existir assim várias *identidades* dentro de uma mesma *identidade* colectiva partilhadas pelos habitantes.

Quanto à opinião sobre o contributo dos habitantes para a divulgação do castelo, as opiniões não são unânimes, mas verificou-se que poderá não existir uma divulgação significativa, pois poderá ligar-se à questão dos valores atribuídos ao castelo, sendo que se o castelo poderá significar diferentes valores para várias identidades, poderá não existir um interesse comum ou conjunto num esforço por essa mesma divulgação.

Desta forma, à excepção de um entrevistado, os restantes consideram que dão um contributo pessoal, onde se verifica diferentes vertentes nessa vontade de dar contributo e na mensagem que é transmitida nesse mesmo contributo.

Por fim, a opinião sobre a preservação do *património* apresenta semelhanças, no sentido em que deverá haver iniciativas para que as gerações mais novas possam valorizar o *património*, segundo MOG-I- 01, sendo que MOG-I-04 apresenta uma iniciativa concreta de acções promovidas pelo município nesse sentido.

No entanto, o entendimento do benefício da preservação do *património* para as gerações futuras por parte dos entrevistados vai de encontro àquilo que os especialistas preconizam, ou seja, o valor do *património* é intrínseco, e por isso deverá ter um papel educativo, contrariamente àquilo que se preconiza nas novas abordagens sobre uma gestão e compromisso entre diferentes valores atribuídos por diferentes gerações ou *identidades*.

ESTUDO DE CASO | TRANCOSO

PARTE I ■ ENQUADRAMENTO

ENQUADRAMENTO DA POVOAÇÃO	
LOCALIZAÇÃO	Região da Beira, Beira Alta, Guarda, Trancoso.
ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO	A região designa-se Terra Fria Beirã ou Riba-Côa. A vila de Trancoso situa-se num planalto, implantada sensivelmente a uma cota de 900m, nas proximidades da margem direita do rio Távora. A forte actividade económica com base na agricultura constituiu um dos principais motivos para a crescente fixação da população.
ENQUADRAMENTO HISTÓRICO	No século X aparece referência à localidade de Trancoso num documento de doação do castelo e bens por parte de D. Flâmula. Em 1160 é definitivamente conquistada aos Árabes por D. Afonso Henriques, que concede carta de foral a Trancoso, confirmada em 1217 por D. Afonso II. Devido à intensa actividade comercial D. Afonso III institui uma Feira Franca, depois redefinida por D. Dinis, passando a ser mensal. Com o crescimento urbano extramuros, D. Dinis manda edificar uma nova cerca urbana, onde se começa a delinear um vasto bairro judaico, devido à importância económica da região. Trancoso foi palco de uma batalha em 1385, a Batalha de São Marcos, opondo o Mestre de Avis ao rei de Castela, em que D. João I volta assim a renovar a carta de foral a Trancoso no mesmo ano. D. Manuel I volta a conceder nova carta de foral em 1510. A população de Trancoso volta a participar na Guerra da Restauração, em 1640, na Guerra de Sucessão de Espanha, em 1704, nas Invasões Francesas, em 1807 e 1810 e também na Revolução Liberal em 1820.
POPULAÇÃO EM 1911	2957 Habitantes.
POPULAÇÃO EM 2011	3289 Habitantes.
CARACTERÍSTICAS PARTICULARES	Trancoso constitui um das localidades do PRAHP.
ENQUADRAMENTO DO CASTELO	
PROTECÇÃO/CLASSIFICAÇÃO	Monumento Nacional
ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO	Séculos X; XII; XIII; XIV; XV e XVI.
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO	Raia defensiva da Beira – a localização do castelo de Trancoso permite o controlo de várias áreas entre a serra da Estrela e o vale do Douro, juntamente com outros dois pontos principais: os castelos de Celorico da Beira e Guarda. O castelo de Trancoso pertenceu à Ordem dos Templários.
GRAU	2
CONSERVAÇÃO	Em bom estado de conservação.
AFECTAÇÃO	Direcção Regional da Cultura do Centro (estatal).
CARACTERÍSTICAS PARTICULARES	O castelo está implantado sobre grandes afloramentos rochosos. Apresenta planta ovalada, sendo constituído por 5 torres, conectadas por adarve. No espaço intramuros existe a torre de menagem, situada na cota mais alta, singular na planta quadrangular e perfil troncocónico bem como na entrada, sendo constituída por arco com influência árabe. Apresenta também aparelho construtivo bastante irregular. Constitui um exemplo singular da arquitectura militar pré-românica em Portugal. No espaço intramuros existe também uma capela, capela de Santa Bárbara, em ruínas, construída provavelmente no século XVI.
USO(S) ANTES DA INTERVENÇÃO	No interior do espaço intramuros existiu um teatro, construído em 1850, posteriormente demolido.
PRINCIPAIS INTERVENÇÕES REALIZADAS ANTES DA INTERVENÇÃO EM ESTUDO	1963/1941/1944/1945 – reconstrução e consolidação de paredes em alvenaria, escavações e construção e assentamento de ameias; 1946 – Construção da armação do telhado e cobertura da torre de menagem; 1954/1955 – obras de <i>restauro</i> e consolidação de panos da muralha do castelo e limpeza da cisterna, montagem do cruzeiro junto à porta do castelo e regularização do terreno no espaço intramuros; 1968/1969 – obras de consolidação na torre de menagem e torre nordeste; 1970 – obras de recuperação e cobertura na torre sudoeste, execução de escada metálica para a mesma e colocação de porta no castelo.
OBSERVAÇÕES	Além do castelo, o centro histórico contém uma cerca em relativo bom estado de conservação.



Figura 7.28.
Vista aérea de Trancoso, 2014.



Figura 7.29.
Localização de Trancoso.
(assinalada a vermelho).
Gráfico da autora.



Figura 7.30.
Castelo com construção intramuros, s/d.
Autor desconhecido.



Figura 7.31.
Torre de menagem, 1968.
Autor desconhecido.



Figura 7.32.
Castelo, depois da intervenção da DGEMN, 1950.
Autor desconhecido.



Figura 7.33.
Castelo, antes da intervenção mais recente, s/d.
Autor: Luís Pavão.

ENQUADRAMENTO E DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

AUTORIA	Arquitecto Gonçalo Byrne
PROMOTOR	IGESPAR
DATA DE PROJECTO	2005
CONCLUSÃO DA OBRA	2010
CONCEITO(S)	O autor pretendeu que a intervenção visasse a requalificação e dinamização do espaço do castelo através da criação de acessibilidades, de espaços multifuncionais e outras estruturas de apoio tanto a visitantes como a funcionários. O autor refere ainda que com as soluções arquitectónicas do projecto pretendem qualificar o espaço do castelo como em equipamento urbano e flexível, adaptado a diversos eventos. Todas as soluções arquitectónicas foram concebidas de forma a ter-se uma leitura global de uma intervenção  qual o autor designa de “instalação” (Gonçalo Byrne Arquitectos, 2013) assumindo assim um carácter contemporâneo, além de uma “postura subtil” (Gonçalo Byrne Arquitectos, 2013), que visa a estrita consolidação e fruição da estrutura existente, de forma íntegra.
PROGRAMA	O programa  constituído por 6 partes: a escada de acesso  entrada do castelo (1), a protecção da cisterna (2), um palco para eventos (3) situado na capela de Santa Bárbara, um volume situado perto da entrada que constitui um espaço de recepção ao público (4), um volume que contm no interior a escada de acesso ao piso 1 da torre de menagem (5) e a intervenção no interior da torre de menagem (6). No espaço de recepção ao público (4) trabalha diariamente um funcionário, que disponibiliza toda a informação necessária aos visitantes. O volume que contm a escada de acesso ao piso 1 (5) da torre de menagem tem um passadiço que liga o volume  entrada da torre de menagem, podendo ser recolhido mecanicamente, permitindo desta forma que o volume esteja fisicamente separado da torre de menagem. No interior da torre de menagem (6) existem 2 pisos, o piso 1 é um espaço expositivo, dando acesso, através de caixa de escadas no centro, ao piso 2, que se situa na cobertura da torre de menagem. Neste piso pode-se ainda observar uma plataforma em todo o perímetro da cobertura, constituindo uma espécie de guardaria relativamente às ameias, sendo possível, no entanto, subir para a mesma, embora com dificuldade. A partir do piso 2  possível aceder a uma plataforma com cota mais elevada, onde está instalado um observatório virtual, sendo essa mesma plataforma ladeada por muro em todo o perímetro, sendo assim visível um corpo acima da cota mais alta das ameias, mesmo na envolvente.
MATERIAIS UTILIZADOS	As escadas de acesso são constituídas por placas de granito que pela textura e cor se destacam da pr-existência. O espaço de recepção ao público contm caixilharia metálica e vidro, revestido a madeira pelo exterior. O palco  também constituído por madeira, apoiada numa estrutura metálica que está ancorada ao afloramento rochoso. O volume que contm as escadas de acesso à torre de menagem  constituído por estrutura metálica e  revestido também a madeira. Estes materiais são também utilizados nos vários pisos no interior da torre de menagem, sendo a caixa de escadas igualmente constituída por estrutura metálica e revestida por madeira.
JUSTIFICAÇÃO PARA INTERVENÇÃO NO CASTELO	Um dos factores foi o enquadramento da intervenção no âmbito das <i>Aldeias Históricas</i>. (TRA-II-01, Fem., Arqueóloga).
OBSERVAÇÕES	O adarve não tem estruturas de protecção, não existindo sinalização para a advertência de tal situação.



Figura 7.34.
Acesso à entrada do castelo, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 7.35.
Entrada do castelo, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 7.36.
Plataforma para eventos na capela pré-existente, em
ruínas, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 7.37.
Plataforma para eventos na capela pré-existente, em
ruínas, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 7.38.
Espaço de recepção ao público, 2013.
Fotografia da autora



Figura 7.39.
Escada de acesso à torre de
menagem, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 7.40.
Escadas de acesso à torre de menagem, 2013.
Fotografia da autora.

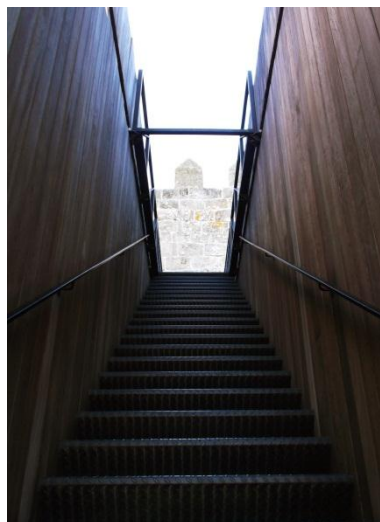


Figura 7.41.
Interior das escadas de acesso à torre de menagem, 2013.
Fotografia da autora.

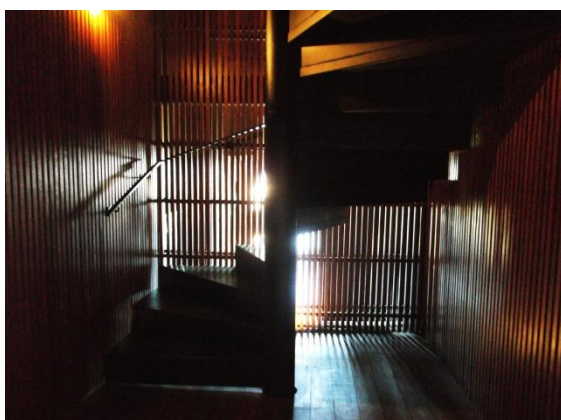


Figura 7.42.
Escadas de acesso à cobertura, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 7.43.
Entrada da torre de menagem, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 7.44.
Cobertura da torre de menagem, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 7.45.
Escadas de acesso à torre de menagem, 2013.
Fotografia da autora.

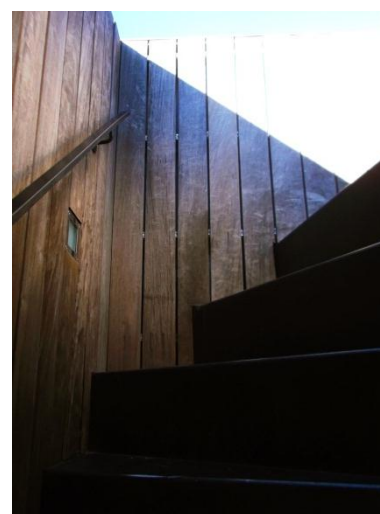


Figura 7.46.
Escadas de acesso à cobertura da torre de menagem, 2013.
Fotografia da autora.

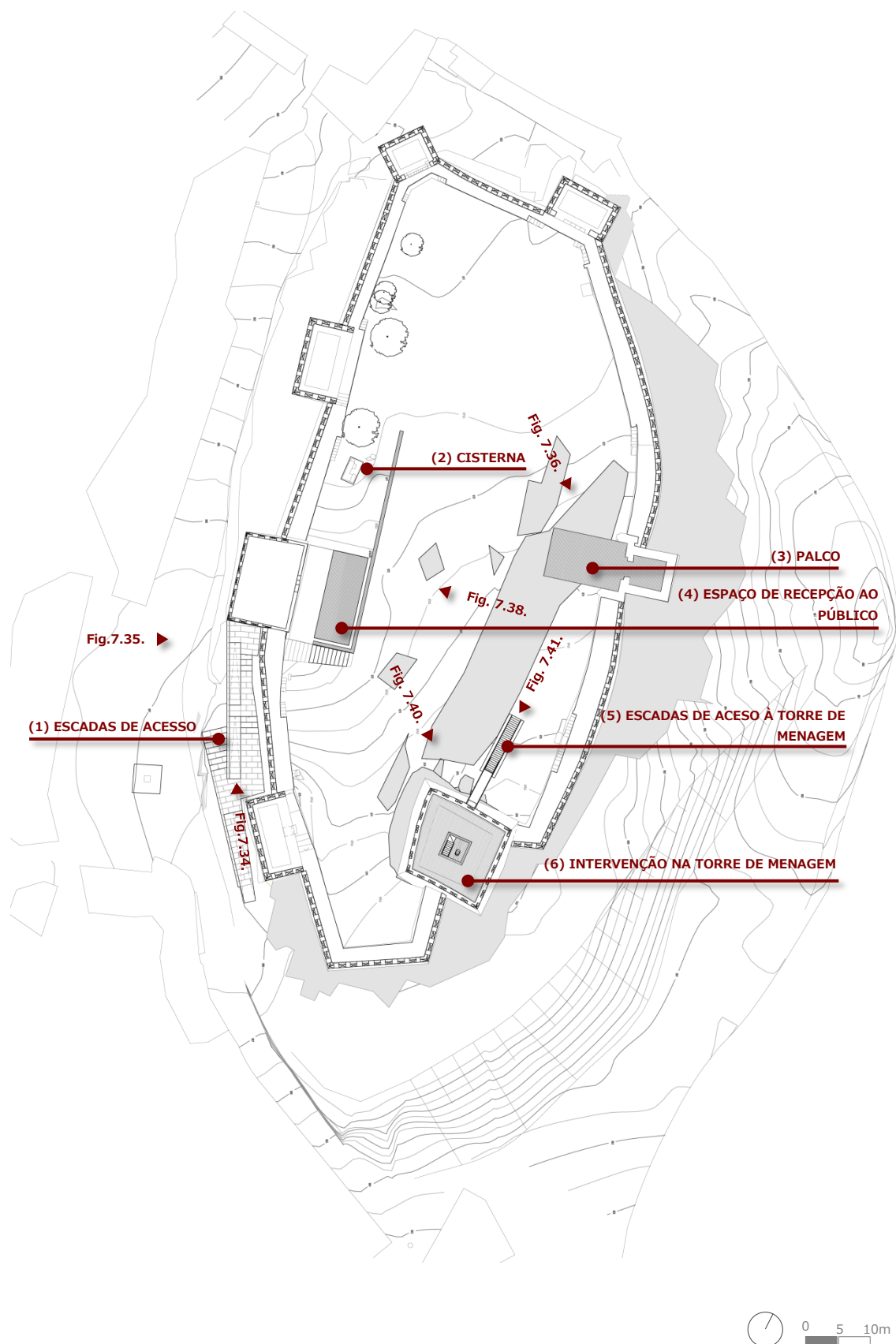


Figura 7.47.
Planta de implantação.
Adaptado pela autora.

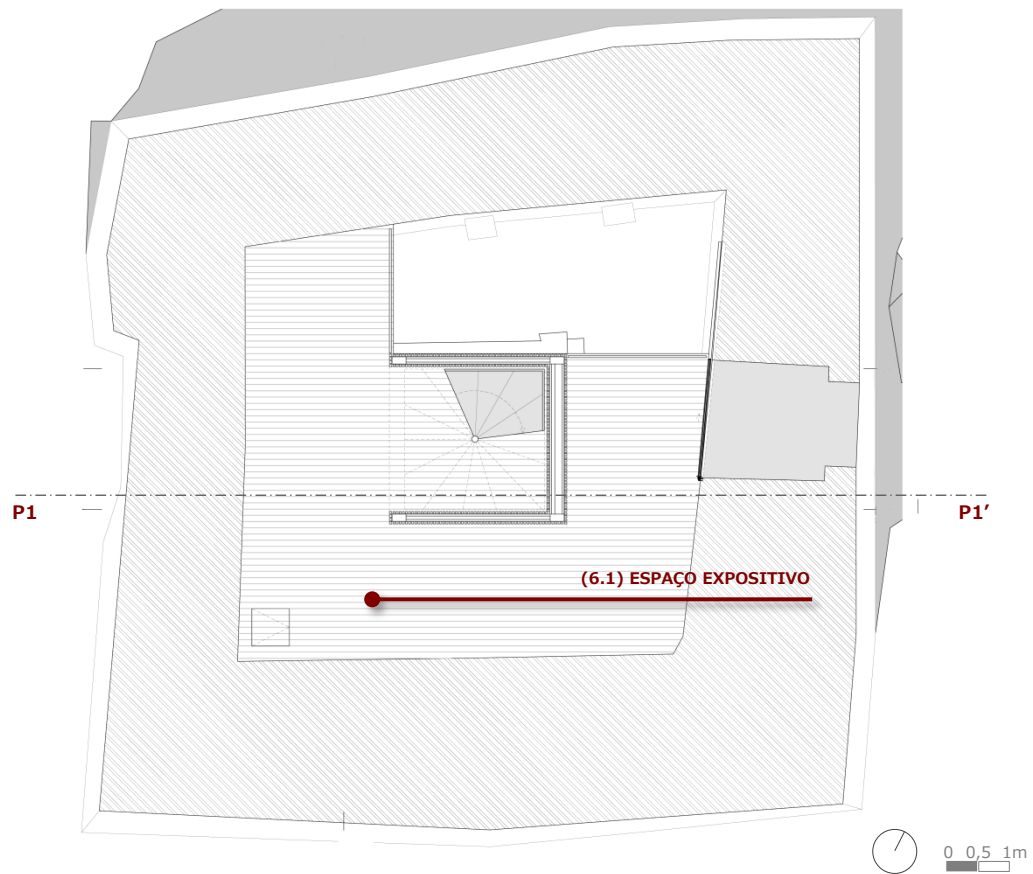


Figura 7.48.
Planta do Piso 1.
Adaptado pela autora.

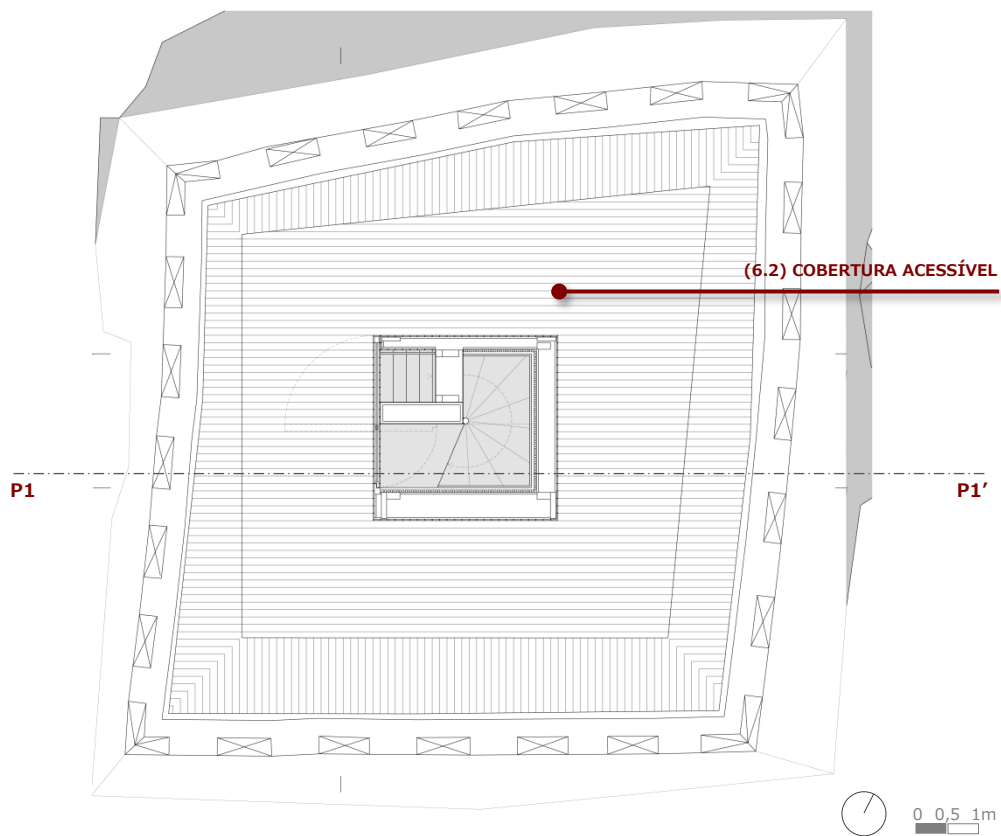


Figura 7.49.
Planta do Piso 2.
Adaptado pela autora.

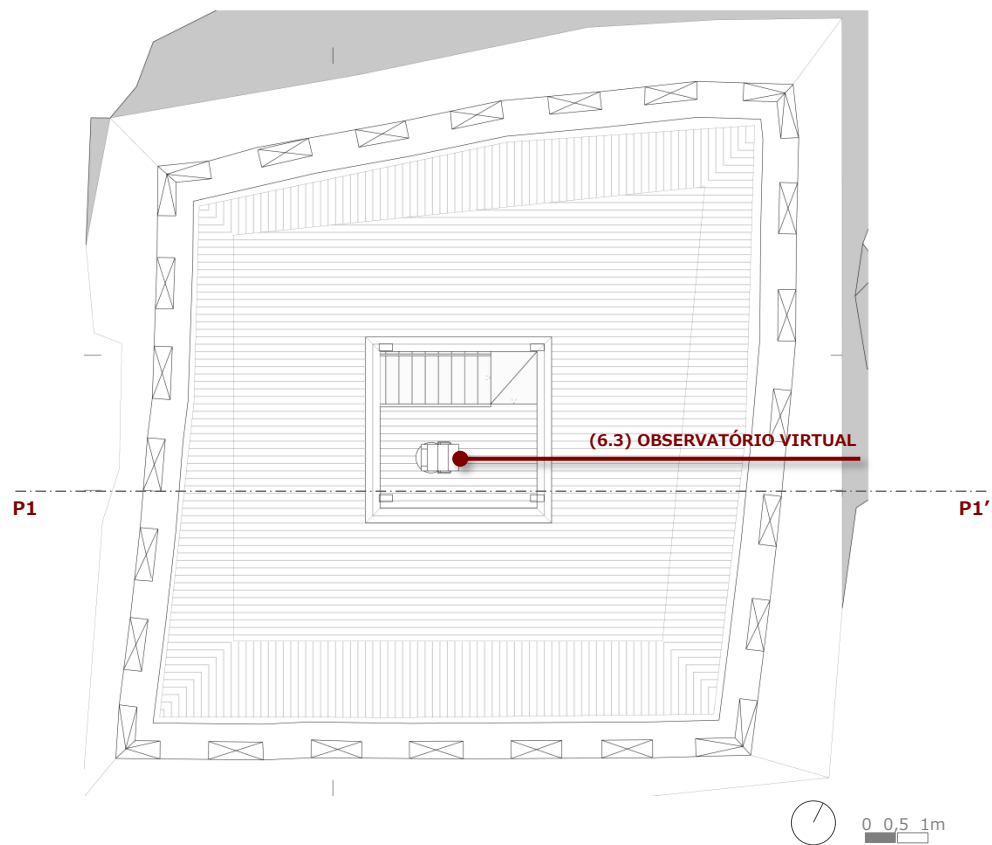


Figura 7.50.
Planta do Piso 3.
Adaptado pela autora.

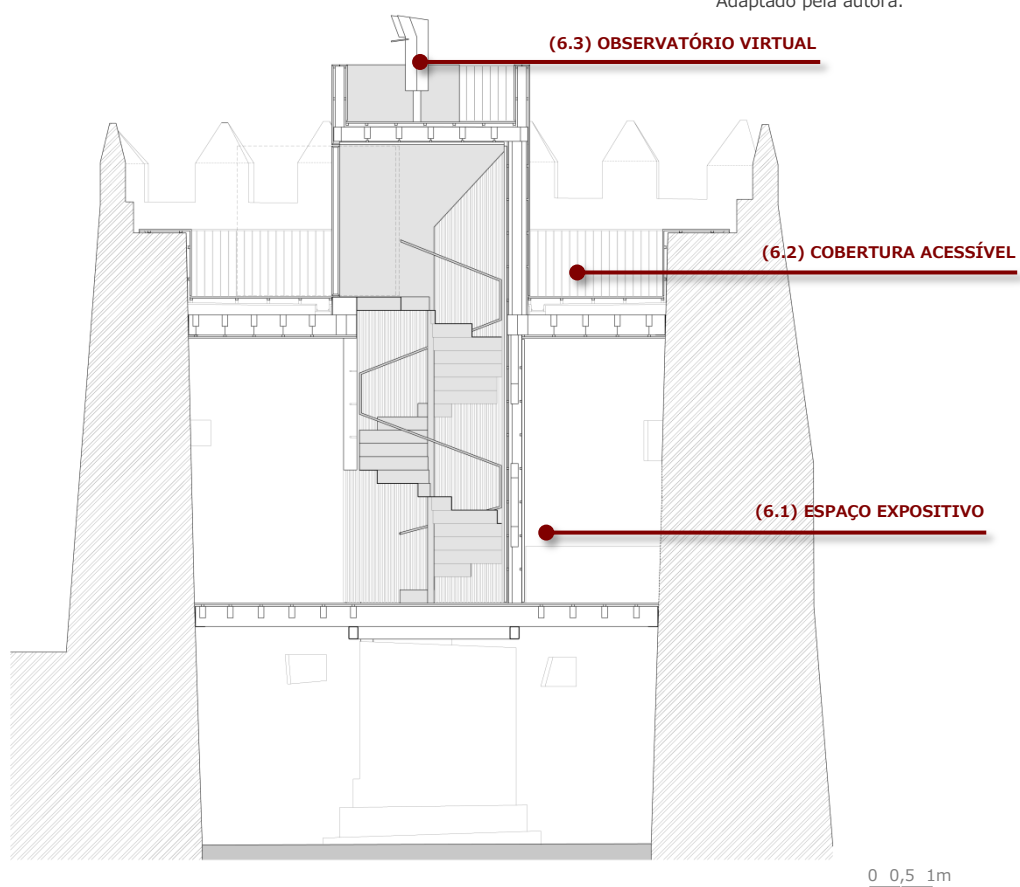


Figura 7.51.
Perfil 1.
Adaptado pela autora.

INFORMAÇÃO OBTIDA ATRAVÉS DAS ENTREVISTAS				
SUBCATEGORIA	USO(S) DO CASTELO			
TÓPICO	OPINIÃO SOBRE A INTERVENÇÃO			
QUESTÃO	D1 VISITA À INTERVENÇÃO	D2 CONHECIMENTO DA AUTORIA DO PROJECTO OU OUTRO FACTO	D3 OPINIÃO SOBRE A FUNCIONALIDADE/ UTILIDADE DA INTERVENÇÃO	D4 IMPACTO DA INTERVENÇÃO NA IMAGEM DO CASTELO
HABITANTES	SIM	NÃO	A entrevistada não respondeu. (TRA-I-01, Fem., 30-40, técnica de turismo).	A entrevistada não respondeu. (TRA-I-01, Fem., 30-40, técnica de turismo).
	SIM	SIM. Foi o arquitecto Gonçalo Byrne. (TRA-I-02, Fem., 40-50, auxiliar de serviços gerais).	Gosto da alteração das escadas da torre mas as pedras da entrada acho que não têm nada a ver com o próprio castelo. (TRA-I-02, Fem., 40-50, auxiliar de serviços gerais).	Antigamente o castelo era habitado dentro das muralhas e hoje é somente um ponto de referência ao nosso turismo. (TRA-I-02, Fem., 40-50, auxiliar de serviços gerais).
	SIM	SIM. O arquitecto. (TRA-I-03, Mas., 30-40, bibliotecário).	Parece-me interessante e atractivo. No entanto a torre de menagem podia ser dinâmica e luminosa. (TRA-I-03, Mas., 30-40, bibliotecário).	É substancialmente melhor. (TRA-I-03, Mas., 30-40, bibliotecário).
TÉCNICO/ ENTIDADE			Os materiais utilizados não foram a melhor escolha, devido à pouca durabilidade, e a opção de uso e intervenção da torre de menagem não foi a mais adequada. (TRA-II-01, Fem., arqueóloga).	Sim, principalmente no que toca à intervenção na torre de menagem, um dos monumentos mais singulares a nível regional e nacional, e um símbolo para a população e para a própria localidade. A leitura da torre de menagem foi bastante alterada. (TRA-II-01, Fem., arqueóloga).

Figura 7.52.
Opinião sobre a intervenção.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA	USO(S) DO CASTELO	
TÓPICO	PROPOSTOS COMO ALTERNATIVA	
QUESTÃO	C5 PERSPECTIVAS FUTURAS PARA O CASTELO	D6 OUTRO USO PARA O CASTELO
HABITANTES	Alguma dificuldade a nível da manutenção, porque a nível turístico acredito que, se não aumentar, pelo menos se irá manter. (TRA-I-01, Fem., 30-40, técnica de turismo).	Qualquer tipo de actividade, desde que bem estruturada e que não signifique a degradação do Castelo pode ser efectuada naquele local. (TRA-I-01, Fem., 30-40, técnica de turismo).
	Acho que devido à crise económica que se faz sentir os órgãos responsáveis não terão meios de fazer a manutenção que o castelo precisará, seria urgente que houvesse intervenção desses mesmos órgãos no sentido de o preservar. (TRA-I-02, Fem., 40-50, auxiliar de serviços gerais).	Sim. Deveria ser mais utilizado em eventos tais como feiras medievais e outros eventos culturais. (TRA-I-02, Fem., 40-50, auxiliar de serviços gerais).
	Depende da importância que o Município atribuir. (TRA-I-03, Mas., 30-40, bibliotecário).	Julgo que o que tem ocorrido é interessante. (TRA-I-03, Mas., 30-40, bibliotecário).
TÉCNICO/ ENTIDADE	Há imensos projectos de revalorização do castelo através de núcleos museológicos, por exemplo, que possam explicitar tudo o que foi encontrado até ao momento no castelo, toda a investigação efectuada até agora, com o principal propósito de educar o público e tornar a visita ao castelo ainda mais interessante e proveitosa. (TRA-II-01, Fem., arqueóloga).	Sim, desenvolver mais actividades de educação do público e poder aproveitar toda a investigação feita para uma visita mais completa. (TRA-II-01, Fem., arqueóloga).

Figura 7.53.
Usos propostos como alternativa.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA	PARTICIPAÇÃO	
TÓPICO	NO PROCESSO DE DECISÃO	
QUESTÃO	C1 PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE DECISÃO	C2 IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO CÍVICA NO PROCESSO DE DECISÃO
HABITANTES	NÃO	SIM O facto de contribuírem para a preservação já é benéfico. (TRA-I-01, Fem., 30-40, técnica de turismo).
	NÃO SABE	SIM Por vezes os populares também deviam ser ouvidos nas questões do património. (TRA-I-02, Fem., 40-50, auxiliar de serviços gerais).
	NÃO	SIM Só com uma verdadeira participação cívica temos uma verdadeira apropriação e valorização do património local e nacional (TRA-I-03, Mas., 30-40, bibliotecário).
TÉCNICO/ ENTIDADE	NÃO	SIM Concordo, no entanto, no caso de Trancoso, era necessário que houvesse uma estratégia prévia nesse sentido entre os diferentes organismos para que a participação cívica fosse possível. (TRA-II-01, Fem., arqueóloga).

Figura 7.54.
Participação no processo de decisão.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA	AFLUÊNCIA DE VISITANTES COMO SOLUÇÃO PARA A ECONOMIA LOCAL	
QUESTÃO	B2 AFLUÊNCIA DE VISITANTES, GERADA PELO CASTELO, COMO SOLUÇÃO	B4 IMPACTO DA AFLUÊNCIA DE VISITANTES NA VIDA QUOTIDIANA E QUALIDADE DE VIDA
HABITANTES	SIM	Tem sido mínimo mas é óbvio que ajuda. (TRA-I-01, Fem., 30-40, técnica de turismo).
	SIM	Sim, se não fosse o turismo e a promoção do mesmo o castelo, assim como outros monumentos, passariam despercebidos. (TRA-I-02, Fem., 40-50, auxiliar de serviços gerais).
	NÃO	Considero que tem beneficiado os turistas e marginalmente a economia. No entanto a imagem guardada é muito favorável. (TRA-I-03, Mas., 30-40, bibliotecário).
TÉCNICO/ ENTIDADE	Obs.: Depende do tipo de turismo e da forma como é gerida a atractividade do local perante diferentes públicos, visitar um local (bem como o número de visitantes) não tem ainda reflexos reais na melhoria do comércio e riqueza. (TRA-II-01, Fem., arqueóloga).	Não. (TRA-II-01, Fem., arqueóloga).

Figura 7.55.
Afluência de visitantes como solução para a economia local.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA CASTELO COMO FACTOR GERADOR			
QUESTÃO	B1 IMPORTÂNCIA DA DIVULGAÇÃO DO CASTELO PARA A ECONOMIA LOCAL	B3 IMPACTO DA INTERVENÇÃO NO CASTELO NA ECONOMIA LOCAL	C7 IMPACTO DA INTERVENÇÃO ALÉM DO COMÉRCIO
HABITANTES	Trazendo um maior número de visitantes à cidade. (TRA-I-01, Fem., 30-40, técnica de turismo).	Tem gerado maior número de visitantes. (TRA-I-01, Fem., 30-40, técnica de turismo).	
	As pessoas que vêm visitá-lo aproveitam a ida ao comércio tradicional, embora esse mesmo comércio esteja em vias de extinção devido às grandes superfícies. (TRA-I-02, Fem., 40-50, auxiliar de serviços gerais).	O castelo é uma mais-valia para a cidade de Trancoso, portanto quem vem acaba por fazer compras no centro da cidade. (TRA-I-02, Fem., 40-50, auxiliar de serviços gerais).	
	Julgo que tem um papel muito pequeno, pois a visita ao castelo demora 5 minutos, Para além do monumento pouco mais oferece ao turista (TRA-I-03, Mas., 30-40, bibliotecário).	O impacto não é grande, no entanto a imagem passado ao turista actual é muito mais favorável que antes da intervenção. (TRA-I-03, Mas., 30-40, bibliotecário).	
TÉCNICO/ ENTIDADE	Qualquer turista tem interesse em visitar o castelo, no entanto há falta de estratégias em atrair diversos tipos de turismo e responder aos interesses desses mesmos grupos – o turismo, actualmente, não tem qualquer impacto no comércio e economia locais. O comércio actual continua a ser conservador e não adere a novas iniciativas, teria portanto de haver uma estratégia que englobasse todos estes aspectos. (TRA-II-01, Fem., arqueóloga).	A intervenção é muito recente, as obras terminaram em 2010, e não há ainda dados que possam dar uma perspectiva sobre essa questão. No entanto, após a intervenção têm sido recolhidos dados sobre o número de visitantes, proveniência, etc. Até ao momento os dados mostram em grande percentagem que existe sobretudo turismo nacional, e poderá ser um indicador para uma futura estratégia. Antes da intervenção não existem dados, o que torna difícil uma comparação do período antes e depois da intervenção. (TRA-II-01, Fem., arqueóloga).	NÃO Não aplicável.

Figura 7.56.
Castelo como factor gerador.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA	FACTOS ASSOCIADOS AO CASTELO		
TÓPICO	HISTÓRICOS/OUTROS		
QUESTÃO	A1 IMPORTÂNCIA NA HISTÓRIA NACIONAL	A2 CONHECIMENTO DA HISTÓRIA DO CASTELO	A3 IMPORTÂNCIA DO CASTELO NO TERRITÓRIO
HABITANTES	SIM	SIM O primeiro facto documentado do castelo data do século X, no testamento de D. Flâmula, porém estudos recentes provam que é muito mais antigo. A capela de Santa Bárbara, o teatro de Santa Bárbara. (TRA-I-01, Fem., 30-40, técnica de turismo).	Sim. A primeira Carta de foral contribuiu para o repovoamento, a segunda carta de foral para a recolha de rendas e direitos. A feira franca contribuiu para uma intensa actividade comercial, mantendo-se até aos dias de hoje (mercado semanal às sextas-feiras), tendo também ligação com a forte concentração judaica. (TRA-I-01, Fem., 30-40, técnica de turismo).
	SIM	SIM Conheço a história de João Tição, uma lenda sobre um jovem guerreiro. (TRA-I-02, Fem., 40-50, auxiliar de serviços gerais).	A resposta não se adequa a esta questão.
	SIM	SIM O roubo da bandeira dos mouros por João Tição e posterior lançamento para lá das muralhas do castelo, para enfraquecer as forças dos muçulmanos. (TRA-I-03, Mas., 30-40, bibliotecário).	Sim. Marco do poder local, como praça forte e defesa da fronteira portuguesa. (TRA-I-03, Mas., 30-40, bibliotecário).
TÉCNICO/ ENTIDADE			Sim, a fortificação foi o motor de desenvolvimento, tal como depois as vias que ligam outras localidades, a questão geográfica de Trancoso é muito importante para o desenvolvimento da localidade. (TRA-II-01, Fem., arqueóloga).

Figura 7.57.
Factos associados ao castelo.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA	RECONHECIMENTO DE VALOR <i>PATRIMONIAL</i>			
TÓPICO	PESSOAL/COMUNIDADE			
QUESTÃO	A4 ATRIBUIÇÃO DE VALOR <i>PATRIMONIAL</i>	A5 VALORIZAÇÃO DO CASTELO PELA COMUNIDADE	D5 IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DO <i>PATRIMÔNIO</i> PARA AS GERAÇÕES FUTURAS	
HABITANTES	SIM	NÃO Não se dá valor ao património existente. A prová-lo está a má preservação e valorização do mesmo (TRA-I-01, Fem., 30-40, técnica de turismo).	SIM	Tanto a nível cultural como pessoal. (TRA-I-01, Fem., 30-40, técnica de turismo).
	SIM	SIM Acho que sim, as pessoas sabem que o castelo em tempos foi muito importante nas grandes batalhas que se travaram, portanto hoje em dia é o tesouro e relíquia da cidade e os habitantes têm consciência disso. (TRA-I-02, Fem., 40-50, auxiliar de serviços gerais).	SIM	Sim, claro que queremos deixar o nosso testemunho aos nossos jovens, de que preservar o património será bom para eles, temos a obrigação de revelar e dar a conhecer a história da nossa cidade. (TRA-I-02, Fem., 40-50, auxiliar de serviços gerais).
	SIM	NÃO Desinteresse (TRA-I-03, Mas., 30-40, bibliotecário).	SIM	Conhecer o passado é cimentar relações com o futuro. (TRA-I-03, Mas., 30-40, bibliotecário).
TÉCNICO/ ENTIDADE		SIM Existe, por exemplo, interesse da população em saber o que está a ser feito nas escavações arqueológicas no castelo. (TRA-II-01, Fem., arqueóloga).		

Figura 7.58.
Reconhecimento de valor *patrimonial*.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA	RECONHECIMENTO DE VALOR <i>PATRIMONIAL</i>				
TÓPICO	PARTICIPAÇÃO NA DIVULGAÇÃO DO CASTELO				
QUESTÃO	C3 PARTICIPAÇÃO DOS HABITANTES NA DIVULGAÇÃO DO CASTELO		C3.1. EXISTÊNCIA DE IMPACTO DESSE CONTRIBUTO	C4 CONTRIBUTO PESSOAL	C4.1. SE NÃO, DEVERIA DAR?/QUAL
HABITANTES	SIM	Talvez haja divulgação, referindo o castelo a amigos e familiares. (TRA-I-01, Fem., 30-40, técnica de turismo).	SIM. Tem havido um acréscimo de visitantes. (TRA-I-01, Fem., 30-40, técnica de turismo).	SIM. Fazer parte integrante de uma visita, bem como é sempre recomendado como local a visitar. (TRA-I-01, Fem., 30-40, técnica de turismo).	Não aplicável.
	SIM	Quando alguém vem visitar nós indicamos o castelo como principal atracção turística. (TRA-I-02, Fem., 40-50, auxiliar de serviços gerais).	SIM. Houve mais visitantes. (TRA-I-02, Fem., 40-50, auxiliar de serviços gerais).	SIM. Quando falo da cidade noutros locais tento divulgar o património. (TRA-I-02, Fem., 40-50, auxiliar de serviços gerais).	Não aplicável.
	NÃO	Não aplicável.	Não aplicável.	SIM. As actividades do Centro Cultural onde trabalho têm promovido periodicamente actividades que contemplem o conhecimento e a visita ao local. (TRA-I-03, Mas., 30-40, bibliotecário).	Não aplicável.
TÉCNICO/ ENTIDADE	NÃO	Não aplicável.	Não aplicável.		

Figura 7.59.
Participação na divulgação do castelo.
Tabela da autora.

PARTE II ■ ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS

Categoria I | Contexto/comunidade vs. Autoria/projecto de arquitectura

No caso da intervenção do castelo de Trancoso, o programa apresenta um uso cultural, com volumes destinados à recepção de visitantes e fruição pública no espaço intramuros, bem como um espaço onde é possível a realização de eventos, de forma a constituir-se como um espaço urbano. Desta forma, a intervenção está destinada sobretudo aos visitantes, ou pessoas exteriores à comunidade, apresentando no entanto, alguma flexibilidade para permitir actividades relacionadas com a comunidade, se bem que se poderá subentender que essas mesmas actividades poderão igualmente ser motivo para uma maior afluência de visitas. No conceito de intervenção é referido que a mesma foi concebida como uma “instalação”, sendo que o autor entendeu assim a questão da *contemporaneidade* da intervenção. O mesmo refere igualmente que a intervenção assume uma “postura subtil” que visa a estrita consolidação e fruição da estrutura existente.

No entanto, na afirmação da contemporaneidade, neste caso, embora com intenção de visar a preservação da estrutura existente, transparece uma criação arquitectónica, e por isso a questão da autoria está presente nesta intervenção pois não existem grandes constrangimentos para a opção formal, principalmente se a mesma se visa num programa estritamente direccionado à fruição pública. Os volumes presentes no espaço, nomeadamente a estrutura que contém o acesso à torre de menagem e o volume cuja cota mais alta se situa acima da cota das ameias, destacam-se da pré-existência, sendo esta suporte de uma intervenção arquitectónica mais do que a tentativa de evidenciar a estrutura existente, onde se questiona se a intenção inicial de uma “postura subtil” resultou.

Analisando as opiniões dos entrevistados sobre a intervenção, todos os entrevistados efectuaram pelo menos uma visita e alguns conhecem inclusivamente o autor, sendo que neste caso a autoria não é completamente desconhecida embora os entrevistados refiram que os habitantes não participaram no processo da intervenção. As opiniões sobre o funcionamento e a utilidade da intervenção variam, no entanto denota-se que a intervenção teve impacto, positiva ou negativamente. Existem várias referências à torre de menagem, onde se pode entender que a mesma constitui um elemento iconográfico/simbólico para a comunidade, tanto do ponto de vista do técnico/entidade como dos habitantes – por um lado há entrevistados que consideram que a leitura da torre de menagem foi alterada e por outro lado que poderia ter tido outro tipo de intervenção no sentido de uma maior valorização, existindo neste caso uma potencialidade de um resultado diferente se houvesse um compromisso entre os diferentes valores associados. Os materiais utilizados são alvo de crítica, tanto na durabilidade como no contraste com a pré-existência, nomeadamente nas escadas de acesso ao castelo, como refere TRA-I-02. A entrevistada refere ainda que o castelo constitui actualmente apenas um ponto de referência *turístico*, tendo sido um espaço de habitação e por isso reconhecendo uma outra utilidade do espaço, não se sabendo contudo se esse era um uso mais adequado, ou não, na opinião da entrevistada.

No que toca a perspectivas futuras sobre o castelo, a dificuldade de manutenção é uma das preocupações existentes, bem como a gestão que as entidades responsáveis poderão tomar relativamente ao castelo, sendo que TRA-II-01 refere ainda que o castelo poderia ter um papel mais concreto na educação do público e poderia disponibilizar mais informação sobre a investigação efectuada, perspectivando assim um uso que vai para além do uso cultural. Os restantes entrevistados, no que toca a outros usos, referem sobretudo uma maior dinamização de actividades culturais, havendo assim uma vontade de tornar o castelo um espaço que não se cinja apenas para visitas de pessoas exteriores à comunidade.

Relativamente às questões de reversibilidade, nesta intervenção, e devido aos materiais escolhidos, é uma opção presente, onde é possível a distinção entre a obra nova e a pré-existência. Relativamente à opção das escadas que permitem o acesso ao castelo, embora em termos de conceito exista a questão da distinção da estrutura pré-existente, o contraste da forma, da textura e da cor dos materiais utilizados resulta numa distinção que torna a reversibilidade num aspecto negativo, e que não deve assim ser visto como um conceito dogmático, sendo que as escadas, embora reversíveis, para a sua instalação foi destruído parcialmente o afloramento rochoso que existia na entrada do castelo, e que terá alterado a imagem do mesmo para alguns dos habitantes, como se pode verificar na resposta de TRA-I-02. A escolha formal dos volumes presentes da intervenção, como se referiu anteriormente, acaba por colocar em evidência as questões da autoria mais do que uma intenção de discrição relativamente à pré-existência através do carácter reversível das intervenções.

No caso da *interpretação*, visto que as comunidades não participaram no processo de decisão, a mensagem criada é baseada nos valores intrínsecos do monumento, sendo que essa mensagem é apresentada através de painéis informativos existentes no local, bem como o observatório virtual ou a informação presente no espaço de recepção ao público, onde os volumes presentes no local acabam por se assumir também como parte dessa mensagem, pois a autoria e as características da intervenção são, igualmente que a pré-existência, um factor que pode originar interesse, por parte do público, para uma visita ao castelo. De salientar neste caso a estrutura que contém o acesso à torre de menagem que, embora não seja encontrado no conceito da intervenção essa referência, de forma intuitiva evoca uma *bastida*, uma torre de assalto ao castelo, geralmente através do exterior das muralhas, e não na torre de menagem, podendo conduzir a uma diferente leitura.

Ainda relativamente à participação no processo de intervenção, embora não tenha havido participação no processo de decisão, como referido anteriormente, todos os entrevistados consideram uma participação cívica importante, na medida em que a mesma pode contribuir para uma melhor preservação e valorização, sendo que TRA-II-01 refere no entanto que embora seja importante essa participação não existem estratégias para que fosse possível uma participação de vários organismos e da própria população, e que poderá ser uma questão a considerar e a tornar possível ser operativa, segundo as novas problemáticas que têm surgido no âmbito dos vários significados do *património*.

Categoria analítica II | **Contexto/comunidade vs. Expectativa económica**

Sendo que a intervenção se insere PRAHP, e por isso integrado num projecto que pretende uma revitalização da localidade, a questão da perspectiva económica da intervenção pode não ser tão significativa como em outros estudos de caso em que não existem programas de intervenção mais abrangentes. Desta forma, no conceito não é feita referência neste sentido, embora esteja sempre implícito que a intenção de uma valorização de um monumento poderá trazer visitantes e consequentemente um impacto no comércio e economia locais.

Segundo a opinião dos entrevistados, o impacto da intervenção do castelo é pouco significativo, embora refiram que a intervenção potencia um maior número de visitas. De salientar a resposta de TRA-II-01, em que os dados recolhidos após a intervenção podem dar indicadores concretos dos tipos de público que vêm visitar o castelo e daí resultarem diferentes estratégias no sentido da permanência e da criação de riqueza para a comunidade, sendo que em termos comparativos não é possível ver o impacto da intervenção por não haverem dados antes da mesma. Esta ideia está presente também nas respostas sobre a importância da divulgação do castelo para o comércio e economia locais, em que se pode verificar que existem desajustamentos entre a previsão do impacto que uma intervenção *patrimonial* pode gerar num determinado contexto e entre as características desse mesmo contexto em termos de comércio e economia, mostrando de facto que uma intervenção *patrimonial* vai para além das questões da arquitectura, dependendo de diversos factores e que deveriam de ser pensados. Os entrevistados referem assim que a afluência de visitantes poderá constituir uma solução para o comércio e economia locais, mas actualmente não tem tido impacto, provavelmente devido às características socioeconómicas da localidade.

Categoria analítica III | **Valores associados vs. Valores intrínsecos**

O castelo é classificado como Monumento Nacional, de grau 2, não apresentando assim, segundo a sua classificação, características excepcionais quanto ao valor histórico-artístico, mas todos os entrevistados reconhecem valor *patrimonial* ao mesmo. No entanto, no que toca à opinião sobre o reconhecimento de valor *patrimonial* por parte dos habitantes as respostas mostram diferentes conclusões. Alguns dos entrevistados referem que o *património* não é valorizado como tal, traduzindo-se em desinteresse e falta de preservação, ao contrário de outros habitantes, que reconhecem que o castelo é um elemento iconográfico pela sua antiguidade e que daí advém a valorização. É referido ainda que há inclusivamente habitantes que mostram interesse em conhecer os resultados das escavações arqueológicas. Neste caso, pode haver indicações de que, numa mesma comunidade, pode haver várias *identidades*.

Quanto a esses mesmos valores, embora todos os entrevistados considerem que o

castelo foi importante no contexto da história nacional, o conhecimento sobre a história do castelo revela factos de diversas ordens, salientando-se que dois entrevistados referem factos relativos ao imaginário popular, sobre lendas que são atribuídas ao castelo, um castelo que pertenceu aos *mouros*, reconhecendo-se, implicitamente, a atribuição de antiguidade ao mesmo. De salientar ainda que um dos entrevistados não refere apenas factos relacionados com a construção do castelo ou o período medieval. A referência ao teatro de Santa Bárbara, um teatro do século XIX que existiu no espaço intramuros demonstra que o castelo pode fazer parte de uma *identidade* colectiva por várias razões.

O castelo é considerado pelos habitantes como um dos factores para o desenvolvimento do território, salientando-se a resposta de TRA-I-01, onde é referido a contribuição da feira franca para o desenvolvimento da actividade comercial da localidade e que ainda se mantém como mercado semanal, facto que devia ser considerado *património*, pela preservação e transmissão entre gerações durante um período de tempo muito considerável, e que acontece à margem de uma visão tradicional sobre o *património*, como se verificou no capítulo 5, ou de uma visão mais global sobre o território, de que depende necessariamente o castelo.

Desta forma, e relativamente à preservação do *património* para as gerações futuras, todos os entrevistados considerem relevante, embora apenas um dos entrevistados faça referência ao contexto da localidade, sendo que nas restantes resposta o conceito de *gerações futuras* é vago.

Quanto ao contributo da comunidade para a divulgação do castelo, alguns entrevistados responderam negativamente, talvez pelo facto de acima se verificar que alguns habitantes poderão não reconhecer valor *patrimonial* ao castelo. Nas respostas dos habitantes que responderam positivamente, o impacto desse contributo traduz-se em mais visitas ao castelo.

ESTUDO DE CASO | CELORICO DA BEIRA

PARTE I ■ ENQUADRAMENTO

ENQUADRAMENTO DA POVOAÇÃO	
LOCALIZAÇÃO	Região da Beira, Beira Alta, Guarda, Celorico da Beira.
ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO	A vila de Celorico da Beira situa-se na região do Alto Mondego, na vertente norte do maciço montanhoso da Serra da Estrela, implantada a uma cota de 500 m, numa zona de depressão do vale do Mondego. Celorico da Beira situa-se ainda na antiga “Estrada da Beira”, via que permitia chegar a Coimbra e depois a Lisboa.
ENQUADRAMENTO HISTÓRICO	Celorico constituiu um ponto estratégico de vanguarda defensiva relativamente a Coimbra, tendo recebido carta de foral em 1157 e 1169 por D. Afonso Henriques, sendo construído o castelo no mesmo século. A carta de foral é confirmada posteriormente por D. Afonso II, em 1217. Celorico da Beira foi alvo de diversos cercos, num contexto de guerra civil, entre D. Afonso II e D. Sancho II e posteriormente entre D. Dinis e D. Afonso IV. No reinado de D. Dinis é instituída uma feira, em 1287. Mais tarde, em 1512, D. Manuel I atribui nova carta de foral e eleva Celorico da Beira a vila. Já no século XVIII volta a ser alvo de um cerco por parte dos espanhóis, na guerra dos Sete Anos.
POPULAÇÃO EM 1911	3161 Habitantes.
POPULAÇÃO EM 2011	2278 Habitantes.
CARACTERÍSTICAS PARTICULARES	-
ENQUADRAMENTO DO CASTELO	
PROTECÇÃO/CLASSIFICAÇÃO	Monumento Nacional
ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO	Séculos XII; XIII, XIV e XVI.
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO	Raia Defensiva da Beira – o castelo de Celorico da Beira, juntamente com os castelos de Trancoso, Guarda, Pinhel e Linhares, fazia parte da linha defensiva da “Estrada da Beira”.
GRAU	1
CONSERVAÇÃO	Em bom estado de conservação, embora a muralha esteja em ruínas, mas consolidada.
AFECÇÃO	Direcção Regional da Cultura do Centro (estatal).
CARACTERÍSTICAS PARTICULARES	O castelo apresenta planta aproximadamente circular, mas de desenho irregular, sendo constituído por três torres, sendo duas delas situadas em ângulos formados pela muralha. Relativamente a estas torres, a torre que se situa mais a poente apresenta planta quadrangular e a outra torre existente apresenta planta trapezoidal. A torre situada sensivelmente a nordeste, que actualmente se designa torre de menagem, apresenta planta rectangular e possui actualmente cinco pisos. A muralha apresenta apenas o adarve e as escadas de acesso ao mesmo, sendo constituída por duas portas, situadas a nascente e poente. No centro do espaço intramuros existe um grande afloramento rochoso.
USO(S) ANTES DA INTERVENÇÃO	-
PRINCIPAIS INTERVENÇÕES REALIZADAS ANTES DA INTERVENÇÃO EM ESTUDO	1936 - autorização de trabalhos de modificação nos depósitos de água junto ao castelo; 1939 /1940/1941 – reconstrução e consolidação de paredes de alvenaria, reparação e substituição de cantarias, construção de ameias, escavação de terras, execução da estrutura e colocação de telha da cobertura; 1972/ 1973 – limpeza e regularização do terreno intramuros, rectificação das escadas de acesso à porta principal do castelo, construção do pavimento de um piso na torre de menagem, consolidação da cobertura e rectificação das escadas de acesso à torre de menagem, consolidação do adarves; 1996/1997/1998/1999/2000/2001 – obras de valorização e escavações arqueológicas.
OBSERVAÇÕES	Terá existido uma torre de menagem, sendo incerta a sua localização, que tanto poderá ter sido no afloramento rochoso existente como em algum ponto da actual muralha existente.

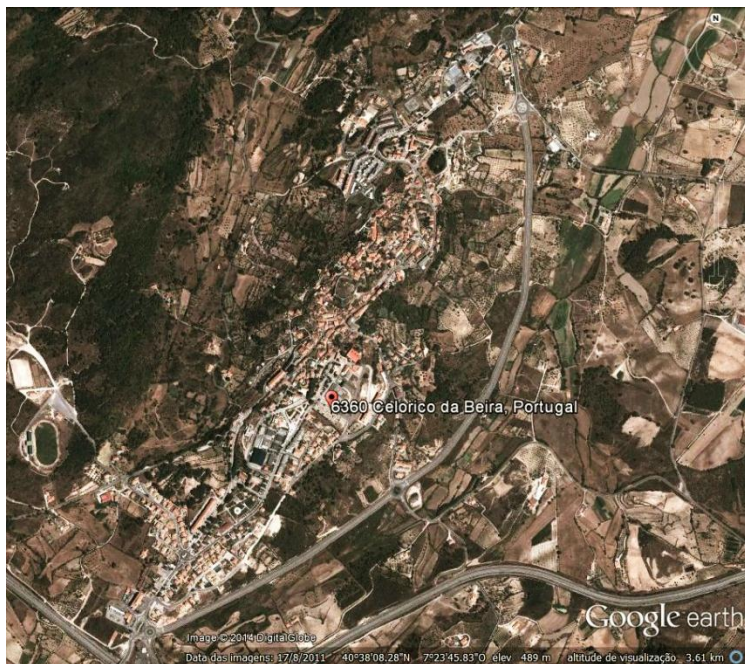


Figura 7.60.

Vista aérea de Celorico da Beira, 2014.



Figura 7.61.

Localização de Celorico da Beira.
(assinalada a vermelho).
Gráfico da autora.



Figura 7.62.

Castelo durante a intervenção da DGEMN, s/d.
M.A.



Figura 7.63.

Castelo durante a intervenção da DGEMN, s/d..
Autor desconhecido.



Figura 7.64.

Castelo, s/d.
Autor desconhecido.



Figura 7.65.

Vista aérea do castelo, s/d.
Autor desconhecido.

ENQUADRAMENTO E DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

AUTORIA	Arquitecto Ivo Borrego
PROMOTOR	Câmara Municipal de Celorico da Beira
DATA DE PROJECTO	2006
CONCLUSÃO DA OBRA	2008
CONCEITO(S)	Com a intervenção foi pretendido criar um espaço dinâmico e com carácter pedagógico. Os circuitos, constituídos por grelhas metálicas, foram desenhados de forma a indicar o percurso de visita que, não estando fechados, possibilitam a visita noutros locais do espaço intramuros. Com o anfiteatro existente pretende-se que o mesmo possibilite a realização de vários eventos ao ar livre dentro do castelo. A sala de conferências foi desenhada de forma a dar apoio a grupos de visitantes que pretendem esclarecimentos quanto à história do castelo. No interior da torre de menagem foram colocados diversos sistemas de plataformas tecnológicas para captar a atenção dos visitantes.
PROGRAMA	O programa constitui-se por duas partes principais: a intervenção no espaço intramuros e na torre de menagem (1). No espaço intramuros existe um circuito de visita (2), colocado em diferentes cotas, que circunda o afloramento rochoso existente. Nesse circuito encontram-se instalados painéis informativos amovíveis, com informação específica sobre o castelo. Através ainda deste mesmo circuito pode-se aceder ao anfiteatro (3) e respectivo palco (4), implantados, no local da figura 7.62, onde foram construídas na década de 30 do século XX umas cisternas. O acesso à torre de menagem é feito através de escadas reversíveis. No interior da torre existem cinco pisos, considerando-se o piso que se situa na cota da entrada à torre o piso 1. Neste piso (1.3) encontra-se então um espaço expositivo sobre os achados arqueológicos encontrados no castelo, onde trabalha diariamente um funcionário. No piso 0 (1.2) encontra-se um pequeno auditório e no piso -1 (1.1) um espaço de arrumos. Desta forma, através do piso 1 acede-se ao piso 2, onde está instalado um centro de documentação (1.4) com pé-direito duplo, até à cobertura, estando esta à mesma cota da cota superior das ameias. Através de um acesso vertical pode-se aceder a uma plataforma tecnológica com informação específica sobre o castelo, situada no piso 3 (1.5). Neste mesmo piso encontra-se um vão que dá acesso ao adarve da torre de menagem, embora não tenha estrutura de protecção.
MATERIAIS UTILIZADOS	O circuito de visita é constituído por grelhas metálicas com perfuração de 0,02x0,02 m. O anfiteatro é construído com estrutura metálica e revestido a madeira, tal como o palco. As escadas de acesso à torre de menagem são também constituídas por estrutura metálica. O pavimento dos pisos existentes na torre de menagem é constituído por madeira com fixação numa estrutura metálica. Nas seteiras existentes na torre de menagem foram colocadas caixilharias metálicas. A nova cobertura é constituída por estrutura metálica e integralmente revestida a vidro.
JUSTIFICAÇÃO PARA INTERVENÇÃO NO CASTELO	Principalmente a vontade política de concretizar a intervenção, e os fundos comunitários que tornaram possível a mesma. (CEL-II-01, Mas., 30-40, Arqueólogo).
OBSERVAÇÕES	No verão é desconfortável a permanência no último piso devido ao sobreaquecimento provocado pela incidência da luz solar através da estrutura de vidro. A claridade não permite visualizar a informação na plataforma tecnológica que se situa nesse mesmo piso. O adarve da muralha não possui estruturas de protecção.



Figura 7.66.
Vista panorâmica do espaço intramuros, 2013.
Fotografia da autora.

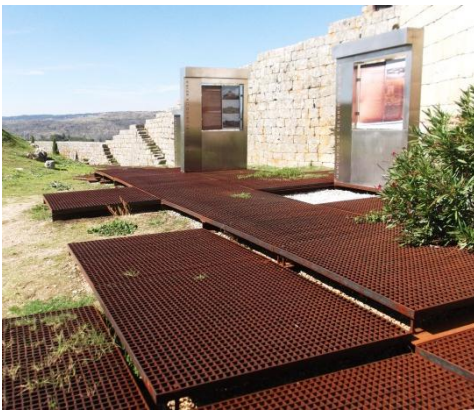


Figura 7.67.
Passadiços e painéis informativos no espaço intramuros,
2013.
Fotografia da autora.



Figura 7.68.
Vista da entrada da torre de menagem, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 7.70.
Torre de menagem, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 7.69.
Vestígios arqueológicos em exposição, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 7.71.
Plataforma tecnológica, 2013.
Fotografia da autora.

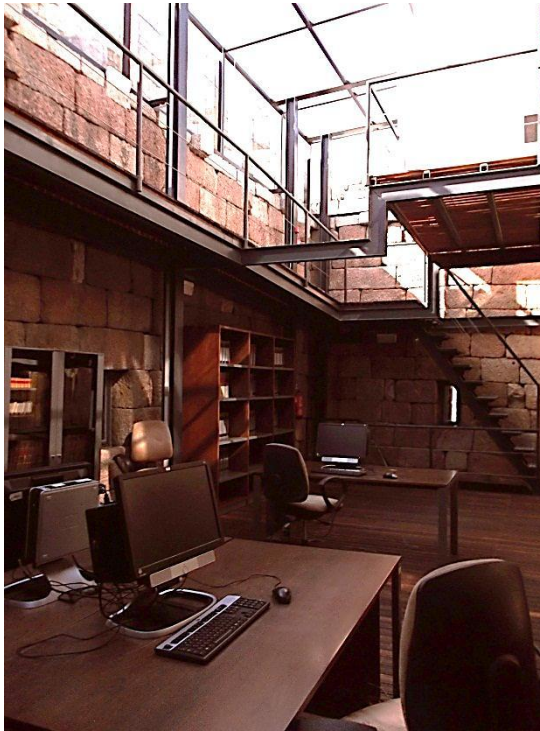


Figura 7.72.
Centro de documentação no Piso 2, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 7.73.
Vão de acesso ao adarve da torre de menagem, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 7.74.
Plataforma tecnológica, 2013.
Fotografia da autora.

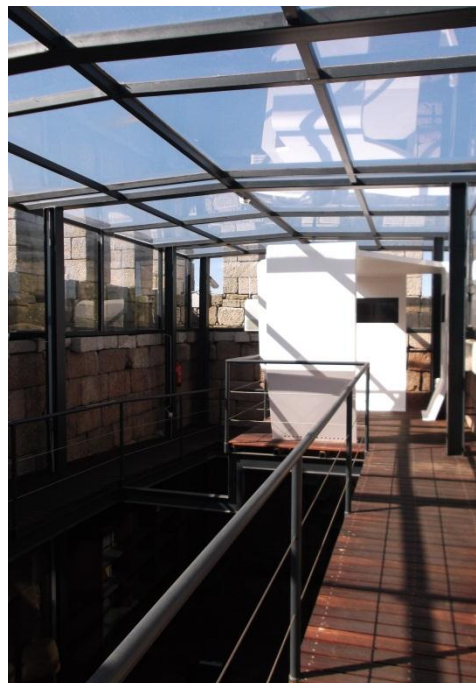


Figura 7.75.
Piso 3, 2013.
Fotografia da autora.

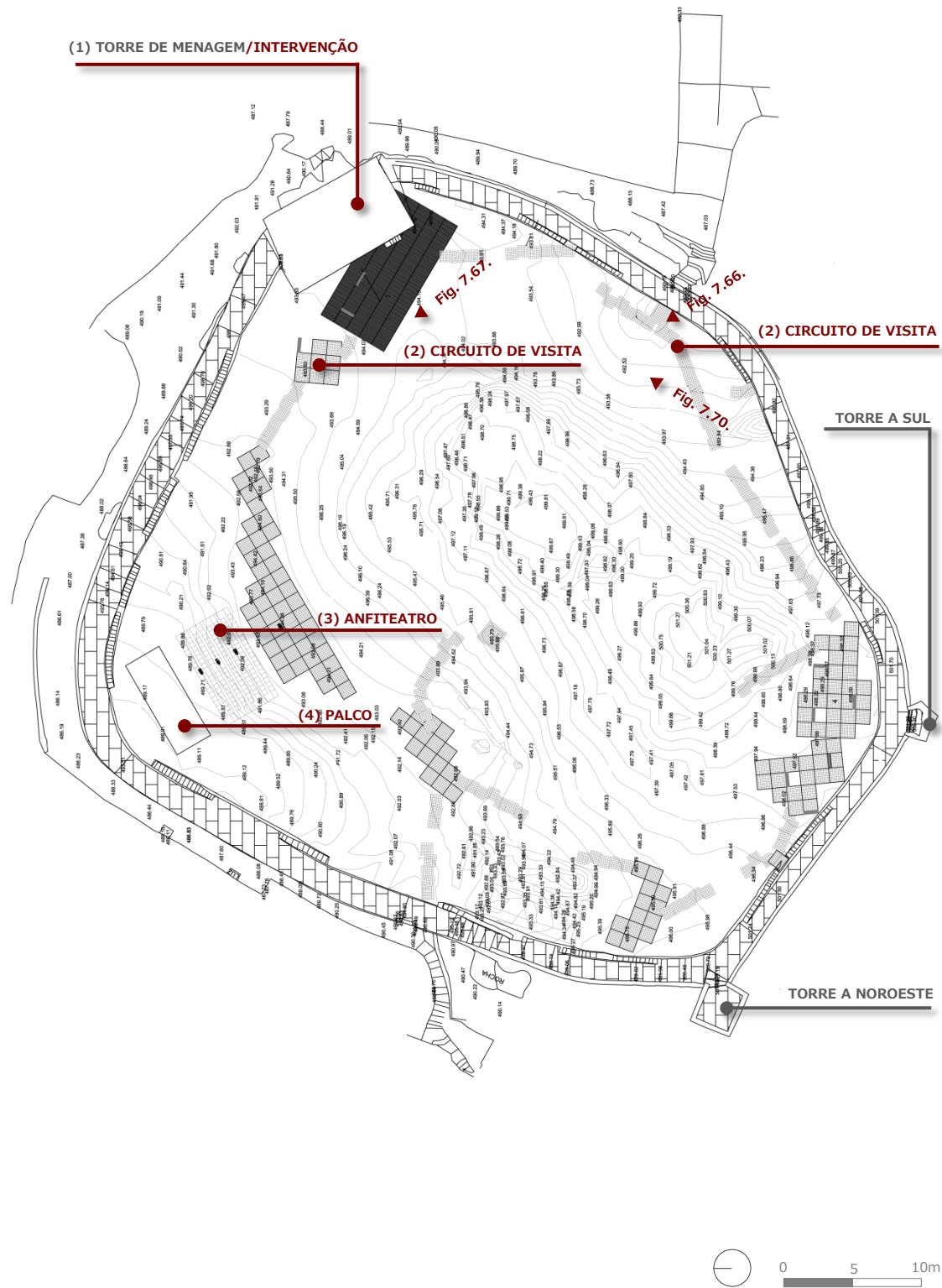


Figura 7.76.
Planta de implantação.
Adaptado pela autora.

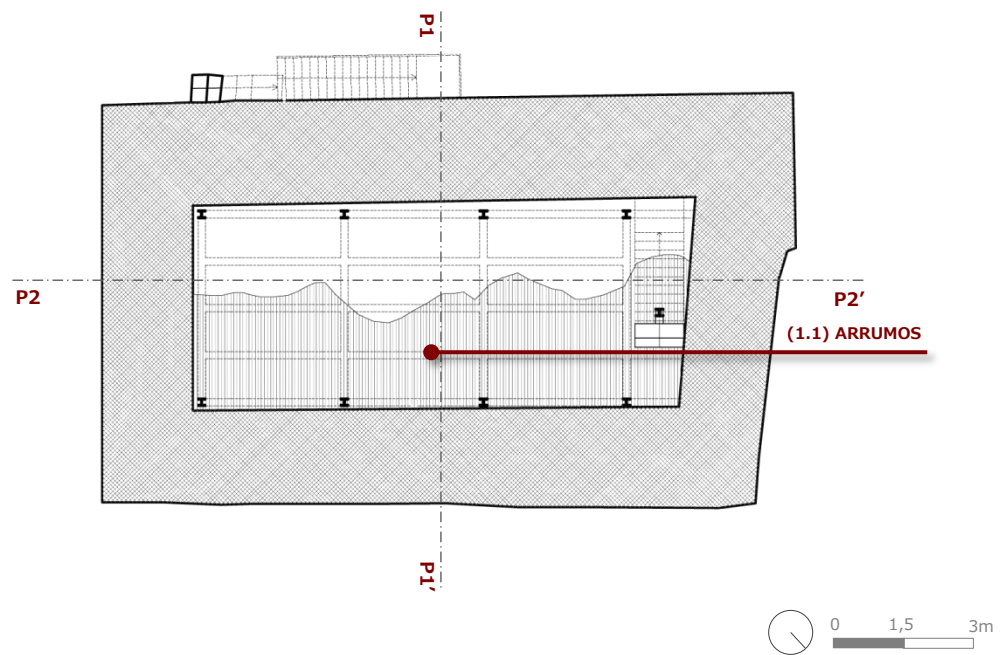


Figura 7.77.

Planta do Piso -1.

Adaptado pela autora.

Nota: o perfil 2, identificado neste documento, encontra-se em anexo.

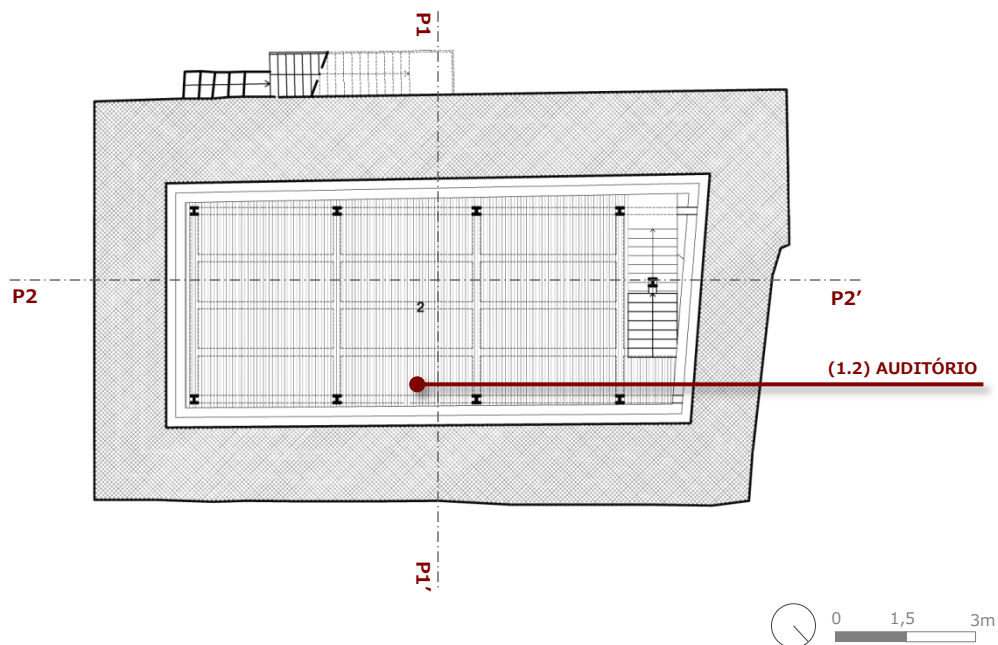


Figura 7.78.

Planta do Piso 0.

Adaptado pela autora.

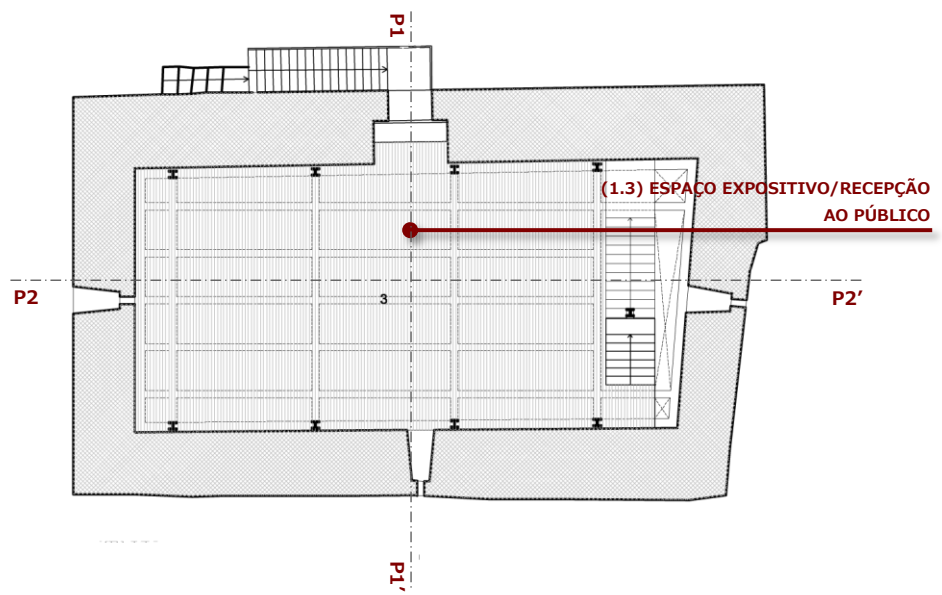


Figura 7.79.
Planta do Piso 1.
Adaptado pela autora.

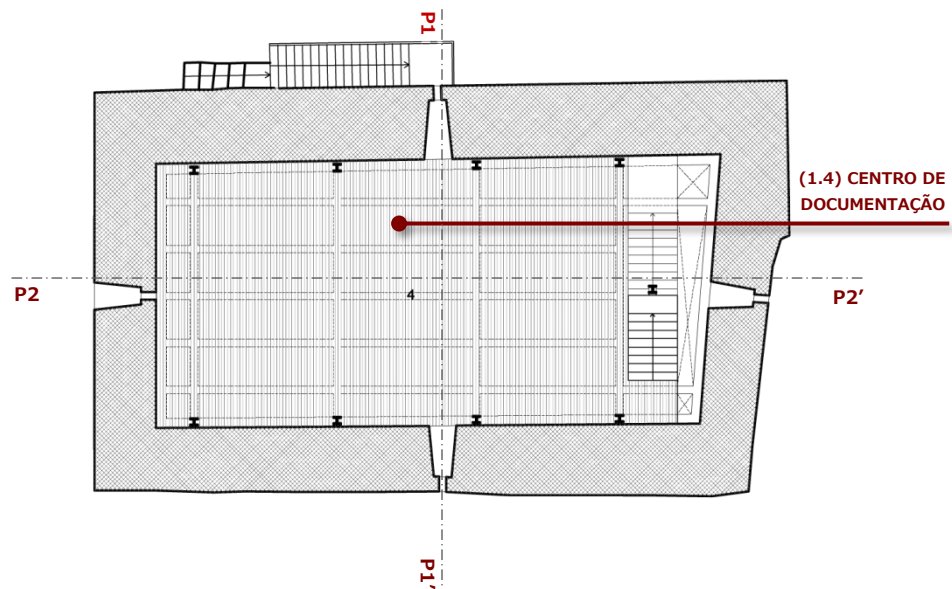


Figura 7.80.
Planta do Piso 2.
Adaptado pela autora.

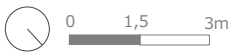
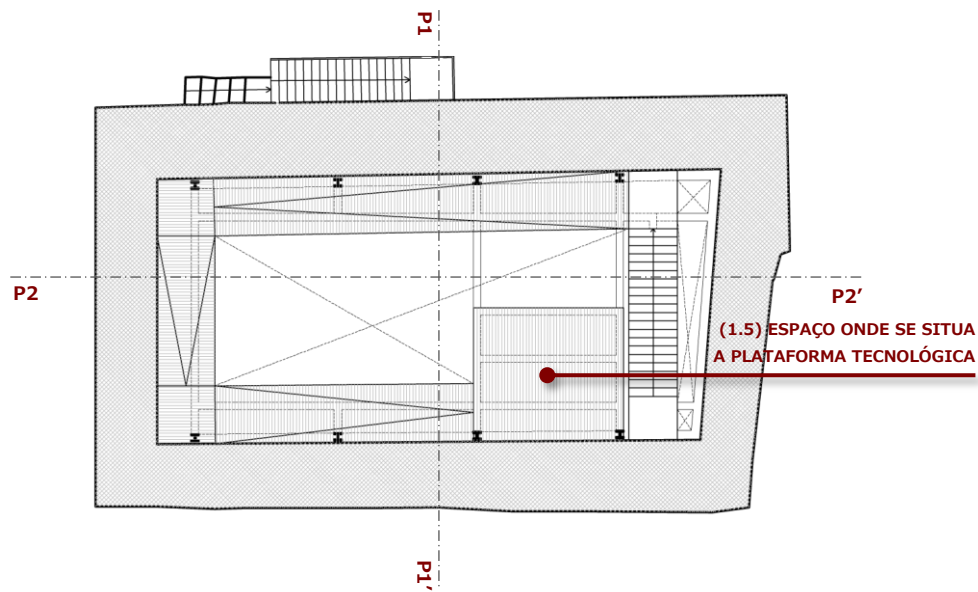


Figura 7.81.
Planta do Piso 3.
Adaptado pela autora.

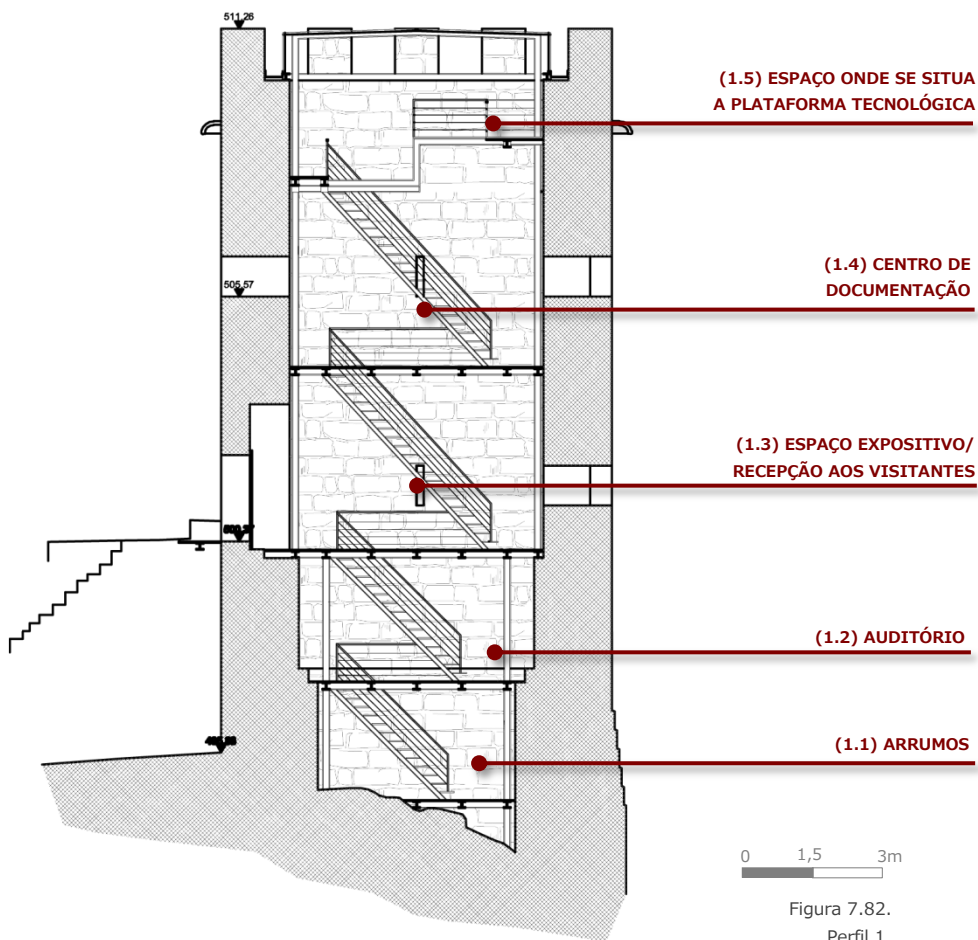


Figura 7.82.
Perfil 1.
Adaptado pela autora.

INFORMAÇÃO OBTIDA ATRAVÉS DAS ENTREVISTAS				
SUBCATEGORIA	USO(S) DO CASTELO			
TÓPICO	OPINIÃO SOBRE A INTERVENÇÃO			
QUESTÃO	D1 VISITA À INTERVENÇÃO	D2 CONHECIMENTO DA AUTORIA DO PROJECTO OU OUTRO FACTO	D3 OPINIÃO SOBRE A FUNCIONALIDADE/ UTILIDADE DA INTERVENÇÃO	D4 IMPACTO DA INTERVENÇÃO NA IMAGEM DO CASTELO
HABITANTES	SIM	NÃO	Eu considero que funciona, gosto da intervenção. (CEL-I-01, Fem., 60-70, comerciante).	Alterou bem, agora as pessoas já podem visitar o castelo, têm acesso. (CEL-I-01, Fem., 60-70, comerciante).
	SIM	NÃO	É bonita, de facto, mas o hábito da gente lá ir ou ver coisas, não vejo. (CEL-I-02, Fem., 70-80, comerciante).	O castelo está igual, iluminado, mantém a mesma imagem. Mas foi feita uma obra na vila, no início do acesso à vila, uns blocos habitacionais, foi uma aberração, taparam o castelo, quando as pessoas chegam à vila não o conseguem ver. (CEL-I-02, Fem., 70-80, comerciante).
	SIM	NÃO	A entrevistada não respondeu. (CEL-I-03, Fem., 50-60, técnica de turismo).	A entrevistada não respondeu. (CEL-I-03, Fem., 50-60, técnica de turismo).
	SIM	NÃO	A intervenção foi útil pois alargou o número de turistas na vila. (CEL-I-04, Fem., 20-30, balconista).	A imagem geral do castelo mantém-se, apenas o interior se tornou mais interessante. (CEL-I-04, Fem., 20-30, balconista).
TÉCNICO/ ENTIDADE			Na minha opinião funciona. Revalorizou um espaço que não tinha qualquer uso e utilidade. (CEL-II-01, Mas., 30-40, arqueólogo).	Não, a intervenção não alterou a imagem e memória do castelo. (CEL-II-01, Mas., 30-40, arqueólogo).

Figura 7.83.
Opinião sobre a intervenção.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA	USO(S) DO CASTELO	
TÓPICO	PROPOSTOS COMO ALTERNATIVA	
QUESTÃO	C5 PERSPECTIVAS FUTURAS PARA O CASTELO	D6 OUTRO USO PARA O CASTELO
HABITANTES	Deviam continuar a deixá-lo aberto, se o castelo fecha ficamos sem nada. É muito importante que o castelo esteja aberto para visitar. (CEL-I-01, Fem., 60-70, comerciante).	Acho que o castelo está bem assim, com a nova intervenção. (CEL-I-01, Fem., 60-70, comerciante).
	Não encontro entusiasmo e não se fazem lá coisas para dinamizar o castelo. E não creio que seja e será necessário um funcionário a tempo inteiro a trabalhar no castelo. (CEL-I-02, Fem., 70-80, comerciante).	Não, é para o que lá está, para visitas. Não tem muitas condições para colocar palcos e fazer uns concertos. (CEL-I-02, Fem., 70-80, comerciante).
	Devido à crise acho difícil a sua manutenção. (CEL-I-03, Fem., 50-60, técnica de turismo).	O uso a nível cultural. (CEL-I-03, Fem., 50-60, técnica de turismo).
	Talvez o castelo mantenha a sua importância devido à necessidade que os reformados sentem em passear e assim conhecer novos locais culturais. (CEL-I-04, Fem., 20-30, balconista).	Na minha opinião não há um outro uso que se pode dar além daquele que o castelo já tem. (CEL-I-04, Fem., 20-30, balconista).
TÉCNICO/ ENTIDADE	Não penso que haja alterações, a manutenção está a cargo da câmara municipal e prevejo que continue a haver um esforço por parte da câmara municipal para continuar com a manutenção. (CEL-II-01, Mas., 30-40, arqueólogo).	Concordo com a intervenção, visou o uso cultural e turístico do castelo. (CEL-II-01, Mas., 30-40, arqueólogo).

Figura 7.84.
Usos propostos como alternativa.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA	PARTICIPAÇÃO		
TÓPICO	NO PROCESSO DE DECISÃO		
QUESTÃO	C1 PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE DECISÃO	C2 IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO CÍVICA NO PROCESSO DE DECISÃO	
HABITANTES	NÃO	SIM	Eu penso que sim, acho que é bom. (CEL-I-01, Fem., 60-70, comerciante).
	NÃO	SIM	Têm de haver vozes activas, e em tempos mais antigos isso notava-se mais, as pessoas eram mais intervenientes, mesmo nas obras cá da terra. (CEL-I-02, Fem., 70-80, comerciante).
	NÃO SABE	NÃO	Penso que compete às autoridades e entidades relacionadas com o património nacional. (CEL-I-03, Fem., 50-60, técnica de turismo).
	NÃO	SIM	É importante saber a opinião dos habitantes que de certa forma têm algum interesse na cultura e evolução da terra. (CEL-I-04, Fem., 20-30, balconista).
TÉCNICO/ ENTIDADE	NÃO. Obs.: Depois da inauguração houve muitos visitantes a visitar o castelo. (CEL-II-01, Mas., 30-40, arqueólogo).	SIM	O entrevistado não respondeu. (CEL-II-01, Mas., 30-40, arqueólogo).

Figura 7.85.
Participação no processo de decisão.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA	AFLUÊNCIA DE VISITANTES COMO SOLUÇÃO PARA A ECONOMIA LOCAL	
QUESTÃO	B2 AFLUÊNCIA DE VISITANTES, GERADA PELO CASTELO, COMO SOLUÇÃO	B4 IMPACTO DA AFLUÊNCIA DE VISITANTES NA VIDA QUOTIDIANA E QUALIDADE DE VIDA
HABITANTES	SIM	Não foi bem o castelo, foram as obras para o parque de estacionamento no centro da vila, antes paravam muitos autocarros lá e o comércio era muito favorecido com isso, com muitos turistas que passavam cá. Agora só dá para 2 autocarros e quase ninguém passa cá, e os outros comerciantes também dizem o mesmo. (CEL-I-01, Fem., 60-70, comerciante).
	NÃO	Não, as coisas continuam de forma igual. (CEL-I-02, Fem., 70-80, comerciante).
	SIM	Sim. (CEL-I-03, Fem., 50-60, técnica de turismo).
	SIM	O turismo tem feito com que as mentalidades das pessoas tenham mudado para melhor e que estejam mais atentas e simpáticas quando recebem os turistas. (CEL-I-04, Fem., 20-30, balconista).
TÉCNICO/ ENTIDADE	NÃO	Não existem ainda dados concretos que possam dar uma perspectiva sobre esta questão, mas até ao momento não foi significativo – o turismo existente não foi um motivo suficiente para se notar uma mudança. (CEL-II-01, Mas., 30-40, arqueólogo).

Figura 7.86.
Afluência de visitantes como solução para a economia local.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA CASTELO COMO FACTOR GERADOR			
QUESTÃO	B1 IMPORTÂNCIA DA DIVULGAÇÃO DO CASTELO PARA A ECONOMIA LOCAL	B3 IMPACTO DA INTERVENÇÃO NO CASTELO NA ECONOMIA LOCAL	C7 IMPACTO DA INTERVENÇÃO ALÉM DO COMÉRCIO
HABITANTES	Acho que pode ser bom para os comércios, vem sempre muita gente visitar o castelo durante o ano. (CEL-I-01, Fem., 60-70, comerciante).	Não houve impacto. Antes havia muitos turistas e compravam mais. A intervenção trouxe mais gente mas para o comércio não, por causa da crise. As pessoas agora gostam mais do castelo e até há mais orgulho em dizer às pessoas para irem visitá-lo. (CEL-I-01, Fem., 60-70, comerciante).	
	Foi uma grande vila, com muitos comerciantes mas hoje está estagnada, mesmo com os turistas, ninguém compra nada, são turistas de passagem. (CEL-I-02, Fem., 70-80, comerciante).	Não houve impacto. (CEL-I-02, Fem., 70-80, comerciante).	
	Pode afectar positivamente o turismo e o comércio. (CEL-I-03, Fem., 50-60, técnica de turismo).	Houve mais impacto. (CEL-I-03, Fem., 50-60, técnica de turismo).	
	A presença do castelo tem cativado os turistas e assim tem ajudado os pequenos comércios da vila a lucrar. (CEL-I-04, Fem., 20-30, balconista).	A intervenção no castelo faz chegar à vila bastantes turistas e leva-os sempre a consumir algo dos comércios. (CEL-I-04, Fem., 20-30, balconista).	
TÉCNICO/ ENTIDADE	Pode contribuir na consequente dinamização que o turismo pode gerar. (CEL-II-01, Mas., 30-40, arqueólogo).	Tem sido positivo. Tem conseguido trazer mais visitantes, através da divulgação e da intervenção arquitectónica, bem como de alguns eventos realizados no castelo – já se realizaram 3 feiras medievais até ao momento. (CEL-II-01, Mas., 30-40, arqueólogo).	SIM Na divulgação da própria localidade. (CEL-II-01, Mas., 30-40, arqueólogo).

Figura 7.87.
Castelo como factor gerador.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA	FACTOS ASSOCIADOS AO CASTELO		
TÓPICO	HISTÓRICOS/OUTROS		
QUESTÃO	A1 IMPORTÂNCIA NA HISTÓRIA NACIONAL	A2 CONHECIMENTO DA HISTÓRIA DO CASTELO	A3 IMPORTÂNCIA DO CASTELO NO TERRITÓRIO
HABITANTES	SIM	NÃO Não aplicável.	Sim, o castelo é muito importante e muito antigo. (CEL-I-01, Fem., 60-70, comerciante).
	SIM	SIM Eu nasci e cresci mesmo ao lado do castelo e era eu, quando era criança, que abria o castelo aos turistas, portugueses e estrangeiros, conheço a história e muito bem o castelo e o espaço no interior. (CEL-I-02, Fem., 70-80, comerciante).	Sim, sem qualquer dúvida. (CEL-I-02, Fem., 70-80, comerciante).
	SIM	SIM A lenda do castelo (provavelmente a “Lenda da Truta”) e toda a história a ele associada. (CEL-I-03, Fem., 50-60, técnica de turismo).	Sim, contribuiu para o desenvolvimento da localidade. (CEL-I-03, Fem., 50-60, técnica de turismo).
	SIM	NÃO Não aplicável.	Sim, contribuiu não só para o desenvolvimento cultural da vila como também financeiro. (CEL-I-04, Fem., 20-30, balconista).
TÉCNICO/ ENTIDADE			Sim. O castelo foi a génese do nascimento da localidade. A carta de foral foi posterior à construção do castelo – concedida já depois da fixação da população. (CEL-II-01, Mas., 30-40, arqueólogo).

Figura 7.88.
Factos associados ao castelo.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA	RECONHECIMENTO DE VALOR <i>PATRIMONIAL</i>			
TÓPICO	PESSOAL/COMUNIDADE			
QUESTÃO	A4 ATRIBUIÇÃO DE VALOR <i>PATRIMONIAL</i>	A5 VALORIZAÇÃO DO CASTELO PELA COMUNIDADE	D5 IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DO <i>PATRIMÔNIO</i> PARA AS GERAÇÕES FUTURAS	
HABITANTES	SIM	SIM É uma coisa importante, o castelo. O castelo é muito bom aqui em Celorico senão ficávamos sem nada. (CEL-I-01, Fem., 60-70, comerciante).	SIM	Eu acho importante que se mantenha o património para os mais novos poderem usufruir como nós usufruímos, mas não sei qual será o futuro do castelo e do património. (CEL-I-01, Fem., 60-70, comerciante).
	SIM	NÃO Não lhe dão muito valor. Contudo, depois de a Câmara Municipal ter feito obras no castelo houve comentários dos visitantes a dizerem que estava muito bem o castelo, muito bonito, ficaram mais interessadas e mais entusiasmadas. (CEL-I-02, Fem., 70-80, comerciante).	SIM	Eu gostava que nunca o deixassem chegar a um estado lastimoso e espero que continuem a reconhecer-lhe valor e a falar dele e a divulgá-lo também. (CEL-I-02, Fem., 70-80, comerciante).
	SIM	SIM A entrevistada não respondeu. (CEL-I-03, Fem., 50-60, técnica de turismo).	SIM	Faz parte do nosso património histórico. (CEL-I-03, Fem., 50-60, técnica de turismo).
	SIM	SIM As pessoas mais velhas lembram-se das suas origens e do passado, daí darem valor. Já os jovens estão um pouco desligados da história. (CEL-I-04, Fem., 20-30, balconista).	SIM	Seria importante que os jovens dessem mais valor ao castelo pois é um bem patrimonial. (CEL-I-04, Fem., 20-30, balconista).
TÉCNICO/ ENTIDADE		SIM Os habitantes têm consciência da importância histórica, embora não o valorizem como tal. Isto é devido a falta de conhecimento, o que faz com que não reconheçam o potencial económico e turístico. (CEL-II-01, Mas., 30-40, arqueólogo).		

Figura 7.89.
Reconhecimento de valor *patrimonial*.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA		RECONHECIMENTO DE VALOR <i>PATRIMONIAL</i>			
TÓPICO		PARTICIPAÇÃO NA DIVULGAÇÃO DO CASTELO			
QUESTÃO	C3 PARTICIPAÇÃO DOS HABITANTES NA DIVULGAÇÃO DO CASTELO		C3.1. EXISTÊNCIA DE IMPACTO DESSE CONTRIBUTO	C4 CONTRIBUTO PESSOAL	C4.1. SE NÃO, DEVERIA DAR?/QUAL
HABITANTES	NÃO	Não aplicável.	Não aplicável.	SIM. Divulgo às pessoas que vêm cá à loja, principalmente depois da intervenção. (CEL-I-01, Fem., 60-70, comerciante).	Não aplicável.
	NÃO	Não aplicável.	Não aplicável.	SIM. Divulgo o castelo às pessoas. (CEL-I-02, Fem., 70-80, comerciante).	Não aplicável.
	NÃO	Não aplicável.	Não aplicável.	SIM. Na divulgação. (CEL-I-03, Fem., 50-60, técnica de turismo).	Não aplicável.
	SIM	Comentam com familiares e amigos o aspecto e curiosidades do castelo. (CEL-I-04, Fem., 20-30, balconista).	SIM. Positivo. (CEL-I-04, Fem., 20-30, balconista).	SIM. Trazer amigos e familiares não residentes na região para apreciarem o castelo e a paisagem. (CEL-I-04, Fem., 20-30, balconista).	Não aplicável.
TÉCNICO/ ENTIDADE	NÃO	Não aplicável.	Não aplicável.		

Figura 7.90.
Participação na divulgação do castelo.
Tabela da autora.

PARTE II ■ ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS

Categoria analítica I **Contexto/comunidade vs. Autoria/projecto de arquitectura**

Na intervenção do castelo de Celorico da Beira o programa apresenta sobretudo um uso cultural, para recepção e fruição pública no espaço intramuros, onde existe também um espaço onde é possível realizar pequenos eventos e já na torre de menagem um espaço para centro de documentação, constituindo assim o único estudo de caso onde é incluído um programa deste tipo. O programa contemplou sobretudo a refuncionalização da actual torre de menagem, sendo que a intervenção no espaço intramuros é bastante simples, com estruturas que permitem um circuito de vista circundando o afloramento rochoso situado no centro, ao mesmo tempo que dirige os visitantes para os principais pontos da intervenção, não havendo desta forma novas volumetrias além da pré-existência. No interior da torre de menagem, e devido à tipologia do espaço existente, houve uma maior liberdade quanto ao programa, tendo sido substituída a cobertura anterior por vidro, cuja cota não ultrapassa a cota das ameias, não havendo por isso um contraste ou destaque dessa estrutura relativamente à pré-existência, não alterando a leitura da torre.

Todos os entrevistados visitaram a intervenção, sendo que a autoria do projecto é desconhecida, embora o autor seja técnico do próprio município. Relativamente à opinião sobre a intervenção, de todos os entrevistados que responderam, todos concordam com a intervenção e consideram que a mesma apresenta utilidade e funcionalidade, havendo apenas uma referência, por parte de CEL-I-02, de que o castelo não demonstra grande utilidade para os habitantes, pelo facto de os mesmos não se dirigirem ao castelo. Quanto ao impacto da intervenção no castelo, todos os entrevistados afirmam que não existe impacto, ou pelo menos não apresenta características negativas, havendo uma referência singular por parte de CEL-I-02, que considera que a leitura do castelo no território foi alterada devido à cota e implantação de edificações na vila, constituindo assim um caso único de uma opinião que poderá levantar questões quanto ao entendimento da leitura da pré-existência além da estrutura. Neste estudo de caso, relativamente às questões anteriormente levantadas, as opiniões do técnico/entidade e dos habitantes entrevistados é convergente, o que pode indicar sucesso no resultado da intervenção e da aceitação da mesma por parte da comunidade. Ideia que se pode verificar quanto a alternativas para o uso do castelo, em que os habitantes entrevistados consideram o uso para fruição pública adequado, apenas havendo uma referência de que o castelo poderia ter um uso cultural, podendo entender-se que não haverá muitas actividades promovidas no castelo ou a não utilização do espaço existente na intervenção para esse efeito, ideia que CEL-I-02 refere também, já relativamente às perspectivas futuras sobre o castelo. Neste tema, a perspectiva dos habitantes entrevistados e a perspectiva do técnico/entidade apresenta diferenças, em que os habitantes consideram difícil a sua manutenção por falta de verbas, além de não existir dinamização que promova a sua manutenção, embora se denote uma expectativa para que tal aconteça, em que CEL-I-01 refere que o castelo é um elemento com grande importância para a localidade. De salientar também a resposta de CEL-I-04, que menciona um

tipo de público que poderá contribuir para a funcionalidade e manutenção do castelo, que vai de encontro a uma possibilidade de existirem diferentes estratégias relativamente a tipos de públicos diferentes, como se verificou no caso anterior.

Neste caso, o número de residentes é menor do que em 1911, sendo um indicador que poderá alertar para uma contínua desertificação devido à localização de Celorico da Beira no interior do país, pelo que poderá ser importante balançar diferentes estratégias para além de uma intervenção de valorização do castelo.

Voltando à análise da intervenção do espaço intramuros, a questão da reversibilidade é transversal a toda a intervenção, devido aos materiais utilizados e à sua implantação, não havendo questões que evidenciem que a intervenção foi invasiva no sentido da relação da obra nova com a estrutura pré-existente. No entanto, a reversibilidade pretendida quanto à cobertura não resultou, pois a cobertura de vidro, apesar de conceptual e fisicamente ser reversível, implica que em épocas do ano com maior temperatura ou incidência solar haja um sobreaquecimento do espaço coberto pela mesma, recorrendo-se assim a ventilação mecânica para baixar a temperatura ambiente, o que torna desconfortável uma permanência no centro de documentação, bem como na visita ao local.

Quanto à *interpretação*, a mesma é sobretudo unidimensional, ao nível visual, através de painéis informativos, apresentação de espólio arqueológico e da existência de objectos tecnológicos que permitem uma outra forma de visualizar a informação específica sobre o castelo. A mensagem criada para ser *interpretada* é assim baseada na transmissão dos valores considerados intrínsecos do monumento.

Quanto à participação da comunidade no processo de decisão, visto que a autoria é desconhecida, mesmo que o autor seja técnico do município, subentende-se que a comunidade não participou no processo de decisão, como demonstram as opiniões tanto dos habitantes entrevistados como do técnico/entidade. No entanto, essa questão não parece ter tido grandes implicações na opinião sobre a utilidade e funcionalidade da intervenção, como demonstra aliás a resposta de CEL-II-01, referindo que após a reabertura do castelo houve um interesse por parte dos habitantes em visitar o castelo. No que toca então à participação cívica, à excepção de um entrevistado que considera que a gestão do *património* apenas compete às autoridades responsáveis pelo mesmo, todos consideram que é importante, embora neste caso o técnico/entidade não tenha justificado a razão porque considera uma participação cívica importante, o que se poderá interligar com as estratégias que o município tem desenvolvido neste sentido ou se houve comunicação por parte do mesmo à comunidade sobre a intervenção no castelo, visto que o autor é desconhecido, pelo menos para os habitantes entrevistados.

Categoria analítica II | **Contexto/comunidade vs. Expectativa económica**

Quanto ao impacto da intervenção no comércio e economia locais, as opiniões dos entrevistados variam. Desta forma, uma maior afluência de visitantes devido à existência do castelo como solução para a economia local não apresenta convergência nas respostas,

havendo respostas positivas e negativas, onde se poderá entender que o castelo não é um dos principais factores ou que apresente maior potencialidade. Do ponto de vista do impacto da intervenção neste tema, embora haja referência a uma maior afluência de visitantes depois da intervenção, isso não se traduziu numa melhoria para o comércio local, segundo alguns habitantes, principalmente no contexto de crise económica. No entanto, à excepção de um entrevistado, que considera que os visitantes permanecem pouco tempo na localidade, dificultando dessa forma que uma maior divulgação do castelo possa ter algum impacto, todos os restantes entrevistados consideram que uma maior divulgação poderá trazer benefícios.

Relativamente ao impacto da afluência de visitantes no quotidiano das populações, denota-se que o mesmo não foi significativo, havendo apenas uma referência do impacto de uma estratégia urbana, numa zona onde existem diversos comércios e que alerta mais uma vez para a relevância da existência de coordenação de diversos factores e de dados concretos para uma melhor avaliação do impacto de uma maior afluência de visitantes num determinado contexto.

Categoria analítica III | **Valores associados vs. Valores intrínsecos**

O castelo de Celorico da Beira é classificado como Monumento Nacional, de grau 1, embora esta classificação de elevado valor histórico-artístico não transpareça nas respostas dos habitantes entrevistados. Embora todos considerem que o castelo foi importante no contexto da história nacional, alguns não conhecem factos sobre o castelo, salientando-se no entanto a resposta de CEL-I-02, sendo que para a entrevistada o castelo tem um papel na construção de uma *identidade* pessoal, que poderá acontecer paralelamente à *identidade* colectiva da comunidade. Relativamente à importância do castelo para a construção do território, as respostas são vagas, na medida em que alguns dos entrevistados não conhecem factos sobre o castelo, e por isso não há referências concretas a vias de comunicação, carta de foral ou feira, etc., havendo neste caso um distanciamento entre o conhecimento do técnico/entidade e dos habitantes entrevistados, denotando-se que o castelo, para alguns habitantes, é reconhecido apenas como uma estrutura icnográfica do local onde vivem, diferenciando-se de um outro tipo de reconhecimento como aquele que acontece por parte de CEL-I-02. Curiosamente, dado que o castelo foi o principal factor de desenvolvimento da localidade, parece não lhe ser atribuído essa importância, sendo que o reconhecimento de valor *patrimonial* poderá ser multidimensional, podendo haver uma diferenciação entre a classificação do monumento e o seu significado para cada um dos habitantes.

Desta forma, verifica-se que todos os habitantes entrevistados reconhecem valor *patrimonial* ao castelo, havendo no entanto opiniões diferentes quando à sua opinião sobre a comunidade. Por um lado, CEL-I-01 refere que os habitantes consideram importante o castelo, pela sua iconografia, e pelo facto de ser comerciante, talvez o castelo signifique igualmente uma potencialidade para o comércio local. Por outro lado, a intervenção significou uma valorização do castelo por parte de alguns habitantes, sendo que a mesma poderá ter um papel na

construção de *identidade(s)*. Além disto, há uma referência aos valores associados por diferentes gerações, transparecendo assim que a *identidade* não é simplesmente representada pela materialidade do castelo.

Neste sentido, os entrevistados consideram que a preservação do *património* para as gerações futuras é importante, salientando-se a expectativa na continuação da preservação e manutenção pelas gerações seguintes, embora não pareça haver iniciativas que promovam esse compromisso entre gerações.

Por fim, quanto à opinião sobre a participação dos habitantes na divulgação do castelo, verifica-se que a mesma não é significativa, devido talvez ao facto do reconhecimento *patrimonial* se constituir por várias valências, em que o castelo pode não assumir uma importância na *memória* colectiva. No entanto, verifica-se alguns contributos pessoais, sobretudo na divulgação para promover um maior número de visitas, salientando-se a resposta de CEL-I-01, em que se denota que o castelo, para a entrevistada, assume uma importância diferente depois da intervenção.

ESTUDO DE CASO | CASTELO NOVO

PARTE I ■ ENQUADRAMENTO

ENQUADRAMENTO DA POVOAÇÃO

LOCALIZAÇÃO	Região Centro, Beira Baixa, Castelo Branco, Fundão.
ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO	Situa-se na vertente a Nascente da Serra da Gardunha, num cabeço granítico com uma cota média de 600 m. A aldeia é flanqueada por dois cursos de água, dos quais o de maior caudal é conhecido por ribeira de Alpeadra, factor que terá constituído um atractivo importante para a fixação da população.
ENQUADRAMENTO HISTÓRICO	A aldeia de Castelo Novo surge após o abandono do primeiro conjunto fortificado, chamado Castelo Velho. A partir de 1202 constitui um Concelho, recebendo carta de foral. É entregue por D. Pedro Guterres, em 1205, aos Templários. No reinado de D. Manuel I recebe nova carta de foral mantendo-se como sede de Concelho, onde são construídos a Casa da Câmara e o Pelourinho. Perde progressivamente importância a partir de finais do século XVI por comparação com o crescimento urbano e populacional de Alpedrinha.
POPULAÇÃO EM 1911	1555 Habitantes.
POPULAÇÃO EM 2011	406 Habitantes.
CARACTERÍSTICAS PARTICULARES	Castelo Novo é uma das aldeias pertencentes ao PRAHP, tendo sido alvo de uma intervenção <i>patrimonial</i> em vários locais além do castelo. A população é maioritariamente idosa. As principais actividades são o turismo de habitação ou turismo rural.

ENQUADRAMENTO DO CASTELO

PROTECÇÃO/CLASSIFICAÇÃO	Sem classificação
ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO	Século XIII; XV; XVI e XVIII
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO	Raia defensiva da Beira – articulação com os castelos de Penamacor, Monsanto e Idanha-a-Nova, visíveis a partir de Castelo Novo. Castelo da Ordem dos Templários.
GRAU	2
CONSERVAÇÃO	Em ruína, embora esteja consolidada.
AFECÇÃO	Sem afectação.
CARACTERÍSTICAS PARTICULARES	A fortificação apresenta planta ovalada, com muralhas assentes directamente no afloramento granítico. A largura do adarve da muralha este, as marcas de canteiro existentes na mesma e a estrutura da porta, com lintel directo no interior e arco de volta inteira no exterior constituem os elementos mais antigos do monumento, de arquitectura românica. A torre de menagem foi originalmente erigida na cota mais alta do cabeço granítico, de planta quadrangular, em que se supõe a existência de três pisos, onde o intermédio seria habitado, podendo ser observados vãos e o arranque da abóboda que constituiria a cobertura. O piso superior encontra-se destruído. A torre foi, no século XV, adossada a um edifício que seria a residência do alcaide. A torre do relógio seria construída também no século XV, tendo separado a muralha em dois segmentos.
USO(S) ANTES DA INTERVENÇÃO	-
PRINCIPAIS INTERVENÇÕES REALIZADAS ANTES DA INTERVENÇÃO EM ESTUDO	1938 / 1939 - Sofre obras de <i>restauro</i> e recuperação dos panos de muralha, visando a sua preservação; 1942 - Retomadas novamente as obras;
OBSERVAÇÕES	-

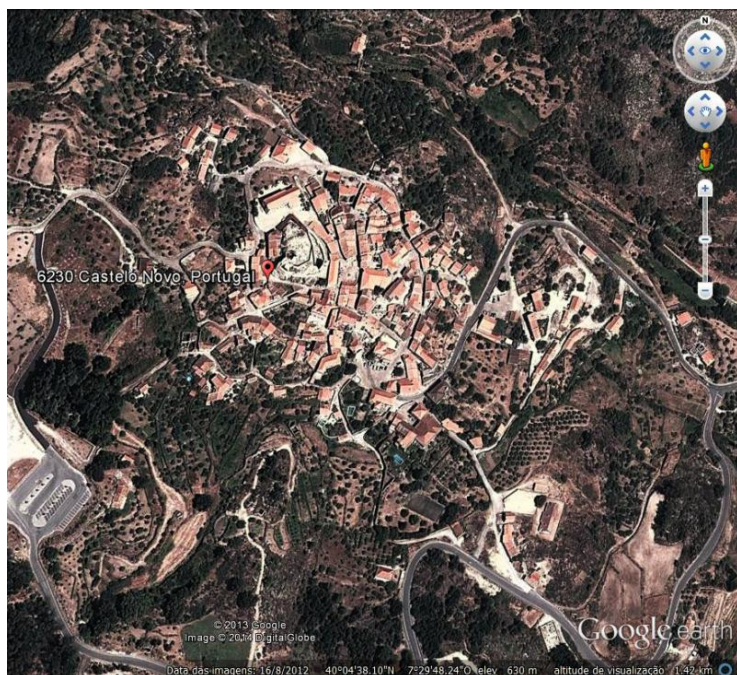


Figura 7.91.
Vista aérea de Castelo Novo, 2014.



Figura 7.92.
Localização de Castelo Novo.
(assinalada a vermelho).
Gráfico da autora.



Figura 7.93.
Castelo, após a reconstrução efectuada pela DGEMN, s/d.
M.R.



Figura 7.94.
Castelo, após a reconstrução efectuada pela DGEMN, s/d.
Autor desconhecido.

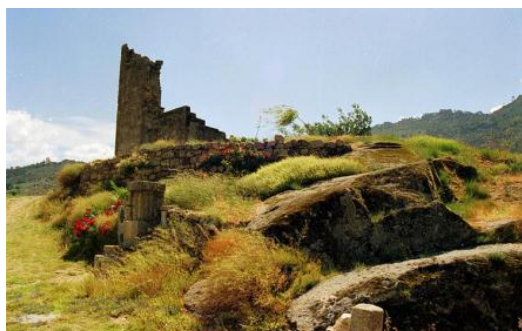


Figura 7.95.
Castelo, 1995.
Autor desconhecido.



Figura 7.96.
Castelo e torre do relógio, 1995.
Autor desconhecido.

ENQUADRAMENTO E DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO	
AUTORIA	Comoco Arquitectos (Luís Miguel Correia, Nelson Mota, Vanda Maldonado e Susana Constantino).
PROMOTOR	Câmara Municipal do Fundão
DATA DE PROJECTO	2003
CONCLUSÃO DA OBRA	2008
CONCEITO(S)	Para além da conservação e valorização do castelo, os autores quiseram adicionar “uma nova funcionalidade” (Comoco Arquitectos, 2013) ao castelo de forma a promover a permanência dos visitantes. Pretenderam assim que as soluções arquitectónicas não assumissem protagonismo relativamente à estrutura pré-existente. Os autores referem que os elementos não foram concebidos como uma construção referenciável, associada a um programa convencional – “se por um lado, ele emerge volumetricamente sobre o Largo do Adro, por outro lado transforma-se em rampa e escadas formalizando um percurso de visita no interior do Castelo” (Comoco Arquitectos, 2013). Com o elemento arquitectónico presente no adro da igreja, os autores pretenderem rerepresentar a muralha como um elemento fechado, onde o mesmo tenta promover uma relação com os edifícios e arruamentos na envolvente, não se cingindo à sua funcionalidade.
PROGRAMA	O programa constitui-se por três partes complementares: um espaço de recepção ao público, no adro da igreja (1), um auditório implantado no interior da torre de menagem (2) e um percurso de visita (3) que conecta os elementos (1), (2) e a torre do relógio. O espaço de recepção ao público tem informação específica sobre o castelo e a região, estando presente diariamente um funcionário. O acesso ao castelo é feito no exterior do espaço de recepção ao público, mas na mesma estrutura. O percurso intramuros é constituído por um passadiço com guardaria apenas apoiada no afloramento rochoso, onde a poente se podem observar os elementos encontrados nas escavações arqueológicas, a uma cota mais baixa e a descoberto. O passadiço está constituído por duas partes, onde uma das partes, em sentido descendente, dá acesso à torre do relógio e a outra parte, de sentido ascendente, dá acesso à torre de menagem. Para o acesso ao auditório, ou uma sala de audiovisuais, utiliza-se as escadas presentes no adarve, com guardaria. O acesso ao auditório é feito através de um elemento destacado com forma paralelepípedica, onde existem escadas de acesso à sala de audiovisuais. A cota (exterior) do tecto da caixa que constitui o auditório encontra-se sensivelmente a 0,40 ou 0,50 m acima da cota supostamente original do pavimento do piso intermédio da torre de menagem. Do lado oposto à entrada do auditório não existe guardaria. Ainda na torre de menagem existe uma plataforma com umas escadas onde está presente um observatório virtual, onde é possível aceder a informação sobre o castelo. As cotas pré-existentes do espaço intramuros foram alteradas.
MATERIAIS UTILIZADOS	O passadiço constitui-se por elementos metálicos, nomeadamente grades metálicas de perfuração de 0,02x0,02 m, apoiadas no afloramento rochoso também por elementos metálicos. O auditório e o espaço de recepção ao público estão construídos com elementos metálicos oxidados, onde os vãos contêm vidro com caixilharia metálica.
JUSTIFICAÇÃO PARA A INTERVENÇÃO NO CASTELO	A reabilitação de Castelo integrou um plano de acção projectado pela Câmara Municipal do Fundão para recuperação e valorização do património da aldeia histórica, através de várias intervenções no seu perímetro urbano, para beneficiação de casa, arruamentos e espaços públicos, apoiadas por fundos monetários (D-II-Col.).
OBSERVAÇÕES	No dia de visita o auditório encontrava-se encerrado e o observatório virtual não estava a funcionar. O projecto para o castelo de Castelo Novo foi finalista no concurso “Building of the year”, em 2012.



Figura 7.97.
Arranque da abóboda, Torre de Menagem, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 7.98.
Vão na torre de menagem, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 7.99.
Entrada para o auditório, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 7.100.
Plataforma existente no espaço intramuros, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 7.101.
Observatório virtual, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 7.102.
Observatório virtual, pormenor, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 7.103.
Vista da plataforma a partir da torre do relógio, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 7.104.
Local com vestígios de dependências internas, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 7.105.
Espaço de recepção ao público, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 7.106.
Entrada para o castelo, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 7.108.
Espaço de recepção ao público, 2013.
Fotografia da autora.

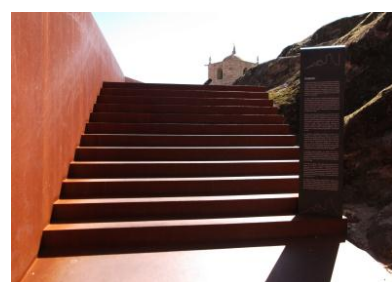


Figura 7.107.
Escadas de acesso ao castelo, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 7.109.
Escadas de acesso à torre de menagem e
painel informativo, 2013.
Fotografia da autora.

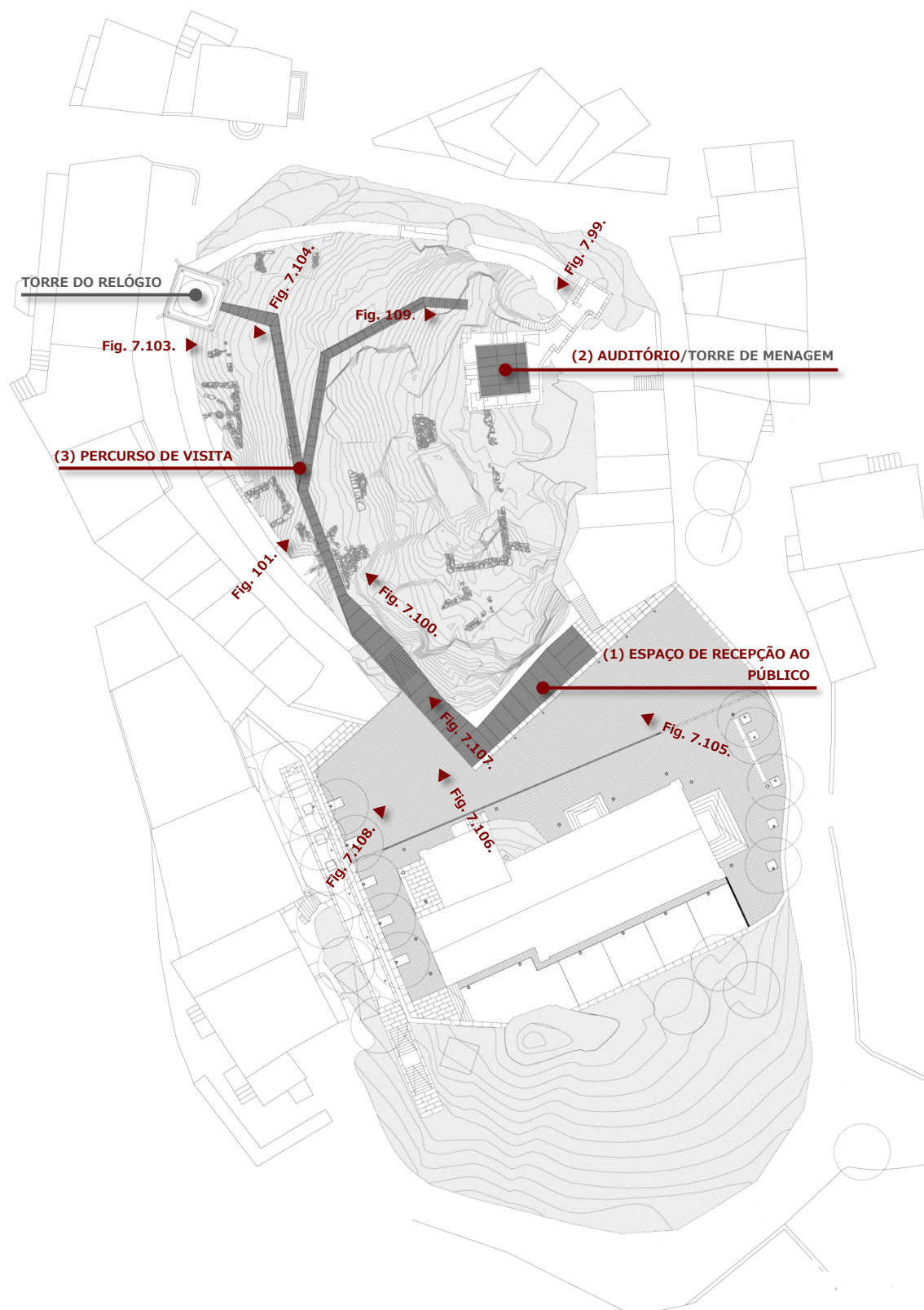


Figura 7.110.
Planta de implantação.
Adaptado pela autora.

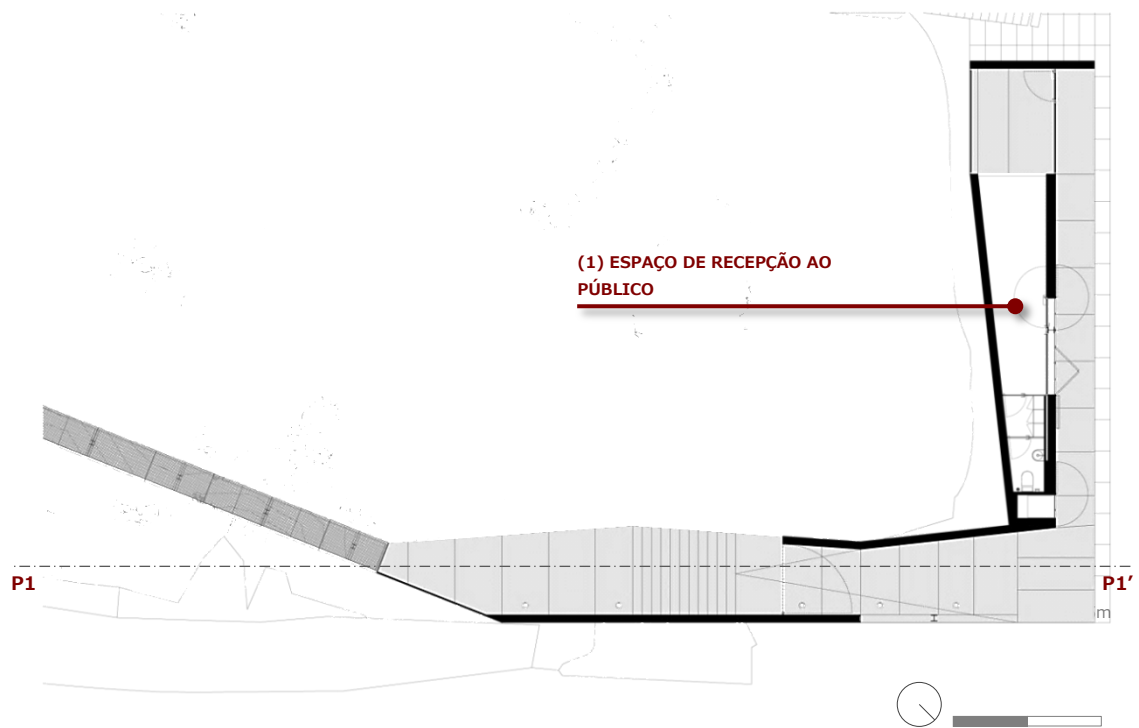


Figura 7.111.
Espaço de recepção ao público.
Adaptado pela autora.

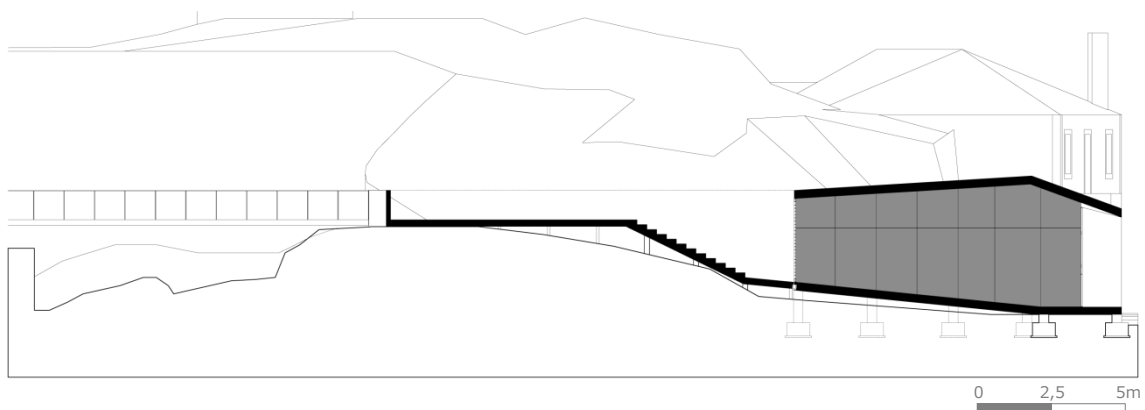


Figura 7.112.
Perfil 1.
Adaptado pela autora.

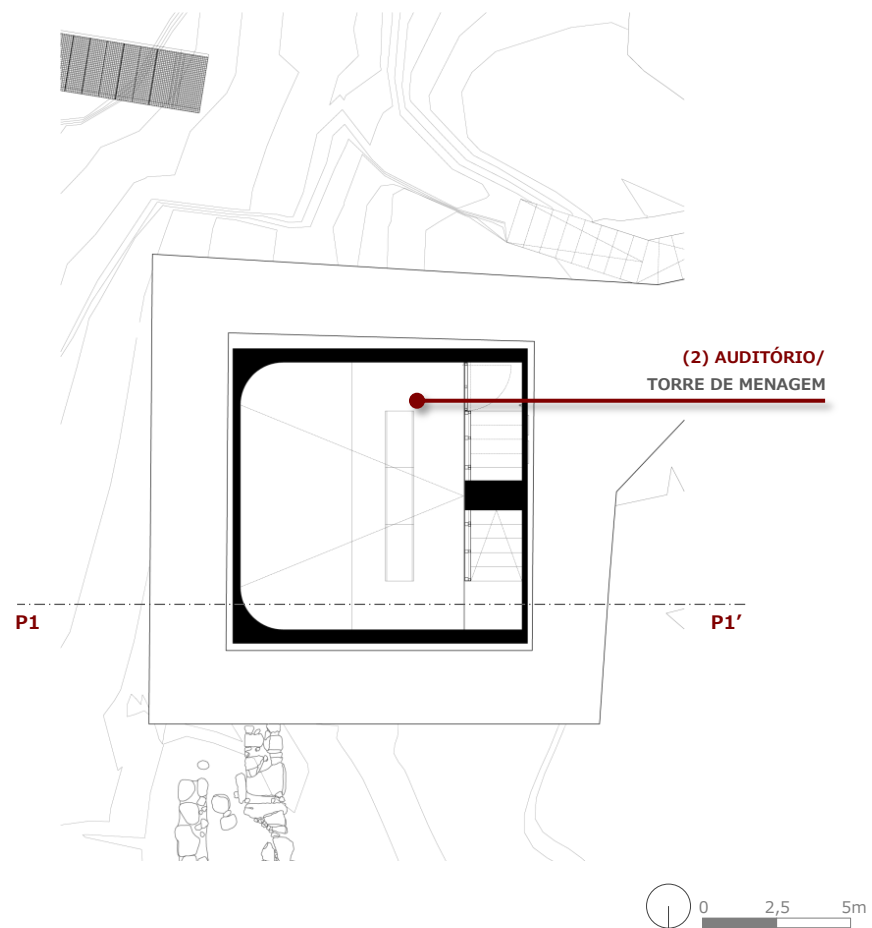


Figura 7.113.
Planta inferior da sala de audiovisuais.
Adaptado pela autora.

Nota: o perfil identificado no documento encontra-se em anexo.

INFORMAÇÃO OBTIDA ATRAVÉS DAS ENTREVISTAS				
SUBCATEGORIA	USO(S) DO CASTELO			
TÓPICO	OPINIÃO SOBRE A INTERVENÇÃO			
QUESTÃO	D1 VISITA À INTERVENÇÃO	D2 CONHECIMENTO DA AUTORIA DO PROJECTO OU OUTRO FACTO	D3 OPINIÃO SOBRE A FUNCIONALIDADE/ UTILIDADE DA INTERVENÇÃO	D4 IMPACTO DA INTERVENÇÃO NA IMAGEM DO CASTELO
HABITANTES	SIM	NÃO	Não tem funcionalidade para os habitantes e o miradouro não funciona a maior parte das vezes. (CAS-I-01, Fem., 20-30, licenciada).	Degraus, escadas, elementos de acesso. Recuperado nos bancos de pedra. (CAS-I-01, Fem., 20-30, licenciada).
	SIM	NÃO	Pessoalmente gosto. Acho que ficou muito melhor assim do que estarem a fazer outra coisa. O que iam fazer ali? Estava já bastante destruído. Realmente preservaram o que está, fizeram umas escavações, tem melhores acessos, é mais fácil as pessoas irem lá. Tem uma vista bonita, gosto. (CAS-I-02, Fem., 60-70, aposentada).	A intervenção em si, que há quem goste e quem não goste, acho que deu um certo impulso a visitarem o castelo na medida em que as pessoas têm uma certa curiosidade. Não houve muita mudança, também já restava pouco do castelo. (CAS-I-02, Fem., 60-70, aposentada).
	SIM	NÃO	Para os habitantes de Castelo Novo não teve qualquer efeito. Funcionou o miradouro virtual para as pessoas que vêm de fora. As pessoas de cá não se interessam. (CAS-I-03, Mas., 80-90, aposentado).	Não houve grande mudança, o castelo está praticamente igual daquilo que me lembro quando era mais novo. (CAS-I-03, Mas., 80-90, aposentado).
	NÃO. Obs.: gostava muito de ir visitar, mas não consigo ir (por falta de mobilidade). (CAS-I-04, Fem., 80-90, aposentada).	NÃO	Não aplicável.	Não aplicável.
TÉCNICO/ ENTIDADE			A intervenção era necessária e possibilitou a recuperação da Torre de Menagem e de alguns panos de muralha e a definição de um percurso de visita. (CAS-II-01, Col.).	Creio que não. (CAS-II-01, Col.).

Figura 7.114.
Opinião sobre a intervenção.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA	USO(S) DO CASTELO	
TÓPICO	PROPOSTOS COMO ALTERNATIVA	
QUESTÃO	C5 PERSPECTIVAS FUTURAS PARA O CASTELO	D6 OUTRO USO PARA O CASTELO
HABITANTES	O futuro para o castelo será o mesmo que sempre teve. (CAS-I-01, Fem., 20-30, licenciada).	Sim, deveria haver um museu. (CAS-I-01, Fem., 20-30, licenciada).
	A manutenção vai depender do dinheiro que irá estar disponível. Eu espero que a câmara municipal continue com o trabalho que tem feito nos últimos anos, no castelo e na aldeia. (CAS-I-02, Fem., 60-70, aposentada).	Eu acho que o castelo deveria servir de palco para um determinado número de eventos. É evidente que o castelo não tem espaços interiores para possibilitar alguns tipos de eventos mas há outros que poderão acontecer. (CAS-I-02, Fem., 60-70, aposentada).
	Se a economia do país se recompuser e se se olhar para isto como turismo pode realmente ter futuro. Há condições para abrir alguns comércios, como restaurantes, por exemplo. (CAS-I-03, Mas., 80-90, aposentado).	Para mim era não fazerem nada. Como estava, estava bem. (CAS-I-03, Mas., 80-90, aposentado).
	A entrevistada não respondeu. (CAS-I-04, Fem., 80-90, aposentada).	Gostava de o ver mais construído do que está, E quando a banda ia tocar lá acima todas as pessoas iam ver o castelo, tinha fama. Agora já não fazem isso e o castelo perdeu muita influência. (CAS-I-04, Fem., 80-90, aposentada).
TÉCNICO/ ENTIDADE	Neste momento a estrutura de apoio a castelo, nomeadamente o posto de turismo de Castelo Novo (visitas e divulgação) está em pleno funcionamento, para além de que, o Município tem ao dispor uma equipa de arqueologia que poderá intervir ao nível da preservação e manutenção do castelo. (CAS-II-01, Col.).	Creio que não. (CAS-II-01, Col.).

Figura 7.115.
Usos propostos como alternativa.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA	PARTICIPAÇÃO		
TÓPICO	NO PROCESSO DE DECISÃO		
QUESTÃO	C1 PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE DECISÃO	C2 IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO CÍVICA NO PROCESSO DE DECISÃO	
HABITANTES	NÃO	SIM	A entrevistada não respondeu. (CAS-I-01, Fem., 20-30, licenciada).
	NÃO SABE	NÃO	Eu acho que consultar as populações para fazer um certo número de coisas, muitas vezes não sei se será o mais correcto. Consultar as pessoas para fazer uma intervenção da ordem do que foi feito no castelo para a população em si duvido que fizesse algo de qualidade. (CAS-I-02, Fem., 60-70, aposentada).
	NÃO Obs.: Para fazerem essas intervenções todas, quiseram que Castelo Novo criasse uma associação chamada "Associação dos amigos de Castelo Novo", onde pertenci durante um tempo. Era uma associação para ter uma palavra para que tudo o que fizessem em Castelo Novo tinha de ter um parecer da associação que representasse os habitantes de castelo Novo. Mas depois faziam as obras e não éramos ouvidos. (CAS-I-03, Mas., 80-90, aposentado).	SIM	Eu acho que os habitantes deviam participar mas por vezes não há iniciativa. (CAS-I-03, Mas., 80-90, aposentado).
	NÃO	SIM	A entrevistada não respondeu. (CAS-I-04, Fem., 80-90, aposentada).
TÉCNICO/ ENTIDADE	SIM Através de obras particulares (algumas com recurso a fundos monetários), que possibilitaram a manutenção da traça característica da aldeia histórica. (CAS-II-01, Col.).	SIM	O envolvimento da população nas intervenções desta natureza são fundamentais para uma aproximação da população ao seu património histórico e cultural, para que o possam preservar e valorizar. (CAS-II-01, Col.).

Figura 7.116.
Participação no processo de decisão.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA			AFLUÊNCIA DE VISITANTES COMO SOLUÇÃO PARA A ECONOMIA LOCAL
QUESTÃO	B2 AFLUÊNCIA DE VISITANTES, GERADA PELO CASTELO, COMO SOLUÇÃO	B4 IMPACTO DA AFLUÊNCIA DE VISITANTES NA VIDA QUOTIDIANA E QUALIDADE DE VIDA	
HABITANTES	NÃO	Não teve impacto. (CAS-I-01, Fem., 20-30, licenciada).	
	SIM	A vila continua a ser a mesma, essencialmente agrícola. As pessoas fazem a sua vida normalmente. A maior parte das casas estão fechadas porque as pessoas vivem em Lisboa e noutros locais. O turismo não tem tido impacto. Às vezes vêm turistas para estas casas (casas de turismo rural), existem cá 4 casas do género, há um restaurante, mas tirando isso não, não mudou nada. (CAS-I-02, Fem., 60-70, aposentada).	
	SIM	O turismo sim. Isto tem mudado muito. Tiveram que fazer um parque para estacionar os autocarros. (CAS-I-03, Mas., 80-90, aposentado).	
	NÃO	Sim, O turismo mudou. E agora tem mudado porque há aqui casas (casas de turismo rural). (CAS-I-04, Fem., 80-90, aposentada).	
TÉCNICO/ ENTIDADE	SIM	De modo geral o impacto terá sido positivo e a população beneficiou com a requalificação da aldeia histórica. (CAS-II-01, Col.).	

Figura 7.117.
Afluência de visitantes como solução para a economia local.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA CASTELO COMO FACTOR GERADOR			
QUESTÃO	B1 IMPORTÂNCIA DA DIVULGAÇÃO DO CASTELO PARA A ECONOMIA LOCAL	B3 IMPACTO DA INTERVENÇÃO NO CASTELO NA ECONOMIA LOCAL	C7 IMPACTO DA INTERVENÇÃO ALÉM DO COMÉRCIO
HABITANTES	Não tem significado para a aldeia. (CAS-I-01, Fem., 20-30, licenciada).	Não teve impacto. (CAS-I-01, Fem., 20-30, licenciada).	
	A divulgação já pouco pode fazer a nível do comércio e do desenvolvimento porque é uma aldeia já muito antiga, muito conhecida, talvez das aldeias da Beira que mais cedo começaram a ter uma tendência turística. O castelo já é bastante conhecido, portanto o castelo em si, no desenvolvimento e no comércio, não irá ter influência, excepto se houvesse eventos ou outra coisa que fosse feita lá, para trazer turistas e mais pessoas cá. E também para que houvesse pessoas que tivessem vontade de abrir comércios cá, o que não é o caso. (CAS-I-02, Fem., 60-70).	Não houve impacto. Há muitos turistas, há muita gente que vem, mas é um turismo de passagem. Há pessoas que vêm para passear, ficam cá (na aldeia de Castelo Novo) alojadas, mas são casos pontuais. (CAS-I-02, Fem., 60-70, aposentada).	
	A aldeia não tem comércio. O valor que isto tem como aldeia histórica é para quem visita, para os turistas. E não gastam dinheiro porque aqui não há onde gastar. Há cá um restaurante, e muita gente que vem visitar a aldeia vai lá. (CAS-I-03, Mas., 80-90, aposentado).	Não se notou, não há impacto. (CAS-I-03, Mas., 80-90, aposentado).	
	Sim, há dias que vem muita gente e pode afectar. Hoje vivem cá muito poucos e como há carros, as pessoas vão comprar a outros lados. Antes havia muitos mais comércios. (CAS-I-04, Fem., 80-90, aposentada).	Está tudo na mesma. (CAS-I-04, Fem., 80-90, aposentada).	
TÉCNICO/ ENTIDADE	A presença do castelo constitui um foco de atracção turística que consequentemente poderá permitir o desenvolvimento do comércio e da economia local. (CAS-II-01, Col.).	A intervenção no castelo, que integrou um plano mais abrangente de reabilitação de toda a aldeia histórica, possibilitou um incremento das actividades ligadas ao turismo. (CAS-II-01, Col.).	SIM A intervenção no castelo possibilitou a criação de outras infra-estruturas [...] (CAS-II-01, Col.).

Figura 7.118.
Castelo como factor gerador.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA	FACTOS ASSOCIADOS AO CASTELO		
TÓPICO	HISTÓRICOS/OUTROS		
QUESTÃO	A1 IMPORTÂNCIA NA HISTÓRIA NACIONAL	A2 CONHECIMENTO DA HISTÓRIA DO CASTELO	A3 IMPORTÂNCIA DO CASTELO NO TERRITÓRIO
HABITANTES	SIM	SIM Pertenceu aos mouros e servia para “guardar” os habitantes e restantes aldeias à volta. (CAS-I-01, Fem., 20-30, licenciada).	Sim, existe carta de foral. (CAS-I-01, Fem., 20-30, licenciada).
	SIM	SIM O castelo serviu de defesa da zona da Beira. Conheço a história do castelo. (CAS-I-02, Fem., 60-70, aposentada).	A construção do castelo ainda não está bem determinada. Esta zona começou por chamar-se alpreada, era toda a zona envolvente aqui da serra. Há um local na serra que se chama o “castelo velho”, e que penso que seria um castro. Há lendas e histórias sobre esse local. Entretanto a população mudou para aqui (a aldeia de castelo Novo). Deve ter sido o foral que controlou a fixação e desenvolvimento da vila. Não se consegue saber exactamente quem outorgou foral à vila. (CAS-I-02, Fem., 60-70, aposentada).
	SIM	SIM Conheço alguns episódios da história (CAS-I-03, Mas., 80-90, aposentado).	Castelo Novo já foi concelho e foi concelho com o nome de Alpreada, aqui era a sede de concelho. Acho que o castelo foi importante. (CAS-I-03, Mas., 80-90, aposentado).
	SIM	SIM É um castelo muito antigo e muito importante. Dizem que é dos mouros. (CAS-I-04, Fem., 80-90, aposentada).	Justamente. Quando andaram cá a escavar encontraram coisas antigas. Aqui chamamos Castelo Novo e noutro local existe “Castelo Velho”. Temos uma capela, a capela de São Brás, e dizem que aí é que era castelo Novo mas depois mudaram cá para cima (actual localização do centro histórico da vila). (CAS-I-04, Fem., 80-90, aposentada).
TÉCNICO/ ENTIDADE			[...] Terá tido foral antigo, concedido 1202 a D. Pedro Guterres e sua esposa [...] fundamental para povoar a região e manter as fronteiras [...]. (CAS-II-01, Col.).

Figura 7.119.
Factos associados ao castelo.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA	RECONHECIMENTO DE VALOR <i>PATRIMONIAL</i>		
TÓPICO	PESSOAL/COMUNIDADE		
QUESTÃO	A4 ATRIBUIÇÃO DE VALOR <i>PATRIMONIAL</i>	A5 VALORIZAÇÃO DO CASTELO PELA COMUNIDADE	D5 IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DO <i>PATRIMÓNIO</i> PARA AS GERAÇÕES FUTURAS
HABITANTES	SIM	SIM O castelo valoriza a aldeia. (CAS-I-01, Fem., 20-30, licenciada).	SIM Visitar, conhecimento da aldeia em geral. (CAS-I-01, Fem., 20-30, licenciada).
	SIM	SIM Eu penso que a maioria das pessoas tem consciência, nem todas, mas grande parte sim, por ouvirem falar da sua história. Desde alguns anos as pessoas menos instruídas da aldeia vão apercebendo-se do valor do castelo, pela chegada de turistas. (CAS-I-02, Fem., 60-70, aposentada).	SIM O património deve ser preservado. É pena que muitas vezes quem tenta preservar o património não seja bem reconhecido. O património deve ser preservado a todo o custo e as pessoas devem ser educadas para isso. (CAS-I-02, Fem., 60-70, aposentada).
	SIM	SIM Em tempos até tinham, sabiam informação. Agora nem tanto. No meu tempo havia cá 1200 fogos, agora só há 300 pessoas. (CAS-I-03, Mas., 80-90, aposentado).	SIM As gerações futuras terão de unir-se para trabalhar em conjunto. Aqui são poucos e não são unidos. (CAS-I-03, Mas., 80-90, aposentado).
	SIM	SIM É um castelo muito antigo e muito importante. Dizem que é dos mouros. Dão valor ao castelo. É importante para o povo e para a aldeia. Antes havia cá uma banda. No primeiro domingo de Setembro fazíamos cá uma festa. E Então a banda ia ocar no castelo, no alto, era muito bonito. (CAS-I-04, Fem., 80-90, aposentada).	SIM Acho importante, porque a primeira coisa que os turistas visitam é o castelo. (CAS-I-04, Fem., 80-90, aposentada).
TÉCNICO/ ENTIDADE		SIM Para tal deverá ter contribuído o facto do castelo fazer parte da identidade e memória colectiva da população de Castelo Novo. (CAS-II-01, Col.).	

Figura 7.120.
Reconhecimento de valor *patrimonial*.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA	RECONHECIMENTO DE VALOR <i>PATRIMONIAL</i>			
TÓPICO	PARTICIPAÇÃO NA DIVULGAÇÃO DO CASTELO			
QUESTÃO	C3 PARTICIPAÇÃO DOS HABITANTES NA DIVULGAÇÃO DO CASTELO	C3.1. EXISTÊNCIA DE IMPACTO DESSE CONTRIBUTO	C4 CONTRIBUTO PESSOAL	C4.1. SE NÃO, DEVERIA DAR?/QUAL
HABITANTES	SIM Para atrair mais visitantes. Existem dois grupos de redes sociais que divulgam o castelo. (CAS-I-01, Fem., 20-30, licenciada).	NÃO	NÃO	SIM. Divulgar, embora a divulgação não vai afectar nada (CAS-I-01, Fem., 20-30, licenciada).
	SIM Existe uma associação - "Associação Cultural de Castelo Novo" – mas não está direccionada nesse sentido. Houve reuniões entre os habitantes para reunir opiniões para saber como dinamizar a aldeia. Alguns intervenientes deram ideias muito populares e que se fazem em todo o lado. [...] Acho que o que é sugerido existe exactamente nos outros locais e não traz nada de novo, como feiras medievais e outros eventos. Este ano fizeram um festival de música antiga [...] e atrai outros tipos de turistas que podem deixar cá mais dinheiro. (CAS-I-02, Fem., 60-70, aposentada).	NÃO	Divulgo às pessoas e trago amigos estrangeiros para visitarem. (CAS-I-02, Fem., 60-70, aposentada).	Não aplicável.
	NÃO Não aplicável.	Não aplicável.	SIM. Divulgo o castelo. (CAS-I-03, Mas., 80-90, aposentado).	Não aplicável.
	SIM Nós adoramos o castelo, dizemos sempre às pessoas para irem visitar. (CAS-I-04, Fem., 80-90, aposentada).	NÃO	SIM. Falo com os turistas e mesmo onde vou falo do castelo. (CAS-I-04, Fem., 80-90, aposentada).	Não aplicável.
TÉCNICO/ ENTIDADE	SIM Através da promoção turística do património e infra-estruturas existentes na aldeia, em sites e blog's da especialidade. (CAS-II-01, Col.).	A entrevistada não respondeu (CAS-II-01, Col.).		

Figura 7.121.
Participação na divulgação do castelo.
Tabela da autora.

PARTE II ■ ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS

Categoria analítica I | **Contexto/comunidade vs. Autoria/projecto de arquitectura**

Relativamente à intervenção, o programa pressupõe um uso cultural, sendo constituído por estruturas que têm como finalidade a fruição pública, numa perspectiva de informar sobre o valor intrínseco do monumento. Desta forma, o castelo destaca-se como elemento a visitar isoladamente, como um fim em si mesmo, dentro do contexto da localidade. Não foi previsto qualquer outro uso mediante as necessidades/actividades da comunidade, como se pode verificar nas alternativas apresentadas por cada um dos entrevistados à intervenção actual, que apenas conhece consenso por parte do técnico/entidade. De salientar a resposta de CAS-I-04, que demonstra uma valorização diferente àquela dada pelos especialistas, em que a comunidade valoriza o castelo por directamente ser parte integrante da *identidade* da mesma, em que se poderá deduzir que a refuncionalização poderia ter tomado formas distintas.

Quanto à opinião sobre a intervenção, embora não sejam conclusivas, há entrevistados que não reconhecem qualquer utilidade na intervenção para a comunidade local, embora indirectamente reconheçam utilidade para os visitantes.

Neste projecto a reversibilidade foi uma opção escolhida, sendo possível através dos materiais utilizados e também da sua implantação e relação com a pré-existência. Sendo o castelo visto como um objecto arquitectónico a intervir, e estando num estado de ruína consolidado, observa-se poucos constrangimentos na escolha formal das soluções arquitectónicas, resultando estas numa liberdade na sua idealização, não tendo resultado impactante em termos formais segundo a opinião de todos os entrevistados.

Sendo que o projecto se baseou na valorização da estrutura pré-existente, a *interpretação* é feita de uma forma recíproca entre a mensagem criada por especialistas e os visitantes que entendem e valorizam essa mesma mensagem, de uma forma sobretudo unidimensional, a nível visual/auditivo. Utilizam-se várias técnicas, tais como painéis informativos, o observatório visual ou projecções que podem acontecer no auditório.

Como se pode observar pelas características do projecto de intervenção, a mesma vai de encontro às novas abordagens que se preconizaram no capítulo 4, nomeadamente na questão da reversibilidade e no uso cultural, onde a intervenção *patrimonial* criou sobretudo condições para uma *interpretação* mais efectiva e atractiva por parte do público e também condições de acessibilidade e fruição. A questão da autoria neste caso é relevante, devido ao destaque no prémio “Building of the year”, em 2012, revelando, de certa forma, uma contradição, porque se a intenção dos autores foi a valorização da estrutura pré-existente, o projecto de arquitectura acabou por ser o elemento que se destacou.

Denota-se que é desconhecida a autoria ou não existe conhecimento sobre a intervenção, embora tenham visitado a mesma, à excepção de um entrevistado, que com mobilidade reduzida, não consegue aceder ao castelo após a alteração das cotas do espaço intramuros. O desconhecimento sobre a intervenção poderá interligar-se com a questão da participação da comunidade no processo de decisão, em que as respostas dos entrevistados

foram todas negativas. No entanto deve salientar-se a resposta de CAS-I-03, em que o entrevistado refere que foi criada uma associação para promover o diálogo com a comunidade mas não teve o efeito esperado, dado que os entrevistados não participaram no processo de decisão da intervenção. Da parte do técnico/entidade o entendimento da *participação* é diferente pois considera que a *participação* aconteceu, pois os habitantes puderam reabilitar e efectuar obras particulares com os meios monetários disponíveis, havendo diferentes visões sobre o que a *participação* poderá significar num processo de uma intervenção *patrimonial*. No entanto, à excepção de um entrevistado, todos consideram que a participação no processo de intervenção é importante, denotando-se embora dificuldade de alguns entrevistados em responder em que é que essa acção se traduz.

Verifica-se em Castelo Novo uma acentuada desertificação pelo decréscimo de população, onde existe uma grande percentagem de população idosa residente, facilmente verificada através da informação dada pelas pessoas com quem foi possível conversar no local. Sendo que este é um dos motivos que sustenta a intervenção do PRAHP, ao qual Castelo Novo faz parte, não se observa na intervenção e no programa subjacente ao castelo adaptabilidade a diferentes públicos e actividades, neste caso a questões de acessibilidade e da compreensão dos valores do castelo para os residentes, sendo que muitos deles nasceram e sempre viveram na localidade.

Categoria analítica II | **Contexto/comunidade vs. Expectativa económica**

Embora não esteja explícita no conceito da intervenção uma expectativa económica, em parte por integrar um programa mais abrangente, o PRAHP, o técnico/entidade considera que o castelo como factor que pode gerar uma maior afluência de visitantes pode ter consequências no comércio e economia locais. De facto, a existência de estabelecimentos de turismo rural ou turismo de habitação como principal sector económico é um indicador da forma como essa consequência poderá estar a ser efectiva. No entanto a opinião dos entrevistados não dá indicações neste sentido, considerando que uma maior divulgação do castelo, embora possa trazer à localidade mais visitantes, não trará melhorias significativas no desenvolvimento económico local, deduzindo-se que os mesmos não consideram o castelo como um factor de desenvolvimento, contrariamente à resposta do técnico/entidade. No que toca à intervenção verifica-se então que não teve impacto nessa matéria, pelo que neste caso se pode deduzir que o castelo como factor que pode beneficiar o comércio e economia locais não se verifica.

No entanto, à resposta sobre se uma maior afluência de visitantes é solução para o comércio e economia locais, verifica-se diferentes opiniões, não se podendo deduzir neste caso a existência de uma expectativa vaga de que esse factor constitui uma solução como factor de desenvolvimento local/regional.

Quanto ao impacto da afluência de visitantes no quotidiano e qualidade de vida, neste caso salienta-se uma verificação de um acréscimo de visitas, cujo impacto se verificou

sobretudo no quotidiano da vida da comunidade, pelo que, sem outro tipo de acções, poderá significar muito pouco para um determinado contexto, como se pode verificar.

Categoria analítica III | **Valores associados vs. Valores intrínsecos**

Relativamente aos valores associados ao castelo por parte do conceito tradicional de *património*, verifica-se que actualmente o castelo se encontra sem classificação, sendo considerado de Grau 2, constituindo assim um monumento que não apresenta características excepcionais ou elevado valor histórico/artístico.

Estas características são no entanto indiferentes para os entrevistados, pois todos consideram que o castelo foi importante no contexto da história nacional e atribuem-lhe valor *patrimonial*, o que é demonstrado pela existência de conhecimento sobre factos da história do castelo. Verifica-se nesta temática duas tendências distintas sobre o tipo de informação que cada entrevistado tem sobre o castelo. Por um lado dois dos entrevistados relataram factos históricos, tanto na evolução do castelo como no enquadramento estratégico, como se pode verificar tanto nas referências à carta de foral e à consequente fixação da população como à importância administrativa no território, tendo sido Castelo Novo sede de concelho, atribuindo assim uma reforçada importância ao castelo além do que o mesmo significa para a construção da povoação. Por outro lado verificaram-se informações relativas a um imaginário popular, em que o castelo é atribuído aos *mouros*, demonstrando que existem outros valores associados para além dos valores considerados intrínsecos.

Esta questão pode ser interligada quando se observa a opinião dos entrevistados sobre os valores atribuídos pela comunidade. Das opiniões recolhidas pode verificar-se que, por um lado, o castelo não apresenta importância pelo seu valor histórico/artístico, havendo no entanto um interesse em reconhecer ou entender esse mesmo valor pela presença de público que visita o castelo e consequente importância que o monumento poderá ter para a aldeia, valorizando-a, e por outro lado, segundo a opinião de uma entrevistada e do técnico/entidade, a importância do castelo na construção de uma *identidade* colectiva.

A estas duas tendências pode-se ainda acrescentar as opiniões sobre a importância da preservação do *património* para as gerações futuras. Embora todos concordem que é importante, denota-se que o conceito de *gerações futuras* é algo vago em algumas respostas, ou praticamente inexistente, ou seja, o castelo deve ser valorizado porque constitui um potencial cultural e educativo, devendo a sua preservação ser subjugada nesse sentido, remetendo o papel das comunidades para um papel passivo que passa pela interiorização dos valores às quais o *património* é preservado, como transparece a opinião de CAS-I-02. Neste sentido, verifica-se que esta ideia é transversal, directa ou indirectamente, a todos os habitantes entrevistados, independentemente da faixa etária, pelo que as gerações mais novas poderão partilhar igualmente da mesma opinião.

O reconhecimento de valor *patrimonial* do castelo transparece assim em diferentes contributos da comunidade para a sua divulgação, em que os entrevistados também o divulgam

a nível pessoal, embora considerem que essa divulgação não teve nenhum impacto, o que se poderá interligar com o reconhecimento de que a divulgação do castelo poderá trazer mais visitantes mas não terá igualmente impacto no comércio e economia locais, como refere a entrevistada CAS-I-01. De salientar um aspecto singular que a entrevistada CAS-I-02 referiu, relativamente às actividades que poderão divulgar a localidade, e que, segundo a sua opinião, deveriam diferenciar-se de outras tipologias de actividades que se tornaram factor de entretenimento e têm sido alvo de críticas e, portanto, de novas abordagens.

ESTUDO DE CASO ■ AMIEIRA DO TEJO

PARTE I ■ ENQUADRAMENTO

ENQUADRAMENTO DA POVOAÇÃO	
LOCALIZAÇÃO	Região do Alentejo, Alto Alentejo, Portalegre, Nisa, Amieira do Tejo
ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO	Amieira do Tejo situa-se a 3 km do rio Tejo, na margem sul deste rio, perto da confluência com o rio Ocreza, situada a uma cota média de 200m. Historicamente, devido às boas condições de navegabilidade e da qualidade do porto fluvial, a zona conhecida por Barca de Amieira era a principal via de comunicação entre a região da Beira Baixa e a região do Alto Alentejo, constituindo desta forma uma importante via comercial e zona de passagem (curiosamente até finais da década de 60 do século XX). Devido a estas características, assumiu grande valor estratégico, e consequente fixação da população.
ENQUADRAMENTO HISTÓRICO	Amieira do Tejo localiza-se numa região que era denominada Herdade de Guidimtesta, doada à Ordem dos Hospitalários em 1194, por D. Sancho I. Em 1256 é atribuída carta de foral a Amieira do Tejo pelo Prior do Hospital D. Frei Gonçalo Viegas. Em meados do século XIV é construído o castelo, pelo prior do Hospital D. Afonso Gonçalves Pereira. Amieira foi palco de alguns conflitos no período de 1383-1385 e mais tarde em 1440, entre a rainha D. Leonor e o regente D. Pedro, devido à proximidade com Castela. A vila desenvolve-se para nascente, perdendo consequentemente influência a partir do século XVI e deixando de ser vila de concelho em 1856, sendo actualmente uma pequena freguesia com um reduzido número de habitantes.
POPULAÇÃO EM 1911	1544 Habitantes.
POPULAÇÃO EM 2011	241 Habitantes.
CARACTERÍSTICAS PARTICULARES	Actualmente a localidade apresenta uma desertificação muito acentuada.
ENQUADRAMENTO DO CASTELO	
PROTECÇÃO/CLASSIFICAÇÃO	Monumento Nacional
ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO	Séculos XIV; XV; XVI e XVII
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO	Pertence à linha de defesa do Tejo, que engloba um considerável número de castelos. Próximo, na margem norte do rio Tejo, encontra-se o castelo de Belver, também tendo sido construído pela Ordem dos Hospitalários.
GRAU	2
CONSERVAÇÃO	Em bom estado de conservação, incluindo a capela de São João Batista, embora existam já poucos vestígios de pinturas murais existentes no interior das torres.
AFECTAÇÃO	Direcção Regional da Cultura do Alentejo (estatal).
CARACTERÍSTICAS PARTICULARES	O castelo apresenta barbacã e planta quadrangular regular, com quatro torres conectadas por adarve, com acesso da cota mais baixa através de escada pré-existente, sendo que a torre situada a nordeste constitui a torre de menagem, com acesso na fachada a sudoeste. Também a nordeste situa-se, no espaço da barbacã, a capela de São João Batista. No espaço intramuros existe uma cisterna. Algumas torres apresentam pinturas murais, no piso que se situa à mesma cota do adarve, sendo que as torres situadas a sudoeste contêm masmorras no piso inferior. Nos panos de muralha que constituem o espaço intramuros são visíveis vários vestígios de anteriores construções, devido à função residencial do castelo.
USO(S) ANTES DA INTERVENÇÃO	Após 1846 o cemitério foi instalado no espaço intramuros. Até meados do século XX era utilizado como curral e abrigo de pastores.
PRINCIPAIS INTERVENÇÕES REALIZADAS ANTES DA INTERVENÇÃO EM ESTUDO	1943/1945 – demolição de paredes de alvenaria em muralhas e escadas, desentapamento de vãos; 1946/1948 – construção de pavimentos e telhados das torres, reconstrução da barbacã junto das edificações expropriadas, construção do adarve; 1948/1949 – demolição das edificações adossadas à barbacã e muretes construídos aquando da instalação do cemitério; 1999/2000/2001 – intervenções de valorização, substituídas pela actual intervenção em estudo.
OBSERVAÇÕES	É considerado um exemplo singular do castelo gótico em Portugal.



Figura 7.122.

Vista aérea de Amieira do Tejo, 2014.



Figura 7.123.

Localização de Amieira do Tejo.
(assinalada a vermelho).
Gráfico da autora.



Figura 7.124.

Castelo antes da intervenção da DGEMN, 1949.
Autor desconhecido.



Figura 7.125.

Espaço intramuros antes da intervenção da DGEMN,
1954.
Autor desconhecido.



Figura 7.126.

Pormenor da intervenção que foi substituída pela actual, 2005.
Autor desconhecido.



Figura 7.127.

Praça com anterior configuração, s/d.
Autores: IPPAR/Manuel Ribeiro.

ENQUADRAMENTO E DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

AUTORIA	Arquitecto João Nasi Pereira
PROMOTOR	IGESPAR
DATA DE PROJECTO	2001
CONCLUSÃO DA OBRA	2010
CONCEITO(S)	O autor refere que a intervenção resulta da falta de segurança, comodidade e de fruição resultantes das intervenções anteriores. Desta forma, “[...] a intervenção assume o ditame do condicionalismo patrimonial como orientação determinante dos processos de reabilitação: procura alternativas assumidamente diferenciadas do existente e condicionadas física e tecnicamente por essa demarcação [...]” (Pereira, 2007, 164). O autor refere ainda que optou por uma solução que recusa o mimetismo mas sem subjugação a princípios dogmáticos das Recomendações existentes para a intervenção no <i>património</i> construído. Pretendeu estabelecer um compromisso entre o protagonismo da vertente <i>patrimonial</i> e a “discrição activa” (Pereira, 2007, 164) da intervenção contemporânea, propondo assim condições propícias à fruição dos espaços e valorização do castelo, espaços adaptáveis a diferentes ocupações e uma revisão das circulações resultantes de intervenções anteriores.
PROGRAMA	O programa é constituído por 2 partes: arranjos exteriores na praça que precede o castelo e a intervenção na torre de menagem. A torre de menagem é actualmente constituída por 5 pisos. O acesso é efectuado no piso 1, embora o pavimento esteja a uma cota superior da cota da entrada. Neste piso foi instalado o espaço de recepção ao público (2) com posto de venda. Através deste piso pode aceder-se ao piso 0, onde existe uma cave e instalação sanitária (1). Nos pisos 2 e 3 existe informação específica sobre o castelo e a Ordem dos Hospitalários (3) existindo uma maquete do castelo no piso 2. Através do piso 3 é possível aceder ao adarve, constituindo um circuito de visita que começa e termina no mesmo piso. O piso 4 é um espaço que recebe exposições temporárias (4) existindo uma chaminé num dos ângulos. Através deste piso é possível aceder à cobertura, sobretudo por questões de manutenção. O acesso é feito através de um alçapão e de uma escada com fixação na parede. A cobertura não foi alterada quanto às cotas, tipos de revestimento e estrutura.
MATERIAIS UTILIZADOS	Os pavimentos são constituídos por estrutura e revestimento de madeira, estando ligeiramente afastados das paredes. As escadas são constituídas por estrutura metálica e os cobertores por madeira. A escada de acesso à cobertura é também de estrutura metálica.
JUSTIFICAÇÃO PARA INTERVENÇÃO NO CASTELO	[...] Por um lado a consciência dos serviços centrais, nomeadamente a Direcção Regional de Cultura, da necessidade de intervir rapidamente por questões da salvaguarda e segurança do imóvel, por outro a vontade do Município de Nisa em participar activamente nessa intervenção e por fim a disponibilidade financeira que surgiu através de fundos comunitários. (AMI-II-01, Fem., 40-50, Técnica Superior do município de Nisa).
OBSERVAÇÕES	As outras torres não sofreram uma intervenção arquitectónica relevante, apenas pequenas acções, sendo que as pinturas murais existente foram alvo de <i>restauro</i>. O adarve e as escadas de acesso ao mesmo não possuem sistemas de protecção. Após o projecto de execução estar concluído, foi necessário a construção de uma instalação sanitária no piso 0, mas as plantas apresentadas nesta dissertação, cedidas pela Direcção Regional da Cultura do Alentejo, ainda não têm esta alteração.



Figura 7.128.
Castelo e envolvente próxima, 2012.
Fotografia da autora.



Figura 7.129.
Adarve, 2012.
Fotografia da autora.



Figura 7.130.
Torre de Menagem, 2012.
Fotografia da autora.

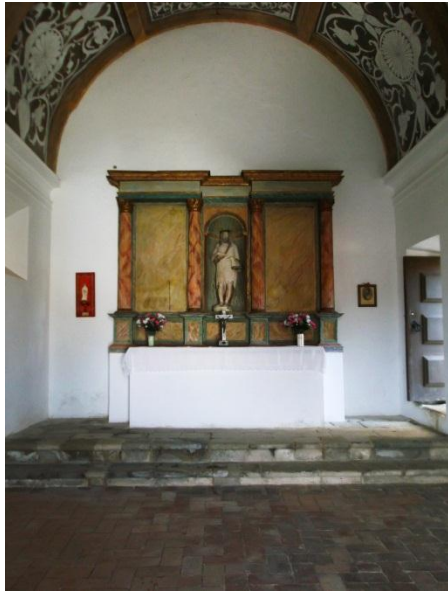


Figura 7.131.
Interior da capela de São João Batista, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 7.132.
Acesso à torre de menagem, 2012.
Fotografia da autora.



Figura 7.133.
Vista, a partir da torre de menagem, do espaço intramuros com cisterna ao centro, 2012.
Fotografia da autora.



Figura 7.134.
Vista do interior do piso 2, s/d.
Autor desconhecido.

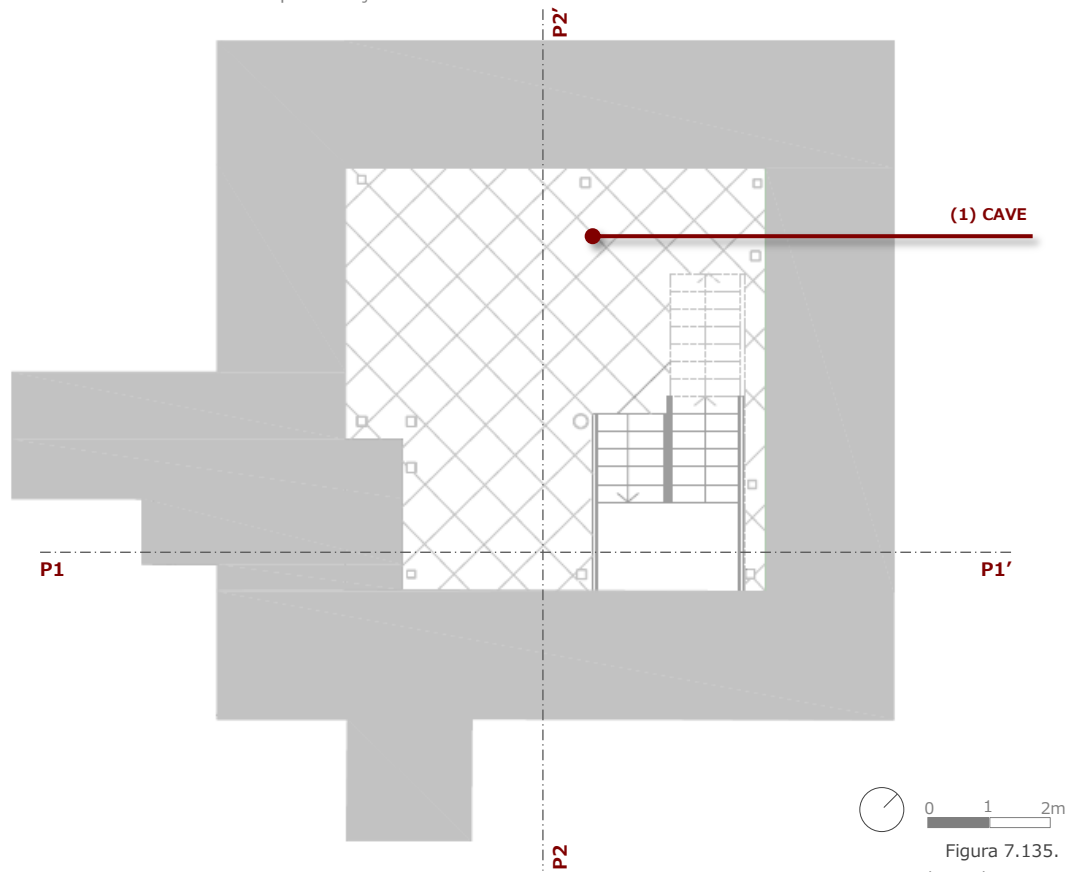


Figura 7.135.

Planta do piso 0.

Adaptado pela autora.

Nota: o perfil 2, identificado neste documento, encontra-se em anexo.

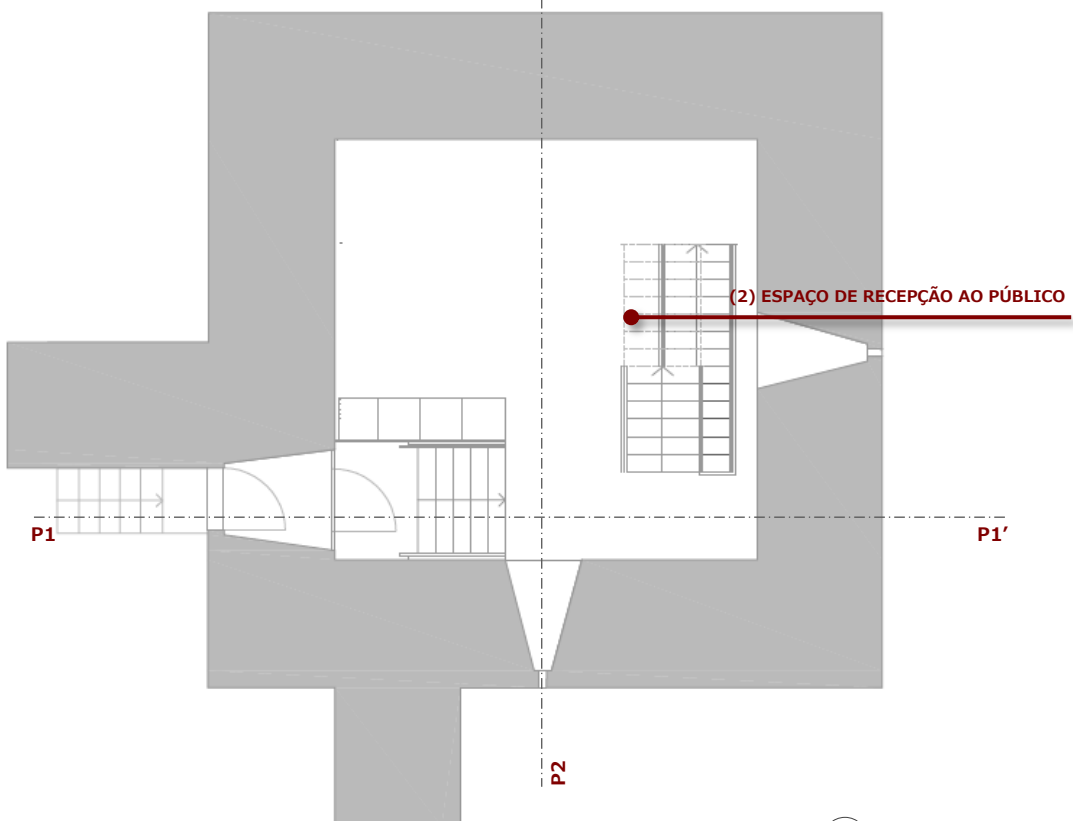


Figura 7.136.

Planta do piso 1.

Adaptado pela autora.

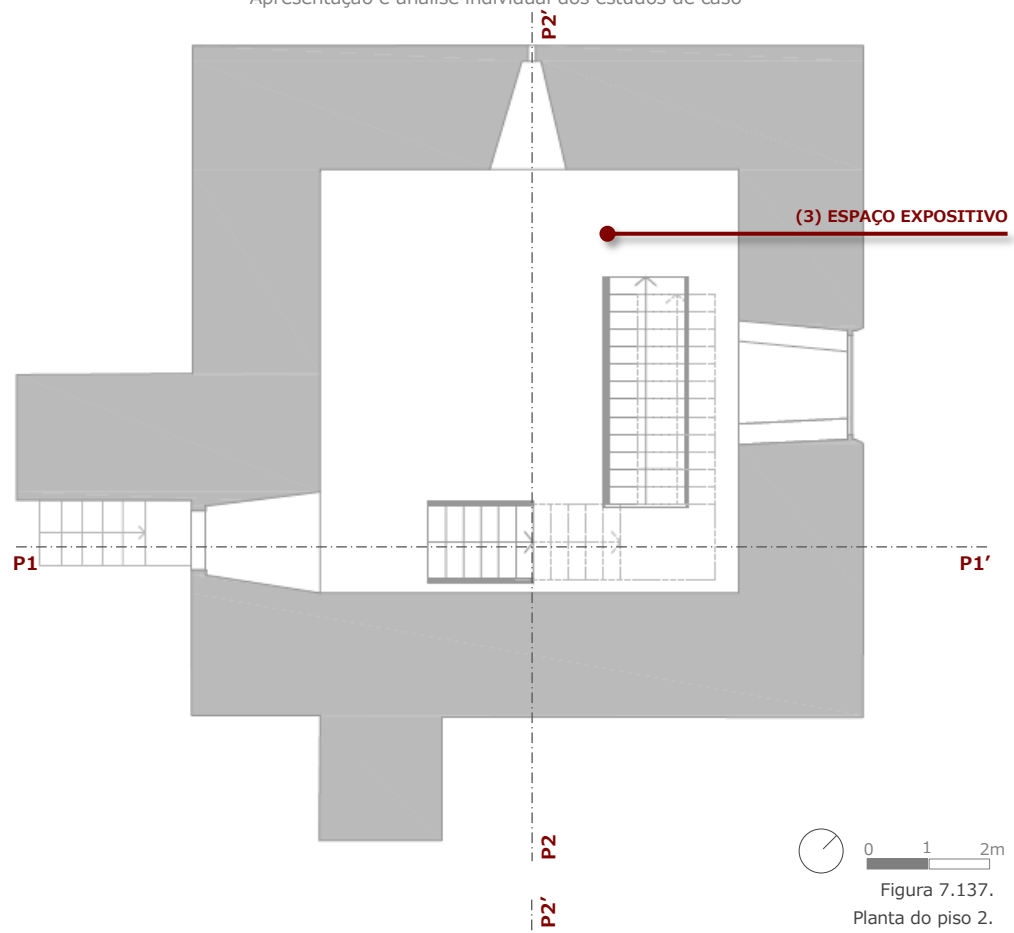


Figura 7.137.

Planta do piso 2.

Adaptado pela autora.

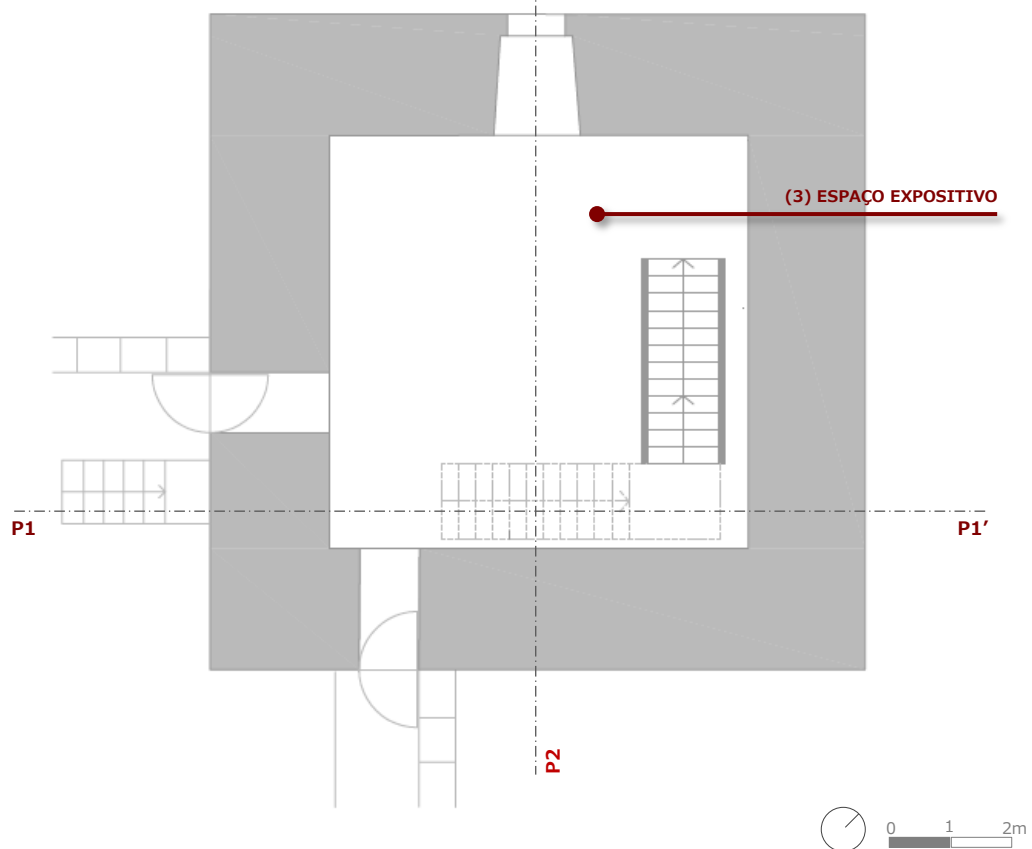


Figura 7.138.

Planta do piso 3.

Adaptado pela autora.

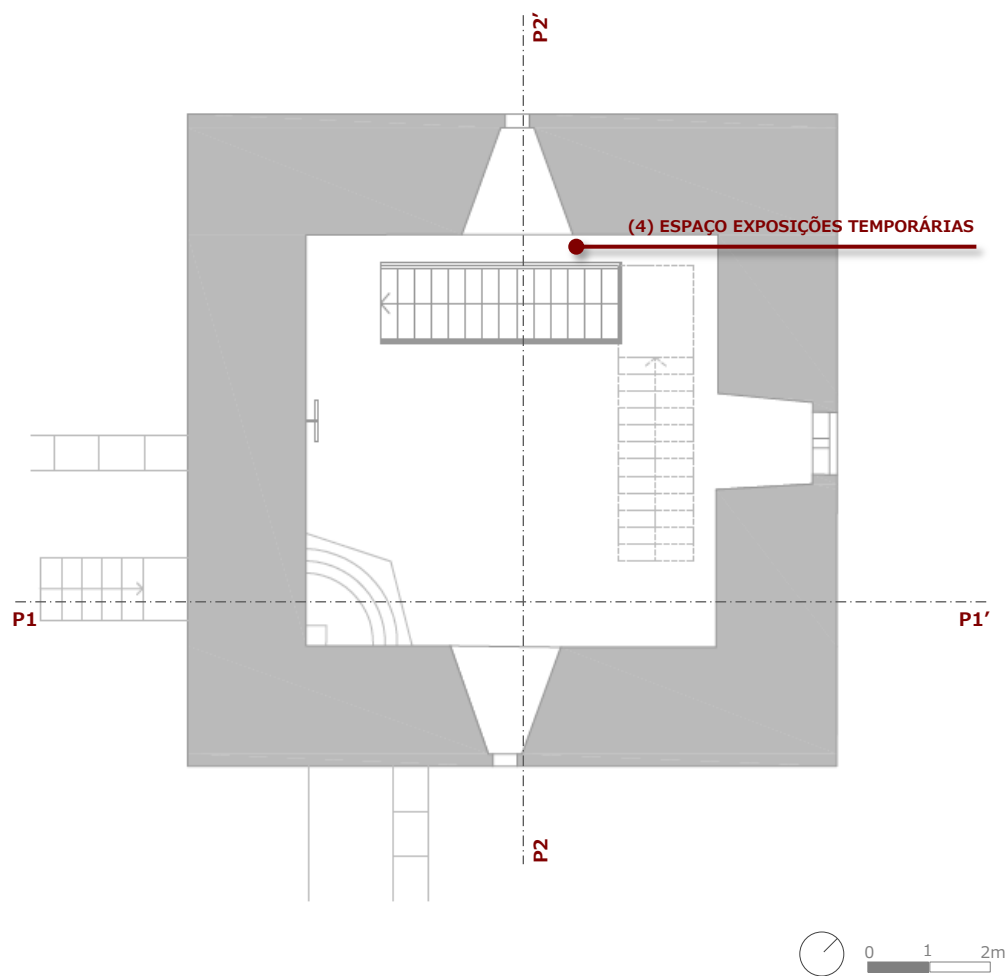


Figura 7.139.
Planta do piso 4.
Adaptado pela autora.

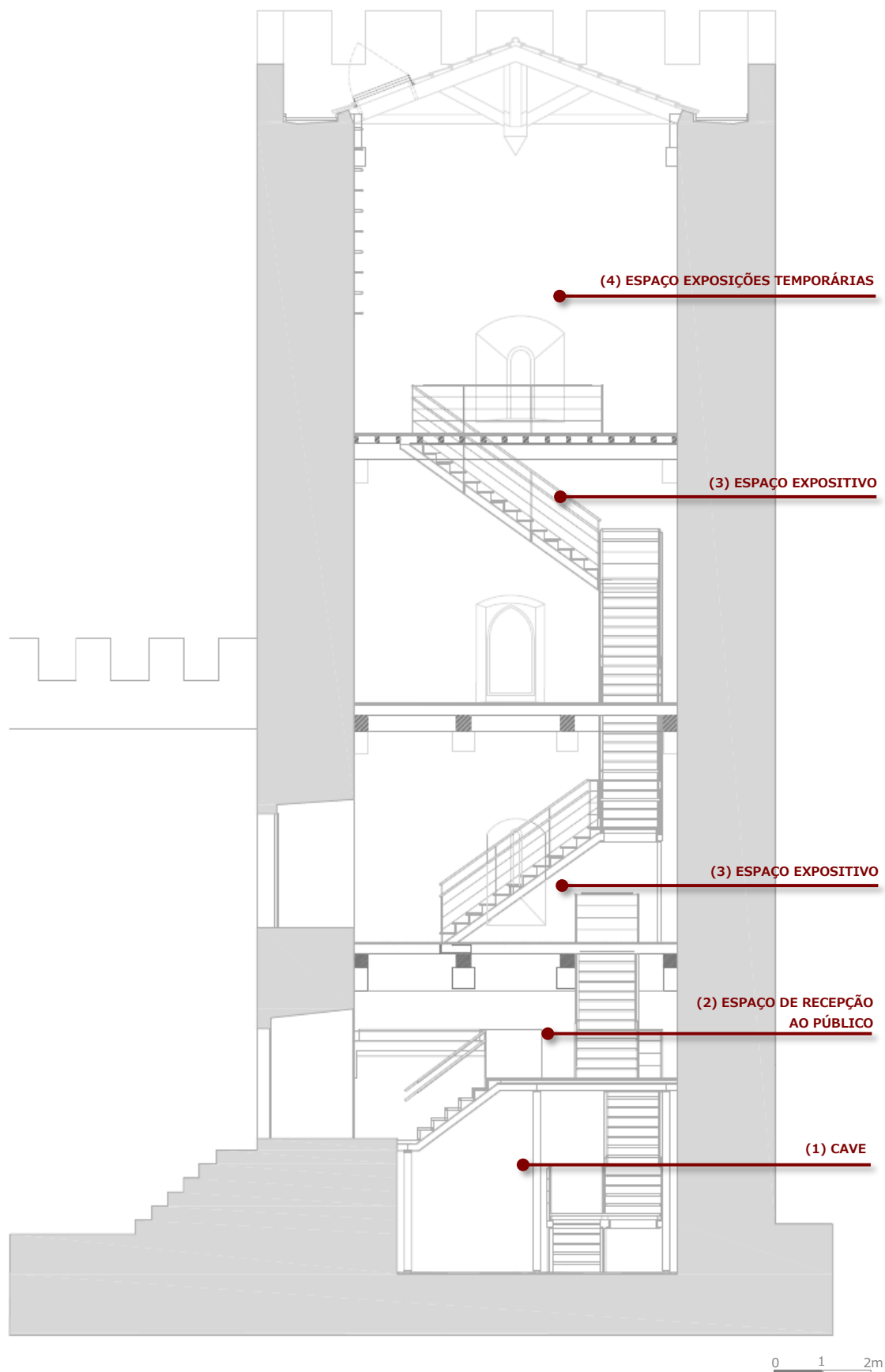


Figura 7.140.
Perfil 1.

Adaptado pela autora.

INFORMAÇÃO OBTIDA ATRAVÉS DAS ENTREVISTAS				
SUBCATEGORIA	USO(S) DO CASTELO			
TÓPICO	OPINIÃO SOBRE A INTERVENÇÃO			
QUESTÃO	D1 VISITA À INTERVENÇÃO	D2 CONHECIMENTO DA AUTORIA DO PROJECTO OU OUTRO FACTO	D3 OPINIÃO SOBRE A FUNCIONALIDADE/ UTILIDADE DA INTERVENÇÃO	D4 IMPACTO DA INTERVENÇÃO NA IMAGEM DO CASTELO
HABITANTES	SIM	NÃO	Parece-me uma intervenção de qualidade e funcional. (AMI-I-01, Mas., 50-60, pequeno empresário).	A intervenção recuperou um castelo bastante danificado e com intervenções anteriores – instalação do cemitério e de “edifícios” para utilização particular sem qualquer ligação ao castelo. Como tal, a intervenção parece-me que dignificou o castelo. (AMI-I-01, Mas., 50-60, pequeno empresário).
	SIM	SIM João Nasi Pereira, acho eu. (AMI-I-02, Mas., 20-30, técnico de turismo ambiental e rural).	Gosto da intervenção, funciona. O castelo foi intervencionado e teve um ano quase sem exposições. Agora com as exposições e a história do castelo completa um pouco a intervenção, bem como as maquetes. (AMI-I-02, Mas., 20-30, técnico de turismo ambiental e rural).	Esta última intervenção não modificou muito. (AMI-I-02, Mas., 20-30, técnico de turismo ambiental e rural).
TÉCNICO/ ENTIDADE			Esta última intervenção foi talvez a mais bem conseguida em termos arquitectónicos, porque criou um espaço museológico/expositivo que fazia muita falta ao castelo, na Torre de Menagem. Este novo espaço gera alguma dinâmica, porque temos tido a preocupação (CMN;DRCA;JFAT) em apresentar exposições temporárias, cujas temáticas assentam realidades locais, nomeadamente o artesanato, comemorações dos forais do concelho, etc. Para além desta questão foram também construídas instalações sanitárias, que eram reclamadas por todos há muitos anos. (AMI-II-01, Fem., 40-50, técnica superior do município de Nisa).	Não, penso que alterou a imagem, mas pela positiva, porque quem o visita fica com a ideia de que se continua a apostar neste castelo. (AMI-II-01, Fem., 40-50, técnica superior do município de Nisa).

Figura 7.141.
Opinião sobre a intervenção.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA	USO(S) DO CASTELO	
TÓPICO	PROPOSTOS COMO ALTERNATIVA	
QUESTÃO	C5 PERSPECTIVAS FUTURAS PARA O CASTELO	D6 OUTRO USO PARA O CASTELO
HABITANTES	A continuar sem grande utilização o futuro estará mais ou menos assegurado! Parece-me no entanto que existe a possibilidade, e se a gestão for partilhada, de tornar este equipamento auto-sustentável. (AMI-I-01, Mas., 50-60, pequeno empresário).	Apenas considerá-lo um equipamento vivo e procurar utilizá-lo mais e de forma menos “tímida”. (AMI-I-01, Mas., 50-60, pequeno empresário).
	Eu queria que fosse um futuro mais risonho, que se conseguisse divulgar mais e as pessoas aparecessem mais porque é pena [...].Agora com o protocolo o castelo tem de estar aberto, não sei precisar quantos anos. Esperamos que esteja aberto – já está há dois anos consecutivos e esperamos que continue. O investimento que foi feito naquela torre (torre de menagem) foi uma coisa fora de série e se fechasse era bastante mau. E tudo aquilo que se fez até agora para que se conseguisse fazer vir mais gente iria perder-se se o castelo fechasse. Quanto à manutenção, a junta de freguesia e a câmara municipal estão mais directamente ligadas, mais a junta de freguesia, e acho que é bom as duas estarem mais directamente ligadas à manutenção, estão mais próximas do monumento e se houver alguma coisa é melhor. Há coisas que se fazem, por exemplo, visitas maiores que vêm e coisas que se tem de fazer aí dentro (do castelo), é claro que o IPPAR tem de tomar sempre conhecimento das coisas mas às vezes tinha-se de fazer ofícios e pedidos e muitas vezes a resposta vinha já depois das datas dos eventos. Não acontecia muitas coisas devido a isso. (AMI-I-02, Mas., 20-30, técnico de turismo ambiental e rural).	Tenta-se fazer mais coisas. Às vezes são organizados passeios de todo-o-terreno, de jipes e carros e tenta-se fazer o almoço na praça de armas – as pessoas comem lá. Sempre dá mais movimento ao castelo. Tenta-se fazer actividades desse género. (AMI-I-02, Mas., 20-30, técnico de turismo ambiental e rural).
TÉCNICO/ ENTIDADE	Não prevejo que haja alterações, porque existem protocolos de colaboração entre o Município de Nisa, Direcção Regional de Cultura do Alentejo e Junta de Freguesia de Amieira do Tejo, no sentido de encontrar as melhores soluções para garantir a manutenção, conservação e divulgação do castelo, e até à data tem corrido de forma muito cordial, porque no fundo todos sabemos que deveremos fazer um esforço (conjunto) para garantir que este monumento não caia no esquecimento e que sirva a médio prazo como um elemento, a par de outros, revitalizador de uma zona extremamente despovoada e carenciada. (AMI-II-01, Fem., 40-50, técnica superior do município de Nisa).	Não. (AMI-II-01, Fem., 40-50, técnica superior do município de Nisa).

Figura 7.142.
Usos propostos como alternativa.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA	PARTICIPAÇÃO	
TÓPICO	NO PROCESSO DE DECISÃO	
QUESTÃO	C1 PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE DECISÃO	C2 IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO CÍVICA NO PROCESSO DE DECISÃO
HABITANTES	NÃO SABE	SIM Quem melhor que as populações locais para auxiliar num processo de memória colectiva? Embora esta deva ser, obviamente gerida por técnicos qualificados. (AMI-I-01, Mas., 50-60, pequeno empresário).
	NÃO	SIM Sim, acho importante, acho que as pessoas deviam dar opinião mas assim não sei se chegavam a um consenso. (AMI-I-02, Mas., 20-30, técnico de turismo ambiental e rural).
TÉCNICO/ ENTIDADE	NÃO	SIM Eu considero que sim, em qualquer situação, mas no caso de Amieira isso não aconteceu porque não existem movimentos cívicos ou até associações que possam participar, até porque como já referi a população é maioritariamente idosa, e os habitantes são cada vez menos, o que é uma pena. (AMI-II-01, Fem., 40-50, técnica superior do município de Nisa).

Figura 7.143.
Participação no processo de decisão.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA	AFLUÊNCIA DE VISITANTES COMO SOLUÇÃO PARA A ECONOMIA LOCAL	
QUESTÃO	B2 AFLUÊNCIA DE VISITANTES, GERADA PELO CASTELO, COMO SOLUÇÃO	B4 IMPACTO DA AFLUÊNCIA DE VISITANTES NA VIDA QUOTIDIANA E QUALIDADE DE VIDA
HABITANTES	SIM	Tem sido pouco relevante (AMI-I-01, Mas., 50-60, pequeno empresário).
	SIM	Ainda não, não acontece porque não vem muita gente, dá uma média de 80 a 90 visitantes por mês. (AMI-I-02, Mas., 20-30, técnico de turismo ambiental e rural).
TÉCNICO/ ENTIDADE	NÃO	Não acho que tenha havido impacto a esse nível. O turismo que existe não é ainda gerador de riqueza, ou pelo menos não se reflecte na qualidade de vida das pessoas. O castelo deverá ser sempre um elo muito importante na discussão de uma nova realidade para Amieira, mas não consegue ser sozinho o motor de arranque. (AMI-II-01, Fem., 40-50, técnica superior do município de Nisa).

Figura 7.144.
Afluência de visitantes como solução para a economia local.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA CASTELO COMO FACTOR GERADOR			
QUESTÃO	B1 IMPORTÂNCIA DA DIVULGAÇÃO DO CASTELO PARA A ECONOMIA LOCAL	B3 IMPACTO DA INTERVENÇÃO NO CASTELO NA ECONOMIA LOCAL	C7 IMPACTO DA INTERVENÇÃO ALÉM DO COMÉRCIO
HABITANTES	Tem sido pouco relevante. Um aproveitamento das potencialidades que o castelo, e o seu bom estado de conservação, poderiam/deveriam ser utilizados para benefício da economia local, mas pelo exposto na resposta anterior os benefícios, são mínimos ou inexistentes. (AMI-I-01, Mas., 50-60, pequeno empresário).	O entrevistado não respondeu. (AMI-I-01, Mas., 50-60, pequeno empresário).	
	Pode trazer melhorias, claro. Há prós e contras. É um sítio sossegado, muitas das pessoas que vêm consideram isto uma paz e gostam pelo facto de ser sossegado, visitam o castelo, vão até ao rio e visitam também a capela do Calvário. Mas falta vir mais gente. Há pouco tempo a câmara municipal assinou um protocolo com o IPPAR [...] e a junta de freguesia, os três, o IPPAR continua a ser a parte central mas agora quem está a explorar directamente o castelo é a câmara municipal e a junta de freguesia. Tenta-se fazer um esforço [...] para divulgar mais o castelo. O castelo teve um problema, esteve quase 4 anos fechado por causa das intervenções na torre principal [...]. No entanto, as pessoas vinham visitar e estava fechado [...]. Agora já está aberto permanentemente há dois anos e está a tentar-se fazer algum esforço [...]. (AMI-I-02, Mas., 20-30, técnico de turismo ambiental e rural).	As pessoas vêm mais para visitar o castelo. Mas depois quando entram dentro da torre principal ficam contentes porque vêem muitos castelos que estão maltratados no interior e este não. A maioria das pessoas pergunta se vale a pena entrar no castelo, e depois quando entram vêem que vale a pena, que as coisas estão recuperadas. Claro que no meio de muita gente aparece sempre uma pessoa que fica chocada com a intervenção, porque tem alumínio e as paredes também já foram alteradas. (AMI-I-02, Mas., 20-30, técnico de turismo ambiental e rural).	
TÉCNICO/ ENTIDADE	Infelizmente [...] não é só <i>per</i> se suficiente para alterar a situação de despovoamento e falta de comércio que existe em Amieira. Este problema carece de políticas mais profundas não apenas a nível local, mas também regional e nacional [...] o castelo será sempre o centro de qualquer plano que surja para Amieira e deverá passar também por parcerias a nível institucional/cultura, como por exemplo roteiros temáticos (regionais [...]). (AMI-II-01, Fem., 40-50, técnica superior do município de Nisa).	Penso que intervenção se reflecte mais em termos da conservação do imóvel e na criação de novos espaços expositivos (era a grande carência) do que propriamente na alteração da realidade económica da freguesia. (AMI-II-01, Fem., 40-50, técnica superior do município de Nisa).	NÃO Não aplicável.

Figura 7.145.

Castelo como factor gerador.

Tabela da autora.

SUBCATEGORIA	FACTOS ASSOCIADOS AO CASTELO		
TÓPICO	HISTÓRICOS/OUTROS		
QUESTÃO	A1 IMPORTÂNCIA NA HISTÓRIA NACIONAL	A2 CONHECIMENTO DA HISTÓRIA DO CASTELO	A3 IMPORTÂNCIA DO CASTELO NO TERRITÓRIO
HABITANTES	SIM	SIM O entrevistado não respondeu. (AMI-I-01, Mas., 50-60, pequeno empresário).	Teve uma importância muito moderada. (AMI-I-01, Mas., 50-60, pequeno empresário).
	SIM	SIM O castelo é do século XIV e pertence à linha de defesa do Tejo, com os castelos de Belver, Almourol, entre outros. O castelo pertence à linha de defesa mas fica distante do Tejo, a 3 km. Foi mais um castelo de habitação, onde o pai de D, Nuno Álvares Pereira habitou. Foi ele que mandou construir o castelo e foi, de facto, mais de habitação, nunca foi um castelo com muitos conflitos. (AMI-I-02, Mas., 20-30, técnico de turismo ambiental e rural).	Contribuiu para o desenvolvimento da terra. Contudo, é um sítio onde se tem de vir propositadamente, não contribuiu muito porque provavelmente já teríamos uma ponte. Mas como disse é um sítio que se tem de visitar de propósito e não traz muitos visitantes, não tantos como queríamos, por causa da localização. (AMI-I-02, Mas., 20-30, técnico de turismo ambiental e rural).
TÉCNICO/ ENTIDADE			Penso que sim, basta consultar a documentação histórica para ficarmos com a ideia de que Amieira do Tejo aumentou de forma significativa a sua população desde a construção do Castelo e consequentemente houve um aumento de fogos, (limites da vila) e criaram-se as bases para que economia local sobrevivesse. No entanto, a situação geográfica da vila tem sido um factor muito negativo no que respeita ao desenvolvimento da mesma, porque não é um local de passagem, uma vez que o rio Tejo faz o limite da freguesia, obrigando as pessoas a voltarem para trás. Este é sem dúvida o principal obstáculo ao desenvolvimento de Amieira. A sua população é maioritariamente idosa e a vila está ficar despovoada, aliás como toda esta região do interior. (AMI-II-01, Fem., 40-50, técnica superior do município de Nisa).

Figura 7.146.
Factos associados ao castelo.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA	RECONHECIMENTO DE VALOR <i>PATRIMONIAL</i>		
TÓPICO	PESSOAL/COMUNIDADE		
QUESTÃO	A4 ATRIBUIÇÃO DE VALOR <i>PATRIMONIAL</i>	A5 VALORIZAÇÃO DO CASTELO PELA COMUNIDADE	D5 IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DO <i>PATRIMÔNIO</i> PARA AS GERAÇÕES FUTURAS
HABITANTES	SIM	NÃO A pouca promoção que as entidades locais têm feito ao castelo deu origem a um certo distanciamento por parte das populações. As dificuldades na realização de acções culturais/históricas impostas pelas entidades que gerem o castelo obrigam a que este seja um monumento pouco “vivo”! No entanto a população local tem enorme orgulho no seu castelo, embora esteja “afastada” dele. (AMI-I-01, Mas., 50-60, pequeno empresário).	SIM Na minha opinião os povos beneficiam sempre se conhecerem a sua memória colectiva. (AMI-I-01, Mas., 50-60, pequeno empresário).
	SIM	NÃO [...]Eu tenho quase a certeza que cerca de 50%, ou mais, da população não conhece as obras que o castelo tem actualmente [...]. Muitos deles não sabem que o castelo tem exposições na torre principal com a história do castelo [...]. As pessoas pensam que o castelo está como antigamente, tudo abandonado no interior. Muitas delas passam em frente ao castelo e quando vêem muitos turistas a entrar para visitá-lo não compreendem que interesse pode ter para essas pessoas [...]. Muitas vão ver o castelo e até vão ver as exposições mas há muita gente que não vai. E a maioria da população é idosa, deslocarem-se ao castelo e subir as escadas é complicado. (AMI-I-02, Mas., 20-30, técnico de turismo ambiental e rural).	SIM Prova disso foi quando o castelo foi recuperado quando passou a ser monumento nacional, sofreu uma intervenção e ainda bem, pois hoje não sei como é que estaria, nessa altura estava já muito danificado. (AMI-I-02, Mas., 20-30, técnico de turismo ambiental e rural).
TÉCNICO/ ENTIDADE		NÃO Os habitantes de Amieira poderão não conseguir explicar esse valor, mas têm consciência de que o monumento mais importante que têm na sua terra é o Castelo e como tal este deverá ser preservado, porque é devido a ele que recebem diariamente alguns visitantes. Penso que o valorizam à sua maneira, ficam contentes quando se encontram soluções para o manter aberto e limpo. Também eles vêm no castelo o último e único elemento que pode ajudar à sobrevivência da própria localidade. (AMI-II-01, Fem., 40-50, técnica superior do município de Nisa).	

Figura 7.147.
Reconhecimento de valor *patrimonial*.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA		RECONHECIMENTO DE VALOR <i>PATRIMONIAL</i>			
TÓPICO		PARTICIPAÇÃO NA DIVULGAÇÃO DO CASTELO			
QUESTÃO	C3 PARTICIPAÇÃO DOS HABITANTES NA DIVULGAÇÃO DO CASTELO		C3.1. EXISTÊNCIA DE IMPACTO DESSE CONTRIBUTO	C4 CONTRIBUTO PESSOAL	C4.1. SE NÃO, DEVERIA DAR?/QUAL
HABITANTES	NÃO	Não aplicável.	Não aplicável.	SIM. Faço a divulgação e promovo actividades no castelo, como por exemplo um evento de Recriação Histórica, não uma Feira Medieval, mas sim um evento que procura divulgar momentos acontecidos neste castelo ou que a ele estejam ligados, com RIGOR. (AMI-I-01, Mas., 50-60, pequeno empresário).	Não aplicável.
	SIM	As pessoas mais jovens tentam divulgar através da internet. Às vezes quando as pessoas vêm ver a terra, os mais velhos dizem para ir ver o castelo. (AMI-I-02, Mas., 20-30, técnico de turismo ambiental e rural).	[...]acho que houve impacto. Muita gente vem porque vê imagens na internet, facebook e blogue [...]. Há também impacto devido aos eventos que se fazem aqui dentro (no castelo) – faz-se a festa da terra dentro do castelo e fazemos também recreação histórica, já é o segundo ano. Nestes dois anos tem vindo a RTP filmar [...] atraindo muita gente [...]. (AMI-I-02, Mas., 20-30, técnico de turismo ambiental e rural).	SIM. Eu não tenho um curso de guia turístico mas gosto de dar uma breve explicação às pessoas. Não muito pois as pessoas não gostam de serem incomodadas, mas tento dar uma explicação da capela e da torre principal. (AMI-I-02, Mas., 20-30, técnico de turismo ambiental e rural).	Não aplicável.
TÉCNICO/ ENTIDADE	NÃO	Não aplicável.	Não aplicável.		

Figura 7.148.
Participação na divulgação do castelo.
Tabela da autora.

PARTE II ■ ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS

Categoria I | **Contexto/comunidade vs. Autoria/projecto de arquitectura**

O programa para a intervenção no castelo de Amieira do Tejo pressupõe sobretudo um uso cultural, através de espaços propostos através da refuncionalização da torre de menagem, sendo actualmente o último piso para exposições temporárias de artistas locais.

Desta forma, o programa contempla uma instalação sanitária e espaço de recepção ao público, bem como informação específica sobre o castelo nos pisos 2 e 3, não sendo proposto outro tipo de uso conforme as actividades da comunidade. Dado que a intervenção consistiu na refuncionalização da torre de menagem, além do arranjo urbanístico da praça que antecede o castelo, a questão da autoria neste caso não é evidenciada pois a intervenção na torre de menagem manteve os pisos relativamente à cota original, com uma estrutura que dá acesso a todos os pisos, sendo que a mesma, para o seu suporte, não comprometeu a necessidade de intervenções de carácter invasivo na estrutura do monumento.

Neste estudo de caso só foi possível reunir duas entrevistas relativamente ao modelo I. No que toca à opinião sobre a intervenção, os habitantes entrevistados consideram que a intervenção é funcional e valorizou o castelo. O técnico/entidade considera também que a intervenção foi bem conseguida, contemplando instalações sanitárias, visto ser uma vontade da comunidade. De salientar o esforço em promover regularmente exposições temporárias para uma maior dinamização local, havendo desta forma uma adaptação de um espaço pela comunidade, que no conceito de intervenção não foi previsto para tal.

Quanto ao impacto da intervenção, os entrevistados consideram também que o mesmo foi num sentido positivo, contribuindo para uma nova leitura da pré-existência, no sentido em que o castelo se apresenta como um espaço com manutenção e preservado.

Curiosamente, as respostas sobre um uso alternativo não vão de encontro ao uso exclusivamente cultural, previsto pela intervenção. Os entrevistados referem que deveria haver mais actividades, de forma a tornar o espaço com mais utilidade para a comunidade, contrariamente à opinião do técnico/entidade. Esta divergência não existe, no entanto, quanto às perspectivas futuras sobre o castelo, no sentido em que todos os entrevistados referem que uma coordenação entre vários organismos poderá possibilitar a manutenção que o monumento necessita, havendo já protocolos nesse sentido entre as entidades locais e regionais. No entanto AMI-I-02 refere que tem havido um esforço no sentido de atrair mais visitantes para justificar o investimento da intervenção e assim poder haver uma maior utilização do espaço, além de actividades locais que podem permitir a manutenção. De salientar uma referência feita por AMI-II-01, relativamente a uma iniciativa conjunta de promover a valorizar o castelo de forma a constituir um factor que promova a revitalização da localidade, que actualmente apresenta um número muito baixo de população residente, estando situada numa zona com acentuada desertificação.

Voltando à análise da intervenção, quanto à reversibilidade a intervenção apresenta estruturas com materiais que permitem tal acção além da distinção entre a obra nova e a estrutura pré-existente. Neste sentido, pode dizer-se que a intervenção resultou nesta temática.

No que toca à *interpretação*, a mesma não apresenta grandes diferenças relativamente aos restantes estudos de caso. As técnicas utilizadas são constituídas por painéis informativos e maquetes, onde a *interpretação* é feita de forma unicamente visual e por isso unidimensional. Neste caso, os entrevistados responderam negativamente ou não têm conhecimento sobre a participação da comunidade no processo de decisão, opinião partilhada pelo técnico/entidade, referindo que não houve participação da comunidade nesse processo. No entanto, todos os entrevistados responderam positivamente à importância da participação cívica no processo de decisão, sendo que AMI-I-01 refere a questão da construção de *memória* colectiva e da importância do envolvimento da comunidade para tal, salientando que este processo deve ser no entanto gerido por técnicos, apresentando uma justificação singular para essa mesma participação relativamente aos restantes entrevistados dos outros estudos de caso. AMI-I-02, apesar de concordar com uma participação cívica considera de difícil gestão a coordenação de diversas opiniões, ao contrário de AMI-I-01, que vê uma possibilidade para essa gestão. No entanto, o técnico/entidade alerta para a falta de representatividade da comunidade para que tal processo pudesse acontecer, e que se deve, em parte, segundo o técnico/entidade, à pouca população existente, sendo maioritariamente idosa.

Categoria analítica II ■ **Contexto/comunidade vs. Expectativa económica**

Como se pode apreender pela análise até agora desenvolvida, a localidade de Amieira do Tejo apresenta uma desertificação acentuada, pelo que a sua revitalização se torna premente através das potencialidades existentes, em que uma delas é a existência do castelo como monumento visitável. Desta forma, os entrevistados consideram que uma maior afluência de visitantes poderá constituir uma solução para o comércio e economia locais, considerando ainda que uma maior divulgação poderia trazer mais visitantes, podendo assim beneficiar o comércio. No entanto, apesar dos esforços que as entidades têm feito nesse sentido, AMI-I-02 refere que a situação geográfica e a acessibilidade da localidade constituem um factor que dificulta a divulgação, referindo-se que este facto contribuiu também para a desertificação da localidade, sobretudo a partir década de 80 do século XX, com a construção do IP2 (Botto, 2007).

No entanto, o técnico/entidade considera que a solução para o comércio e economia locais não passa exclusivamente pela afluência de visitantes. Embora considere que o castelo seja o principal motivo para a ida de visitantes à localidade, deveria haver estratégias mais profundas que integrassem o castelo. Isto reflecte-se na opinião sobre o impacto a intervenção no comércio e economia locais, que segundo a resposta dos entrevistados a intervenção não teve impacto significativo e também não parece constituir motivo para um interesse, por parte

do público, de visitar o castelo. Desta forma, o impacto de uma maior afluência de visitantes não será significativo, como o demonstram as opiniões dos entrevistados, e como afirma AMI-II-01, não constitui um factor gerador de riqueza, podendo concluir-se que talvez sejam necessárias estratégias que englobem outros recursos.

Categoria analítica III | **Valores associados vs. Valores intrínsecos**

O castelo de Amieira do Tejo é igualmente classificado como Monumento Nacional, de grau 2. No entanto, os entrevistados relativamente ao reconhecimento de valor *patrimonial* por parte da comunidade consideram que a mesma não lhe atribui valor, no sentido em que não demonstram interesse em participar nas actividades que decorrem no castelo e, segundo a opinião de AMI-I-02, muitos dos habitantes não conhecem a nova intervenção e ainda remetem o castelo para uma memória antes das intervenções de valorização, talvez por não haver, como afirma AMI-I-01, uma divulgação suficiente das entidades locais. Este entrevistado refere ainda que encontra dificuldade para a realização de acções culturais, em que se prevê que as mesmas poderiam provavelmente promover uma maior participação dos habitantes. A opinião do técnico/entidade é um pouco diferente, na medida em que considera que os habitantes valorizam o castelo, mas não pelos mesmos valores relativamente a outros públicos, havendo uma expectativa, segundo o técnico/entidade, de que o castelo signifique um dos recursos mais importantes para a revitalização da localidade, referindo ainda que a valorização é acrescida pelo facto de existir interesse por parte dos visitantes em se deslocarem a Amieira do Tejo para visitarem o monumento.

Relativamente à importância do castelo no desenvolvimento do território, embora o técnico/entidade refira que após a construção do castelo houve um aumento do número de fogos, esta ideia não é muito evidenciada pelas respostas dos entrevistados.

No que toca ao contributo dos habitantes na divulgação do castelo, as opiniões apresentam diferenças. AMI-I-01 e AMI-II-01 referem que não. No entanto AMI-I-02 refere que existe, sobretudo através dos habitantes mais jovens, o que tem tido algum impacto, na medida em que disponibilizam informação nas redes sociais e blogues, o que permitem aos visitantes conhecerem a existência do castelo. De salientar ainda a referência do entrevistado sobre a realização da festa (provavelmente anual) da localidade no espaço intramuros, havendo assim uma apropriação do espaço pela comunidade, revelando outras formas igualmente válidas de apropriação do espaço mesmo que não contemplem um uso de acordo com as expectativas dos especialistas. Os entrevistados referem que dão um contributo pessoal para a divulgação do castelo, salientando-se o interesse de alguns habitantes, dos quais o entrevistado AMI-I-01, em realizar recriações históricas baseadas em factos específicos relacionados com a história do castelo, através da colaboração dos habitantes locais.

ESTUDO DE CASO **PORTALEGRE**

PARTE I ■ ENQUADRAMENTO

ENQUADRAMENTO DA POVOAÇÃO	
LOCALIZAÇÃO	Região Alentejo, Alto Alentejo, Portalegre.
ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO	Situa-se na Serra de São Mamede, sendo que a actual freguesia da Sé, onde se situa o centro histórico, está implantada sobre uma elevação, onde o castelo se situa na cota mais alta dessa mesma elevação, permitindo visualizar um extenso território na envolvente sobre as planícies a sul e a poente. Os solos férteis da planície e a defesa natural proporcionada pela serra permitiram a fixação da população.
ENQUADRAMENTO HISTÓRICO	Em 1229 era já considerada vila e denominada Portalegre, por documentos existentes de doações aos templários. Em 1253 constitui concelho, sendo desmembrado do de Marvão. Recebeu foral de D. Afonso III em 1259, tendo sido começada a construção do castelo, remodelado posteriormente por D. Dinis, que construiu a cerca urbana. Sofre o primeiro cerco nos confrontos entre os dois reis acima referidos. É concedido novo foral, em 1511, por D. Manuel I. Mais tarde, em 1550 é elevada a cidade e constitui novo bispado, desmembrando-se assim da diocese da Guarda. A cidade foi ainda palco de novos cercos, sendo tomada pelos espanhóis na Guerra de Sucessão de Espanha e ainda em 1808 pelos franceses no contexto da Revolução Francesa.
POPULAÇÃO EM 1911	11603 Habitantes.
POPULAÇÃO EM 2011	15642 Habitantes.
CARACTERÍSTICAS PARTICULARES	-
ENQUADRAMENTO DO CASTELO	
PROTECÇÃO/CLASSIFICAÇÃO	Monumento Nacional
ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO	Século XIII; XIV; XVI, XVII e XIX
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO	Raia Seca do Alto Alentejo – Portalegre constitui um ponto estratégico secundário, protegido pela Serra de São Mamede, articulado com os castelos de Castelo de Vide, Marvão e Crato, na região entre o Tejo e a Serra de São Mamede.
GRAU	1
CONSERVAÇÃO	Em bom estado de conservação, apresentando no entanto alguns troços de muralha em ruína, mas consolidados.
AFECTAÇÃO	Direcção Regional da cultura do Alentejo (estatal).
CARACTERÍSTICAS PARTICULARES	O castelo apresenta planta ovalada, com configuração geométrica irregular, sendo constituído por três torres. A torre de menagem situa-se a nascente, constituindo simultaneamente uma das torres da cerca urbana, actualmente separada por um arruamento das outras torres existentes. Esta torre apresenta actualmente dois pisos, em que um deles é constituído por duplo pé-direito. O primeiro contém uma abóbada ogival e o segundo uma abóbada nervurada. As restantes torres estão conectadas pelo adarve.
USO(S) ANTES DA INTERVENÇÃO	A torre de menagem tinha um núcleo museológico, instalado após a compra do castelo por parte do Estado.
PRINCIPAIS INTERVENÇÕES REALIZADAS ANTES DA INTERVENÇÃO EM ESTUDO	1963 - obras de consolidação de troço em ruínas junto à R. da torre do Pessegueiro; 1967 / 1968 - obras de reparação da torre de menagem e de consolidação e recuperação de demolição de construções encostadas às muralhas; 1970 / 1974 - continuação das obras anteriores; 1982/1983 - reparações na torre de menagem e em troço de muralha.
OBSERVAÇÕES	O castelo é parte integrante da cerca que envolve o centro histórico da cidade, constituída por dupla muralha. Da cerca ainda existem troços que se podem observar em alguns arruamentos (figuras 7.155. e 7.156).

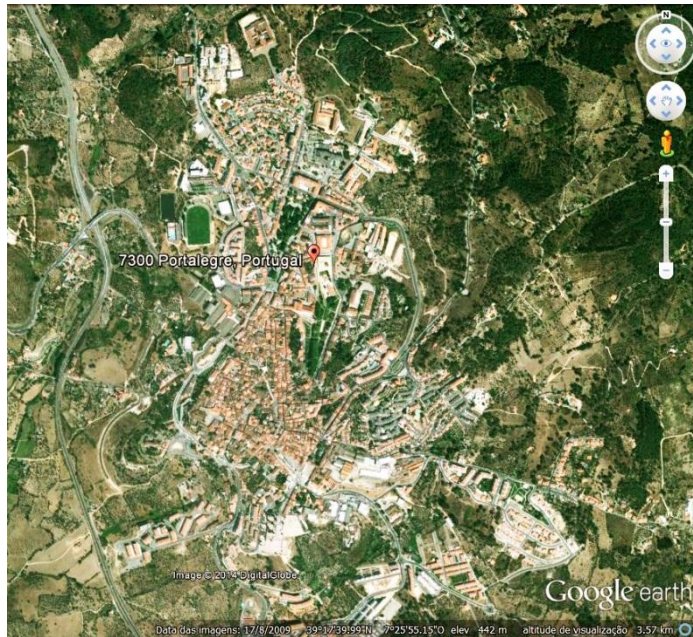


Figura 7.149.
Vista aérea de Portalegre, 2014.



Figura 7.150.
Localização de Portalegre.
(assinalada a vermelho).
Gráfico da autora.



Figura 7.151.
Castelo visto da Sé, 1942.
Autor desconhecido.



Figura 7.152.
Castelo, 1974.
Autor desconhecido.



Figura 7.153.
Castelo, antes da intervenção, s/d.
Autor desconhecido.



Figura 7.154.
Envolvente próxima do castelo, s/d.
Autor desconhecido.

ENQUADRAMENTO E DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

AUTORIA	Arquitecto Cândido Chuva Gomes
PROMOTOR	Câmara Municipal de Portalegre
DATA DE PROJECTO	2004
CONCLUSÃO DA OBRA	2006
CONCEITO(S)	O autor refere que o castelo, apesar da sua centralidade urbana, permanecia um espaço inacessível, pretendendo-se que o mesmo, através da sua refuncionalização, retomasse um papel estratégico na actividade urbana intramuros. O autor considera ainda que para muitos habitantes o castelo constitui apenas uma referência visual e um marco na paisagem, existindo pouco conhecimento sobre o mesmo. Desta forma, com a intervenção, perspectivava-se uma estrita relação do castelo com os habitantes, denominando a mesma de <i>centro cívico</i>, pretendendo-se assim uma dinamização do centro urbano. A proposta pretendeu preservar integralmente as estruturas pré-existentes, inserindo-se um novo volume.
PROGRAMA	O programa constitui-se por duas partes principais: as actividades propostas através da refuncionalização da torre de menagem e do novo volume. Desta forma, o novo volume constitui-se por três pisos. No piso 0 existe uma entrada, a partir do arruamento, para a torre de menagem, que dá acesso ao espaço expositivo (1), actualmente com pé-direito duplo. No lado oposto da mesma situa-se a entrada para o espaço de recepção ao público (2), com informação específica sobre o castelo e com presença diária de um funcionário, com acesso ao piso 1, através de escadas e elevador. No piso 0 encontra-se ainda a saída, com cota mais elevada, para o espaço intramuros. No piso 1 situa-se então uma sala polivalente (3) e um espaço que seria destinado a loja de produtos regionais (4). Através deste piso é possível aceder às galerias (5) e palco (6) com a mesma cota. Este piso é conectado à torre de menagem através de um passadiço que dá acesso a umas escadas onde é possível aceder do espaço expositivo (1) até à sala polivalente (3). No piso 2, também com acesso às galerias, situa-se a cozinha (9) e sala de refeições (8). Através desta acede-se à sala de reuniões (7), numa cota mais elevada, um espaço com abóboda nervurada.
MATERIAIS UTILIZADOS	Nas estruturas existentes utilizam-se elementos metálicos e lamelados de madeira. O principal revestimento do interior são placas de material pétreo, xisto. As fachadas do piso 0 são sobretudo construídas em vidro, com caixilharia metálica, como se verifica igualmente nos pisos 1 e 2.
JUSTIFICAÇÃO PARA INTERVENÇÃO NO CASTELO	A intervenção teve a intenção de reabilitar e dignificar o espaço, e foi inserida no programa "Polis". (POR-II-01, Fem., 50-60, Funcionária Pública).
OBSERVAÇÕES	O castelo sofreu ainda uma outra intervenção, da mesma autoria, inserida no Programa "Polis", no espaço da barbacã. Na visita efectuada ao castelo verificou-se que parte das actividades propostas no programa já não se encontram em funcionamento nos espaços projectados para tal.



Figura 7.155.
Troço da cerca urbana, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 7.156.
Outro troço da cerca urbana, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 7.157.
Vista de uma das torres, 2013.
Fotografia da autora.

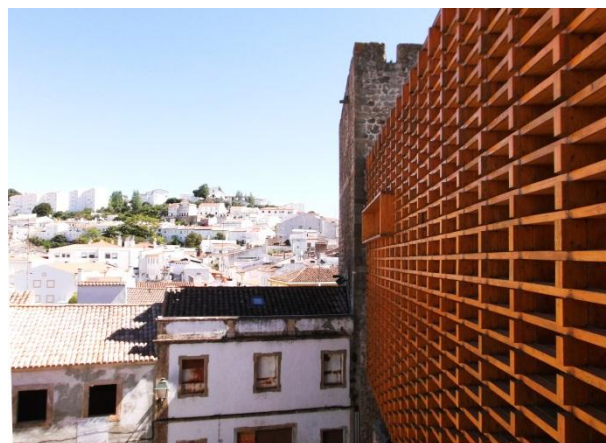


Figura 7.159.
Fachada norte, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 7.158.
Vista sul do torreão situado a nascente, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 7.160.
Vista da cidade de Portalegre através do espaço
interior da intervenção, 2013.
Fotografia da autora



Figura 7.161.
Vista norte da torre situada a nascente,
2013.
Fotografia da autora.

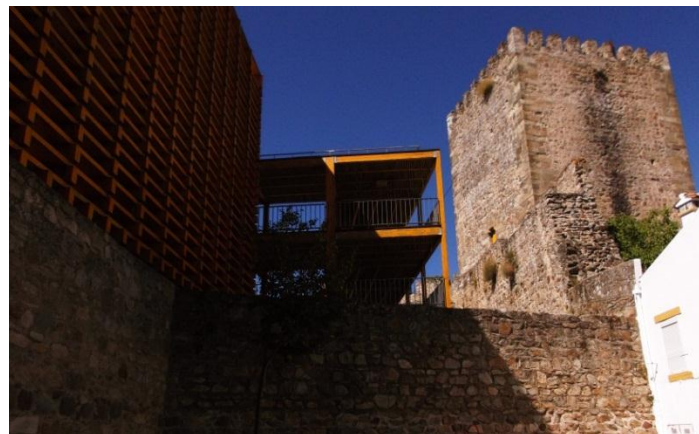


Figura 7.162.
Galerias, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 7.163.
Vista das galerias no espaço intramuros, 2013.
Fotografia da autora.

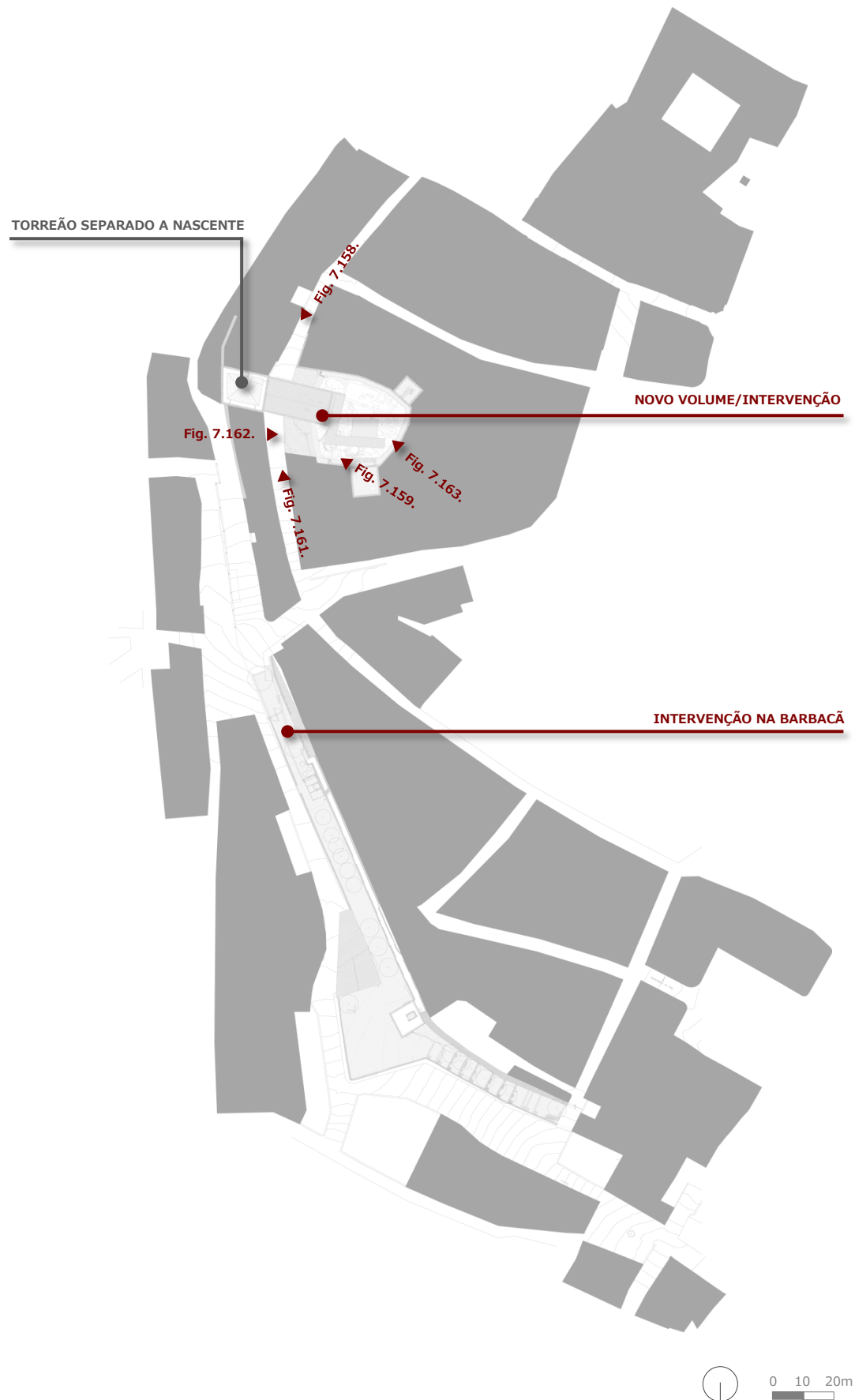


Figura 7.164.
Planta de implantação.
Adaptado pela autora.

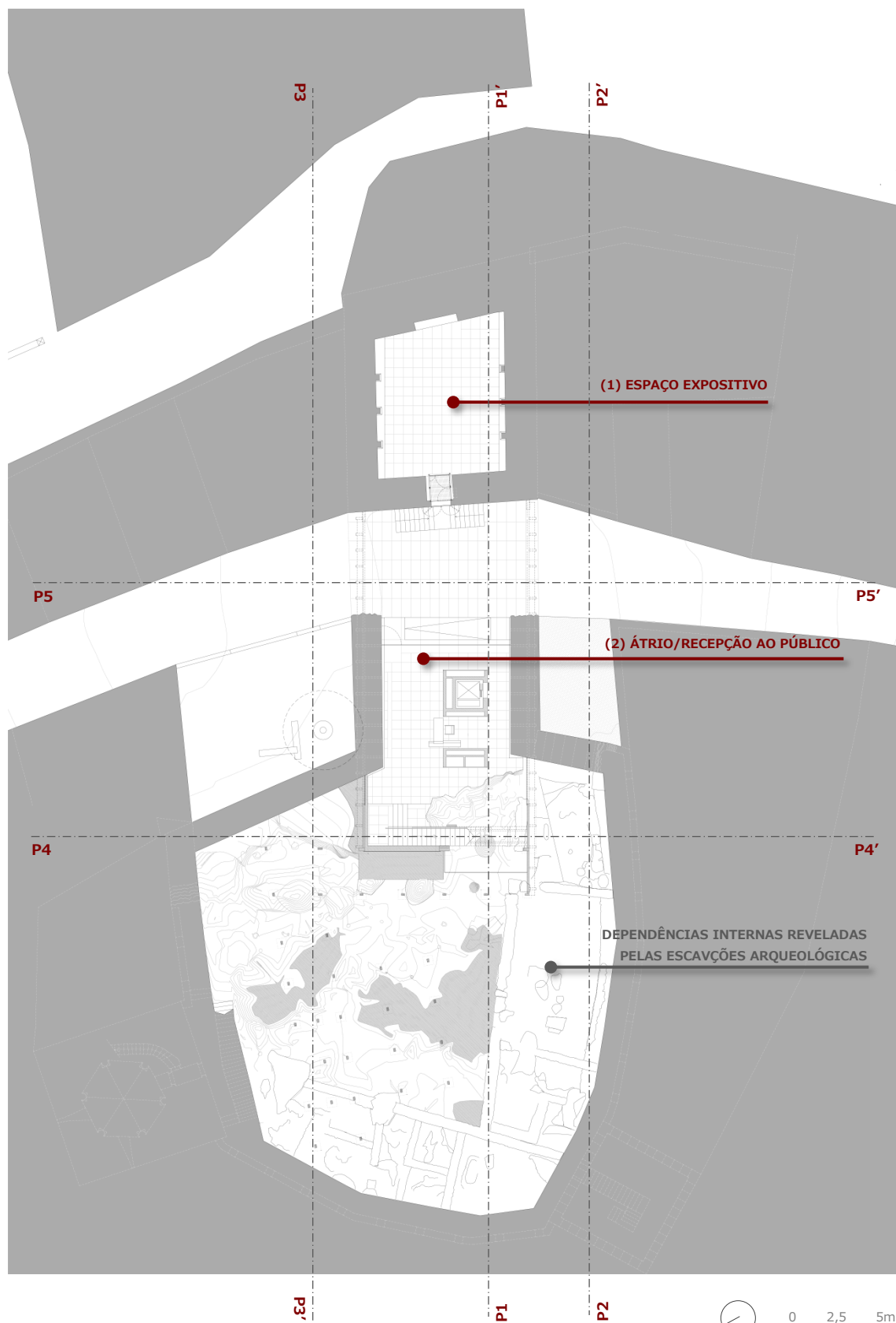


Figura 7.165.

Planta do Piso 0.

Adaptado pela autora.

Nota: os perfis 2, 3, 4 e 5, assinalados neste documento, encontram-se em anexo.

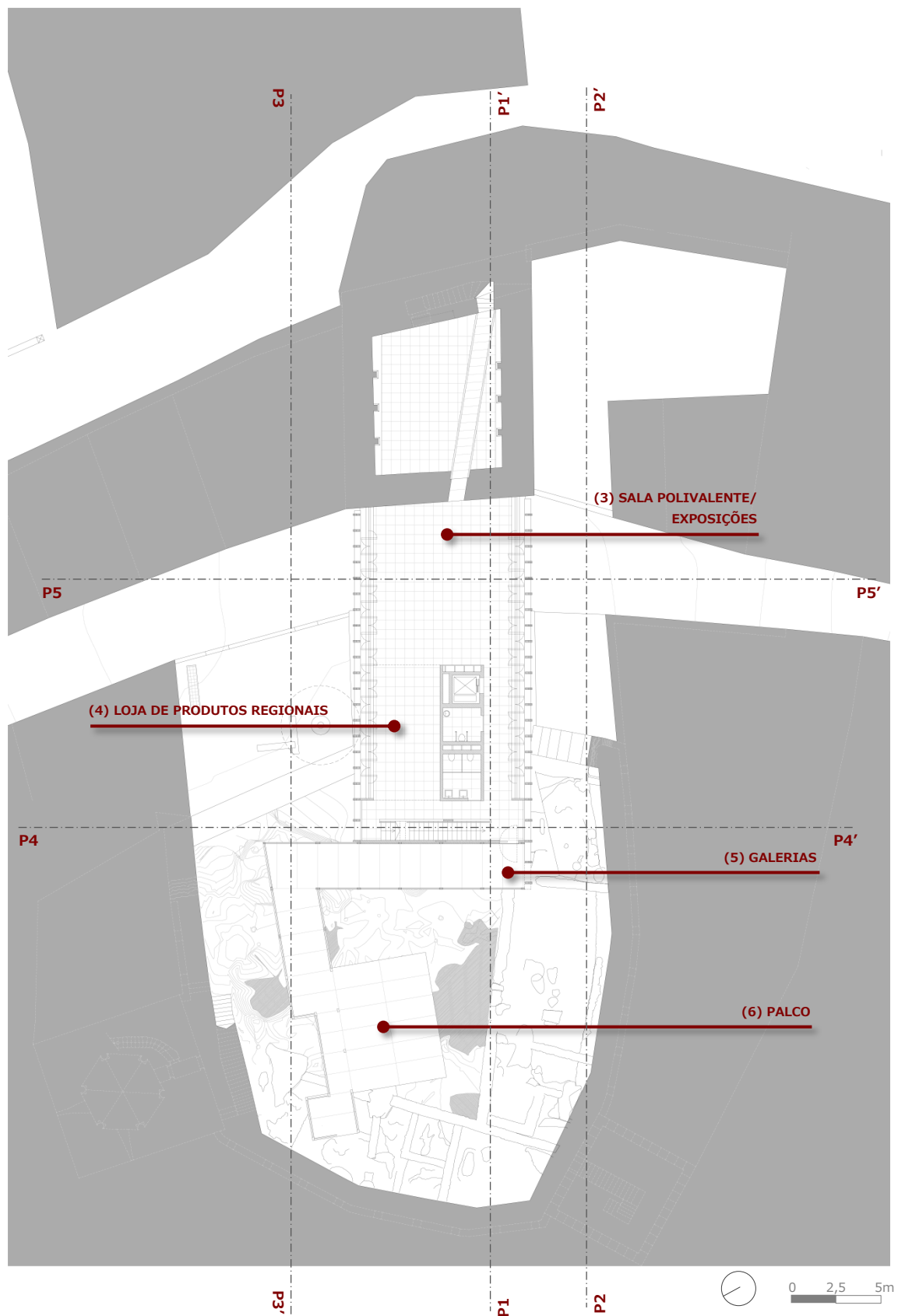
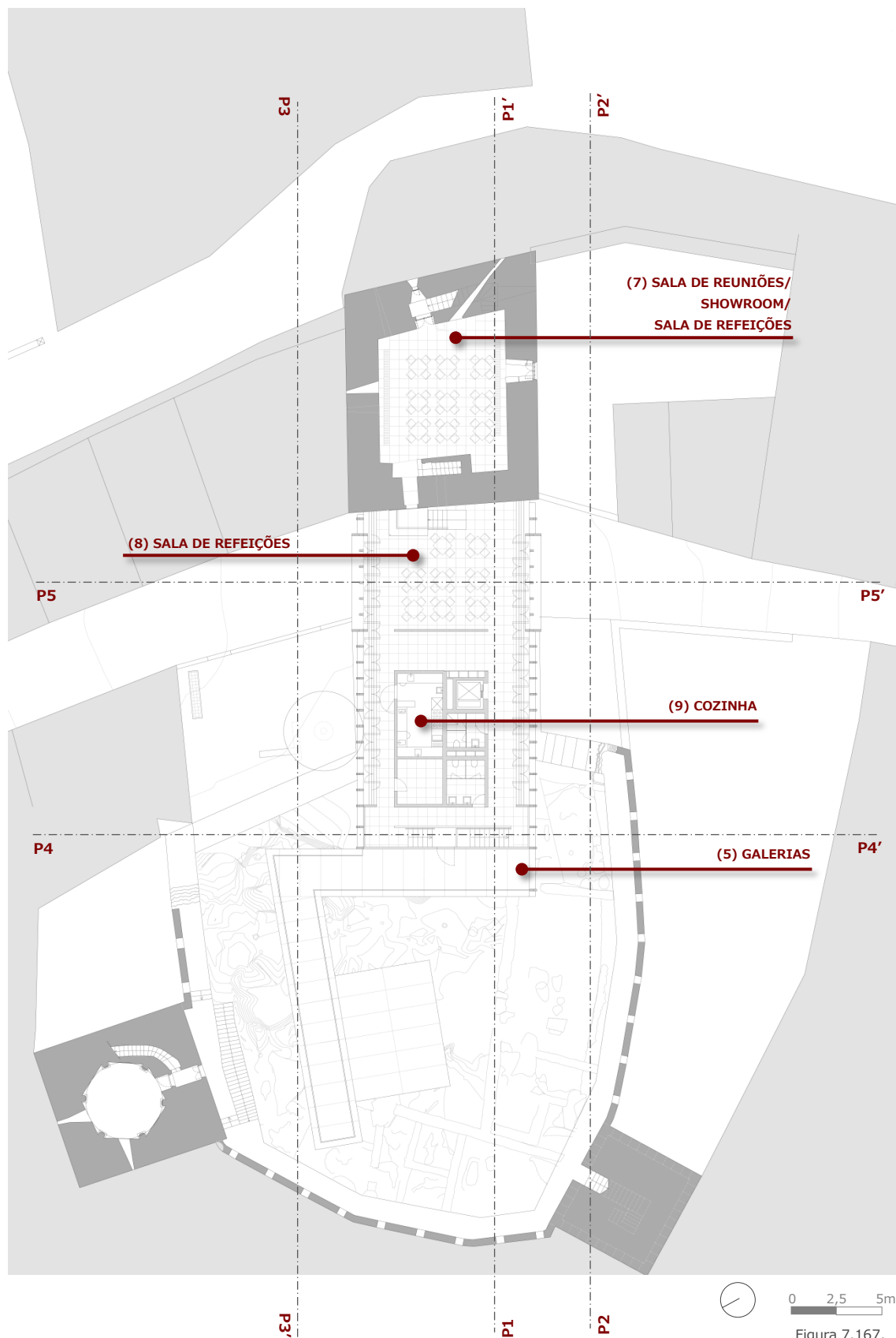


Figura 7.166.
Planta do Piso 1.
Adaptado pela autora.



0 2,5 5m

Figura 7.167.
Planta do Piso 2.
Adaptado pela autora.

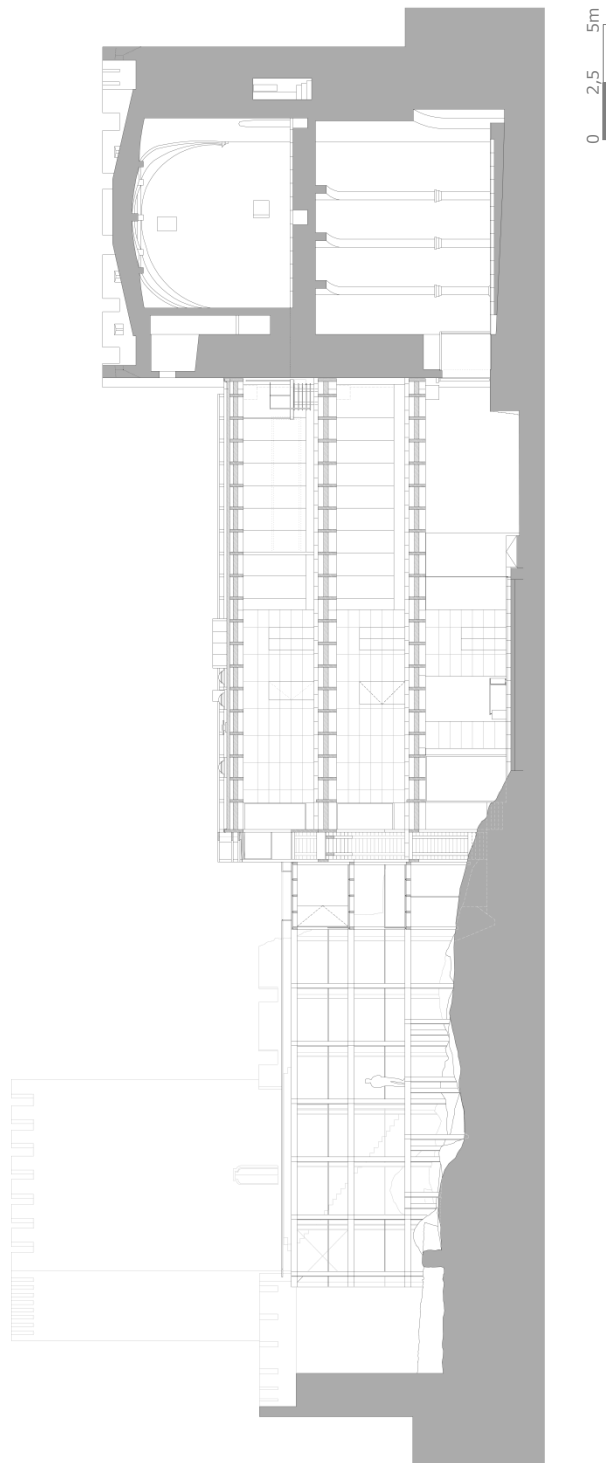


Figura 7.168.

Perfil 1.

Adaptado pela autora.

INFORMAÇÃO OBTIDA ATRAVÉS DAS ENTREVISTAS				
SUBCATEGORIA	USO(S) DO CASTELO			
TÓPICO	OPINIÃO SOBRE A INTERVENÇÃO			
QUESTÃO	D1 VISITA À INTERVENÇÃO	D2 CONHECIMENTO DA AUTORIA DO PROJECTO OU OUTRO FACTO	D3 OPINIÃO SOBRE A FUNCIONALIDADE/ UTILIDADE DA INTERVENÇÃO	D4 IMPACTO DA INTERVENÇÃO NA IMAGEM DO CASTELO
HABITANTES	SIM	SIM A intervenção arqueológica permitiu encontrar as ossadas de Charles Beveau (coronel inglês) comandante da guarnição. (POR-I-01, Mas., 50-60, assistente técnico).	Se por um lado foi útil, porque veio colmatar algumas lacunas existentes no castelo e veio possibilitar uma maior mobilidade de pessoas com reduzida mobilidade, por outro lado a função inicial de um restaurante no 2º piso foi desastrosa. (POR-I-01, Mas., 50-60, assistente técnico).	Hoje tenho a imagem daquela estrutura moderna, de uma estrutura que veio dar outra dinâmica ao espaço, mas conservo a imagem anterior do castelo com a exposição maravilhosa da história militar de Portalegre e a riqueza visual da paisagem que observava de qualquer das torres. (POR-I-01, Mas., 50-60, assistente técnico).
	SIM	SIM	Subaproveitada. (POR-I-02, Fem., 50-60, arquitecta).	Grande mudança no que se refere aos materiais utilizados, em especial no exterior, com um tempo de vida limitado e não duradouro. (POR-I-02, Fem., 50-60, arquitecta).
	SIM	SIM A Intervenção ocorreu no âmbito do Programa Polis e conjuga a antiga pedra há séculos edificada com a madeira e vidro contemporâneos (POR-I-03, Col.).	A intervenção foi proveitosa e está funcional, contempla 3 pisos com elevador, espaços culturais, salas polivalentes e cafetaria. (POR-I-03, Col.).	A mudança é enorme pois existia já a destruição de paredes e espaços que foram reconstruídos. (POR-I-03, Col.).
	SIM	SIM O arquitecto. (POR-I-04, Mas., 40-50, enfermeiro).	Bem conseguida. (POR-I-04, Mas., 40-50, enfermeiro).	Elevada mudança, embora preservando a imagem e memória anterior. (POR-I-04, Mas., 40-50, enfermeiro).
TÉCNICO/ ENTIDADE			Por motivos que se prendem sobretudo com a escolha dos materiais, a funcionalidade e utilidade foram muito comprometidas. (POR-II-01, Fem., 50-60, funcionária pública).	A intervenção “abafou” a imagem do castelo, por ser talvez demasiadamente invasiva. (POR-II-01, Fem., 50-60, funcionária pública).

Figura 7.169.
Opinião sobre a intervenção.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA	USO(S) DO CASTELO	
TÓPICO	PROPOSTOS COMO ALTERNATIVA	
QUESTÃO	C5 PERSPECTIVAS FUTURAS PARA O CASTELO	D6 OUTRO USO PARA O CASTELO
HABITANTES	No contexto actual de crise não é fácil a preservação e divulgação de qualquer monumento, esta manutenção é sempre muito dispendiosa. Não podemos esquecer que depende da Câmara Municipal a manutenção e divulgação, o ideal seria um maior apoio por parte do Estado. (POR-I-01, Mas., 50-60, assistente técnico).	Manter a sala de exposições temporárias, transformar o espaço de restaurante em cafetaria e intervir no espaço de forma a que se possam visitar as ameias e as torres. (POR-I-01, Mas., 50-60, assistente técnico).
	“Adaptar” a infra-estrutura existente a uma utilização mais vivida e com mais intervenção da população local, mas aberta para o exterior. (POR-I-02, Fem., 50-60, arquitecta).	A entrevistada não respondeu. (POR-I-02, Fem., 50-60, arquitecta).
	Neste momento de crise é cada vez mais difícil preservar e manter os espaços em condições condignas. Para uma divulgação mais eficaz deve haver concentração de esforços entre as entidades e população. (POR-I-03, Col.).	O entrevistado não respondeu. (POR-I-03, Col.).
	Poderá ser positivo mas só se existir maior dinamismo por parte da autarquia na gestão e divulgação do castelo. (POR-I-04, Mas., 40-50, enfermeiro).	Não. (POR-I-04, Mas., 40-50, enfermeiro).
TÉCNICO/ ENTIDADE	Infelizmente o alto custo da manutenção do castelo dificultará quaisquer acções futuras. (POR-II-01, Fem., 50-60, funcionária pública).	O uso previsto seria adequado se não tivessem surgido os problemas de manutenção e sustentabilidade. (POR-II-01, Fem., 50-60, funcionária pública).

Figura 7.170.
Usos propostos como alternativa.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA	PARTICIPAÇÃO		
TÓPICO	NO PROCESSO DE DECISÃO		
QUESTÃO	C1 PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE DECISÃO	C2 IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO CÍVICA NO PROCESSO DE DECISÃO	
HABITANTES	NÃO	SIM	Talvez não se cometessem erros. Uma maior diversidade de opiniões é sempre salutar. (POR-I-01, Mas., 50-60, assistente técnico).
	NÃO	SIM	A população é parte integrante do meio. (POR-I-02, Fem., 50-60, arquitecta).
	NÃO	SIM	Porque todos devem ter uma palavra a dizer desde que fundamentada. (POR-I-03, Col.).
	NÃO	SIM	A cidade é pertença de todos e as decisões sobre o património não devem estar apenas “nas mãos” dos decisores políticos. (POR-I-04, Mas., 40-50, enfermeiro).
TÉCNICO/ ENTIDADE	NÃO.	SIM	Para tentar estabelecer uma ligação mais profunda entre os habitantes e o castelo. (POR-II-01, Fem., 50-60, funcionária pública).

Figura 7.171.
Participação no processo de decisão.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA	AFLUÊNCIA DE VISITANTES COMO SOLUÇÃO PARA A ECONOMIA LOCAL		
QUESTÃO	B2 AFLUÊNCIA DE VISITANTES, GERADA PELO CASTELO, COMO SOLUÇÃO	B4 IMPACTO DA AFLUÊNCIA DE VISITANTES NA VIDA QUOTIDIANA E QUALIDADE DE VIDA	
HABITANTES	NÃO		O castelo é o monumento mais visitado de Portalegre juntamente com a sé, necessitando de uma maior projecção, mas não será número suficiente para alterar a qualidade de vida da localidade, embora a intenção inicialmente tenha alterado essa qualidade de vida. (POR-I-01, Mas., 50-60, assistente técnico).
	SIM		Não. (POR-I-02, Fem., 50-60, arquitecta).
	NÃO		Sim, alguma. (POR-I-03, Col.).
	NÃO		Algum, mas poderia (e deveria) ser muito maior. (POR-I-04, Mas., 40-50, enfermeiro).
TÉCNICO/ ENTIDADE	NÃO		Muito pouco. (POR-II-01, Fem., 50-60, funcionária pública).

Figura 7.172.
Afluência de visitantes como solução para a economia local.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA CASTELO COMO FACTOR GERADOR				
QUESTÃO	B1 IMPORTÂNCIA DA DIVULGAÇÃO DO CASTELO PARA A ECONOMIA LOCAL	B3 IMPACTO DA INTERVENÇÃO NO CASTELO NA ECONOMIA LOCAL	C7 IMPACTO DA INTERVENÇÃO ALÉM DO COMÉRCIO	
HABITANTES	Atrairdo à cidade novos públicos. A realização de algumas actividades no espaço do castelo ou a recuperação da muralha – estou a referir-me àquela que ainda está escondida pelo casario – com certeza atrairiam um maior número de visitantes, o que afectaria a economia local. (POR-I-01, Mas., 50-60, assistente técnico).	Na minha opinião a intervenção no castelo não teve nenhum impacto no comércio e na economia local. (POR-I-01, Mas., 50-60, assistente técnico).		
	Positivamente, desde que sejam criadas condições e apoiadas iniciativas. (POR-I-02, Fem., 50-60, arquitecta).	A intervenção só por si não é suficiente, devendo ser integrada noutras intervenções a nível local. (POR-I-02, Fem., 50-60, arquitecta).		
	Pode afectar de forma positiva se estiver aberto ao público todos os dias, dinamizando o espaço com actividades atractivas para residentes e visitantes. (POR-I-03, Col.).	Tem pouco impacto, no início da reconstrução trouxe algum aumento de turistas a Portalegre, principalmente enquanto o restaurante integrado no castelo esteve aberto ao público. (POR-I-03, Col.).		
	Atracção de turistas, visitantes. (POR-I-04, Mas., 40-50, enfermeiro).	Escasso, até ao momento. (POR-I-04, Mas., 40-50, enfermeiro).		
TÉCNICO/ ENTIDADE	Em pequena escala. (POR-II-01, Fem., 50-60, funcionária pública).	Foi muito pouco significativo. (POR-II-01, Fem., 50-60, funcionária pública).	NÃO	Não aplicável.

Figura 7.173.
Castelo como factor gerador.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA	FACTOS ASSOCIADOS AO CASTELO		
TÓPICO	HISTÓRICOS/OUTROS		
QUESTÃO	A1 IMPORTÂNCIA NA HISTÓRIA NACIONAL	A2 CONHECIMENTO DA HISTÓRIA DO CASTELO	A3 IMPORTÂNCIA DO CASTELO NO TERRITÓRIO
HABITANTES	SIM	SIM Cerco a Portalegre (Maio – Outubro 1299); Motim de 1383; 1704: guerra da sucessão de Espanha; 1801: ocupação pelo exército espanhol; 1808: ocupação pelo exército francês; 7 de Julho de 1833: ocupação por forças realistas; 1833: incursões liberais; 1847: ocupação pelo exército espanhol. (POR-I-01, Mas., 50-60, assistente técnico).	O castelo foi importantíssimo para o desenvolvimento da localidade, a extensão do casario extramuros é uma prova disso. Como era normal naquela época a vida cultural e económica desenvolvia-se nos castelos e nos territórios em seu redor. (POR-I-01, Mas., 50-60, assistente técnico).
	SIM	SIM As primeiras construções datam de meados do século XII. A construção da cerca data a partir de 1290, por D. Dinis. (POR-I-02, Fem., 50-60, arquitecta).	Sim. (POR-I-02, Fem., 50-60, arquitecta).
	SIM	SIM Foi edificado há mais de oito séculos, no ponto mais alto da povoação. A torre de menagem do castelo de Portalegre ainda domina a cidade, destaca-se pelo contraste entre a cor escura das suas muralhas e o branco da cal das casas em redor. A sua primeira função foi a defesa da raia alentejana, frente a Castela. (POR-I-03, Col.).	Sim, a construção de uma fortificação como é um castelo é sempre muito importante. Em Portalegre foi importante na defesa da fronteira durante a Guerra da Restauração, e continua a ser um dos edifícios mais importantes da cidade com muita história, simbolismo e atracção turística. (POR-I-03, Col.).
	NÃO SABE	NÃO	Não aplicável.
TÉCNICO/ ENTIDADE			Sim, através da carta de foral. (POR-II-01, Fem., 50-60, funcionária pública).

Figura 7.174.
Factos associados ao castelo.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA	RECONHECIMENTO DE VALOR <i>PATRIMONIAL</i>		
TÓPICO	PESSOAL/COMUNIDADE		
QUESTÃO	A4 ATRIBUIÇÃO DE VALOR <i>PATRIMONIAL</i>	A5 VALORIZAÇÃO DO CASTELO PELA COMUNIDADE	D5 IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DO <i>PATRIMÓNIO</i> PARA AS GERAÇÕES FUTURAS
HABITANTES	SIM	SIM O facto de ser o mais antigo monumento da cidade, o que só por si leva os habitantes a conhecerem a sua história. (POR-I-01, Mas., 50-60, assistente técnico).	SIM De muitas formas, a nível cultural e económico. A preservação do património não poderá nunca ser um factor negativo, apenas poderá trazer enormes benefícios às novas gerações. Tem é que se saber criar projectos que rentabilizem esse património. (POR-I-01, Mas., 50-60, assistente técnico).
	SIM	SIM Embora tenham consciência do valor histórico-patrimonial este não é suficiente valorizado, talvez por falta de sensibilização para tal. (POR-I-02, Fem., 50-60, arquitecta).	SIM Compete à geração actual manter vivas as memórias através da preservação do património. (POR-I-02, Fem., 50-60, arquitecta).
	SIM	SIM Falam dele com orgulho e recomendam a sua visita aos turistas. (POR-I-03, Col.).	SIM Por ser uma herança que nos foi sendo transmitida e deve continuar para as gerações futuras, por uma questão cultural e económica, com dinamização dos espaços existentes, colocando-os ao serviço da população e do turismo. (POR-I-03, Col.).
	Não aplicável.	SIM O entrevistado não respondeu. (POR-I-04, Mas., 40-50, enfermeiro).	SIM Na medida em que se mantém a sua herança em termos arquitectónicos, culturais e históricos. (POR-I-04, Mas., 40-50, enfermeiro).
TÉCNICO/ ENTIDADE		SIM O valor do castelo como símbolo. (POR-II-01, Fem., 50-60, funcionária pública).	

Figura 7.175.
Reconhecimento de valor *patrimonial*.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA	RECONHECIMENTO DE VALOR <i>PATRIMONIAL</i>				
TÓPICO	PARTICIPAÇÃO NA DIVULGAÇÃO DO CASTELO				
QUESTÃO	C3 PARTICIPAÇÃO DOS HABITANTES NA DIVULGAÇÃO DO CASTELO		C3.1. EXISTÊNCIA DE IMPACTO DESSE CONTRIBUTO	C4 CONTRIBUTO PESSOAL	C4.1. SE NÃO, DEVERIA DAR?/QUAL
HABITANTES	SIM	Só na divulgação. Os habitantes são e serão sempre um excelente meio de comunicação dos monumentos de qualquer vila ou cidade. (POR-I-01, Mas., 50-60, assistente técnico).	SIM. O número de visitantes do Castelo seria inferior se não fosse o contributo dos habitantes na publicitação oral que é realizada àqueles que nos visitam. (POR-I-01, Mas., 50-60, assistente técnico).	Trabalho num museu. Todos os dias divulgo e preservo o património da minha terra. (POR-I-01, Mas., 50-60, assistente técnico).	Não aplicável.
	NÃO	Não aplicável.	Não aplicável.	NÃO	SIM. Apoiar e participar em iniciativas várias. (POR-I-02, Fem., 50-60, arquitecta).
	NÃO	Não aplicável.	Não aplicável.	SIM. O castelo de Portalegre é divulgado no Circuito Cultural da Freguesia da Sé e em actividades por nós promovidas.. (POR-I-03, Col.).	Não aplicável.
	NÃO	Não aplicável.	Não aplicável.	NÃO	SIM. Maior envolvimento e participação no processo de decisão. (POR-I-04, Mas., 40-50, enfermeiro).
TÉCNICO/ ENTIDADE	NÃO	Não aplicável.	Não aplicável.		

Figura 7.176.
Participação na divulgação do castelo.
Tabela da autora.

PARTE II ■ ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS

Categoria analítica I **Contexto/comunidade vs. Autoria/projecto de arquitectura**

No caso de Portalegre, o programa de intervenção apresenta outras valências, que não meramente a recepção e fruição pública. Como se pode verificar no conceito subjacente a esta intervenção, o autor pretendeu que o espaço do castelo promovesse uma dinamização do centro histórico, através de vários espaços como restaurante/cafetaria, espaço para exposições temporárias e reuniões, concertos e outros eventos, criando em simultâneo condições para fruição pública do monumento. É um programa que se destaca pela sua versatilidade e pela tentativa de transformar um espaço que permita diversos usos pela comunidade local, em que se poderia perspectivar uma nova abordagem no compromisso entre a utilidade de um espaço para a comunidade onde se insere e um programa com valências para a recepção a visitantes exteriores à comunidade.

No entanto, a intenção inicialmente prevista não foi efectiva. Grande parte das actividades propostas não acontecem nos espaços projectados para tal. Quanto à opinião sobre outro uso para o castelo, não há manifestações claras de que os usos projectados não sejam adequados, havendo no entanto referências aos elevados custos de manutenção, que comprometem uma utilização plena dos espaços, ideia que POR-II-01 salienta, e que se poderá também ligar ao não funcionamento do restaurante inicialmente previsto, havendo referência a uma alternativa para esse espaço. Nas perspectivas futuras para o castelo subentende-se que os elevados custos de manutenção comprometem uma eficaz gestão por parte da autarquia, responsável pela manutenção, podendo verificar-se referências a uma maior participação da comunidade local na sua gestão e também na utilização. Neste caso, a manutenção da intervenção existente é um dos factores para a não concretização do conceito que está subjacente à mesma, podendo ser analisada por dois pontos de vista distintos: a não utilização dos espaços, que compromete a sua utilidade e a sua manutenção, bem como a manutenção em termos de meios financeiros disponíveis. A utilização dos espaços está directamente ligada ao tipo de actividades que servem uma determinada comunidade num contexto específico.

As actividades propostas, para uma efectiva participação e consequente manutenção, deveriam ter em consideração características do contexto no qual esses espaços foram projectados, em termos de faixas etárias da população residente, de actividades que caracterizam a localidade, que tipo de comunidade caracteriza o centro histórico, etc., podendo questionar-se se o restaurante inicialmente previsto não resultou devido, por exemplo, a preços elevados que não estão de acordo com as possibilidades financeiras das populações locais, ou se a população do centro histórico, que segundo informações de vários habitantes, tem uma incidência de população idosa e pouco aberta a uma interacção social no espaço urbano, é ela própria um factor que comprometeu o programa de intervenção.

A esta ideia liga-se a capacidade financeira e o interesse da entidade responsável pela manutenção do espaço, que no caso de Portalegre é a câmara municipal, onde mais uma vez um determinado contexto poderá ter implicações directas no sucesso de uma intervenção, em

que se verifica que por parte dos habitantes existe uma atribuição de importância à participação cívica no processo de uma intervenção deste tipo, em que todos os entrevistados responderam negativamente à participação nesse mesmo processo. Neste caso, todos os habitantes visitaram a intervenção e têm conhecimento de alguns dados sobre a intervenção, o que se pode concluir que a intervenção suscitou interesse por parte de alguns habitantes.

Nesta intervenção foi dada especial atenção à reversibilidade, dado que o programa se concentra sobretudo no novo volume, relativamente pouco invasivo no que toca à pré-existência, tendo havido no entanto uma perfuração na fachada poente da torre de menagem para permitir a sustentação do novo volume. Mesmo com esta acção, a escolha dos materiais permite uma clara distinção entre a obra nova e a pré-existência, não apresentando contudo durabilidade, encontrando-se em avançado estado de degradação tendo em vista o pouco tempo de existência. Neste sentido, o elevado custo que representa a substituição dos materiais existentes faz com que os mesmos não tenham sido a melhor escolha, quer de um ponto de vista do comportamento – a madeira, de pinho nórdico, apresentou problemas no clima de Portalegre – quer do ponto de vista da sustentabilidade, apesar de os materiais escolhidos, em termos de distinção entre a obra nova e a pré-existência terem de facto resultado, mas questionando-se se a reversibilidade deve ser dogmática quando isso compromete desta forma o sucesso e manutenção de uma intervenção.

A opinião dos habitantes em relação ao impacto da intervenção apresenta diferenças, embora se denote que a nova intervenção teve de facto um impacto relativamente à imagem anterior do castelo, no que toca sobretudo a questões volumétricas da nova edificação. Alguns habitantes, embora considerem impactante, concluem que a nova intervenção não ganha protagonismo sobre a pré-existência, no sentido em que os mesmos conservam a memória e imagem anteriores do castelo. Neste sentido, o volume de intervenção é claramente considerável, atendendo ao facto de que tem pouca utilidade para os habitantes e dificulta uma leitura global da pré-existência. Neste caso deve contrapor-se a nova abordagem em termos de programa e conceito e a questão da autoria. Crê-se que a autoria é um factor relevante neste caso, devido à escolha dos materiais e falta de previsão da rápida degradação e dos elevados custos de manutenção, que demonstra uma intervenção como puro exercício arquitectónico. Embora a conceito de intervenção tenha perspectivado uma utilização do castelo dirigida aos habitantes, o mesmo não se traduziu num compromisso entre a afirmação da autoria e as características do contexto, num superior interesse daquilo que constitui *património*. Esta ideia relaciona-se com a questão da *interpretação*, que embora não seja efectuada no sentido tradicional que é visível em alguns estudos de caso, como a colocação de painéis informativos, por exemplo, não constituiu uma nova abordagem, podendo verificar-se no conceito da intervenção, em que o autor constrói uma mensagem ao qual os habitantes se devem adaptar, e não num compromisso entre diferentes valores associados ao castelo.

Categoria analítica II | **Contexto/comunidade vs. Expectativa económica**

Neste caso a expectativa económica da intervenção não é relevante visto que a intervenção pretendeu uma dinamização do centro histórico, mais do que constituir um factor para uma maior afluência de visitantes. Neste sentido, e atendendo à opinião dos entrevistados, o impacto da intervenção no comércio e economia locais não foi relevante, mesmo noutros aspectos, como refere POR-II-01, em que os entrevistados consideram ainda que essa afluência não foi igualmente relevante.

No entanto, os mesmos consideram que a divulgação do castelo pode apresentar potencialidades neste sentido, em que alguns dos habitantes referem que o apoio a diferentes iniciativas e uma maior diversidade de acontecimentos no espaço do castelo, quer para visitantes quer para habitantes, se poderá traduzir num impacto positivo no comércio e economia locais visto que o castelo é dos monumentos portalegrenses com maior atractividade, sendo um dos monumentos mais visitados, podendo constituir um dos factores com benefícios para o comércio e economia locais e assim dinamizar uma cidade do interior alentejano.

Categoria analítica III | **Valores associados vs. Valores intrínsecos**

Portalegre é classificado como Monumento Nacional, apresentando grau de classificação 1, pelo que se constitui um monumento de elevado valor histórico/artístico. Relativamente à opinião dos entrevistados, um dos entrevistados não tem conhecimento sobre o castelo, sendo que os restantes, além de considerarem que foi importante no contexto da história nacional, têm conhecimento sobre factos da história do castelo, nomeadamente na história militar e geoestratégica, que não se cinge ao período medieval, não se verificando outros factos relacionados, como lendas ou factos populares, podendo no entanto, existirem.

Como verificado no ponto anterior, o castelo é um dos monumentos de referência de Portalegre, em que esta ideia é visível também no reconhecimento da importância do castelo como factor de desenvolvimento do território, por parte dos entrevistados, havendo uma referência de POR-I-03 ao simbolismo de castelo, além da sua importância histórica, podendo haver diversas valências no que toca aos valores associados. Isto relaciona-se com a opinião dos entrevistados sobre o valor *patrimonial* do castelo para os habitantes, que consideram que existe, embora apresentando várias razões, que não se prendem somente com uma consciência da história do monumento e consequente valorização através desse conhecimento, mas também no sentido iconográfico, pela antiguidade ou outro motivo. POR-I-02 refere ainda que o monumento pode não ser valorizado como inicialmente se pensa, indicando que a razão pode estar na falta de sensibilização para tal, o que se poderá deduzir que esta ideia se possa relacionar com alguma indiferença perante a sua conservação, o que poderá ter implicações na

aceitação da nova intervenção e interesse em visitar a mesma e participar nas actividades propostas pelo programa.

Relativamente à importância da preservação do *património* para as gerações futuras, todos os entrevistados responderam positivamente, salientando-se a ideia da dinamização do *património* como factor de preservação e transmissão às gerações futuras mais do que a sua restrita conservação, para que essas mesmas gerações tenham oportunidade de obter um conhecimento histórico/artístico do monumento. No entanto, mais uma vez, o conceito de *gerações futuras* é vago nas respostas dos entrevistados.

Quanto ao contributo da comunidade para a divulgação do castelo, este apresenta um contraste entre a atribuição de valor *patrimonial* e o não contributo para uma melhor divulgação do castelo, ponto em que apenas um dos entrevistados respondeu positivamente, salientando-se a resposta do mesmo ao impacto desse contributo, em que refere que o número de visitantes seria menor se não fosse o contributo dos habitantes, que vem de encontro à ideia referida anteriormente, no sentido em que uma maior divulgação poderia potenciar uma acréscimo de visitantes e haver algum impacto no comércio e economia locais. No entanto, ao não haver contributo ou interesse na divulgação poderá transparecer a inexistência do castelo como factor identitário colectivo.

É de salientar ainda as respostas dos entrevistados que reconhecem não darem um contributo pessoal, verificando-se que entendem que estariam a contribuir participando em actividades promovidas no castelo, entre outras iniciativas, bem como ser parte integrante no processo de decisão, onde transparece de facto a possibilidade de existirem diversas formas de participação e reconhecimento pessoal de um papel activo na preservação e divulgação de um monumento.

ESTUDO DE CASO **SILVES**

PARTE I ■ ENQUADRAMENTO

ENQUADRAMENTO DA POVOAÇÃO	
LOCALIZAÇÃO	Região do Algarve, Faro, Silves.
ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO	A localidade de Silves situa-se entre a serra e o litoral, numa zona chamada barrocal, com características mediterrânicas, estando implantada numa das margens do rio Arade. A fertilidade dos campos, a facilitada defesa do local e a existência de um rio de fácil navegação constituem características que fizeram com que a localidade de Silves fosse disputada reciprocamente por árabes e reis portugueses.
ENQUADRAMENTO HISTÓRICO	Com o domínio árabe, Silves teve um grande desenvolvimento, sendo nesse período uma das principais cidades da actual região do Algarve. A partir do século IX a localidade começou gradualmente a ser amuralhada, onde o castelo estava contido na alcáçova. É conquistada por D. Sancho I em 1189 e depois definitivamente em 1242, por D. Afonso III. Devido à destruição e presença de pouca população, o mesmo reedifica a cidade e atribui-lhe carta de foral em 1266. Em 1505 D. Manuel I atribui nova carta de foral. O terramoto de 1755 provocou grandes danos na cidade. Já no século XIX foi invadida pelos franceses e palco de confrontos no contexto da Revolução Liberal.
POPULAÇÃO EM 1911	9919 Habitantes.
POPULAÇÃO EM 2011	11014 Habitantes.
CARACTERÍSTICAS PARTICULARES	Uma parte significativa da cidade é construída com arenito de cor avermelhada, pedra existente na região, incluindo o castelo, constituindo uma das características singulares da cidade.
ENQUADRAMENTO DO CASTELO	
PROTECÇÃO/CLASSIFICAÇÃO	Monumento Nacional
ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO	Séculos VIII; IX; XIII; XVIII e XIX.
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO	-
GRAU	1
CONSERVAÇÃO	Em bom estado de conservação.
AFECÇÃO	Câmara Municipal de Silves (municipal).
CARACTERÍSTICAS PARTICULARES	O castelo está implantado na cota mais alta da cidade. Apresenta planta poligonal, com muralha construída em taipa e revestida por arenito de cor avermelhada, sendo um dos exemplos de construção de arquitectura militar em taipa existentes em Portugal, distinguindo-se, assim, dos restantes castelos que constituem os estudos de caso. Apresenta torres de planta quadrangular, das quais se destaca a existência de duas torres albarrãs e duas torres de menagem. Todas as torres são conectadas por adarve com acessos em diversos pontos da muralha. Existem duas entradas, uma entrada ladeada por duas torres (entrada principal no castelo) e a Porta da Traição situada a noroeste. Dentro do espaço intramuros encontra-se uma cisterna de grandes dimensões chamada Algibe, uma cisterna secundária, a Cisterna dos Cães, duas habitações do período almóada, uma delas conhecida por Palácio das Varandas, reveladas pelas escavações arqueológicas que precederam a intervenção em estudo, além da descoberta de uma outra habitação, sendo muito provável que constitua a residência do alcaide da cidade, onde residiu o Infante D. Henrique.
USO(S) ANTES DA INTERVENÇÃO	Museu Municipal/jardim público.
PRINCIPAIS INTERVENÇÕES REALIZADAS ANTES DA INTERVENÇÃO EM ESTUDO	1940-1950 – demolição de edificações adossadas às muralhas, reconstrução de uma torre que ameaçava ruína, bem como panos de muralha, consolidação da torre de menagem e <i>restauro</i> do coroamento, reconstituição dos adarves e acessos aos mesmos e das ameias, limpeza da cisterna existente; 1965 – demolição e apeamento de alvenarias, demolição de estruturas adossadas à muralha; 1967– obras destinadas à instalação do museu municipal nas torres do castelo; 1980/1981 – consolidação dos panos de muralha e duas torres na zona norte; 1980-1990 – obras de beneficiação.
OBSERVAÇÕES	-



Figura 7.177.
Vista aérea de Silves, 2014.



Figura 7.178.
Localização de Silves.
(assinalada a vermelho)
Gráfico da autora.



Figura 7.179.
Castelo antes do restauro efectuado pela DGEMN, s/d.
Autor desconhecido.



Figura 7.180.
Castelo antes do restauro efectuado pela DGEMN, 1940.
Autor desconhecido



Figura 7.181.
Castelo, depois da intervenção da DGEMN, 1947.
Autor desconhecido.



Figura 7.182.
Castelo, antes da intervenção mais recente, s/d.
Autor desconhecido.

ENQUADRAMENTO E DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO	
AUTORIA	Arquitectos Mário Varela Gomes e Pedro Correia da Costa
PROMOTOR	Câmara Municipal de Silves
DATA DE PROJECTO	2002
CONCLUSÃO DA OBRA	2009
CONCEITO(S)	Os autores pretenderam a valorização e dignificação das pré-existências de carácter histórico-arqueológico, através da conservação e apresentação pública. Os autores referem ainda que além da recuperação das pré-existências pretendem um novo ordenamento do espaço intramuros de forma a originar novos pólos de interesse, relativamente às zonas que contêm ruínas arqueológicas. Os autores propõem um tratamento paisagístico no espaço intramuros, em que se integra o <i>jardim histórico</i> , constituído por espécies introduzidas ou desenvolvidas pelos Árabes na região do Algarve, <i>património</i> arqueológico e água, fazendo desta forma alusão ao contexto civilizacional em que foi erguido o castelo. Os autores propõem ainda a refuncionalização de espaços pré-existent e proposta de novos volumes e espaços de recepção ao público. Referem que todas as intervenções propostas foram norteadas pelo princípio de reversibilidade.
PROGRAMA	O programa é constituído por distintas partes. Relativamente às torres existentes, na torre 1 (2) foi proposto uma instalação de vídeo, com nove televisores a transmitirem informações sobre diferentes aspectos do <i>património</i> de Silves, na torre 8 (3) foi proposta uma mostra de espólio arqueológico procedente das escavações, com informação específica, na torre 6 (6) foi proposto instalar uma maquete com reconstituição da cidade islâmica de Silves e nas torres 4 (9) e 5 (8) são propostos espaços para exposições temporárias. Nas ruínas arqueológicas dos dois palácios almóadas (4) foi instalado um passadiço que permite um circuito de visita às mesmas, com painéis informativos sobre a história e constituição das habitações. Procedeu-se, num dos palácios, a uma reconstituição de uma arcada, sendo reconstituídas as paredes até à mesma cota. A cisterna/algibe (5) foi adaptada a espaço museológico que permite exposições temporárias, onde foi mantido um tapete de água por baixo da estrutura do pavimento existente. No espaço intramuros, na cota mais alta, existe um espaço polivalente (7) adaptável para vários eventos, tendo sido instalada iluminação e havendo também a possibilidade de instalação de coberturas móveis. Contém bancadas para o acesso à cota mais baixa. Foi proposto um novo volume, a casa de chá (10), uma cafetaria com instalações sanitárias, estando implantada sobre um lago, parcialmente integrada no jardim histórico. A Cisterna dos Cães (12) será recuperada, onde se pretende voltar a mostrar o engenho de madeira, de origem árabe, tendo um acesso por escadaria, com cota mais alta à maior parte do espaço intramuros, constituindo-se como zona de lazer. O jardim histórico (11) é estruturado por quadrados-canteiros, sendo separados por circuitos de passagem. Nestes circuitos existe um canal de água. Na entrada do castelo, a edificação pré-existente foi adaptada a espaço de recepção ao público.
MATERIAIS UTILIZADOS	Os circuitos de visita ao espólio arqueológico são constituídos por estrutura metálica e madeira. As protecções dos adarves e alguns acessos aos mesmos são também constituídos por estrutura metálica. Na arcada reconstituída utilizou-se o estuque. Na Cisterna /Algibe o pavimento é constituído por vidro, com as respectivas guardas metálicas. No espaço intramuros o pavimento é constituído por lajes de grés vermelho, onde as bancadas são constituídas por tijoleira de cor vermelha, tal como os circuitos do jardim histórico. A casa de chá é constituída por paredes de taipa, na zona das instalações sanitárias, sendo a zona de cafetaria revestida por vidro. São ainda utilizados ferro e betão.
JUSTIFICAÇÃO PARA INTERVENÇÃO NO CASTELO	A necessidade de requalificação do espaço juntamente com a oportunidade de acesso a fundos monetários. (SIL-II-01, Fem., 40-50, Arqueóloga).
OBSERVAÇÕES	A intervenção no castelo decorreu no âmbito do Programa “Polis” da cidade. A encosta do castelo foi alvo de um projecto de arquitectura paisagista. Alguns programas propostos ainda não se encontram em funcionamento.



Figura 7.183.
Vista aérea da intervenção, s/d.
Autor(es): FG+SG.



Figura 7.184.
Ruínas da habitação do período almóada, Palácio das Varandas, s/d.
Autor desconhecido.



Figura 7.185.
Reconstituição de uma arcada no Palácio das Varandas, 2013.
Fotografia da autora



Figura 7.186.
Passadiço do circuito de visita, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 7.187.
Interior da Cisterna, s/d.
Autor desconhecido.



Figura 7.188.
Circuito do jardim com percurso de água, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 7.189.
Casa de chá, 2013.
Fotografia da autora.

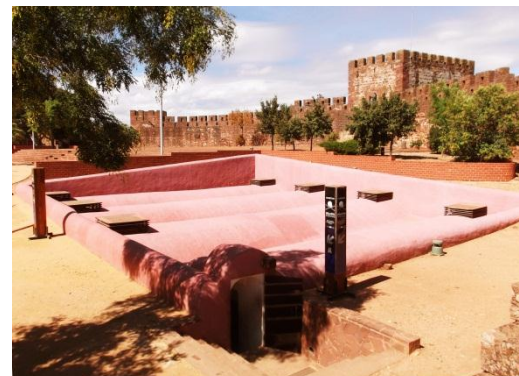


Figura 7.190.
Cisterna, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 7.191.
Entrada e espaço de recepção ao público, 2013.
Fotografia da autora.



Figura 7.192.
Adarve com estrutura de protecção, 2013.
Fotografia da autora.

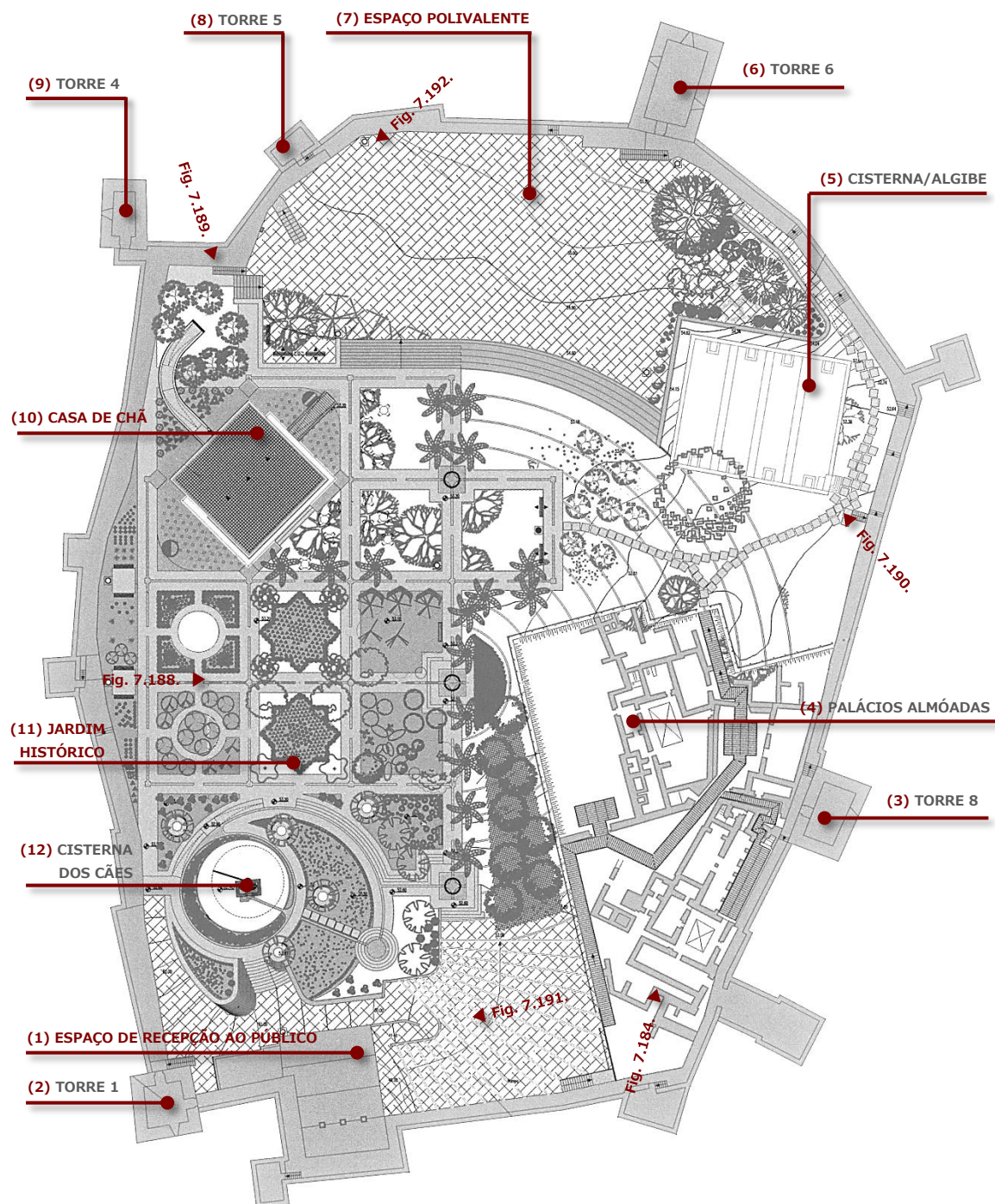


Figura 7.193.
Planta de implantação.
Adaptado pela autora.

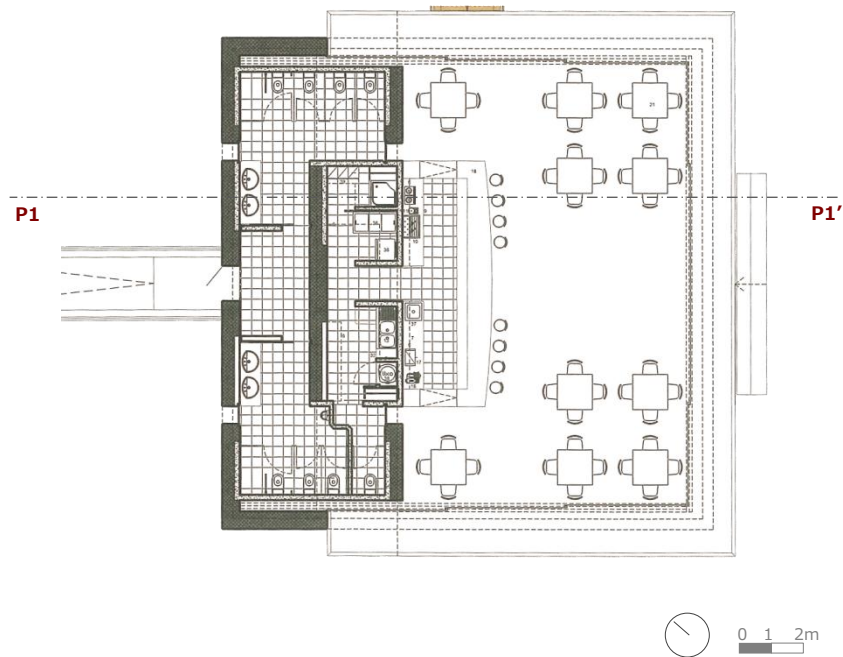


Figura 7.194.
Planta da casa de chá.
Adaptado pela autora.

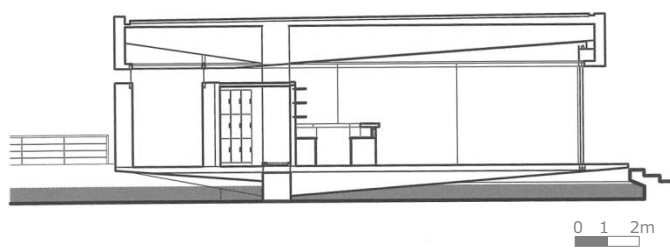


Figura 7.195.
Perfil 1.
Adaptado pela autora.

INFORMAÇÃO OBTIDA ATRAVÉS DAS ENTREVISTAS				
SUBCATEGORIA	USO(S) DO CASTELO			
TÓPICO	OPINIÃO SOBRE A INTERVENÇÃO			
QUESTÃO	D1 VISITA À INTERVENÇÃO	D2 CONHECIMENTO DA AUTORIA DO PROJECTO OU OUTRO FACTO	D3 OPINIÃO SOBRE A FUNCIONALIDADE/ UTILIDADE DA INTERVENÇÃO	D4 IMPACTO DA INTERVENÇÃO NA IMAGEM DO CASTELO
HABITANTES	SIM	NÃO	A entrevistada não respondeu. (SIL-I-01, Fem., 30-40, escriturária).	A entrevistada não respondeu. (SIL-I-01, Fem., 30-40, escriturária).
	SIM	NÃO	Quanto à funcionalidade, os trilhos pedonais são perigosos mas existe utilidade, tornando-se uma zona bastante agradável. (SIL-I-02, Fem., 30-40, administrativa).	O grau de mudança que existe entre a nova intervenção e a imagem e memória do castelo é elevado. (SIL-I-02, Fem., 30-40, administrativa).
	SIM	SIM Sofreu a intervenção no programa Polis. (SIL-I-03, Fem., 30-40, técnica superior de arquivo).	Boa (a intervenção). O castelo ficou um espaço muito agradável de ser visitado – onde se pode realizar eventos de cariz cultural. (SIL-I-03, Fem., 30-40, técnica superior de arquivo).	Ficou um espaço mais amplo e aberto, sem as árvores que faziam parte do seu interior. (SIL-I-03, Fem., 30-40, técnica superior de arquivo).
	SIM	SIM Conheço algumas obras do arquitecto. De salientar a parte que foi posta a descoberto do palácio existente no castelo. (SIL-I-04, Fem., 50-60, coordenadora técnica).	Quanto à funcionalidade, acho-a um pouco perigosa – existe falta de segurança nos trilhos pedonais. A intervenção deu maior utilidade ao espaço, onde é agradável permanecer. (SIL-I-04, Fem., 50-60, coordenadora técnica).	Uma mudança, diria que radical, existindo actualmente zonas previamente definidas consoante a sua funcionalidade, ao contrário da imagem anterior, apenas com um jardim.. (SIL-I-04, Fem., 50-60, coordenadora técnica).
TÉCNICO/ ENTIDADE			[...] a intervenção foi demasiado impactante, as estruturas criadas [...] respondem a uma necessidade existente mas têm uma presença demasiado forte no monumento. O arranjo paisagístico adoptou soluções que não funcionam [...] e, cuja circulação em seu redor, não é segura. Não há eixos vertebradores do espaço que encaminhem o visitante para os diferentes pontos de interesse. A iluminação é insuficiente [...] o que já motivou diversos acidentes. (SIL-II-01, Fem., 40-50, arqueóloga).	As intervenções de reabilitação alteram sempre, de alguma forma, a imagem e a memória colectiva dos espaços. (SIL-II-01, Fem., 40-50, arqueóloga).

Figura 7.196.
Opinião sobre a intervenção.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA	USO(S) DO CASTELO	
TÓPICO	PROPOSTOS COMO ALTERNATIVA	
QUESTÃO	C5 PERSPECTIVAS FUTURAS PARA O CASTELO	D6 OUTRO USO PARA O CASTELO
HABITANTES	É difícil prever. (SIL-I-01, Fem., 30-40, escriturária).	Não. (SIL-I-01, Fem., 30-40, escriturária).
	No contexto actual de crise prevê-se que seja necessária uma participação cívica para que se torne possível manter a sua funcionalidade e uma maior divulgação por parte de todos. (SIL-I-02, Fem., 30-40, administrativa).	Sim. Existência de mais actividades de diferentes tipologias, workshops, lançamento de publicações, feiras, espectáculos, etc. (SIL-I-02, Fem., 30-40, administrativa).
	Enquanto monumento nacional vai continuar a receber sempre muitos visitantes, o que se deve à divulgação junto das agências de viagens. Quanto à manutenção vão ser aplicados as mesmas técnicas/métodos até então. (SIL-I-03, Fem., 30-40, técnica superior de arquivo).	O espaço do castelo é um óptimo local para a realização de espectáculos culturais e eventos, desde que se cumpra sempre as normas de preservação e conservação. (SIL-I-03, Fem., 30-40, técnica superior de arquivo).
	Sendo o castelo uma grande fonte de receita para a autarquia, existe todo o interesse que se faça atempadamente manutenção e preservação deste património e em simultâneo divulga-lo como fonte histórico-cultural, dinamizando o comércio local. (SIL-I-04, Fem., 50-60, coordenadora técnica).	O uso actual é adequado, podendo existir maior componente cultural, na realização de espectáculos no seu interior. (SIL-I-04, Fem., 50-60, coordenadora técnica).
TÉCNICO/ ENTIDADE	A responsabilidade de preservar o mesmo é municipal dado que o mesmo se encontra cedido ao município desde os anos 40 do séc. XX. A crise levou a um desinvestimento quase total na conservação do monumento que observamos com muita apreensão. (SIL-II-01, Fem., 40-50, arqueóloga).	Tratando-se de um monumento cremos que o melhor uso seria dotá-lo de infra-estruturas que permitissem o bom acolhimento do visitante, sendo que, genericamente, o arranjo efectuado responde a essas necessidades. (SIL-II-01, Fem., 40-50, arqueóloga).

Figura 7.197.
Usos propostos como alternativa.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA	PARTICIPAÇÃO		
TÓPICO	NO PROCESSO DE DECISÃO		
QUESTÃO	C1 PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE DECISÃO	C2 IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO CÍVICA NO PROCESSO DE DECISÃO	
HABITANTES	NÃO	NÃO	Porque “cada cabeça sua sentença” e é difícil chegar a um termo. (SIL-I-01, Fem., 30-40, escriturária).
	NÃO	SIM	Para que o processo de intervenção seja mais valorizado, que a manutenção seja mais frequente e os custos sejam menores. (SIL-I-02, Fem., 30-40, administrativa).
	SIM Nas intervenções efectuadas nos anos 90 houve alguns habitantes que se voluntariaram para participar nas escavações que decorriam no interior do castelo. (SIL-I-03, Fem., 30-40, técnica superior de arquivo).	SIM	Quando as pessoas participam acabam sempre por dar mais valor e ficam orgulhosos do trabalho realizado, o que é sempre valorizável. (SIL-I-03, Fem., 30-40, técnica superior de arquivo).
	NÃO	SIM	Uma consulta pública de opinião teria sido bem aceite. (SIL-I-04, Fem., 50-60, coordenadora técnica).
TÉCNICO/ ENTIDADE	NÃO Obs.: Infelizmente nem os técnicos municipais foram chamados a intervir, tendo a intervenção resultado demasiado impactante no monumento, o que veio a ser reconhecido tardiamente. (SIL-II-01, Fem., 40-50, arqueóloga).	SIM	Julgamos que se poderia ter aberto um período de apresentação de sugestões e que o processo de concepção e obra poderiam ter incluído sessões de apresentação e esclarecimentos públicos. (SIL-II-01, Fem., 40-50, arqueóloga).

Figura 7.198.
Participação no processo de decisão.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA			AFLUÊNCIA DE VISITANTES COMO SOLUÇÃO PARA A ECONOMIA LOCAL	
QUESTÃO		B2	B4	
		AFLUÊNCIA DE VISITANTES, GERADA PELO CASTELO, COMO SOLUÇÃO		IMPACTO DA AFLUÊNCIA DE VISITANTES NA VIDA QUOTIDIANA E QUALIDADE DE VIDA
HABITANTES		NÃO		Sim. Movimentação de turistas por toda a cidade. (SIL-I-01, Fem., 30-40, escriturária).
		SIM		Sim. Considero que há impacto, existindo nos últimos anos maior afluência de visitantes (SIL-I-02, Fem., 30-40, administrativa).
		SIM		Sim, tendo em conta que grande parte do comércio local vive do turismo. (SIL-I-03, Fem., 30-40, técnica superior de arquivo).
		SIM		Claro que sim. Deslocam-se mais pessoas à cidade, a feira medieval realizada em Agosto (anualmente) chama ao castelo e a Silves milhares de visitantes. Houve criação de mais postos de trabalho. Em geral houve melhorias a estes níveis. (SIL-I-04, Fem., 50-60, coordenadora técnica).
TÉCNICO/ ENTIDADE		SIM		Não tenho dados para poder responder a esta questão mas não nos parece. (SIL-II-01, Fem., 40-50, arqueóloga).

Figura 7.199.

Afluência de visitantes como solução para a economia local.

Tabela da autora.

SUBCATEGORIA CASTELO COMO FACTOR GERADOR			
QUESTÃO	B1 IMPORTÂNCIA DA DIVULGAÇÃO DO CASTELO PARA A ECONOMIA LOCAL	B3 IMPACTO DA INTERVENÇÃO NO CASTELO NA ECONOMIA LOCAL	C7 IMPACTO DA INTERVENÇÃO ALÉM DO COMÉRCIO
HABITANTES	O castelo faz parte de um roteiro turístico e traz muita gente à cidade. (SIL-I-01, Fem., 30-40, escriturária).	A entrevistada não respondeu. (SIL-I-01, Fem., 30-40, escriturária).	
	A presença do castelo afecta o comércio e a economia local de forma positiva, trazendo à cidade maior afluência de visitantes. (SIL-I-02, Fem., 30-40, administrativa).	O impacto da intervenção no castelo em termos de economia e comércio locais foi forte uma vez que gerou curiosidade por parte dos turistas e fez com que estes permanecessem na cidade para a conhecer melhor, quer a nível de história, património, a nível gastronómico e também comercial. (SIL-I-02, Fem., 30-40, administrativa).	
	Sendo o castelo de Silves uma das principais atracções turísticas atrai diariamente à cidade e ao concelho imensos turistas, que vão sempre encantados. Isto deve-se às diferentes intervenções que o castelo sofreu ao longo dos anos. (SIL-I-03, Fem., 30-40, técnica superior de arquivo).	Foram as sucessivas intervenções que fazem com que este castelo seja um monumento de grande beleza, logo atrai cada vez mais turistas, sendo que estes influenciam o comércio local. (SIL-I-03, Fem., 30-40, técnica superior de arquivo).	
	Deslocação à cidade de muitos turistas com a intenção de visitar o castelo e saber a sua história, o que contribuiu para algum movimento comercial e económico da mesma. (SIL-I-04, Fem., 50-60, coordenadora técnica).	Uma mais-valia, uma vez que o seu embelezamento foi notório, bem como os serviços que presta. (SIL-I-04, Fem., 50-60, coordenadora técnica).	
TÉCNICO/ ENTIDADE	Afecta positivamente mas não tanto quanto seria desejável. O castelo de Silves é o 2º monumento mais visitado do Algarve mas cerca de metade dos visitantes dispõe de um tempo de permanência na cidade muito limitado, apenas suficiente para visitar o castelo, pelo que o comércio local não beneficia com a sua presença. (SIL-II-01, Fem., 40-50, arqueóloga)	O nº de visitantes tem subido mas não temos dados que nos permitam afirmar que tal se deve aos arranjos efectuados no seu interior. Cremos, aliás, que não haverá relação e que o aumento se deve a estratégias de divulgação implementadas e a uma certa conjuntura socioeconómica que, por um lado trouxe mais turismo para o Algarve e, por outro, mudou um pouco o perfil do turista que agora nos visita. (SIL-II-01, Fem., 40-50, arqueóloga).	SIM [...] não cremos que a intervenção dos anos 2004-2007 tenha motivado [...] o aumento do nº de visitantes, tal se deverá a algum esforço dos nossos serviços de turismo junto de operadores turísticos e outras instituições turísticas[...]. (SIL-II-01, Fem., 40-50, arqueóloga).

Figura 7.200.
Castelo como factor gerador.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA	FACTOS ASSOCIADOS AO CASTELO		
TÓPICO	HISTÓRICOS/OUTROS		
QUESTÃO	A1 IMPORTÂNCIA NA HISTÓRIA NACIONAL	A2 CONHECIMENTO DA HISTÓRIA DO CASTELO	A3 IMPORTÂNCIA DO CASTELO NO TERRITÓRIO
HABITANTES	SIM	SIM Sofreu muitos danos com o terramoto de 1755. É no reinado de D. Afonso III que Silves é reconquistada definitivamente. (SIL-I-01, Fem., 30-40, escriturária).	Sim. (SIL-I-01, Fem., 30-40, escriturária).
	SIM	SIM As conquistas, as lendas, sendo uma delas a lenda da “moura encantada”, o antigo poço de exploração de cobre da época romana e existência de um palácio. (SIL-I-02, Fem., 30-40, administrativa).	Sim. A presença do castelo contribuiu para o desenvolvimento da localidade e do território (temos o foral de 1504, dado por D. Manuel). Contribuiu para o melhoramento das vias de comunicação [...]. (SIL-I-02, Fem., 30-40, administrativa).
	SIM	SIM Ano de posse do castelo dado em 1843. No dia 23 de Junho de 1910 o castelo de Silves foi classificado como monumento nacional; nas décadas de 30 e 40 foram promovidas as primeiras intervenções de consolidação e restauro. Em 1940 a gestão do castelo passa para a câmara municipal. As torres serviram de prisão e a cisterna abastecia água à cidade. (SIL-I-03, Fem., 30-40, técnica superior de arquivo).	Claro que sim, durante 400 anos Silves foi a capital do reino mouro do Algarve, continuando com a mesma categoria desde a tomada em 1242 até D. Afonso III. Silves tem os seguintes forais: de D. Afonso III, em 1266 [...]. (SIL-I-03, Fem., 30-40, técnica superior de arquivo).
	SIM	SIM Primeira conquista da cidade em 1189, por D. Sancho I; segunda conquista de Silves por D. Paio Peres em 1240; cisterna árabe no seu interior à qual é dedicada a lenda da “moura encantada”. (SIL-I-04, Fem., 50-60, coordenadora técnica).	Existe foral original, recentemente objecto de restauro. Feira franca realizada em Maio, anualmente. Foram para tal criados novos caminhos e estradas, que aos poucos foram criando mais condições de habitabilidade na cidade, desenvolvendo-se a mesma nas encostas da cidade. (SIL-I-04, Fem., 50-60, coordenadora técnica).
TÉCNICO/ ENTIDADE			[...] embora tenhamos muitos dados resultantes das intervenções arqueológicas realizadas, ainda não podemos, em definitivo, saber se há um núcleo urbano anterior à edificação da alcáçova, tudo indica que não. Após a sua edificação claro que a resposta é sim [...]. (SIL-II-01, Fem., 40-50, arqueóloga).

Figura 7.201.
Factos associados ao castelo.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA	RECONHECIMENTO DE VALOR <i>PATRIMONIAL</i>			
TÓPICO	PESSOAL/COMUNIDADE			
QUESTÃO	A4 ATRIBUIÇÃO DE VALOR <i>PATRIMONIAL</i>	A5 VALORIZAÇÃO DO CASTELO PELA COMUNIDADE	D5 IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DO <i>PATRIMÔNIO</i> PARA AS GERAÇÕES FUTURAS	
HABITANTES	SIM	SIM É muito pouco visitado pelos habitantes locais. (SIL-I-01, Fem., 30-40, escriturária).	SIM	Por terem um exemplo “vivo” de como é um castelo e de toda a história que aconteceu. (SIL-I-01, Fem., 30-40, escriturária).
	SIM	SIM As principais razões são a forma como os habitantes da localidade e região falam do mesmo. (SIL-I-02, Fem., 30-40, administrativa).	SIM	As gerações futuras poderão beneficiar do património preservado, em bom estado de conservação, valorizando-o e preservando-o. (SIL-I-02, Fem., 30-40, administrativa).
	SIM	SIM Enquanto monumento nacional é o ex-libris da cidade, sendo um ponto de referência, o que se deve ao seu carácter militar e recinto amuralhado com 6 torreões, tendo servido, em tempos, duas das torres como prisão. (SIL-I-03, Fem., 30-40, técnica superior de arquivo).	SIM	Deixar um património preservado é logo um passo à frente para as gerações futuras. Assim, estas, em vez de se preocuparem com as acções de intervenção devem preocupar-se com as de manutenção. (SIL-I-03, Fem., 30-40, técnica superior de arquivo).
	SIM	SIM Quando se referem a Silves a primeira coisa a que dão relevância é ao Castelo, à sua beleza e enquadramento. (SIL-I-04, Fem., 50-60, coordenadora técnica).	SIM	Sem um conhecimento do património que nos rodeia dificilmente as gerações futuras terão referências para continuação do trabalho de preservação. (SIL-I-04, Fem., 50-60, coordenadora técnica).
TÉCNICO/ ENTIDADE		SIM Alguma fracção da população entende o seu valor histórico, outra não; alguma tem consciência que o monumento possui valor pelo simples facto de para ele confluírem centenas de turistas, outros veem-no como um elemento que contribui para o desenvolvimento do comércio local e outros têm uma ligação afectiva com o castelo ou reconhecem-no como um símbolo identitário. (SIL-II-01, Fem., 40-50, arqueóloga).		

Figura 7.202.
Reconhecimento de valor *patrimonial*.
Tabela da autora.

SUBCATEGORIA	RECONHECIMENTO DE VALOR <i>PATRIMONIAL</i>				
TÓPICO	PARTICIPAÇÃO NA DIVULGAÇÃO DO CASTELO				
QUESTÃO	C3 PARTICIPAÇÃO DOS HABITANTES NA DIVULGAÇÃO DO CASTELO		C3.1. EXISTÊNCIA DE IMPACTO DESSE CONTRIBUTO	C4 CONTRIBUTO PESSOAL	C4.1. SE NÃO, DEVERIA DAR?/QUAL
HABITANTES	NÃO	Não aplicável.	NÃO	SIM. Sempre que lá vou, tenho os cuidados necessários com a manutenção da limpeza. (SIL-I-01, Fem., 30-40, escriturária).	Não aplicável.
	SIM	A participação dos habitantes é mais ao nível da divulgação. Os mesmos tentam incentivar quem ainda não conhece a cidade a fazê-lo. (SIL-I-02, Fem., 30-40, administrativa).	NÃO	SIM. A entrevistada não respondeu. (SIL-I-02, Fem., 30-40, administrativa).	Não aplicável.
	SIM	Na divulgação do castelo, quando recomendam a sua visita a outras pessoas. Não intervêm na sua gestão, que está a cargo da Divisão de turismo da Câmara Municipal de Silves. (SIL-I-03, Fem., 30-40,técnica superior de arquivo).	A entrevistada não respondeu. (SIL-I-03, Fem., 30-40,técnica superior de arquivo).	SIM. Recomendo a visita ao castelo. (SIL-I-03, Fem., 30-40,técnica superior de arquivo).	Não aplicável.
	SIM	Quando lhes é solicitada alguma informação sobre o mesmo (divulgam o castelo).Na gestão não há participação. (SIL-I-04, Fem., 50-60,coordenadora técnica).	Bastante interessante, na medida em que cada habitante questionado, além de fornecer a localização acrescenta sempre alguma informação histórica. Sendo que presentemente, e o mais usual, são os turistas em grupo acompanhados por guias. (SIL-I-04, Fem., 50-60,coordenadora técnica).	SIM. Levando amigos e conhecidos a ver o castelo, recomendando, tanto quanto possível, a outros. Quanto ao património em geral, fazendo parte de um grupo voluntário que tem recuperado o espólio documental da sé (paróquia). (SIL-I-04, Fem., 50-60,coordenadora técnica).	Não aplicável.
TÉCNICO/ ENTIDADE	NÃO	Não aplicável.	Não aplicável.		

Figura 7.203.
Participação na divulgação do castelo.
Tabela da autora.

PARTE II ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS

Categoria I Contexto/comunidade vs. Autoria/projecto de arquitectura

Dada a extensão do espaço intramuros e a singularidade do espólio arqueológico, o programa da intervenção no castelo de Silves apresenta diversas valências, contemplando assim um uso cultural, através de espaços como a casa de chá, os espaços para exposições temporárias ou o espaço polivalente para a realização de eventos, bem como contempla espaços necessários à recepção e fruição dos visitantes. Desta forma, existem vários conceitos subjacentes a estas intervenções, em que os autores pretenderam um novo ordenamento do espaço intramuros, através da criação de novos pólos de interesse. Neste caso, e devido à significativa afluência de visitantes à cidade, por proximidade com a costa algarvia, esse mesmo novo ordenamento é efectuado sobretudo para uma apresentação da pré-existência e fruição pública. Os espaços apresentados são em grande parte refuncionalizações das pré-existências, havendo contudo um novo volume que se destaca e que constitui a casa de chá. Este volume apresenta uma forma simples, com materiais que não contrastam com a pré-existência, sobretudo devido à textura e cor, como o uso do vidro, da taipa ou mesmo da madeira. No entanto, o ordenamento do espaço intramuros apresenta uma grande liberdade em questões de desenho urbano, sobretudo o jardim histórico, cujo desenho geométrico contrasta com a forma orgânica da pré-existência, destacando-se ainda mais pela quantidade considerável de tijoleira de cor vermelha que marca diferentes cotas e percursos. Desta forma, não existe uma distinção clara entre o que constitui a pré-existência e a obra nova, sobretudo no desenho urbano. A acessibilidade dos percursos que permitem uma visita ao espólio arqueológico contrasta com as várias cotas existentes no restante espaço intramuros, o que não permite uma fruição plena do espaço para pessoas com mobilidade condicionada. Desta forma, a questão da autoria desta intervenção está claramente presente, sobretudo no que toca ao jardim histórico, embora essa autoria, ao contrário de outras intervenções que constituem os estudos de caso, não se tenha evidenciado pela volumetria dos novos espaços existentes ou o contraste que os mesmos têm relativamente à pré-existência.

Quanto às questões de reversibilidade, no conceito da intervenção os autores referem que a mesma foi projectada segundo o princípio da reversibilidade, embora a intervenção apresente soluções muito distintas nesta questão. Se por um lado os passadiços para a visita ao espólio arqueológico, bem como as estruturas de protecção e acessibilidade ao adarve ou as soluções de refuncionalização de espaços pré-existentes sejam constituídos por materiais que permitem essa mesma reversibilidade, as opções para o espaço intramuros demonstram uma presença muito marcante nos elementos que constituem o jardim histórico e o espaço polivalente, estruturas com tijoleira implantadas sem carácter reversível e sem o uso de materiais que permitem tal acção, apesar da implantação destes dois espaços não se localizarem sobre estruturas pré-existentes, ou pelo menos reveladas pelas escavações arqueológicas.

Segundo a opinião dos entrevistados, todos visitaram a intervenção e alguns conhecem o autor ou outro facto sobre a intervenção. Os habitantes consideram que a intervenção foi benéfica pois o espaço do castelo tornou-se mais atractivo, e com capacidade para permitir a realização de actividades. No entanto referem que os percursos existentes apresentam falta de segurança, ideia que é partilhada pelo técnico/entidade, referindo ainda que embora a intervenção respondesse a necessidades existentes, a mesma não foi conseguida da melhor forma, sobretudo às opções adoptadas no jardim histórico. No que toca ao impacto da intervenção, todos os entrevistados consideram que o mesmo existe, onde os habitantes afirmam que o mesmo foi significativo, sobretudo relativamente ao estado anterior do castelo, onde o espaço intramuros era um jardim, e não tanto aos elementos que constituem a estrutura. No entanto, apesar da existência de impacto da nova intervenção, por partes dos habitantes entrevistados o mesmo não parece ser negativo. De salientar a resposta de SIL-II-01 relativamente ao impacto que uma intervenção *patrimonial* pode causar, que demonstra o que aconteceu relativamente ao castelo de Silves, em que o mesmo significava algo diferente na *memória* colectiva antes da intervenção.

No que toca a outros usos para o castelo, todos os entrevistados concordam com o uso previsto pela intervenção, apenas referindo uma maior utilidade e dinamização do espaço existente, o que vai de encontro à opinião sobre a intervenção, que consideram genericamente bem conseguida. Relativamente às perspectivas futuras sobre o castelo, denota-se a importância do mesmo para a cidade, sobretudo como fonte de receita, destacando-se que por esse motivo os entrevistados esperam que o município continue a sua manutenção, embora SIL-I-02 refira que num contexto de crise económica deveria haver uma participação cívica na sua manutenção e divulgação. No entanto, esta expectativa da manutenção por parte do município não coincide com a resposta de SIL-II-01, em que a entrevistada refere que tem existido um desinvestimento na preservação do castelo. Deverá então questionar-se alternativas a esse mesmo desinvestimento e entender que papel poderá ter a comunidade nesse sentido.

Esta ideia poderá interligar-se com o papel da participação cívica no processo de decisão, em que todos os entrevistados responderam negativamente à sua participação no caso da intervenção no Castelo de Silves, em que SIL-II-01 refere que nem os técnicos municipais fizeram parte desse processo. Um dos entrevistados refere que a participação cívica é de difícil gestão, embora os restantes entrevistados refiram que essa participação é importante, na medida em que por parte da comunidade teria sido bem aceite uma consulta pública, além de que uma participação no processo de intervenção, segundo os entrevistados, resultaria numa maior valorização, podendo traduzir-se numa manutenção com menores custos. Por parte do técnico/entidade, esta ideia é partilhada, focando uma forma que poderia, no caso de Silves, apelar a uma participação cívica.

Quanto à *interpretação*, mais uma vez a mensagem que é criada para ser *interpretada* baseia-se nos valores intrínsecos do monumento, cujas técnicas passam pela presença de painéis informativos e pela apresentação do espólio arqueológico encontrado, além da restituição de uma arcada, sendo estas técnicas unidimensionais, sobretudo a nível visual. No

entanto há outras técnicas utilizadas já no âmbito da *experiência* sensorial, como referem os autores relativamente ao conceito subjacente ao jardim histórico. Este jardim foi uma criação paisagístico-arquitectónica, no sentido de possibilitar criar uma mensagem sobre a cultura árabe na qual o castelo foi construído, entendendo-se neste caso uma construção de mensagem seleccionando apenas alguns aspectos considerados positivos e *nostálgicos*.

Categoria analítica II | **Contexto/comunidade vs. Expectativa económica**

Sendo o castelo de Silves um monumento que regista um grande número de visitantes, a expectativa económica é parte integrante da intervenção, sendo que neste caso a intervenção apenas vem colmatar necessidades para uma mais efectiva fruição pública e não tanto uma forma de atrair mais visitantes e consequentemente um impacto no comércio e economia locais. Esta ideia está presente na opinião dos entrevistados sobre se a afluência de visitantes à cidade através da atractividade do castelo constitui uma solução para o comércio e economia locais, em que, à excepção de um entrevistado, todos responderam positivamente. No que toca ao impacto da intervenção no comércio e economia locais, denota-se que a intervenção não foi o principal factor para o registo de grande número de visitas e consequente impacto na economia local, tendo no entanto melhorado as condições de recepção e sendo factor gerador de mais visitas a outras estruturas existentes na cidade. Neste sentido, os entrevistados referem que a divulgação do castelo é importante na medida em que traz mais público à cidade. Alguns consideram que isso pode trazer benefícios efectivos ao comércio local, mas SIL-II-01 refere que o impacto de visitantes pode não constituir geração de riqueza, na medida em que falta outro tipo de estratégias além da divulgação e que permitam uma permanência (e possivelmente de diferentes públicos) além daquela que acontece no tempo de visita.

Curiosamente, a resposta dos habitantes sobre o impacto da afluência de visitantes na qualidade de vida é diferente daquela dada pelo técnico/entidade, que embora não haja dados que comprovem de alguma forma esta questão, a percepção do técnico/entidade é que esse impacto não é significativo, ao contrário da percepção dos habitantes entrevistados.

Categoria analítica III | **Valores associados vs. Valores intrínsecos**

O castelo de Silves é classificado como Monumento Nacional, com grau 1, ou seja, apresenta características excepcionais, sendo um dos casos em que estas características se tornaram factor de atractividade havendo assim reciprocidade no reconhecimento do mesmo valor *patrimonial* por parte de especialistas e público que visita o castelo.

Todos os entrevistados atribuem ao castelo valor *patrimonial*, sendo que a opinião sobre a atribuição de valor *patrimonial* por parte dos habitantes difere entre os entrevistados. Um dos habitantes entrevistados considera que não existe, devido ao facto do castelo ser pouco visitado pela comunidade local. Os outros habitantes entrevistados consideram que existe atribuição de

valor *patrimonial* por parte da comunidade, sendo que essa contribuição se traduz em diferentes valores, seja pela iconografia do castelo, importância militar ou enquadramento paisagístico. De salientar a resposta de SIL-II-01, onde é referida a multiplicidade de valores atribuídos ao castelo, demonstrando que pode haver outro tipo de reconhecimento *patrimonial* igualmente válido ao reconhecimento *patrimonial* baseado nos valores histórico-artísticos.

Esta ideia é visível através das respostas dos entrevistados quanto ao conhecimento de factos sobre o castelo, pois há referências de várias ordens, desde factos relacionados com a história moderna e contemporânea, as conquistas dos reis ou personalidades portuguesas e referências a factos do imaginário popular, como a lenda da “moura encantada”, sendo que apesar de o castelo ter tido uma parte significativa da sua história relacionada com o período árabe, apenas são referidos factos sobre este período no âmbito do imaginário popular, não havendo qualquer referência factual.

Todos afirmam que o castelo foi importante na história nacional¹ e contribuiu para o desenvolvimento do território, havendo sobretudo referência aos forais e subsequente repovoamento após a conquista de Silves aos árabes, não havendo contudo referências do desenvolvimento muito significativo do território no período árabe, apenas SIL-II-01 refere a importância que a construção do castelo significou para o desenvolvimento do território, havendo uma diferente perspectiva neste tema entre os habitantes e o técnico/entidade.

Quanto à participação dos habitantes na divulgação do castelo, se se considerar que existem diversos valores atribuídos ao mesmo, a divulgação do mesmo pode fazer sentido para alguns habitantes e para outros não, visto que o castelo pode tanto fazer parte de *identidades* colectivas como de *identidades* pessoais. Neste sentido, as opiniões dos entrevistados apresentam respostas negativas e positivas, não se denotando uma divulgação significativa ou iniciativas de grupos de habitantes nesse tema, e por isso o impacto desse contributo não é significativo. De salientar os diferentes contributos pessoais, em que os entrevistados entendem a contribuição pessoal de formas diferentes, que passa por recomendarem a visita ao castelo mas também a contribuição para a sua manutenção ou a participação na preservação do *património*. No que toca à questão da preservação do *património* para as gerações futuras, todos os entrevistados consideram que é importante, salientando-se a resposta de SIL-I-03, no sentido em que refere um compromisso efectivo entre gerações, na medida em que se permita uma manutenção daquilo que é considerado *património* e valorizado como tal.

¹ Salienta-se que o caso do castelo de Silves, diferentemente de alguns castelos que foram construídos já no reino português com uma importância geoestratégica para a definição da fronteira portuguesa, o castelo de Silves foi importante na medida em que a sua conquista permitiu definir a fronteira mais a sul, uma fronteira que não estaria ameaçada dado o seu enquadramento.

Capítulo 8 ■ Análise comparativa dos estudos de caso

As categorias analíticas I, II e III, respectivamente **contexto/comunidade vs. Autoria/projecto de arquitectura**, **contexto/comunidade vs. Expectativa económica e valores associados vs. valores intrínsecos**, que constituíram o ponto de partida para a análise individual dos estudos de caso, foram determinantes para efectuar uma análise segundo as especificidades do contexto de cada estudo de caso, pelo que para a análise comparativa se optou apenas pelas subcategorias/tópicos que permitissem uma leitura transversal a todas as situações, passíveis portanto de serem comparáveis.

Neste sentido, a análise comparativa foi realizada segundo as seguintes subcategorias (apenas com a análise comparativa de alguns tópicos dessas mesmas subcategorias):

- **Categoria analítica I: Contexto/comunidade vs. Autoria/projecto de arquitectura:**

- uso(s) do castelo;
- participação;
- programa;
- reversibilidade/materiais utilizados;
- *interpretação*;
- justificação para a intervenção;

- **Categoria analítica II: Contexto/comunidade vs. Expectativa económica:**

- expectativa económica que os autores perspectivam com a intervenção;
- castelo como factor gerador;
- afluência de visitantes como solução para a economia local.

Relativamente à categoria analítica I foram seleccionadas as subcategorias ou tópicos relativos às intervenções *patrimoniais* de forma a efectuar-se uma análise transversal a todas as características verificadas nas intervenções anteriormente analisadas, sistematizadas num quadro-síntese para melhor elucidar a frequência dessas características.

Desta forma, pretende-se estabelecer considerações sobre as intervenções já no século XXI, nomeadamente as intervenções analisadas nesta dissertação, comparativamente às abordagens preconizadas no capítulo 4, apresentadas sumariamente no quadro-síntese 6.1, ou seja, efectuar uma análise no sentido em que se existe uma continuação das características verificadas na última década do século XX. Irá correlacionar-se esta análise com os dados obtidos através das entrevistas nomeadamente nas subcategorias do(s) **uso(s) do castelo e participação** da comunidade no processo de decisão. Com esta correlação pretende-se delinear

considerações no que respeita à relação existente entre a intervenção *patrimonial* e um determinado contexto, relação essa que se encontra assinalada no quadro-síntese 6.1, assinalada a cor vermelha, e que constituiu o ponto de partida para a definição das categorias analíticas.

No que toca à categoria analítica II, relativa à expectativa económica, optou-se apenas por incluir na análise comparativa apenas duas subcategorias, nomeadamente o **castelo como factor gerador** e **perspectivas presentes no projecto de intervenção**. Pretende-se efectuar uma análise transversal sobre o impacto da intervenção na economia local e se no conceito de intervenção existe a intenção de que a mesma possa gerar mais afluência de visitantes e consequente impacto económico, mais uma vez na óptica de verificar se existe uma continuação nas características verificadas no capítulo 4.

Embora cada um dos castelos estudados nesta dissertação apresente uma importância maior ou menor em termos identitários e como um dos factores geradores para o desenvolvimento local, devido aos diferentes contextos socioeconómicos de cada estudo de caso, considera-se pertinente efectuar uma correlação transversal entre as perspectivas económicas presentes no conceito de intervenção e o impacto da intervenção no contexto local nesse sentido, segundo a análise dos dados obtidos através das entrevistas e da análise documental das intervenções.

Com esta correlação pretende-se assim delinear considerações no que respeita a vários aspectos: se continua a considerar-se que as intervenções *patrimoniais per se* sejam factor para um consequente benefício económico e se o castelo é ou não factor gerador, o que tem implicações directas no sucesso da realização das intenções preconizadas no conceito da intervenção; se esse impacto apresenta ou não diferenças significativas devido aos diferentes contextos, na óptica de entender o grau de importância das intervenções *patrimoniais* tal como são concebidas actualmente na contribuição para um desenvolvimento local.

Por fim, relativamente à categoria analítica III, **valores associados vs. valores intrínsecos**, a resposta à mesma depende das especificidades de cada contexto, pois para cada castelo analisado existem, por um lado, diversos valores atribuídos pela comunidade científica, e que suportam a sua classificação, e, por outro lado, valores atribuídos pela comunidade local, pelo que esta categoria analítica apenas visa uma análise individual, não havendo elementos passíveis de serem comparáveis. No entanto, nas considerações finais, esta temática será abordada na resposta aos objectivos propostos nesta dissertação.

Seguidamente apresenta-se a análise comparativa relativa à categoria analítica I, começando por apresentar-se o quadro-síntese das intervenções dos estudos de caso.

Análise comparativa dos estudos de caso

PROGRAMA/ESTUDO DE CASO	MOG.	TRA.	CEL.	CAS.	AMI.	POR.	SIL.
Intervenção em áreas internas com novas funções							
Intervenção em áreas internas sem novas funções (fruição/visitas)							
Instalação de novos volumes							
Novos volumes com programa cultural							
Novos volumes com outro programa							
Existência de espaços expositivos							
Espaços para actividades permanentes e não culturais							
Recriação ou restituição de estruturas da pré-existência							
Instalação de restaurante/cafetaria							
Auditórios/anfiteatros exteriores							
Auditórios/anfiteatros interiores							
Circuitos de visita no espaço intramuros							
Espaço de recepção aos visitantes no interior de espaços pré-existent							
Espaços de recepção aos visitantes no exterior (novos volumes, por exemplo)							
Intervenções urbanas (fora do espaço intramuros)							
Espaços com utilização não prevista pelo projecto							
Espaços projectados sem utilização/sem funcionamento							
Adaptabilidade/flexibilidade dos espaços a diferentes funções							

MATERIAIS UTILIZADOS	MOG.	TRA.	CEL.	CAS.	AMI.	POR.	SIL.
Acessos com estrutura metálica							
Novos volumes com estrutura/revestimento metálico							
Novos volumes com estrutura e revestimento mistos							
Pisos com estrutura metálica na pré-existência							
Pisos com estrutura de madeira na pré-existência							
Coberturas com estrutura metálica na pré-existência							
Coberturas de estrutura de madeira e revestimento de telha na pré-existência							
Coberturas com revestimento de vidro na pré-existência							

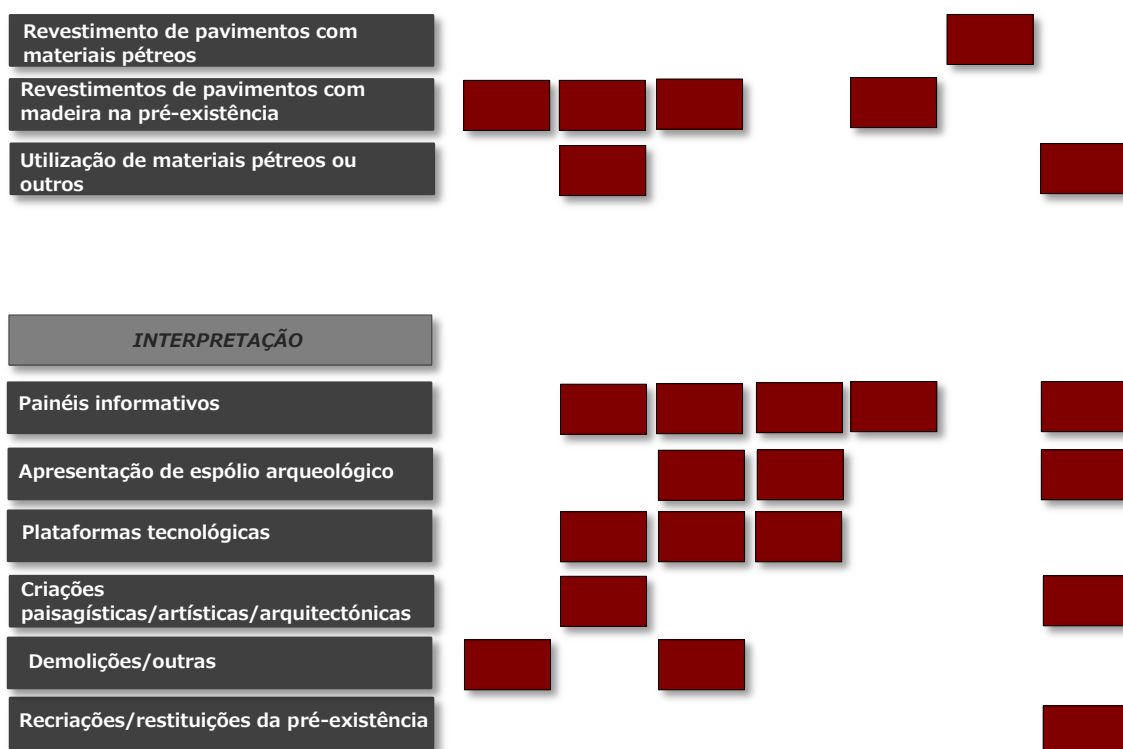


Figura 8.1.

Quadro-síntese das principais características apresentadas pelas intervenções dos estudos de caso. Quadro da autora.

Analisando primeiramente o programa, uma das questões que se evidencia é a quase total inexistência de programas utilizados na década de 80 e primeira metade da década de 90 do século XX, nomeadamente com fins hoteleiros, para instalação de serviços municipais ou outros programas mais complexos e com a necessidade de uma área considerável, onde por vezes era necessário um prolongamento da pré-existência com novos volumes para responder a essa necessidade. Neste caso, apenas o caso de Celorico da Beira apresenta um espaço onde foi instalado um centro de documentação, um programa sem fins culturais. Nos restantes casos, o programa pautou-se pela criação de condições para a fruição pública e espaços culturais ou de lazer.

As situações que mais se verificam, em mais de metade dos estudos de caso, são a refuncionalização de espaços pré-existentes, a instalação de novos volumes e circuitos no espaço intramuros, a criação de espaços expositivos, a instalação de anfiteatros ou auditórios exteriores, no espaço intramuros, e a adaptabilidade dos espaços a várias funções, sobretudo com a instalação de auditórios/anfiteatros onde é possível a realização de eventos. Desta forma, a refuncionalização dos espaços pré-existentes, sobretudo nas torres, torre de menagem e espaços internos, caracteriza-se pela instalação de espaços expositivos, permanentes ou não, sendo que o conteúdo da exposição apresenta um carácter diferente de um espaço museológico tradicional, caracterizando-se por uma maior atractividade para o público, nomeadamente no grafismo, informação disponibilizada e especificidade da mesma relativamente à história do

monumento e/ou local onde o mesmo se insere. A refuncionalização pode caracterizar-se também por um programa que contemple apenas a fruição pública, como no caso de Mogadouro, em que o interior da torre de menagem permite o acesso à cobertura, sendo que a mesma se caracteriza como uma espécie de observatório da envolvente.

As intervenções no espaço intramuros apresentam uma utilização de passadiços ou estruturas metálicas que demarcam um circuito de visita. No entanto, este conceito pode apresentar diversas formas de execução, verificando-se situações diferentes. No caso de Castelo Novo o percurso de visita tem um impacto visual significativo, que embora seja construído por uma estrutura leve e metálica, o percurso ganha visibilidade quando entendido na sua globalidade. No caso de Celorico da Beira este percurso, embora menos reversível devido à instalação de grelhas metálicas no solo, tem um impacto visual menor, sobretudo porque a sua organização no espaço permite uma orientação no circuito de visita, embora não obrigando os visitantes a tomar parte nesse circuito.

O caso de Portalegre apresenta algumas distinções, e que não seguem estas características de um circuito linear sobre a estrutura pré-existente. Devido às especificidades da intervenção, com o novo volume introduzido acaba por não ter havido a necessidade de um percurso de visita como se verificou anteriormente, sendo que o acesso ao espaço intramuros pode ser efectuado livremente, através do novo volume, bem como o acesso aos adarves e restantes torres existentes, sendo que esta questão da fruição pública está inerente a toda a intervenção e portanto a questão da utilização de circuitos de visita é meramente secundária.

O caso de Mogadouro apresenta também algumas diferenças neste sentido, devido também às especificidades da intervenção, uma intervenção que visou uma leitura urbana do castelo, e portanto não houve também a necessidade de um circuito de visita com o carácter do circuito existente em Castelo Novo, dado que existem múltiplos percursos possíveis na inter-relação das praças e arruamentos existentes na envolvente próxima do castelo. Neste sentido, denota-se uma preocupação nas intervenções relativamente à questão da fruição pública, mesmo que aconteça em casos muito pontuais, nomeadamente em espaços internos, como os casos de Mogadouro e Amieira do Tejo, verificando-se uma continuação desta característica relativamente à década precedente, pelo que a fruição pública é um dos temas centrais no conceito das intervenções.

A par destes circuitos são criados igualmente auditórios ou anfiteatros, ao ar livre, situação mais frequente do que a instalação do mesmo programa em áreas pré-existentes, apenas acontecendo em Celorico da Beira, que contempla as duas situações, e o caso de Castelo Novo, que embora não seja um auditório ao ar-livre, o mesmo foi projectado num novo volume, visto que a pré-existência não tinha condições que permitissem uma refuncionalização desse tipo. Este programa, de auditórios ou anfiteatros ao ar livre, apesar de constituir uma situação já abordada nos programas na década de 90 do século XX, como o caso do castelo de Belmonte, apresenta diferenças significativas nos materiais utilizados, implantação e desenho. Neste sentido, os materiais utilizados incidem em soluções que permitem reversibilidade, como o caso da madeira e de materiais metálicos, no caso dos auditórios no exterior. No caso de Trancoso, curiosamente, a solução do auditório, instalado nas ruínas da capela de Santa

Bárbara, remete para o mesmo efeito cénico que se observou na instalação do auditório no castelo de Belmonte, mas apresenta, contudo, maior reversibilidade, sobretudo porque apenas apoia, em alguns pontos, no afloramento rochoso que se encontra debaixo do auditório, sendo construído por uma estrutura mista de madeira e metal, com revestimento de madeira. Este efeito cénico está interligado com a questão da autoria, na medida em que a estrutura pré-existente se torna pretexto para uma intervenção arquitectónica, em que acaba por existir uma interdependência entre a valorização da obra nova e a valorização da estrutura por esta dinâmica na leitura do espaço.

No caso de Celorico da Beira, a instalação de um auditório escalonado no local onde foram construídas umas cisternas no período da DGEMN, apresenta sensivelmente as mesmas características do auditório anteriormente referido em termos de materiais mas a questão da autoria ou do efeito cénico é bastante mais subtil, na medida em que o auditório tem muito pouco impacto visual, devido também à sua implantação. No caso de Portalegre os materiais continuam sensivelmente a ser os mesmos e a implantação pauta-se por alguns apoios no afloramento rochoso existente, pelo que a reversibilidade é também possível. Neste caso, as galerias, que poderão servir como plateia, têm um impacto visual bastante mais significativo devido à volumetria. O caso de Silves apresenta diferenças, dado que o auditório é efectuado no espaço intramuros com diferentes cotas, graduais, e que não é perceptível a sua função como nos restantes casos, devido à dimensão que apresenta, só sendo possível uma leitura clara por fotografia aérea ou documentos gráficos. No entanto, é possível realizar eventos de diversas ordens. A questão da implantação e desenho demonstra grande liberdade formal, tal como aconteceu em Belmonte, não existindo igualmente uma preocupação clara nas questões de reversibilidade, devido à implantação e materiais utilizados.

Nos restantes casos, a questão da forma não apresenta tão visivelmente a questão da autoria, pela utilização de formas mais elementares, mas está também presente. No caso dos auditórios interiores, apenas existem nos casos de Celorico da Beira e Castelo Novo. No caso de Celorico da Beira o auditório é uma estrutura simples e reversível, dentro da mesma leitura na restante intervenção da torre de menagem, e o auditório em Castelo Novo, de estrutura metálica, apresenta reversibilidade devido à implantação e também aos materiais utilizados, pelo que o impacto visual não é significativo, à excepção da entrada, um volume acima da cota da cobertura desse auditório, sendo visível na envolvente próxima devido à textura e cor do material utilizado, que embora contemple a questão da reversibilidade e a distinção da pré-existência, acaba por ter um impacto visual significativo.

Desta forma, este programa aparece com maior frequência nas intervenções do novo milénio, induzindo à existência de uma intenção, quanto à intervenção nos castelos, de criação de espaços com maior versatilidade para a realização de vários eventos e por isso uma intervenção com programa de carácter cultural a par da criação de condições para fruição pública, e que foi iniciado já na década precedente.

No entanto, ao se efectuar uma análise transversal aos resultados das entrevistas relativamente ao tópico dos usos alternativos, da subcategoria do(s) uso(s) do castelo, verifica-se que existe uma incidência em propostas para uma maior dinamização cultural e realização de

eventos no espaço do castelo. Esta questão é pertinente porque embora a instalação de auditórios seja frequente nas várias intervenções analisadas, as opiniões dos entrevistados vão no sentido em que esses espaços não estão a ser potencializados, pelo que a sua existência ou implementação pode não ter uma justificação concreta para determinados contextos. Há dois aspectos que se podem considerar relativamente a esta questão. Por um lado a questão dos auditórios como um aspecto meramente de autoria, no sentido em que os autores delineiam um conceito e uma intervenção estritamente baseada numa análise da estrutura pré-existente, o que torna possível uma liberdade conceptual e formal muito significativa. Por outro lado a instalação de auditórios pode não ter contemplado um estudo prévio relativamente à dinamização cultural da localidade e da região bem como a existência de outros espaços culturais já existentes e que poderiam comprometer a utilização do auditório no espaço do castelo. Verifica-se falta de coordenação entre diversos agentes locais e regionais que possibilitassem uma adequada utilização e manutenção dos auditórios no castelo, para promover uma maior dinamização cultural, uma questão que foi referida pelos entrevistados, como anteriormente se apresentou.

Voltando à questão do programa, no que respeita à fruição pública e à criação de condições para uma utilização cultural, este tipo de situações indica a existência de uma intenção na redefinição da relação do castelo e do espaço intramuros com a envolvente urbana, na medida em que alguns autores referem no conceito da intervenção a intenção de transformar o castelo numa espécie de espaço urbano. Esta ideia resulta em intervenções distintas, não só na intenção anteriormente referida mas também devido aos condicionalismos da cota de implantação e localização do castelo relativamente ao espaço urbano da envolvente. Assim, em Castelo Novo verifica-se a implantação de um novo volume, na praça que antecede a entrada no castelo e onde se localiza a igreja matriz da localidade, onde os autores pretenderam redefinir a muralha como um elemento fechado, através desse volume, pretendendo assim redefinir a relação do castelo com as edificações e arruamentos na envolvente próxima. No caso de Mogadouro, a intervenção é tida como uma intervenção urbana mais do que uma intervenção *patrimonial* na estrutura do castelo, em que o autor refere a estrita relação do espaço do castelo com as igrejas e respectivos adros da envolvente, além dos arruamentos circundantes e outras edificações singulares, que constituíram o núcleo do período medieval e moderno.

No caso de Portalegre o autor, com o programa proposto, pretendeu que o espaço do castelo se redefinisse como um *centro cívico*, com actividades que permitissem uma nova vivência da comunidade na relação com o espaço urbano caracterizado pelo centro histórico devido à localização singular do castelo de Portalegre no mesmo. No caso de Trancoso, embora não se denote esta intenção de relacionar o espaço do castelo com os arruamentos ou outros espaços urbanos na envolvente, o autor pretendeu que o espaço do castelo fosse vivenciado como um espaço urbano e adaptável a diversas circunstâncias. Nestes últimos dois casos, o castelo, apesar do conceito subjacente, é tido na mesma como um espaço fechado em si mesmo, diferenciando-se dos dois primeiros casos anteriores.

No caso de Amieira do Tejo, embora o projecto contemple o arranjo urbanístico da praça que antecede o castelo, a intervenção *patrimonial* no castelo e o projecto para a praça são entendidos como dois projectos distintos e não directamente relacionáveis.

Desta forma, embora não se possa referir que este tipo de leitura e intenção sobre uma estrutura militar relativamente à sua intervenção *patrimonial* seja uma nova abordagem no novo milénio, deve salientar-se a transversalidade desta intenção a vários estudos de caso, que devido à sua proximidade temporal com a actualidade, necessitará de uma leitura com maior distanciamento no sentido de verificar se constituirá uma característica que terá influência nas futuras intervenções.

Outra das situações que aparece com mais frequência é a instalação de novos volumes. Estes novos volumes não têm uma relação directa com a inexistência de área disponível na pré-existência e por isso levando à necessidade de projectar novos volumes para incluir o programa proposto. Embora em alguns casos se possa verificar que a pré-existência não oferecia grandes possibilidades para espaços onde fosse possível uma refuncionalização, como o Caso de Castelo Novo, estes novos volumes resultam mais de uma intenção em distinguir a intervenção da pré-existência. Esta distinção, que sob o ponto de vista conceptual tem estrita relação com as questões da reversibilidade e da revalorização da pré-existência, optando-se por colocar novos volumes com pouco impacto visual, como se verificou no caso analisado no capítulo 4, relativamente ao castelo de Montemor-o-Velho, acaba por paradoxalmente se traduzir em menores condicionalismos por parte das estruturas pré-existentes, o que dota a sua concepção de uma certa liberdade nas questões da autoria no que toca à forma e também à implantação, havendo desta forma uma continuação daquilo que alguns autores consideram uma tendência nos anos mais recentes, como se verifica no subcapítulo 4.3.

Embora este tema tenha sido focado na análise individual de cada estudo de caso, os novos volumes presentes nas intervenções analisadas no capítulo anterior apresentam não só uma justificação para a sua instalação como parte complementar do programa, como nos casos de Castelo Novo, de Silves, de Trancoso e de Portalegre, mas também um destaque da forma desses novos volumes, como o caso do acesso à torre de menagem do castelo de Trancoso, em que a liberdade formal e *interpretativa* é uma clara intenção do autor, e está presente no conceito, questionando-se mais uma vez se esta necessidade expressa da distinção da pré-existência com novos volumes não acaba por ter outro sentido na qual a estrutura pré-existente é pretexto para uma intervenção arquitectónica. Questiona-se também se ao destacar-se a intervenção arquitectónica da estrutura pré-existente não existirá uma reciprocidade entre a valorização da pré-existência com a obra nova e vice-versa.

Não foi encontrada nenhuma situação idêntica à intervenção no castelo de Algoz, nomeadamente a opção por uma refuncionalização de uma edificação fora do espaço intramuros, tendo sido adoptada a inclusão de novos volumes e a refuncionalização de espaços do castelo, como os casos das intervenções nas torres de menagem.

Analisando agora as situações menos frequentes, verifica-se que em apenas dois casos foram projectados espaços de cafetaria ou restaurante, em contextos muito distintos e que por isso comprometeram o seu sucesso positiva ou negativamente. No caso de Silves, devido à

grande afluência de visitantes, o espaço mantém-se em funcionamento com relativa utilização. No caso de Portalegre, o restaurante não se encontra em funcionamento, podendo haver vários motivos, como explicitado na análise individual. No entanto, nada se poderá concluir relativamente à frequência da inclusão deste tipo de programa nas intervenções contemporâneas, pois poderá vir a ser continuamente uma opção nas futuras intervenções *patrimoniais* nos castelos.

Apresentam-se poucas situações em que os espaços projectados para determinada função fossem posteriormente adaptados a novas funções não projectadas ou não pensadas pelo autor. Neste sentido, apenas se verifica, no castelo de Amieira do Tejo, a opção de exposições temporárias no último piso, não com o conteúdo inicialmente previsto, que era um espaço dedicado à Ordem de Malta¹, embora continue a ser um espaço expositivo. Nos restantes casos, nomeadamente no caso do castelo de Silves, a refuncionalização prevista para as torres do castelo não se verifica na maior parte dessas estruturas. Contudo não se sabe se ainda vai ser instalado ou se o seu funcionamento não teve sucesso. O caso de Portalegre é um pouco mais problemático, devido ao não funcionamento do restaurante e muito pouca utilização, ou mesmo inexistente, dos restantes espaços devido aos problemas de manutenção e comportamento dos materiais, mas não se verificando a atribuição de uma outra função diferente daquela que foi projectada.

Ainda relativamente às questões do programa, a instalação de espaços para recepção ao público é comum praticamente a todos os projectos, apenas se verificando ou a instalação em áreas internas ou a instalação de novos volumes para esse efeito, verificando-se assim uma gradual adaptação dos castelos a fins culturais com a preocupação de melhorar as condições de fruição pública, existindo portanto uma continuação da abordagem preconizada nas intervenções *patrimoniais* nos castelos na década de 90 do século XX, situação referida no subcapítulo 4.3.1.

Os materiais utilizados resultam das opções de reversibilidade escolhidas em cada intervenção, sendo no entanto uma opção praticamente transversal a todas as situações, e resultando numa escolha de materiais sem grandes diferenças entre cada intervenção. Desta forma, em todas as situações verifica-se, para os acessos, a escolha de estruturas metálicas, tanto nos acessos entre pisos como nos acessos aos adarves. Estas estruturas permitem assim pouco impacto visual ou alteração da leitura da pré-existência. Os pisos, dentro do contexto de refuncionalização de áreas internas, como os casos das torres de menagem, apresentam também na sua maioria estrutura metálica, sendo que no castelo de Amieira do Tejo foi mantida a estrutura em madeira. Quanto aos revestimentos, tanto dos acessos como dos pisos, existe uma predominância da utilização de madeira. De salientar que as coberturas com estrutura de madeira e revestimento de telha são, na maioria dos casos, substituídas por outro tipo de estruturas, nomeadamente metálicas, cujo revestimento se constitui por madeira, elementos metálicos ou mesmo vidro. No caso de Amieira do Tejo a cobertura é mantida com a

¹ Também denominada de Ordem dos Hospitalários.

estrutura de madeira e cobertura de telha². No entanto verifica-se um gradual abandono das técnicas tradicionais de construção como opção de projecto optando-se pela utilização de técnicas que diferenciem a obra nova da pré-existência.

Os novos volumes têm relativamente as mesmas características de reversibilidade verificadas nas intervenções em espaços ou estruturas pré-existentes. Nos casos em que se verificam novos volumes, praticamente todos apresentam estrutura metálica, embora diferenças no revestimento: no caso de Castelo Novo a estrutura constitui o próprio revestimento, no caso de Portalegre o principal material de revestimento é a madeira e no caso de Silves são utilizadas sobretudo a taipa e madeira, sendo que a taipa não tem função estrutural.

Quanto à *interpretação* e técnicas utilizadas para tal não se verificam grandes diferenças mediante o que foi analisado no capítulo 2.2, verificando-se assim uma gradual aposta na apresentação de informação com maior rigor científico e com o intuito de promover essa mesma informação com fins educativos, mas através de técnicas com maior atractividade para o público.

Assim, a utilização de painéis informativos é frequente em mais de metade dos estudos de caso, existindo tanto no interior, como no caso de Amieira do Tejo, como no exterior, como no caso de Trancoso, ou contemplando as duas situações, como no caso de Celorico da Beira. Existem também observatórios digitais que contemplam igualmente uma informação mais apelativa e que possa suscitar mais interesse por parte do público. É também apresentado espólio arqueológico em duas vertentes: *in situ*, nos casos de Castelo Novo e Silves, e uma relocalização do espólio móvel para os espaços expositivos, como nos casos também de Castelo Novo e Celorico da Beira. Este espólio é referente às escavações efectuadas no castelo. Verificam-se, no entanto, algumas técnicas já relacionadas com uma *experiência patrimonial*, e por isso já num âmbito de uma *interpretação* que ultrapassa a unidimensionalidade visual de outras técnicas, como o caso do jardim histórico como criação, no caso de Silves, idêntico a um acontecimento como por exemplo uma recriação histórica ou outro, mas com carácter permanente. No entanto, predomina uma opção pela apresentação de informação factual sobre o local, apenas existindo uma evolução das técnicas de apresentação com a introdução de um novo grafismo e tecnologia.

Os principais factores que motivaram estas intervenções, como referido nas fichas técnicas, foram por um lado a inclusão das mesmas em programas mais abrangentes, como os casos de Castelo Novo e Trancoso, no âmbito do PRAHP, e o caso de Silves, no âmbito do programa “Polis”, e por outro o acesso a fundos comunitários.

Neste sentido, não se denotam grandes diferenças na justificação para as respectivas intervenções, pelo que são praticamente inexistentes estratégias que visem outro tipo de justificação com diferentes agentes e direccionadas para a resposta a uma necessidade concreta da comunidade. O acesso a fundos comunitários permitiu uma valorização em larga escala, como o caso do “Programa de Recuperação dos Castelos”. Este programa, do qual alguns

² No caso de Silves não foi possível precisar o tipo de estrutura presente na cobertura das torres.

castelos analisados nesta dissertação fazem parte, apresenta algumas considerações diferentes relativamente ao entendimento da intervenção *patrimonial*, como foi referido no subcapítulo 4.3.1., através de uma citação deste programa, na medida em que existe uma intenção em conferir ao castelo uma dinâmica vivencial no quotidiano das comunidades. No entanto, pelo que foi verificado através da análise individual de cada estudo de caso esta intenção não se verifica pois as intervenções apresentam problemas de manutenção e falta de utilidade para além daquela para que foram principalmente concebidas: a fruição pública. Esta questão é bastante complexa quando se pretender efectivar todas as intenções presentes neste programa, sobretudo relativamente àquilo que se entende como *património* na contemporaneidade e na relação com a comunidade e um contexto determinado, o que obriga a repensar diferentes estratégias que vão para além dos diversos acessos a fundos monetários ou uma coordenação especialista na gestão das intervenções no castelo e decisão das mesmas. Neste sentido, a comunidade e os diversos agentes locais de cada localidade onde se encontra o castelo têm uma importância pertinente, tal como se tentou elucidar através do capítulo 2.

Através da análise transversal aos resultados obtidos das entrevistas, verifica-se que a participação das comunidades foi praticamente inexistente, tanto pela opinião dos habitantes como pela opinião de alguns técnicos/entidades, o que reforça que em praticamente todas as intervenções se possa concluir que a justificação tenha sido a de dotar os espaços do castelo com melhores condições para fruição pública sem existirem diferenças substanciais relativamente às diferentes regiões ou mesmo num enquadramento urbano ou rural. Sendo que não existem estratégias implementadas que permitam uma participação cívica e um efectivo contributo dessa opinião na decisão da intervenção, no entanto não se verifica acções neste sentido, tanto do ponto de vista dos habitantes, através de associações, à excepção de uma associação criada em Castelo Novo, como do ponto de vista dos municípios, por exemplo. Tal como foi referido na análise individual do estudo de caso anteriormente referido, apesar da criação dessa associação, esta não teve uma efectiva participação na intervenção pois os habitantes não fizeram parte do processo de decisão, pelo que se denota falta de existência de mecanismos e estratégias que permitam esta colaboração. Estas estratégias devem partir primeiramente dos técnicos, pelo que deve existir uma reciprocidade entre a vontade de uma participação cívica entre os especialistas e outros agentes locais. Relativamente aos agentes locais, e através da análise transversal dos resultados das entrevistas, verificou-se que apenas dois entrevistados responderam negativamente à importância de uma participação cívica no processo de decisão, podendo haver assim potencialidades para outra forma ou gestão das intervenções *patrimoniais*.

A quase inexistência de participação no processo de decisão da intervenção justifica igualmente que exista um maior número de respostas negativas quanto ao conhecimento do autor do projecto ou factos sobre a intervenção, em que apenas quatro dos entrevistados não visitaram a intervenção, sendo que os entrevistados que responderam positivamente o conhecimento que demonstram ter é sobretudo saberem quem foi o autor do projecto, sendo que não há informações relevantes que indiquem uma participação activa de vários agentes na mesma ou a partilha de opiniões, não se verificando assim conhecimento sobre as opções de

projecto, por exemplo. Desta forma não existe uma relação directa entre o conhecimento de factos sobre a intervenção e a participação no processo de decisão, visto ser praticamente inexistente, como foi referido anteriormente.

No entanto verificou-se uma incidência maior no conhecimento sobre a autoria do projecto nos casos em que o autor não é técnico dos serviços aos quais o castelo é afecto ou mesmo técnico do próprio município, em que se poderia esperar uma situação contrária, devido a uma maior proximidade e conhecimento do contexto de cada castelo por parte desses técnicos e consequentemente uma maior divulgação e participação das comunidades locais.

Ainda relativamente a esta categoria analítica verifica-se que existem várias referências a problemas de manutenção nas perspectivas futuras para o castelo, em vários contextos e enquadramentos distintos, havendo uma percepção de que a falta de verbas ou a quantidade de monumentos existentes a cargo do poder estatal poderá reflectir-se em dificuldades para a continuação da manutenção e preservação dos castelos. Verifica-se que a manutenção do castelo está, em alguns estudos de caso a cargo das entidades locais, como por exemplo os casos de Celorico da Beira, Castelo Novo, Portalegre ou Silves. No caso de Portalegre, a manutenção da intervenção requer uma grande disponibilidade financeira pois além da substituição dos materiais ser bastante dispendiosa, o projecto apresenta igualmente problemas no comportamento dos materiais, o que torna a sua deterioração muito rápida. Esta deterioração tornou-se ainda mais alarmante devido à falta da manutenção pois para o município, segundo informação de um dos informantes-chave, não dispõe de meios financeiros para assegurar a manutenção. No caso de Silves um dos informantes-chave refere também que devido a uma crise económica houve um desinvestimento muito grande na conservação do monumento por parte do município. Curiosamente alguns entrevistados focam uma participação cívica para colmatar os problemas de manutenção e que poderá ter potencialidades dependendo das acções em que essa participação cívica se poderá traduzir neste âmbito.

Quanto à categoria analítica II, contexto/comunidade vs. expectativa económica, a questão da expectativa económica, factor que tem caracterizado as estratégias de conservação dos lugares *patrimoniais* das últimas décadas do século XX e também já no novo milénio, como se referiu no subcapítulo 2.2., verifica-se nas intervenções dos estudos de caso. Embora se tenha referido, na análise individual, que essa mesma expectativa económica não seja explícita nos conceitos subjacentes às intervenções, poderá entender-se que nas mesmas, devido à finalidade cultural e de fruição pública que as caracterizam, existe uma expectativa generalizada de que os castelos sejam factor atractivo para uma maior afluência de visitantes e que consequentemente possam trazer benefícios económicos a nível local ou regional.

Através da análise dos resultados obtidos das entrevistas na subcategoria **castelo como factor gerador**, no que toca à importância da divulgação do castelo para o comércio e economia locais, verificou-se alguma divergência entre as respostas: existe sobretudo uma incidência em respostas onde se considera que a divulgação é importante pois pode gerar maior afluência de visitantes e há igualmente uma incidência no facto de que a divulgação do castelo não deverá ter significado para a economia local.

No caso de Trancoso, por exemplo, há referência a que essa divulgação irá trazer mais visitas ao castelo mas dada a natureza da visita, de um curto espaço de tempo, e a falta de outros mecanismos que promovam a permanência dos visitantes, essa divulgação não se irá traduzir em impacto significativo para a economia local, tal como afirma outro dos informantes-chave, o técnico/entidade, no sentido em que deveria haver estratégias e uma adaptação do comércio local a diferentes tipos de público de forma a ser possível um impacto efectivo. Outro dos casos em que esta divulgação pode ter pouco impacto é o caso de Castelo Novo, pois na opinião dos habitantes reconhece-se que existem poucos recursos para a revitalização da localidade, o que faz com que a divulgação do castelo seja muito pouco significativa nesse sentido. Tal verifica-se igualmente no caso de Amieira do Tejo, que devido à desertificação acentuada que a localidade apresenta e à pouca actividade económica da região, a divulgação do castelo não tem tido o efeito esperado, embora o castelo assuma maior importância estratégica como factor de desenvolvimento do que em Castelo Novo.

Nos casos de enquadramento urbano de maior dimensão, como Portalegre e Silves, há a perspectiva de que a divulgação do castelo pode significar um impacto no comércio e economia locais. No caso de Portalegre, essa divulgação segundo as opiniões dos entrevistados, acompanhada com outras estratégias, nomeadamente em diversas iniciativas e atracção de diferentes públicos, poderá contribuir para a economia local. O caso de Silves, onde o castelo tem de facto um grande protagonismo, esta situação é de convergência relativamente às opiniões dos entrevistados pois a divulgação do castelo apresenta já algum impacto na economia local, constituindo um caso único.

Neste sentido, verifica-se que o castelo representa graus diferentes como factor gerador com implicações para a economia local, pelo que se depreende através da análise comparativa que esta questão deve ser analisada em função de cada contexto, visto existirem diversos factores que têm de ser interrelacionados para determinar se a importância da divulgação do castelo, em função de cada contexto socioeconómico e da importância do castelo como factor de atracção de público, terá ou não relevância.

Esta questão é pertinente porque poderá comprometer os resultados da expectativa económica que implicitamente é transversal a todas as intervenções dos estudos de caso, como anteriormente se referiu. Pela análise dos resultados obtidos das entrevistas relativamente ao impacto da intervenção no castelo na economia local, há uma incidência de respostas em que se verifica que a intervenção teve pouco ou nenhum impacto, havendo algumas referências no que toca a uma maior afluência de visitantes, desconhecendo-se se essa mesma afluência se traduz em geração de riqueza. De salientar que, independentemente dos diferentes contextos, há uma frequência de respostas muito significativa no que toca ao pouco impacto da intervenção no comércio e economia locais, o que poderá significar que a falta de sucesso das intervenções relativamente à expectativa económica esperada poderá estar também relacionada com o próprio entendimento do que significa uma intervenção *patrimonial*, onde se tem vindo a verificar uma continuação das características preconizadas na década anterior, em que se questiona o rumo que as intervenções procedentes poderão tomar se se perspectivar que a intervenção *patrimonial* é factor de benefícios económicos para uma dada região ou localidade.

Esta expectativa de que a afluência de visitantes pode ser factor gerador de riqueza não é visível nas respostas obtidas através das entrevistas relativamente à subcategoria **afluência de visitantes como solução para a economia local**, pois sensivelmente metade dos entrevistados considera que sim e outra metade dos entrevistados considera que não, pelo que se pode apreender que esta questão não é assim tão linear como por vezes se perspectiva nos conceitos de intervenção e na sua formalização: a afluência de visitantes pode não significar que, *per se*, seja factor gerador de riqueza ou contribua para um efectivo desenvolvimento a nível local ou regional.

PARTE IV **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após a análise comparativa apresentam-se as considerações finais relativamente aos objectivos propostos nesta dissertação, respectivamente:

- Contextualizar as mudanças ocorridas nas intervenções *patrimoniais* e no conceito de *património* a partir da última década do século XX.
- Avaliar as expectativas da população relativamente às mudanças identificadas através da resposta ao objectivo anterior nas intervenções *patrimoniais* mais recentes nos castelos em Portugal efectuadas no século XXI;
- Delinear perspectivas para novas abordagens à intervenção *patrimonial* nos castelos portugueses de forma a responder às singularidades de um contexto específico e por isso contribuir para uma sustentabilidade na manutenção do castelo.

A partir de meados do século XX, com a progressiva institucionalização do *património*, através da criação de organismos e de um campo disciplinar especializado para as questões da intervenção e gestão dos lugares *patrimoniais*, assistiu-se a uma continuada classificação de bens entendidos como *património* e geridos sob uma esfera especialista. Assiste-se igualmente a várias mudanças a nível social, económico e de mobilidade, contribuindo desta forma para o crescimento de maior interesse pelos lugares *patrimoniais* e a visita aos mesmos.

As potencialidades que tal fenómeno podia gerar para as economias locais, regionais ou nacionais, introduziu mudanças significativas nas estratégias de conservação e preservação dos lugares *patrimoniais*. Desta forma, o *património* deixou progressivamente de ser algo que activamente se ia recriando ou alterando em função da afirmação ou preservação de determinados valores para uma dada sociedade, ou parte de um instrumento educativo para os Estados-Nação, para se adaptar às novas potencialidades da fruição pública e das estratégias de entretenimento que a caracterizavam. Neste sentido, as técnicas que permitiam que os lugares *patrimoniais* se constituíssem atractivos de forma a originar uma maior afluência de visitantes foram sendo moldadas de forma a se tornaram expectáveis para o público com interesse nessas visitas, fenómeno que originou uma interdependência entre a mensagem criada pelos especialistas a sua *interpretação* pelo público, a nível global.

A par deste fenómeno, o entendimento do *património* como algo que é passível de ser gerido sob uma determinada classificação pressupõe que deixe de constituir um processo de construção de *identidade(s)* pois essa mesma classificação reside na valorização da própria estrutura.

As críticas a esta gestão e ao consequente crescimento da afluência e fruição pública, bem como à adaptabilidade dos lugares *patrimoniais* a esse fenómeno, irão desencadear sucessivas adaptações e produção de novos documentos para possibilitaram um maior âmbito de categorias de bens *patrimoniais* passíveis de serem classificados, devido aos diferentes

significados de *património* para diferentes culturas, levando a uma *crise de acumulação* de bens *patrimoniais* sem precedentes e que coloca desafios à gestão e manutenção, principalmente em termos financeiros.

É neste contexto que começam a ocorrer algumas mudanças nas intervenções *patrimoniais* e também no entendimento daquilo que significa *património*, a partir da década de 90 do século XX, influenciando o âmbito ou o objecto das intervenções.

A produção de documentos legais face aos diferentes significados de *património* para diferentes culturas é sobretudo visível a partir da década de 90 do século XX, marcada pelo surgimento da Convenção de Nara sobre a *autenticidade*, em 1994. Posteriormente surgem novos documentos relativos aos efeitos da fruição pública nos lugares *patrimoniais* e uma consequente abertura do âmbito de classificação, no que toca sobretudo às expressões culturais e às questões intangíveis. A par deste fenómeno, após o reconhecimento de alguns efeitos nefastos provocados por programas que estavam subjacentes às intervenções da década de 80 do século XX, programas complexos e com fins hoteleiros, por exemplo, bem como a crescente exigência da sociedade perante a preservação do *património* e consequente adaptação à fruição pública, verificaram-se novos programas sobretudo num sentido de musealização, mais do que reafecção. Esta mudança é significativa pois será transversal a muitas das intervenções até à presente data, influenciando a forma como as intervenções foram delineadas.

Assim, assiste-se a uma progressiva mudança de programas mais complexos para intervenções menos impactantes e sobretudo com a preocupação de criar condições de fruição pública, mais do que reabilitar as estruturas para uma nova função. Começa então a verificar-se intervenções com menos elementos, com maior distinção entre a obra nova e a pré-existência, reflectindo-se no uso de materiais que permitem tal distinção, bem como uma relativa reversibilidade da intervenção. Esta crescente musealização e criação de condições para a fruição pública geraram problemas na manutenção dos lugares *patrimoniais* devido à falta de meios financeiros disponíveis a nível local ou regional.

Outra das questões foi a remarcação da intervenção *patrimonial* como um exercício de arquitectura. Embora diferente da atitude verificada na década de 80 do século XX, a musealização e o conceito de reversibilidade, no sentido em que a principal justificação para uma intervenção é a valorização da estrutura pré-existente, levaram a que as intervenções se caracterizassem por uma liberdade formal e conceptual, onde existe uma clara distinção entre a obra nova e a pré-existência. A pouca exigência que poderá existir num programa para a fruição pública de um local leva também a uma liberdade conceptual, pois os condicionalismos são muito poucos.

Esta questão acontece igualmente porque esses mesmos condicionalismos não contemplam as particularidades de um determinado contexto, no sentido em que a intervenção prevê ou é concebida em função de uma manutenção, gestão e uso de acordo com os recursos locais.

Os problemas surgidos com a grande quantidade de bens classificados e a gestão exclusiva sob uma esfera especialista levam ao surgimento de algumas preocupações na década de 90 do século XX onde se inicia uma nova fase com alguns projectos cuja actuação vai para

além de uma intervenção pontual e no edificado. Da mesma forma, surgem novas abordagens ao *património* no sentido de colmatar essa quantidade excessiva de bens *patrimoniais*, em que se considera que se o *património* voltar a constituir um processo de criação de *identidade(s)* poderá perspectivar-se uma manutenção e gestão sustentáveis pois servem um contexto e uma comunidade específicos.

Neste sentido, destaca-se a Carta de Cracóvia, já no ano 2000, que reconhece que cada comunidade pode atribuir diferentes valores ao que tradicionalmente se entende por *património*, e por isso uma participação da comunidade, além de outros agentes, poderá ser de extrema importância para colmatar alguns problemas que existem na actualidade devido à gestão exclusiva sob um determinado grupo da sociedade.

Este aspecto é também uma das mudanças ocorridas a partir da década de 90 do século XX, onde os valores sociais e culturais ganham igual importância relativamente aos valores históricos, artísticos ou científicos.

No contexto português assiste-se a vários programas cuja intervenção vai para além do edificado, como o caso do PRAHP, onde as aldeias deste programa são alvo de uma intervenção global e com o intuito de uma revitalização da localidade para atenuar a desertificação que se tem verificado, embora essa mesma revitalização não tenha tido em alguns casos o efeito esperado, pelo facto de não serem criados planos de trabalho com as comunidades locais.

No que toca ao caso particular dos castelos, os programas que se iniciaram no período do Estado Novo, como o caso das pousadas ou reafecção do uso para espaços museológicos começam a ser progressivamente abandonados sobretudo após a mudança de regime político e a consequente criação de instituições e legislação a partir da década de 80 do século XX. Tal como as características anteriormente referidas, também as intervenções nos castelos começam a contemplar um uso cultural e a criação de condições para fruição pública, sendo que ainda foram efectuadas duas intervenções de reafecção dos castelos para pousadas, mas ainda assim constituem casos muito pontuais se se considerar a quantidade de intervenções efectuadas nos castelos em Portugal.

Pode delinear-se sensivelmente duas fases de intervenções nos castelos na década de 90 do século XX. Na primeira metade da década assiste-se a uma introdução de algumas alterações no programa, como os casos analisados de Belmonte e Pinhel, tanto no que toca à recepção e fruição pública como à criação de espaços para fins culturais, embora as intervenções se pautem por um impacto visual significativo relativamente à pré-existência ou mesmo a pouca reversibilidade das soluções arquitectónicas. Estes projectos foram desenvolvidos na década anterior ou nos inícios da década de 90 do século XX. Os projectos desenvolvidos sensivelmente na segunda metade da década de 90 do século XX apresentam o mesmo programa mas as soluções arquitectónicas contemplam maior reversibilidade e menor impacto visual devido à escolha da implantação, materiais utilizados e forma. Começam também a ser utilizados com maior frequência novos volumes e a instalação de circuitos de visita.

No entanto, não se verificaram grandes mudanças relativamente à inclusão das novas abordagens ao conceito de *património* surgidas nos anos mais recentes, pelo que os estudos de

caso contemplaram uma análise da contraposição entre as características verificadas nas intervenções nos castelos da década precedente, ou seja, na década de 90 do século XX (e que constituem as premissas de análise aos estudos de caso, cujo projecto foi desenvolvido no século XXI) e as novas abordagens anteriormente referidas, no sentido em que se pretendeu verificar se existem alterações significativas que vão de encontro à colmatação dos problemas existentes quanto à manutenção e gestão dos castelos em Portugal. As considerações apresentadas seguidamente são relativas aos resultados desta análise.

A análise dos estudos de caso foi estruturada em três categorias analíticas: contexto/comunidade vs. autoria/projecto de arquitectura, contexto comunidade vs. expectativa económica e valores associados vs. valores intrínsecos. Estas categorias analíticas resultaram de uma sistematização das características verificadas na fundamentação teórica, como foi apresentado na figura 6.1. Assim, no que toca às intervenções *patrimoniais*, foram principalmente analisadas questões relativas ao conceito, programa, *interpretação*, justificação da intervenção e expectativa económica para o desenvolvimento local, características que foram verificadas na década precedente, constituindo o ponto de partida para a análise dos estudos de caso. Relativamente às novas abordagens ao *património*, foram analisados aspectos relativos aos valores associados aos castelos, participação da comunidade no processo de decisão da intervenção, impacto da intervenção no comércio e economia locais, entre outras. A análise foi assim estruturada pela contraposição entre essas características e as especificidades do contexto de cada estudo de caso.

As intervenções dos estudos de caso, cujos projectos foram desenvolvidos a partir de 2001, apresentam características muito semelhantes àsquelas verificadas na década anterior, embora com um progressivo abandono de critérios de intervenção dogmáticos ou restritos a uma interpretação rigorosa das Recomendações existentes, sendo que esta ideia vai de encontro àquilo que alguns autores defendem, tal como foi referido no capítulo 4.

Neste sentido, quanto ao programa foi verificada uma quase total ausência de programas existentes na década de 80 do século XX, nomeadamente para fins hoteleiros, instalação de serviços municipais ou programas mais complexos com a necessidade de uma área considerável, dado também que os castelos aportam dificuldades à adequação destes programas devido à sua estrutura. Apenas no caso de Celorico da Beira existiu a instalação de um centro de documentação. Nos restantes casos as intervenções pautaram-se por um programa para uso cultural e criação de condições para a fruição pública, nomeadamente com a instalação de auditórios ou espaços expositivos, quer em espaços interiores pré-existentes ou no espaço intramuros. Em vários estudos de caso existem igualmente novos volumes, não porque o programa exigia mais área do que aquela disponível na estrutura pré-existente mas porque a intenção foi distinguir a obra nova da pré-existência e está também implícita uma vontade da afirmação da autoria, sendo que as intervenções *patrimoniais* pouco diferem do exercício da arquitectura, como unicamente de um projecto de arquitectura se tratasse.

Verificou-se também uma continuada revalorização da estrutura pré-existente no sentido da sua musealização, pelas opções de reversibilidade que praticamente são transversais

a todos os estudos de caso. No caso de Silves, esta questão é mais complexa devido à multiplicidade de intenções presentes no mesmo projecto de intervenção: se por um lado a casa de chá apresenta características que permitem a sua reversibilidade, não criando um impacto visual que dificulte a leitura da pré-existência, por outro lado a instalação do jardim histórico não apresenta essas características, constituindo um dos poucos casos em que é notória uma liberdade conceptual e não dogmática das Recomendações existentes.

Esta questão do jardim histórico está relacionada com a *interpretação*, ou seja, que técnicas são utilizadas para transmitir uma determinada mensagem ao público, mensagem essa que é concebida sob uma esfera especialista. No caso do jardim histórico existe uma *interpretação* que vai para além da unidimensionalidade visual e que apresenta portanto um carácter sensorial, existindo nesta situação a possibilidade de cada um dos visitantes apreender mensagens diferenciadas. Nos restantes estudos de caso as técnicas utilizadas continuam a pautar-se por uma unidimensionalidade visual, tanto em painéis informativos como na utilização de tecnologia no sentido em que se apresentam mais atractivos para a apreensão dessa mensagem. Além disto, verificou-se que as acções de divulgação promovidas pelas entidades locais se focam na realização de eventos para a atracção de mais visitantes ou na divulgação para o público em geral, sendo que essa divulgação se baseia nos valores histórico-artísticos sob os quais a classificação dos castelos se baseou.

No entanto, a mensagem construída continua a basear-se em informação factual no sentido dos valores histórico-artísticos, ou seja, no sentido tradicional do que significava *autenticidade*. A pouca diferenciação existente entre os diversos estudos de caso nesta questão leva a perspectivar que o público é entendido como uma audiência difusa e de massas, onde é suposto que tenha interesse na apreensão de uma mensagem baseada em factos históricos-artísticos. Existe portanto uma clara distinção entre a forma como a *interpretação* é efectuada nos castelos analisados e a nova perspectiva sobre o que poderá entender-se actualmente como *autenticidade* como referido no capítulo 2. Se se considerar que o *património* não se caracteriza pelo seu valor intrínseco mas naquilo que significa para a construção de uma *identidade* individual ou colectiva, as técnicas utilizadas nos castelos analisados poderão deixar de ser efectivas no seu propósito, sendo que a *interpretação* poderá ter um propósito num outro sentido: sendo mediadora da mensagem entre cada uma das gerações e não tanto a construção de uma mensagem para um público indefinido.

Esta questão tem implicações directas na forma como é entendido o castelo, ou a estrutura pré-existente, o que se reflecte nas intervenções *patrimoniais*. Verificou-se nos estudos de caso que existe pouca diferenciação neste sentido: o castelo é entendido com uma estrutura na qual se intervém segundo um projecto de arquitectura e por isso constitui uma acção pontual, ignorando-se todos os aspectos que se tentou contextualizar através do capítulo 5, sobre a relação do castelo com o território e o imaginário popular.

Neste sentido assistiu-se em todos os estudos de caso a uma musealização da estrutura pré-existente e uma intervenção restrita a essa mesma estrutura. Verificou-se também nos conceitos das intervenções dos estudos de caso que existe uma intenção na redefinição da relação do castelo e do espaço intramuros com a envolvente próxima. Alguns autores

mencionam que a intervenção foi concebida para que o castelo seja utilizado e lido como um espaço urbano, sendo uma característica ainda pouco abordada na década precedente.

No entanto, esta intenção não alterou o ponto de vista relativamente ao conceito de intervenção *patrimonial*. Além disto, se existe uma contínua musealização significa que existe da mesma forma um gradual afastamento do castelo relativamente às especificidades do contexto onde se insere. Isto é uma questão relevante pois através da análise dos estudos de caso verificou-se pouca adequabilidade das intervenções no que toca ao desenvolvimento local e valorização do castelo de acordo com o significado que o mesmo pode ter para a comunidade local.

Relativamente à expectativa económica verificou-se que grande parte dos entrevistados considerou que a intervenção teve pouco ou nenhum impacto, mesmo que a intervenção possa ter gerado maior afluência de visitantes. Sendo assim, essa expectativa na atracção de visitantes, sem outras estratégias, poderá não significar geração de riqueza, pelo que se deve questionar a continuada justificação das intervenções para uma valorização do castelo e consequente afluência de visitas.

Deve salientar-se que uma intervenção pontual, por mais bem conseguida que seja em termos arquitectónicos e gerando uma maior afluência de visitantes, não constitui por si só factor de desenvolvimento, é necessário um contínuo trabalho entre diferentes agentes e em outras áreas além dos bens *patrimoniais* classificados para um efectivo desenvolvimento. Nos estudos de caso analisados existem contextos socioeconómicos muito diferentes entre si. Por exemplo, o caso de Amieira do Tejo apresenta uma acentuada desertificação, sem recursos que potencializem a revitalização da localidade, pelo que o castelo, na óptica dessa expectativa económica que está associada ao *património*, se assume com um dos principais factores que poderá contribuir para essa revitalização. No entanto, e como referiu um dos informantes-chave deste estudo de caso, essa estratégia terá necessariamente de ser englobada em outras acções para que haja um efectivo desenvolvimento local e de forma continuada, pelo que constitui um caso onde existe alguma ponderação e abertura para uma estratégia diferente no que toca às questões do desenvolvimento económico. Um caso bastante diferente é o caso de Silves, em que a afluência de visitantes ao castelo é muito significativa durante todo o ano, e existe algum impacto no comércio local devido a essa afluência, o que torna a intervenção menos sujeita a essa expectativa económica visto que a estrutura pré-existente não necessita de uma grande intervenção para a sua valorização, pois desde o Estado Novo que tem sido efectuada a divulgação da estrutura como um castelo singular no contexto português. No entanto, mesmo neste contexto, e como afirmou um dos informantes-chave deste estudo de caso, esse impacto ainda não é o desejável pois muitas vezes os visitantes apenas permanecem na cidade o tempo que demora a visita ao castelo, não havendo um efectivo benefício para o comércio local na sua generalidade. Após estes dois exemplos verifica-se que um profundo conhecimento do contexto socioeconómico é fulcral para delinear acções que justifiquem uma intervenção *patrimonial*, e como se tentou elucidar nesta dissertação, essa intervenção não passa por uma acção pontual ou apenas por um exercício de arquitectura.

Outra das questões relativas a este tema é a manutenção do castelo e a sua gestão por parte das entidades locais. Pela análise das justificações para as diversas intervenções dos estudos de caso as mesmas foram efectuadas sobretudo pelo acesso a fundos comunitários, o que tornou possível efectuar um grande número de intervenções, muito além dos estudos de caso desta dissertação. No entanto a manutenção do castelo encontra-se na maioria dos casos a cargo dos municípios, em que os mesmos apresentam, em alguns casos, dificuldades para a continuação da manutenção dos castelos. Através destas situações verifica-se a existência de um desfasamento entre os meios financeiros disponíveis para a realização da intervenção e posteriormente para assegurar a sua manutenção, visto que não foi verificada em nenhum dos estudos de caso, à excepção do caso de Amieira do Tejo, uma estratégia que permitisse uma coordenação entre diferentes agentes para assegurar a manutenção. Ainda assim, não se verificou nenhuma referência a um plano prévio existente que englobe tanto a intervenção como a sua manutenção a médio ou a longo prazo, justificado pelas características socioeconómicas de cada localidade.

Relativamente aos vários significados associados ao castelo pela comunidade de cada estudo de caso existem algumas diferenças. Sendo que esta questão é analisada mais pormenorizadamente na análise individual dos estudos de caso, existem valores associados de diversas ordens, como por exemplo em termos iconográficos, históricos, do imaginário popular, valor pessoal pelo facto do ter sido importante na construção de uma *identidade* individual ou mesmo a não valorização. Através desta análise torna-se evidente que os valores atribuídos ao castelo vão muito para além daqueles em que a construção da mensagem se baseia para a *interpretação* por parte do público. Por exemplo, no caso de Celorico da Beira, a intervenção veio reforçar a valorização do castelo para os habitantes, sendo que a mesma constitui também esse mesmo reforço nos habitantes que não valorizavam o castelo, passando a ser a intervenção um marco na valorização do castelo e por isso provavelmente irá contribuir para a construção de uma *identidade* individual ou colectiva. No caso de Amieira do Tejo, segundo as entrevistas que foi possível recolher, denota-se um desinteresse significativo da comunidade pela intervenção ou a não participação nas actividades promovidas pela mesma, nomeadamente a visita às exposições temporárias, devido ao facto também da falta de mobilidade visto que a população é maioritariamente idosa. Esta questão poderá ser um reflexo de que a comunidade não atribui os mesmos valores ao castelo que a comunidade científica, e deveria analisar-se de que forma cada um dos habitantes valoriza o castelo para dotar o espaço com um uso mais adequado segundo a valorização da comunidade local, numa perspectiva de promover a sustentabilidade da manutenção.

No entanto, neste estudo de caso existem diversas actividades no castelo, como por exemplo a festividade religiosa anual da localidade e em que a procissão desse acto religioso acontece no interior do castelo, como outros exemplos, existindo uma efectiva participação da comunidade local nessas actividades. Relativamente a este aspecto, existiram casos, como Amieira do Tejo, por exemplo, e ainda existe, sendo um exemplo o castelo de Santiago do Cacém (embora não constitua um estudo de caso desta dissertação) em que no espaço intramuros foi instalado um cemitério. Sendo que este uso em nada se relaciona com a

valorização do castelo para a fruição pública, permite, por exemplo no caso anteriormente referido, uma manutenção regular do castelo porque o uso é um marco identitário da comunidade e por isso existe a vontade da sua manutenção e preservação, não existindo o conceito de *dissonância*. Outro caso é o castelo de Trancoso, onde existiu um teatro e por isso havia uma grande dinamização do espaço para a comunidade local, sendo aliás referido por um dos entrevistados e também é referência nas monografias sobre a história local, sendo um marco na *memória* colectiva da localidade. Embora possam existir usos muito mais adequados, com estes casos apenas se pretende ilustrar a importância de incluir na intervenção *patrimonial* um estudo sobre o significado do castelo para a comunidade, que poderá resultar inclusivamente apenas na adaptação do castelo para a fruição pública, como aconteceu no caso de Celorico da Beira.

No entanto, as novas abordagens ao conceito de *património* como um processo de construção de *identidade(s)* não estão presentes nas intervenções dos estudos de caso, pelo que as mesmas continuam a pautar-se por intervenções pontuais e restritas à criação de condições para a fruição pública ou esporadicamente por um uso cultural. Tal facto é claro pela quase inexistência de uma participação cívica no processo de decisão e em alguns casos, como o caso de Silves, a falta de cooperação com as entidades locais, mesmo que sejam da esfera especialista, no processo de decisão, como referiu um dos informantes-chave. No caso de Portalegre há uma tentativa de que a intervenção se torne útil para o centro histórico, promovendo espaços que sejam utilizados pela comunidade local. No entanto verifica-se que esta intenção não teve o efeito esperado, sendo que um dos factores poderá ser a falta de adequabilidade às características da comunidade que habita o próprio centro histórico.

Quando se questiona a importância de uma participação cívica, quase todos os entrevistados responderam positivamente, embora se tenha notado que não existe uma ideia clara em que é que essa acção se traduz, em que num dos casos se verificou igualmente na resposta do próprio técnico. Isto poderá significar algumas dificuldades se se perspectivar futuramente uma nova abordagem à intervenção *patrimonial* relativamente a esta questão, sendo que coloca desafios muito pertinentes.

Além disto, poderá também ser necessário repensar as estratégias de divulgação e promoção do castelo, que relativamente aos estudos de caso, as principais acções por parte das entidades responsáveis vão de encontro àquilo que se entende por valores intrínsecos, ou seja, os especialistas tentam educar o público para que os mesmos apreendam os valores histórico-artísticos sob os quais a classificação dos castelos foi efectuada. Verificou-se que existem desde acções pedagógicas, realização de eventos e acções de divulgação para o público em geral. A realização de eventos é sobretudo de carácter cultural, como por exemplo as comemorações da carta de foral, feiras medievais, etc. Não se verificou, contudo, referências a um trabalho neste âmbito com as populações locais ou iniciativas que permitam a sua participação, pelos motivos apresentados já anteriormente.

Por fim, depois destas considerações apresentam-se seguidamente algumas perspectivas que podem ser tidas em consideração para futuras intervenções nos castelos em Portugal.

Desta forma, para permitir uma sustentabilidade dos castelos face a desafios anteriormente indicados, a intervenção *patrimonial* nos castelos portugueses poderá ter de deixar de constituir uma intervenção arquitectónica pontual baseada na estrutura pré-existente para constituir um processo multidisciplinar que vise uma mediação entre os valores associados aos castelos e os valores histórico-artísticos, numa perspectiva de criar formas de gestão que permitam um compromisso entre gerações e dessa forma uma manutenção eficaz a médio e longo prazo, traduzindo-se num processo contínuo no trabalho com as comunidades. Esta questão é fulcral no processo de intervenção pois é necessário entender aquilo que se torna identitário para uma determinada geração e com que acções se podem promover uma continuação desses valores na próxima geração. Desta forma, a *interpretação* passa a ser entendida numa outra óptica, deixando de constituir a construção de uma série de técnicas para a apresentação de uma determinada mensagem baseada em factos científicos dirigida a uma audiência de massas. Se se considerar, pelo contrário, devido à multiplicidade de significados de *património*, que cada um dos visitantes apreende uma mensagem de uma forma singular, esta mudança no entendimento do que significa a *interpretação* poderá não entrar em conflito com as técnicas que até à actualidade se tem vindo a utilizar nas intervenções dos castelos portugueses, podendo aliás promover um diálogo entre a comunidade local e os visitantes na apreensão de alguns factos históricos, ou de outra ordem, que possam interessar aos visitantes e promover a aquisição de conhecimento sobre a localidade que se visita.

A intervenção *patrimonial* deverá assim resultar de um profundo conhecimento das características e potencialidades locais e de uma resposta efectiva a essas mesmas particularidades, para que o *património* constitua um factor de desenvolvimento local e que o castelo se assuma como um factor identitário.

A compreensão dos valores que as comunidades locais associam ao castelo e o seu contexto territorial devem ser um ponto de partida, pois só com uma valorização do castelo é que as comunidades locais poderão contribuir activamente para a manutenção, divulgação e conservação, podendo existir outros usos, que embora não sejam previstos pelos especialistas, sirvam o contexto local para além da adaptação dos castelos à fruição pública.

Este processo, para se tornar operativo, constitui assim uma nova problemática que necessita de estudos com maior profundidade e de um desenvolvimento de metodologias que permitam a sua aplicação. Sendo que este processo se antevê complexo, sobretudo por se basear nas especificidades de um determinado contexto, e portanto não dogmático, sendo que os resultados variam de caso para caso, coloca não só novos desafios ao arquitecto, nomeadamente à sensibilidade, responsabilidade e profundo conhecimento relativamente às questões do *património*, mas também à formação académica, bem como à actual disponibilização de acções de formação tanto a nível nacional como internacional, com uma forte componente prática, onde seja possível adquirir tais valências para permitir que seja possível antever uma nova abordagem nas intervenções *patrimoniais* nos castelos, e que poderão igualmente ser aplicadas a outros lugares ou bens *patrimoniais*.

Por fim, existe uma questão que é pouca abordada especificamente no contexto português relativamente aos castelos, e que remete para a *crise de acumulação*.

Os castelos em Portugal, dada a sua grande quantidade e inexistência de função militar desde há vários séculos, constituem um caso singular na abordagem às questões desta dissertação. Os castelos estão na sua maioria classificados, chegando quase às duas centenas, embora não se tenha encontrado referências exactas quanto ao número de castelos classificados até ao presente ano. Têm uma importância iconográfica na *paisagem* portuguesa, onde alguns castelos, pela importância estratégica, desenvolveram uma povoação e se tornaram duplamente importantes não só na leitura do território mas também na *memória* colectiva, quando assim se constituem, como se verificou anteriormente. No entanto, existem alguns castelos que se encontram já com muito poucos vestígios, principalmente aqueles que tiveram uma função estratégica secundária e não desenvolveram povoação. Isto poderá ser reflexo de que estes castelos, ou contrário de outros, não tomaram parte no processo de criação de *identidade(s)*. Neste sentido deverá questionar-se se se deverá manter ou não a sua preservação face aos problemas gerados pela *crise de acumulação* de bens *patrimoniais* classificados, tendo em consideração o significado desses castelos para as comunidades na envolvente e no enquadramento do território ao qual pertencem.

Glossário

Terminologia relativa à arquitectura militar medieval¹

Adarve _ caminho situado no cimo do pano da muralha, que dava acesso às ameias e permitia a vigilância. O acesso ao mesmo efectuava-se através de uma escada, apresentando a mesma duas configurações: ou uma construção adossada ao pano da muralha ou integrada na mesma. Também designado como “caminho de ronda”.

Alcáçova _ ampla fortaleza ibérica de origem árabe e todo o seu interior que inspirou a construção dos castelos cristãos na península ibérica. Possuía normalmente dois recintos desnivelados. No recinto interior encontrava-se o bairro militar, residências oficiais e serviços, e ali se recolhia a população, em caso de perigo e, no pátio superior, localiza-se o alcácer e a mesquita. A alcáçova, sobranceira à povoação, geralmente também murada, tomava o aspecto de uma cidade dominante.

Algibe _ denominação dada às cisternas dos castelos árabes. Esta estrutura, em alguns casos, podia apresentar grandes dimensões.

Ameia _ elemento maciço situado no cimo do pano da muralha, do lado exterior do adarve. Constitui um elemento de defesa para quem está colocado no adarve. O espaço entre duas ameias denomina-se “aberta”. As ameias podem apresentar diversas configurações.

Aríete _ tronco de grandes dimensões revestido de ferro numa das extremidades e suspenso horizontalmente numa estrutura apropriada. A sua função era, através do balanço desta estrutura contra um dado obstáculo, a destruição desse mesmo obstáculo, podendo constituir uma porta ou muro.

Barbacã _ muro mais baixo que a muralha que constituía a cerca do castelo, situado no exterior da muralha e com relativa proximidade da mesma. Constitui assim um primeiro elemento de defesa. O espaço entre a barbacã e a cerca denomina-se “liça”.

Bastida _ torre móvel, geralmente de madeira, com ameias e uma ponte levadiça no alto destinada ao assalto a um castelo.

Casamata _ termo referente à fortificação abaluartada. Constitui uma praça coberta por estrutura abobadada situada nos muros ou nos flancos dos baluartes, para colocar peças de artilharia.

¹ Este glossário foi baseado nas seguintes monografias: “Dicionário de arquitectura militar”, da autoria de António Lopes Pires Nunes, “Castelos Portugueses”, da autoria de João Gouveia Monteiro e Maria Leonor Pontes, Dicionário de Língua Portuguesa e Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira da Cultura.

Cubelo _ torre completamente circular, ou praticamente. Este tipo de torre permitia uma maior diversidade de ângulos de tiro e maior resistência aos projecteis relativamente às torres poligonais, devido à fragilidade dos cunhais das mesmas. Possibilitavam igualmente alguma economia de construção.

Hurdício _ estrutura de madeira construída no cimo do pano da muralha, próxima das ameias, do lado exterior, para permitir o tiro vertical. Eram geralmente galerias cobertas.

Matacães _ pequeno varandim de pedra, um mecanismo de tiro vertical saliente do pano da muralha, apoiado por mísulas compostas, tendo no pavimento aberturas circulares, que permitiam esse mesmo tiro vertical. Evolução do hurdício.

Paliçada _ construção exterior com fortes estacas com terminação em ponta, implantadas no terreno e ligadas entre si para uma maior resistência. Constituíam um obstáculo para reforçar a defesa do castelo.

Torre _ construção de planta geralmente regular, podendo apresentar planta circular ou poligonal. Situa-se normalmente em mudanças de direcção dos muros que constituem a muralha. Apresenta-se normalmente com maior cota do que os muros. Existem diversos tipos de torre com funções específicas. Também designada como torreão.

Torre albarrã _ torre destacada do alinhamento das restantes torres existente em relação ao exterior, sendo ligada à muralha por uma ponte que podia ser destruída e assim isolar a torre albarrã do castelo para não comprometer a defesa do mesmo. Constitui um elemento de origem árabe e uma característica exclusiva dos castelos hispano-árabes.

Torre de menagem _ torre com maior importância em termos defensivos. Geralmente apresenta maiores dimensões que as restantes torres. Constituíam o último reduto de defesa e o posto de comando do alcaide. Apresenta duas implantações possíveis: uma torre isolada da muralha, situada no centro do espaço intramuros ou uma torre integrada na muralha, seguindo o alinhamento das restantes torres existentes. Na península ibérica esta torre tinha sobretudo função defensiva, contrariamente a outros contextos europeus, onde servia de residência pessoal. No entanto, foi consecutivamente adaptada com condições para permitirem a habitação no interior, sobretudo a partir do século XIV.

Outra terminologia

Anastilose _ técnica de reconstrução ou reintegração de um monumento em ruínas, a partir do estudo das peças ou fragmentos que o compõem, eventualmente com novos materiais a complementarem as peças originais.

Country house _ significa uma habitação de uma família aristocrática inglesa, situada fora do centro da cidade, com relação com a exploração colonialista e a riqueza que daí adveio, bem como uma demarcação distinta entre classes: a vida elitista aristocrática e a condição dos criados como escravos.

Salvaguarda _ pressupõe uma acção perante um bem *patrimonial* em risco de desaparecer, evitando assim a sua perda.

Setembrismo _ corrente política do liberalismo português que, desenvolvendo-se desde a outorga da Carta Constitucional em 1826, veio a assumir o poder pela Revolução de Setembro, em 1836.

Reconquista _ movimento cristão de conquista de territórios sob domínio árabe a partir do século VIII.

■ Bibliografia

- Aguiar, J. (2002). *Cor e cidade histórica: estudos cromáticos e conservação do património*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- Aguiar, J. (2010). Após Veneza: do restauro estilístico para o restauro científico. In J. Custódio (coord.), *100 de património: memória e identidade* (219-235). Lisboa: IGESPAR.
- Altenburg, K. (2010). Heritage 2010. In R. Amoêda, S. Lira, & C. Pinheiro (eds.), *Heritage 2010: heritage and sustainable development* (Vol. 1, 11-18). Évora: Greenlines.
- Amendoeira, P. (2010). O património de Portugal na lista da UNESCO. In J. Custódio (coord.) *100 anos de património: memória e identidade* (303-311). Lisboa: IGESPAR.
- Andrade, A. (2001). *A construção medieval do território*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Anes, P. (2004). Reabilitação e valorização do castelo de Algosó: enquadramento conceptual e fundamentação técnica. *Património: Estudos*, 7, 199-205.
- Ashworth, G. (1995). Heritage, Tourism and Europe: a European future for a european past?. In D. Herbert (ed.). *Heritage, Tourism and Society* (117-145). Londres: Pinter.
- Ashworth, G. (2010). Heritage is also about demolition and disinheritance: power, ideology and popular identification in decisions about Palast der Republik, Berlin. In R. Amoêda, S. Lira, & C. Pinheiro (eds.), *Heritage 2010: heritage and sustainable development* (Vol. 2, 1269-1274). Évora: Greenlines.
- Atelier 15. (2002). Notas sobre a intervenção em Idanha-a-Velha. *Património: Estudos*, 2, 164-181.
- Augé, M. (2006). *Não- lugares: Introdução a uma antropologia da Sobremodernidade*. Lisboa: 90º.
- Barata, F. (2004). A salvaguarda dos bens culturais. *Património: Estudos*, 6, 13-19.
- Barracho, M. (2010). *O espaço e o homem: perspectivas multidisciplinares*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Barros, M. (2007). *Tempos e espaços de mouros: a minoria muçulmana no reino português (séculos XII a XV)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Barros, M., & Cupido, A. (2006). Castelo de Mogadouro: uma intervenção. *Património: Estudos*, 9, 173-179.
- Becker, W. (2003). *Good bye Lenin!* [Filme]. W. Becker, Realizador. Berlin: Sony Pictures Classics. DVD. 121 min. Cor.
- Belo, D. (2012). *Portugal - Luz e sombra: o país depois de Orlando Ribeiro* (2ª ed.). Lisboa: Temas e Debates.

- Belyaev, D. (2010). Local heritage as a development asset? The case of the island Hvar in Croatia. In R. Amoêda, S. Lira, & C. Pinheiro (eds.), *Heritage 2010: heritage and sustainable development* (Vol. 1, 19-27). Évora: Greenlines.
- Botto, M. (2007). O castelo de Amieira do Tejo: enquadramento histórico e razões de uma intervenção. *Património: Estudos*, 10, 125-132.
- Calado, L., Pereira, P., & Leite, J. (2000). Introdução. In IPPAR, *Património: Balanço e Perspectivas 2000-2006* (11-13). Lisboa: IPPAR.
- Caramelo, A. (2003). *Monografia de Trancoso*. Trancoso: Edição da Câmara Municipal de Trancoso.
- Cardona, P. (2009). Património e turismo. In F. Dias, J. Soifer, & L. Ferreira (eds.), *O futuro do turismo: território, património, planeamento* (33-50). Vila Nova de Gaia: Estratégias Criativas.
- Choay, F. (2006). *A alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.
- Choay, F. (2011). *As questões do património: antologia para um combate*. Lisboa: edições 70.
- Coelho, M., & Pimenta, M. (2009). Celorico Medieval: um cruzamento de homens e bens na paz e na guerra. In A. Marques, & P. Carvalho (eds.), *Celorico da Beira através da história* (53-85). Celorico da Beira: Edição da Câmara Municipal de Celorico da Beira.
- Cooper, E. (2005). "El respecto y el amor a las más elevadas esencias espirituales", y otros criterios en la restauración de los castillos. In E. Cooper (ed.), *Arquitectura fortificada: conservación, resaturación y usos de los castillos* (17-49). Valladolid: Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León.
- Correia, L. (2010). *Castelos em Portugal: retrato do seu perfil arquitectónico (1509-1949)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Côrte-Real, A. (2011). Valorização do Mosteiro de Santa Clara-A-Velha de Coimbra: Passado e Contemporaneidade... Do projecto à fruição. Balanço de uma intervenção. *Património: Estudos*, 11, 55-61.
- Costa, L. (1997). *Ernesto Korrodi 1889-1944: arquitectura, ensino e restauro do património*. Lisboa : Editorial Estampa.
- Custódio, J. (2010). Globalização e património cultural. In J. Custódio (coord.), *100 anos de património: memória e identidade* (346-348). Lisboa: IGESPAR.
- Custódio, J., & Rasquilho, R. (2010). Campanha nacional para a Defesa do Património: hora de mudança. In J. Custódio (coord.), *100 anos de património: memória e identidade* (295-302). Lisboa: IGESPAR.

- Diedrich, L. (2013). Entre a Tabula Rasa e a Museificação: abordagens específicas para projectos de transformação de grande escala em cidades portuárias europeias. In I. Cardoso (coord.), *Paisagem e Património* (83-107). Porto: Dafne.
- Direcção Regional da Cultura do Norte. (2010). *Intervenções no Património Classificado do Norte de Portugal 2005-2010*. Porto: Direcção Regional da Cultura do Norte.
- Duarte, A. (2010). The contemporary way to protecting heritage or, the only way for heritage to serve the development of communities. In R. Amoêda, S. Lira, & C. Pinheiro (eds.), *Heritage 2010: heritage and sustainable development* (Vol. 1, 855-864). Évora: Greenlines.
- Fernandes, I. (2004). *O castelo de Palmela: do islâmico ao cristão*. Lisboa: Edições Colibri.
- Fernandes, I. (2005). La Restauración de los castillos de Portugal: años 30-60 del siglo XX. In E. Cooper (ed.), *Arquitectura fortificada: conservación, resaturación y usos de los castillos* (157-194). Valladolid: Fundación del Património Histórico de Castilla y León.
- Fernandes, J. (1999). Pousadas de Portugal. Obras de raiz e em monumentos. In M. Grilo, & M. Alçada (coord.), *Caminhos do Património 1929-1999* (159-177). Lisboa: DGEMN.
- Fernandes, J. (2010). O impacte da Carta de Veneza na conservação e restauro do património arquitectónico. In J. Custódio (coord.), *100 anos de património: memória e identidade* (237-257). Lisboa: IGESPAR.
- Ferreira, L. (2009). Sustentabilidade, competitividade e planeamento em turismo. In F. Dias, J. Soifer, & L. Ferreira (eds.), *O futuro do turismo: território, património, planeamento* (51-85). Vila Nova de Gaia: Estratégias Criativas.
- Ferreira, J. (ed.). (2009). *Silves Polis*. Silves: SILVESPOLIS.
- Ferreira, M. (2011). *Mogadouro 1509: Duarte de Armas decodificado*. Mogadouro: edição de autor.
- Figueiredo, J. (1997). *Trancoso, dez anos de cultura*. Trancoso: Edição da Câmara Municipal de Trancoso.
- Folgado, D. (2010). Património inclusivo. Das expectativas aos desafios. In J. Custódio (coord.), *100 anos de património: memória e identidade* (323-335). Lisboa: IGESPAR.
- Giddens, A. (1997). *Modernidade e Identidade Pessoal* (2ª ed.). Oeiras: Celta.
- Gomes, R. (1996). *Castelos da Raia: Beira*. Lisboa: IPPAR.
- Gomes, R. (1999). *Castelos da Raia: Trás-os-montes*. Lisboa: IPPAR.
- Harrison, R. (2013). *Heritage: critical approaches*. Oxon: Routledge.

- Henriques, E. (2003). *Cultura e território: das políticas às intervenções* (Tese de doutoramento não publicada), Universidade de Lisboa, Portugal.
- Herbert, D. (1997). Heritage Places, Leisure and Tourism. In D. Herbert (ed.), *Heritage, Tourism and Society* (1-20). Londres: Pinter.
- IPPAR. (2000a). *Castelo de Amieira do Tejo: guia*. Lisboa: IPPAR
- IPPAR. (2000b). *Património: Balanço e Perspectivas 2000-2006*. Lisboa: IPPAR.
- IPPAR. (2000c). *Programa de Recuperação dos Castelos*. Lisboa: IPPAR.
- Jokilehto, J. (2004). *A History of Architectural Conservation*. Oxford: Elsevier.
- Keil, L. (1943). *Inventário artístico de Portugal: distrito de Portalegre* (Vol. I). Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.
- Landorf, C. (2010). The challenge of governance in historic urban environments. In R. Amoêda, S. Lira , & C. Pinheiro (eds.), *Heritage 2010: heritage and sustainable development* (Vol.1, 153-161). Évora: Greenlines.
- Lapão, M. (2004). Vínculo ao interesse público. *Património: Estudos*, 6, 5-11.
- Light, D. (1997). Heritage as informal education. In D. Herbert (ed.), *Heritage, Tourism and Society* (117-145). Londres: Pinter.
- Lopes, F., & Correia, M. (2004). *Património arquitectónico e arqueológico - cartas, recomendações e convenções internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Monteiro, J. (1999). *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média*. Coimbra: Edições Colibri.
- Monteiro, J., & Pontes, M. (2002). *Castelos Portugueses*. Lisboa: IPPAR.
- Neto, M. (2001). *Memória, Propaganda e Poder: o restauro dos monumentos nacionais (1929-1960)*. Porto: FAUP publicações.
- Neto, M. (2002). Carta de Cracóvia 2000: os princípios de restauro para uma nova Europa. *Património: Estudos*, 3, 93-99.
- Neto, M. (2006). A propósito da Carta de Veneza (1964-2004): um olhar sobre o património arquitectónico nos últimos cinquenta anos. *Património: Estudos*, 9, 91-99.
- Neto, M. (2010). Restaurar os monumentos da Nação entre 1932 e 1964. In J. Custódio (coord.), *100 anos de património: memória e identidade* (157-166). Lisboa: IGESPAR.
- Nunes, A. (1988). *O castelo estratégico português e a estratégia do castelo em Portugal*. Lisboa: Direcção do Serviço Histórico Militar.

- Nunes, A. (2005). *Dicionário de Arquitectura Militar*. Lisboa: Caleidoscópio.
- Pereira, J. (2007). Amieira: o regresso ao futuro. *Património: Estudos*, 10, 163-166.
- Pereira, P. (coord.). (1997). *Intervenções no património: nova política (1997-2000)*. Lisboa: IPPAR.
- Pereira, P. (2010). Sob o signo de Sísifo. Políticas do património edificado em Portugal, 1980-2010. In J. Custódio (coord.), *100 anos de património: memória e identidade* (261-280). Lisboa: IGESPAR.
- Peres, D. (1970). *A gloriosa história dos mais belos castelos de Portugal*. Lisboa: Portucalense Editora.
- Pizarro, J. (2008). *D. Dinís*. Lisboa: Temas e Debates.
- Raposo, L. (2010). Classificação dos monumentos nacionais. In J. Custódio (coord.), *100 anos de património: memória e identidade* (66-67). Lisboa: IGESPAR.
- Ribeiro, O. (1998). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: esboço de relações geográficas* (7ª ed.). Lisboa: Livraria Sá e Costa.
- Rosas, L. (2010). A génese dos monumentos nacionais. In J. Custódio (coord.), *100 anos de património: memória e identidade* (41-46). Lisboa: IGESPAR.
- Ruskin, J. (1987). *Las siete lámparas de la arquitectura*. Madrid: Stylos.
- Santos, C. (1999). *Breve Monografia de Trancoso* (2ª ed.). Trancoso: Edição do Almanaque Bandarra.
- Santos, H., & Falcão, T. (2007). Castelo de Amieira: diálogos entre a arqueologia, a arquitectura e uma certa "arqueologia sentimental". *Património: Estudos*, 10, 148-154.
- Schouten, F. (1997). Heritage as Historical Reality. In D. Herbert (ed.), *Heritage, Tourism and Society* (21-31). Londres: Pinter.
- Silva, A. (1950). *Portalegre na história militar de Portugal*. Portalegre: Comissão Executiva das Comemorações do IV Centenário da Cidade de Portalegre.
- Silvério, S. (2012). O castelo de Castelo Novo (Fundão): história e arqueologia da Beira Interior. *Ebvrobriga*, 7, 59-77.
- Smith, L. (2006). *Uses of heritage*. Oxon: Routledge.

- Soderland, H. (2010). Law as (in)compatible interlocutor in sustainable heritage governance: appraising jurisprudential universality as heritage management tool. In R. Amoêda, S. Lira, & C. Pinheiro (eds.), *Heritage 2010: heritage and sustainable development* (265-269). Évora: Greenlines.
- Soifer, J. (2009). Beating an economic crisis with tourism. In F. Dias, J. Soifer, & L. Ferreira (eds.), *O futuro do turismo: território, património, planeamento* (123-135). Vila Nova de Gaia: Estratégias Criativas .
- Stevens, T. (1997). Heritage as Design: a practitioner's perspective. In D. Herbert (ed.), *Heritage, Tourism and Society* (191-211). Londres: Pinter.
- Summavielle, E. (2002). Cracóvia 2000: uma carta para o futuro. *Monumentos*, 16, 141-142.
- Tomé, M. (2002). *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- Vieira, R., & Magalhães, F. (2009). *Património e Identidade*. Leiria: Profedições.
- Wevers, L. (2007). Castelo de Amieira do Tejo: levantamento no âmbito da arqueologia da arquitectura. *Património: Estudos*, 10, 133-147.
- Yin, R. (2003). *Case Study Research: Design and Methods*. California: Sage Publications.

Fontes electrónicas

- Almeida, A. (2012). *Conservação Contemporânea nos castelos em Portugal* (dissertação de mestrado não publicada), Universidade de Coimbra, Portugal. Acedido em <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316/20938>, a 12 de Setembro de 2013.
- Arad, M., & Walker, P. (n.d.). Reflecting absence. Acedido em <http://www.wtcsitememorial.org/fin7.html>, a 3 de Dezembro de 2013.
- Arch-Hiroshima. (2013). Hiroshima Peace Memorial Museum & Park. Acedido em http://www.arch-hiroshima.net/arch-hiroshima/arch/delta_center/p-museum_e.html, a 5 de Dezembro de 2013.
- Bic Laranja. (2014). Acedido em <http://biclaranja.blogs.sapo.pt/602556.html>, a 7 de Janeiro de 2014.

- Blake, J. (2002). *Developing a New Standard-setting Instrument for the Safeguarding of Intangible Heritage: Elements for consideration*. Acedido em <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001237/123744e.pdf>, a 8 de Outubro de 2013.
- Blog Turismo do Algarve. (2014). Silves ...“das laranjeiras e tangerineiras”. Acedido em <http://blog.turismodoalgarve.pt/2011/12/silves-das-laranjeiras-e-tangerineiras.html>, a 12 de Fevereiro de 2014.
- Boston University. (2013). Guided History: History Research Guides by Boston University StudentsGalleries. The Rise and Fall of the Berlin Wall. Acedido em <http://blogs.bu.edu/guidedhistory/moderneurope/erin-dauer/>, a 2 de Dezembro de 2013.
- Castells, M. (2010). *The power of identity* (2ª ed., Vol. II). Oxford: Wiley-Blackwell. Acedido em http://gendocs.ru/docs/10/9373/conv_1/file1.pdf, a 6 de Outubro de 2013.
- Castelo de Algosos: uma porta para o passado. (2014a). Acedido em <http://castelodealgosos.blogspot.pt/p/castelo-de-algososcentro-de-acolhimento.html>, a 10 de Janeiro de 2014.
- Castelo de Algosos: uma porta para o passado. (2014b). Acedido em http://castelodealgosos.blogspot.pt/2011_09_01_archive.html, a 10 de Janeiro de 2014.
- Castelo de Belmonte: história. (2013). Acedido em <http://belmonte1500.blogspot.pt/2009/11/castelo-de-belmonte-historia.html>, a 3 de Dezembro de 2013.
- Comoco Arquitectos. (2013). Castelo Novo Castle. Acedido em http://www.comoco.eu/comoco_1c_CNcastle_credits.html, a 20 de Dezembro de 2013.
- Financial Press. (2012). Ceremonies mark 9/11 anniversary. Acedido em <http://financialpress.com/2012/09/12/ceremonies-mark-911-anniversary/>, a 3 de Dezembro de 2013.
- Gonçalo Byrne Arquitectos. (2013). Castelo de Trancoso. Acedido em http://www.byrnearquitectos.com/?lop=projectos&list_mode=0&id=a3f390d88e4c41f2747bfa2f1b5f8db, a 5 de Dezembro de 2013.
- Google. (2013). Google Earth. Acedido em 30 de Janeiro de 2013.

- Hammer, J. (2010). Searching for Buddha in Afghanistan: An archaeologist insists a third giant statue lies near the cliffs where the Bamiyan Buddhas, destroyed in 2001, once stood. *Smithsonian Magazine*. Acedido em <http://www.smithsonianmag.com/people-places/searching-for-buddha-in-afghanistan-70733578/>, a 2 de Dezembro de 2013.
- IGESPAR. (2014). Muralhas do Castelo de Portalegre. Acedido em <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70706/>, a 2 de Fevereiro de 2014.
- Inalentejo. (2014). O Alentejo mudou. Castelo da Amieira do Tejo: Recuperação das estruturas construídas/Requalificação da Torre de Menagem. Acedido em http://inalentejo.qren.pt/projetos_executados/result.php?action=1&concelhos=40, a 20 de Fevereiro de 2014.
- Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana. (2013). Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. Acedido em www.monumentos.pt, entre 5 de Novembro e 30 de Dezembro de 2013.
- Kidd, J. (2011). Performing the knowing archive: heritage performance and authenticity. *International Journal of Heritage Studies*, 17, 22-35. Acedido em <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/13527258.2011.524003>, a 5 de Setembro de 2013.
- Marques, J. (1988). *Povoamento e defesa na estruturação do Estado português*. Acedido em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6441.pdf>, a 18 de Janeiro de 2014.
- Munjeri, D. (2004). Tangible and Intangible Heritage: from difference to converge. *Museum*, 56, 221-222. Acedido em <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1350-0775.2004.00453.x/pdf>, a 23 de Outubro de 2013.
- Nassaw, D. (2009). Fall of the Berlin Wall: 20th anniversary celebrations. *The guardian*. Acedido em <http://www.theguardian.com/world/blog/2009/nov/09/berlin-wall-anniversary-celebrations>, a 2 de Dezembro de 2013.
- ONU. (2013). UN News Centre. Acedido em <http://www.un.org/apps/news/story.asp?realfile/story.asp?NewsID=42629&Cr=nuclear&Cr1=#.UxNU1YUhJlI>, a 5 de Dezembro de 2013.
- Perthnow. (n.d.). Galleries: Tha fall of the Berlin Wall. Acedido em <http://www.perthnow.com.au/news/photos-e6frg12c-1225796005221?page=7>, a 2 de Dezembro de 2013.
- Rebuild The World Trade Center: Rebuild The Twin Towers. (2013). Acedido em <http://www.bobbysshred.com/twintowers.html>, a 3 de Dezembro de 2013.

- Rose, G. (1995). Place and Identity: a sense of place. In D. Massey, & P. Jess (eds.), *A Place in the world? Places, cultures and Globalization* (88-132). Acedido em <http://project2225.wikispaces.com/file/view/Place+and+identity+-+a+sense+of+place.PDF>, a 14 de Janeiro de 2014.
- Santos, J. (2012a). A castelologia portuguesa e a evolução dos estudos sobre fortificações medievais em Portugal. *Portvgalia*, 33, 107-143. Acedido em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10815.pdf>, a 5 de Fevereiro de 2014.
- Santos, J. (2012b). *Anamnesis del castillo como bien patrimonial: Construcción de la imagen, forma y (re)funcionalización en la rehabilitación de fortificaciones medievales en Portugal* (Tese de doutoramento não publicada), Universidade de Alcalá, Espanha. Acedido em <http://dspace.uah.es/dspace/handle/10017/14021>, a 8 de Outubro de 2013.
- Silva, P. (1975). *Pretérito Presente: para uma teoria da preservação do património histórico-artístico*. Lisboa. Acedido em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/5200>, a 2 de Fevereiro de 2014.
- UNESCO. (n.d.). Cultural Landscape and Archaeological Remains of the Bamiyan Valley. Acedido em <http://whc.unesco.org/en/list/208>, a 25 de Novembro de 2013.
- World Trace Center Site Memorial Competition (2013). Acedido em <http://www.wtcsitememorial.org/about.html>, a 23 de Novembro de 2013.

■ Índice e fonte de imagens

Imagem da capa. Castelo de Algoso.

Fotografia da autora.

CAPÍTULO 1.

Figura 1.1. Quadro-síntese da estrutura da dissertação20
Quadro da autora.

CAPÍTULO 2.

Figura 2.1. Imagem da queda do Muro de Berlim, Alemanha.....38
(Perthnow, n.d.).

Figura 2.2. Comemoração do 20º aniversário da queda do Muro de Berlim, Alemanha.....39
(Boston University, 2013).

Figura 2.3. Uma das estátuas do Buda antes da destruição ocorrida em 2001,
Vale de Bamiyan, Afeganistão41
(Hammer, 2010).

Figura 2.4. Um dos nichos após a destruição ocorrida em 2001, Vale de Bamiyan,
Afeganistão.....41
(Hammer, 2010).

Figura 2.5. As Torres Gémeas antes da sua destruição, Nova Iorque, Estados Unidos43
("Rebuild The World Trade Center: Rebuild The Twin Towers", 2013).

Figura 2.6. Local das comemorações do dia 11 de Setembro, dia do ataque às Torres Gémeas,
em 2001, Nova Iorque, Estados Unidos43
(Financial Press, 2012).

Figura 2.7. Um dos locais do memorial com a inscrição das pessoas que morreram no ataque,
Nova Iorque, Estados Unidos44
(Financial Press, 2012).

CAPÍTULO 3.

Figura 3.1. Imagem de uma praça em Varsóvia, antes da destruição, Polónia57
(Santos, 2012b, 452).

Figura 3.2. Imagem da mesma praça em Varsóvia, depois da destruição provocada pela Segunda Guerra Mundial, Polónia	57
(Santos, 2012b, 452).	
Figura 3.3. Imagem de um edifício parcialmente destruído pela bomba atómica em Hiroxima, Japão	58
(ONU, 2013).	
Figura 3.4. Imagem actual do mesmo edifício, como um memorial, Hiroxima, Japão	58
(Arch-Hiroshima, 2013).	
Figura 3.5. Linha cronológica de algumas Cartas, Declarações e Recomendações após a fundação da UNESCO	61
Gráfico da autora.	
 CAPÍTULO 4.	
Figura 4.1. Porta Norte reconstruída, Idanha-a-Velha.....	76
(Atelier 15, 2002, 170).	
Figura 4.2. Porta Norte em processo de reconstrução, Idanha-a-Velha.....	76
(IPPAR, 2000b, 44).	
Figura 4.3. Passadiço com alusão aos cubelos pré-existentes, Idanha-a-Velha.....	76
(Atelier 15, 2002, 170).	
Figura 4.4. Fotografia do interior da basílica, Idanha-a-Velha.....	78
(Atelier 15, 2002, 172).	
Figura 4.5. Arquivo situado no logradouro do lagar, Idanha-a-Velha.....	78
(Atelier 15, 2002, 177).	
Figura 4.6. O edifício do lagar antes da intervenção, Idanha-a-Velha.....	78
(IPPAR, 2000b, 45).	
Figura 4.7. O edifício do lagar depois da intervenção, Idanha-a-Velha.....	78
(IPPAR, 2000b, 45).	
Figura 4.8. Fotografia do interior do lagar, Idanha-a-Velha.....	78
(Atelier 15, 2002, 177).	

Figura 4.9. Exterior dos Palheiros de São Dâmaso após a intervenção, Idanha-a-Velha.....	79
(Atelier 15, 2002, 179).	
Figura 4.10. Interior dos Palheiros de São Dâmaso após a intervenção, Idanha-a-Velha.....	80
(Atelier 15, 2002, 177).	
Figura 4.11. Vista aérea do mosteiro e espólio arqueológico do claustro, Coimbra	81
(Côrte-Real, 2011, 56).	
Figura 4.12. Espaço museológico, Coimbra	81
(Côrte-Real, 2011, 56).	
Figura 4.13. Espaço museológico e circuito de visita, Coimbra	82
(Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2013).	
Figura 4.14. Vista da plataforma inacabada que dava acesso à torre de menagem, Celorico da Beira.....	83
(Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2013).	
Figura 4.15. Vista lateral da plataforma inacabada que dava acesso à torre de menagem, Celorico da Beira.....	83
(Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2013).	
Figura 4.16. Imagem do anfiteatro do castelo de Belmonte	84
("Castelo de Belmonte: história", 2013).	
Figura 4.17. Fotografia da intervenção na cisterna do castelo do Belmonte	84
(Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2013).	
Figura 4.18. Fotografia da intervenção posterior, na torre de menagem do castelo de Belmonte	84
(IPPAR, 2000b, 264).	
Figura 4.19. Fotografia do percurso no adarve do castelo de Belmonte	84
(IPPAR, 2000b, 258).	
Figura 4.20. Fotografia das ruínas dos Paços Das Infantas, no castelo de Montemor-o-Velho, com a casa de chá.....	85
(IPPAR, 2000b, 264).	

Figura 4.21. Fotografia da casa de chá no castelo de Montemor-o-Velho.....	85
(IPPAR, 2000b, 261).	
Figura 4.22. Fotografia da vista lateral da casa de chá no castelo de Montemor-o-Velho.....	85
Fotografia da autora.	
Figura 4.23. Fotografia da plataforma exterior da casa de chá do castelo	85
de Montemor-o-Velho.	
("Bic Laranja", 2014).	
Figura 4.24. Fotografia da cafetaria e torre sul do castelo de Pinhel	86
Fotografia da autora.	
Figura 4.25. Fotografia do interior da torre sul do castelo de Pinhel	86
Fotografia da autora.	
Figura 4.26. Fotografia do acesso à cobertura da torre sul do castelo de Pinhel	86
Fotografia da autora.	
Figura 4.27. Torre norte do castelo de Pinhel	87
Fotografia da autora.	
Figura 4.28. Escadas de acesso à cobertura da torre norte do castelo de Pinhel	88
Fotografia da autora.	
Figura 4.29. Entrada efectuada na requalificação do castelo de Pinhel, na torre norte	88
Fotografia da autora.	
Figura 4.30. Vista panorâmica do castelo de Algoso.....	88
Fotografia da autora.	
Figura 4.31. Espaço de recepção ao público do castelo de Algoso.....	89
("Castelo de Algoso: uma porta para o passado", 2014a).	
Figura 4.32. Protecção do adarve no castelo de Algoso.....	89
Fotografia da autora.	
Figura 4.33. Escadas de acesso ao castelo de Algoso	89
("Castelo de Algoso: uma porta para o passado", 2014b).	
Figura 4.34. Torre de menagem do castelo de Algoso.....	89

Fotografia da autora.

Figura 4.35. Fotografia da cobertura da torre de menagem do castelo de Algosó.....89
 (“Castelo de Algosó: uma porta para o passado”, 2014b).

Figura 4.36. Fotografia dos passadiços no interior da torre de menagem do
 castelo de Algosó89
 (“Castelo de Algosó: uma porta para o passado”, 2014b).

CAPÍTULO 5.

Figura 5.1. Fortificações e sítios islâmicos no território português.....96
 (Fernandes, 2004, 25).

Figura 5.2. Forais concedidos no período condal.....97
 (Andrade, 2001, 41).

Figura 5.3. Forais concedidos por D. Afonso Henriques.....97
 (Andrade, 2001, 42).

Figura 5.4. Forais concedidos por D. Sancho I97
 (Andrade, 2001, 43).

Figura 5.5. Forais concedidos por D. Sancho II97
 (Andrade, 2001, 44).

Figura 5.6. Forais concedidos por D. Afonso III98
 (Andrade, 2001, 45).

Figura 5.7. Forais concedidos por D. Dinis98
 (Andrade, 2001, 46).

CAPÍTULO 6.

Figura 6.1. Quadro-síntese das problemáticas103
 Quadro da autora.

Figura 6.2. Esquema de apresentação das tabelas 6.3, 6.4 e 6.5.....106
 Gráfico da autora.

Figura 6.3. Quadro-síntese da categoria analítica I107
 Tabela da autora.

Figura 6.4. Quadro-síntese da categoria analítica II.....	108
Tabela da autora.	
Figura 6.5. Quadro-síntese da categoria analítica III	109
Tabela da autora.	
Figura 6.6. Quadro-síntese das intervenções	113
Quadro da autora.	
Figura 6.7. Enquadramento e apresentação dos critérios de selecção das intervenções verificadas na tabela 6.6	116
Quadro da autora.	
Figura 6.8. Localização dos estudos de caso.....	117
Gráfico da autora.	
 CAPÍTULO 7.	
Figura 7.1. Esquema de apresentação das tabelas dos dados das entrevistas para cada estudo de caso	121
Quadro da autora.	
 Estudo de caso de Mogadouro	
Figura 7.2. Vista aérea de Mogadouro	127
(Google, 2013).	
Figura 7.3. Localização de Mogadouro.....	127
Gráfico da autora.	
Figura 7.4. Torre de menagem em ruínas, antes da intervenção da DGEMN	127
(Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2013).	
Figura 7.5. Torre de menagem	127
(Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2013).	
Figura 7.6. Castelo, depois da intervenção da DGEMN	127
(Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2013).	
Figura 7.7. Castelo e envolvente próxima	127
(Ferreira, 2011, 66).	

Figura 7.8. Igreja matriz, a norte, e habitações com provável construção com material proveniente do castelo	129
Fotografia da autora.	
Figura 7.9. Porta existente no troço do paço adossado à torre de menagem	129
Fotografia da autora.	
Figura 7.10. Largo e igreja da Misericórdia, a sul, onde está situado o pelourinho.....	129
Fotografia da autora.	
Figura 7.11. Provável torre, situada a noroeste.....	129
Fotografia cedida pelo arquitecto Amândio Cupido.	
Figura 7.12. Escadas de acesso à torre de menagem.....	129
Fotografia da autora.	
Figura 7.13. Acesso a partir do vão existente no troço de parede do paço	130
Fotografia cedida pelo arquitecto Amândio Cupido.	
Figura 7.14. Interior da torre de menagem com acesso à cobertura	130
Fotografia cedida pelo arquitecto Amândio Cupido.	
Figura 7.15. Cobertura da torre de menagem	130
Fotografia cedida pelo arquitecto Amândio Cupido.	
Figura 7.16. Vista do castelo a sudoeste	130
Fotografia da autora.	
Figura 7.17. Planta de implantação	131
Documento original cedido pelo arquitecto Amândio Cupido.	
Figura 7.18. Perfil 1	132
Documento original cedido pelo arquitecto Amândio Cupido.	
Figura 7.19. Perfil 2	133
Documento original cedido pelo arquitecto Amândio Cupido.	
Figura 7.20. Opinião sobre a intervenção	134
Tabela da autora.	

Figura 7.21. Usos propostos como alternativa	135
Tabela da autora.	
Figura 7.22. Participação no processo de decisão.....	135
Tabela da autora.	
Figura 7.23. Afluência de visitantes como solução para a economia local	136
Tabela da autora.	
Figura 7.24. Castelo como factor gerador	136
Tabela da autora.	
Figura 7.25. Factos associados ao castelo	137
Tabela da autora.	
Figura 7.26. Reconhecimento de valor <i>patrimonial</i>	137
Tabela da autora.	
Figura 7.27. Participação na divulgação do castelo	138
Tabela da autora.	
Estudo de caso de Trancoso.	
Figura 7.28. Vista aérea de Trancoso	149
(Google, 2013).	
Figura 7.29. Localização de Trancoso	149
Gráfico da autora.	
Figura 7.30. Castelo com construção intramuros	149
(Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2013).	
Figura 7.31. Torre de menagem	149
(Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2013)	
Figura 7.32. Castelo, depois da intervenção da DGEMN	149
(Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2013).	
Figura 7.33. Castelo, antes da intervenção mais recente	149
(IPPAR, 2000c, 23).	

Figura 7.34. Acesso à entrada do castelo	151
Fotografia da autora.	
Figura 7.35. Entrada do castelo	151
Fotografia da autora.	
Figura 7.36. Plataforma para eventos na capela pré-existente	151
Fotografia da autora.	
Figura 7.37. Plataforma para eventos na capela pré-existente	151
Fotografia da autora.	
Figura 7.38. Espaço de recepção ao público	151
Fotografia da autora.	
Figura 7.39. Escada de acesso à torre de menagem	151
Fotografia da autora.	
Figura 7.40. Escadas de acesso à torre de menagem	152
Fotografia da autora.	
Figura 7.41. Interior das escadas de acesso à torre de menagem	152
Fotografia da autora.	
Figura 7.42. Escadas de acesso à cobertura	152
Fotografia da autora.	
Figura 7.43. Entrada da torre de menagem	152
Fotografia da autora.	
Figura 7.44. Cobertura da torre de menagem, 2013.....	152
Fotografia da autora.	
Figura 7.45. Escadas de acesso à torre de menagem	152
Fotografia da autora.	
Figura 7.46. Escadas de acesso à cobertura da torre de menagem	152
Fotografia da autora.	
Figura 7.47. Planta de implantação	153
Documento original cedido pelo atelier Gonçalo Byrne Arquitectos.	

Figura 7.48. Planta do Piso 1	154
Documento original cedido pelo atelier Gonçalo Byrne Arquitectos.	
Figura 7.49. Planta do Piso 2	154
Documento original cedido pelo atelier Gonçalo Byrne Arquitectos.	
Figura 7.50. Planta do Piso 3	155
Documento original cedido pelo atelier Gonçalo Byrne Arquitectos.	
Figura 7.51. Perfil 1	155
Documento original cedido pelo atelier Gonçalo Byrne Arquitectos.	
Figura 7.52. Opinião sobre a interveno	156
Tabela da autora.	
Figura 7.53. Usos propostos como alternativa	157
Tabela da autora.	
Figura 7.54. Participao no processo de decisão	158
Tabela da autora.	
Figura 7.55. Afluência de visitantes como soluço para a economia local	158
Tabela da autora.	
Figura 7.56. Castelo como factor gerador	159
Tabela da autora.	
Figura 7.57. Factos associados ao castelo	160
Tabela da autora.	
Figura 7.58. Reconhecimento de valor <i>patrimonial</i>	161
Tabela da autora.	
Figura 7.59. Participao na divulgao do castelo	162
Tabela da autora.	
Estudo de caso de Celorico da Beira.	
Figura 7.60. Vista aérea de Celorico da Beira	173
(Google, 2013).	

Figura 7.61. Localização de Celorico da Beira	173
Gráfico da autora.	
Figura 7.62. Castelo durante a intervenção da DGEMN	173
(Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2013).	
Figura 7.63. Castelo durante a intervenção da DGEMN	173
(Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2013).	
Figura 7.64. Castelo	173
(Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2013).	
Figura 7.65. Vista aérea do castelo	173
(Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2013).	
Figura 7.66. Vista panorâmica do espaço intramuros	175
Fotografia da autora.	
Figura 7.67. Passadiços e painéis informativos no espaço intramuros	175
Fotografia da autora.	
Figura 7.68. Vista da entrada da torre de menagem	175
Fotografia da autora.	
Figura 7.69. Vestígios arqueológicos em exposição	175
Fotografia da autora.	
Figura 7.70. Torre de menagem	175
Fotografia da autora.	
Figura 7.71. Plataforma tecnológica	175
Fotografia da autora.	
Figura 7.72. Centro de documentação no Piso 2	176
Fotografia da autora.	
Figura 7.73. Vão de acesso ao adarve da torre de menagem	176
Fotografia da autora.	
Figura 7.74. Plataforma tecnológica	176
Fotografia da autora.	

Figura 7.75. Piso 3	176
Fotografia da autora.	
Figura 7.76. Planta de implantação	177
Documento original cedido pelo arquitecto Ivo Borrego.	
Figura 7.77. Planta do Piso -1	178
Documento original cedido pelo arquitecto Ivo Borrego.	
Figura 7.78. Planta do Piso 0	178
Documento original cedido pelo arquitecto Ivo Borrego.	
Figura 7.79. Planta do Piso 1	179
Documento original cedido pelo arquitecto Ivo Borrego.	
Figura 7.80. Planta do Piso 2	179
Documento original cedido pelo arquitecto Ivo Borrego.	
Figura 7.81. Planta do Piso 3	180
Documento original cedido pelo arquitecto Ivo Borrego	
Figura 7.82. Perfil 1	180
Documento original cedido pelo arquitecto Ivo Borrego.	
Figura 7.83. Opinião sobre a intervenção.....	181
Tabela da autora.	
Figura 7.84. Usos propostos como alternativa	182
Tabela da autora.	
Figura 7.85. Participação no processo de decisão.....	183
Tabela da autora.	
Figura 7.86. Afluência de visitantes como solução para a economia local	184
Tabela da autora	
Figura 7.87. Castelo como factor gerador	185
Tabela da autora.	
Figura 7.88. Factos associados ao castelo.....	186
Tabela da autora.	

Figura 7.89. Reconhecimento de valor <i>patrimonial</i>	187
Tabela da autora.	
Figura 7.90. Participação na divulgação do castelo	188
Tabela da autora.	
Estudo de caso de Castelo Novo.	
Figura 7.91. Vista aérea de Castelo Novo.....	199
(Google, 2013).	
Figura 7.92. Localização de Castelo Novo	199
Gráfico da autora.	
Figura 7.93. Castelo, após a reconstrução efectuada pela DGEMN	199
(Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2013).	
Figura 7.94. Castelo, após a reconstrução efectuada pela DGEMN	199
(Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2013).	
Figura 7.95. Castelo, 1995	199
(Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2013).	
Figura 7.96. Castelo e torre do relógio, 1995	199
(Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2013).	
Figura 7.97. Arranque da abóboda, Torre de Menagem	201
Fotografia da autora.	
Figura 7.98. Vão na torre de menagem	201
Fotografia da autora.	
Figura 7.99. Entrada para o auditório	201
Fotografia da autora.	
Figura 7.100. Plataforma existente no espaço intramuros	201
Fotografia da autora.	
Figura 7.101. Observatório virtual	201
Fotografia da autora.	

Figura 7.102. Observatório virtual, pormenor	201
Fotografia da autora.	
Figura 7.103. Vista da plataforma a partir da torre do relógio.....	202
Fotografia da autora.	
Figura 7.104. Local com vestígios de dependências internas.....	202
Fotografia da autora.	
Figura 7.105. Espaço de recepção ao público.....	202
Fotografia da autora.	
Figura 7.106. Entrada para o castelo	202
Fotografia da autora.	
Figura 7.107. Escadas de acesso ao castelo	202
Fotografia da autora.	
Figura 7.108. Espaço de recepção ao público.....	202
Fotografia da autora.	
Figura 7.109. Escadas de acesso à torre de menagem e painel informativo	202
Fotografia da autora.	
Figura 7.110. Planta de implantação	203
Documento original cedido pelo atelier Comoco Arquitectos.	
Figura 7.111. Espaço de recepção ao público.....	204
Documento original cedido pelo atelier Comoco Arquitectos.	
Figura 7.112. Perfil 1	204
Documento original cedido pelo atelier Comoco Arquitectos.	
Figura 7.113. Planta inferior da sala de audiovisuais	205
Documento original cedido pelo atelier Comoco Arquitectos.	
Figura 7.114. Opinião sobre a intervenção.....	206
Tabela da autora.	
Figura 7.115. Usos propostos como alternativa	207

Tabela da autora.	
Figura 7.116. Participação no processo de decisão	208
Tabela da autora.	
Figura 7.117. Afluência de visitantes como solução para a economia local.....	209
Tabela da autora.	
Figura 7.118. Castelo como factor gerador.....	210
Tabela da autora.	
Figura 7.119. Factos associados ao castelo	211
Tabela da autora.	
Figura 7.120. Reconhecimento de valor <i>patrimonial</i>	212
Tabela da autora.	
Figura 7.121. Participação na divulgação do castelo.....	213
Tabela da autora.	
Estudo de caso de Amieira do Tejo.	
Figura 7.122. Vista aérea de Amieira do Tejo	225
(Google, 2013).	
Figura 7.123. Localização de Amieira do Tejo.....	225
Gráfico da autora.	
Figura 7.124. Castelo antes da intervenção da DGEMN.....	225
(Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2013).	
Figura 7.125. Espaço intramuros antes da intervenção da DGEMN	225
(Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2013).	
Figura 7.126. Pormenor da intervenção que foi substituída pela actual	225
(Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2013).	
Figura 7.127. Praça com anterior configuração.....	225
(IPPAR, 2000a).	
Figura 7.128. Castelo e envolvente próxima.....	227

Fotografia da autora.	
Figura 7.129. Adarve	227
Fotografia da autora.	
Figura 7.130. Torre de Menagem.....	227
Fotografia da autora.	
Figura 7.131. Interior da capela de São João Batista	228
Fotografia da autora.	
Figura 7.132. Acesso à torre de menagem	228
Fotografia da autora.	
Figura 7.133. Vista, a partir da torre de menagem, do espaço intramuros com cisterna ao centro.....	228
Fotografia da autora.	
Figura 7.134. Vista do interior do piso 2	228
(Inalentejo, 2014).	
Figura 7.135. Planta do piso 0.....	229
Documento original cedido pela Direcção Regional da Cultura do Alentejo.	
Figura 7.136. Planta do piso 1	229
Documento original cedido pela Direcção Regional da Cultura do Alentejo.	
Figura 7.137. Planta do piso 2	230
Documento original cedido pela Direcção Regional da Cultura do Alentejo.	
Figura 7.138. Planta do piso 3	230
Documento original cedido pela Direcção Regional da Cultura do Alentejo.	
Figura 7.139. Planta do piso 4	231
Documento original cedido pela Direcção Regional da Cultura do Alentejo.	
Figura 7.140. Perfil 1	232
Documento original cedido pela Direcção Regional da Cultura do Alentejo.	
Figura 7.141. Opinião sobre a intervenção.....	233
Tabela da autora.	

Figura 7.142. Usos propostos como alternativa	234
Tabela da autora.	
Figura 7.143. Participação no processo de decisão	
Tabela da autora.	
Figura 7.144. Afluência de visitantes como solução para a economia local.....	235
Tabela da autora.	
Figura 7.145. Castelo como factor gerador.....	236
Tabela da autora.	
Figura 7.146. Factos associados ao castelo	237
Tabela da autora.	
Figura 7.147. Reconhecimento de valor <i>patrimonial</i>	238
Tabela da autora.	
Figura 7.148. Participação na divulgação do castelo	239
Tabela da autora.	
Estudo de caso de Portalegre.	
Figura 7.149. Vista aérea de Portalegre	249
(Google, 2013).	
Figura 7.150. Localização de Portalegre.....	249
Gráfico da autora.	
Figura 7.151. Castelo visto da Sé	249
(Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2013).	
Figura 7.152. Castelo.....	249
(Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2013).	
Figura 7.153. Castelo, antes da intervenção.....	249
(IGESPAR, 2014).	
Figura 7.154. Envolvente próxima do castelo	249
(Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2013).	

Figura 7.155. Troço da cerca urbana	251
Fotografia da autora.	
Figura 7.156. Outro troço da cerca urbana	251
Fotografia da autora.	
Figura 7.157. Vista de uma das torres	251
Fotografia da autora.	
Figura 7.158. Vista sul do torreão situado a nascente	251
Fotografia da autora.	
Figura 7.159. Fachada norte	251
Fotografia da autora.	
Figura 7.160. Vista da cidade de Portalegre através do espaço interior da intervenção.....	252
Fotografia da autora.	
Figura 7.161. Vista norte da torre situada a nascente	252
Fotografia da autora.	
Figura 7.162. Galerias.....	252
Fotografia da autora.	
Figura 7.163. Vista das galerias no espaço intramuros	252
Fotografia da autora.	
Figura 7.164. Planta de implantação	253
Documento original cedido pelo arquitecto Cândido Chuva Gomes.	
Figura 7.165. Planta do Piso 0	254
Documento original cedido pelo arquitecto Cândido Chuva Gomes.	
Figura 7.166. Planta do Piso 1	255
Documento original cedido pelo arquitecto Cândido Chuva Gomes	
Figura 7.167. Planta do Piso 2	256
Documento original cedido pelo arquitecto Cândido Chuva Gomes	
Figura 7.168. Perfil 1	257

Documento original cedido pelo arquitecto Cândido Chuva Gomes.

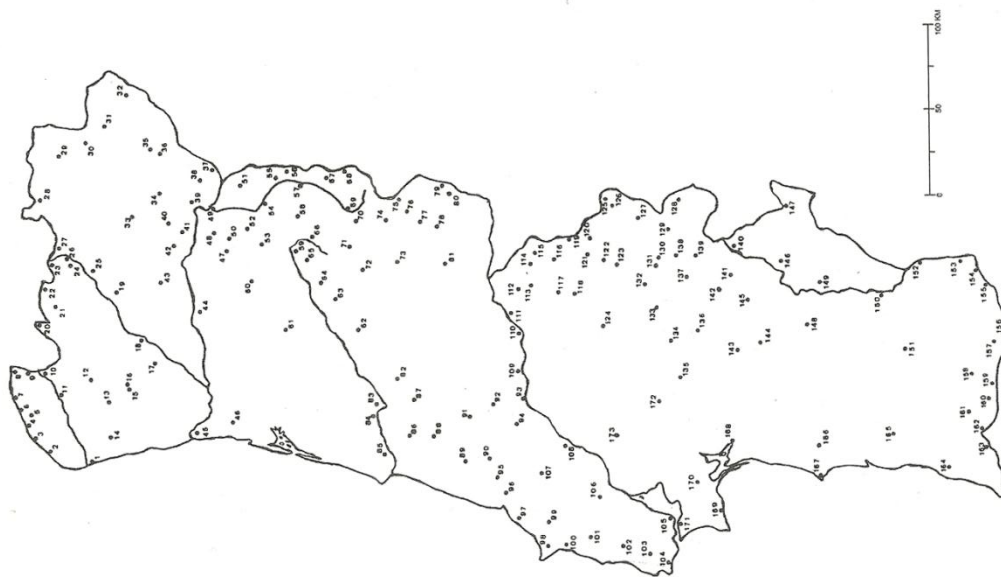
Figura 7.169. Opinião sobre a intervenção	258
Tabela da autora.	
Figura 7.170. Usos propostos como alternativa	259
Tabela da autora.	
Figura 7.171. Participação no processo de decisão.....	260
Tabela da autora.	
Figura 7.172. Afluência de visitantes como solução para a economia local	260
Tabela da autora.	
Figura 7.173. Castelo como factor gerador.....	261
Tabela da autora.	
Figura 7.174. Factos associados ao castelo	262
Tabela da autora.	
Figura 7.175. Reconhecimento de valor <i>patrimonial</i>	263
Tabela da autora.	
Figura 7.176. Participação na divulgação do castelo	264
Tabela da autora.	
Estudo de caso de Silves.	
Figura 7.177. Vista aérea de Silves	275
(Google, 2013).	
Figura 7.178. Localização de Silves	275
Gráfico da autora.	
Figura 7.179. Castelo antes do restauro efectuado pela DGEMN	275
(Blog Turismo do Algarve, 2014).	
Figura 7.180. Castelo antes do restauro efectuado pela DGEMN	275
(Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2013).	
Figura 7.181. Castelo, depois da intervenção da DGEMN	275

Anexos

ÍNDICE DE ANEXOS.

- Anexo 1.** Rede dos castelos portugueses 1350-1450.
- Anexo 2.** Guiões dos três modelos de entrevista.
- Anexo 3.** Elementos gráficos referentes ao estudo de caso de Mogadouro.
- Anexo 4.** Entrevistas referentes ao estudo de caso de Mogadouro.
- Anexo 5.** Entrevistas referentes ao estudo de caso de Trancoso.
- Anexo 6.** Elementos gráficos referentes ao estudo de caso de Celorico da Beira.
- Anexo 7.** Entrevistas referentes ao estudo de caso de Celorico da Beira.
- Anexo 8.** Elementos gráficos referentes ao estudo de caso de Castelo Novo.
- Anexo 9.** Entrevistas referentes ao estudo de caso de Castelo Novo.
- Anexo 10.** Elementos gráficos referentes ao estudo de caso de Amieira do Tejo.
- Anexo 11.** Entrevistas referentes ao estudo de caso de Amieira do Tejo.
- Anexo 12.** Elementos gráficos referentes ao estudo de caso de Portalegre.
- Anexo 13.** Entrevistas referentes ao estudo de caso de Portalegre.
- Anexo 14.** Elementos gráficos referentes ao estudo de caso de Silves.
- Anexo 15.** Entrevistas referentes ao estudo de caso de Silves.

Anexo 1.



1. Neiva	36. Mogadouro	71. Belmonte	106. Alenquer	141. Monsaraz
2. Caminha	37. Freixo E. Cima	72. Covilhã	107. Alcanede	142. Valongo
3. V. N. Cerveira	38. Mós	73. Castelo Novo	108. Santarém	143. Viana do Alentejo
4. Valença	39. Torre de Moncorvo	74. Penamacor	109. Abrantes	144. Alvão
5. Fração	40. Vila Flor	75. Penha Garcia	110. Beja	145. Póvoa
6. Lapa	41. Ansilas	76. Monsanto	111. Amieira	146. Moura
7. Monção	42. Vil. da Castanheira	77. Idanha-a-Velha	112. Niza	147. Noudar
8. Melgoso	43. Vila Real	78. Idanha-a-Nova	113. Alpalhão	148. Beja
9. C. Laboréiro	44. Lamego	79. Salvaterra	114. Castelo de Vide	149. Serpa
10. Lindoso	45. Gaila	80. Segura	115. Mervão	150. Mértola
11. Nóbrega	46. Feia	81. Castelo Branco	116. Póvoa	151. Almodôvar
12. Lanhoso	47. Penadono	82. Lousã	117. Crato	152. Alentejo
13. Braga	48. Longrova	83. Coimbra	118. Alter do Chão	153. Castro Marim
14. Faria	49. Castelo Melhor	84. Tentugal	119. Alegrete	154. Casela
15. Vermim	50. Marialva	85. Montemor-o-Velho	120. Arronches	155. Tavira
16. Guimarães	51. Castelo Rodrigo	86. Souto	121. Assumar	156. Faro
17. Amêda	52. Moreira de Rei	87. Penela	122. Montforte	157. Loulé
18. Celorico da Beira	53. Trancoso	88. Pontal	123. Veiros	158. Pedeme
19. Aguiar de Pena	54. Píntel	89. Leiria	124. Avis	159. Albufeira
20. Póvoa	55. Almeida	90. Porto de Mós	125. Ouguela	160. Póvoa
21. Montalegre	56. Castelo Bom	91. Ourém	126. Campo Maior	161. Silves
22. Póvoa	57. Castelo Mendo	92. Tomar	127. Elvas	162. Alvor
23. Viarejo da Raia	58. Jarmelo	93. Almodôvar	128. Olivença	163. Lagos
24. Chaves	59. Celorico da Beira	94. Torres Novas	129. Jiramenha	164. Aljezur
25. Santo Estêvão	60. Aguiar da Beira	95. Alpedriz	130. Vila Viçosa	165. Odemira
26. Gouveia (Chaves)	61. Viseu	96. Alcobaca	131. Borba	166. Santiago do Cacém
27. Mont. Rio Livre	62. Avó	97. Alentejo	132. Estremoz	167. Sines
28. Vinhais	63. S. Romão	98. Alentejo	133. Évora-Monte	168. Alentejo do Sal
29. Bragança	64. Gouveia	99. Óbidos	134. Arraiolos	169. Sesimbra
30. Our. de Miranda	65. Linhares	100. Lourinhã	135. Mont-o-Novo	170. Palmela
31. Vimeiro	66. Guarda	101. Torres Vedras	136. Évora	171. Almada
32. Miranda do Douro	67. Viar Maior	102. Mafra	137. Redondo	172. Lavar
33. Miranda	68. Alentejo	103. Sintra	138. Alentejo	173. Coruche
34. Alentejo da Fé	69. Subugal	104. Cascais	139. Terena	
35. Penas Róias	70. Souto	105. Lisboa	140. Mourão	

Rede dos castelos portugueses 1350-1450.
(Monteiro, 1999, 24-25).

Anexo 2.

ENTREVISTA | MODELO I INFORMANTE(S)-CHAVE: HABITANTES

A. IMPORTÂNCIA HISTÓRICO-PATRIMONIAL

A.1. Considera que o castelo foi importante no contexto da História Nacional?

SIM ☐

NÃO ☐

NÃO SABE ☐

A.2. Conhece alguns factos sobre a história do castelo?

SIM ☐ Quais?

NÃO ☐

Nota: se a resposta foi “não”/“não sabe” às alíneas A1 e A2, por favor avançar para a alínea A5.

A.3. Considera que a presença do castelo contribuiu para o desenvolvimento da localidade e do território (exemplo: carta de foral, feira franca, estradas, etc)?

A.4. Pessoalmente atribuiu valor *patrimonial* ao castelo?

SIM ☐

NÃO ☐

A.5. Considera que os habitantes da localidade e região têm consciência do valor histórico-*patrimonial* do castelo e o valorizam como tal?

SIM ☐

NÃO ☐

A.5.1. Que razões aponta para tal?

B. COMÉRCIO E ECONOMIA

B.1. De que forma a presença do castelo, e consequente divulgação do mesmo, pode afectar o comércio e economia locais?

B.2. Vê a afluência de visitantes, sobretudo aquela gerada pelo castelo, como solução a médio e longo prazo para o comércio e economia locais?

SIM ☐

NÃO ☐

B.3. Como avalia o impacto da intervenção no castelo em termos de comércio e economia locais?

B.4. Considera que há impacto da promoção do castelo, e consequente afluência de visitantes, na vida quotidiana e na qualidade de vida da localidade nos últimos anos?

C. GESTÃO DO *PATRIMÓNIO*

C.1. Os habitantes participaram no processo de decisão da intervenção?

SIM ☐

NÃO ☐

C.1.1. Se sim, de que forma?

C.2. Considera importante uma participação cívica no processo de decisão da intervenção?

SIM ☐

NÃO ☐

C.2.1 Porquê?

C.3. Existe participação dos habitantes na gestão e divulgação do castelo?

SIM ☐ De que forma?

NÃO ☐

C.3.1. Se sim, houve impacto desse contributo?

SIM ☐ Como avalia esse impacto?

NÃO ☐

C.4. Existe algum contributo, da sua parte, para a preservação e divulgação do *património*?

SIM ☐ Qual?

NÃO ☐

C.4.1. Se não, considera que deveria dar algum contributo?

SIM ☐ Qual?

NÃO ☐

C.5. Qual o futuro que prevê para o castelo no contexto actual de crise (no que toca à manutenção e à responsabilidade de preservar e divulgar o mesmo)?

D. INTERVENÇÃO ARQUITECTÓNICA

D.1. Já visitou a intervenção?

SIM ☐

NÃO ☐

D.2. Conhece o arquitecto ou algum outro facto sobre a intervenção?

SIM ☐ Qual?

NÃO ☐

Nota: se a resposta foi “não” às alíneas D1 e D2, por favor avançar para a alínea D5.

D.3. Como avalia a intervenção quanto à funcionalidade e utilidade da mesma?

D.4. Que grau de mudança existe entre a nova intervenção e a imagem e memória anterior do castelo?

D.5. Considera importante a preservação do *património* para as gerações futuras?

SIM ☐

NÃO ☐

D.5.1. Se sim, de que forma as mesmas podem beneficiar disso?

D.6. Existe, na sua opinião, algum uso mais adequado para o espaço do castelo?

ENTREVISTA | MODELO II INFORMANTE-CHAVE: REPRESENTANTE GESTÃO PATRIMÓNIO

A. IMPORTÂNCIA HISTÓRICO-PATRIMONIAL

A.3. A.1. Considera que a presença do castelo contribuiu para o desenvolvimento da localidade e do território (exemplo: carta de foral, feira franca, vias principais, etc)?

A.5. A.2. Considera que os habitantes da localidade e região têm consciência do valor histórico-*patrimonial* do castelo e o valorizam como tal?

SIM ☐

NÃO ☐

A.2.1. Que razões aponta para tal?

B. COMÉRCIO E ECONOMIA

B.1. B.1. De que forma a presença do castelo, e consequente divulgação do mesmo, pode afectar o comércio e economia locais?

B.2. B.2. Vê a afluência de mais visitantes, sobretudo aquela gerada pelo castelo, como solução a médio e longo prazo para o comércio e economia locais?

SIM ☐

NÃO ☐

B.3. B.3. Como avalia o impacto da recente intervenção no castelo em termos de comércio e economia locais?

B.4. B.4. Houve algum tipo de impacto da promoção do castelo e consequente afluência de visitantes na vida quotidiana e na qualidade de vida da localidade nos últimos anos?

C. GESTÃO DO PATRIMÓNIO

C.1. Quais os factores que mais influenciaram os critérios da intervenção no castelo e a decisão de intervir (fundos monetários disponíveis, condicionalismos no processo de projecto, etc)?

C.1. C.2. Os habitantes participaram no processo de decisão de intervenção?

SIM ☐

NÃO ☐

C.2.1. Se sim, de que forma?

C.2. C.3. Considera importante uma participação cívica no processo de decisão da intervenção?

SIM ☐

NÃO ☐

C.3.1. Porquê?

C.3. C.4. Existe participação dos habitantes na gestão e divulgação do *património* local (incluindo o castelo)?

SIM ☐

De que forma?

NÃO ☐

C.4.1. Se sim, houve impacto desse contributo?

SIM ☐

Como avalia esse impacto?

NÃO ☐

C.5. C.5. Qual o futuro que prevê para o castelo no contexto actual de crise (no que toca à manutenção e à responsabilidade de preservar e divulgar o mesmo)?

C.6. Quais os principais pontos que caracterizam a atitude das autoridades competentes em relação ao castelo no que toca à divulgação, promoção e informação para o público nos anos mais recentes?

C.7. Existe algum impacto da intervenção no castelo em outros aspectos da localidade além do comércio?

SIM ☐

NÃO ☐

C.7.1. Se sim, como o caracteriza?

D. INTERVENÇÃO ARQUITECTÓNICA

D.3. D.1. Como avalia a intervenção quanto à funcionalidade e utilidade da mesma?

D.4. D.2. Considera que a recente intervenção alterou, de algum modo, a imagem ou a memória do castelo?

D.6. D.3. Existe, na sua opinião, alguma alternativa mais adequada ao uso do espaço do castelo?

ENTREVISTA | MODELO III INFORMANTE-CHAVE: REPRESENTANTE
COMÉRCIO/ECONOMIA

A. IMPORTÂNCIA HISTÓRICO-PATRIMONIAL

A.1. A.1. Considera que o castelo foi importante no contexto da História nacional?

SIM ☐
NÃO ☐
NÃO SABE ☐

A.2. A.2. Conhece alguns factos sobre a história do castelo?

SIM ☐ Quais?
NÃO ☐

Nota: se a resposta foi não/não sabe às alíneas A1 e A2, por favor avançar para a alínea A5.

A.3. A.3. Considera que a presença do castelo contribuiu para o desenvolvimento da localidade e do território (exemplo: carta de foral, feira franca, estradas, etc)?

A.4. A.4. Pessoalmente atribui valor *patrimonial* ao castelo?

SIM ☐
NÃO ☐

A.5. A.5. Considera que os habitantes da localidade e região têm consciência do valor histórico-*patrimonial* do castelo e o valorizam como tal?

SIM ☐
NÃO ☐

A.5.1. Que razões aponta para tal?

B. COMÉRCIO E ECONOMIA

B.1. Existe uma valorização e maior presença de certos tipos de comércio em detrimento de outros?

SIM ☐
NÃO ☐

B.1.1. Se sim, que tipos de comércio predominam?

B.2. Considera que a presença do castelo influencia a distribuição geográfica de alguns tipos de estabelecimentos comerciais?

SIM ☐

NÃO ☐

B.2.1. Se sim, que tipos de comércio predominam?

B.2. B.3. A afluência de visitantes, gerada pelo castelo, é vista como solução a médio e longo prazo para o comércio e economia locais?

SIM ☐

NÃO ☐

B.4. O castelo e a sua promoção estão directamente ligados com a evolução do comércio e actividades lúdicas na região?

SIM ☐

NÃO ☐

B.5. Qual o grau de rentabilidade /importância do castelo e sua divulgação no desenvolvimento e economia locais (se o castelo se sobrepõe à promoção da gastronomia ou outras actividades que caracterizam a região)?

B.3. B.6. Houve algum impacto da recente intervenção no castelo em termos do comércio e economia locais?

SIM ☐

NÃO ☐

B.6.1. Se sim, como avalia esse impacto?

B.4. B.7. Considera que há impacto da promoção do castelo e consequente afluência de visitantes na vida quotidiana e na qualidade de vida da localidade nos últimos anos?

C. GESTÃO DO PATRIMÓNIO

C.2. C.1. Considera importante uma participação cívica no processo da intervenção?

SIM ☐

NÃO ☐

C.1.1. Porquê?

C.4. C.2. Existe alguma acção, da sua parte, na preservação e divulgação do *património*?

SIM ☐ Qual?

NÃO ☐

C.2.1. Se não, considera que deveria dar algum contributo?

SIM ☐ Qual?

NÃO ☐

C.5. C.3. Qual o futuro que prevê para o castelo no contexto actual de crise (no que toca à manutenção e responsabilidade de preservar e divulgar o mesmo)?

D. INTERVENÇÃO ARQUITECTÓNICA

D.1. D.1. Já visitou a intervenção?

SIM ☐

NÃO ☐

D.2. D.2. Conhece o arquitecto ou algum outro facto sobre a intervenção?

SIM ☐ Qual?

NÃO ☐

Nota: se a resposta foi não às alíneas D1 e D2, por favor avançar para a alínea D5.

D.3. D.3. Como avalia a intervenção quanto à funcionalidade e utilidade da mesma?

D.4. D.4. Que grau de mudança existe entre a nova intervenção e a imagem e memória anterior do castelo?

D.5. D.5. Considera importante a preservação do *património* para as gerações futuras?

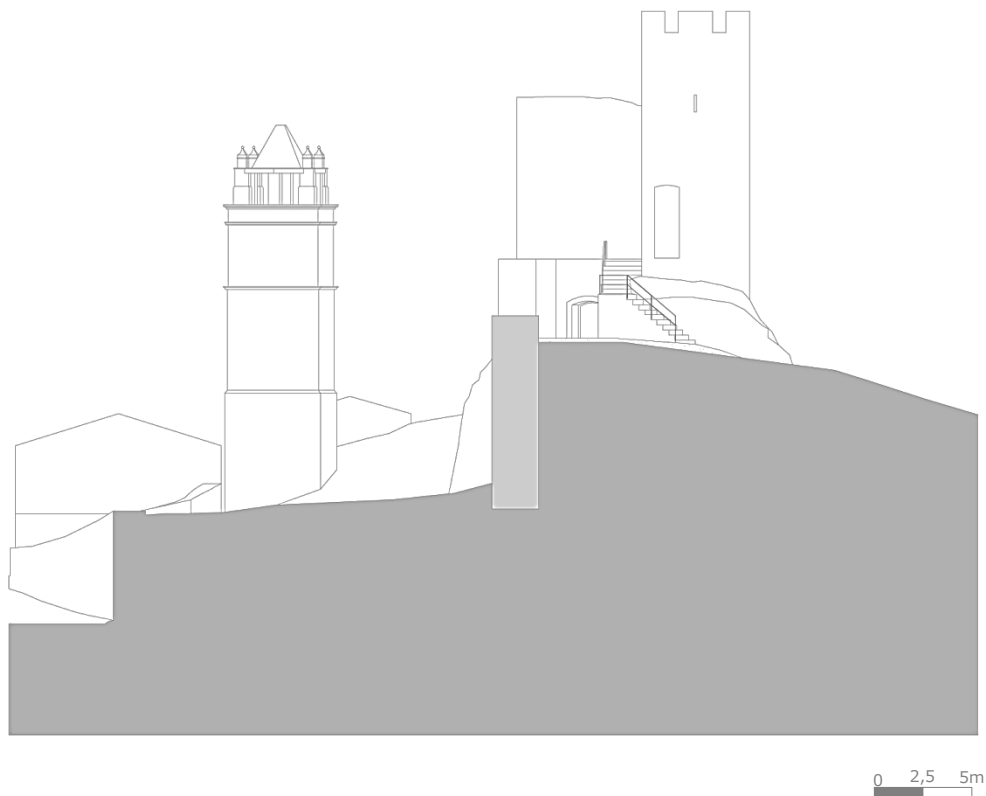
SIM ☐

NÃO ☐

D.5.1. Se sim, de que forma as mesmas podem beneficiar disso?

D.6. D.6. Existe, na sua opinião, alguma alternativa mais adequada ao uso do espaço do castelo?

Anexo 3.



Perfil 3.

Adaptado pela autora.

Documento original cedido pelo arquitecto Amândio Cupido.



Perfil 4.

Adaptado pela autora.

Documento original cedido pelo arquitecto Amândio Cupido.



Perfil 5.

Adaptado pela autora.

Documento original cedido pelo arquitecto Amândio Cupido.

Anexo 4.

ENTREVISTA | MODELO I

DATA: 13 de Setembro 2013

ESTUDO DE CASO/LOCAL: Mogadouro

ENTREVISTADO: MOG-I-01, Mas., 70-80, aposentado.

A. IMPORTÂNCIA HISTÓRICO-PATRIMONIAL

A.1. Considera que o castelo foi importante no contexto da História nacional?

SIM ☒
NÃO ☐
NÃO SABE ☐

A.2. Conhece alguns factos sobre a história do castelo?

SIM ☒

Se sim, quais?

Conheço todos os factos relevantes da história do castelo

NÃO ☐

Nota: se a resposta foi “não”/“não sabe” às alíneas A1 e A2, por favor avançar para a alínea A5.

A.3. Considera que a presença do castelo contribuiu para o desenvolvimento da localidade e do território (exemplo: carta de foral, feira franca, estradas, etc)?

Sim, Mogadouro é o segundo maior concelho do distrito e era o centro comercial da região.

A.4. Pessoalmente atribuiu valor *patrimonial* ao castelo?

SIM ☒
NÃO ☐

A.5. Considera que os habitantes da localidade e região têm consciência do valor histórico-*patrimonial* do castelo e o valorizam como tal?

SIM ☐
NÃO ☒

A.5.1. Que razões aponta para tal?

As pessoas têm falta de instrução quanto à história do castelo.

B. COMÉRCIO E ECONOMIA

B.1. De que forma a presença do castelo, e consequente divulgação do mesmo, pode afectar o comércio e economia locais?

A presença do castelo foi o sucesso de Mogadouro. 15 e 16 de Outubro realiza-se uma feira para mostrar os produtos locais. Será também o turismo que poderá ter impacto.

B.2. Vê a afluência de visitantes, gerada pelo castelo, como solução a médio e longo prazo para o comércio e economia locais?

SIM ☒

NÃO ☐

B.3. Como avalia o impacto da intervenção no castelo em termos de comércio e economia locais?

Compras e restauração, é um turismo de passagem. O comércio está estagnado, portanto a intervenção não teve impacto.

B.4. Considera que há impacto da promoção do castelo, e consequente afluência de visitantes, na vida quotidiana e na qualidade de vida da localidade nos últimos anos?

Não teve grande impacto, não foi significativo.

C. GESTÃO DO PATRIMÓNIO

C.1. Os habitantes participaram no processo de decisão da intervenção?

SIM ☐

NÃO ☒

NÃO SABE ☐

C.1.1. Se sim, de que forma?

Não aplicável.

C.2. Considera importante uma participação cívica no processo de decisão da intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

C.2.1 Porquê?

Seria importante que entendessem e participassem.

C.3. Existe participação dos habitantes na gestão e divulgação do castelo?

SIM ☐

Se sim, de que forma?

Não aplicável.

NÃO ☒

C.3.1. Se sim, houve impacto desse contributo?

SIM ☐

Como avalia esse impacto?

Não aplicável.

NÃO ☐

C.4. Existe algum contributo, da sua parte, para a preservação e divulgação do *património*?

SIM ☒

Se sim, qual?

Através da divulgação de informação e da história, bem como na investigação.

NÃO ☐

C.4.1. Se não, considera que deveria dar algum contributo?

SIM ☐

Se sim, qual?

Não aplicável.

NÃO ☐

C.5. Qual o futuro que prevê para o castelo no contexto actual de crise (no que toca à manutenção e à responsabilidade de preservar e divulgar o mesmo)?

O futuro não é muito favorecedor, sobretudo por falta de verbas. Se o município lançasse iniciativas a população colaborava.

D. INTERVENÇÃO ARQUITECTÓNICA

D.1. Já visitou a intervenção?

SIM ☐

NÃO ☒

D.2. Conhece o arquitecto ou algum outro facto sobre a intervenção?

SIM ☐

Se sim, qual?

Não aplicável.

NÃO ☒

Nota: se a resposta foi “não” às alíneas D1 e D2, por favor avançar para a alínea D5.

D.3. Como avalia a intervenção quanto à funcionalidade e utilidade da mesma?

Não aplicável.

D.4. Que grau de mudança existe entre a nova intervenção e a imagem e memória anterior do castelo?

Não aplicável.

D.5. Considera importante a preservação do *património* para as gerações futuras?

SIM ☒

NÃO ☐

D.5.1. Se sim, de que forma as mesmas podem beneficiar disso?

Deve-se informar mais e educar mais.

D.6. Existe, na sua opinião, algum uso mais adequado para o espaço do castelo?

Passava por uma recuperação integral, bem como dos espaços à volta, para fins culturais.

ENTREVISTA | MODELO I

DATA: 13 de Setembro 2013

ESTUDO DE CASO/LOCAL: Mogadouro

ENTREVISTADO: MOG-I-02, Fem., 60-70, artesã.

A. IMPORTÂNCIA HISTÓRICO-PATRIMONIAL

A.1. Considera que o castelo foi importante no contexto da História nacional?

SIM ☒
NÃO ☐
NÃO SABE ☐

A.2. Conhece alguns factos sobre a história do castelo?

SIM ☐

Se sim, quais?

Não aplicável.

NÃO ☒

Nota: se a resposta foi "não"/"não sabe" às alíneas A1 e A2, por favor avançar para a alínea A5.

A.3. Considera que a presença do castelo contribuiu para o desenvolvimento da localidade e do território (exemplo: carta de foral, feira franca, estradas, etc)?

Não sei.

A.4. Pessoalmente atribuiu valor *patrimonial* ao castelo?

SIM ☒
NÃO ☐

A.5. Considera que os habitantes da localidade e região têm consciência do valor histórico-*patrimonial* do castelo e o valorizam como tal?

SIM ☒
NÃO ☐

A.5.1. Que razões aponta para tal?

Às vezes as pessoas saem para um passeio e vão até ao castelo, tentando preservar o local, pois a vila não se governa sem o castelo.

B. COMÉRCIO E ECONOMIA

B.1. De que forma a presença do castelo, e consequente divulgação do mesmo, pode afectar o comércio e economia locais?

Eu acho que o comércio pode continuar, pois considero que os comerciantes ainda estão a sobreviver.

B.2. Vê a afluência de visitantes, gerada pelo castelo, como solução a médio e longo prazo para o comércio e economia locais?

SIM ☐

NÃO ☒

B.3. Como avalia o impacto da intervenção no castelo em termos de comércio e economia locais?

Não sei, os tempos para trás não lhe posso dizer pois a intervenção não existia, mas continua a ter muitos visitantes, vejo que quem vem a Mogadouro gosta de ir ao castelo.

B.4. Considera que há impacto da promoção do castelo, e consequente afluência de visitantes, na vida quotidiana e na qualidade de vida da localidade nos últimos anos?

Não houve impacto mas continua a haver turistas.

C. GESTÃO DO PATRIMÓNIO

C.1. Os habitantes participaram no processo de decisão da intervenção?

SIM ☐

NÃO ☐

NÃO SABE ☒

C.1.1. Se sim, de que forma?

Não aplicável.

C.2. Considera importante uma participação cívica no processo de decisão da intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

C.2.1 Porquê?

Não sei, mas seria muito bom.

C.3. Existe participação dos habitantes na gestão e divulgação do castelo?

SIM ☒

Se sim, de que forma?

Eu acho que sim, é um meio pequeno e influencia muito essa parte.

NÃO ☐

C.3.1. Se sim, houve impacto desse contributo?

SIM ☐

Como avalia esse impacto?

Não aplicável.

NÃO ☒

C.4. Existe algum contributo, da sua parte, para a preservação e divulgação do *património*?

SIM ☒

Se sim, qual?

Através da informação que dou aos turistas. Às vezes os turistas passam por cá (no atelier), perguntam o que há mais para visitar e eu informo logo que é bonita aquela zona (do castelo).

NÃO ☐

C.4.1. Se não, considera que deveria dar algum contributo?

SIM ☐

Se sim, qual?

Não aplicável.

NÃO ☐

C.5. Qual o futuro que prevê para o castelo no contexto actual de crise (no que toca à manutenção e à responsabilidade de preservar e divulgar o mesmo)?

Não sei qual será o futuro mas continua a haver visitantes. Antes havia mais.

D. INTERVENÇÃO ARQUITECTÓNICA

D.1. Já visitou a intervenção?

SIM ☐

NÃO ☒

D.2. Conhece o arquitecto ou algum outro facto sobre a intervenção?

SIM ☐

Se sim, qual?

Não aplicável.

NÃO ☒

Nota: se a resposta foi “não” às alíneas D1 e D2, por favor avançar para a alínea D5.

D.3. Como avalia a intervenção quanto à funcionalidade e utilidade da mesma?

Não aplicável.

D.4. Que grau de mudança existe entre a nova intervenção e a imagem e memória anterior do castelo?

Não aplicável.

D.5. Considera importante a preservação do património para as gerações futuras?

SIM ☒

NÃO ☐

D.5.1. Se sim, de que forma as mesmas podem beneficiar disso?

Não respondeu.

D.6. Existe, na sua opinião, algum uso mais adequado para o espaço do castelo?

Eu acho que está bem, para visitas.

ENTREVISTA | MODELO I

DATA: 13 de Setembro 2013

ESTUDO DE CASO/LOCAL: Mogadouro

ENTREVISTADO: MOG-I-03, Fem., 50-60, desempregada.

A. IMPORTÂNCIA HISTÓRICO-PATRIMONIAL

A.1. Considera que o castelo foi importante no contexto da História nacional?

SIM ☒

NÃO ☐

NÃO SABE ☐

A.2. Conhece alguns factos sobre a história do castelo?

SIM ☐

Se sim, quais?

NÃO ☒

Nota: se a resposta foi “não”/“não sabe” às alíneas A1 e A2, por favor avançar para a alínea A5.

A.3. Considera que a presença do castelo contribuiu para o desenvolvimento da localidade e do território (exemplo: carta de foral, feira franca, estradas, etc)?

Não sei.

A.4. Pessoalmente atribuiu valor *patrimonial* ao castelo?

SIM ☒

NÃO ☐

A.5. Considera que os habitantes da localidade e região têm consciência do valor histórico-patrimonial do castelo e o valorizam como tal?

SIM ☒

NÃO ☐

A.5.1. Que razões aponta para tal?

O castelo é o ícone de Mogadouro.

B. COMÉRCIO E ECONOMIA

B.1. De que forma a presença do castelo, e consequente divulgação do mesmo, pode afectar o comércio e economia locais?

Através das visitas, podem ficar cá um ou dois dias, comprando ou despendendo algum dinheiro na região.

B.2. Vê a afluência de visitantes, gerada pelo castelo, como solução a médio e longo prazo para o comércio e economia locais?

SIM ☒

NÃO ☐

B.3. Como avalia o impacto da intervenção no castelo em termos de comércio e economia locais?

A intervenção não teve impacto. Notou-se, ainda, uma menor afluência de visitantes em relação a anos anteriores.

B.4. Considera que há impacto da promoção do castelo, e consequente afluência de visitantes, na vida quotidiana e na qualidade de vida da localidade nos últimos anos?

Não há impacto.

C. GESTÃO DO PATRIMÓNIO

C.1. Os habitantes participaram no processo de decisão da intervenção?

SIM ☐

NÃO ☐

NÃO SABE ☒

C.1.1. Se sim, de que forma?

Não aplicável.

C.2. Considera importante uma participação cívica no processo de decisão da intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

C.2.1 Porquê?

As pessoas podem conhecer a intervenção e assim divulgar, para uma maior afluência de turistas.

C.3. Existe participação dos habitantes na gestão e divulgação do castelo?

SIM ☒

Se sim, de que forma?

O município é o principal agente de divulgação.

NÃO ☐

C.3.1. Se sim, houve impacto desse contributo?

SIM ☐

Como avalia esse impacto?

Não aplicável.

NÃO ☒

C.4. Existe algum contributo, da sua parte, para a preservação e divulgação do *património*?

SIM ☒

Se sim, qual?

Através da divulgação com outras pessoas.

NÃO ☐

C.4.1. Se não, considera que deveria dar algum contributo?

SIM ☐

Se sim, qual?

Não aplicável.

NÃO ☐

C.5. Qual o futuro que prevê para o castelo no contexto actual de crise (no que toca à manutenção e à responsabilidade de preservar e divulgar o mesmo)?

Comparando com 2008/2009 os turistas têm diminuído. A perspectiva é que o município tenha uma acção continuada na preservação e divulgação do património.

D. INTERVENÇÃO ARQUITECTÓNICA

D.1. Já visitou a intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

D.2. Conhece o arquitecto ou algum outro facto sobre a intervenção?

SIM ☐

Se sim, qual?

Não aplicável.

NÃO ☒

Nota: se a resposta foi “não” às alíneas D1 e D2, por favor avançar para a alínea D5.

D.3. Como avalia a intervenção quanto à funcionalidade e utilidade da mesma?

Não respondeu.

D.4. Que grau de mudança existe entre a nova intervenção e a imagem e memória anterior do castelo?

Não respondeu.

D.5. Considera importante a preservação do *património* para as gerações futuras?

SIM ☒

NÃO ☐

D.5.1. Se sim, de que forma as mesmas podem beneficiar disso?

Podem beneficiar a nível cultural.

D.6. Existe, na sua opinião, algum uso mais adequado para o espaço do castelo?

Deveria ter um uso cultural e de visitas.

ENTREVISTA | MODELO I

DATA: 13 de Setembro 2013

ESTUDO DE CASO/LOCAL: Mogadouro

ENTREVISTADO: MOG-I-04, Mas., técnico de turismo.

A. IMPORTÂNCIA HISTÓRICO-PATRIMONIAL

A.1. Considera que o castelo foi importante no contexto da História nacional?

SIM ☒
NÃO ☐
NÃO SABE ☐

A.2. Conhece alguns factos sobre a história do castelo?

SIM ☐

Se sim, quais?

NÃO ☒

Nota: se a resposta foi “não”/“não sabe” às alíneas A1 e A2, por favor avançar para a alínea A5.

A.3. Considera que a presença do castelo contribuiu para o desenvolvimento da localidade e do território (exemplo: carta de foral, feira franca, estradas, etc)?

Sim.

A.4. Pessoalmente atribuiu valor *patrimonial* ao castelo?

SIM ☒
NÃO ☐

A.5. Considera que os habitantes da localidade e região têm consciência do valor histórico-*patrimonial* do castelo e o valorizam como tal?

SIM ☒
NÃO ☐

A.5.1. Que razões aponta para tal?

O castelo de Mogadouro é o ícone da vila.

B. COMÉRCIO E ECONOMIA

B.2. Vê a afluência de visitantes, gerada pelo castelo, como solução a médio e longo prazo para o comércio e economia locais?

SIM ☒

NÃO ☐

B.3. Como avalia o impacto da intervenção no castelo em termos de comércio e economia locais?

A intervenção originou um fluxo significativo de visitantes ao castelo de Mogadouro, é o principal balanço até à data, não se verificando um impacto directo e relevante no comércio e economia locais.

B.4. Considera que há impacto da promoção do castelo, e consequente afluência de visitantes, na vida quotidiana e na qualidade de vida da localidade nos últimos anos?

Actualmente não, mas já houve.

C. GESTÃO DO PATRIMÓNIO

C.2. Considera importante uma participação cívica no processo de decisão da intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

C.2.1 Porquê?

Considero importante uma participação das populações.

C.4. Existe algum contributo, da sua parte, para a preservação e divulgação do *património*?

SIM ☐

Se sim, qual?

NÃO ☒

C.4.1. Se não, considera que deveria dar algum contributo?

SIM ☐

Se sim, qual?

O entrevistado não respondeu.

NÃO ☐

C.5. Qual o futuro que prevê para o castelo no contexto actual de crise (no que toca à manutenção e à responsabilidade de preservar e divulgar o mesmo)?

A aposta vai ser a promoção turística, e espero que contribua para uma maior desenvolvimento na região.

D. INTERVENÇÃO ARQUITECTÓNICA

D.1. Já visitou a intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

D.2. Conhece o arquitecto ou algum outro facto sobre a intervenção?

SIM ☐

Se sim, qual?

Não aplicável.

NÃO ☒

Nota: se a resposta foi “não” às alíneas D1 e D2, por favor avançar para a alínea D5.

D.3. Como avalia a intervenção quanto à funcionalidade e utilidade da mesma?

A intervenção foi positiva pois travou a degradação do castelo, e promoveu mais visitas, aumentando o turismo,

D.4. Que grau de mudança existe entre a nova intervenção e a imagem e memória anterior do castelo?

O grau de mudança é muito pouco, a estrutura e imagem do castelo mantiveram-se.

D.5. Considera importante a preservação do *património* para as gerações futuras?

SIM ☒

NÃO ☐

D.5.1. Se sim, de que forma as mesmas podem beneficiar disso?

Os jovens valorizam mais o património, têm mais consciência da importância desse património, e o município organiza visitas temáticas com as escolas para clarificar e educar nesse sentido.

D.6. Existe, na sua opinião, algum uso mais adequado para o espaço do castelo?

A intervenção foi bem conseguida, mas a área de protecção, a área envolvente do castelo, necessitava de uma requalificação, para melhorar o castelo no seu conjunto, parte que a câmara municipal não pode intervir, tentando no entanto, fazer o possível por manter limpa essa zona.

Anexo 5.

ENTREVISTA | MODELO I

DATA: 9 de Outubro 2013

ESTUDO DE CASO/LOCAL: Trancoso

ENTREVISTADO: TRA-I-01, Fem., 30-40, técnica de turismo.

A. IMPORTÂNCIA HISTÓRICO-PATRIMONIAL

A.1. Considera que o castelo foi importante no contexto da História nacional?

SIM ☒
NÃO ☐
NÃO SABE ☐

A.2. Conhece alguns factos sobre a história do castelo?

SIM ☒

Se sim, quais?

O primeiro facto documentado do castelo data do século X, no testamento de D. Flâmula, porém estudos recentes provam que é muito mais antigo. A capela de Santa Bárbara, o teatro de Santa Bárbara.

NÃO ☐

Nota: se a resposta foi "não"/"não sabe" às alíneas A1 e A2, por favor avançar para a alínea A5.

A.3. Considera que a presença do castelo contribuiu para o desenvolvimento da localidade e do território (exemplo: carta de foral, feira franca, estradas, etc)?

Sim. A primeira Carta de foral contribuiu para o repovoamento, a segunda carta de foral para a recolha de rendas e direitos. A feira franca contribuiu para uma intensa actividade comercial, mantendo-se até aos dias de hoje (mercado semanal às sextas-feiras), tendo também ligação com a forte concentração judaica.

A.4. Pessoalmente atribuiu valor *patrimonial* ao castelo?

SIM ☒
NÃO ☐

A.5. Considera que os habitantes da localidade e região têm consciência do valor histórico-*patrimonial* do castelo e o valorizam como tal?

SIM ☐

NÃO ☒

A.5.1. Que razões aponta para tal?

Não se dá valor ao património existente. A prová-lo está a má preservação e valorização do mesmo.

B. COMÉRCIO E ECONOMIA

B.1. De que forma a presença do castelo, e consequente divulgação do mesmo, pode afectar o comércio e economia locais?

Trazendo um maior número de visitantes à cidade.

B.2. Vê a afluência de visitantes, gerada pelo castelo, como solução a médio e longo prazo para o comércio e economia locais?

SIM ☒

NÃO ☐

B.3. Como avalia o impacto da intervenção no castelo em termos de comércio e economia locais?

Tem gerado maior número de visitantes.

B.4. Considera que há impacto da promoção do castelo, e consequente afluência de visitantes, na vida quotidiana e na qualidade de vida da localidade nos últimos anos?

Tem sido mínimo mas é óbvio que ajuda.

C. GESTÃO DO PATRIMÓNIO

C.1. Os habitantes participaram no processo de decisão da intervenção?

SIM ☐

NÃO ☒

NÃO SABE ☐

C.1.1. Se sim, de que forma?

Não aplicável.

C.2. Considera importante uma participação cívica no processo de decisão da intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

C.2.1 Porquê?

O facto de contribuírem para a preservação já é benéfico.

C.3. Existe participação dos habitantes na gestão e divulgação do castelo?

SIM ☒

Se sim, de que forma?

Talvez haja divulgação, referindo o castelo a amigos e familiares.

NÃO ☐

C.3.1. Se sim, houve impacto desse contributo?

SIM ☒

Como avalia esse impacto?

Tem havido um acréscimo de visitantes.

NÃO ☐

C.4. Existe algum contributo, da sua parte, para a preservação e divulgação do *património*?

SIM ☒

Se sim, qual?

Fazer parte integrante de uma visita, bem como é sempre recomendado como local a visitar.

NÃO ☐

C.4.1. Se não, considera que deveria dar algum contributo?

SIM ☐

Se sim, qual?

Não aplicável.

NÃO ☐

C.5. Qual o futuro que prevê para o castelo no contexto actual de crise (no que toca à manutenção e à responsabilidade de preservar e divulgar o mesmo)?

Alguma dificuldade a nível da manutenção, porque a nível turístico acredito que, se não aumentar, pelo menos se irá manter.

D. INTERVENÇÃO ARQUITECTÓNICA

D.1. Já visitou a intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

D.2. Conhece o arquitecto ou algum outro facto sobre a intervenção?

SIM ☐

Se sim, qual?

Não aplicável.

NÃO ☒

Nota: se a resposta foi “não” às alíneas D1 e D2, por favor avançar para a alínea D5.

D.3. Como avalia a intervenção quanto à funcionalidade e utilidade da mesma?

A entrevistada não respondeu.

D.4. Que grau de mudança existe entre a nova intervenção e a imagem e memória anterior do castelo?

A entrevistada não respondeu.

D.5. Considera importante a preservação do *património* para as gerações futuras?

SIM ☒

NÃO ☐

D.5.1. Se sim, de que forma as mesmas podem beneficiar disso?

Podem beneficiar a nível cultural.

D.6. Existe, na sua opinião, algum uso mais adequado para o espaço do castelo?

Qualquer tipo de actividade, desde que bem estruturada e que não signifique a degradação do Castelo pode ser efectuada naquele local.

ENTREVISTA | MODELO I

DATA: 9 de Outubro 2013

ESTUDO DE CASO/LOCAL: Trancoso

ENTREVISTADO: TRA-I-02, Fem., 40-50, auxiliar de serviços gerais.

A. IMPORTÂNCIA HISTÓRICO-PATRIMONIAL

A.1. Considera que o castelo foi importante no contexto da História nacional?

SIM ☒
NÃO ☐
NÃO SABE ☐

A.2. Conhece alguns factos sobre a história do castelo?

SIM ☒

Se sim, quais?

Conheço a história de João Tição, uma lenda sobre um jovem guerreiro.

NÃO ☐

Nota: se a resposta foi “não”/“não sabe” às alíneas A1 e A2, por favor avançar para a alínea A5.

A.3. Considera que a presença do castelo contribuiu para o desenvolvimento da localidade e do território (exemplo: carta de foral, feira franca, estradas, etc)?

Sim, porque traz muitos turistas de todos os pontos do país, bem como estrangeiros.

A.4. Pessoalmente atribuiu valor *patrimonial* ao castelo?

SIM ☒
NÃO ☐

A.5. Considera que os habitantes da localidade e região têm consciência do valor histórico-*patrimonial* do castelo e o valorizam como tal?

SIM ☒
NÃO ☐

A.5.1. Que razões aponta para tal?

Acho que sim, as pessoas sabem que o castelo em tempos foi muito importante nas grandes batalhas que se travaram, portanto hoje em dia é o tesouro e relíquia da cidade e os habitantes têm consciência disso.

B. COMÉRCIO E ECONOMIA

B.1. De que forma a presença do castelo, e consequente divulgação do mesmo, pode afectar o comércio e economia locais?

As pessoas que vêm visitá-lo aproveitam a ida ao comércio tradicional, embora esse mesmo comércio esteja em vias de extinção devido às grandes superfícies.

B.2. Vê a afluência de visitantes, gerada pelo castelo, como solução a médio e longo prazo para o comércio e economia locais?

SIM ☒

NÃO ☐

B.3. Como avalia o impacto da intervenção no castelo em termos de comércio e economia locais?

O castelo é uma mais-valia para a cidade de Trancoso, portanto quem vem acaba por fazer compras no centro da cidade.

B.4. Considera que há impacto da promoção do castelo, e consequente afluência de visitantes, na vida quotidiana e na qualidade de vida da localidade nos últimos anos?

Sim, se não fosse o turismo e a promoção do mesmo o castelo, assim como outros monumentos, passariam despercebidos.

C. GESTÃO DO PATRIMÓNIO

C.1. Os habitantes participaram no processo de decisão da intervenção

SIM ☐

NÃO ☐

NÃO SABE ☒

C.1.1. Se sim, de que forma?

Não aplicável.

C.2. Considera importante uma participação cívica no processo de decisão da intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

C.2.1 Porquê?

Por vezes os populares também deviam ser ouvidos nas questões do património.

C.3. Existe participação dos habitantes na gestão e divulgação do castelo?

SIM ☒

Se sim, de que forma?

Quando alguém vem visitar nós indicamos o castelo como principal atracção turística.

NÃO ☐

C.3.1. Se sim, houve impacto desse contributo?

SIM ☒

Como avalia esse impacto?

Houveram mais visitantes.

NÃO ☐

C.4. Existe algum contributo, da sua parte, para a preservação e divulgação do *património*?

SIM ☒

Se sim, qual?

Quando falo da cidade noutros locais tento divulgar o património.

NÃO ☐

C.4.1. Se não, considera que deveria dar algum contributo?

SIM ☐

Se sim, qual?

Não aplicável.

NÃO ☐

C.5. Qual o futuro que prevê para o castelo no contexto actual de crise (no que toca à manutenção e à responsabilidade de preservar e divulgar o mesmo)?

Acho que devido à crise económica que se faz sentir os órgãos responsáveis não terão meios de fazer a manutenção que o castelo precisará, seria urgente que houvesse intervenção desses mesmos órgãos no sentido de o preservar.

D. INTERVENÇÃO ARQUITECTÓNICA

D.1. Já visitou a intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

D.2. Conhece o arquitecto ou algum outro facto sobre a intervenção?

SIM ☒

Se sim, qual?

Foi o arquitecto Gonçalo Byrne.

NÃO ☐

Nota: se a resposta foi “não” às alíneas D1 e D2, por favor avançar para a alínea D5.

D.3. Como avalia a intervenção quanto à funcionalidade e utilidade da mesma?

Gosto da alteração das escadas da torre mas as pedras da entrada acho que não têm nada a ver com o próprio castelo.

D.4. Que grau de mudança existe entre a nova intervenção e a imagem e memória anterior do castelo?

Antigamente o castelo era habitado dentro das muralhas e hoje é somente um ponto de referência ao nosso turismo.

D.5. Considera importante a preservação do *património* para as gerações futuras?

SIM ☒

NÃO ☐

D.5.1. Se sim, de que forma as mesmas podem beneficiar disso?

Sim, claro que queremos deixar o nosso testemunho aos nossos jovens, de que preservar o património será bom para eles, temos a obrigação de revelar e dar a conhecer a história da nossa cidade.

D.6. Existe, na sua opinião, algum uso mais adequado para o espaço do castelo?

Sim. Deveria ser mais utilizado em eventos tais como feiras medievais e outros eventos culturais.

ENTREVISTA | MODELO I

DATA: 9 de Outubro 2013

ESTUDO DE CASO/LOCAL: Trancoso

ENTREVISTADO: TRA-I-03, Mas., 30-40, bibliotecário.

A. IMPORTÂNCIA HISTÓRICO-PATRIMONIAL

A.1. Considera que o castelo foi importante no contexto da História nacional?

SIM ☒
NÃO ☐
NÃO SABE ☐

A.2. Conhece alguns factos sobre a história do castelo?

SIM ☒

Se sim, quais?

O roubo da bandeira dos mouros por João Tição e posterior lançamento para lá das muralhas do castelo, para enfraquecer as forças dos muçulmanos.

NÃO ☐

Nota: se a resposta foi “não”/“não sabe” às alíneas A1 e A2, por favor avançar para a alínea A5.

A.3. Considera que a presença do castelo contribuiu para o desenvolvimento da localidade e do território (exemplo: carta de foral, feira franca, estradas, etc)?

Sim. Marco do poder local, como praça-forte e defesa da fronteira portuguesa.

A.4. Pessoalmente atribuiu valor *patrimonial* ao castelo?

SIM ☒
NÃO ☐

A.5. Considera que os habitantes da localidade e região têm consciência do valor histórico-*patrimonial* do castelo e o valorizam como tal?

SIM ☐
NÃO ☒

A.5.1. Que razões aponta para tal?

Desinteresse.

B. COMÉRCIO E ECONOMIA

B.1. De que forma a presença do castelo, e consequente divulgação do mesmo, pode afectar o comércio e economia locais?

Julgo que tem um papel muito pequeno, pois a visita ao castelo demora 5 minutos. Para além do monumento pouco mais oferece ao turista.

B.2. Vê a afluência de visitantes, gerada pelo castelo, como solução a médio e longo prazo para o comércio e economia locais?

SIM ☐

NÃO ☒

B.3. Como avalia o impacto da intervenção no castelo em termos de comércio e economia locais?

O impacto não é grande, no entanto a imagem passado ao turista actual é muito mais favorável que antes da intervenção.

B.4. Considera que há impacto da promoção do castelo, e consequente afluência de visitantes, na vida quotidiana e na qualidade de vida da localidade nos últimos anos?

Considero que tem beneficiado os turistas e marginalmente a economia. No entanto a imagem guardada é muito favorável.

C. GESTÃO DO PATRIMÓNIO

C.1. Os habitantes participaram no processo de decisão da intervenção?

SIM ☐

NÃO ☒

NÃO SABE ☐

C.1.1. Se sim, de que forma?

Não aplicável.

C.2. Considera importante uma participação cívica no processo de decisão da intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

C.2.1 Porquê?

Só com uma verdadeira participação cívica temos uma verdadeira apropriação e valorização do património local e nacional.

C.3. Existe participação dos habitantes na gestão e divulgação do castelo?

SIM ☐

Se sim, de que forma?

NÃO ☒

C.3.1. Se sim, houve impacto desse contributo?

SIM ☐

Como avalia esse impacto?

Não aplicável.

NÃO ☐

C.4. Existe algum contributo, da sua parte, para a preservação e divulgação do *património*?

SIM ☒

Se sim, qual?

As actividades do Centro Cultural onde trabalho têm promovido periodicamente actividades que contemplem o conhecimento e a visita ao local.

NÃO ☐

C.4.1. Se não, considera que deveria dar algum contributo?

SIM ☐

Se sim, qual?

Não aplicável.

NÃO ☐

C.5. Qual o futuro que prevê para o castelo no contexto actual de crise (no que toca à manutenção e à responsabilidade de preservar e divulgar o mesmo)?

Depende da importância que o Município atribuir.

D. INTERVENÇÃO ARQUITECTÓNICA

D.1. Já visitou a intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

D.2. Conhece o arquitecto ou algum outro facto sobre a intervenção?

SIM ☒

Se sim, qual?

O arquitecto.

NÃO ☐

Nota: se a resposta foi “não” às alíneas D1 e D2, por favor avançar para a alínea D5.

D.3. Como avalia a intervenção quanto à funcionalidade e utilidade da mesma?

Parece-me interessante e atractivo. No entanto a torre de menagem podia ser dinâmica e luminosa.

D.4. Que grau de mudança existe entre a nova intervenção e a imagem e memória anterior do castelo?

É substancialmente melhor.

D.5. Considera importante a preservação do *património* para as gerações futuras?

SIM ☒

NÃO ☐

D.5.1. Se sim, de que forma as mesmas podem beneficiar disso?

Conhecer o passado é cimentar relações com o futuro.

D.6. Existe, na sua opinião, algum uso mais adequado para o espaço do castelo?

Julgo que o que tem ocorrido é interessante.

ENTREVISTA | MODELO II

DATA: 9 de Outubro 2013

ESTUDO DE CASO/LOCAL: Trancoso

ENTREVISTADO: TRA-II-01, Fem., arqueóloga.

A. IMPORTÂNCIA HISTÓRICO-PATRIMONIAL

A.1. Considera que a presença do castelo contribuiu para o desenvolvimento da localidade e do território (exemplo: carta de foral, feira franca, vias principais, etc)?

Sim, a fortificação foi o motor de desenvolvimento, tal como depois as vias que ligam outras localidades, a questão geográfica de Trancoso é muito importante para o desenvolvimento da localidade.

A.2. Considera que os habitantes da localidade e região têm consciência do valor histórico-*patrimonial* do castelo e o valorizam como tal?

SIM ☒

NÃO ☐

A.2.1. Que razões aponta para tal?

O castelo é o monumento mais emblemático da localidade. Existe, por exemplo, interesse da população em saber o que está a ser feito nas escavações arqueológicas no castelo.

B. COMÉRCIO E ECONOMIA

B.1. De que forma a presença do castelo, e consequente divulgação do mesmo, pode afectar o comércio e economia locais?

Qualquer turista tem interesse em visitar o castelo, no entanto há falta de estratégias em atrair diversos tipos de turismo e responder aos interesses desses mesmos grupos – o turismo, actualmente, não tem qualquer impacto no comércio e economia locais. O comércio actual continua a ser conservador e não adere a novas iniciativas, teria portanto de haver uma estratégia que englobasse todos estes aspectos.

B.2. Vê a afluência de mais visitantes, sobretudo aquela gerada pelo castelo, como solução a médio e longo prazo para o comércio e economia locais?

SIM ☐

NÃO ☐

Obs.: Depende do tipo de turismo e da forma como é gerida a atractividade do local perante diferentes públicos, visitar um local (bem como o número de visitantes) não tem ainda reflexos reais na melhoria do comércio e riqueza.

B.3. Como avalia o impacto da recente intervenção no castelo em termos de comércio e economia locais?

A intervenção é muito recente, as obras terminaram em 2010, e não há ainda dados que possam dar uma perspectiva sobre essa questão. No entanto, após a intervenção têm sido recolhidos dados sobre o número de visitantes, proveniência, etc. Até ao momento os dados mostram em grande percentagem que existe sobretudo turismo nacional, e poderá ser um indicador para uma futura estratégia. Antes da intervenção não existem dados, o que torna difícil uma comparação do período antes e depois da intervenção.

B.4. Houve algum tipo de impacto da promoção do castelo e consequente afluência de visitantes na vida quotidiana e na qualidade de vida da localidade nos últimos anos?

Não.

C. GESTÃO DO *PATRIMÓNIO*

C.1. Quais os factores que mais influenciaram os critérios da intervenção no castelo e a decisão de intervir (fundos monetários disponíveis, condicionalismos no processo de projecto, etc)?

Um dos factores foi o enquadramento da intervenção no âmbito das Aldeias Históricas.

C.2. Os habitantes participaram no processo de decisão de intervenção?

SIM ☐

NÃO ☒

C.2.1. Se sim, de que forma?

Não aplicável.

C.3. Considera importante uma participação cívica no processo de decisão da intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

C.3.1. Porquê?

Concordo, no entanto, no caso de Trancoso, era necessário que houvesse uma estratégia prévia nesse sentido entre os diferentes organismos para que a participação cívica fosse possível.

C.4. Existe participação dos habitantes na gestão e divulgação do *património* local (incluindo o castelo)?

SIM ☐

De que forma?

Não aplicável.

NÃO ☒

C.4.1. Se sim, houve impacto desse contributo?

SIM ☐

Como avalia esse impacto?

NÃO ☐

C.5. Qual o futuro que prevê para o castelo no contexto actual de crise (no que toca à manutenção e à responsabilidade de preservar e divulgar o mesmo)?

Há imensos projectos de revalorização do castelo através de núcleos museológicos, por exemplo, que possam explicitar tudo o que foi encontrado até ao momento no castelo, toda a investigação efectuada até agora, com o principal propósito de educar o público e tornar a visita ao castelo ainda mais interessante e proveitosa.

C.6. Quais os principais pontos que caracterizam a atitude das autoridades competentes em relação ao castelo no que toca à divulgação, promoção e informação para o público nos anos mais recentes?

Foram colocados painéis informativos no recinto do castelo para um melhor esclarecimento das descobertas arqueológicas e da evolução do castelo, para que os visitantes tenham consciência dos estados anteriores do castelo e entendam, por exemplo, o que feito durante o Estado Novo.

Há também um trabalho contínuo com as escolas no sentido da educação e explicação da história do castelo.

C.7. Existe algum impacto da intervenção no castelo em outros aspectos da localidade além do comércio?

SIM ☐

NÃO ☒

C.7.1. Se sim, como o caracteriza?

Não aplicável.

D. INTERVENÇÃO ARQUITECTÓNICA

D.1. Como avalia a intervenção quanto à funcionalidade e utilidade da mesma?

Os materiais utilizados não foram a melhor escolha, devido à pouca durabilidade, e a opção de uso e intervenção da torre de menagem não foi a mais adequada.

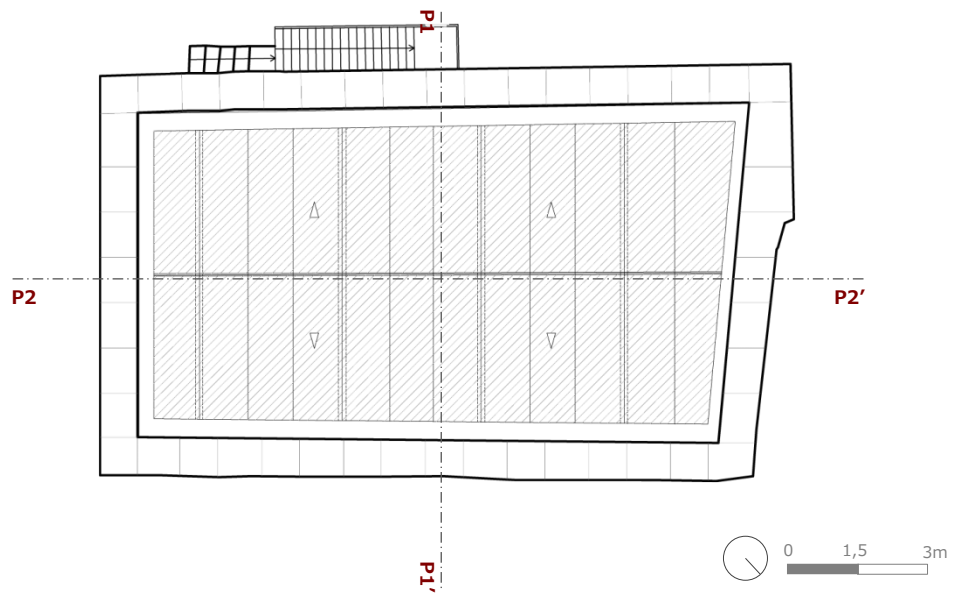
D.2. Considera que a recente intervenção alterou, de algum modo, a imagem ou a memória do castelo?

Sim, principalmente no que toca à intervenção na torre de menagem, um dos monumentos mais singulares a nível regional e nacional, e um símbolo para a população e para a própria localidade. A leitura da torre de menagem foi bastante alterada.

D.3. Existe, na sua opinião, alguma alternativa mais adequada ao uso do espaço do castelo?

Sim, desenvolver mais actividades de educação do público e poder aproveitar toda a investigação feita para uma visita mais completa, como disse anteriormente.

Anexo 6.



Planta da cobertura.
Adaptado pela autora.

Documento original cedido pelo arquitecto Ivo Borrego.

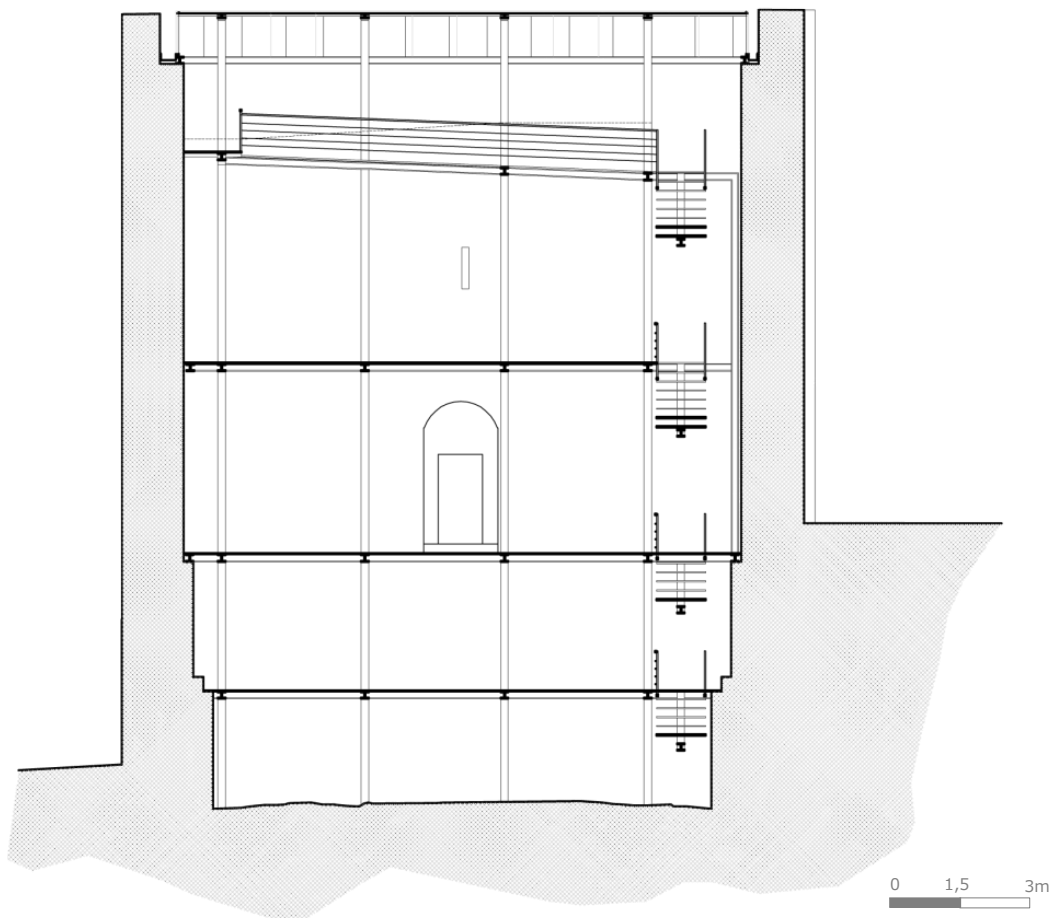
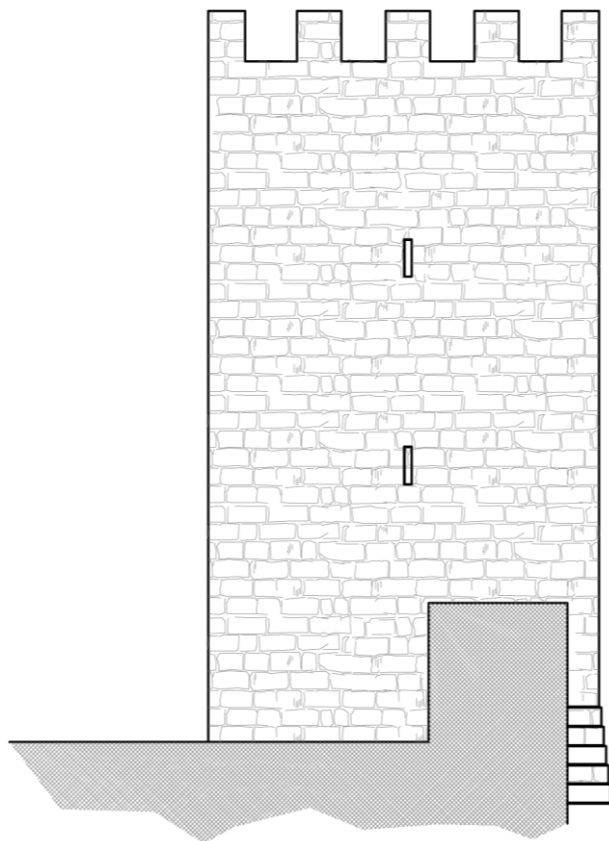


Figura 7.87.
Perfil 2.

Adaptado pela autora.

Documento original cedido pelo arquitecto Ivo Borrego.

Anexos

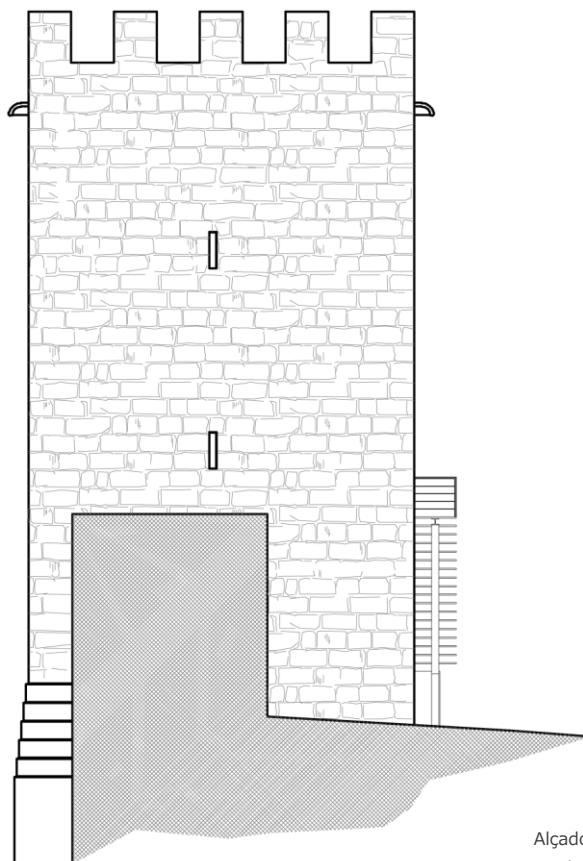


0 1,5 3m

Alçado lateral direito.

Adaptado pela autora.

Documento original cedido pelo arquitecto Ivo Borrego.

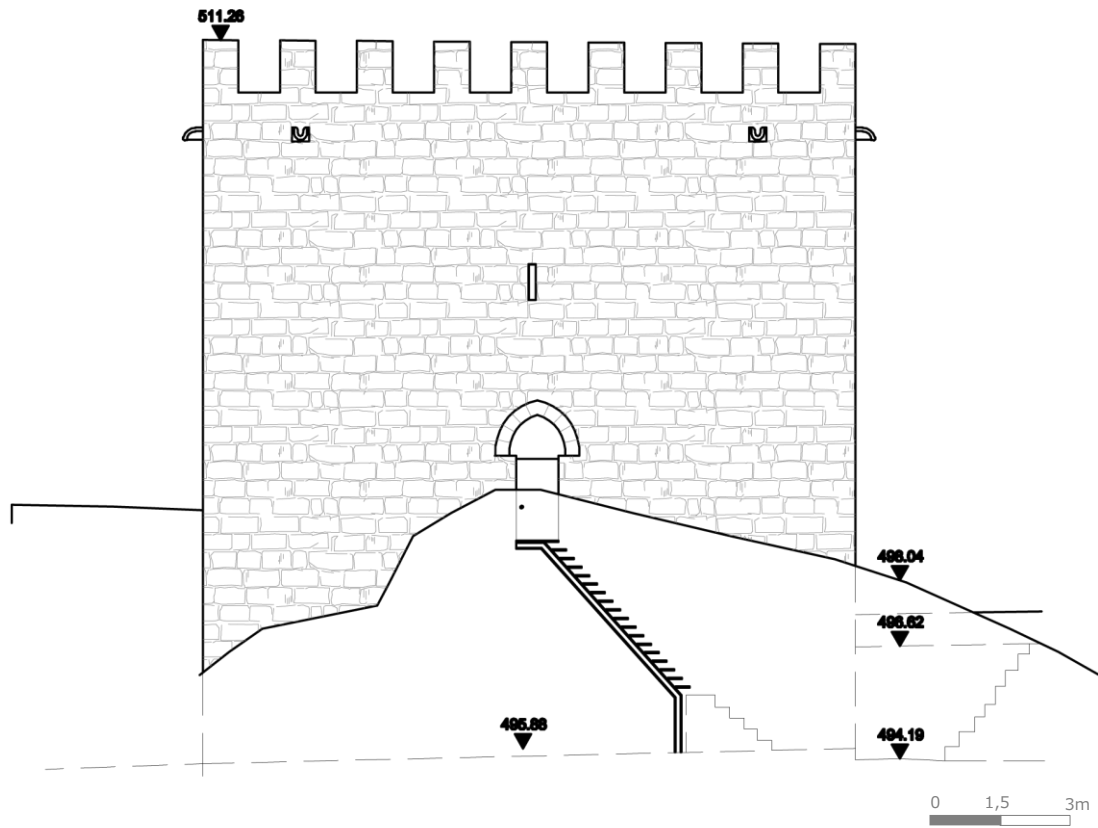


0 1,5 3m

Alçado lateral esquerdo.

Adaptado pela autora.

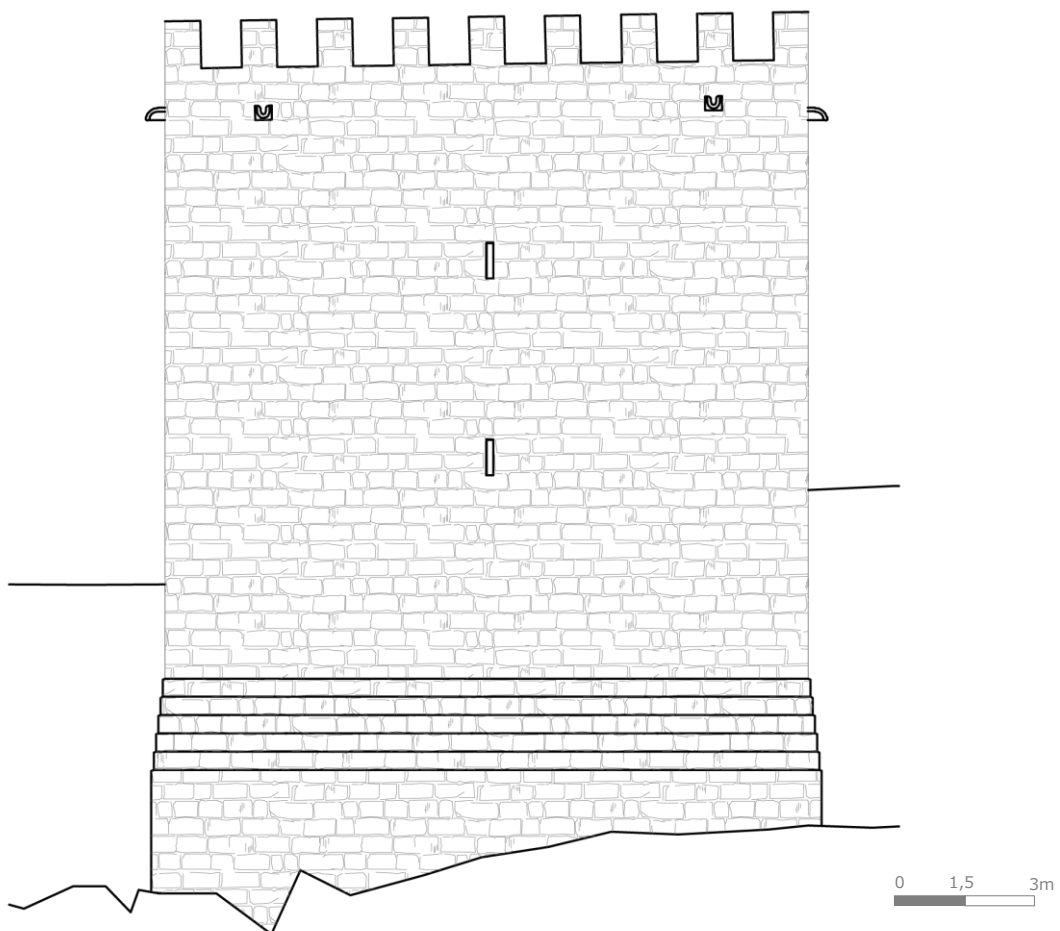
Documento original cedido pelo arquitecto Ivo Borrego.



Alçado frontal.

Adaptado pela autora.

Documento original cedido pelo arquitecto Ivo Borrego.



Alçado posterior.

Adaptado pela autora.

Documento original cedido pelo arquitecto Ivo Borrego.

Anexo 7.

ENTREVISTA | MODELO I

DATA: 10 de Outubro 2013

ESTUDO DE CASO/LOCAL: Celorico da Beira

ENTREVISTADO: CEL-I-01, Fem., 60-70, comerciante.

A. IMPORTÂNCIA HISTÓRICO-PATRIMONIAL

A.1. Considera que o castelo foi importante no contexto da História nacional?

SIM ☒
NÃO ☐
NÃO SABE ☐

A.2. Conhece alguns factos sobre a história do castelo?

SIM ☐

Se sim, quais?

Não aplicável.

NÃO ☒

Nota: se a resposta foi “não”/“não sabe” às alíneas A1 e A2, por favor avançar para a alínea A5.

A.3. Considera que a presença do castelo contribuiu para o desenvolvimento da localidade e do território (exemplo: carta de foral, feira franca, estradas, etc)?

Sim, o castelo é muito importante e muito antigo.

A.4. Pessoalmente atribuiu valor *patrimonial* ao castelo?

SIM ☒
NÃO ☐

A.5. Considera que os habitantes da localidade e região têm consciência do valor histórico-*patrimonial* do castelo e o valorizam como tal?

SIM ☒
NÃO ☐

A.5.1. Que razões aponta para tal?

É uma coisa importante, o castelo. O castelo é muito bom aqui em Celorico senão ficávamos sem nada.

B. COMÉRCIO E ECONOMIA

B.1. De que forma a presença do castelo, e consequente divulgação do mesmo, pode afectar o comércio e economia locais?

Acho que pode ser bom para os comércios, vem sempre muita gente visitar o castelo durante o ano.

B.2. Vê a afluência de visitantes, gerada pelo castelo, como solução a médio e longo prazo para o comércio e economia locais?

SIM ☒

NÃO ☐

B.3. Como avalia o impacto da intervenção no castelo em termos de comércio e economia locais?

Não houve impacto. Antes havia muitos turistas e compravam mais. A intervenção trouxe mais gente mas para o comércio não, por causa da crise. As pessoas agora gostam mais do castelo e até há mais orgulho em dizer às pessoas para irem visitá-lo.

B.4. Considera que há impacto da promoção do castelo, e consequente afluência de visitantes, na vida quotidiana e na qualidade de vida da localidade nos últimos anos?

Não foi bem o castelo, foram as obras para o parque de estacionamento no centro da vila, antes paravam muitos autocarros lá e o comércio era muito favorecido com isso, com muitos turistas que passavam cá. Agora só dá para 2 autocarros e quase ninguém passa cá, e os outros comerciantes também dizem o mesmo.

C. GESTÃO DO PATRIMÓNIO

C.1. Os habitantes participaram no processo de decisão da intervenção?

SIM ☐

NÃO ☒

NÃO SABE ☐

C.1.1. Se sim, de que forma?

Não aplicável.

C.2. Considera importante uma participação cívica no processo de decisão da intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

C.2.1 Porquê?

Eu penso que sim, acho que é bom.

C.3. Existe participação dos habitantes na gestão e divulgação do castelo?

SIM ☐

Se sim, de que forma?

NÃO ☒

C.3.1. Se sim, houve impacto desse contributo?

SIM ☐

Como avalia esse impacto?

Não aplicável.

NÃO ☐

C.4. Existe algum contributo, da sua parte, para a preservação e divulgação do *património*?

SIM ☒

Se sim, qual?

Divulgo às pessoas que vêm cá à loja, principalmente depois da intervenção.

NÃO ☐

C.4.1. Se não, considera que deveria dar algum contributo?

SIM ☐

Se sim, qual?

Não aplicável.

NÃO ☐

C.5. Qual o futuro que prevê para o castelo no contexto actual de crise (no que toca à manutenção e à responsabilidade de preservar e divulgar o mesmo)?

Deviam continuar a deixá-lo aberto, se o castelo fecha ficamos sem nada. É muito importante que o castelo esteja aberto para visitar.

D. INTERVENÇÃO ARQUITECTÓNICA

D.1. Já visitou a intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

D.2. Conhece o arquitecto ou algum outro facto sobre a intervenção?

SIM ☐

Se sim, qual?

Não aplicável.

NÃO ☒

Nota: se a resposta foi “não” às alíneas D1 e D2, por favor avançar para a alínea D5.

D.3. Como avalia a intervenção quanto à funcionalidade e utilidade da mesma?

Eu considero que funciona, gosto da intervenção.

D.4. Que grau de mudança existe entre a nova intervenção e a imagem e memória anterior do castelo?

Alterou bem, agora as pessoas já podem visitar o castelo, têm acesso.

D.5. Considera importante a preservação do *património* para as gerações futuras?

SIM ☒

NÃO ☐

D.5.1. Se sim, de que forma as mesmas podem beneficiar disso?

Eu acho importante que se mantenha o património para os mais novos poderem usufruir como nós usufruímos, mas não sei qual será o futuro do castelo e do património.

D.6. Existe, na sua opinião, algum uso mais adequado para o espaço do castelo?

Acho que o castelo está bem assim, com a nova intervenção.

ENTREVISTA | MODELO I

DATA: 10 de Outubro 2013

ESTUDO DE CASO/LOCAL: Celorico da Beira

ENTREVISTADO: CEL-I-02, Fem., 70-80, comerciante.

A. IMPORTÂNCIA HISTÓRICO-PATRIMONIAL

A.1. Considera que o castelo foi importante no contexto da História nacional?

SIM ☒
NÃO ☐
NÃO SABE ☐

A.2. Conhece alguns factos sobre a história do castelo?

SIM ☒

Se sim, quais?

Eu nasci e cresci mesmo ao lado do castelo e era eu, quando era criança, que abria o castelo aos turistas, portugueses e estrangeiros, conheço a história e muito bem o castelo e o espaço no interior.

NÃO ☐

Nota: se a resposta foi “não”/“não sabe” às alíneas A1 e A2, por favor avançar para a alínea A5.

A.3. Considera que a presença do castelo contribuiu para o desenvolvimento da localidade e do território (exemplo: carta de foral, feira franca, estradas, etc)?

Sim, sem qualquer dúvida.

A.4. Pessoalmente atribuiu valor *patrimonial* ao castelo?

SIM ☒
NÃO ☐

A.5. Considera que os habitantes da localidade e região têm consciência do valor histórico-*patrimonial* do castelo e o valorizam como tal?

SIM ☐
NÃO ☒

A.5.1. Que razões aponta para tal?

Não lhe dão muito valor. Contudo, depois de a Câmara Municipal ter feito obras no castelo houve comentários dos visitantes a dizerem que estava muito bem o castelo, muito bonito, ficaram mais interessadas e mais entusiasmadas.

B. COMÉRCIO E ECONOMIA

B.1. De que forma a presença do castelo, e consequente divulgação do mesmo, pode afectar o comércio e economia locais?

Foi uma grande vila, com muitos comerciantes mas hoje está estagnada, mesmo com os turistas, ninguém compra nada, são turistas de passagem.

B.2. Vê a afluência de visitantes, gerada pelo castelo, como solução a médio e longo prazo para o comércio e economia locais?

SIM ☐

NÃO ☒

B.3. Como avalia o impacto da intervenção no castelo em termos de comércio e economia locais?

Não houve impacto.

B.4. Considera que há impacto da promoção do castelo, e consequente afluência de visitantes, na vida quotidiana e na qualidade de vida da localidade nos últimos anos?

Não, as coisas continuam de forma igual.

C. GESTÃO DO PATRIMÓNIO

C.1. Os habitantes participaram no processo de decisão da intervenção?

SIM ☐

NÃO ☒

NÃO SABE ☐

C.1.1. Se sim, de que forma?

Não aplicável.

C.2. Considera importante uma participação cívica no processo de decisão da intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

C.2.1 Porquê?

Têm de haver vozes activas, e em tempos mais antigos isso notava-se mais, as pessoas eram mais intervenientes, mesmo nas obras cá da terra.

C.3. Existe participação dos habitantes na gestão e divulgação do castelo?

SIM ☐

Se sim, de que forma?

NÃO ☒

C.3.1. Se sim, houve impacto desse contributo?

SIM ☐

Como avalia esse impacto?

Não aplicável.

NÃO ☐

C.4. Existe algum contributo, da sua parte, para a preservação e divulgação do *património*?

SIM ☒

Se sim, qual?

Divulgo o castelo às pessoas.

NÃO ☐

C.4.1. Se não, considera que deveria dar algum contributo?

SIM ☐

Se sim, qual?

Não aplicável.

NÃO ☐

C.5. Qual o futuro que prevê para o castelo no contexto actual de crise (no que toca à manutenção e à responsabilidade de preservar e divulgar o mesmo)?

Não encontro entusiasmo e não se fazem lá coisas para dinamizar o castelo. E não creio que seja e será necessário um funcionário a tempo inteiro a trabalhar no castelo.

D. INTERVENÇÃO ARQUITECTÓNICA

D.1. Já visitou a intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

D.2. Conhece o arquitecto ou algum outro facto sobre a intervenção?

SIM ☐

Se sim, qual?

Não aplicável.

NÃO ☒

Nota: se a resposta foi “não” às alíneas D1 e D2, por favor avançar para a alínea D5.

D.3. Como avalia a intervenção quanto à funcionalidade e utilidade da mesma?

É bonita, de facto, mas o hábito da gente lá ir ou ver coisas, não vejo.

D.4. Que grau de mudança existe entre a nova intervenção e a imagem e memória anterior do castelo?

O castelo está igual, iluminado, mantém a mesma imagem. Mas foi feita uma obra na vila, no início do acesso à vila, uns blocos habitacionais, foi uma aberração, taparam o castelo, quando as pessoas chegam à vila não o conseguem ver.

D.5. Considera importante a preservação do *património* para as gerações futuras?

SIM ☒

NÃO ☐

D.5.1. Se sim, de que forma as mesmas podem beneficiar disso?

Eu gostava que nunca o deixassem chegar a um estado lastimoso e espero que continuem a reconhecer-lhe valor e a falar dele e a divulgá-lo também.

D.6. Existe, na sua opinião, algum uso mais adequado para o espaço do castelo?

Não, é para o que lá está, para visitas. Não tem muitas condições para colocar palcos e fazer uns concertos.

ENTREVISTA | MODELO I

DATA: 10 de Outubro 2013

ESTUDO DE CASO/LOCAL: Celorico da Beira.

ENTREVISTADO: CEL-I-03, Fem., 50-60, técnica de turismo.

A. IMPORTÂNCIA HISTÓRICO-PATRIMONIAL

A.1. Considera que o castelo foi importante no contexto da História nacional?

SIM ☒
NÃO ☐
NÃO SABE ☐

A.2. Conhece alguns factos sobre a história do castelo?

SIM ☒

Se sim, quais?

A lenda do castelo e toda a história a ele associada.

NÃO ☐

Nota: se a resposta foi “não”/“não sabe” às alíneas A1 e A2, por favor avançar para a alínea A5.

A.3. Considera que a presença do castelo contribuiu para o desenvolvimento da localidade e do território (exemplo: carta de foral, feira franca, estradas, etc)?

Sim, contribuiu para o desenvolvimento da localidade.

A.4. Pessoalmente atribuiu valor *patrimonial* ao castelo?

SIM ☒
NÃO ☐

A.5. Considera que os habitantes da localidade e região têm consciência do valor histórico-*patrimonial* do castelo e o valorizam como tal?

SIM ☒
NÃO ☐

A.5.1. Que razões aponta para tal?

A entrevistada não respondeu.

B. COMÉRCIO E ECONOMIA

B.1. De que forma a presença do castelo, e consequente divulgação do mesmo, pode afectar o comércio e economia locais?

Pode afectar positivamente o turismo e o comércio.

B.2. Vê a afluência de visitantes, gerada pelo castelo, como solução a médio e longo prazo para o comércio e economia locais?

SIM ☒

NÃO ☐

B.3. Como avalia o impacto da intervenção no castelo em termos de comércio e economia locais?

Houve mais impacto.

B.4. Considera que há impacto da promoção do castelo, e consequente afluência de visitantes, na vida quotidiana e na qualidade de vida da localidade nos últimos anos?

Sim.

C. GESTÃO DO PATRIMÓNIO

C.1. Os habitantes participaram no processo de decisão da intervenção?

SIM ☐

NÃO ☐

NÃO SABE ☒

C.1.1. Se sim, de que forma?

Não aplicável.

C.2. Considera importante uma participação cívica no processo de decisão da intervenção?

SIM ☐

NÃO ☒

C.2.1 Porquê?

Penso que compete às autoridades e entidades relacionadas com o património nacional.

C.3. Existe participação dos habitantes na gestão e divulgação do castelo?

SIM ☐

Se sim, de que forma?

NÃO ☒

C.3.1. Se sim, houve impacto desse contributo?

SIM ☐

Como avalia esse impacto?

Não aplicável.

NÃO ☐

C.4. Existe algum contributo, da sua parte, para a preservação e divulgação do *património*?

SIM ☒

Se sim, qual?

Na divulgação.

NÃO ☐

C.4.1. Se não, considera que deveria dar algum contributo?

SIM ☐

Se sim, qual?

Não aplicável.

NÃO ☐

C.5. Qual o futuro que prevê para o castelo no contexto actual de crise (no que toca à manutenção e à responsabilidade de preservar e divulgar o mesmo)?

Devido à crise acho difícil a sua manutenção.

D. INTERVENÇÃO ARQUITECTÓNICA

D.1. Já visitou a intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

D.2. Conhece o arquitecto ou algum outro facto sobre a intervenção?

SIM ☐

Se sim, qual?

Não aplicável.

NÃO ☒

Nota: se a resposta foi “não” às alíneas D1 e D2, por favor avançar para a alínea D5.

D.3. Como avalia a intervenção quanto à funcionalidade e utilidade da mesma?

A entrevistada não respondeu.

D.4. Que grau de mudança existe entre a nova intervenção e a imagem e memória anterior do castelo?

A entrevistada não respondeu.

D.5. Considera importante a preservação do *património* para as gerações futuras?

SIM ☒

NÃO ☐

D.5.1. Se sim, de que forma as mesmas podem beneficiar disso?

Faz parte do nosso património histórico.

D.6. Existe, na sua opinião, algum uso mais adequado para o espaço do castelo?

O uso a nível cultural.

ENTREVISTA | MODELO I

DATA: 10 de Outubro 2013

ESTUDO DE CASO/LOCAL: Celorico da Beira

ENTREVISTADO: CEL-I-04, Fem., 20-30, balconista.

A. IMPORTÂNCIA HISTÓRICO-PATRIMONIAL

A.1. Considera que o castelo foi importante no contexto da História nacional?

SIM ☒
NÃO ☐
NÃO SABE ☐

A.2. Conhece alguns factos sobre a história do castelo?

SIM ☐

Se sim, quais?

NÃO ☒

Nota: se a resposta foi “não”/“não sabe” às alíneas A1 e A2, por favor avançar para a alínea A5.

A.3. Considera que a presença do castelo contribuiu para o desenvolvimento da localidade e do território (exemplo: carta de foral, feira franca, estradas, etc)?

Sim, contribuiu não só para o desenvolvimento cultural da vila como também financeiro.

A.4. Pessoalmente atribuiu valor *patrimonial* ao castelo?

SIM ☒
NÃO ☐

A.5. Considera que os habitantes da localidade e região têm consciência do valor histórico-*patrimonial* do castelo e o valorizam como tal?

SIM ☐
NÃO ☒

A.5.1. Que razões aponta para tal?

As pessoas mais velhas lembram-se das suas origens e do passado, daí darem valor. Já os jovens estão um pouco desligados da história.

B. COMÉRCIO E ECONOMIA

B.1. De que forma a presença do castelo, e consequente divulgação do mesmo, pode afectar o comércio e economia locais?

A presença do castelo tem cativado os turistas e assim tem ajudado os pequenos comércios da vila a lucrar.

B.2. Vê a afluência de visitantes, gerada pelo castelo, como solução a médio e longo prazo para o comércio e economia locais?

SIM ☒

NÃO ☐

B.3. Como avalia o impacto da intervenção no castelo em termos de comércio e economia locais?

A intervenção no castelo faz chegar à vila bastantes turistas e leva-os sempre a consumir algo dos comércios.

B.4. Considera que há impacto da promoção do castelo, e consequente afluência de visitantes, na vida quotidiana e na qualidade de vida da localidade nos últimos anos?

O turismo tem feito com que as mentalidades das pessoas tenham mudado para melhor e que estejam mais atentas e simpáticas quando recebem os turistas.

C. GESTÃO DO PATRIMÓNIO

C.1. Os habitantes participaram no processo de decisão da intervenção?

SIM ☐

NÃO ☒

NÃO SABE ☐

C.1.1. Se sim, de que forma?

Não aplicável.

C.2. Considera importante uma participação cívica no processo de decisão da intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

C.2.1 Porquê?

É importante saber a opinião dos habitantes que de certa forma têm algum interesse na cultura e evolução da terra.

C.3. Existe participação dos habitantes na gestão e divulgação do castelo?

SIM ☒

Se sim, de que forma?

Comentam com familiares e amigos o aspecto e curiosidades do castelo.

NÃO ☐

C.3.1. Se sim, houve impacto desse contributo?

SIM ☒

Como avalia esse impacto?

Positivo.

NÃO ☐

C.4. Existe algum contributo, da sua parte, para a preservação e divulgação do *património*?

SIM ☒

Se sim, qual?

Trazer amigos e familiares não residentes na região para apreciarem o castelo e a paisagem.

NÃO ☐

C.4.1. Se não, considera que deveria dar algum contributo?

SIM ☐

Se sim, qual?

Não aplicável.

NÃO ☐

C.5. Qual o futuro que prevê para o castelo no contexto actual de crise (no que toca à manutenção e à responsabilidade de preservar e divulgar o mesmo)?

Talvez o castelo mantenha a sua importância devido à necessidade que os reformados sentem em passear e assim conhecer novos locais culturais.

D. INTERVENÇÃO ARQUITECTÓNICA

D.1. Já visitou a intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

D.2. Conhece o arquitecto ou algum outro facto sobre a intervenção?

SIM ☐

Se sim, qual?

Não aplicável.

NÃO ☒

Nota: se a resposta foi “não” às alíneas D1 e D2, por favor avançar para a alínea D5.

D.3. Como avalia a intervenção quanto à funcionalidade e utilidade da mesma?

A intervenção foi útil pois alargou o número de turistas na vila.

D.4. Que grau de mudança existe entre a nova intervenção e a imagem e memória anterior do castelo?

A imagem geral do castelo mantém-se, apenas o interior se tornou mais interessante.

D.5. Considera importante a preservação do *património* para as gerações futuras?

SIM ☒

NÃO ☐

D.5.1. Se sim, de que forma as mesmas podem beneficiar disso?

Seria importante que os jovens dessem mais valor ao castelo pois é um bem patrimonial.

D.6. Existe, na sua opinião, algum uso mais adequado para o espaço do castelo?

Na minha opinião não há um outro uso que se pode dar além daquele que o castelo já tem.

ENTREVISTA | MODELO II

DATA: 10 de Outubro 2013

ESTUDO DE CASO/LOCAL: Celorico da Beira.

ENTREVISTADO: CEL-II-01, Mas., 30-40, arqueólogo.

A. IMPORTÂNCIA HISTÓRICO-PATRIMONIAL

A.1. Considera que a presença do castelo contribuiu para o desenvolvimento da localidade e do território (exemplo: carta de foral, feira franca, vias principais, etc)?

Sim. O castelo foi a génese do nascimento da localidade. A carta de foral foi posterior à construção do castelo – concedida já depois da fixação da população.

A.2. Considera que os habitantes da localidade e região têm consciência do valor histórico-*patrimonial* do castelo e o valorizam como tal?

SIM ☒

NÃO ☐

A.2.1. Que razões aponta para tal?

Os habitantes têm consciência da importância histórica, embora não o valorizem como tal. Isto é devido a falta de conhecimento, o que faz com que não reconheçam o potencial económico e turístico.

B. COMÉRCIO E ECONOMIA

B.1. De que forma a presença do castelo, e consequente divulgação do mesmo, pode afectar o comércio e economia locais?

Pode contribuir na consequente dinamização que o turismo pode gerar.

B.2. Vê a afluência de mais visitantes, sobretudo aquela gerada pelo castelo, como solução a médio e longo prazo para o comércio e economia locais?

SIM ☒

NÃO ☐

B.3. Como avalia o impacto da recente intervenção no castelo em termos de comércio e economia locais?

Tem sido positivo. Tem conseguido trazer mais visitantes, através da divulgação e da intervenção arquitectónica, bem como de alguns eventos realizados no castelo – já se realizaram 3 feiras medievais até ao momento.

B.4. Houve algum tipo de impacto da promoção do castelo e consequente afluência de visitantes na vida quotidiana e na qualidade de vida da localidade nos últimos anos?

Não existem ainda dados concretos que possam dar uma perspectiva sobre esta questão, mas até ao momento não foi significativo – o turismo existente não foi um motivo suficiente para se notar uma mudança.

C. GESTÃO DO *PATRIMÓNIO*

C.1. Quais os factores que mais influenciaram os critérios da intervenção no castelo e a decisão de intervir (fundos monetários disponíveis, condicionalismos no processo de projecto, etc)?

Principalmente a vontade política de concretizar a intervenção, e os fundos comunitários que tornaram possível a intervenção.

C.2. Os habitantes participaram no processo de decisão de intervenção?

SIM ☐

NÃO ☒

Obs.: Depois da inauguração houve muitos visitantes a visitar o castelo,

C.2.1. Se sim, de que forma?

Não aplicável.

C.3. Considera importante uma participação cívica no processo de decisão da intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

C.3.1. Porquê?

O entrevistado não respondeu.

C.4. Existe participação dos habitantes na gestão e divulgação do *património* local (incluindo o castelo)?

SIM ☐

De que forma?

Não aplicável.

NÃO ☒

C.4.1. Se sim, houve impacto desse contributo?

SIM ☐

Como avalia esse impacto?

NÃO ☐

C.5. Qual o futuro que prevê para o castelo no contexto actual de crise (no que toca à manutenção e à responsabilidade de preservar e divulgar o mesmo)?

Não penso que haja alterações, a manutenção está a cargo da câmara municipal e prevejo que continue a haver um esforço por parte da câmara municipal para continuar com a manutenção. Há imensos projectos de revalorização do castelo através de núcleos museológicos, por exemplo, que possam explicitar tudo o que foi encontrado até ao momento no castelo, toda a investigação efectuada até agora, com o principal propósito de educar o público e tornar a visita ao castelo ainda mais interessante e proveitosa.

C.6. Quais os principais pontos que caracterizam a atitude das autoridades competentes em relação ao castelo no que toca à divulgação, promoção e informação para o público nos anos mais recentes?

O espaço do castelo é utilizado para realizar eventos e existem visitas em colaboração com as escolas.

C.7. Existe algum impacto da intervenção no castelo em outros aspectos da localidade além do comércio?

SIM ☒NÃO ☐

C.7.1. Se sim, como o caracteriza?

Na divulgação da própria localidade.

D. INTERVENÇÃO ARQUITECTÓNICA

D.1. Como avalia a intervenção quanto à funcionalidade e utilidade da mesma?

Na minha opinião funciona. Revalorizou um espaço que não tinha qualquer uso e utilidade.

D.2. Considera que a recente intervenção alterou, de algum modo, a imagem ou a memória do castelo?

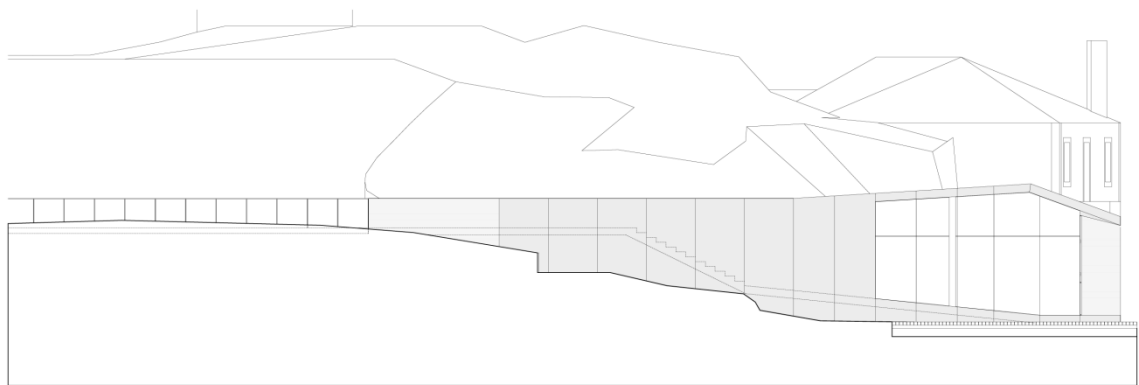
Não, a intervenção não alterou a imagem e memória do castelo.

D.3. Existe, na sua opinião, alguma alternativa mais adequada ao uso do espaço do castelo?

Concordo com a intervenção, visou o uso cultural e turístico do castelo.

Anexo 8.

Anexos

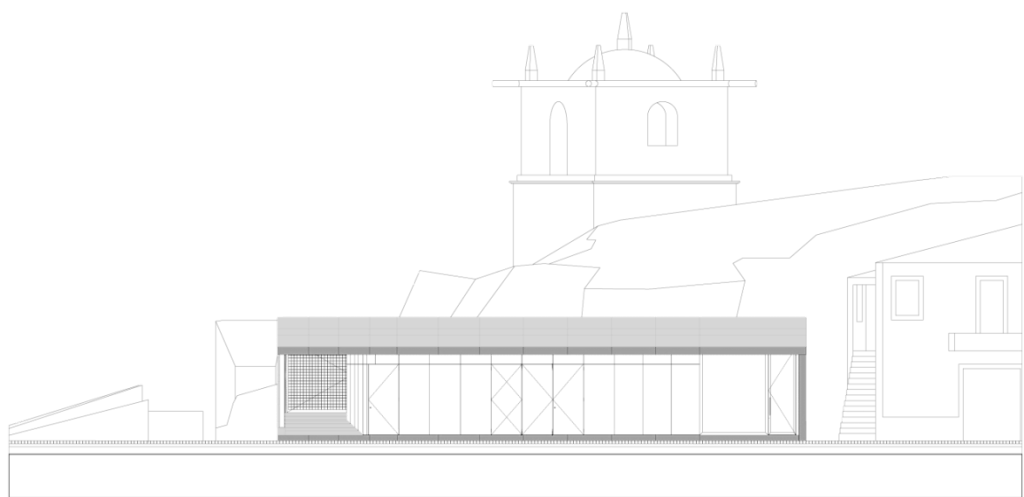


0 2,5 5m

Alçado lateral direito do espaço de recepção ao público.

Adaptado pela autora.

Documento original cedido pelo atelier Comoco Arquitectos.



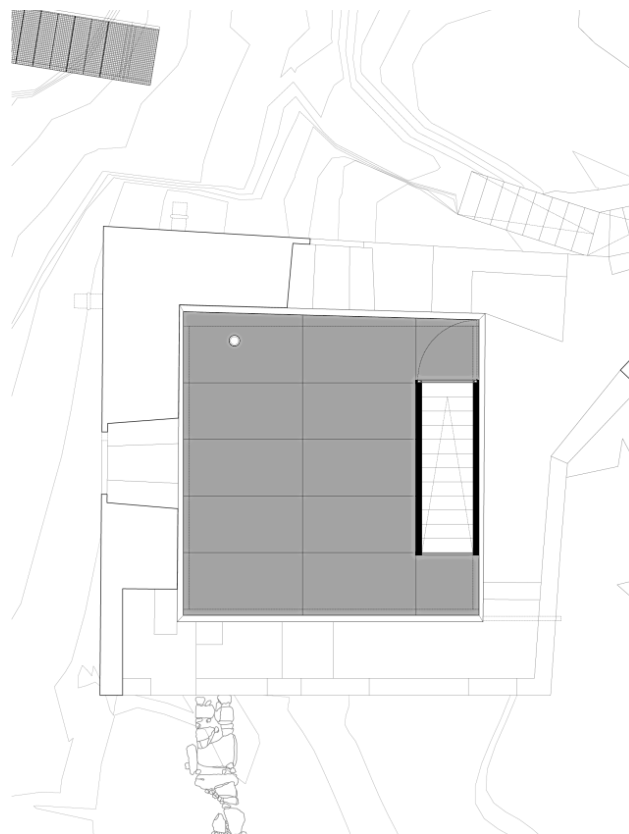
0 2,5 5m

Alçado frontal do espaço de recepção ao público.

Adaptado pela autora.

Documento original cedido pelo atelier Comoco Arquitectos.

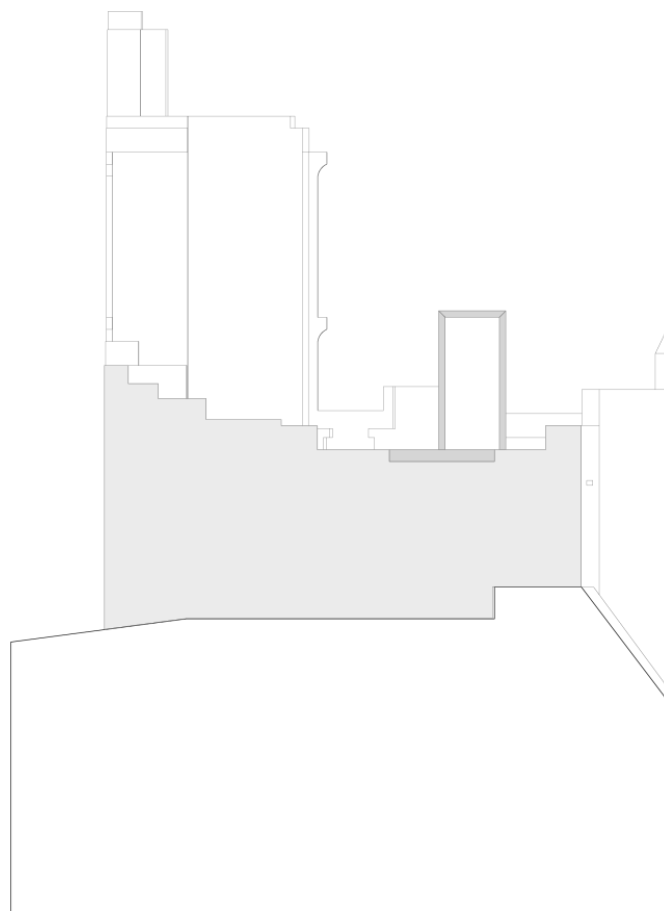
Anexos



Planta superior da sala de audiovisuais.

Adaptado pela autora.

Documento original cedido pelo atelier Comoco Arquitectos.

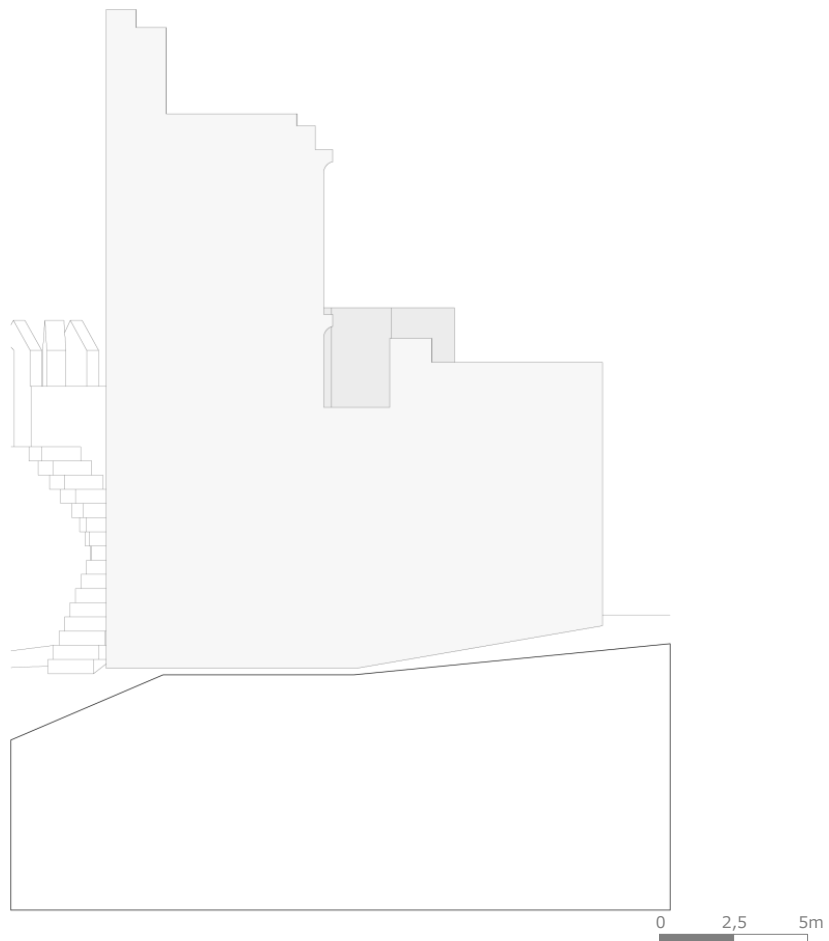


Alçado posterior da sala de audiovisuais.

Adaptado pela autora.

Documento original cedido pelo atelier Comoco Arquitectos.

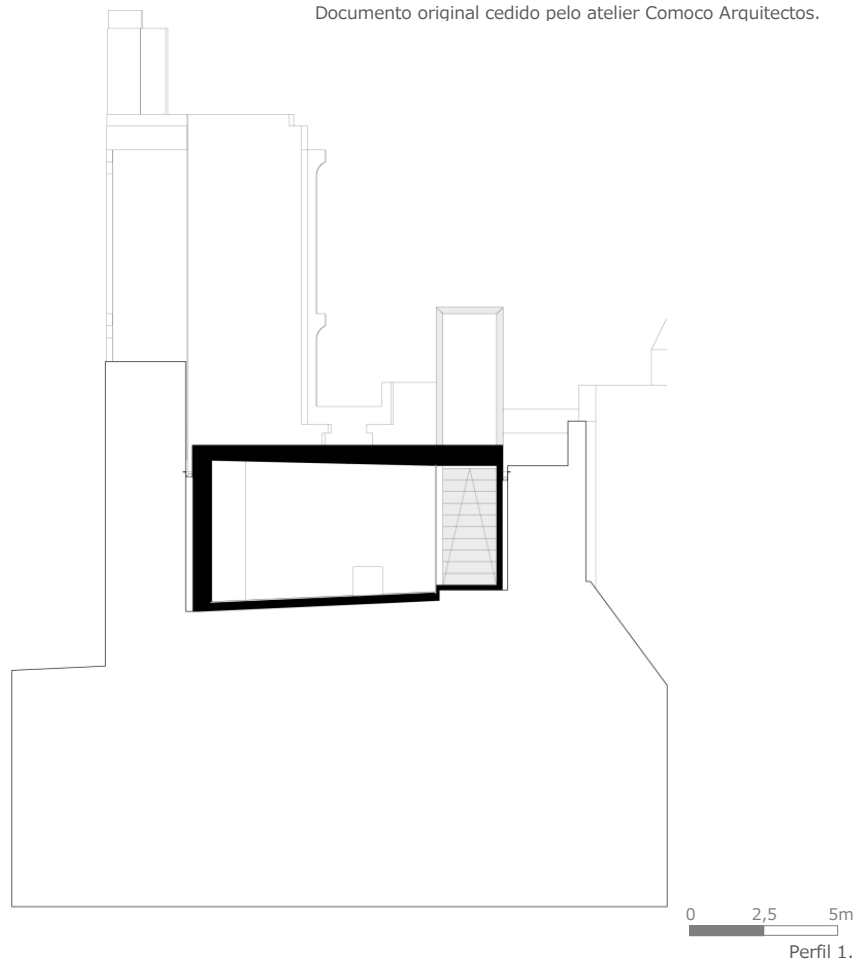
Anexos



Alçado lateral esquerdo da sala de audiovisuais.

Adaptado pela autora.

Documento original cedido pelo atelier Comoco Arquitectos.



Perfil 1.

Adaptado pela autora.

Documento original cedido pelo atelier Comoco Arquitectos.

Anexo 9.

ENTREVISTA | MODELO I

DATA: 11 de Outubro 2013

ESTUDO DE CASO/LOCAL: Castelo Novo.

ENTREVISTADO: CAS-I-01, Fem., 20-30, licenciada.

A. IMPORTÂNCIA HISTÓRICO-PATRIMONIAL

A.1. Considera que o castelo foi importante no contexto da História nacional?

SIM ☒
NÃO ☐
NÃO SABE ☐

A.2. Conhece alguns factos sobre a história do castelo?

SIM ☒

Se sim, quais?

Pertenceu aos mouros e servia para “guardar” os habitantes e restantes aldeias à volta.

NÃO ☐

Nota: se a resposta foi “não”/“não sabe” às alíneas A1 e A2, por favor avançar para a alínea A5.

A.3. Considera que a presença do castelo contribuiu para o desenvolvimento da localidade e do território (exemplo: carta de foral, feira franca, estradas, etc.)?

Sim, existe carta de foral.

A.4. Pessoalmente atribuiu valor *patrimonial* ao castelo?

SIM ☒
NÃO ☐

A.5. Considera que os habitantes da localidade e região têm consciência do valor histórico-*patrimonial* do castelo e o valorizam como tal?

SIM ☒
NÃO ☐

A.5.1. Que razões aponta para tal?

O castelo valoriza a aldeia.

B. COMÉRCIO E ECONOMIA

B.1. De que forma a presença do castelo, e consequente divulgação do mesmo, pode afectar o comércio e economia locais?

Não tem significado para a aldeia.

B.2. Vê a afluência de visitantes, gerada pelo castelo, como solução a médio e longo prazo para o comércio e economia locais?

SIM ☐

NÃO ☒

B.3. Como avalia o impacto da intervenção no castelo em termos de comércio e economia locais?

Não teve impacto.

B.4. Considera que há impacto da promoção do castelo, e consequente afluência de visitantes, na vida quotidiana e na qualidade de vida da localidade nos últimos anos?

Não teve impacto.

C. GESTÃO DO PATRIMÓNIO

C.1. Os habitantes participaram no processo de decisão da intervenção?

SIM ☐

NÃO ☒

NÃO SABE ☐

C.1.1. Se sim, de que forma?

Não aplicável.

C.2. Considera importante uma participação cívica no processo de decisão da intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

C.2.1 Porquê?

A entrevistada não respondeu.

C.3. Existe participação dos habitantes na gestão e divulgação do castelo?

SIM ☒

Se sim, de que forma?

Para atrair mais visitantes. Existem dois grupos de redes sociais que divulgam o castelo.

NÃO ☐

C.3.1. Se sim, houve impacto desse contributo?

SIM ☐

Como avalia esse impacto?

Não aplicável.

NÃO ☒

C.4. Existe algum contributo, da sua parte, para a preservação e divulgação do *património*?

SIM ☐

Se sim, qual?

NÃO ☒

C.4.1. Se não, considera que deveria dar algum contributo?

SIM ☒

Se sim, qual?

Divulgar, embora a divulgação não vai afectar nada.

NÃO ☐

C.5. Qual o futuro que prevê para o castelo no contexto actual de crise (no que toca à manutenção e à responsabilidade de preservar e divulgar o mesmo)?

O futuro para o castelo será o mesmo que sempre teve.

D. INTERVENÇÃO ARQUITECTÓNICA

D.1. Já visitou a intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

D.2. Conhece o arquitecto ou algum outro facto sobre a intervenção?

SIM ☐

Se sim, qual?

Não aplicável.

NÃO ☒

Nota: se a resposta foi “não” às alíneas D1 e D2, por favor avançar para a alínea D5.

D.3. Como avalia a intervenção quanto à funcionalidade e utilidade da mesma?

Não tem funcionalidade para os habitantes e o miradouro não funciona a maior parte das vezes.

D.4. Que grau de mudança existe entre a nova intervenção e a imagem e memória anterior do castelo?

Degraus, escadas, elementos de acesso. Recuperado nos bancos de pedra.

D.5. Considera importante a preservação do *património* para as gerações futuras?

SIM ☒

NÃO ☐

D.5.1. Se sim, de que forma as mesmas podem beneficiar disso?

Visitar, conhecimento da aldeia em geral.

D.6. Existe, na sua opinião, algum uso mais adequado para o espaço do castelo?

Sim, deveria haver um museu.

ENTREVISTA | MODELO I

DATA: 11 de Outubro 2013

ESTUDO DE CASO/LOCAL: Castelo Novo.

ENTREVISTADO: CAS-I-02, Fem., 60-70, aposentada.

A. IMPORTÂNCIA HISTÓRICO-PATRIMONIAL

A.1. Considera que o castelo foi importante no contexto da História nacional?

SIM ☒
NÃO ☐
NÃO SABE ☐

A.2. Conhece alguns factos sobre a história do castelo?

SIM ☒

Se sim, quais?

O castelo serviu de defesa da zona da Beira. Conheço a história do castelo.

NÃO ☐

Nota: se a resposta foi “não”/“não sabe” às alíneas A1 e A2, por favor avançar para a alínea A5.

A.3. Considera que a presença do castelo contribuiu para o desenvolvimento da localidade e do território (exemplo: carta de foral, feira franca, estradas, etc)?

A construção do castelo ainda não está bem determinada. Esta zona começou por chamar-se alpreada, era toda a zona envolvente aqui da serra. Há um local na serra que se chama o “castelo velho”, e que penso que seria um castro. Há lendas e histórias sobre esse local. Entretanto a população mudou para aqui (a aldeia de castelo Novo). Deve ter sido o foral que controlou a fixação e desenvolvimento da vila. Não se consegue saber exactamente quem outorgou foral à vila.

A.4. Pessoalmente atribuiu valor *patrimonial* ao castelo?

SIM ☒

NÃO ☐

A.5. Considera que os habitantes da localidade e região têm consciência do valor histórico-*patrimonial* do castelo e o valorizam como tal?

SIM ☒

NÃO ☐

A.5.1. Que razões aponta para tal?

Eu penso que a maioria das pessoas tem consciência, nem todas, mas grande parte sim, por ouvirem falar da sua história. Desde alguns anos as pessoas menos instruídas da aldeia vão apercebendo-se do valor do castelo, pela chegada de turistas.

B. COMÉRCIO E ECONOMIA

B.1. De que forma a presença do castelo, e consequente divulgação do mesmo, pode afectar o comércio e economia locais?

A divulgação já pouco pode fazer a nível do comércio e do desenvolvimento porque é uma aldeia já muito antiga, muito conhecida, talvez das aldeias da Beira que mais cedo começaram a ter uma tendência turística. O castelo já é bastante conhecido, portanto o castelo em si, no desenvolvimento e no comércio, não irá ter influência, excepto se houvesse eventos ou outra coisa que fosse feita lá, para trazer turistas e mais pessoas cá. E também para que houvesse pessoas que tivessem vontade de abrir comércio cá, o que não é o caso.

B.2. Vê a afluência de visitantes, gerada pelo castelo, como solução a médio e longo prazo para o comércio e economia locais?

SIM ☒

NÃO ☐

B.3. Como avalia o impacto da intervenção no castelo em termos de comércio e economia locais?

Não houve impacto. Há muitos turistas, há muita gente que vem, mas é um turismo de passagem. Há pessoas que vêm para passear, ficam cá (na aldeia de Castelo Novo) alojadas, mas são casos pontuais.

B.4. Considera que há impacto da promoção do castelo, e consequente afluência de visitantes, na vida quotidiana e na qualidade de vida da localidade nos últimos anos?

A vila continua a ser a mesma, essencialmente agrícola. As pessoas fazem a sua vida normalmente. A maior parte das casas estão fechadas porque as pessoas vivem em Lisboa e noutros locais. O turismo não tem tido impacto. Às vezes vêm turistas para estas casas (casas de turismo rural), existem cá 4 casas do género, há um restaurante, mas tirando isso não, não mudou nada.

C. GESTÃO DO *PATRIMÓNIO*

C.1. Os habitantes participaram no processo de decisão da intervenção?

SIM ☐

NÃO ☒

NÃO SABE ☐

C.1.1. Se sim, de que forma?

Não aplicável.

C.2. Considera importante uma participação cívica no processo de decisão da intervenção?

SIM ☐

NÃO ☒

C.2.1 Porquê?

Eu acho que consultar as populações para fazer um certo número de coisas, muitas vezes não sei se será o mais correcto. Consultar as pessoas para fazer uma intervenção da ordem do que foi feito no castelo para a população em si duvido que fizesse algo de qualidade.

C.3. Existe participação dos habitantes na gestão e divulgação do castelo?

SIM ☒

Se sim, de que forma?

Existe uma associação - “Associação Cultural de Castelo Novo” – mas não está direccionada nesse sentido. Houve reuniões entre os habitantes para reunir opiniões para saber como dinamizar a aldeia. Alguns intervenientes deram ideias muito populares e que se fazem em todo o lado. Numa aldeia como esta, que tem uma história muito rica, acho que há outras coisas que deverão ser feitas. Acho que o que é sugerido existe exactamente nos outros locais e não traz nada de novo, como feiras medievais e outros eventos. Este ano fizeram um festival de música antiga, e considero uma das iniciativas mais interessantes que se fizeram ultimamente – atrai outros tipos de turistas que podem deixar cá mais dinheiro.

NÃO ☐

C.3.1. Se sim, houve impacto desse contributo?

SIM ☐

Como avalia esse impacto?

Não aplicável.

NÃO ☒

C.4. Existe algum contributo, da sua parte, para a preservação e divulgação do *património*?

SIM ☒

Se sim, qual?

Divulgo às pessoas e trago amigos estrangeiros para visitarem.

NÃO ☐

C.4.1. Se não, considera que deveria dar algum contributo?

SIM ☐

Se sim, qual?

Não aplicável.

NÃO ☐

C.5. Qual o futuro que prevê para o castelo no contexto actual de crise (no que toca à manutenção e à responsabilidade de preservar e divulgar o mesmo)?

A manutenção vai depender do dinheiro que irá estar disponível. Eu espero que a câmara municipal continue com o trabalho que tem feito nos últimos anos, no castelo e na aldeia.

D. INTERVENÇÃO ARQUITECTÓNICA

D.1. Já visitou a intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

D.2. Conhece o arquitecto ou algum outro facto sobre a intervenção?

SIM ☐

Se sim, qual?

Não aplicável.

NÃO ☒

Nota: se a resposta foi “não” às alíneas D1 e D2, por favor avançar para a alínea D5.

D.3. Como avalia a intervenção quanto à funcionalidade e utilidade da mesma?

Pessoalmente gosto. Acho que ficou muito melhor assim do que estarem a fazer outra coisa. O que iam fazer ali? Estava já bastante destruído. Realmente preservaram o que está, fizeram umas escavações, tem melhores acessos, é mais fácil as pessoas irem lá. Tem uma vista bonita, gosto.

D.4. Que grau de mudança existe entre a nova intervenção e a imagem e memória anterior do castelo?

A intervenção em si, que há quem goste e quem não goste, acho que deu um certo impulso a visitarem o castelo na medida em que as pessoas têm uma certa curiosidade. Não houve muita mudança, também já restava pouco do castelo.

D.5. Considera importante a preservação do *património* para as gerações futuras?

SIM ☒

NÃO ☐

D.5.1. Se sim, de que forma as mesmas podem beneficiar disso?

O património deve ser preservado. É pena que muitas vezes quem tenta preservar o património não seja bem reconhecido. O património deve ser preservado a todo o custo e as pessoas devem ser educadas para isso.

D.6. Existe, na sua opinião, algum uso mais adequado para o espaço do castelo?

Eu acho que o castelo deveria servir de palco para um determinado número de eventos. É evidente que o castelo não tem espaços interiores para possibilitar alguns tipos de eventos mas há outros que poderão acontecer.

ENTREVISTA | MODELO I

DATA: 11 de Outubro 2013

ESTUDO DE CASO/LOCAL: Castelo Novo.

ENTREVISTADO: CAS-I-03, Mas., 80-90, aposentado.

A. IMPORTÂNCIA HISTÓRICO-PATRIMONIAL

A.1. Considera que o castelo foi importante no contexto da História nacional?

SIM ☒
NÃO ☐
NÃO SABE ☐

A.2. Conhece alguns factos sobre a história do castelo?

SIM ☒

Se sim, quais?

Conheço alguns episódios da história.

NÃO ☐

Nota: se a resposta foi “não”/“não sabe” às alíneas A1 e A2, por favor avançar para a alínea A5.

A.3. Considera que a presença do castelo contribuiu para o desenvolvimento da localidade e do território (exemplo: carta de foral, feira franca, estradas, etc)?

Sim. Castelo Novo já foi concelho e foi concelho com o nome de Alpreada, aqui era a sede de concelho. Acho que o castelo foi importante.

A.4. Pessoalmente atribuiu valor *patrimonial* ao castelo?

SIM ☒
NÃO ☐

A.5. Considera que os habitantes da localidade e região têm consciência do valor histórico-*patrimonial* do castelo e o valorizam como tal?

SIM ☒
NÃO ☐

A.5.1. Que razões aponta para tal?

Em tempos até tinham, sabiam informação. Agora nem tanto. No meu tempo havia cá 1200 fogos, agora só há 300 pessoas.

B. COMÉRCIO E ECONOMIA

B.1. De que forma a presença do castelo, e consequente divulgação do mesmo, pode afectar o comércio e economia locais?

A aldeia não tem comércio. O valor que isto tem como aldeia histórica é para quem visita, para os turistas. E não gastam dinheiro porque aqui não há onde gastar. Há cá um restaurante, e muita gente que vem visitar a aldeia vai lá.

B.2. Vê a afluência de visitantes, gerada pelo castelo, como solução a médio e longo prazo para o comércio e economia locais?

SIM ☒

NÃO ☐

B.3. Como avalia o impacto da intervenção no castelo em termos de comércio e economia locais?

Não se notou, não há impacto.

B.4. Considera que há impacto da promoção do castelo, e consequente afluência de visitantes, na vida quotidiana e na qualidade de vida da localidade nos últimos anos?

O turismo sim. Isto tem mudado muito. Tiveram que fazer um parque para estacionar os autocarros.

C. GESTÃO DO PATRIMÓNIO

C.1. Os habitantes participaram no processo de decisão da intervenção?

SIM ☐

NÃO ☒

NÃO SABE ☐

Obs.: Para fazerem essas intervenções todas, quiseram que Castelo Novo criasse uma associação chamada “Associação dos amigos de Castelo Novo”, onde pertenci durante um tempo. Era uma associação para ter uma palavra para que tudo o que fizessem em Castelo Novo tinha de ter um parecer da associação que representasse os habitantes de castelo Novo. Mas depois faziam as obras e não éramos ouvidos.

C.1.1. Se sim, de que forma?

Não aplicável.

C.2. Considera importante uma participação cívica no processo de decisão da intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

C.2.1 Porquê?

Eu acho que os habitantes deviam participar mas por vezes não há iniciativa.

C.3. Existe participação dos habitantes na gestão e divulgação do castelo?

SIM ☐

Se sim, de que forma?

Não aplicável.

NÃO ☒

C.3.1. Se sim, houve impacto desse contributo?

SIM ☐

Como avalia esse impacto?

Não aplicável.

NÃO ☐

C.4. Existe algum contributo, da sua parte, para a preservação e divulgação do *património*?

SIM ☒

Se sim, qual?

Divulgo o castelo.

NÃO ☐

C.4.1. Se não, considera que deveria dar algum contributo?

SIM ☐

Se sim, qual?

Não aplicável.

NÃO ☐

C.5. Qual o futuro que prevê para o castelo no contexto actual de crise (no que toca à manutenção e à responsabilidade de preservar e divulgar o mesmo)?

Se a economia do país se recompuser e se se olhar para isto como turismo pode realmente ter futuro. Há condições para abrir alguns comércios, como restaurantes, por exemplo.

D. INTERVENÇÃO ARQUITECTÓNICA

D.1. Já visitou a intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

D.2. Conhece o arquitecto ou algum outro facto sobre a intervenção?

SIM ☐

Se sim, qual?

Não aplicável.

NÃO ☒

Nota: se a resposta foi “não” às alíneas D1 e D2, por favor avançar para a alínea D5.

D.3. Como avalia a intervenção quanto à funcionalidade e utilidade da mesma?

Para os habitantes de Castelo Novo não teve qualquer efeito. Funcionou o miradouro virtual para as pessoas que vêm de fora. As pessoas de cá não se interessam.

D.4. Que grau de mudança existe entre a nova intervenção e a imagem e memória anterior do castelo?

Não houve grande mudança, o castelo está praticamente igual daquilo que me lembro quando era mais novo.

D.5. Considera importante a preservação do *património* para as gerações futuras?

SIM ☒

NÃO ☐

D.5.1. Se sim, de que forma as mesmas podem beneficiar disso?

As gerações futuras terão de unir-se para trabalhar em conjunto. Aqui são poucos e não são unidos.

D.6. Existe, na sua opinião, algum uso mais adequado para o espaço do castelo?

Para mim era não fazerem nada. Como estava, estava bem.

ENTREVISTA | MODELO I

DATA: 11 de Outubro 2013

ESTUDO DE CASO/LOCAL: Castelo Novo.

ENTREVISTADO: CAS-I-04, Fem., 80-90, aposentada.

A. IMPORTÂNCIA HISTÓRICO-PATRIMONIAL

A.1. Considera que o castelo foi importante no contexto da História nacional?

SIM ☒
NÃO ☐
NÃO SABE ☐

A.2. Conhece alguns factos sobre a história do castelo?

SIM ☒

Se sim, quais?

É um castelo muito antigo e muito importante. Dizem que é dos mouros.

NÃO ☐

Nota: se a resposta foi “não”/“não sabe” às alíneas A1 e A2, por favor avançar para a alínea A5.

A.3. Considera que a presença do castelo contribuiu para o desenvolvimento da localidade e do território (exemplo: carta de foral, feira franca, estradas, etc)?

Justamente. Quando andaram cá a escavar encontraram coisas antigas. Aqui chamamos Castelo Novo e noutra localidade existe “Castelo Velho”. Temos uma capela, a capela de São Brás, e dizem que aí é que era Castelo Novo mas depois mudaram cá para cima (actual localização do centro histórico da vila).

A.4. Pessoalmente atribuiu valor *patrimonial* ao castelo?

SIM ☒
NÃO ☐

A.5. Considera que os habitantes da localidade e região têm consciência do valor histórico-*patrimonial* do castelo e o valorizam como tal?

SIM ☒
NÃO ☐

A.5.1. Que razões aponta para tal?

Dão valor ao castelo. É importante para o povo e para a aldeia. Antes havia cá uma banda. No primeiro domingo de Setembro fazíamos cá uma festa. E então a banda ia tocar no castelo, no alto, era muito bonito.

B. COMÉRCIO E ECONOMIA

B.1. De que forma a presença do castelo, e consequente divulgação do mesmo, pode afectar o comércio e economia locais?

Sim, há dias que vem muita gente e pode afectar. Hoje vivem cá muito poucos e como há carros, as pessoas vão comprar a outros lados. Antes havia muitos mais comércios.

B.2. Vê a afluência de visitantes, gerada pelo castelo, como solução a médio e longo prazo para o comércio e economia locais?

SIM ☐

NÃO ☒

B.3. Como avalia o impacto da intervenção no castelo em termos de comércio e economia locais?

Está tudo na mesma.

B.4. Considera que há impacto da promoção do castelo, e consequente afluência de visitantes, na vida quotidiana e na qualidade de vida da localidade nos últimos anos?

Sim, O turismo mudou. E agora tem mudado porque há aqui casas (casas de turismo rural).

C. GESTÃO DO PATRIMÓNIO

C.1. Os habitantes participaram no processo de decisão da intervenção?

SIM ☐

NÃO ☒

NÃO SABE ☐

C.1.1. Se sim, de que forma?

Não aplicável.

C.2. Considera importante uma participação cívica no processo de decisão da intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

C.2.1 Porquê?

A entrevistada não respondeu.

C.3. Existe participação dos habitantes na gestão e divulgação do castelo?

SIM ☒

Se sim, de que forma?

Nós adoramos o castelo, dizemos sempre às pessoas para irem visitar.

NÃO ☐

C.3.1. Se sim, houve impacto desse contributo?

SIM ☐

Como avalia esse impacto?

Não aplicável.

NÃO ☒

C.4. Existe algum contributo, da sua parte, para a preservação e divulgação do *património*?

SIM ☒

Se sim, qual?

Falo com os turistas e mesmo onde vou falo do castelo.

NÃO ☐

C.4.1. Se não, considera que deveria dar algum contributo?

SIM ☐

Se sim, qual?

Não aplicável.

NÃO ☐

C.5. Qual o futuro que prevê para o castelo no contexto actual de crise (no que toca à manutenção e à responsabilidade de preservar e divulgar o mesmo)?

A entrevistada não respondeu.

D. INTERVENÇÃO ARQUITECTÓNICA

D.1. Já visitou a intervenção?

SIM ☐

NÃO ☒

Obs.: gostava muito de ir visitar, mas não consigo ir (por falta de mobilidade).

D.2. Conhece o arquitecto ou algum outro facto sobre a intervenção?

SIM ☐

Se sim, qual?

Não aplicável.

NÃO ☒

Nota: se a resposta foi “não” às alíneas D1 e D2, por favor avançar para a alínea D5.

D.3. Como avalia a intervenção quanto à funcionalidade e utilidade da mesma?

Não aplicável.

D.4. Que grau de mudança existe entre a nova intervenção e a imagem e memória anterior do castelo?

Não aplicável.

D.5. Considera importante a preservação do *património* para as gerações futuras?

SIM ☒

NÃO ☐

D.5.1. Se sim, de que forma as mesmas podem beneficiar disso?

Acho importante, porque a primeira coisa que os turistas visitam é o castelo.

D.6. Existe, na sua opinião, algum uso mais adequado para o espaço do castelo?

Gostava de o ver mais construído do que está, E quando a banda ia tocar lá acima todas as pessoas iam ver o castelo, tinha fama. Agora já não fazem isso e o castelo perdeu muita influência.

ENTREVISTA | MODELO II

DATA: 11 de Outubro 2013

ESTUDO DE CASO/LOCAL: Castelo Novo.

ENTREVISTADO: CAS-II-Col.

A. IMPORTÂNCIA HISTÓRICO-PATRIMONIAL

A.1. Considera que a presença do castelo contribuiu para o desenvolvimento da localidade e do território (exemplo: carta de foral, feira franca, vias principais, etc)?
Sim, contribuiu. A aposta do Município na valorização e divulgação da Aldeia histórica e do seu castelo iniciadas em 2002, com os trabalhos de escavações arqueológicas a renovação das infra-estruturas e a com a comemoração dos 800 anos de atribuição do foral, assinalaram o renascer da aldeia para a sua história e cultura mas também para o turismo.

(Castelo novo, designado primitivamente por Alpreada, terá tido foral antigo, concedido 1202 a D. Pedro Guterres e sua esposa. A atribuição deste, foi fundamental para povoar a região e manter as fronteiras, dada a instabilidade com o Reino de Leão. Nesta época terá sido, edificado o castelo, sobre um cerro granítico, delimitado por uma muralha irregular de planta ovalada, possui uma torre de menagem com características de uma edificação românica e uma torre sineira, introduzida em meados do séc. XV, fundamental para cumprir essas funções).

A.2. Considera que os habitantes da localidade e região têm consciência do valor histórico-*patrimonial* do castelo e o valorizam como tal?

SIM ☒

NÃO ☐

A.2.1. Que razões aponta para tal?

Para tal deverá ter contribuído o facto do castelo fazer parte da identidade e memória colectiva da população de Castelo Novo.

B. COMÉRCIO E ECONOMIA

B.1. De que forma a presença do castelo, e consequente divulgação do mesmo, pode afectar o comércio e economia locais?

A presença do castelo constitui um foco de atracção turística que consequentemente poderá permitir o desenvolvimento do comércio e da economia local.

B.2. Vê a afluência de mais visitantes, sobretudo aquela gerada pelo castelo, como solução a médio e longo prazo para o comércio e economia locais?

SIM ☒

NÃO ☐

B.3. Como avalia o impacto da recente intervenção no castelo em termos de comércio e economia locais?

A intervenção no castelo, que integrou um plano mais abrangente de reabilitação de toda a aldeia histórica, possibilitou um incremento das actividades ligadas ao turismo.

B.4. Houve algum tipo de impacto da promoção do castelo e consequente afluência de visitantes na vida quotidiana e na qualidade de vida da localidade nos últimos anos?

De modo geral o impacto terá sido positivo e a população beneficiou com a requalificação da aldeia histórica.

C. GESTÃO DO *PATRIMÓNIO*

C.1. Quais os factores que mais influenciaram os critérios da intervenção no castelo e a decisão de intervir (fundos monetários disponíveis, condicionalismos no processo de projecto, etc)?

A reabilitação de Castelo integrou um plano de acção projectado pela Câmara Municipal do Fundão para recuperação e valorização do património da aldeia histórica, através de várias intervenções no seu perímetro urbano, para beneficiação de casa, arruamentos e espaços públicos, apoiadas por fundos monetários.

C.2. Os habitantes participaram no processo de decisão de intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

C.2.1. Se sim, de que forma?

Através da realização de obras particulares (algumas com recurso a fundos monetários), que possibilitaram a manutenção da traça característica da aldeia histórica.

C.3. Considera importante uma participação cívica no processo de decisão da intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

C.3.1. Porquê?

O envolvimento da população nas intervenções desta natureza são fundamentais para uma aproximação da população ao seu património histórico e cultural, para que o possam preservar e valorizar.

C.4. Existe participação dos habitantes na gestão e divulgação do *património* local (incluindo o castelo)?

SIM ☒

De que forma?

Através da promoção turística do património e infra-estruturas existentes na aldeia, em sites e blog's da especialidade.

NÃO ☐

C.4.1. Se sim, houve impacto desse contributo?

SIM ☒

Como avalia esse impacto?

Não foi obtida resposta.

NÃO ☐

C.5. Qual o futuro que prevê para o castelo no contexto actual de crise (no que toca à manutenção e à responsabilidade de preservar e divulgar o mesmo)?

Neste momento a estrutura de apoio a castelo, nomeadamente o posto de turismo de Castelo Novo (visitas e divulgação) está em pleno funcionamento, para além de que, o Município tem ao dispor uma equipa de arqueologia que poderá intervir ao nível da preservação e manutenção do castelo.

C.6. Quais os principais pontos que caracterizam a atitude das autoridades competentes em relação ao castelo no que toca à divulgação, promoção e informação para o público nos anos mais recentes?

Neste âmbito a Câmara Municipal tem tido um papel fundamental, na criação de infra-estruturas e actividades de animação da aldeia histórica, disponibilizando-as e divulgando-as ao público.

C.7. Existe algum impacto da intervenção no castelo em outros aspectos da localidade além do comércio?

SIM ☒

NÃO ☐

C.7.1. Se sim, como o caracteriza?

A intervenção no castelo possibilitou a criação de outras infra-estruturas, nomeadamente um pequeno auditório, um miradouro virtual e um Núcleo Museológico Medieval.

D. INTERVENÇÃO ARQUITECTÓNICA

D.1. Como avalia a intervenção quanto à funcionalidade e utilidade da mesma?

A intervenção era necessária e possibilitou a recuperação da Torre de Menagem e de alguns panos de muralha e a definição de um percurso de visita

D.2. Considera que a recente intervenção alterou, de algum modo, a imagem ou a memória do castelo?

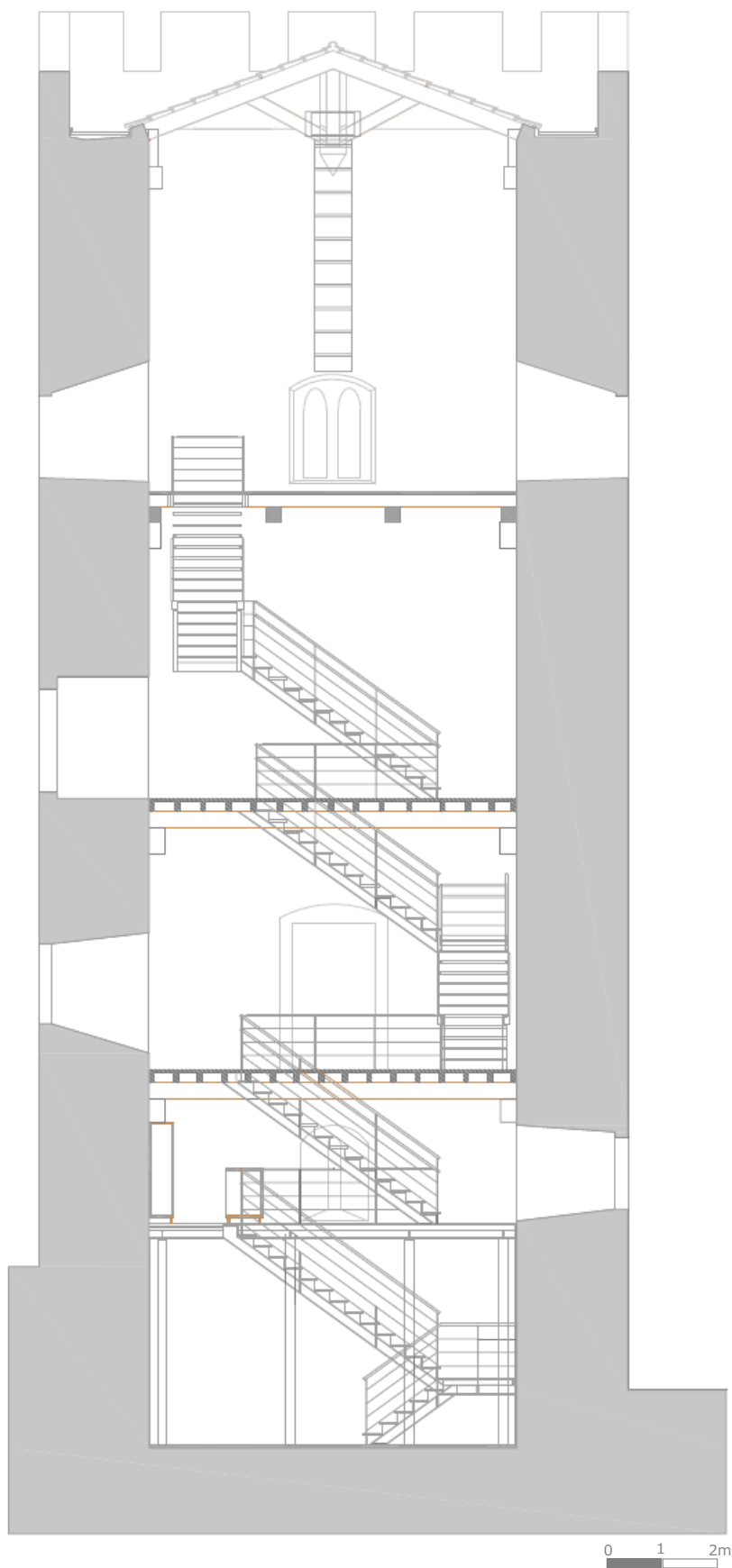
Creio que não.

D.3. Existe, na sua opinião, alguma alternativa mais adequada ao uso do espaço do castelo?

Não.

Anexo 10.

Anexos



Perfil 2.

Adaptado pela autora.

Documento original cedido pela Direcção Regional da Cultura do Alentejo.

Anexo 11.

ENTREVISTA | MODELO I

DATA: 20 de Setembro 2013

ESTUDO DE CASO/LOCAL: Amieira do Tejo

ENTREVISTADO: AMI-I-01, Mas., 50-60, pequeno empresário.

A. IMPORTÂNCIA HISTÓRICO-PATRIMONIAL

A.1. Considera que o castelo foi importante no contexto da História nacional?

SIM ☒

NÃO ☐

NÃO SABE ☐

A.2. Conhece alguns factos sobre a história do castelo?

SIM ☒

Se sim, quais?

O entrevistado não respondeu.

NÃO ☐

Nota: se a resposta foi “não”/“não sabe” às alíneas A1 e A2, por favor avançar para a alínea A5.

A.3. Considera que a presença do castelo contribuiu para o desenvolvimento da localidade e do território (exemplo: carta de foral, feira franca, estradas, etc)?

Teve uma importância muito moderada.

A.4. Pessoalmente atribuiu valor *patrimonial* ao castelo?

SIM ☒

NÃO ☐

A.5. Considera que os habitantes da localidade e região têm consciência do valor histórico-*patrimonial* do castelo e o valorizam como tal?

SIM ☒

NÃO ☐

A.5.1. Que razões aponta para tal?

A pouca promoção que as entidades locais têm feito ao castelo deu origem a um certo distanciamento por parte das populações. As dificuldades na realização de acções culturais/históricas impostas pelas entidades que gerem o castelo obrigam a que este

seja um monumento pouco “vivo”! No entanto a população local tem enorme orgulho no seu castelo, embora esteja “afastada” dele.

B. COMÉRCIO E ECONOMIA

B.1. De que forma a presença do castelo, e consequente divulgação do mesmo, pode afectar o comércio e economia locais?

Um aproveitamento das potencialidades que o castelo, e o seu bom estado de conservação, poderiam/deveriam ser utilizados para benefício da economia local, mas pelo exposto na resposta anterior os benefícios, são mínimos ou inexistentes.

B.2. Vê a afluência de visitantes, gerada pelo castelo, como solução a médio e longo prazo para o comércio e economia locais?

SIM ☒

NÃO ☐

B.3. Como avalia o impacto da intervenção no castelo em termos de comércio e economia locais?

O entrevistado não respondeu.

B.4. Considera que há impacto da promoção do castelo, e consequente afluência de visitantes, na vida quotidiana e na qualidade de vida da localidade nos últimos anos?

Tem sido pouco relevante.

C. GESTÃO DO PATRIMÓNIO

C.1. Os habitantes participaram no processo de decisão da intervenção?

SIM ☐

NÃO ☐

NÃO SABE ☒

C.1.1. Se sim, de que forma?

Não aplicável.

C.2. Considera importante uma participação cívica no processo de decisão da intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

C.2.1 Porquê?

Quem melhor que as populações locais para auxiliar num processo de memória colectiva? Embora esta deva ser, obviamente gerida por técnicos qualificados.

C.3. Existe participação dos habitantes na gestão e divulgação do castelo?

SIM ☐

Se sim, de que forma?

Não aplicável.

NÃO ☒

C.3.1. Se sim, houve impacto desse contributo?

SIM ☐

Como avalia esse impacto?

Não aplicável.

NÃO ☒

C.4. Existe algum contributo, da sua parte, para a preservação e divulgação do *património*?

SIM ☒

Se sim, qual?

Faço a divulgação e promovo actividades no castelo, como por exemplo um evento de Recriação Histórica, não uma Feira Medieval, mas sim um evento que procura divulgar momentos acontecidos neste castelo ou que a ele estejam ligados, com RIGOR.

NÃO ☐

C.4.1. Se não, considera que deveria dar algum contributo?

SIM ☐

Se sim, qual?

Não aplicável.

NÃO ☐

C.5. Qual o futuro que prevê para o castelo no contexto actual de crise (no que toca à manutenção e à responsabilidade de preservar e divulgar o mesmo)?

A continuar sem grande utilização o futuro estará mais ou menos assegurado! Parece-me no entanto que existe a possibilidade, e se a gestão for partilhada, de tornar este equipamento auto-sustentável.

D. INTERVENÇÃO ARQUITECTÓNICA

D.1. Já visitou a intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

D.2. Conhece o arquitecto ou algum outro facto sobre a intervenção?

SIM ☐

Se sim, qual?

Não aplicável.

NÃO ☒

Nota: se a resposta foi “não” às alíneas D1 e D2, por favor avançar para a alínea D5.

D.3. Como avalia a intervenção quanto à funcionalidade e utilidade da mesma?

Parece-me uma intervenção de qualidade e funcional.

D.4. Que grau de mudança existe entre a nova intervenção e a imagem e memória anterior do castelo?

A intervenção recuperou um castelo bastante danificado e com intervenções anteriores – instalação do cemitério e de “edifícios” para utilização particular sem qualquer ligação ao castelo. Como tal, a intervenção parece-me que dignificou o castelo.

D.5. Considera importante a preservação do *património* para as gerações futuras?

SIM ☒

NÃO ☐

D.5.1. Se sim, de que forma as mesmas podem beneficiar disso?

Na minha opinião os povos beneficiam sempre se conhecerem a sua memória colectiva.

D.6. Existe, na sua opinião, algum uso mais adequado para o espaço do castelo?

Apenas considerá-lo um equipamento vivo e procurar utilizá-lo mais e de forma menos “tímida”.

ENTREVISTA | MODELO I

DATA: 20 de Setembro 2013

ESTUDO DE CASO/LOCAL: Amieira do Tejo

ENTREVISTADO: AMI-I-02, Mas., 20-30, técnico de turismo, ambiental e rural.

A. IMPORTÂNCIA HISTÓRICO-PATRIMONIAL

A.1. Considera que o castelo foi importante no contexto da História nacional?

SIM ☒
NÃO ☐
NÃO SABE ☐

A.2. Conhece alguns factos sobre a história do castelo?

SIM ☒

Se sim, quais?

O castelo é do século XIV e pertence à linha de defesa do Tejo, com os castelos de Belver, Almourol, entre outros. O castelo pertence à linha de defesa mas fica distante do Tejo, a 3 km. Foi mais um castelo de habitação, onde o pai de D, Nuno Álvares Pereira habitou. Foi ele que mandou construir o castelo e foi, de facto, mais de habitação, nunca foi um castelo com muitos conflitos.

NÃO ☐

Nota: se a resposta foi "não"/"não sabe" às alíneas A1 e A2, por favor avançar para a alínea A5.

A.3. Considera que a presença do castelo contribuiu para o desenvolvimento da localidade e do território (exemplo: carta de foral, feira franca, estradas, etc.)?

Contribuiu para o desenvolvimento da terra. Contudo, é um sítio onde se tem de vir propositadamente, não contribuiu muito porque provavelmente já teríamos uma ponte. Mas como disse é um sítio que se tem de visitar de propósito e não traz muitos visitantes, não tantos como queríamos, por causa da localização.

A.4. Pessoalmente atribuiu valor *patrimonial* ao castelo?

SIM ☒

NÃO ☐

A.5. Considera que os habitantes da localidade e região têm consciência do valor histórico-*patrimonial* do castelo e o valorizam como tal?

SIM ☒NÃO ☐**A.5.1. Que razões aponta para tal?**

Os próprios habitantes não dão muito valor. Eu tenho quase a certeza que cerca de 50%, ou mais, da população não conhece as obras que o castelo tem actualmente. Há 3 anos teve a última intervenção. Muitos deles não sabem que o castelo tem exposições na torre principal com a história do castelo, algo como um centro interpretativo e no último piso exposições novas de 2 em 2 meses. As pessoas pensam que o castelo está como antigamente, tudo abandonado no interior. Muitas delas passam em frente ao castelo e quando vêem muitos turistas a entrar para visitá-lo não compreendem que interesse pode ter para essas pessoas. As pessoas (habitantes) têm falta de interesse. Muitas vão ver o castelo e até vão ver as exposições mas há muita gente que não vai. E a maioria da população é idosa, deslocarem-se ao castelo e subir as escadas é complicado.

B. COMÉRCIO E ECONOMIA**B.1. De que forma a presença do castelo, e consequente divulgação do mesmo, pode afectar o comércio e economia locais?**

Pode trazer melhorias, claro. Há prós e contras. É um sítio sossegado, muitas das pessoas que vêm consideram isto uma paz e gostam pelo facto de ser sossegado, visitam o castelo, vão até ao rio e visitam também a capela do Calvário. Mas falta vir mais gente. Há pouco tempo a câmara municipal assinou um protocolo com o IPPAR (actual IGESPAR) e a junta de freguesia, os três, o IPPAR continua a ser a parte central mas agora quem está a explorar directamente o castelo é a câmara municipal e a junta de freguesia. Tenta-se fazer um esforço, os três, para divulgar mais o castelo. O castelo teve um problema, esteve quase 4 anos fechado por causa das intervenções na torre principal e nessa altura até estava divulgado e mencionado em diversos roteiros. No entanto, as pessoas vinham visitar e estava fechado. Foi retirado (desses roteiros). Agora já está aberto permanentemente há dois anos e está a tentar-se fazer algum esforço por parte da câmara municipal e da Direcção Regional da Cultura (do Alentejo) para trazer mais gente aqui. As pessoas também não vêm por causa da situação de ter vir aqui propositadamente. A sinalização já foi pior, agora existe mais alguma sinalização mas ainda é preciso mais alguma.

B.2. Vê a afluência de visitantes, gerada pelo castelo, como solução a médio e longo prazo para o comércio e economia locais?SIM ☒NÃO ☐

B.3. Como avalia o impacto da intervenção no castelo em termos de comércio e economia locais?

As pessoas vêm mais para visitar o castelo. Mas depois quando entram dentro da torre principal ficam contentes porque vêem muitos castelos que estão maltratados no interior e este não. A maioria das pessoas pergunta se vale a pena entrar no castelo, e depois quando entram vêem que vale a pena, que as coisas estão recuperadas. Claro que no meio de muita gente aparece sempre uma pessoa que fica chocada com a intervenção, porque tem alumínios e as paredes também já foram alteradas.

B.4. Considera que há impacto da promoção do castelo, e consequente afluência de visitantes, na vida quotidiana e na qualidade de vida da localidade nos últimos anos? Ainda não, não acontece porque não vem muita gente, dá uma média de 80 a 90 visitantes por mês.

C. GESTÃO DO PATRIMÓNIO

C.1. Os habitantes participaram no processo de decisão da intervenção?

SIM ☐

NÃO ☒

NÃO SABE ☐

C.1.1. Se sim, de que forma?

Não aplicável.

C.2. Considera importante uma participação cívica no processo de decisão da intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

C.2.1 Porquê?

Sim, acho importante, acho que as pessoas deviam dar opinião mas assim não sei se chegavam a um consenso.

C.3. Existe participação dos habitantes na gestão e divulgação do castelo?

SIM ☒

Se sim, de que forma?

As pessoas mais jovens tentam divulgar através da internet. Às vezes quando as pessoas vêm ver a terra, os mais velhos dizem para ir ver o castelo.

NÃO ☐

C.3.1. Se sim, houve impacto desse contributo?

SIM ☒

Como avalia esse impacto?

Não se nota muito, mas acho que houve impacto. Muita gente vem porque vê imagens na internet, facebook e blogues. Queríamos que fosse mais mas é complicado. Há também impacto devido aos eventos que se fazem aqui dentro (no castelo) – faz-se a festa da terra dentro do castelo e fazemos também recriação histórica, já é o segundo ano. Nestes dois anos tem vindo a RTP filmar e fazer a cobertura e tem passado na televisão, atraindo muita gente devido a isso.

NÃO ☐

C.4. Existe algum contributo, da sua parte, para a preservação e divulgação do património?

SIM ☒

Se sim, qual?

Eu não tenho um curso de guia turístico mas gosto de dar uma breve explicação às pessoas. Não muito pois as pessoas não gostam de serem incomodadas, mas tento dar uma explicação da capela e da torre principal.

NÃO ☐

C.4.1. Se não, considera que deveria dar algum contributo?

SIM ☐

Se sim, qual?

Não aplicável.

NÃO ☐

C.5. Qual o futuro que prevê para o castelo no contexto actual de crise (no que toca à manutenção e à responsabilidade de preservar e divulgar o mesmo)?

Agora com o protocolo o castelo tem de estar aberto, não sei precisar quantos anos. Esperamos que esteja aberto – já está há dois anos consecutivos e esperamos que continue. O investimento que foi feito naquela torre (torre de menagem) foi uma coisa fora de série e se fechasse era bastante mau. E tudo aquilo que se fez até agora para que se conseguisse fazer vir mais gente iria perder-se se o castelo fechasse. Quanto à manutenção, a junta de freguesia e a câmara municipal estão mais directamente ligadas, mais a junta de freguesia, e acho que é bom as duas estarem mais directamente ligadas à manutenção, estão mais próximas do monumento e se houver alguma coisa é melhor.

Há coisas que se fazem, por exemplo, visitas maiores que vêm e coisas que se tem de fazer aí dentro (do castelo), é claro que o IPPAR tem de tomar sempre conhecimento das coisas mas às vezes tinha-se de fazer ofícios e pedidos e muitas vezes a resposta vinha já depois das datas dos eventos. Não acontecia muitas coisas devido a isso.

D. INTERVENÇÃO ARQUITECTÓNICA

D.1. Já visitou a intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

D.2. Conhece o arquitecto ou algum outro facto sobre a intervenção?

SIM ☒

Se sim, qual?

João Nasi Pereira, acho eu.

NÃO ☐

Nota: se a resposta foi “não” às alíneas D1 e D2, por favor avançar para a alínea D5.

D.3. Como avalia a intervenção quanto à funcionalidade e utilidade da mesma?

Gosto da intervenção, funciona. O castelo foi intervencionado e teve um ano quase sem exposições. Agora com as exposições e a história do castelo completa um pouco a intervenção, bem como as maquetes.

D.4. Que grau de mudança existe entre a nova intervenção e a imagem e memória anterior do castelo?

Esta última intervenção não modificou muito.

D.5. Considera importante a preservação do *património* para as gerações futuras?

SIM ☒

NÃO ☐

D.5.1. Se sim, de que forma as mesmas podem beneficiar disso?

Prova disso foi quando o castelo foi recuperado quando passou a ser monumento nacional, sofreu uma intervenção e ainda bem, pois hoje não sei como é que estaria, nessa altura estava já muito danificado.

D.6. Existe, na sua opinião, algum uso mais adequado para o espaço do castelo?

Tenta-se fazer mais coisas. Às vezes são organizados passeios de todo-o-terreno, de jipes e carros e tenta-se fazer o almoço na praça de armas – as pessoas comem lá. Sempre dá mais movimento ao castelo. Tenta-se fazer actividades desse género.

ENTREVISTA | MODELO II

DATA: 20 de Setembro 2013

ESTUDO DE CASO/LOCAL: Amieira do Tejo

ENTREVISTADO: AMI-II-01, Fem., 40-50, técnica superior do município de Nisa.

A.IMPORTÂNCIA HISTÓRICO-PATRIMONIAL

A.1. Considera que a presença do castelo contribuiu para o desenvolvimento da localidade e do território (exemplo: carta de foral, feira franca, vias principais, etc.)? Penso que sim, basta consultar a documentação histórica para ficarmos com a ideia de que Amieira do Tejo aumentou de forma significativa a sua população desde a construção do Castelo e consequentemente houve um aumento de fogos, (limites da vila) e criaram-se as bases para que economia local sobrevivesse.

No entanto, a situação geográfica da vila tem sido um factor muito negativo no que respeita ao desenvolvimento da mesma, porque não é um local de passagem, uma vez que o rio Tejo faz o limite da freguesia, obrigando as pessoas a voltarem para trás. Este é sem dúvida o principal obstáculo ao desenvolvimento de Amieira.

A sua população é maioritariamente idosa e a vila está ficar despovoada, aliás como toda esta região do interior.

A.2. Considera que os habitantes da localidade e região têm consciência do valor histórico-*patrimonial* do castelo e o valorizam como tal?

SIM ☒

NÃO ☐

A.2.1. Que razões aponta para tal?

Os habitantes de Amieira poderão não conseguir explicar esse valor, mas têm consciência de que o monumento mais importante que têm na sua terra é o Castelo e como tal este deverá ser preservado, porque é devido a ele que recebem diariamente alguns visitantes. Penso que o valorizam à sua maneira, ficam contentes quando se encontram soluções para o manter aberto e limpo. Também eles vêm no castelo o último e único elemento que pode ajudar à sobrevivência da própria localidade.

B. COMÉRCIO E ECONOMIA

B.1. De que forma a presença do castelo, e consequente divulgação do mesmo, pode afectar o comércio e economia locais?

Infelizmente, apesar de ser o único que leva gente a Amieira, não é só per si suficiente para alterar a situação de despovoamento e falta de comércio que existe em Amieira. Este problema carece de políticas mais profundas não apenas a nível local,

mas também regional e nacional. De qualquer forma o castelo será sempre o centro de qualquer plano que surja para Amieira e deverá passar também por parcerias a nível institucional/cultura, como por exemplo roteiros temáticos (regionais). É a nível concelhio o monumento mais emblemático, e as pessoas de uma forma geral têm consciência disso.

B.2. Vê a afluência de mais visitantes, sobretudo aquela gerada pelo castelo, como solução a médio e longo prazo para o comércio e economia locais?

SIM ☐

NÃO ☒

B.3. Como avalia o impacto da recente intervenção no castelo em termos de comércio e economia locais?

Penso que intervenção se reflecte mais em termos da conservação do imóvel e na criação de novos espaços expositivos (era a grande carência) do que propriamente na alteração da realidade económica da freguesia.

B.4. Houve algum tipo de impacto da promoção do castelo e consequente afluência de visitantes na vida quotidiana e na qualidade de vida da localidade nos últimos anos?

Não acho que tenha havido impacto a esse nível. O turismo que existe não é ainda gerador de riqueza, ou pelo menos não se reflecte na qualidade de vida das pessoas. O castelo deverá ser sempre um elo muito importante na discussão de uma nova realidade para Amieira, mas não consegue ser sozinho o motor de arranque.

C. GESTÃO DO PATRIMÓNIO

C.1. Quais os factores que mais influenciaram os critérios da intervenção no castelo e a decisão de intervir (fundos monetários disponíveis, condicionalismos no processo de projecto, etc)?

No fundo houve uma conjugação de factores, por um lado a consciência dos serviços centrais, nomeadamente Direcção Regional de Cultura, da necessidade de intervir rapidamente por questões da salvaguarda e segurança do imóvel, por outro a vontade do Município de Nisa em participar activamente nessa intervenção e por fim a disponibilidade financeira que surgiu através de fundos comunitários. Esta conjugação de vontades fez com que a intervenção avançasse. Penso que em relação aos critérios de intervenção, o autor do projecto teve a preocupação de tornar a intervenção o mais leve possível em termos do impacto, até visual e um cuidado efectivo em termos da segurança das pessoas. Penso também que existem outras zonas do castelo que merecem uma nova intervenção, nomeadamente as escadarias de acesso aos passadiços, que são extremamente perigosas, para além da possível requalificação das restantes torres.

C.2. Os habitantes participaram no processo de decisão de intervenção?

SIM ☐

NÃO ☒

C.2.1. Se sim, de que forma?

Não aplicável.

C.3. Considera importante uma participação cívica no processo de decisão da intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

C.3.1. Porquê?

Eu considero que sim, em qualquer situação, mas no caso de Amieira isso não aconteceu porque não existem movimentos cívicos ou até associações que possam participar, até porque como já referi a população é maioritariamente idosa, e os habitantes são cada vez menos, o que é uma pena.

C.4. Existe participação dos habitantes na gestão e divulgação do *património* local (incluindo o castelo)?

SIM ☐

De que forma?

Não aplicável.

NÃO ☒

C.4.1. Se sim, houve impacto desse contributo?

SIM ☐

Como avalia esse impacto?

Não aplicável.

NÃO ☐

C.5. Qual o futuro que prevê para o castelo no contexto actual de crise (no que toca à manutenção e à responsabilidade de preservar e divulgar o mesmo)?

Não prevejo que haja alterações, porque existem protocolos de colaboração entre o Município de Nisa, Direcção Regional de Cultura do Alentejo e Junta de Freguesia de Amieira do Tejo, no sentido de encontrar as melhores soluções para garantir a manutenção, conservação e divulgação do castelo, e até à data tem corrido de forma muito cordial, porque no fundo todos sabemos que deveremos fazer um esforço (conjunto) para garantir que este monumento não caia no esquecimento e que sirva a médio prazo como um elemento, a par de outros, revitalizador de uma zona extremamente despovoada e carenciada.

C.6. Quais os principais pontos que caracterizam a atitude das autoridades competentes em relação ao castelo no que toca à divulgação, promoção e informação para o público nos anos mais recentes?

O ponto principal é a notória consciência de todos os implicados, (CMN,DRCA,JFAT) de que terão, em conjunto, encontrar as melhores soluções para manter o castelo aberto ao público, nas melhores condições de segurança e de limpeza. Nesse sentido foram assinados vários protocolos de colaboração entre todos onde ficam assentes as obrigações de cada parceiro e criar assim as melhores condições de trabalho/gestão. Essa consciência traduz-se na cooperação institucional, essencial para o funcionamento da coisa pública.

C.7. Existe algum impacto da intervenção no castelo em outros aspectos da localidade além do comércio?

SIM ☐

NÃO ☒

C.7.1. Se sim, como o caracteriza?

Não aplicável.

D. INTERVENÇÃO ARQUITECTÓNICA

D.1. Como avalia a intervenção quanto à funcionalidade e utilidade da mesma?

Esta última intervenção foi talvez a mais bem conseguida em termos arquitectónicos, porque criou um espaço museológico/expositivo que fazia muita falta ao castelo, na Torre de Menagem. Este novo espaço gera alguma dinâmica, porque temos tido a preocupação (CMN;DRCA;JFAT) em apresentar exposições temporárias, cujas temáticas assentam realidades locais, nomeadamente o artesanato, comemorações dos forais do concelho, etc.

Para além desta questão foram também construídas instalações sanitárias, que eram reclamadas por todos há muitos anos.

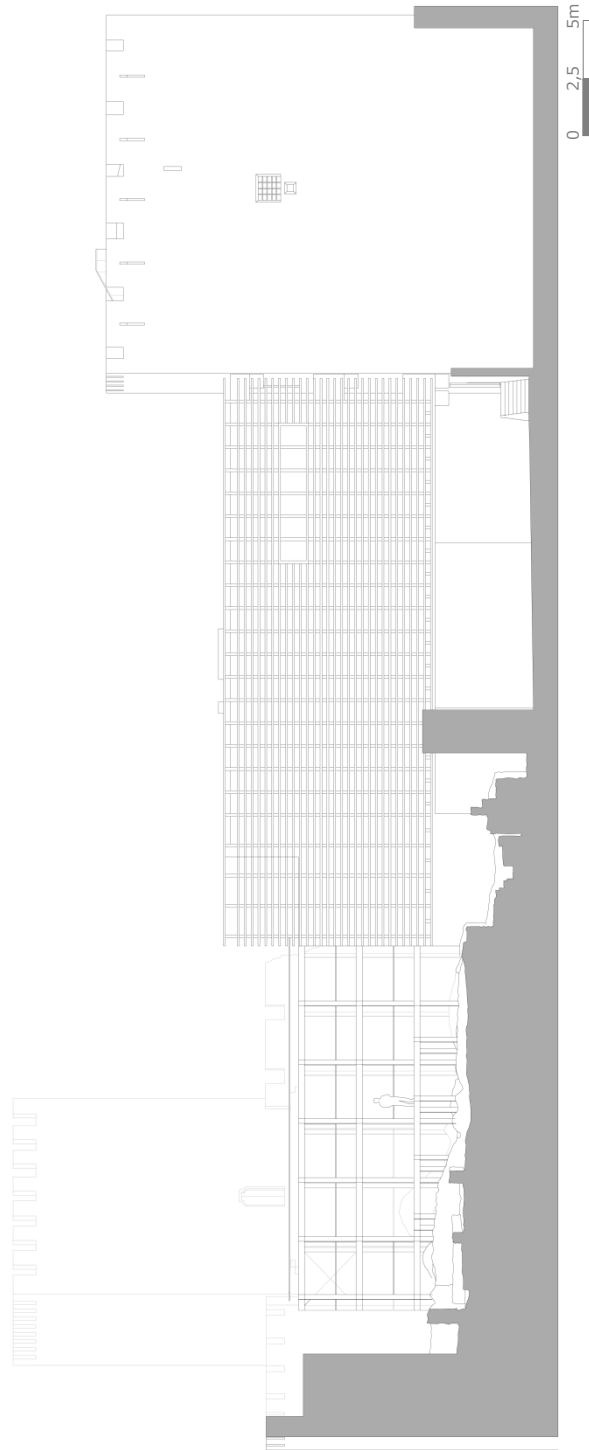
D.2. Considera que a recente intervenção alterou, de algum modo, a imagem ou a memória do castelo?

Não, penso que alterou a imagem, mas pela positiva, porque quem o visita fica com a ideia de que se continua a aposta neste castelo.

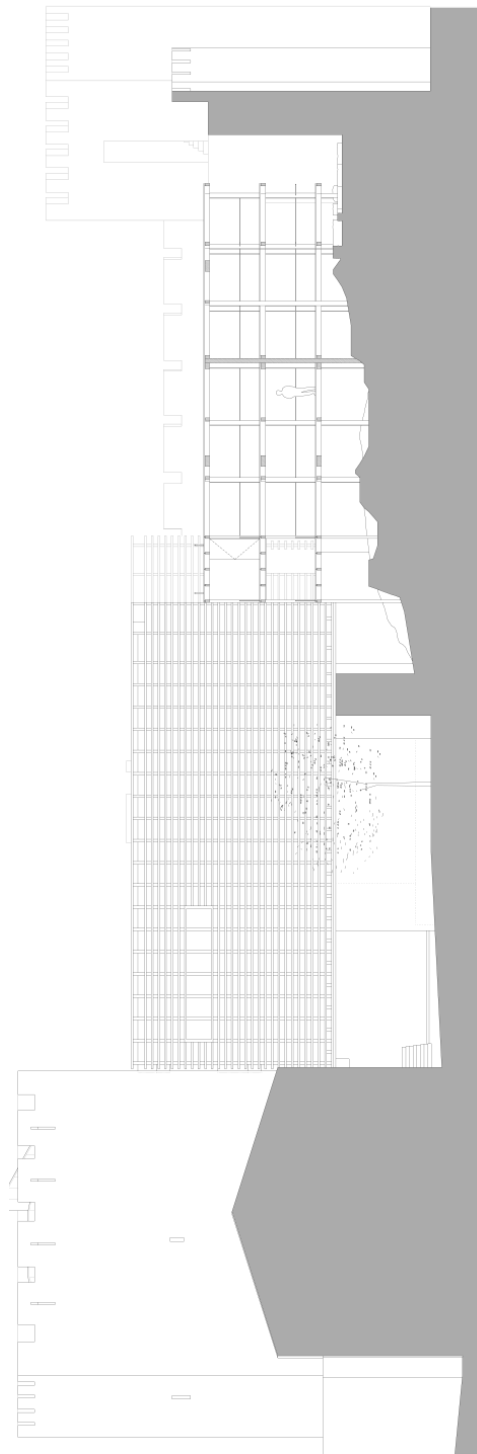
D.3. Existe, na sua opinião, alguma alternativa mais adequada ao uso do espaço do castelo?

Não.

Anexo 12.



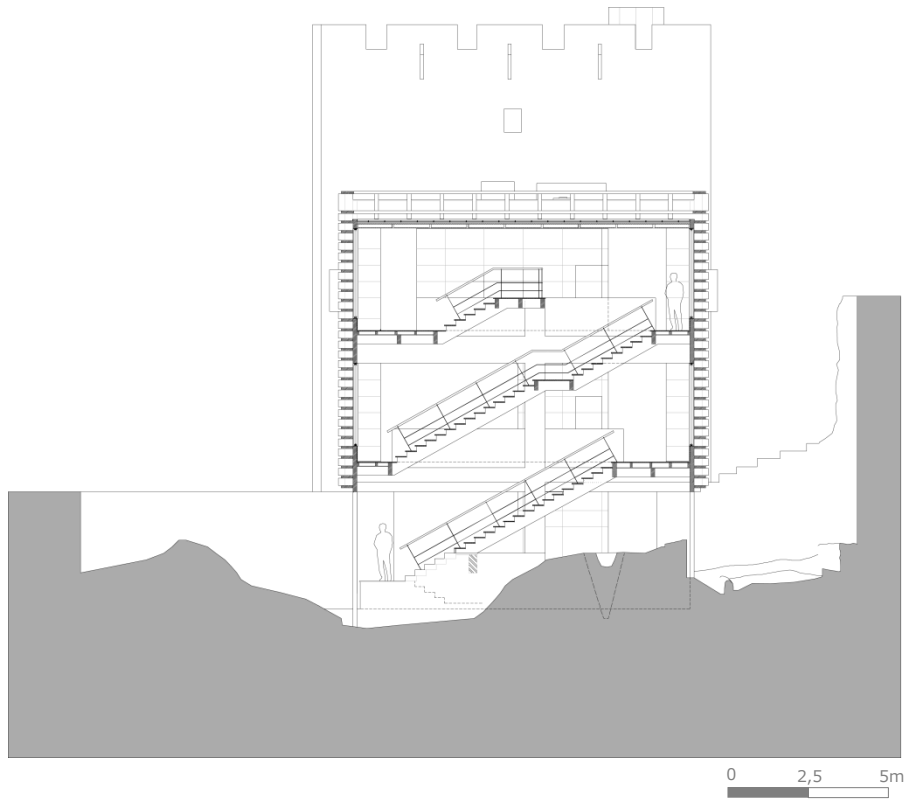
Perfil 2.
Adaptado pela autora.
Documento original cedido pelo arquitecto Cândido Chuva Gomes.



0 2.5 5m

Perfil 3.
Adaptado pela autora.
Documento original cedido pelo arquitecto Cândido Chuva Gomes.

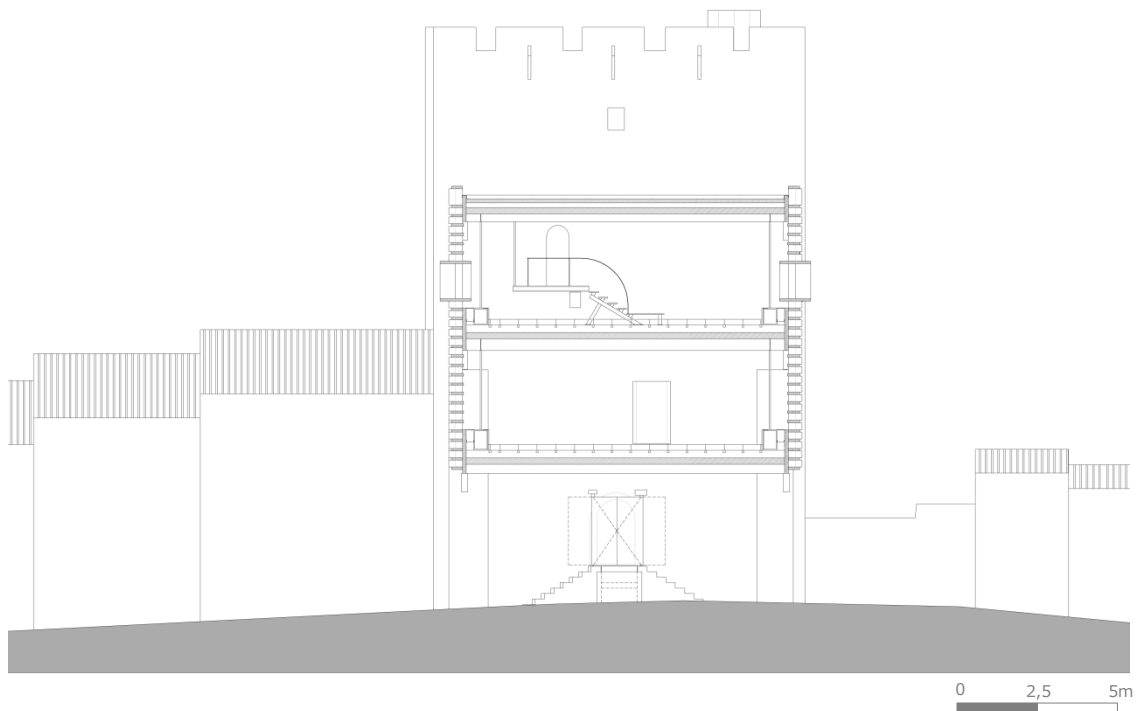
Anexos



Perfil 4.

Adaptado pela autora.

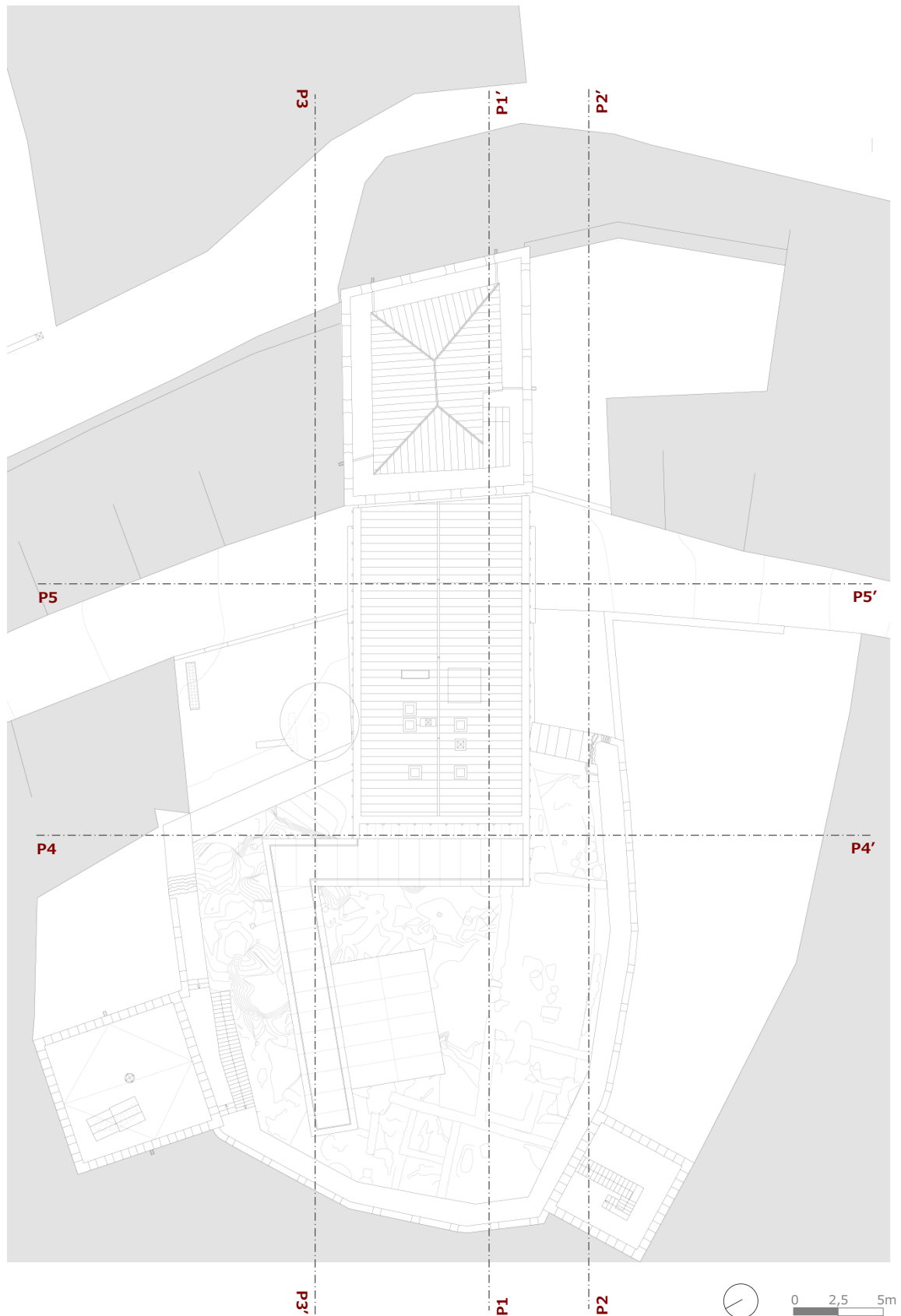
Documento original cedido pelo arquitecto Cândido Chuva Gomes.



Perfil 5.

Adaptado pela autora.

Documento original cedido pelo arquitecto Cândido Chuva Gomes.



Planta de cobertura.

Adaptado pela autora.

Documento original cedido pelo arquitecto Cândido Chuva Gomes.

Anexo 13.

ENTREVISTA | MODELO I

DATA: 19 de Setembro 2013

ESTUDO DE CASO/LOCAL: Portalegre

ENTREVISTADO: POR-I-01, Mas., 50-60, assistente técnico.

A. IMPORTÂNCIA HISTÓRICO-PATRIMONIAL

A.1. Considera que o castelo foi importante no contexto da História nacional?

SIM ☒
NÃO ☐
NÃO SABE ☐

A.2. Conhece alguns factos sobre a história do castelo?

SIM ☒

Se sim, quais?

- Cerco a Portalegre (Maio – Outubro 1299);
- Motim de 1383;
- 1704: guerra da sucessão de Espanha;
- 1801: ocupação pelo exército espanhol;
- 1808: ocupação pelo exército francês;
- 7 de Julho de 1833: ocupação por forças realistas;
- 1833: incursões liberais;
- 1847: ocupação pelo exército espanhol.

NÃO ☐

Nota: se a resposta foi “não”/“não sabe” às alíneas A1 e A2, por favor avançar para a alínea A5.

A.3. Considera que a presença do castelo contribuiu para o desenvolvimento da localidade e do território (exemplo: carta de foral, feira franca, estradas, etc.)?

O castelo foi importantíssimo para o desenvolvimento da localidade, a extensão do casario extramuros é uma prova disso. Como era normal naquela época a vida cultural e económica desenvolvia-se nos castelos e nos territórios em seu redor.

A.4. Pessoalmente atribuiu valor *patrimonial* ao castelo?

SIM ☒

NÃO ☐

A.5. Considera que os habitantes da localidade e região têm consciência do valor histórico-*patrimonial* do castelo e o valorizam como tal?

SIM ☒

NÃO ☐

A.5.1. Que razões aponta para tal?

O facto de ser o mais antigo monumento da cidade, o que só por si leva os habitantes a conhecerem a sua história.

B. COMÉRCIO E ECONOMIA

B.1. De que forma a presença do castelo, e consequente divulgação do mesmo, pode afectar o comércio e economia locais?

Atraindo à cidade novos públicos. A realização de algumas actividades no espaço do castelo ou a recuperação da muralha – estou a referir-me àquela que ainda está escondida pelo casario – com certeza atrairiam um maior número de visitantes, o que afectaria a economia local.

B.2. Vê a afluência de visitantes, gerada pelo castelo, como solução a médio e longo prazo para o comércio e economia locais?

SIM ☐

NÃO ☒

B.3. Como avalia o impacto da intervenção no castelo em termos de comércio e economia locais?

Na minha opinião a intervenção no castelo não teve nenhum impacto no comércio e na economia local.

B.4. Considera que há impacto da promoção do castelo, e consequente afluência de visitantes, na vida quotidiana e na qualidade de vida da localidade nos últimos anos?

O castelo é o monumento mais visitado de Portalegre juntamente com a sé, necessitando de uma maior projecção, mas não será número suficiente para alterar a qualidade de vida da localidade, embora a intenção inicialmente tenha alterado essa qualidade de vida.

C. GESTÃO DO PATRIMÓNIO

C.1. Os habitantes participaram no processo de decisão da intervenção?

SIM ☐

NÃO ☒

NÃO SABE ☐

C.1.1. Se sim, de que forma?

Não aplicável.

C.2. Considera importante uma participação cívica no processo de decisão da intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

C.2.1 Porquê?

Talvez não se cometessem erros. Uma maior diversidade de opiniões é sempre salutar.

C.3. Existe participação dos habitantes na gestão e divulgação do castelo?

SIM ☒

Se sim, de que forma?

Só na divulgação. Os habitantes são e serão sempre um excelente meio de comunicação dos monumentos de qualquer vila ou cidade.

NÃO ☐

C.3.1. Se sim, houve impacto desse contributo?

SIM ☒

Como avalia esse impacto?

O número de visitantes do Castelo seria inferior se não fosse o contributo dos habitantes na publicitação oral que é realizada àqueles que nos visitam.

NÃO ☐

C.4. Existe algum contributo, da sua parte, para a preservação e divulgação do *património*?

SIM ☒

Se sim, qual?

Trabalho num museu. Todos os dias divulgo e preservo o património da minha terra.

NÃO ☐

C.4.1. Se não, considera que deveria dar algum contributo?

SIM ☐

Se sim, qual?

Não aplicável.

NÃO ☐

C.5. Qual o futuro que prevê para o castelo no contexto actual de crise (no que toca à manutenção e à responsabilidade de preservar e divulgar o mesmo)?

No contexto actual de crise não é fácil a preservação e divulgação de qualquer monumento, esta manutenção é sempre muito dispendiosa. Não podemos esquecer que depende da Câmara Municipal a manutenção e divulgação, o ideal seria um maior apoio por parte do Estado.

D. INTERVENÇÃO ARQUITECTÓNICA

D.1. Já visitou a intervenção?

SIM ☒NÃO ☐

D.2. Conhece o arquitecto ou algum outro facto sobre a intervenção?

SIM ☒

Se sim, qual?

Arquitecto Chuva Gomes. A intervenção arqueológica permitiu encontrar as ossadas de Charles Bevau (coronel inglês) comandante da guarnição.

NÃO ☐

Nota: se a resposta foi “não” às alíneas D1 e D2, por favor avançar para a alínea D5.

D.3. Como avalia a intervenção quanto à funcionalidade e utilidade da mesma?

Se por um lado foi útil, porque veio colmatar algumas lacunas existentes no castelo e veio possibilitar uma maior mobilidade de pessoas com reduzida mobilidade, por outro lado a função inicial de um restaurante no 2º piso foi desastrosa.

D.4. Que grau de mudança existe entre a nova intervenção e a imagem e memória anterior do castelo?

Hoje tenho a imagem daquela estrutura moderna, de uma estrutura que veio dar outra dinâmica ao espaço, mas conservo a imagem anterior do castelo com a exposição maravilhosa da história militar de Portalegre e a riqueza visual da paisagem que observava de qualquer das torres.

D.5. Considera importante a preservação do *património* para as gerações futuras?

SIM ☒

NÃO ☐

D.5.1. Se sim, de que forma as mesmas podem beneficiar disso?

De muitas formas, a nível cultural e económico. A preservação do património não poderá nunca ser um factor negativo, apenas poderá trazer enormes benefícios às novas gerações. Tem é que se saber criar projectos que rentabilizem esse património.

D.6. Existe, na sua opinião, algum uso mais adequado para o espaço do castelo?

Manter a sala de exposições temporárias, transformar o espaço de restaurante em cafetaria e intervir no espaço de forma a que se possam visitar as ameias e as torres.

ENTREVISTA | MODELO I

DATA: 19 de Setembro 2013

ESTUDO DE CASO/LOCAL: Portalegre

ENTREVISTADO: POR-I-02, Fem., 50-60, arquitecta.

A. IMPORTÂNCIA HISTÓRICO-PATRIMONIAL

A.1. Considera que o castelo foi importante no contexto da História nacional?

SIM ☒
NÃO ☐
NÃO SABE ☐

A.2. Conhece alguns factos sobre a história do castelo?

SIM ☒

Se sim, quais?

As primeiras construções datam de meados do século XII. A construção da cerca data a partir de 1290, por D. Dinis.

NÃO ☐

Nota: se a resposta foi “não”/“não sabe” às alíneas A1 e A2, por favor avançar para a alínea A5.

A.3. Considera que a presença do castelo contribuiu para o desenvolvimento da localidade e do território (exemplo: carta de foral, feira franca, estradas, etc)?

Sim.

A.4. Pessoalmente atribuiu valor *patrimonial* ao castelo?

SIM ☒
NÃO ☐

A.5. Considera que os habitantes da localidade e região têm consciência do valor histórico-*patrimonial* do castelo e o valorizam como tal?

SIM ☒
NÃO ☐

A.5.1. Que razões aponta para tal?

Embora tenham consciência do valor histórico-patrimonial este não é suficiente valorizado, talvez por falta de sensibilização para tal.

B. COMÉRCIO E ECONOMIA

B.1. De que forma a presença do castelo, e consequente divulgação do mesmo, pode afectar o comércio e economia locais?

Positivamente, desde que sejam criadas condições e apoiadas iniciativas.

B.2. Vê a afluência de visitantes, gerada pelo castelo, como solução a médio e longo prazo para o comércio e economia locais?

SIM ☐

NÃO ☒

B.3. Como avalia o impacto da intervenção no castelo em termos de comércio e economia locais?

A intervenção só por si não é suficiente, devendo ser integrada noutras intervenções a nível local.

B.4. Considera que há impacto da promoção do castelo, e consequente afluência de visitantes, na vida quotidiana e na qualidade de vida da localidade nos últimos anos?

Não.

C. GESTÃO DO PATRIMÓNIO

C.1. Os habitantes participaram no processo de decisão da intervenção?

SIM ☐

NÃO ☒

NÃO SABE ☐

C.1.1. Se sim, de que forma?

Não aplicável.

C.2. Considera importante uma participação cívica no processo de decisão da intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

C.2.1 Porquê?

A população é parte integrante do meio.

C.3. Existe participação dos habitantes na gestão e divulgação do castelo?

SIM ☐

Se sim, de que forma?

Não aplicável.

NÃO ☒

C.3.1. Se sim, houve impacto desse contributo?

SIM ☐

Como avalia esse impacto?

Não aplicável.

NÃO ☐

C.4. Existe algum contributo, da sua parte, para a preservação e divulgação do *património*?

SIM ☐

Se sim, qual?

Não aplicável.

NÃO ☒

C.4.1. Se não, considera que deveria dar algum contributo?

SIM ☒

Se sim, qual?

Apoiar e participar em iniciativas várias.

NÃO ☐

C.5. Qual o futuro que prevê para o castelo no contexto actual de crise (no que toca à manutenção e à responsabilidade de preservar e divulgar o mesmo)?

“Adaptar” a infra-estrutura existente a uma utilização mais vivida e com mais intervenção da população local, mas aberta para o exterior.

D. INTERVENÇÃO ARQUITECTÓNICA

D.1. Já visitou a intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

D.2. Conhece o arquitecto ou algum outro facto sobre a intervenção?

SIM ☒

Se sim, qual?

O projecto.

NÃO ☐

Nota: se a resposta foi “não” às alíneas D1 e D2, por favor avançar para a alínea D5.

D.3. Como avalia a intervenção quanto à funcionalidade e utilidade da mesma?

Subaproveitada.

D.4. Que grau de mudança existe entre a nova intervenção e a imagem e memória anterior do castelo?

Grande mudança no que se refere aos materiais utilizados, em especial no exterior, com um tempo de vida limitado e não duradouro.

D.5. Considera importante a preservação do *património* para as gerações futuras?

SIM ☒

NÃO ☐

D.5.1. Se sim, de que forma as mesmas podem beneficiar disso?

Compete à geração actual manter vivas as memórias através da preservação do património.

D.6. Existe, na sua opinião, algum uso mais adequado para o espaço do castelo?

A entrevistada não respondeu.

ENTREVISTA | MODELO I

DATA: 19 de Setembro 2013**ESTUDO DE CASO/LOCAL:** Portalegre**ENTREVISTADO:** POR-I-03, Col.**A. IMPORTÂNCIA HISTÓRICO-PATRIMONIAL****A.1.** Considera que o castelo foi importante no contexto da História nacional?

SIM ☒
NÃO ☐
NÃO SABE ☐

A.2. Conhece alguns factos sobre a história do castelo?SIM ☒

Se sim, quais?

O Castelo de Portalegre localiza-se na freguesia da Sé. Foi edificado há mais de oito séculos, no ponto mais alto da povoação. A torre de menagem do castelo de Portalegre ainda domina a cidade, destaca-se pelo contraste entre a cor escura das suas muralhas e o branco da cal das casas em redor. A sua primeira função foi a defesa da raia alentejana, frente a Castela.

Recentemente sofreu grandes obras de requalificação, integradas no Programa Polis no valor de quase 2 milhões de euros.

NÃO ☐

Nota: se a resposta foi “não”/“não sabe” às alíneas A1 e A2, por favor avançar para a alínea A5.

A.3. Considera que a presença do castelo contribuiu para o desenvolvimento da localidade e do território (exemplo: carta de foral, feira franca, estradas, etc)?

Sim, a construção de uma fortificação como é um castelo é sempre muito importante. Em Portalegre foi importante na defesa da fronteira durante a Guerra da Restauração, e continua a ser um dos edifícios mais importantes da cidade com muita história, simbolismo e atracção turística.

A.4. Pessoalmente atribuiu valor *patrimonial* ao castelo?

SIM ☒
NÃO ☐

A.5. Considera que os habitantes da localidade e região têm consciência do valor histórico-*patrimonial* do castelo e o valorizam como tal?

SIM ☒

NÃO ☐

A.5.1. Que razões aponta para tal?

Falam dele com orgulho e recomendam a sua visita aos turistas.

B. COMÉRCIO E ECONOMIA

B.1. De que forma a presença do castelo, e consequente divulgação do mesmo, pode afectar o comércio e economia locais?

Pode afectar de forma positiva se estiver aberto ao público todos os dias, dinamizando o espaço com actividades atractivas para residentes e visitantes.

B.2. Vê a afluência de visitantes, gerada pelo castelo, como solução a médio e longo prazo para o comércio e economia locais?

SIM ☐

NÃO ☒

B.3. Como avalia o impacto da intervenção no castelo em termos de comércio e economia locais?

Tem pouco impacto, no início da reconstrução trouxe algum aumento de turistas a Portalegre, principalmente enquanto o restaurante integrado no castelo esteve aberto ao público.

B.4. Considera que há impacto da promoção do castelo, e consequente afluência de visitantes, na vida quotidiana e na qualidade de vida da localidade nos últimos anos?

O castelo é o monumento mais visitado de Portalegre juntamente com a sé, necessitando de uma maior projecção, mas não será número suficiente para alterar a qualidade de vida da localidade, embora a intenção inicialmente tenha alterado essa qualidade de vida.

C. GESTÃO DO PATRIMÓNIO

C.1. Os habitantes participaram no processo de decisão da intervenção?

SIM ☐

NÃO ☒

NÃO SABE ☐

C.1.1. Se sim, de que forma?

Não aplicável.

C.2. Considera importante uma participação cívica no processo de decisão da intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

C.2.1 Porquê?

Porque todos devem ter uma palavra a dizer desde que fundamentada,

C.3. Existe participação dos habitantes na gestão e divulgação do castelo?

SIM ☐

Se sim, de que forma?

Não aplicável.

NÃO ☒

C.3.1. Se sim, houve impacto desse contributo?

SIM ☐

Como avalia esse impacto?

Não aplicável.

NÃO ☐

C.4. Existe algum contributo, da sua parte, para a preservação e divulgação do *património*?

SIM ☒

Se sim, qual?

O castelo de Portalegre é divulgado no Circuito Cultural da Freguesia da Sé e em actividades por nós promovidas.

NÃO ☐

C.4.1. Se não, considera que deveria dar algum contributo?

SIM ☐

Se sim, qual?

Não aplicável.

NÃO ☐

C.5. Qual o futuro que prevê para o castelo no contexto actual de crise (no que toca à manutenção e à responsabilidade de preservar e divulgar o mesmo)?

Neste momento de crise é cada vez mais difícil preservar e manter os espaços em condições condignas. Para uma divulgação mais eficaz deve haver concentração de esforços entre as entidades e população.

D. INTERVENÇÃO ARQUITECTÓNICA

D.1. Já visitou a intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

D.2. Conhece o arquitecto ou algum outro facto sobre a intervenção?

SIM ☒

Se sim, qual?

A Intervenção ocorreu no âmbito do Programa Polis e conjuga a antiga pedra há séculos edificada com a madeira e vidro contemporâneos.

NÃO ☐

Nota: se a resposta foi “não” às alíneas D1 e D2, por favor avançar para a alínea D5.

D.3. Como avalia a intervenção quanto à funcionalidade e utilidade da mesma?

A intervenção foi proveitosa e está funcional, contempla 3 pisos com elevador, espaços culturais, salas polivalentes e cafetaria.

D.4. Que grau de mudança existe entre a nova intervenção e a imagem e memória anterior do castelo?

A mudança é enorme pois existia já a destruição de paredes e espaços que foram reconstruídos.

D.5. Considera importante a preservação do *património* para as gerações futuras?

SIM ☒

NÃO ☐

D.5.1. Se sim, de que forma as mesmas podem beneficiar disso?

Por ser uma herança que nos foi sendo transmitida e deve continuar para as gerações futuras, por uma questão cultural e económica, com dinamização dos espaços existentes, colocando-os ao serviço da população e do turismo.

D.6. Existe, na sua opinião, algum uso mais adequado para o espaço do castelo?

O entrevistado não respondeu.

ENTREVISTA | MODELO I

DATA: 19 de Setembro 2013

ESTUDO DE CASO/LOCAL: Portalegre

ENTREVISTADO: POR-I-04, Mas., 40-50, enfermeiro.

A. IMPORTÂNCIA HISTÓRICO-PATRIMONIAL

A.1. Considera que o castelo foi importante no contexto da História nacional?

SIM ☐

NÃO ☐

NÃO SABE ☒

A.2. Conhece alguns factos sobre a história do castelo?

SIM ☐

Se sim, quais?

Não aplicável.

NÃO ☒

Nota: se a resposta foi “não”/“não sabe” às alíneas A1 e A2, por favor avançar para a alínea A5.

A.3. Considera que a presença do castelo contribuiu para o desenvolvimento da localidade e do território (exemplo: carta de foral, feira franca, estradas, etc)?

Não aplicável.

A.4. Pessoalmente atribuiu valor *patrimonial* ao castelo?

SIM ☐

NÃO ☐

A.5. Considera que os habitantes da localidade e região têm consciência do valor histórico-*patrimonial* do castelo e o valorizam como tal?

SIM ☒

NÃO ☐

A.5.1. Que razões aponta para tal?

O entrevistado não respondeu.

B. COMÉRCIO E ECONOMIA

B.1. De que forma a presença do castelo, e consequente divulgação do mesmo, pode afectar o comércio e economia locais?

Atracção de turistas, visitantes.

B.2. Vê a afluência de visitantes, gerada pelo castelo, como solução a médio e longo prazo para o comércio e economia locais?

SIM ☐

NÃO ☒

B.3. Como avalia o impacto da intervenção no castelo em termos de comércio e economia locais?

Escasso, até ao momento.

B.4. Considera que há impacto da promoção do castelo, e consequente afluência de visitantes, na vida quotidiana e na qualidade de vida da localidade nos últimos anos?

Algum, mas poderia (e deveria) ser muito maior.

C. GESTÃO DO PATRIMÓNIO

C.1. Os habitantes participaram no processo de decisão da intervenção?

SIM ☐

NÃO ☒

NÃO SABE ☐

C.1.1. Se sim, de que forma?

Não aplicável.

C.2. Considera importante uma participação cívica no processo de decisão da intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

C.2.1 Porquê?

A cidade é pertença de todos e as decisões sobre o património não devem estar apenas “nas mãos” dos decisores políticos.

C.3. Existe participação dos habitantes na gestão e divulgação do castelo?

SIM ☐

Se sim, de que forma?

Não aplicável.

NÃO ☒

C.3.1. Se sim, houve impacto desse contributo?

SIM ☐

Como avalia esse impacto?

Não aplicável.

NÃO ☐

C.4. Existe algum contributo, da sua parte, para a preservação e divulgação do *património*?

SIM ☐

Se sim, qual?

Não aplicável.

NÃO ☒

C.4.1. Se não, considera que deveria dar algum contributo?

SIM ☒

Se sim, qual?

Maior envolvimento e participação no processo de decisão.

NÃO ☐

C.5. Qual o futuro que prevê para o castelo no contexto actual de crise (no que toca à manutenção e à responsabilidade de preservar e divulgar o mesmo)?

Poderá ser positivo mas só se existir maior dinamismo por parte da autarquia na gestão e divulgação do castelo.

D. INTERVENÇÃO ARQUITECTÓNICA

D.1. Já visitou a intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

D.2. Conhece o arquitecto ou algum outro facto sobre a intervenção?

SIM ☒

Se sim, qual?
O arquitecto.

NÃO ☐

Nota: se a resposta foi “não” às alíneas D1 e D2, por favor avançar para a alínea D5.

D.3. Como avalia a intervenção quanto à funcionalidade e utilidade da mesma?
Bem conseguida.

D.4. Que grau de mudança existe entre a nova intervenção e a imagem e memória anterior do castelo?
Elevada mudança, embora preservando a imagem e memória anterior.

D.5. Considera importante a preservação do *património* para as gerações futuras?

SIM ☒

NÃO ☐

D.5.1. Se sim, de que forma as mesmas podem beneficiar disso?
Na medida em que se mantém a sua herança em termos arquitectónicos, culturais e históricos.

D.6. Existe, na sua opinião, algum uso mais adequado para o espaço do castelo?
Não.

ENTREVISTA | MODELO II

DATA: 19 de Setembro 2013

ESTUDO DE CASO/LOCAL: Portalegre

ENTREVISTADO: POR-II-01, Fem., 50-60, funcionária pública.

A. IMPORTÂNCIA HISTÓRICO-PATRIMONIAL

A.1. Considera que a presença do castelo contribuiu para o desenvolvimento da localidade e do território (exemplo: carta de foral, feira franca, vias principais, etc)?

Sim, através da carta de foral.

A.2. Considera que os habitantes da localidade e região têm consciência do valor histórico-*patrimonial* do castelo e o valorizam como tal?

SIM ☒

NÃO ☐

A.2.1. Que razões aponta para tal?

O valor do castelo como símbolo.

B. COMÉRCIO E ECONOMIA

B.1. De que forma a presença do castelo, e consequente divulgação do mesmo, pode afectar o comércio e economia locais?

Em pequena escala.

B.2. Vê a afluência de mais visitantes, sobretudo aquela gerada pelo castelo, como solução a médio e longo prazo para o comércio e economia locais?

SIM ☐

NÃO ☒

B.3. Como avalia o impacto da recente intervenção no castelo em termos de comércio e economia locais?

Foi muito pouco significativo.

B.4. Houve algum tipo de impacto da promoção do castelo e consequente afluência de visitantes na vida quotidiana e na qualidade de vida da localidade nos últimos anos?

Muito pouco.

C. GESTÃO DO *PATRIMÓNIO*

C.1. Quais os factores que mais influenciaram os critérios da intervenção no castelo e a decisão de intervir (fundos monetários disponíveis, condicionalismos no processo de projecto, etc)?

A intervenção teve a intenção de reabilitar e dignificar o espaço, e foi inserida no programa “Polis”.

C.2. Os habitantes participaram no processo de decisão de intervenção?

SIM ☐

NÃO ☒

C.2.1. Se sim, de que forma?

Não aplicável.

C.3. Considera importante uma participação cívica no processo de decisão da intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

C.3.1. Porquê?

Para tentar estabelecer uma ligação mais profunda entre os habitantes e o castelo.

C.4. Existe participação dos habitantes na gestão e divulgação do *património* local (incluindo o castelo)?

SIM ☐

De que forma?

Não aplicável.

NÃO ☒

C.4.1. Se sim, houve impacto desse contributo?

SIM ☐

Como avalia esse impacto?

NÃO ☐

C.5. Qual o futuro que prevê para o castelo no contexto actual de crise (no que toca à manutenção e à responsabilidade de preservar e divulgar o mesmo)?

Infelizmente o alto custo da manutenção do castelo dificultará quaisquer acções futuras.

C.6. Quais os principais pontos que caracterizam a atitude das autoridades competentes em relação ao castelo no que toca à divulgação, promoção e informação para o público nos anos mais recentes?

Tem sido feito um esforço no sentido de desenvolver actividades no castelo, para o tornar espaço integrante nesses aspectos.

C.7. Existe algum impacto da intervenção no castelo em outros aspectos da localidade além do comércio?

SIM ☐

NÃO ☒

C.7.1. Se sim, como o caracteriza?

Não aplicável.

D. INTERVENÇÃO ARQUITECTÓNICA

D.1. Como avalia a intervenção quanto à funcionalidade e utilidade da mesma?

Por motivos que se prendem sobretudo com a escolha dos materiais, a funcionalidade e utilidade foram muito comprometidas.

D.2. Considera que a recente intervenção alterou, de algum modo, a imagem ou a memória do castelo?

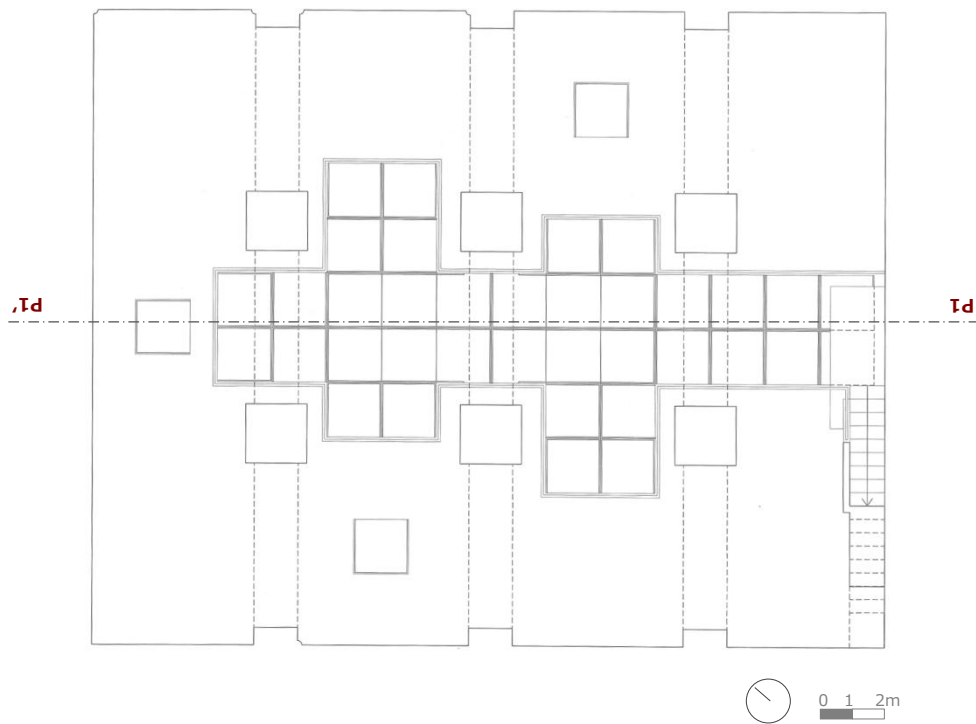
A intervenção “abafou” a imagem do castelo, por ser talvez demasiadamente invasiva.

D.3. Existe, na sua opinião, alguma alternativa mais adequada ao uso do espaço do castelo?

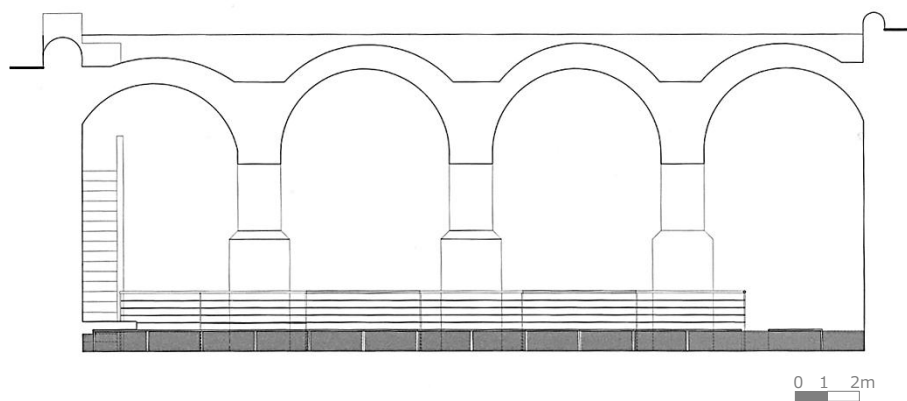
O uso previsto seria adequado se não tivessem surgido os problemas de manutenção e sustentabilidade.

Anexo 14.

Anexos



Planta da cisterna/algibe.
Adaptado pela autora.
(Ferreira, ed., 2009, 64).



Perfil 1.
Adaptado pela autora.
(Ferreira, ed., 2009, 64).

Anexo 15.

ENTREVISTA | MODELO I

DATA: 26 de Setembro 2013

ESTUDO DE CASO/LOCAL: Silves

ENTREVISTADO: SIL-I-01, Fem., 30-40, escriturária.

A. IMPORTÂNCIA HISTÓRICO-PATRIMONIAL

A.1. Considera que o castelo foi importante no contexto da História nacional?

SIM ☒

NÃO ☐

NÃO SABE ☐

A.2. Conhece alguns factos sobre a história do castelo?

SIM ☒

Se sim, quais?

Sofreu muitos danos com o terramoto de 1755. É no reinado de D. Afonso III que Silves é reconquistada definitivamente.

NÃO ☐

Nota: se a resposta foi “não”/“não sabe” às alíneas A1 e A2, por favor avançar para a alínea A5.

A.3. Considera que a presença do castelo contribuiu para o desenvolvimento da localidade e do território (exemplo: carta de foral, feira franca, estradas, etc)?

Sim.

A.4. Pessoalmente atribuiu valor *patrimonial* ao castelo?

SIM ☒

NÃO ☐

A.5. Considera que os habitantes da localidade e região têm consciência do valor histórico-*patrimonial* do castelo e o valorizam como tal?

SIM ☐

NÃO ☒

A.5.1. Que razões aponta para tal?

É muito pouco visitado pelos habitantes locais.

B. COMÉRCIO E ECONOMIA

B.1. De que forma a presença do castelo, e consequente divulgação do mesmo, pode afectar o comércio e economia locais?

O castelo faz parte de um roteiro turístico e traz muita gente à cidade.

B.2. Vê a afluência de visitantes, gerada pelo castelo, como solução a médio e longo prazo para o comércio e economia locais?

SIM ☐

NÃO ☒

B.3. Como avalia o impacto da intervenção no castelo em termos de comércio e economia locais?

A entrevistada não respondeu.

B.4. Considera que há impacto da promoção do castelo, e consequente afluência de visitantes, na vida quotidiana e na qualidade de vida da localidade nos últimos anos?

Sim. Movimentação de turistas por toda a cidade.

C. GESTÃO DO PATRIMÓNIO

C.1. Os habitantes participaram no processo de decisão da intervenção?

SIM ☐

NÃO ☒

NÃO SABE ☐

C.1.1. Se sim, de que forma?

Não aplicável.

C.2. Considera importante uma participação cívica no processo de decisão da intervenção?

SIM ☐

NÃO ☒

C.2.1 Porquê?

Porque “cada cabeça sua sentença” e é difícil chegar a um termo.

C.3. Existe participação dos habitantes na gestão e divulgação do castelo?

SIM ☐

Se sim, de que forma?

Não aplicável.

NÃO ☒

C.3.1. Se sim, houve impacto desse contributo?

SIM ☐

Como avalia esse impacto?

Não aplicável.

NÃO ☐

C.4. Existe algum contributo, da sua parte, para a preservação e divulgação do *património*?

SIM ☒

Se sim, qual?

Sempre que lá vou, tenho os cuidados necessários com a manutenção da limpeza.

NÃO ☐

C.4.1. Se não, considera que deveria dar algum contributo?

SIM ☐

Se sim, qual?

Não aplicável.

NÃO ☐

C.5. Qual o futuro que prevê para o castelo no contexto actual de crise (no que toca à manutenção e à responsabilidade de preservar e divulgar o mesmo)?

É difícil prever.

D. INTERVENÇÃO ARQUITECTÓNICA

D.1. Já visitou a intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

D.2. Conhece o arquitecto ou algum outro facto sobre a intervenção?

SIM ☐

Se sim, qual?
Não aplicável.

NÃO ☒

Nota: se a resposta foi “não” às alíneas D1 e D2, por favor avançar para a alínea D5.

D.3. Como avalia a intervenção quanto à funcionalidade e utilidade da mesma?
A entrevistada não respondeu.

D.4. Que grau de mudança existe entre a nova intervenção e a imagem e memória anterior do castelo?
A entrevistada não respondeu.

D.5. Considera importante a preservação do *património* para as gerações futuras?

SIM ☒

NÃO ☐

D.5.1. Se sim, de que forma as mesmas podem beneficiar disso?
Por terem um exemplo “vivo” de como é um castelo e de toda a história que aconteceu.

D.6. Existe, na sua opinião, algum uso mais adequado para o espaço do castelo?
Não.

ENTREVISTA | MODELO I

DATA: 26 de Setembro 2013

ESTUDO DE CASO/LOCAL: Silves

ENTREVISTADO: SIL-I-02, Fem., 30-40, administrativa.

A. IMPORTÂNCIA HISTÓRICO-PATRIMONIAL

A.1. Considera que o castelo foi importante no contexto da História nacional?

SIM ☒
NÃO ☐
NÃO SABE ☐

A.2. Conhece alguns factos sobre a história do castelo?

SIM ☒

Se sim, quais?

As conquistas, as lendas, sendo uma delas a lenda da “moura encantada”, o antigo poço de exploração de cobre da época romana e existência de um palácio.

NÃO ☐

Nota: se a resposta foi “não”/“não sabe” às alíneas A1 e A2, por favor avançar para a alínea A5.

A.3. Considera que a presença do castelo contribuiu para o desenvolvimento da localidade e do território (exemplo: carta de foral, feira franca, estradas, etc)?

Sim. A presença do castelo contribuiu para o desenvolvimento da localidade e do território (temos o foral de 1504, dado por D. Manuel). Contribuiu para o melhoramento das vias de comunicação (estradas e passeios de barco) bem como para o desenvolvimento do turismo da região.

A.4. Pessoalmente atribuiu valor *patrimonial* ao castelo?

SIM ☒
NÃO ☐

A.5. Considera que os habitantes da localidade e região têm consciência do valor histórico-*patrimonial* do castelo e o valorizam como tal?

SIM ☒
NÃO ☐

A.5.1. Que razões aponta para tal?

As principais razões são a forma como os habitantes da localidade e região falam do mesmo.

B. COMÉRCIO E ECONOMIA

B.1. De que forma a presença do castelo, e consequente divulgação do mesmo, pode afectar o comércio e economia locais?

A presença do castelo afecta o comércio e a economia local de forma positiva, trazendo à cidade maior afluência de visitantes.

B.2. Vê a afluência de visitantes, gerada pelo castelo, como solução a médio e longo prazo para o comércio e economia locais?

SIM ☒

NÃO ☐

B.3. Como avalia o impacto da intervenção no castelo em termos de comércio e economia locais?

O impacto da intervenção no castelo em termos de economia e comércio locais foi forte uma vez que gerou curiosidade por parte dos turistas e fez com que estes permanecessem na cidade para a conhecer melhor, quer a nível de história, património, a nível gastronómico e também comercial.

B.4. Considera que há impacto da promoção do castelo, e consequente afluência de visitantes, na vida quotidiana e na qualidade de vida da localidade nos últimos anos?

Sim. Considero que há impacto, existindo nos últimos anos maior afluência de visitantes.

C. GESTÃO DO PATRIMÓNIO

C.1. Os habitantes participaram no processo de decisão da intervenção?

SIM ☐

NÃO ☒

NÃO SABE ☐

C.1.1. Se sim, de que forma?

Não aplicável.

C.2. Considera importante uma participação cívica no processo de decisão da intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

C.2.1 Porquê?

Para que o processo de intervenção seja mais valorizado, que a manutenção seja mais frequente e os custos sejam menores.

C.3. Existe participação dos habitantes na gestão e divulgação do castelo?

SIM ☒

Se sim, de que forma?

A participação dos habitantes é mais ao nível da divulgação. Os mesmos tentam incentivar quem ainda não conhece a cidade a fazê-lo.

NÃO ☐

C.3.1. Se sim, houve impacto desse contributo?

SIM ☐

Como avalia esse impacto?

Não aplicável.

NÃO ☒

C.4. Existe algum contributo, da sua parte, para a preservação e divulgação do *património*?

SIM ☒

Se sim, qual?

A entrevistada não respondeu.

NÃO ☐

C.4.1. Se não, considera que deveria dar algum contributo?

SIM ☐

Se sim, qual?

Não aplicável.

NÃO ☐

C.5. Qual o futuro que prevê para o castelo no contexto actual de crise (no que toca à manutenção e à responsabilidade de preservar e divulgar o mesmo)?

No contexto actual de crise prevê-se que seja necessária uma participação cívica para que se torne possível manter a sua funcionalidade e uma maior divulgação por parte de todos.

D. INTERVENÇÃO ARQUITECTÓNICA

D.1. Já visitou a intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

D.2. Conhece o arquitecto ou algum outro facto sobre a intervenção?

SIM ☐

Se sim, qual?

Não aplicável.

NÃO ☒

Nota: se a resposta foi “não” às alíneas D1 e D2, por favor avançar para a alínea D5.

D.3. Como avalia a intervenção quanto à funcionalidade e utilidade da mesma?

Quanto à funcionalidade, os trilhos pedonais são perigosos mas existe utilidade, tornando-se uma zona bastante agradável.

D.4. Que grau de mudança existe entre a nova intervenção e a imagem e memória anterior do castelo?

O grau de mudança que existe entre a nova intervenção e a imagem e memória do castelo é elevado.

D.5. Considera importante a preservação do *património* para as gerações futuras?

SIM ☒

NÃO ☐

D.5.1. Se sim, de que forma as mesmas podem beneficiar disso?

As gerações futuras poderão beneficiar do património preservado, em bom estado de conservação, valorizando-o e preservando-o.

D.6. Existe, na sua opinião, algum uso mais adequado para o espaço do castelo?

Sim. Existência de mais actividades de diferentes tipologias, workshops, lançamento de publicações, feiras, espectáculos, etc.

ENTREVISTA | MODELO I

DATA: 26 de Setembro 2013**ESTUDO DE CASO/LOCAL:** Silves**ENTREVISTADO:** SIL-I-03, Fem., 30-40, técnica superior de arquivo.**A. IMPORTÂNCIA HISTÓRICO-PATRIMONIAL****A.1.** Considera que o castelo foi importante no contexto da História nacional?

SIM ☒
NÃO ☐
NÃO SABE ☐

A.2. Conhece alguns factos sobre a história do castelo?SIM ☒

Se sim, quais?

Ano de posse do castelo dado em 1843. No dia 23 de Junho de 1910 o castelo de Silves foi classificado como monumento nacional; nas décadas de 30 e 40 foram promovidas as primeiras intervenções de consolidação e restauro. Em 1940 a gestão do castelo passa para a câmara municipal. As torres serviram de prisão e a cisterna abastecia água à cidade.

NÃO ☐

Nota: se a resposta foi “não”/“não sabe” às alíneas A1 e A2, por favor avançar para a alínea A5.

A.3. Considera que a presença do castelo contribuiu para o desenvolvimento da localidade e do território (exemplo: carta de foral, feira franca, estradas, etc.)?

Claro que sim, durante 400 anos Silves foi a capital do reino mouro do Algarve, continuando com a mesma categoria desde a tomada em 1242 até D. Afonso III. Silves tem os seguintes forais: de D. Afonso III, em 1266... Graças ao grande castelo, Silves é potencialmente um ponto de grande atracção turística.

A.4. Pessoalmente atribuiu valor *patrimonial* ao castelo?SIM ☒NÃO ☐

A.5. Considera que os habitantes da localidade e região têm consciência do valor histórico-*patrimonial* do castelo e o valorizam como tal?

SIM ☒

NÃO ☐

A.5.1. Que razões aponta para tal?

Enquanto monumento nacional é o ex-libris da cidade, sendo um ponto de referência, o que se deve ao seu carácter militar e recinto amuralhado com 6 torreões, tendo servido, em tempos, duas das torres como prisão.

B. COMÉRCIO E ECONOMIA

B.1. De que forma a presença do castelo, e consequente divulgação do mesmo, pode afectar o comércio e economia locais?

Sendo o castelo de Silves uma das principais atracções turísticas atrai diariamente à cidade e ao concelho imensos turistas, que vão sempre encantados. Isto deve-se às diferentes intervenções que o castelo sofreu ao longo dos anos.

B.2. Vê a afluência de visitantes, gerada pelo castelo, como solução a médio e longo prazo para o comércio e economia locais?

SIM ☒

NÃO ☐

B.3. Como avalia o impacto da intervenção no castelo em termos de comércio e economia locais?

Foram as sucessivas intervenções que fazem com que este castelo seja um monumento de grande beleza, logo atrai cada vez mais turistas, sendo que estes influenciam o comércio local.

B.4. Considera que há impacto da promoção do castelo, e consequente afluência de visitantes, na vida quotidiana e na qualidade de vida da localidade nos últimos anos? Sim, tendo em conta que grande parte do comércio local vive do turismo.

C. GESTÃO DO PATRIMÓNIO

C.1. Os habitantes participaram no processo de decisão da intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

NÃO SABE ☐

C.1.1. Se sim, de que forma?

Nas intervenções efectuadas nos anos 90 houve alguns habitantes que se voluntariaram para participar nas escavações que decorriam no interior do castelo.

C.2. Considera importante uma participação cívica no processo de decisão da intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

C.2.1 Porquê?

Quando as pessoas participam acabam sempre por dar mais valor e ficam orgulhosos do trabalho realizado, o que é sempre valorizável.

C.3. Existe participação dos habitantes na gestão e divulgação do castelo?

SIM ☒

Se sim, de que forma?

Na divulgação do castelo, quando recomendam a sua visita a outras pessoas. Não intervêm na sua gestão, que está a cargo da Divisão de turismo da Câmara Municipal de Silves.

NÃO ☐

C.3.1. Se sim, houve impacto desse contributo?

SIM ☐

Como avalia esse impacto?

NÃO ☐

Obs.: A entrevistada não respondeu.

C.4. Existe algum contributo, da sua parte, para a preservação e divulgação do *património*?

SIM ☒

Se sim, qual?

Recomendo a visita ao castelo.

NÃO ☐

C.4.1. Se não, considera que deveria dar algum contributo?

SIM ☐

Se sim, qual?

Não aplicável.

NÃO ☐

C.5. Qual o futuro que prevê para o castelo no contexto actual de crise (no que toca à manutenção e à responsabilidade de preservar e divulgar o mesmo)?

Enquanto monumento nacional vai continuar a receber sempre muitos visitantes, o que se deve à divulgação junto das agências de viagens. Quanto à manutenção vão ser aplicados as mesmas técnicas/métodos até então.

D. INTERVENÇÃO ARQUITECTÓNICA

D.1. Já visitou a intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

D.2. Conhece o arquitecto ou algum outro facto sobre a intervenção?

SIM ☒

Se sim, qual?

Sofreu a intervenção no programa Polis.

NÃO ☐

Nota: se a resposta foi “não” às alíneas D1 e D2, por favor avançar para a alínea D5.

D.3. Como avalia a intervenção quanto à funcionalidade e utilidade da mesma?

Boa (a intervenção). O castelo ficou um espaço muito agradável de ser visitado – onde se pode realizar eventos de cariz cultural.

D.4. Que grau de mudança existe entre a nova intervenção e a imagem e memória anterior do castelo?

Ficou um espaço mais amplo e aberto, sem as árvores que faziam parte do seu interior.

D.5. Considera importante a preservação do *património* para as gerações futuras?

SIM ☒

NÃO ☐

D.5.1. Se sim, de que forma as mesmas podem beneficiar disso?

Deixar um património preservado é logo um passo à frente para as gerações futuras. Assim, estas, em vez de se preocuparem com as acções de intervenção devem preocupar-se com as de manutenção.

D.6. Existe, na sua opinião, algum uso mais adequado para o espaço do castelo?

O espaço do castelo é um óptimo local para a realização de espectáculos culturais e eventos, desde que se cumpra sempre as normas de preservação e conservação.

ENTREVISTA | MODELO I

DATA: 26 de Setembro 2013

ESTUDO DE CASO/LOCAL: Silves

ENTREVISTADO: SIL-I-04, Fem., 50-60, coordenadora técnica.

A. IMPORTÂNCIA HISTÓRICO-PATRIMONIAL

A.1. Considera que o castelo foi importante no contexto da História nacional?

SIM ☒
NÃO ☐
NÃO SABE ☐

A.2. Conhece alguns factos sobre a história do castelo?

SIM ☒

Se sim, quais?

Primeira conquista da cidade em 1189, por D. Sancho I;

- Segunda conquista de Silves por D. Paio Peres em 1240;

- Cisterna árabe no seu interior à qual é dedicada a lenda da “moura encantada”.

NÃO ☐

Nota: se a resposta foi “não”/“não sabe” às alíneas A1 e A2, por favor avançar para a alínea A5.

A.3. Considera que a presença do castelo contribuiu para o desenvolvimento da localidade e do território (exemplo: carta de foral, feira franca, estradas, etc)?

Existe foral original, recentemente objecto de restauro. Feira franca realizada em Maio, anualmente. Foram para tal criados novos caminhos e estradas, que aos poucos foram criando mais condições de habitabilidade na cidade, desenvolvendo-se a mesma nas encostas da cidade.

A.4. Pessoalmente atribuiu valor *patrimonial* ao castelo?

SIM ☒

NÃO ☐

A.5. Considera que os habitantes da localidade e região têm consciência do valor histórico-*patrimonial* do castelo e o valorizam como tal?

SIM ☒

NÃO ☐

A.5.1. Que razões aponta para tal?

Quando se referem a Silves a primeira coisa a que dão relevância é ao Castelo, à sua beleza e enquadramento.

B. COMÉRCIO E ECONOMIA

B.1. De que forma a presença do castelo, e consequente divulgação do mesmo, pode afectar o comércio e economia locais?

Deslocação à cidade de muitos turistas com a intenção de visitar o castelo e saber a sua história, o que contribuiu para algum movimento comercial e económico da mesma.

B.2. Vê a afluência de visitantes, gerada pelo castelo, como solução a médio e longo prazo para o comércio e economia locais?

SIM ☒

NÃO ☐

B.3. Como avalia o impacto da intervenção no castelo em termos de comércio e economia locais?

Uma mais-valia, uma vez que o seu embelezamento foi notório, bem como os serviços que presta.

B.4. Considera que há impacto da promoção do castelo, e consequente afluência de visitantes, na vida quotidiana e na qualidade de vida da localidade nos últimos anos?

Claro que sim. Deslocam-se mais pessoas à cidade, a feira medieval realizada em Agosto (anualmente) chama ao castelo e a Silves milhares de visitantes. Houve criação de mais postos de trabalho. Em geral houve melhorias a estes níveis.

C. GESTÃO DO PATRIMÓNIO

C.1. Os habitantes participaram no processo de decisão da intervenção?

SIM ☐

NÃO ☒

NÃO SABE ☐

C.1.1. Se sim, de que forma?

Não aplicável.

C.2. Considera importante uma participação cívica no processo de decisão da intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

C.2.1 Porquê?

Uma consulta pública de opinião teria sido bem aceite.

C.3. Existe participação dos habitantes na gestão e divulgação do castelo?

SIM ☒

Se sim, de que forma?

Quando lhes é solicitada alguma informação sobre o mesmo (divulgam o castelo).

Na gestão não há participação.

NÃO ☐

C.3.1. Se sim, houve impacto desse contributo?

SIM ☒

Como avalia esse impacto?

Bastante interessante, na medida em que cada habitante questionado, além de fornecer a localização acrescenta sempre alguma informação histórica. Sendo que presentemente, e o mais usual, são os turistas em grupo acompanhados por guias.

NÃO ☐

C.4. Existe algum contributo, da sua parte, para a preservação e divulgação do *património*?

SIM ☒

Se sim, qual?

Levando amigos e conhecidos a ver o castelo, recomendando, tanto quanto possível, a outros. Quanto ao património em geral, fazendo parte de um grupo voluntário que tem recuperado o espólio documental da sé (paróquia).

NÃO ☐

C.4.1. Se não, considera que deveria dar algum contributo?

SIM ☐

Se sim, qual?

Não aplicável.

NÃO ☐

C.5. Qual o futuro que prevê para o castelo no contexto actual de crise (no que toca à manutenção e à responsabilidade de preservar e divulgar o mesmo)?

Sendo o castelo uma grande fonte de receita para a autarquia, existe todo o interesse que se faça atempadamente manutenção e preservação deste património e em simultâneo divulga-lo como fonte histórico-cultural, dinamizando o comércio local.

D. INTERVENÇÃO ARQUITECTÓNICA

D.1. Já visitou a intervenção?

SIM ☒NÃO ☐

D.2. Conhece o arquitecto ou algum outro facto sobre a intervenção?

SIM ☒

Se sim, qual?

Conheço algumas obras do arquitecto. De salientar a parte que foi posta a descoberto do palácio existente no castelo.

NÃO ☐

Nota: se a resposta foi “não” às alíneas D1 e D2, por favor avançar para a alínea D5.

D.3. Como avalia a intervenção quanto à funcionalidade e utilidade da mesma?

Quanto à funcionalidade, acho-a um pouco perigosa – existe falta de segurança nos trilhos pedonais. A intervenção deu maior utilidade ao espaço, onde é agradável permanecer.

D.4. Que grau de mudança existe entre a nova intervenção e a imagem e memória anterior do castelo?

Uma mudança, diria que radical, existindo actualmente zonas previamente definidas consoante a sua funcionalidade, ao contrário da imagem anterior, apenas com um jardim.

D.5. Considera importante a preservação do *património* para as gerações futuras?

SIM ☒NÃO ☐

D.5.1. Se sim, de que forma as mesmas podem beneficiar disso?

Sem um conhecimento do património que nos rodeia dificilmente as gerações futuras terão referências para continuação do trabalho de preservação.

D.6. Existe, na sua opinião, algum uso mais adequado para o espaço do castelo?

O uso actual é adequado, podendo existir maior componente cultural, na realização de espectáculos no seu interior.

ENTREVISTA | MODELO II

DATA: 26 de Setembro 2013

ESTUDO DE CASO/LOCAL: Silves

ENTREVISTADO: SIL-II-01, Fem., 40-50, arqueóloga.

A. IMPORTÂNCIA HISTÓRICO-PATRIMONIAL

A.1. Considera que a presença do castelo contribuiu para o desenvolvimento da localidade e do território (exemplo: carta de foral, feira franca, vias principais, etc)?

A questão, colocada nesses termos, é de difícil resposta, dado que, embora tenhamos muitos dados resultantes das intervenções arqueológicas realizadas, ainda não podemos, em definitivo, saber se há um núcleo urbano anterior à edificação da alcáçova, tudo indica que não. Após a sua edificação claro que a resposta é sim, mas é sim em todos os casos, a menos que ocorra alguma situação insólita. A existência de um bom sistema defensivo (do qual as muralhas da alcáçova fazem parte enquanto espaço de protecção da administração da cidade e eventual contingente militar) é sempre motivo de fixação de populações que promovem o crescimento das cidades.

A.2. Considera que os habitantes da localidade e região têm consciência do valor histórico-*patrimonial* do castelo e o valorizam como tal?

SIM ☒

NÃO ☐

A.2.1. Que razões aponta para tal?

Alguma fracção da população entende o seu valor histórico, outra não; alguma tem consciência que o monumento possui valor pelo simples facto de para ele confluírem centenas de turistas, outros veem-no como um elemento que contribui para o desenvolvimento do comércio local e outros têm uma ligação afectiva com o castelo ou reconhecem-no como um símbolo identitário.

B. COMÉRCIO E ECONOMIA

B.1. De que forma a presença do castelo, e consequente divulgação do mesmo, pode afectar o comércio e economia locais?

Afecta positivamente mas não tanto quanto seria desejável. O castelo de Silves é o 2º monumento mais visitado do Algarve mas cerca de metade dos visitantes dispõe de um tempo de permanência na cidade muito limitado, apenas suficiente para visitar o castelo, pelo que o comércio local não beneficia com a sua presença.

B.2. Vê a afluência de mais visitantes, sobretudo aquela gerada pelo castelo, como solução a médio e longo prazo para o comércio e economia locais?

SIM ☒

NÃO ☐

B.3. Como avalia o impacto da recente intervenção no castelo em termos de comércio e economia locais?

O nº de visitantes tem subido mas não temos dados que nos permitam afirmar que tal se deve aos arranjos efectuados no seu interior. Cremos, aliás, que não haverá relação e que o aumento se deve a estratégias de divulgação implementadas e a uma certa conjuntura socioeconómica que, por um lado trouxe mais turismo para o Algarve e, por outro, mudou um pouco o perfil do turista que agora nos visita.

B.4. Houve algum tipo de impacto da promoção do castelo e consequente afluência de visitantes na vida quotidiana e na qualidade de vida da localidade nos últimos anos?

Não tenho dados para poder responder a esta questão mas não nos parece.

C. GESTÃO DO *PATRIMÓNIO*

C.1. Quais os factores que mais influenciaram os critérios da intervenção no castelo e a decisão de intervir (fundos monetários disponíveis, condicionalismos no processo de projecto, etc)?

A necessidade de requalificação do espaço juntamente com a oportunidade de acesso a fundos monetários.

C.2. Os habitantes participaram no processo de decisão de intervenção?

SIM ☐

NÃO ☒

Obs.: Infelizmente nem os técnicos municipais foram chamados a intervir, tendo a intervenção resultado demasiado impactante no monumento, o que veio a ser reconhecido tardiamente.

C.2.1. Se sim, de que forma?

Não aplicável.

C.3. Considera importante uma participação cívica no processo de decisão da intervenção?

SIM ☒

NÃO ☐

C.3.1. Porquê?

Julgamos que se poderia ter aberto um período de apresentação de sugestões e que o processo de concepção e obra poderiam ter incluído sessões de apresentação e esclarecimentos públicos.

C.4. Existe participação dos habitantes na gestão e divulgação do *património* local (incluindo o castelo)?

SIM ☐

De que forma?

Não aplicável.

NÃO ☒

C.4.1. Se sim, houve impacto desse contributo?

SIM ☐

Como avalia esse impacto?

NÃO ☐

C.5. Qual o futuro que prevê para o castelo no contexto actual de crise (no que toca à manutenção e à responsabilidade de preservar e divulgar o mesmo)?

A responsabilidade de preservar o mesmo é municipal dado que o mesmo se encontra cedido ao município desde os anos 40 do séc. XX. A crise levou a um desinvestimento quase total na conservação do monumento que observamos com muita apreensão.

C.6. Quais os principais pontos que caracterizam a atitude das autoridades competentes em relação ao castelo no que toca à divulgação, promoção e informação para o público nos anos mais recentes?

Acções junto de operadores turísticos e Hotelaria; realização de eventos de recriação histórica (Feira Medieval); acções pedagógicas junto de diferentes públicos-alvo.

C.7. Existe algum impacto da intervenção no castelo em outros aspectos da localidade além do comércio?

SIM ☒

NÃO ☐

C.7.1. Se sim, como o caracteriza?

Como já referimos, não cremos que a intervenção dos anos 2004-2007 tenha motivado, de forma preponderante, o aumento do nº de visitantes, tal se deverá a algum esforço dos nossos serviços de turismo junto de operadores turísticos e outras

instituições turísticas. No entanto, a sua presença na cidade fez aumentar o número de visitantes a outros monumentos ou equipamentos, tal como a Sé Catedral, a Igreja da Misericórdia e o próprio Museu Municipal de Arqueologia.

D. INTERVENÇÃO ARQUITECTÓNICA

D.1. Como avalia a intervenção quanto à funcionalidade e utilidade da mesma?

Como já referido a intervenção foi demasiado impactante, as estruturas criadas (salão de chá, wc, muros em tijoleira, etc.) respondem a uma necessidade existente mas têm uma presença demasiado forte no monumento. O arranjo paisagístico adoptou soluções que não funcionam (canaletes) e, cuja circulação em seu redor, não é segura. Não há eixos vertebradores do espaço que encaminhem o visitante para os diferentes pontos de interesse. A iluminação é insuficiente e inadequada o que já motivou diversos acidentes.

D.2. Considera que a recente intervenção alterou, de algum modo, a imagem ou a memória do castelo?

As intervenções de reabilitação alteram sempre, de alguma forma, a imagem e a memória colectiva dos espaços.

D.3. Existe, na sua opinião, alguma alternativa mais adequada ao uso do espaço do castelo?

Tratando-se de um monumento cremos que o melhor uso seria dotá-lo de infra-estruturas que permitissem o bom acolhimento do visitante, sendo que, genericamente, o arranjo efectuado responde a essas necessidades.

